



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

CRISTIANO AUGUSTO DURAT

TERRAS DE ALDEAMENTO EM DISPUTA:
FRANCISCO GACOM E “UMA” HISTÓRIA SOBRE OS KAINGANG DO
PARANÁ
(SÉCULO XIX)

FLORIANÓPOLIS

2019

Cristiano Augusto Durat

TERRAS DE ALDEAMENTO EM DISPUTA:
FRANCISCO GACOM E “UMA” HISTÓRIA SOBRE OS KAINGANG DO PARANÁ
(SÉCULO XIX)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Doutor em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Durat, Cristiano Augusto

Terras de aldeamento em disputa : Francisco Gacom e "uma" história sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX) / Cristiano Augusto Durat ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe Nötzold, 2019.

438 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. História indígena. 3. Kaingang. 4. Terras de Aldeamento. 5. Protagonismo. I. Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Cristiano Augusto Durat

Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do
Paraná (Século XIX)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutor em História.

Prof. Dr. Lucas de Mello Reis Bueno
Coordenador do Programa

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold
Orientadora

Florianópolis, 10 de dezembro de 2019.

*Esta pesquisa é dedicada ao povo Kaingang e a
Maria Laura!*

AGRADECIMENTOS

Carinhosamente, agradeço aos meus pais, José e Adilce, por me darem a oportunidade de frequentar uma escola pública. Durante minha trajetória como estudante nunca fui motivado a abandoná-la e procurar um emprego. Quando as condições financeiras não eram das melhores, dividia meu tempo entre trabalho e estudos. Diante de sua simplicidade e sabedoria, meus pais sabiam que a educação transformaria meu mundo e, em consequência, de outras pessoas também. Essa atitude motivadora abriram muitos caminhos. Além de se tornar um doutor em história, seu filho é também professor de uma Universidade Federal. Seus esforços não foram em vão! Pai e Mãe, muito obrigado!

Já que estamos falando de relações familiares, deixo um agradecimento especial ao meu querido irmão Kleber, que segue a mesma trajetória acadêmica e, em breve, também será um doutor em serviço social. Ao meu primo e “irmão”, Anderson Korobinski, por sempre me auxiliar no mundo da tecnologia e da informática, parceiro de conversas e de um bom vinho!

Devo um especial agradecimento ao meu amigo, compadre e colega de universidade Fábio Pontarolo. Desde nossa graduação, dialogamos quase semanalmente sobre nossas pesquisas. Embora com objetivos diferentes, pesquisamos a mesma região no século XIX. Fizemos muitas viagens por cidades e estados, em arquivos públicos e privados, buscando documentos sobre indígenas, degredados, pobres livres, escravos e libertos. Quando descobríamos uma nova informação, jogávamos nossa mochila nas costas, nossas máquinas digitais e partíamos para mais uma etapa de pesquisa. Assim, fomos construindo um banco de dados sobre a história de Guarapuava (século XIX), o que nos permitiu a escrita de nossas teses. Este agradecimento inclui sua companheira Lui, minha amiga e irmã por opção e, é claro, minha afilhada Alice.

Quero deixar um agradecimento especial aos professores da rede pública de ensino básico por ter oportunizado, sempre que possível, momentos de reflexão sobre a temática indígena e no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. De modo a contemplar todas as escolas por onde estive, agradeço ao professor Roberto Fiuza Matias, meu grande amigo e professor de história da rede estadual, exemplo de dedicação e compromisso com a educação pública.

Na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Laranjeiras do Sul, local onde exerço minhas atividades acadêmicas, agradeço aos colegas professores Felipe Mattos Monteiro, Joaquim Gonçalves da Costa, Siomara Aparecida Marques e Betina Muelbert. Além

de amigos e parceiros nos projetos de extensão e pesquisa nas terras indígenas de Boa Vista e Rio das Cobras, compartilhamos angústias, medos, alegrias e risos na luta diária pela manutenção de um projeto de universidade pública, democrática e popular.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, por ter concedido o afastamento remunerado para a conclusão do meu doutorado. Sem essa política de capacitação seria quase impossível concluir essa etapa, com todas as responsabilidades e desafios que recaem sobre a docência no ensino superior.

Não posso deixar de mencionar outras pessoas que foram fundamentais para minha formação enquanto professor e pesquisador da temática indígena desde minha graduação, professores José Ronaldo Mendonça Fassheber, Liliane da Costa Freitag, Ariel José Pires (*in memoriam*), Terezinha Saldanha e Lúcio Tadeu Mota.

Aos colegas do Labhin – Laboratório de História Indígena, onde fui acolhido para desenvolver minha pesquisa nesse período de conclusão de disciplinas e nas reflexões sobre os povos indígenas: Ricardo de Oliveira, Nathan Marcos Buba, Helena Alpini Rosa, Bruna Gavério, Kerollainy Schütz, Roseline Mezacasa, Eder Gurski e Milene Félix da Silva.

Aos professores Ricardo Cid Fernandes-UFPR, Sandor Fernando Bringmann-UFSC e Luís Fernando da Silva Laroque-UNIVATES, membros da minha banca de defesa e referências indispensáveis sobre a história indígena, especialmente, dos Kaingang.

Um especial agradecimento a minha orientadora, professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold, pela sua competência e serenidade na condução desta pesquisa. Muito mais que cumprir etapas de pesquisa, sempre tivemos uma relação de amizade, respeito e companheirismo nas atividades de docência em nossas respectivas universidades federais. Muito do que sou hoje, como professor e pesquisador, devo ao seu rigorismo e compromisso com o ensino superior e com a temática indígena.

Ao padre Reonaldo Pereira da Cruz, por ter oportunizado a leitura dos registros de batismo, casamento e óbito dos Kaingang de Guarapuava. Sua mediação para ter acesso aos documentos da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava foi fundamental para a escrita da tese. Além de um grande amigo, o considero como um pai pelos conselhos, orientações e broncas ao longo de mais de 20 anos de convivência.

Ao longo de minha trajetória acadêmica construí uma bela e respeitosa amizade com os Kaingang. No princípio, era apenas um professor em busca de um espaço para desenvolver meu trabalho nas escolas localizadas na Terra Indígena de Rio das Cobras. Hoje, além de ter conquistado o respeito das chefias, lideranças, professores, jovens e velhos, fui agraciado com um nome na língua Kaingang, *Kanhró!* Esse gesto representa o grande respeito que construí ao

longo dos anos com seriedade e compromisso pela causa indígena. Obrigado!

Manifesto um agradecimento incondicional para minha companheira Daélly. Por muitos anos temos dividido nossos dias com a escrita desta tese de doutorado. Em meio a esse universo compartilhado ao longo de 15 anos, o melhor momento foi a chegada de nossa filha, Maria Laura! Sei que muitas vezes me ausentei como consequência da pesquisa, mas sempre acreditei que um dia concluiríamos essa etapa juntos!

Por fim, não menos importante, quero agradecer a Maria Laura por preencher minha vida de alegria, paz e muito amor!

Este terreno é dividido em duas chapadas, formando a superior e próxima aos campos de Guarapuava a região dos pinheiros, e a inferior a dos palmitos-molles, q. principia dés léguas além do já mencionado Campo do Chagú e offerece mtas. posiçoens vantajosas p. colonias-agricolas, igualmente no sertão ao Norte deste mesmo campo, é habitado o terreno por Índios de várias tribus=coroados, botucudos, inimigos uns dos outros, a quem dão reciprocamente o nome de **Caingang**. (Padre Antônio Braga de Araújo, 21/03/1857)

RESUMO

Esta tese tem por objeto de investigação o protagonismo dos Kaingang da província do Paraná e de sua luta política pela retomada das terras do Aldeamento de Atalaia, através da trajetória de Francisco Luiz Tigre Gacom, chefia indígena residente na vila de Guarapuava. Um personagem pouco conhecido na historiografia indígena da região sul, mas como consequência do convívio com diversos grupos sociais estabelecidos naquela região, ele se projeta como uma nova liderança em defesa do direito de propriedade do território do antigo aldeamento, concedido por carta de Sesmaria para abrigar os Kaingang, em 1818. Servindo-se de uma abordagem interdisciplinar que conjuga métodos da história, antropologia e da etno-história, a pesquisa filia-se ao advento nas últimas décadas de uma nova história indígena, em que esses indivíduos são vistos como sujeitos agindo de acordo com seus interesses e motivações, sendo protagonistas de suas estratégias de sobrevivência, resistência e persistência. Em diálogo com as orientações metodológicas da micro-história com enfoque para as trajetórias individuais, analisamos um conjunto de documentos que possibilitam novas conclusões sobre o papel exercido por esses sujeitos quando um novo sistema social, político e religioso lhes eram apresentados pelos representantes religiosos, civis e militares. Por fim, pretendemos com este estudo mostrar como se constituíram as redes de relacionamento, parentesco, compadrio e os arranjos familiares entre os Kaingang e a sociedade nacional em situação de aldeamento e pós aldeamento. Toda essa dinâmica social resultou em uma sequência de estratégias de luta pela retomada desse território no contexto da execução e aplicação da Lei de Terras de 1850.

Palavras-chave: Kaingang. Terras de Aldeamento. Aldeamento de Atalaia. Século XIX. Guarapuava. Paraná.

ABSTRACT

This thesis has as its object of investigation the protagonism of the Kaingang of the province of Paraná and their political struggle for the recovery of the lands of the village of Atalaia having as its theme the trajectory of Francisco Luiz Tigre Gacom, indigenous chief resident in the village of Guarapuava. A character little known in the indigenous historiography of the southern region, but as a result of the contact with various social groups established in that region, he projects himself as a new leadership in defense of the right of ownership of the territory of the former village of Atalaia, granted by letter from Sesmaria to house the Kaingang in 1818. Using an interdisciplinary approach that combines methods of history, anthropology, and ethnohistory, the research is affiliated with the advent of a new indigenous history in recent decades, in which these individuals are seen as subjects acting in accordance with their interests and motivations, being protagonists of their strategies of survival, resistance and persistence. Dialogue with the methodological orientations of microhistory focusing on the individual trajectories, we analyzed a set of documents that allow new conclusions about the role played by these subjects when a new social, political and religious system was presented to them by the representatives of the imperial authorities. Finally, we intend with this study to show how the relationship networks, kinship, cronyism and family arrangements among the Kaingangs were set up, which triggered a sequence of strategies to fight for the recovery of this territory in the context of the 1850 Land Law.

Keywords: Kaingang. Village Land. Atalaia Village. 19th Century. Guarapuava. Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monumento alusivo aos 200 anos da chegada dos povoadores	22
Figura 2 – Representação dos Kaingang no monumento	23
Figura 3 - Pais de Luiz Tigre Gacom e suas irmãs.....	49
Figura 4 - Primeiro encontro dos portugueses com os Kaingang de Guarapuava (16/12/1771)	59
Figura 5 - Representação do ataque aos camaradas de Afonso Botelho (8/01/1772)	60
Figura 6 - Família Antônio José Pahy Engrayê	93
Figura 7 - Família Araicó	94
Figura 8 - Família Luiz Tigre Gacom	102
Figura 9 - Sepultura Kaingang	134
Figura 10 - Sociabilidade Kaingang	137
Figura 11 - Família de Vicencia Jangrá	167
Figura 12 - Família de Vitorino Facxó Condá	180
Figura 13 - Família de Claro José Cavalheiro	187
Figura 14 - Família de José Caicang	193
Figura 15 - Família de Francisco Luiz Tigre Gacom	200
Figura 16 - Compadres de Luiz Tigre Gacom	223
Figura 17 - Compadres de Vitorino Facxó Condá	232
Figura 18 - Padrinhos dos filhos de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó	287
Figura 19 - Árvore genealógica de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó	296

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de indígenas no ano de 1821	99
Tabela 2 - Manuel Soares do Valle como padrinho de Batismo	126
Tabela 3 - Padres que realizaram sacramentos entre os Kaingang	148
Tabela 4 – Locais onde foram realizados os batismos	151
Tabela 5 - Sacramentos realizados no oratório da freguesia (1822-1825)	153
Tabela 6 - População de Guarapuava em 1828	157
Tabela 7 - População de Guarapuava em 1828, segundo informações de Antônio da Rocha Loures em 27 de outubro de 1828	158
Tabela 8 - Números aproximados de indígenas em 1828	158
Tabela 9 - Mulheres Kaingang chefes de domicílio no intervalo de 1830-1840	160
Tabela 10 - Mulheres brancas e indígenas chefiando domicílio em Guarapuava 1835-1840	161
Tabela 11 - Faixa Etária de indígenas na casa de particulares 1840	162
Tabela 12 - Batizados entre os Kaingang em Guarapuava (1812-1867)	170
Tabela 13 - Relação de índios de 1830	175
Tabela 14 - Mapa da população de Guarapuava em 1833	183
Tabela 15 - Família de Vitorino Facxó Condá	184
Tabela 16 - Potenciais chefes indígenas	194
Tabela 17 - Kaingang aldeados (1842)	195
Tabela 18 - Crescimento populacional de Guarapuava (1835-1890)	207
Tabela 19 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1812	213
Tabela 20 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1813	214
Tabela 21 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1814	214
Tabela 22 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1815	215
Tabela 23 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1816	215
Tabela 24 - Composição dos padrinhos e madrinhas em 1817	216
Tabela 25 - Recorrência de batismos no mesmo dia (1812)	218
Tabela 26 - Batismos em 1816	221
Tabela 27 - Irmãos de Viri	238
Tabela 28 - Primeiros padrinhos Kaingang	241
Tabela 29 - Mulheres indígenas como madrinhas	246
Tabela 30 - Recorrência de mulheres indígenas como madrinhas	246

Tabela 31 - Afilhados de Andreza Grendoró	248
Tabela 32 - Filhos de Vaipatifom	249
Tabela 33 - Afilhados de Genoveva Fuiró	257
Tabela 34 - Pedro Lemes como padrinho	266
Tabela 35 - Casamentos entre degredados e mulheres indígenas	269
Tabela 36 - Afilhados de Genoveva Iagnan	274
Tabela 37 - Afilhados Clemência Aranheran	280
Tabela 38 - Gertrudes Ningá como madrinha	283
Tabela 39 - Filhos de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó	293
Tabela 40 - Filhos de Aleixo Caimbry e Alexandrina	294
Tabela 41 - Propriedades de Francisco Manoel de Assis França	338
Tabela 42 - Famílias residentes nos campos das Laranjeiras (1853)	350
Tabela 43 - Famílias residentes no 8º quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras	354
Tabela 44 - “Propriedades” dos denunciados no ofício de 1862	371
Tabela 45 - Propriedades “indígenas” declaradas em 1856	374

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Início do povoamento do Sertão do Tibagi	55
Mapa 2 - Expedições do século XVIII–‘Descobrimento’ dos campos de Guarapuava	57
Mapa 3 - Interiorização dos Paulistas	68
Mapa 4 - Divisão de terras em Guarapuava em 1821	79
Mapa 5 - Brasil meridional com os domínios territoriais Kaingang no século XIX, o avanço das frentes de expansão e a regionalização dos dialetos Kaingang	119
Mapa 6 - Campos de Sepultura – Territórios do Kaingang	129
Mapa 7 - Localização dos campos do Paiquerê	261
Mapa 8 - Rocio da vila de Guarapuava	264
Mapa 9 - Caminho da vila de Guarapuava ao Chagú – 1858	352

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Casamentos envolvendo os Kaingang	268
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMG	Arquivo Câmara Municipal de Guarapuava
AESP	Arquivo do Estado de São Paulo
AMG	Arquivo Municipal de Guarapuava
AN	Arquivo Nacional
APP	Arquivo Público do Paraná
CEDOPE	Centro de Documentação e Pesquisa
IN	Índio Neófito
IP	Índio Pagão
ISP	Índio semi-pagão
LB	Livro de Batismo
LH	Lista de Habitantes
LM	Livro de Matrimônio
LO	Livro de Óbitos
PI	Pai incógnito
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Pesquisa
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência
PIN	Política Indígena
PNSBG	Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava
PSBJP	Paróquia Senhor Bom Jesus de Palmas
RC	Rol de Confessados
RDQ	Rol de Desobriga Quaresmal
RI	Relação de Índios
TI	Terra Indígena
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE UM ALDEAMENTO IMPERIAL	46
1.1 Expansão e defesa das fronteiras portuguesa.....	50
1.2 O avanço para o sertão do Tibagi	54
1.3 Indígenas e aldeamentos na Província de São Paulo	65
1.4 A posse dos campos de Guarapuava	73
1.5 Os Kaingang e a sociedade nacional	85
1.5.1 “O melhor de todos os índios” - Antônio José Pahý Engrayê	89
1.5.2 “Este índio chefe, com efeito, era um tigre” - Luiz Tigre Gacom	100
2 DINÂMICA POPULACIONAL E CHEFIAS INDÍGENAS EM GUARAPUAVA	114
2.1 “fallam, pôrem não se entendem”	117
2.2 Um lugar sagrado: os campos de Sepultura	125
2.3 Poligamia e chefia indígena	141
2.4 “Misturados à massa da civilização”	146
2.5 Sacramentos e as estratégias familiares	169
2.6 O retorno de Vitorino Facxó Condá junto aos aldeados	175
2.7 Francisco Luiz Tigre Gacom, chefe indígena?	198
3 A INSTITUIÇÃO DO COMPADRIO E APADRINHAMENTO NA SOCIABILIDADE KAINGANG	206
3.1 Compadrio: uma estratégia política	210
3.2 Indígenas, povoadores, libertos e suas estratégias sociais	239
3.2.1 Helena da Cruz Iahuri.....	253
3.2.2 Genoveva Fuiró.....	255
3.2.3 Beatriz Herimó	258
3.2.4 Degredados e mulheres indígenas: formas de reinserção social	268
3.3 Francisco Luiz Tigre Gacom e suas redes de compadrio e parentesco	285

4 ALIANÇAS CONSTRUÍDAS E OS EMBATES PELA POSSE DAS TERRAS DO ALDEAMENTO DE ATALAIA	300
4.1 Territórios tradicionais no século XIX	303
4.2 Indígenas e terras para aldeamento: uma relação especial	316
4.3 Guarapuava “ameaçada”: tensões, conflitos e acordos	334
4.4 A ocupação anunciada: estratégias políticas de Francisco Gacom	377
CONSIDERAÇÕES FINAIS	410
FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS	417
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	426

INTRODUÇÃO

Toda tese tem uma história e essa não poderia ser diferente. Ela começou no ano de 2003, quando concluímos o último ano da graduação no curso de licenciatura em história da Unicentro/Pr. Ao mesmo tempo em que cumpria rigorosamente as fases programadas para aquele ano, como a preparação de aulas para a finalização dos estágios obrigatórios em escolas da rede pública de ensino e a escrita do trabalho de conclusão de curso, à noite, após retornar da universidade, fazíamos leituras sobre a temática indígena madrugada adentro e quando conseguimos uma folga mergulhamos no arquivo histórico da Paróquia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, em busca de documentos sobre os indígenas catequizados na região.

Desse esforço, fomos recompensados com a aprovação no Mestrado em História na Universidade de Passo Fundo/RS, antes mesmo da colação de grau, em dezembro de 2003. Nessa instituição, buscamos por meio dos documentos infracitados e outros relatórios escritos pelos povoadores dos campos de Guarapuava, compreender de que forma os Kaingang foram sendo incorporados à sociedade nacional através do catolicismo. Desde a sua defesa ocorrido, em abril de 2006 até 2009, trabalhamos na rede de ensino privado atuando como professor do 5º ano ao Ensino médio. Em paralelo, continuávamos nossa pesquisa nos arquivos da região.

Ao ser aprovado no concurso público para o exercício do magistério superior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Laranjeiras do Sul/PR, no ano de 2010, tive que pausar a pesquisa por algum tempo, pois a construção de uma universidade recém-criada demandava prioridade em trabalho com reuniões, viagens, elaboração de PPCs, regulamentos e construção de políticas internas de acesso e permanência dos acadêmicos. Como sempre estive próximo dos debates sobre os povos indígenas, houve a nomeação para compor uma comissão responsável pela elaboração da política que permitisse o ingresso dos indígenas na UFFS. Para tal, lideranças indígenas foram convidados, caciques e outros líderes das Terras Indígenas de Rio das Cobras, Boa Vista, Mangueirinha e de Palmas¹, para a construção da Política de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas na Universidade.

Após vários meses de debates em seminários e reuniões, o Conselho Universitário aprovou a política de acesso e permanência dos indígenas na universidade, com a oferta de duas vagas suplementares para cada curso de graduação e a reserva de duas vagas para os programas de pós-graduação *Lato Sensu* e *Strictu Sensu*.

¹ No Paraná participaram os representantes das terras indígenas mais próximas do campus de Laranjeiras do Sul e Realeza. O mesmo ocorreu no estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O PIN (Política Indígena), como passou a ser chamado internamente na universidade, esta incentiva também a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão nas comunidades. Nesse propósito, realizamos um seminário na Terra Indígena (TI) Rio das Cobras para discutir alguns eixos temáticos voltados para as necessidades mais emergentes da comunidade. Como resultado desse diálogo elaboramos um plano de projetos de extensão e pesquisa conforme as prioridades estabelecidas pelos grupos de trabalho, naquele ato representado pelas etnias Kaingang e Guarani.

Desde 2010 até 2016, ano de meu afastamento para capacitação nível doutorado, foram realizados vários projetos na TI Rio das Cobras e na TI Boa Vista. Em alguns momentos como coordenador e em outros como professor colaborador. Como coordenador desenvolvemos dois projetos na área da educação, o PIBID Diversidade e o PIBIC-Ensino Médio no Colégio Estadual Rio das Cobras. Na parte mais técnica, fomos colaborador no projeto de extensão coordenado por uma equipe do curso de Engenharia de Aquicultura com o projeto “Aquicultura em Terras Indígenas”, em que o objetivo principal era incentivar o cultivo de peixes em açudes para consumo interno e a longo prazo motivá-los a sua comercialização, gerando renda e melhorando a qualidade de vida das famílias residentes nesse território.

Mesmo com todo o nosso compromisso com a comunidade indígena, tínhamos convicção da importância de retomar o projeto de pesquisa sobre os Kaingang e as frentes de ocupação e povoamento iniciado no século XIX. Com o convívio quase semanal junto aos Kaingang, ouvíamos algumas histórias e “causos” narrados pelos mais velhos sobre o processo de conquista da terra e o papel exercido pelos caciques e outras lideranças. Embora com todo o esforço desses sujeitos em rememorar esse passado trazendo personagens importantes nesse processo de luta, pouco se falava sobre os indígenas de Guarapuava, como se os Kaingang residentes no Rio das Cobras, região onde se localizava no século XIX os campos das Laranjeiras e do Chagú, não fizessem parte desse passado.

No mesmo ano que ingressamos na universidade como professor em 2010, o município de Guarapuava iniciava suas atividades comemorativas alusivas aos 200 anos da chegada da Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava, ocorrida no dia 17 de junho de 1810. Como marco dessas comemorações foi inaugurado a estátua do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante e chefe da expedição, montado em seu majestoso cavalo.

Figura 1: Monumento alusivo aos 200 anos da chegada dos povoadores



Fonte: Guilherme Henrique Durat

Inaugurado em meio a uma pequena parcela da população do município de Guarapuava, talvez uma centena, as pessoas que ali estavam representavam alguns segmentos sociais que haviam chegado no ano de 1810. Autoridades políticas, judiciárias, militares e eclesiásticas se revezavam com discursos inflamados da grande “conquista” de Diogo Pinto e de seus subalternos desbravadores.

Logo abaixo da estátua monumental duas imagens estampadas em cerâmicas, um tanto quanto polêmicas nos chamaram atenção pela maneira como os pobres livres, degredados, escravos e indígenas foram rememorados. Não foram esquecidos, mas sua participação foi ínfima e seu lugar na história deveria ficar abaixo do imponente conquistador, como se esses homens e mulheres de diferentes estratos sociais estivessem silenciados, esquecidos e marginalizados pela historiografia.

Na ilustração sobre indígenas recaiam uma cena emblemática ao estarem representados assistindo passivamente as exortações do missionário da expedição e responsável pela catequese, o Padre Francisco das Chagas Lima. Imagem, ao que sabemos já muito presente no

imaginário social da população regional de que não houve resistência indígena à chegada dos povoadores e que ao longo do tempo foram sendo “catequizados” e “incorporados à massa da civilização”.

Figura 2: Representação dos Kaingang no monumento



Fonte: Guilherme Henrique Durat

Entretanto, o padre Chagas Lima em suas reflexões sobre a catequese indígena expressava-se negativamente sobre a “inconstância” dos Kaingang para internalizar os valores cristãos e assumirem as regras da sociedade nacional: “Os índios aldeados foram como uma matéria humida, que custa a incendiar-se”.² Essa frase de descontentamento do padre Chagas Lima, em tom de desabafo, era a mais evidente manifestação de resistência dos Kaingang frente aos projetos assimilacionistas, onde esses indivíduos assumiram uma postura mais cautelosa de acordo com seus entendimentos, optando em fazer parte daquele sistema que os retirava de suas antigas habitações e os colocava em aldeamentos sob os princípios da religião e da civilização.

O vínculo com a comunidade indígena, tanto no desenvolvimento de projetos de extensão e ensino, dos laços de amizade construídos ao longo desses 10 anos, quanto às questões e a forma como os Kaingang foram representados no monumento fortaleceram nossos objetivos de pesquisa e tivemos a plena convicção de que era necessário trazer para o “palco da história” a presença indígena e o seu protagonismo junto ao contexto de ocupação, povoamento e expansão das fronteiras nacionais em seus territórios. Tais fatos históricos que não eram

² LIMA (b), Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, Ana Luisa Fayet (Org). **Documentação sobre os povos indígenas: séculos XVIII e XIX**. Curitiba: Editora Aos quatorze ventos, Série Monumenta, v. 3, nº 9, 2000, p. 70.

desconhecidos e alheios às nossas leituras sobre esse momento, pois havíamos identificado nas fontes documentais da nossa dissertação de mestrado uma presença expressiva de indígenas nas primeiras décadas de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava.

Naquela ocasião, nos debruçamos sobre diversos documentos de batismo, casamento e óbitos registrados pelo padre Chagas Lima junto aos Kaingang que estiveram no abarracamento dos povoadores, espaço territorial que mais tarde se tornaria o aldeamento de Atalaia.³ Embora, naquele momento, tivéssemos delimitado nossa pesquisa no período em que o padre Chagas Lima ficou responsável pelo trabalho catequético entre os indígenas (1812-1828), já tínhamos efetuado algumas leituras e acessado documentos que nos davam uma compreensão mais ampla da situação dos indígenas no pós aldeamento de Atalaia. Portanto, era essencial ampliar o recorte temporal de modo a contemplar acontecimentos importantes das relações tecidas entre os Kaingang e a sociedade nacional.

Nesse sentido, a tese tem por objeto de investigação o protagonismo dos Kaingang da província do Paraná e de sua luta política pela retomada das terras do Aldeamento de Atalaia no século XIX. Para cumprir com esse propósito analisamos a trajetória de Francisco Luiz Tigre Gacom, um personagem pouco conhecido na historiografia indígena da região sul. Ao constatar que os Kaingang estavam perdendo as terras do aldeamento para alguns invasores ele se projeta como uma nova liderança em defesa do direito de propriedade do território, concedido por carta de Sesmaria para abrigar os Kaingang, em 1818. Com base em uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa ressalta as estratégias indígenas buscando compreender suas opções, ações e decisões frente aos interesses diversos de pessoas e grupos com as quais eles iam interagindo. Assim como para muitos estudos preocupados com a temática indígena, o protagonismo do qual compactuamos, se orienta “[...] valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados.”⁴

A história dos “índios de Guarapuava”, expressão bastante usual na documentação da época, se apresenta de uma maneira bastante atípica em relação aos aldeamentos criados no mesmo período. Em termos jurídicos, os indígenas ficaram submetidos às determinações das autoridades paulistas até 1853, quando essa região passa a pertencer à nova Província do Paraná, criada naquele ano. No que diz respeito às relações sociais, logo após o estabelecimento da Real Expedição, os indígenas convivem junto com os povoadores no Abarracamento de Atalaia e

³DURAT, Cristiano Augusto. **Os processos incorporativos do indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do catolicismo.** Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UPF, Passo Fundo/RS: 2006.

⁴ALMEIDA (c), Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n° 2, 2012, p. 22.

depois com a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 1818, o local onde estavam passou a ser sede do Aldeamento de Atalaia, criado também naquele ano para abrigar os Kaingang da região.

As pesquisas sobre Francisco Gacom pouco avançaram na historiografia, apesar de seu esforço em defesa dos direitos indígenas em boa parte do século XIX. Ao se investigar um pouco mais sua trajetória, encontramos um breve relato no livro “As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)”, de Lúcio Tadeu Mota. Depois de discorrer, cronologicamente, sobre os vários embates entre os Kaingang e os não indígenas, desde o primeiro contato ocorrido nos anos finais do século XVIII até as três primeiras décadas do século XX, Mota apresenta um pequeno relato sobre a indicação de Francisco Gacom para cacique do aldeamento de Marrecas, em 1880⁵.

Outra referência sobre Francisco Gacom vem da tese de Luiz Fernando da Silva Laroque. Dedicada ao estudo das lideranças indígenas Kaingang na região sul do Brasil entre os anos de 1889 e 1930, Laroque apresenta Francisco Gacom como o principal aliado de Paulino Arack-Xó na luta pela posse dos territórios do vale do rio Ivaí, chegando inclusive a negociar a demarcação de terras com as autoridades provinciais⁶.

Francisco Gacom pertence ao povo Kaingang, o mais numeroso grupo Jê do sul do Brasil, o território atual de ocupação dessa etnia compreende o oeste do estado de São Paulo, os estados do Paraná, de Santa Catarina e a porção norte do Rio Grande do Sul. S, com sua população estimada em torno de 45.620 mil pessoas, distribuídas em 46 terras indígenas, conforme os dados do último censo do IBGE de 2010.⁷

Quando nos reportamos aos campos de Guarapuava, estamos nos referindo ao território que compreende atualmente a região centro oeste do estado do Paraná. Na virada do século XIX, os campos de Guarapuava pertenciam à região sudoeste da província de São Paulo e estava ligada juridicamente a vila de Castro conforme definição de Daniel Pedro Müller:

Guarapuava fazia parte da 5ª comarca tendo como cabeça do termo Castro. Esta povoação teve antigamente o nome de Yapó, por se ter fundado na margem do rio da mesma denominação. Foi fundada no anno de 1788 e depois erecta em Villa em 1798. O seu districto abarca um extenso território [...] D'ella se formou um só termo em razão de muito terreno que abrange. Comprehende quatro Freguezias, a saber: [...] Jaguaraíba;

⁵ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá/Pr: Eduem, 2009, p. 265.

⁶ LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Tese de Doutorado. UNISINOS-PPGH: São Leopoldo/RS, 2006, p. 107.

⁷ <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acessado em 15/05/2017.

[...] Ponta Grossa; [...] Tibagi; [...] N. Sra. Do Belém de Guarapuava⁸.

Essa área foi objeto de diversas bandeiras exploratórias a partir da segunda metade do século XVIII, quando as autoridades portuguesas preocupadas com uma possível invasão dos espanhóis nesses territórios destinam esforços humanos e econômicos pela sua defesa, garantindo assim a expansão dos domínios portugueses. Naquele contexto temporal, acreditava-se que o sucesso desse empreendimento teria resultados satisfatórios se ali fosse estabelecida uma população estável e preparada a empunhar as armas reais em nome do rei de Portugal. O primeiro capítulo da tese faz um delineamento para que se possa acompanhar, as entradas setecentistas pelo sertão dos campos de Guarapuava, como uma iniciativa de Dom Luiz Antonio Mourão – Morgado de Mateus, cuja finalidade era garantir o domínio sobre territórios indefinidos e nesses espaços incentivar a produção de alimentos, conforme resume Fernando Franco Netto:

[...] devemos entender que a política adotada pelo governo foi de expansão de fronteiras, baseadas em expedições militares de defesa, sem dúvida, para incrementar sua política econômica e social, baseadas nas transformações agrícola e populacional, visando, assim, ao desenvolvimento daquelas áreas relativamente vazias. Portanto, o processo de ocupação e povoamento de Guarapuava não foi espontâneo⁹.

A primeira tentativa de ocupação dessa região não se concretizou e por quase quatro décadas de novo, o projeto de povoamento deste território voltou a ser tema de interesse das autoridades portuguesas com o estabelecimento de Dom João VI no Brasil, em 1808. O monarca, por Carta Régia de 01/04/1809, determinou a ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava e para chefiar este empreendimento foi designado o tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e para a assistência religiosa dos membros da expedição e para o trabalho de catequese com os indígenas foi designado o padre Francisco das Chagas Lima.¹⁰

Francisco Gacom transita por vários espaços e contextos, iniciando sua trajetória no abarracamento de Atalaia, no aldeamento, transferindo-se junto com outros indígenas para a freguesia e por fim na vila de Guarapuava, o que entendemos ser seu pós aldeamento. Ao sinalizarmos essa mudança de espaço territorial identificamos que houve alterações na forma de interagir com os povoadores. Na província do Paraná, temos um número bastante reduzido

⁸ MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838, p. 72.

⁹ NETTO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava/Pr: Unicentro, 2007, p. 48.

¹⁰ **CARTA RÉGIA 01/04/1809**. “Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território”. In: CUNHA (a), Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio, 1992, pp.69-72.

de trabalhos que contemplem à periodização aldeamento e pós aldeamento.¹¹

Nas últimas décadas, as pesquisas dedicadas à temática indígena têm demonstrado um avanço considerável no Brasil. Para além do interesse pela história do encontro de mundos diferentes, entre indígenas e colonizadores, essas novas pesquisas trazem para o “palco da história” um novo olhar a respeito dos processos históricos aos quais os povos indígenas foram submetidos ao longo de mais de quinhentos anos. O diálogo proposto pela história e pela antropologia, ao articular suas respectivas ferramentas de pesquisa, abre espaço para trabalhos excepcionais que apresentam metodologias e outros pontos de vista para a escrita de uma nova história indígena. Sobre esse aspecto, Maria Regina Celestino de Almeida nos diz que:

Historiadores e antropólogos têm aceitado o desafio, e de sua interlocução crescente resultam novas formas de compreensão sobre as culturas, as identidades e as relações interétnicas entre povos etnicamente diversos. Questionam e interpretam documentos históricos com indagações etnológicas, analisam culturas dos povos e indivíduos, procurando entendê-las em contextos históricos definidos e articulados às relações sociais e interétnicas por eles estabelecidas.¹²

Não se trata apenas de um revisionismo dos períodos históricos em que os povos indígenas foram retratados de forma negativa – como resistentes à integração imposta pelas autoridades coloniais –, em alguns casos, esquecidos ou silenciados nos gabinetes e nas histórias nacionais de outrora. Busca-se mostrar o protagonismo desses grupos indígenas na atuação em defesa de seu modo de vida, sua cultura, sua organização social e cosmológica. Sabemos que muitos grupos não deixaram suas ações e reclamações registradas em documentos.

Entretanto, os agentes coloniais, militares e religiosos, os cronistas e viajantes fizeram suas anotações e é através desses documentos que outros questionamentos podem ser elaborados por pesquisadores, orientados pelo uso tanto de novos conceitos quanto de novas metodologias de análise e interpretação.

Um exemplo relevante dessa guinada conceitual sobre os povos indígenas e as consequências do avanço colonial em seus territórios são as pesquisas desenvolvidas por Steve Stern com as populações andinas. Em suas reflexões Steve Stern discute o conceito de

¹¹ Realizando uma discussão acerca das colônias indígenas no Paraná, Mota se propõe a relatar o aldeamento de Atalaia, como o primeiro a ser fundado no século XIX, sem aprofundar a discussão acerca da sua operacionalidade. MOTA (d), Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

¹² ALMEIDA, Maria Regina Celestino. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 166.

“resistência adaptativa”, afirmando que, para cada “ação” empreendida pelos colonizadores, os povos indígenas apresentaram uma “reação”¹³.

Esse conceito de “resistência” pode ser aplicado em várias situações, sendo que uma chave de interpretação desse conceito está relacionada ao protagonismo desses indivíduos optando em fazer parte ou não daquele modelo de “civilização”, cujo principal caminho passava pela “catequização”. É certo que alguns grupos indígenas optaram pelo convívio pacífico com a sociedade colonial ao passo que outros decidiram permanecer no modo de vida tradicional, retardando por algum tempo o estabelecimento dessas relações. Contudo, aqueles que ficaram juntos aos povoadores também negociaram e criaram estratégias de sobrevivência e proteção segundo suas características culturais, sociais e políticas.

Ainda que alguns grupos indígenas tenham aceitado as regras do jogo em determinado contexto histórico, tornando-se “aliados” das autoridades coloniais, essa situação não reflete a totalidade dos acontecimentos. Já para aqueles grupos étnicos mais resistentes aos projetos integracionistas, criava-se um conjunto de regramentos, cujas consequências poderiam desencadear uma série de abusos por parte da população.¹⁴

Nesse caso, o conceito de “resistência adaptativa” permite aprofundar outros aspectos que não foram analisados pela historiografia “oficial” sobre a participação indígena nos processos históricos de constituição da sociedade nacional. Nesse sentido, trata-se de inseri-los numa nova cultura historiográfica que os reconheça como protagonistas da sua história.

O desafio de percorrer a atuação de Francisco Gacom, no século XIX não é das tarefas mais fáceis, especialmente pelas fontes documentais que não fazem referência ao seu nome como uma liderança indígena. Conforme podemos acompanhar ao longo da tese, Francisco Gacom deu um novo significado para sua organização espacial adotando a vila de Guarapuava como sua unidade político territorial. É com essa assertiva que a pesquisa se orienta metodologicamente pela redução de escala de observação tendo a vila de Guarapuava com um local inserido em complexas relações sociais entre os Kaingang e os representantes da sociedade nacional. Segundo Jacques Revel, um dos principais defensores desse campo de análise:

A aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque

¹³ STERN, Steve J. The Age of Andean Insurrection, 1742-1782: A Reappraisal. In: STERN, Steve J. **Resistance, Rebellion, and Consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th**. The University of Wisconsin Press, 1987, p. 34-93.

¹⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 21.

é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes.¹⁵

Assim é indispensável estudar o espaço geográfico e social que ocupa Guarapuava no século XIX, como também, torna-se fundamental acompanhar a trajetória de Francisco Gacom, em diferentes contextos.

Ao pesquisar a trajetória de indivíduos de qualquer origem social recai a responsabilidade também de reconstruir o contexto social, espaço onde ele fortalece e amplia suas relações sociais, políticas e culturais:

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.¹⁶

Um dos expoentes da micro-história, Giovanni Levi, aponta para a necessidade de preservar o espaço social em que o indivíduo mantém suas relações sociais. Essas trajetórias individuais estão inseridas em um contexto e nesse espaço tem a função de suprir vazios nas fontes documentais quando há carência de documentos sobre o indivíduo. Nesse caso, o contexto em que o indivíduo pesquisado vive se comparado a outros personagens similares contemporâneos ao enredo e com trajetórias parecidas ajudam a compreender suas ações e estratégias com os povoadores. Nesse objetivo que Levi explora em sua escrita “a relação entre as normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade ou ainda entre racionalidade absoluta ou limitada.”¹⁷

Sobre esse aspecto vale a pena refletir sobre essa indicação da micro-história de que o indivíduo pesquisado é capaz de revelar aspectos da sociedade da qual ele está inserido. Essa explicação se aproxima do pensamento do Émile Durkheim de que a explicação da vida social acontece por meio da sociedade e não pelo indivíduo. A experiência individual é um sintoma do que está ocorrendo no grupo do qual ele é membro. Para explicar esse fenômeno Durkheim define ‘fato social’ da seguinte maneira:

¹⁵ REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do Social. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. 32.

¹⁶ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, p. p. 249.

¹⁷ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 179.

É um fato social toda a maneira de agir, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda; que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.¹⁸

O indivíduo é o resultado de uma ação exterior, nesse caso, da sociedade. Dito de outra forma é a sociedade que explica o modo como o indivíduo se comporta perante as adversidades. Assim sendo, a sociedade da qual Francisco Gacom faz parte é composta por vários segmentos sociais como os militares, religiosos, fazendeiros, juristas, degredados, pobres livres, libertos e escravos. Essa dinâmica populacional em Guarapuava, aciona um conjunto de estratégias de luta política ao constatar a perda das terras do aldeamento. A pressão exercida por esses grupos, especialmente, ocupando terras nos arredores da vila representava a perda da sua identidade indígena.

Para melhor definir o que Durkheim entende por fato social, ele apresenta duas características fundamentais: a primeira é a de que esses fatos sociais são exteriores, comportamentos sociais que agem fora da consciência do indivíduo; a segunda, é a de que esses fatos sociais são também coercitivos, cuja imposição vem da sociedade para o indivíduo. Quando não seguimos os comportamentos sociais como uma opção individual, sentimos a pressão da sociedade sobre nossas ações. O comportamento exercido por Francisco Gacom na segunda metade do século XIX, em defesa das terras do aldeamento de Atalaia, demonstra essa assertiva, quando um grupo de pessoas o acompanham no propósito de reaver o direito de posse sobre os domínios da antiga sesmaria.

De modo a contribuir aos estudos micro-históricos diminuir a escala de observação é imprescindível para ampliar o campo de análise da sociedade em que o indivíduo faz parte. Sobre este aspecto Carlos Antonio Aguirre Rojas aponta que:

Essa nova abordagem reivindica, entre seus procedimentos principais, a “mudança de escalas” do nível de observação e de estudo dos problemas históricos. Isso significa que ela utiliza o acesso aos níveis “micro-históricos” – a escalas pequenas ou reduzidas de observação, que podem ser locais, mas também individuais ou referidas a um fragmento, uma parte ou um elemento de uma realidade qualquer – como espaço de experimentação e de trabalho, como procedimento metodológico para o enriquecimento da análise histórica.¹⁹

¹⁸ DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 93.

¹⁹ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana**: modo de uso. (Trad) MALERBA, Jurandir. Londrina: EDUEL, 2012, p. 89.

É no plano do micro que podemos construir trajetórias individuais e identificar em que contextos as pessoas se movimentam, pensam e determinam seu modo de vida. Como as estruturais sociais se organizam, quais as estratégias de uma determinada comunidade em relação aos códigos sociais, como as normas e comportamentos, identificar as irregularidades, os modos e estratégias de sobrevivência, entre outras possibilidades de análise do social são possíveis através dessa orientação.²⁰

Fatos e situações que uma abordagem macro não conseguiria identificar, exatamente porque seu objeto de análise não permite incluir em suas hipóteses de pesquisa as contradições e as experiências individuais, a micro-história revela como esses processos se desenrolam em uma determinada localidade e como esses indivíduos reconfiguram uma ordem previamente estabelecida. Para Henrique Espada Lima, se observamos os “argumentos que inspiraram os trabalhos dos micro-historiadores[...], podemos encontrar um programa de pesquisa que compreendia muito claramente a necessidade de integrar as singularidades da realidade histórica com os processos sociais de grande fôlego e longo alcance”.²¹

Em se tratando de perspectivas teóricas o estudo se filia ao advento de uma história-problema proposto pela Escola dos Annales. Nessa nova corrente de pensamento, além do abandono da história narrativa, onde os fatos e situações apenas eram encadeados no tempo sem uma reflexão que pudesse contrapor os fatos sociais.²² Na esteira desse debate surge o conceito de interdisciplinaridade proposto por Lucien Febvre. Para este historiador, a história deveria unir-se às outras ciências sociais na perspectiva da longa duração, que esses campos de conhecimento “trocariam serviços”: conceitos, técnicas, dados, problemas e hipóteses.²³ Com o advento de uma nova história indígena, a interdisciplinaridade fortaleceu seus objetivos com o diálogo cada vez mais contundente entre a história e a antropologia, resultando em metodologias próprias dedicadas à história indígena: a etno-história.

Embora essa metodologia seja bastante recente entre os pesquisadores da temática indígena, o debate sobre a etno-história iniciou em 1946, quando o Congresso Americano criou uma comissão para julgar os pedidos de revisão das indenizações e/ou compensações dadas aos nativos americanos que nesse momento reivindicavam reparações sobre as perdas que haviam tido com a expansão das fronteiras em seus territórios tradicionais. Essa demanda gerou um

²⁰ LEVI, Giovanni. Sobre la microhistoria. In: **Formas de hacer historia**. Madri: Alianza Editorial, 1993, p. 122.

²¹ LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul/dez. 2015, p. 582/583.

²² REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 73.

²³ Idem, p. 81.

número significativo de pesquisas nas ciências humanas, o que resultou em um número substancial de laudos e outros documentos que informam as autoridades sobre a real situação dessas populações. Esse trabalho desenvolvido com pesquisadores de várias áreas do conhecimento serviu como subsídio para solucionar os conflitos entre os remanescentes das populações indígenas com a sociedade norte-americana²⁴.

Cumprida essa primeira etapa de pesquisa, os estudiosos da temática indígena organizaram uma conferência da *Ohio Valley Historic India Conference*, na cidade de Columbus, 1953. O objetivo principal desse evento era refinar o uso da etno-história e buscar um ponto de equilíbrio para reafirmá-la como a principal metodologia de análise para a temática indígena. Os temas discutidos nessa conferência resultaram na primeira edição da revista *Ethnohistory*, publicada em 1954.²⁵

O impasse e as incertezas quanto às definições sobre a etno-história e o seu lugar nas pesquisas acadêmicas foi objeto de análise do historiador Ermine W. Voegelin na primeira edição da revista *Ethnohistory*, em 1954. Na apresentação desta edição Voegelin mostrou as fragilidades do debate entre os historiadores e antropólogos de que ambas deveriam ampliar o diálogo de suas fontes de pesquisa para chegar a resultados mais satisfatórios e afirmar o campo da etno-história como o espaço da história indígena²⁶.

Na primeira da edição da revista *Ethnohistory*, Voegelin também escreveu sobre os objetos de análise da etno-história: “study of identities, locations, contacts, movements, numbers, cultural activities of primitive peoples from the earliest written records concerning them, onward in point of time.”²⁷ Essa definição recebeu várias críticas, especialmente dos antropólogos que estudam as populações indígenas no presente, pois as fontes documentais defendidas por Voegelin restringia-se quase na sua totalidade ao ofício do historiador.

De certa forma, as fontes de análise defendidas por Voegelin excluem outros documentos ligados aos grupos indígenas numa perspectiva de longa duração, campo de análise dos arqueólogos e dos antropólogos. Anos mais tarde, Gene Weltfish, antropólogo de formação acrescentou ao debate outras fontes importantes dos quais os pesquisadores deveriam consultar para as suas respectivas análises: “arrangements of things in tombs, archaeological artifacts, names and their linguistic significance, folklore, institutional forms, personal reminiscences,

²⁴ Ibid, p. 487.

²⁵ VOEGELIN, Erminie W. A Note from the Chairman. *Ethnohistory*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-3, apr.1954.

²⁶ VOEGELIN, Ermine W. An Ethnohistorian's View point. *Ethnohistory*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 166-171, nov. 1954, p. 168.

²⁷ VOEGELIN, p.1-2.

direct observations, and interviews.”²⁸

Segundo o historiador Lúcio Tadeu Mota, foi na oitava reunião anual da *American Indian Ethnohistoric Conference* em 1960²⁹, que a etno-história começou a ganhar contornos mais precisos sobre sua operacionalização metodológica, embora não houvesse um consenso geral entre os participantes. Os pesquisadores debateram exaustivamente sobre o lugar da etno-história, cujos resultados mais satisfatórios foram publicados na revista *Ethnohistory*:

[...] as discussões procuravam responder se a etno-história era uma disciplina independente, ou uma sub-disciplina da antropologia ou da história, ou uma técnica especial de análise dos dados ou ainda uma maneira convincente de fornecer dados para outras disciplinas. Discutia-se também se a etno-história estava mais ligada à antropologia ou à história, ou se era simplesmente uma espécie de “terra de ninguém”.³⁰

Com a incorporação de outras fontes de pesquisa advindas de outras áreas de conhecimento a etno-história ampliava seu escopo documental, mas ainda faltava atribuir a natureza e seu lugar nesse debate. O arqueólogo Bruce Trigger, em seu artigo intitulado *Ethnohistory: Problems and Prospects* e publicado na revista *Ethnohistory* em 1982, concluiu seus argumentos afirmando que a etno-história é uma metodologia de análise na qual conjuga fontes de pesquisa de várias disciplinas, com ênfase para a história, antropologia, arqueologia e a linguística.³¹

Desde então, os pesquisadores que se propõem a trabalhar com a metodologia da etno-história precisam conhecer minimamente as técnicas de pesquisa de outras disciplinas para satisfazer seus objetivos de pesquisa e obter respostas para suas questões nas fontes documentais. Em um recente artigo, Ana Lúcia Vulfe Nötzold e Kerollainy Rosa Schültz, historiadoras que se utilizam da etno-história em suas pesquisas afirmam que as:

Práticas comumente utilizadas pela Antropologia, como o diário de campo, se tornam possibilidades para os historiadores se aproximarem dos povos indígenas e da compreensão de seus contextos históricos – do mesmo modo a análise dos documentos históricos pode auxiliar a etnologia, enriquecendo o conjunto de informações de determinado grupo pesquisado.³²

²⁸ WELTFISH, Gene. The Question of Ethnic Identity, an Ethnohistorical Approach. *Ethnohistory*, v. 6, 1959, p. 321.

²⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. **Etno-história**: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 5-16, julho-dezembro, 2014, p. 14.

³⁰ CAVALCANTE, Thiago L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In: **História** (São Paulo). V. 30, n.1, p.349-371, jan/jun.2011.

³¹ TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Prospects. *Ethnohistory*, v. 29, n. 1, p. 1-19, winter, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/481006>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

³² NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; SCHÜLTZ, Kerollainy Rosa. Potencialidades na História Indígena para a Interdisciplinaridade: diálogos entre história e antropologia. Rio de Janeiro, vol 2, nº 2, junho de 2019. **Revista**

Eis um grande desafio para os estudos da etno-história em buscar uma formação intelectual em outras áreas de conhecimento. Não podemos esquecer que a etno-história é uma metodologia de pesquisa com especial atenção para as populações indígenas, isso demanda para o pesquisador um conhecimento mais amplo sobre a antropologia, apropriar-se de suas teorias e outras metodologias de pesquisa e por fim, fazer uso apropriado da interdisciplinaridade. José Luis de Rojas entende que esse método interdisciplinar etno histórico reforça o argumento de que o pesquisador precisa dialogar com outras metodologias e teorias de outros campos de conhecimento.³³

Na década de 70, do século passado, os povos indígenas do Brasil eram quase exclusivamente um campo de estudo da antropologia. Os pesquisadores iam até esses grupos para registrar suas memórias, seus mitos, descrever sua organização social e cosmológica. O principal objetivo era registrar e documentar a presença desses grupos antes do seu extermínio, desintegração social e em última instância sua completa transformação ao mundo branco. De acordo com John Manuel Monteiro a temática indígena como interesse de historiadores dava seus primeiros passos com auxílio de novas reflexões teóricas.³⁴

Com o processo de redemocratização e a abertura política no Brasil, bem como a construção de uma nova constituição, os povos indígenas lutaram por meio de seus interlocutores, de associações, igrejas e do próprio movimento indígena, garantir direitos na Carta Constitucional de 1988. Todo esse movimento foi fundamental para o aumento de pesquisas sobre a temática indígena, para debater temas como território, cultura e uma educação escolar diferenciada.

Um dos marcos dessa virada historiografia sobre os índios se deu com alguns debates organizados pelo prof.º Silvio Coelho dos Santos, em Santa Catarina, em dois momentos, respectivamente, em 1980 e 1983. Antes da segunda reunião, o antropólogo publicou um livro com o título, “O índio perante o direito”.³⁵ Uma publicação referência para compreender o contexto e a situação dos povos indígenas na região sul. No prefácio dessa obra, David

Digital Formação em Diálogo. Dossiê Interdisciplinaridades: perspectivas e experiências para o ensino na Educação Básica. In: <https://revistadigitalformacaoemdialogo.blogspot.com/>. Acessado em 01 de julho de 2019., p. 64.

³³ ROJAS, José Luiz. **La Etnohistoria de América.** Los indígenas, protagonistas de sua história. Buenos Aires: SB, 2008, p. 118.

³⁴ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e os historiadores.** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acessado em junho de 2009, p. 7.

³⁵ SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.). **O Índio Perante o Direito.** Ensaios. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

Maybury-Lewis sintetizou essa primeira reunião de que “é chegada a hora do Brasil enfrentar o fato de ser uma sociedade multi-étnica e de agir de acordo com este fato”³⁶. Após a realização dessa segunda reunião, Silvio Coelho dos Santos publicou, em 1985, um segundo livro com um título bem sugestivo e instigante para o período pré constituinte: “Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos”. Na sua apresentação, o antropólogo concluiu que o “pluralismo cultural” deveria “constituir o fundamento de uma nova política indigenista centrada no exercício e respeito à diferença e à autonomia”.³⁷

Outra pesquisadora importante nesse processo de construção de uma nova história indígena foi Manuela Carneiro da Cunha, que não mediu esforços para que entidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) pautaram a questão indígena e que fossem criados grupos de trabalho para discutir a história indígena e do indigenismo³⁸.

Muitos antropólogos, historiadores, arqueólogos e linguistas se envolveram nesse projeto e muitos vieram a escrever sobre suas pesquisas no livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha “História dos Índios no Brasil”, inaugurando uma nova fase na escrita da história indígena. Os artigos reunidos nessa coletânea demonstram que os grupos indígenas agiram ao seu modo e desempenharam seu papel enquanto sujeitos históricos frente às novas situações no encontro com a Sociedade nacional. Segundo Cunha, “As sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências.”³⁹

De todo modo, o diálogo proposto neste texto entre a micro-história com as contribuições da etno-história é possível construir uma história mais consistente dos povos indígenas através de suas lideranças articulando estratégias em benefício do seu grupo ao contrário do argumento tão presente na historiografia de que eles eram cooptados ou não sabiam o que faziam.

Acreditamos que pesquisar a trajetória de um indivíduo aparentemente sem grandes feitos, um sujeito cuja origem remete ao estereótipo indígena, nesse caso a Francisco Luiz Tigre

³⁶ MAYBURY-LEWIS, David. Prefácio. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.) - **O Índio Perante o Direito**. Ensaios. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p. 12.

³⁷ SANTOS, Silvio Coelho dos. SANTOS, Silvio Coelho dos (Org). Apresentação. **Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos**. Florianópolis: UFSC, 1985, p. 11-16.

³⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. Por uma história indígena e do indigenismo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 125-131.

³⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19.

Gacom, nos permite compreender em quais condições ele adapta suas práticas culturais, políticas e sociais que o permitem reelaborar suas ações e negociações na garantia de terras para aldeamento. Os contextos da sua trajetória, ora assumindo a identidade indígena, ora afastando-se dos seus pares e, aproximando-se da sociedade nacional, são indicativos das suas estratégias que o constituíram como uma liderança indígena singular na história dos Kaingang da região sul.

As fontes documentais analisadas na tese compõem-se de arquivos públicos e privados. Uma parte desses documentos encontram-se digitalizados e disponíveis para consulta em acervos públicos. Entretanto, alguns documentos tiveram que ser fotografados, especialmente em acervos particulares, outros levaram um pouco mais de tempo para compor nosso arsenal documental em razão dos limites colocados pelos responsáveis pela sua preservação. No princípio da pesquisa tivemos que transcrevê-los de modo a respeitar as regras existentes pelas instituições que não permitiam o uso de aparelhos digitais como máquinas e scanners.

Embora todos os documentos estejam devidamente referenciados em cada capítulo, apresentamos um conjunto de fontes eclesiais que foram fundamentais para a escrita da tese, os livros de sacramento de Batismo e Casamento e o livro de registro dos Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.⁴⁰

Para cada sacramento católico realizado em Guarapuava, desde 1809, tem um livro com informações sobre a vida religiosa do fiel. O livro de Batismo é a principal fonte de informação para nossa tese. Esses documentos eclesiais foram fundamentais para a elaboração das trajetórias individuais, pois além de atestar a existência do indivíduo como membro da sociedade, registra outras informações como idade, nome dos pais, padrinhos e em quais condições o batismo aconteceu.

A pesquisa não se restringiu apenas ao livro de batismo. Aliás ampliamos o conjunto de documentos eclesiais e incorporamos em nossa análise o Livro de Casamentos e em alguns casos os registros do Livro de Óbitos. Em um estudo realizado por Marta Rosa Amoroso em outro aldeamento imperial localizado nas margens do rio Tibagi, a antropóloga sinalizou que havia pouquíssimas informações sobre o ciclo de vida dos indígenas no aldeamento de São Pedro de Alcântara, como nascimento, nomeação, puberdade, casamentos e rituais funerários.⁴¹ Situação bem diferente encontrada em Guarapuava.

⁴⁰ De acordo com Maria Luiza Marcílio a obrigatoriedade dos Registros Sacramentais de Batismo e Casamento foram instituídos pela Igreja Católica com o Concílio de Trento (1545-1563) e o Livro de Óbitos no ano de 1614. MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. In: **Revista Varia história**, nº31, janeiro de 2004, p. 14.

⁴¹ AMOROSO, Op. cit., p. 130.

Incluimos também os documentos da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas/Pr, no propósito de identificar a mobilidade indígena por outras regiões e verificar se as estratégias operadas em Guarapuava se reproduziam em Palmas, considerando que alguns chefes indígenas residentes nessa região já haviam estado junto aos Kaingang aldeados em Atalaia.

É a partir desses documentos que pudemos reconstruir o núcleo familiar de Francisco Gacom. Esses documentos também foram fundamentais para construirmos genealogias de outros indígenas, com status de cacique ou não, no sentido de demonstrar características próprios desse lugar no que diz respeito às redes de relacionamento, das hierarquias sociais e da mobilidade indígena tendo como centralidade a vila de Guarapuava. Outrossim, o uso e cruzamento dessas fontes, nos mostra as alianças desejáveis tanto para os batismos como para as relações matrimoniais.

Nos anos em que o padre Francisco das Chagas Lima esteve responsável pela realização de sacramentos de batismo e casamento junto aos Kaingang, ele registrou além de seus nomes indígenas, uma série de informações acerca da situação em que esses registros aconteciam. Esse é um dado importante para os estudos que se dedicam a construir genealogias e trajetórias individuais. Afinal, com o registro dos nomes indígenas podemos de fato apresentar um universo pouco explorado na historiografia que trata das relações estabelecidas com esses grupos ao longo do processo de ocupação e povoamento do solo brasileiro em diferentes regiões e contextos.

Sabemos que o estado sempre obliterou esses povos e buscou estratégias para anular a presença individual nos processos históricos nos aldeamentos coloniais e imperiais. Parte das informações que eram divulgadas fazendo referência aos indígenas não levavam em consideração o protagonismo de cada um, mas sim dados quantitativos tão somente. Existem poucos casos em que é possível trabalhar com informações documentais dessa natureza como seus nomes, idades aproximadas, lugares de moradia e por fim os nomes de seus pais, esposas, maridos e padrinhos. Eis aqui o ineditismo dessa documentação que nos ajuda a compreender os vários processos de interação vividos pelos Kaingang, no século XIX.

Somados a essas fontes eclesiásticas analisamos algumas listas de habitantes datadas, respectivamente de 1828, 1835, 1842, 1853 e 1863. Embora algumas delas tragam em seu título a nomenclatura Rol de habitantes ou Rol de Confessados as informações não são muito diferentes. Nesses documentos, encontramos dados como o quarteirão de moradia, o nome do chefe do domicílio, esposa, filhos, escravos, agregados indígenas ou não, estão presentes em ambos os documentos. Alguns desses documentos fazem parte do acervo histórico da Paróquia Nossa Senhora de Belém, outros do Arquivo particular Benjamin Teixeira, ambos em

Guarapuava. Duas delas, a lista de 1828 e 1835 compiladas em planilha Excel, foram cedidas gentilmente pelo Centro de Documentação do Departamento de História da UFPR- CEDOPE.

Para complementar esse conjunto de censos demográficos, consultamos duas listas de Votantes, uma de 1848 e outra de 1880, pertencentes ao Arquivo Público do Paraná e do Arquivo do Estado de São Paulo. Nesses documentos é quase nula a descrição de algum indígena apto a votar e ser votado. Entretanto, esses censos foram fundamentais para identificarmos os acúmulos econômicos das pessoas que haviam sido padrinhos de batismo dos indígenas, pois entendemos que parte dos Kaingang articulavam suas estratégias de sobrevivência estabelecendo relações de compadrio com alguns potentados locais.

Pesquisamos, também no Arquivo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná –Unicentro. Nesse acervo, além de correspondências, ofícios e relatórios, analisamos documentos que tratam das questões indígenas, envolvendo vários temas, mas especialmente dois documentos sobre Francisco Gacom, um ofício escrito e assinado por ele, em 1862, e um processo crime de 1877, onde ele é preso e acusado de “invadir” as terras do antigo aldeamento de Atalaia. Nesse processo criminal, um grupo de fazendeiros acusam Francisco Gacom de ser o mentor da invasão em suas propriedades, pessoas essas que faziam parte da rede de relações do acusado e mais, os “proprietários” faziam parte da elite local e descendentes dos primeiros povoadores.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo-AESP, existem três caixas com documentos relacionados a Guarapuava, que datam de 1810 até 1853. Os documentos que compõem esse acervo na sua maioria estão relacionados aos aspectos administrativos das autoridades responsáveis pela permanência dos povoadores na região. Temas como a abertura de estradas, exploração de outras regiões como os campos de Palmas, documentos normativos e informativos dos fatos ocorridos naquela região, fazem parte deste acervo. Entretanto, nessas caixas existem vários documentos que tratam da temática indígena, desde os conflitos existentes entre as facções Kaingang até o início do processo de invasão das terras do aldeamento pela elite local.

Na Câmara Municipal de Guarapuava o acervo consultado é composto por atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, relatórios, ofícios e de correspondências para as autoridades provinciais do Paraná. Nesses documentos, identificamos uma população preocupada em relação às promessas de ataque na vila pelos indígenas, se acaso suas demandas não fossem atendidas. Além dessas questões, percebemos que os camaristas na sua maioria, eram membros da elite local e parte deles tinham suas fazendas no território do aldeamento de Atalaia. Nesses documentos, encontramos uma disputa no âmbito institucional sobre o grau de

indianidade dos Kaingang residentes na vila de Guarapuava. Os camaristas buscavam nesses documentos formas de desqualificar a identidade indígena, afirmando que eles eram ‘índios civilizados’, que estavam “confundidos com a massa da civilização’ e, que, portanto, havia perdido os direitos coletivos sobre as terras do aldeamento.

Toda essa documentação tinha um destino, a presidência da Província do Paraná e para compreender de que modo essas autoridades imperiais tratavam das questões indígenas pesquisamos os Relatórios anuais dos presidentes provinciais no período entre 1853 a 1889. Tivemos acesso aos relatórios digitalizados por meio da plataforma do *Center for Research Library* da Universidade de Chicago. Para complementar esses documentos oficiais, pesquisamos também notícias sobre a temática indígena de Guarapuava no *Jornal Dezenove de Dezembro*. Essa instituição jornalística criada no mesmo ano da Província do Paraná, em 1853, noticiava as demandas apresentadas pelos diversos setores da estrutura administrativa da província. Exercia uma função quase de imprensa oficial naquela época, onde vários temas de interesse da sociedade eram ali publicizados de forma mais sucinta e objetiva.

No Arquivo Público do Paraná-APP, existe uma farta documentação sobre os indígenas no período provincial. O acervo conta com diversos documentos que tratam de vários temas, desde abertura de estradas, expedições de reconhecimento, mapeamento da região, relatórios administrativos escritos por missionários, petições, solicitação de guardas para defesa das vilas ameaçada pelos indígenas, bem como ofícios e relatórios da diretoria geral dos índios. Embora a preservação e cuidado do arquivo com esses documentos sejam dignos de elogios, existem certas dificuldades em identificar alguns documentos, por estarem distribuídos por outras seções e não por temas.

Mesmo assim, existem documentos inéditos que ainda não foram analisados, exatamente, por essa dificuldade em encontrá-los. Digo isso, pois foi nessa busca que encontramos um relatório de 1857, elaborado pelo padre Antonio Braga de Araújo, onde ele faz uma descrição minuciosa dos campos das Laranjeiras, descrevendo todos os recursos naturais que a região tinha para ser explorada pelas frentes de ocupação. Foi nesse documento que encontramos o relato de que os indígenas que habitavam essa região se autodenominavam “Caingang”, antecedendo até mesmo a descrição de Franz Keller “Caên-gan”, publicado em 1867, dez anos após o relatório de Braga de Araújo.

Neste arquivo, também encontramos uma carta escrita por Francisco Gacom endereçada ao Imperador Dom Pedro II, cujo teor da sua escrita voltava-se para exigir a retomada das terras do aldeamento de Atalaia para os Kaingang de Guarapuava. Na correspondência, Francisco Gacom denunciava a violência sofrida por eles e o esbulho que haviam sofrido no passado.

No que diz respeito aos documentos normativos imperiais como Cartas Régias, Decretos, Alvarás e Leis do império que tratam da temática indígena, utilizamos o livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha, “Legislação Indigenista no século XIX”.⁴² É dessa obra que retiramos as informações referentes ao decreto que institui o Regulamento das Missões de 1845, a Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854.

Para auxiliar nossos objetivos de pesquisa, especialmente, para analisar os povoadores que declararam suas posses ao padre Braga de Araújo, entre os anos de 1855 a 1857, utilizamos como referência um livro recém publicado que apresenta quase todas as declarações de terras da vila de Guarapuava.⁴³ A publicação desse livro facilitou em muito nossa pesquisa, pois trata-se de uma compilação de todas as declarações apresentadas para o padre na paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Além de obtermos uma ideia geral das propriedades declaradas na vila e seus respectivos “proprietários”, identificamos quais as pessoas que haviam se apossado das terras do antigo aldeamento de Atalaia.

Esse conjunto de fontes documentais nos permitiram conhecer uma parte da história indígena dos Kaingang em situação de aldeamento e pós aldeamento, principalmente compreender suas estratégias de sobrevivência e resistência perante a sociedade nacional.

Na sua maioria os documentos analisados na tese são fontes primárias, manuscritos do século XIX. Para cumprir com nossos objetivos de pesquisa elaboramos uma metodologia própria, especialmente, para os livros de registros de batismo, casamento e óbito. Como forma de organizá-los para facilitar sua interpretação e o seu cruzamento com outras fontes de análise. Transcrevemos esses documentos em planilha Excel, extraíndo desses registros as principais informações como seu nome indígena e português, dia da realização do sacramento, local, nome dos pais, nomes dos padrinhos, idade aproximada e um campo específico para informações que eram acrescentadas pelo padre nesses registros, elementos textuais que trazem dados sobre características culturais dos Kaingang.

Essa etapa de tabulação dos dados levou um pouco mais de tempo, mas sabíamos que facilitaria nossa pesquisa, quando respeitarmos nossas questões para essas fontes. Para finalizar essa fase de tabulação de dados incluímos os registros de Batismo, da Paróquia Senhor Bom Jesus de Palmas, no período entre 1843-1870, documentos de responsabilidade do arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, de modo a complementar e compreender a

⁴² CUNHA (a), Manuela Carneiro da (org.) **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

⁴³ DALLA VECCHIA, Zilma Haick. **Registro do Vigário**: da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2017.

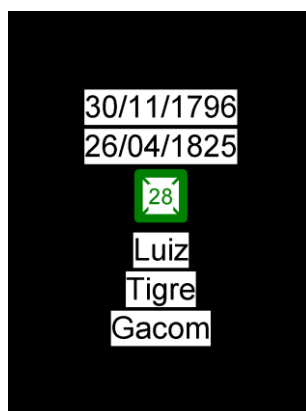
mobilidade indígena nesses dois povoados.

Com essas planilhas organizadas, facilmente tínhamos a possibilidade de cruzar essas informações com outros documentos que também foram tabulados, como as listas de habitantes, os róis de confessados e de desobriga quaresmal, somados a lista de qualificação de votantes. Temos assim, um conjunto de informações sobre as formas de interação entre os Kaingang com os povoadores.

Com essa forma de pesquisa iniciamos o processo de construção de trajetórias individuais de alguns personagens indígenas e de outros sujeitos que tinham alguma relação com os Kaingang. Para nos auxiliar na elaboração de algumas trajetórias individuais adquirimos o software “Genopro”, versão 3.0.1.3. Esse programa criado para a construção de árvores genealógicas, contribuiu bastante na sistematização das informações extraídas dos registros sacramentais, não apenas por ganharmos tempo, mas pelos diversos recursos presentes no momento de lançamento de informações como os dados de nascimentos, de casamento, de óbito, dos padrinhos, da sua condição no ato da realização do sacramento, idade aproximada, local onde eles ocorreram, além de outros dados que possibilitaram conhecer a origem dessas pessoas, suas posses, suas atividades econômicas e com qual regularidade retornavam à pia batismal.

Foi a partir desse programa que pudemos construir o tronco familiar dos Gacom, iniciando com o batismo de Luzia Fangong, mãe de Luiz Tigre Gacom até os netos de Francisco Gacom. Conseguimos por meio dos documentos supracitados reconstruir uma trajetória familiar de mais de 100 anos, tendo como fonte principal o seu registro de batismo.

Antes de apresentarmos os capítulos achamos pertinente um esclarecimento sobre as figuras cujo conteúdo refere-se as famílias indígenas no formato de árvores genealógicas. Para nos auxiliar nessa explicação utilizarei como exemplo a trajetória de Luiz Tigre Gacom, segundo capitão dos índios de Guarapuava. Ele foi batizado no dia 30 de novembro de 1816. De acordo com o padre Chagas Lima, sacerdote que realizou o dito sacramento, tinha de idade “pouco mais ou pouco menos” de 20 anos. Como é impossível saber o dia exato do seu nascimento optamos por retroceder 20 anos a partir da sua data de batismo. Melhor dizendo, como ele foi batizado no dia 30 de novembro de 1816, seu nascimento supostamente ocorreu no dia 30 de novembro de 1796. A figura abaixo é ilustrativa dessa explicação:



Logo abaixo de seu possível nascimento está o dia em que ele faleceu, 26 de abril de 1825. Portanto o número 28 que aparece dentro da figura corresponde a sua idade aproximada. Entretanto, quando esses dados não aparecerem é porque não constam em seus respectivos registros. Essa regra não se aplica para todos os sacramentos de batismo, alguns indígenas nascidos no aldeamento, sua data de nascimento informada pelo padre é um dado real.

Esse software foi criado no ano de 1998 e com sua última versão atualizada para 2019, ainda apresenta algumas falhas. Uma delas que não prejudica o trabalho, mas provavelmente deixará o leitor em estado de “dúvida” são os números que aparecem dentro do quadrado logo acima do nome do indígena. Essa informação refere-se à idade do indivíduo. Ao lançarmos no sistema sua data de falecimento obtemos o número de anos de sua existência. Utilizando novamente os dados de Luiz Tigre Gacom temos sua data de nascimento - 30/11/1796, e seu falecimento- 26/04/1825, sua idade aproximada de 28 anos. No entanto, temos casos em que não há o registro de óbito do indígena e, para tanto, o programa apresenta a idade até os dias atuais.

A tese está dividida em 4 capítulos, sendo que no capítulo 1, “O contexto da construção de um Aldeamento Imperial”, apresentamos os interesses da coroa portuguesa em expandir suas fronteiras em regiões onde a presença de seus subalternos era necessária. Nesse sentido, o projeto de ocupação dessas áreas ocorre na segunda metade do século XVIII. Essas expedições tinham um carácter exploratório para identificar se existiam populações indígenas nesses lugares, bem como elaborar relatórios e mapas detalhando o seu relevo, os rios e caminhos com o objetivo de subsidiar projetos futuros de povoamento. Com esse propósito que a ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava se fortaleceu com a chegada da família real no Brasil, em 1808.

Além disso, o capítulo se propõe a discutir o projeto de ocupação dessa região e o avanço pelos campos de Guarapuava, articulando um debate com os aldeamentos indígenas que existiam na província de São Paulo até a fundação do aldeamento de Atalaia. Nesse sentido,

apresentamos como foram os primeiros anos de povoamento dessa região e como foram se construindo as relações de aproximação e distanciamentos com os Kaingang. No aldeamento de Atalaia tivemos duas chefias importantes conduzindo os aldeados e estreitando laços com os povoadores. Esses indígenas foram os dois primeiros Kaingang que foram agraciados com o título militar de ‘capitão dos índios’ de Guarapuava enquanto o aldeamento estava em atividade. A trajetória do cacique Antonio José Pahý Engrayê e Luiz Tigre Gacom nos permite comparar duas formas de liderança a partir dos relatos escritos pelo padre Chagas Lima.

Para o capítulo 2, analisamos a “Dinâmica populacional e chefias indígenas na vila de Guarapuava”, muito além de apenas confrontar esses documentos potencializamos uma análise mais sistematizada da organização social Kaingang por meio dos registros históricos desse período. Analisamos também, a sociabilidade dos Kaingang, sinalizando que a poligamia indicava de que eles eram chefes de grupos locais. Neste capítulo, aprofundamos a instituição do compadrio e do apadrinhamento perpetrados pelo catolicismo e aqui, vistos como forma de inserção e criação de solidariedades sociais. Entre as inúmeras possibilidades de interpretação, reforçamos a importância de aprofundar quais eram as pessoas escolhidas pelas lideranças indígenas para apadrinhar seus filhos e com qual regularidade eles retornavam à pia batismal, visto aqui como uma das estratégias políticas de aproximação. Identificamos através da construção de genealogias que o compadrio era uma forma específica de inserção no aldeamento com membros da elite local. Entretanto, outros grupos sociais também interagiam com os indígenas, como os trabalhadores pobres, degredados, escravos e libertos, também constituíam as suas redes de relacionamento.

“A instituição do compadrio e apadrinhamento na sociabilidade Kaingang” é o tema do capítulo 3. Nele analisamos com mais intensidade os registros de eventos vitais, de batismo, casamento e óbito entre os Kaingang. Somados aos documentos infracitados, cruzamos suas informações com alguns censos populacionais, de modo a compreender a dinâmica populacional indígena nesse território a contrapelo dessas informações com outros documentos escritos por agentes imperiais que insistiam em silenciá-los. Nesse sentido, embora esses indivíduos reforçassem a incorporação dos Kaingang no modo de vida “civilizado”, identificamos uma participação mais ativa e estratégica deles naquele território, fortalecendo laços de parentesco e ocupando posições sociais importantes através do compadrio com vários outros segmentos sociais.

Essa dinâmica populacional indígena expressiva em Guarapuava, nos permitiu compreender uma certa hierarquia no comando dos aldeados por meio de algumas trajetórias. Na freguesia, e depois de 1849, vila de Guarapuava os Kaingang interagiam com vários grupos

sociais. Dessa relação surgiram alguns casamentos com os degredados, pobres livres e alguns libertos. Essas uniões foram percebidas como uma estratégia de reinserção social exercendo o papel de padrinhos e de madrinhas dos Kaingang nascidos ali ou membros daqueles grupos que vinham até o núcleo populacional. Apresentamos por meio da análise dos registros de batismo quando os Kaingang começaram a fazer parte das pessoas escolhidas para serem padrinhos dos indígenas, demonstrando dessa forma uma relação próxima da sua organização social entre as metades opostas.

Essa análise nos permitiu identificar uma participação maior de mulheres indígenas assumindo o papel de madrinhas dos Kaingang. Diante desta constatação, optamos por discutir as mulheres que mais vezes compareceram à pia batismal. Para finalizar este capítulo, discutimos as redes de compadrio e parentesco de Francisco Gacom, apresentando que suas estratégias não ficavam restritas aos potentados locais, mas ele ampliava sua rede de relações para outros segmentos sociais. Essas interações sociais foram fundamentais para que Francisco Gacom se projetasse como uma chefia importante na segunda metade do século XIX. Assim sendo, reconstruímos por meio dos registros de eventos vitais o núcleo familiar desta liderança suas estratégias familiares, de modo a traçar os caminhos que o levaram a se projetar como a principal liderança em busca da garantia de terras para os Kaingang, remanescentes do aldeamento de Atalaia, no século XIX.

Para o capítulo 4, “Alianças construídas e os embates pela posse das terras do aldeamento de Atalaia”, fazemos uma discussão sobre as transformações pelas quais Francisco Gacom passou para lidar com questões que extrapolam sua atuação enquanto apenas uma liderança indígena, assumindo posições sociais destinadas na sua maioria para não indígenas, como o cargo de oficial de justiça. É nesse capítulo que Francisco Gacom se projeta como uma liderança atenta aos problemas de usurpação das terras do antigo aldeamento de Atalaia e da situação dos Kaingang perante à sociedade nacional. Ao se apresentar como representante das demandas indígenas, Francisco Gacom faz uma denúncia às autoridades provinciais que as terras que haviam sido destinadas para os Kaingang, tinham sido ocupadas por membros da elite local com aval das autoridades ali constituídas.

No propósito de reaver as terras do aldeamento Francisco Gacom, inicia uma disputa no âmbito local e regional com base no Regulamento das Missões de 1845 e da Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 1854. Legislação essa, que também respaldou à posse desses territórios pelos potentados locais. Esse desacordo criava uma série de conflitos e ameaças entre os Kaingang e os potentados locais pelo direito de propriedade das terras do aldeamento. Identificamos, também, que os membros da elite local, invasores dos campos do aldeamento de

Atalaia eram descendentes dos primeiros povoadores e mais, alguns deles tinham laços de compadrio com os indígenas.

Neste capítulo, reconstruímos o grupo familiar de Francisco Gacom, de modo a compreender suas estratégias familiares e identificamos que suas filhas haviam casado com pessoas livres de cor. Essas informações foram extraídas de um processo crime de 1877, onde Francisco Gacom e mais algumas pessoas foram presas e acusadas de “invadir os campos de Atalaia”, uma propriedade particular, mas que inicialmente tratava-se das terras do aldeamento de Atalaia. Embora, Francisco Gacom tenha convivido e incorporado elementos da sociedade nacional em suas estratégias, isso não o descredencia da possibilidade de se apresentar como uma liderança indígena em defesa dos territórios do aldeamento.

Ao desistirem da execução da pena aplicada a Francisco Gacom, os potentados locais buscaram barganhar sua desistência pelas terras em troca da sua liberdade. Mesmo assim, depois de livre das acusações, ele pressionou as autoridades provinciais para que adquirissem as terras do aldeamento de Atalaia e devolvessem para os Kaingang de Guarapuava. Diante da negativa da província, Francisco Gacom empreende uma última cartada enviando uma correspondência ao Imperador Dom Pedro II, alegando que essas terras eram de propriedade dos “índios de Guarapuava” e que, portanto, tinham direito adquirido por carta de sesmaria no início do povoamento.

Portanto, queremos reforçar de que a forma como organizamos os capítulos foram problematizados a presença indígena e o seu protagonismo, tanto coletivamente enquanto ações dos grupos indígenas, quanto por meio de algumas trajetórias individuais, mas principalmente para Francisco Gacom, chefia indígena que se destacou como uma das lideranças mais importantes do século XIX, entre os Kaingang do Paraná.

1 O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE UM ALDEAMENTO IMPERIAL

*Aos vinte dias do mês de novembro do anno de mil oitocentos e dezaseis, nesta capella da Povoação da Atalaya em Guarapuava, depois de precederem as instrucçoens necessarias da Doutrina Christã, baptisei solemnemente e puz os Santos oleos a **Luiz, indio adulto de idade de vinte annos, pouco mais ou menoz, denominado Gacom na gentilidade em que foi nascido, filho de Cretan, já fallecido, e de sua mulher Fangong** em cuja companhia veio a quatro annos para esta povoação aonde rezidem. Foi padrinho João Teixeira de Oliveira, filho solteiro do tenente Manuel Teixeira de Oliveira Cardozo, existente nesta Povoação. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.⁴⁴ (grifo nosso)*

O batismo é o primeiro sacramento entre os sete rituais que marcam a vida religiosa do indivíduo na disciplina católica. Em que pese as condições da sua realização e os vários significados que esse ato produz, ele representa a purificação da alma, expurgo do pecado original e o início de uma nova vida sob a luz do evangelho e vigilância do catolicismo. Quando realizado em crianças, seus pais prometem perante o sacerdote educá-la na doutrina cristã até sua idade adulta. Na ausência dos pais, os padrinhos é que devem cumprir essa obrigação.

Entretanto, esse ato cristão, quando realizado em adultos, tinha ares de conversão ao cristianismo, mesmo sem os neófitos⁴⁵ saberem exatamente o que isso significava. Para a igreja católica, a realização desse sacramento e de outros, efetuados pelo sacerdote ao longo da vida desse indivíduo, permitia que tal ato religioso se tornasse um dispositivo de controle da igreja sobre seus paroquianos, de forma que também eram usados pelas autoridades metropolitanas de acordo com seus interesses. De outro modo, o registro de batismo, como apresentamos na epígrafe, para além de uma fonte documental primária aos estudos demográficos e subsídios à construção de genealogias familiares, possibilita outras interpretações que se estendem para outros campos da história.

Ao analisar os registros de batismo no período de vigência da escravidão, especialmente para os escravos de origem africana, batizados logo que desembarcavam no litoral brasileiro, Martha Daisson Hameister alerta para o fato de que, além de ser um rito de iniciação, os

⁴⁴ LIMA (a), Francisco das Chagas. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867, f. 33v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

⁴⁵ Neófito é uma expressão do vocabulário católico para indicar que a pessoa foi recém batizada.

registros tinham outras funções, como o conhecimento das “redes de relacionamento, aceitação da bastardia ou de verificação do grau de legitimidade das crianças nascidas, como ingresso de mais uma boca para alimentar ou para trabalhar em unidade doméstica”.⁴⁶

Embora seus estudos tenham sido desenvolvidos com escravos, suas observações permitem aos historiadores repensar o uso desses registros de batismos como fonte de pesquisa para outros grupos sociais. Refiro-me, nesse caso, às populações indígenas. Mesmo que tenhamos um aumento significativo de pesquisas com essa temática, em diferentes contextos históricos, que vai desde a época colonial aos dias atuais, com raríssimas exceções, encontramos pesquisas que utilizam como fontes documentais os registros de batismos, casamentos e óbitos.⁴⁷

O registro de batismo, presente na epígrafe deste capítulo, é do segundo ‘capitão dos índios’⁴⁸ aldeados no aldeamento de Atalaia, Luiz Tigre Gacom. Depois de quatro anos de intensas exortações sobre o modo de vida cristão, ele recebia, sob olhar atento dos povoadores e de outros Kaingang, o dito sacramento. Segundo informações dos relatórios descritivos do padre Francisco das Chagas Lima, Luiz Gacom assumiu o cargo de ‘capitão dos índios’ de Guarapuava logo após o falecimento de Antônio José Pahý, em 1818, que foi assassinado por membros de um grupo indígena denominado Tac-Taiás.⁴⁹

Esses registros, realizados pelo padre Chagas Lima com os indígenas aldeados que receberam o sacramento do batismo, é um importante recurso para compreendermos como os Kaingang entendiam os sacramentos, quais interesses e motivações os levavam a permitir a sua realização e também perceber qual era o significado real e simbólico que esse ritual tinha naquele contexto de ocupação e povoamento dos seus territórios tradicionais.

Partindo do princípio de que se trata de uma iniciação cristã, isso não poderia ser realizado de qualquer modo, e sim, seguindo rigorosamente as normas do catolicismo. Para

⁴⁶ HAMEISTER, Marta Daisson. O Uso dos registros de batismos para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. *Anais*: Porto Alegre: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, p. 6.

⁴⁷ Uma obra que iniciou uma breve discussão sobre esse tipo de documento e as suas possibilidades de análise surgiu com a publicação do livro: MONTEIRO (c), John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp.159-170.

⁴⁸ Sobre esse assunto, Maria Regina Celestino de Almeida esclarece que: [...] as autoridades portuguesas, tanto religiosas quanto civis, também incentivaram a criação de uma nobreza indígena por meio de concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio a algumas chefias que desempenhavam papel fundamental no processo de integração de seus subordinados ao sistema colonial. ” In: ALMEIDA (a), Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 150.

⁴⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 16. Provavelmente, esse grupo, denominado pelo padre Chagas Lima de Tac-Taiás, seja uma facção Kaingang desafeta dos aldeados. Na documentação analisada, não encontraremos mais essa nomenclatura.

uniformizar as informações principais desse sacramento, o clero brasileiro criou um documento normatizador de como a igreja católica deveria atuar aqui no Brasil; as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, publicado e em vigência para todo o clero brasileiro nas primeiras décadas do século XVIII.⁵⁰

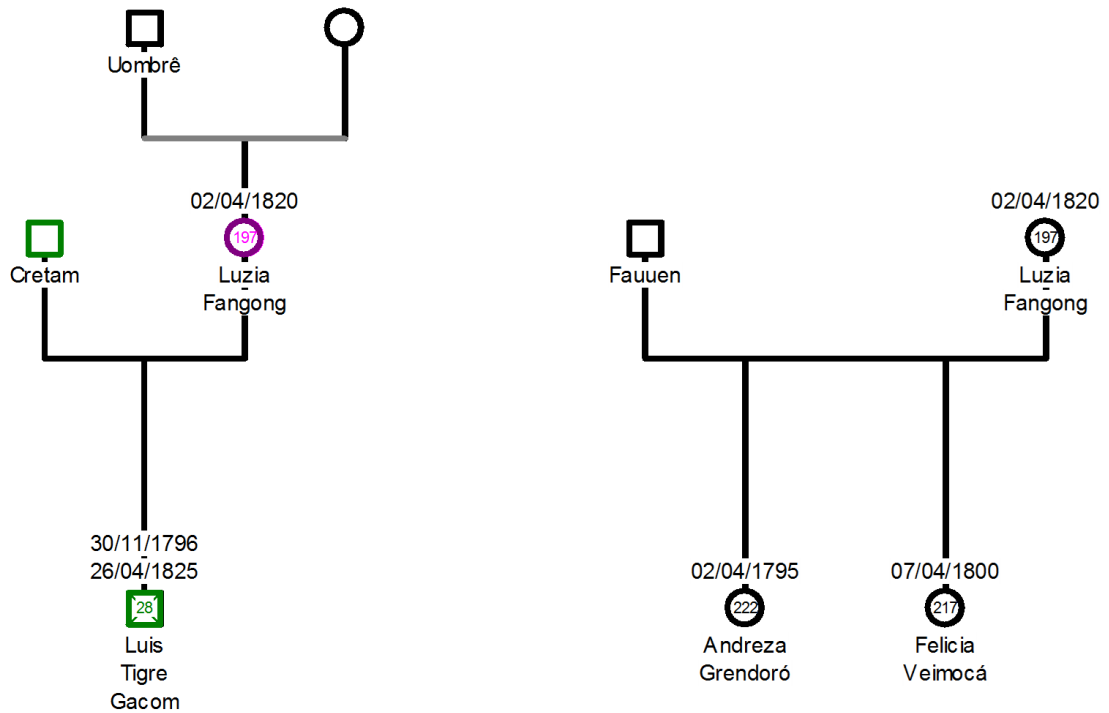
O padre responsável pela paróquia deveria registrar esse sacramento de acordo com essas orientações, atentando para as seguintes informações: “Aos tantos de tal mês e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. ou em tal igreja, a N. filho de N, e de sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: Foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal igreja e moradores em tal parte [...]”.⁵¹ Os dados acima seriam informações básicas, mas de grande utilidade para aquela época em que a realização do sacramento de batismo também tinha atributos para atividades em outras esferas, como seu uso para o tempo de cativo indígena.

No que diz respeito aos registros efetuados pelo padre Chagas, ele ampliou o rol de informações acerca de cada registro, anotando informações importantes da organização social dos Kaingang. Para esse caso específico, do registro de Luiz Gacom, podemos inferir algumas questões interessantes. Luiz Gacom chegou ao abarracamento de Atalaia com idade de dezesseis anos, junto com outros indígenas, em 1812, ano em que houve o maior número de sacramentos realizados em Atalaia. Do seu documento cristão, extraímos uma informação que será o mote para fundamentar o debate deste primeiro capítulo, o nome de seus pais Cretan e Fangong. Sendo assim, para melhor discutir essas informações, apresentamos a figura abaixo, com o núcleo familiar dos seus pais e irmãs:

⁵⁰ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

⁵¹ Idem, Título XX, §32.

Figura 3: Pais de Luiz Tigre Gacom e suas irmãs



Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Conforme as informações registradas em seu batismo, é possível que Luiz Gacom tenha nascido entre 1790 a 1800. Sua mãe, Fangong, foi batizada anos mais tarde e recebeu o nome de Luzia.⁵² Na ocasião, o padre Chagas Lima não mencionou em seu registro sua idade aproximada e nem mesmo o nome de sua mãe. Entretanto, sabemos que o nome de seu pai era Uombrê e, a partir dessa informação, podemos afirmar que seus antepassados habitavam essa região. Outra informação relevante sobre Luzia é sobre suas outras duas filhas, Andreza e Felícia, fruto de outra união matrimonial - a qual não sabemos se foi depois da morte de seu primeiro companheiro ou antes.⁵³ Recuando um pouco mais, podemos dizer que seus pais nasceram na década de 50 do século XVIII. Isso implica dizer que os pais de Luiz Gacom e outros membros familiares pertenciam ao subgrupo dos Kaingang, com que os militares tiveram contato nas expedições exploratórias ocorridas nesse território, entre os anos de 1768 a 1774, quando os camaradas de Afonso Botelho de Sampaio e Souza trocaram presentes com os

⁵² LIMA (a), Op. cit., f. 47v.

⁵³ Ibid, f. 47.

indígenas que encontraram. Embora a centralidade da pesquisa esteja localizada no século XIX, foi necessário fazer alguns recuos no tempo e espaço para entendermos os motivos que impulsionaram a coroa portuguesa a explorar essa região, promovendo a ocupação dos campos de Guarapuava, região oeste da capitania de São Paulo.

Os relatórios descritivos, resultados dessas incursões, registram informações interessantes sobre o modo de vida dos indígenas, onde estavam localizadas suas habitações, como se vestiam e quais alimentos compunham sua dieta alimentar. Nesses relatórios, os indígenas são retratados de uma maneira bastante genérica. Por meio do registro de batismo de Luiz Gacom, trazemos para o palco da história sujeitos ativos, Cretan e Fangong, agindo, resistindo e traçando estratégias de sobrevivência em defesa dos seus territórios tradicionais.

Portanto, o registro de batismo de Luiz Gacom aponta para dois caminhos: o primeiro, recuar algumas décadas para entender as razões da ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava; o segundo motivo reside na constatação de que o núcleo familiar de Francisco Gacom tem muito a nos contar sobre as relações tecidas nesse território entre os indígenas e a sociedade nacional.

1.1 Expansão e defesa das fronteiras portuguesas

Nomeado governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, ao desembarcar no porto de Santos, no dia 23 de julho de 1765, trouxe em sua bagagem, além da confiança do primeiro-ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a responsabilidade de reestruturar as bases econômicas, administrativas, políticas e, com grande ímpeto, buscar a consolidação da presença portuguesa em lugares distantes da sede administrativa.⁵⁴ O Morgado de Mateus tinha inúmeros desafios, mas o maior deles estava relacionado a demonstrar suas habilidades administrativas ao assumir uma província que vinha sendo administrada até então pela capitania do Rio de Janeiro.⁵⁵

⁵⁴ Sobre esse assunto, consultar BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

⁵⁵ Sobre esse assunto, Ana Paula Medicci faz o seguinte resumo: No início do século XVIII, a capitania de São Paulo abrangia o território, correspondente, grosso modo aos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir da década de 1720, a capitania sofreria sucessivos desmembramentos, começando pela criação da capitania de Minas Gerais, seguida da transferência da administração das terras da região de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro ao Rio de Janeiro em 1738 e da criação das capitanias de Goiás e de Mato Grosso. Nesse mesmo ano de 1748, São Paulo perderia sua autonomia administrativa, passando a comarca subordinada do Rio de Janeiro, embora a expressão “Capitania de São Paulo” continuasse a ser empregada [...]. MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: O exercício do poder e os interesses mercantis na capitania /província de São Paulo (1765-1822).** São Paulo: 2010, (tese de doutoramento) PPGHS-USP, p. 21.

Personagem importante na sociedade portuguesa, herdeiro de uma linhagem de militares que lutaram em defesa de Portugal, Morgado de Mateus havia se destacado também como militar na Guerra Peninsular de 1762-1763. Sua indicação para comandar a reestruturação da capitania de São Paulo conjugava duas características essenciais de um legítimo representante da monarquia no Brasil: “fidalguia e capacidade militar reconhecida”.⁵⁶

A vinda de Morgado de Mateus para o Brasil também era motivada pelo projeto audacioso do primeiro-ministro de Portugal de reduzir os privilégios das companhias inglesas nos domínios portugueses. Para isso, criou duas companhias cosmopolitas, em 1756, a fim de competir com os comerciantes britânicos. Conforme Nicolau Sevcenko, essas companhias criadas pelo Marquês de Pombal⁵⁷ tinham por finalidade bloquear a atuação dos agentes ingleses, oferecendo mercadorias mais baratas e juros mais baixos.⁵⁸ Mas o grande desafio estava em garantir as fronteiras no Sul:

[...] ele transferiu a capital da colônia de Salvador, para o Rio de Janeiro, em 1763, de modo a prover melhor cobertura e defesa da fronteira sul do país, objeto de violentas disputas com as tropas espanholas acantonadas em Buenos Aires e no Paraguai. Para zelar por essas áreas ameaçadas, ele contaria com dois aliados decisivos, D. Luiz de Almeida, Marques de Lavradio, nomeado em 1769 como vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro e D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeado em 1765 como o Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, território tampão entre a região da capital e das Minas Gerais e a área de atrito, nas margens do rio da Prata e do rio Uruguai, disputada entre Portugal e Espanha.⁵⁹

Ao assumir o comando da capitania, Morgado de Mateus tinha outras responsabilidades que, mesmo de longe, eram acompanhadas e de algum modo orientadas pelo primeiro ministro de Portugal, ordens expressas para criar povoados e amenizar os perigos de uma invasão dos vizinhos castelhanos, em lugares nos quais as fronteiras eram objeto de intensos debates entre as duas coroas. Portanto, era necessário consolidar o Domínio das Capitanias do Brasil “(...) não só em quanto ao estabelecimento da economia interior do mesmo estado; mas ainda em quanto a conservação e defesa dele contra os seus confinantes e orgulhosos inimigos”.⁶⁰ Entre as orientações, o administrador da capitania paulista tinha a responsabilidade de modernizar a produção de alimentos, promover a criação de núcleos de povoamento e encontrar uma maneira

⁵⁶ Ibid, p. 20.

⁵⁷ Sobre o Marquês de Pombal e a sua trajetória política, ler a obra de: AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

⁵⁸ SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: AMOROSO, Marta Rosa; (et all). **Do Contato ao Confronto: A Conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: Expomus, 2003, p. 19.

⁵⁹ Ibid, p. 20.

⁶⁰ BELLOTO, Op. cit., pp. 69-70.

menos agressiva nas comunicações com os indígenas, seguindo as orientações do “Diretório dos Índios de 1757.”⁶¹

Assim, a fundação da vila de Lages, território estratégico que ligava São Paulo à região Sul, e a fundação do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, no oeste paulista, são exemplos das determinações pombalinas para esses projetos expansionistas, que tinham como propósito a fixação de povoadores na região, especialmente, para os anos que sucederam ao Tratado de Madri de 1750.⁶² Recaiá sobre a monarquia portuguesa a responsabilidade política e estratégica de estabelecer limites geográficos em suas possessões sobre áreas fragilizadas, em razão das disputas territoriais com a coroa espanhola. Para algumas regiões, essas estratégias tinham como premissa estabelecer povoações e atrair grupos indígenas obedientes ao rei de Portugal, garantido sua posse e soberania.⁶³

O projeto de defesa das fronteiras não poderia se concretizar sem o estabelecimento de pessoas aptas ao trabalho, mas também capazes de pegar em armas, caso fosse necessário. Os “soldados-colonos”, além de produzirem alimentos e criarem animais, tinham a responsabilidade de defender os interesses da coroa portuguesa contra as invasões espanholas. Estabelecidos em lugares distantes, Pombal percebeu que o povoamento de territórios tensionados pela ameaça castelhana só teria algum êxito com o estímulo a uniões matrimoniais com mulheres indígenas. Para tanto, ele aboliu todas as diferenças entre brancos e indígenas, conforme aponta o Diretório de 1757; embora já existissem casamentos dessa natureza, essas relações se somariam a outras políticas indigenistas do período. Nesse caso, o incentivo dado pela política pombalina de aumentar a mestiçagem entre os nativos e os povoadores aproximaria esses indígenas, sendo que teriam proteção, assistência e escolas para que aprendessem a língua portuguesa.⁶⁴

⁶¹ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

⁶² BELLUZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: AMOROSO, Marta Rosa et all. (Org.). Op. cit., p. 45.

⁶³ Demarcaremos as divergências entre a Coroa Portuguesa e Espanhola na América com o Tratado de Tordesilhas (1494). Esse tratado não obteve o respeito desejado. Desde a chegada dos portugueses na América, empreendiam diversas invasões no espaço demarcado para os espanhóis. O palco de intensas disputas entre as duas coroas, certamente, foi na região do Rio da Prata. Um dos principais acordos do período colonial foi o Tratado de Madri (1750), que certificou grande parte dos limites atuais do território brasileiro. Em compensação, os portugueses entregariam a Colônia de Sacramento aos espanhóis. Muitos conflitos aconteceriam entre as duas coroas. Sempre uma invadindo e assumindo o comando das povoações vizinhas. Diversos tratados foram assinados entre elas, como o Tratado do Pardo (1761), Tratado de Santo Ildefonso (1777), um segundo Tratado do Pardo (1778). Percebemos que houve uma série de conflitos entre as duas potências e que, no fim das disputas, ficou prevalecendo o Tratado de Madri. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: 2000, pp.561-562.

⁶⁴ MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição**: Índios e Terras no Império do Brasil. (Dissertação de Mestrado). Niterói/RJ, PPGHS-UFF, 2006, pp. 36-37.

Entretanto, atrair e pacificar esses grupos indígenas demandaria um tempo maior de aproximação e convencimento, até mesmo recursos humanos e econômicos para a organização de expedições. Diante disso, o Morgado de Mateus determinou que outros grupos sociais fossem incentivados a fazer parte de um projeto de povoamento longe do cinturão paulista. Segundo Fábio Pontarolo, [...] faziam-se necessários diversos agentes de colonização. Além dos indígenas a serem “civilizados”, bandeirantes, padres, monçoeiros, soldados e, juntamente, degredados e vadios deveriam ser remetidos ou arregimentados para as novas povoações paulistas.⁶⁵

Responsável pela aplicação das determinações da metrópole portuguesa em São Paulo, Morgado de Mateus não mediu esforços para a abertura e melhoria dos caminhos que ligassem a capitania aos campos gerais de Curitiba e, dali, até Rio Grande de São Pedro. Nesse período, a sociedade paulistana, especialmente os potentados locais, já sinalizavam a importância de expandir a ocupação do solo para outras regiões distantes da capital, para lugares onde o solo fosse produtivo às lavouras de cana-de-açúcar e, ao mesmo tempo, em que novos campos seriam abertos para a expansão da pecuária.

Com a chegada do Morgado de Mateus, esse projeto ambicioso começa a ser executado com o apoio das autoridades portuguesas. De acordo com Glória Kok, essas expedições seguiam o seguinte itinerário: exploração territorial, povoamento e urbanização, fortalecimento militar para a defesa do Sul contra ameaça espanhola e sedimentação das fronteiras na região dos conflitos do Prata.⁶⁶

Morgado de Mateus apostava no povoamento de Iguatemi, território ao sul do Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai. Seu projeto tinha dois objetivos bem claros: enfraquecer as forças militares dos espanhóis, estabelecidas na região sul, e executar o projeto de ocupação do solo, objetivando a defesa da fronteira oeste por meio da fundação de núcleos populacionais.⁶⁷

A defesa da fronteira a oeste teve importantes atores na sua composição; além de incentivar as uniões com os nativos da região, pobres livres, negros e mulatos eram encorajados a fazer parte do povoamento dessa região. Segundo Pontarolo, essas pessoas recebiam a promessa da doação de terras, isenção dos serviços militares e perdão de dívidas e crimes, além

⁶⁵ PONTAROLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe**: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 33.

⁶⁶ KOK, Maria da Glória Porto. **O sertão itinerante**: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

⁶⁷ BELLOTO, Op.cit., p. 129.

do recebimento de ferramentas para o plantio, armas e munição para defesa da fronteira.⁶⁸ Entretanto, com a dificuldade de encontrar pessoas interessadas em fazer parte desse empreendimento, outros estratos de camadas sociais inferiores da época, como os degredados, desertores, criminosos, vagabundos, desajustados e prostitutas foram enviadas para lá. Mesmo com todo o empenho do Morgado de Mateus, despendendo recursos financeiros e humanos, os castelhanos retomaram aquele território por meio do tratado de Santo Ildefonso, de 1777.⁶⁹

Maria Thereza Schorer Petrone, em sua pesquisa sobre o papel econômico desempenhado pela produção da cana-de-açúcar, em São Paulo, reconhece que o Morgado de Mateus foi o principal homem do século dezoito a promover o seu crescimento econômico, incentivando a agricultura, mas também, promovendo expedições de reconhecimento de lugares onde pudesse ser viabilizada a produção de alimentos.⁷⁰

1.2 O avanço para o sertão do Tibagi

Ao mesmo tempo em que eram enviadas expedições de povoamento para a Praça Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, eram organizadas outras bandeiras para a região sudoeste de São Paulo, também como parte do projeto da metrópole portuguesa de assegurar esses territórios para os seus domínios, promovendo o fechamento das fronteiras.⁷¹ De acordo com Fábio Pontarolo, esse território diz respeito ao sertão do Tibagi, que:

[...] compreendem aproximadamente os atuais territórios de Curitiba até Castro e Ponta-Grossa, passando pelos territórios de Palmeira e da Lapa, no Paraná. Os sertões do Tibagi compõem o todo dessas terras, excluindo os territórios de Curitiba, cuja colonização se iniciou ainda no século XVII. As demais áreas incluídas nos Campos Gerais começaram a ser povoadas um pouco mais maciçamente no início do século XVIII, com maior ênfase a partir de 1750.⁷²

⁶⁸ PONTAROLO, Op.cit., p. 34.

⁶⁹ TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. (Dissertação de Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005, p. 16.

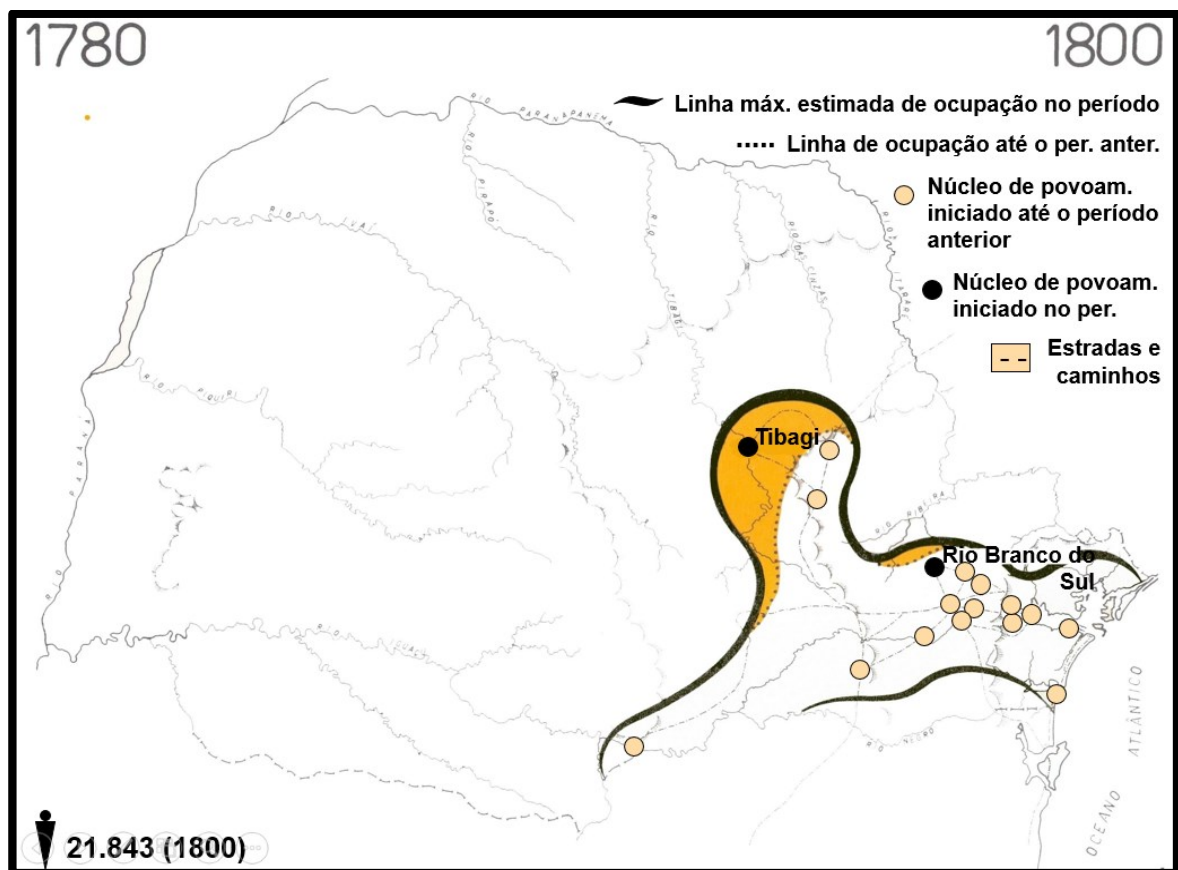
⁷⁰ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Editora Corpo e Alma do Brasil/Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 12.

⁷¹ Alguns estudos têm apontado a ocupação de Guarapuava com o objetivo principal de fechamento das fronteiras. Esse argumento está no trabalho de BALHANA, Altiava Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. Vol. I, p. 81. Maria Tereza Schorer Petrone argumenta: O interesse por esses campos está ligado à política de expansão e de garantir a posse de fronteiras da Colônia Portuguesa, seguida por Morgado de Mateus, de acordo com ordens de Pombal. Está ligado, portanto, às expedições do Iguatemi, encetadas pelo dinâmico governador paulista. Apesar de algumas expedições terem percorrido os campos de Guarapuava naquele tempo, só mais tarde, depois da vinda da família real para o Brasil, é que se dá a conquista definitiva dessa área. PETRONE, Maria Tereza Schorer. **O Barão de Iguape**: Um empresário na Época da independência. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1976, p.142.

⁷² PONTAROLO, Op. Cit., p. 32.

Em 1767, Morgado de Mateus dava instruções para seu sobrinho, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, a fim de que seguisse até a baía de Paranaguá, encarregado de chefiar algumas obras e de organizar expedições de reconhecimento pelo Sertão de Tibagi. O tenente-coronel Afonso Botelho desembarcou no Brasil em 1765; desempenhou as funções de ajudante de ordens na construção do forte de Nossa Senhora dos Prazeres em Paranaguá, onde também exerceu funções militares como comandante das milícias de Curitiba e Paranaguá. O historiador Rui Wachowicz destaca que Afonso Botelho foi o principal aliado do seu tio Morgado de Mateus pela sua competência no comando militar - que tinha em Paranaguá - e por ter sido o responsável pelo envio das expedições para os sertões Tibagi e Ivaí.⁷³

Mapa 1: Início do povoamento do sertão do Tibagi



Fonte: CARDOSO, Jaime Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba/Pr: Editora Livraria do Chaim, 1986, p.51.

Entre os anos de 1768-1774, foram enviadas onze expedições, conforme memorial descritivo do Tenente-Coronel Afonso Botelho.⁷⁴ Ele mantinha contato com seus soldados por

⁷³ WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002, p. 90.

⁷⁴ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do Governador e Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho

meio de correspondências enviadas pelo capitão oficial chefe e responsável pela expedição. A expedição, que resultou no conhecimento dos Campos de Guarapuava, aconteceu na sexta entrada, comandada pelo Sargento Mor Francisco José Monteiro, acompanhado por outras figuras, como o padre Inácio Abraão Machado, pelo sargento Cândido Xavier de Almeida, pelo pagador João Cardoso e mais outras 63 pessoas.⁷⁵

Os campos de Guarapuava foram reconhecidos como domínio da metrópole portuguesa no dia 09/09/1770, após os soldados percorrerem um vasto território em busca dos silvícolas habitantes dali. Ao chegarem às habitações indígenas, os soldados constataram que eles haviam saído do local há pouco tempo, pelos resquícios de fogo existentes. Para comprovar a existência de povos indígenas na região, recolheram alguns objetos, alimentos e levaram até o comandante interino da expedição, sargento Cândido Xavier:

Com toda alegria foi festejada esta felicidade, e novo descobrimento, sendo a primeira notícia, que houve dos Campos de Goropuava tão recomendados às Ordens de Sua Majestade, e a primeira gente nossa, que nele saiu, devendo-se este primeiro descobrimento à curiosidade do tenente Cândido Xavier d'Almeida.⁷⁶

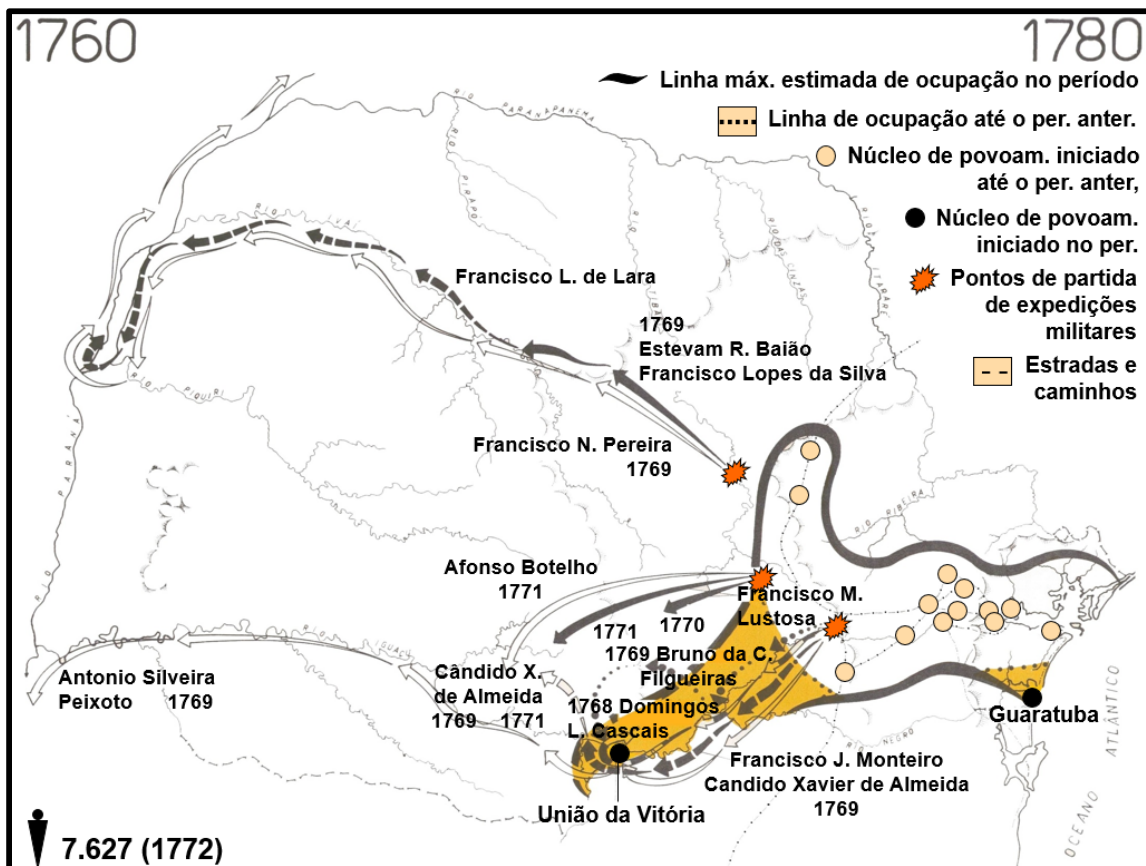
Como forma de reconhecer geograficamente e simbolicamente a posse desse território para a coroa portuguesa, os homens da expedição fixaram uma cruz em madeira lapidada com a expressão “Viva El –Rei de Portugal”. Estavam, assim, reconhecidos os campos de Guarapuava sob a proteção da monarquia portuguesa.

Mourão, conforme às Ordens de Sua Majestade. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: volume 76, 1962.

⁷⁵ Idem. p. 12.

⁷⁶ Idem, p. 14.

Mapa 2: Expedições do século XVIII – ‘Descobrimto’ dos campos de Guarapuava



Fonte: CARDOSO; WESTPHALEN, Op. cit., p.49.

As expedições comandadas por Afonso Botelho seguiam rigorosamente as orientações de seu tio Morgado de Mateus, o qual, por sua vez, recebia ordens diretas do primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal. Assim, os camaradas de Afonso Botelho tinham ordens para reconhecer e tomar posse de territórios, viabilizando estratégias de amizade com os indígenas sem o uso de violência. O uso de armas era apenas para defesa, caso fossem necessários. A brandura permeou os primeiros contatos com os nativos da região “[...] ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de flechas, deve o Capitão ter instruído a sua gente, não atirem, nem façam mal, antes que lhes batam as palmas, e procurem fazer aqueles sinais, que for possível, para mostrar-lhes quererem paz[...]”.⁷⁷

Os homens, que vinham compor essas expedições, seguiam as ordens de Afonso Botelho, o qual, por sua vez, tomava por base as orientações do “Diretório dos Índios de 1757”, documento da nova política indigenista do Marquês de Pombal para as populações indígenas do Brasil. O reconhecimento dos campos de Guarapuava e o contato com os Kaingang,

⁷⁷ SAMPAIO E SOUZA, Op. cit., p. 79.

habitantes desse território, incentivaram a criação de um aldeamento, como bem lembrou Afonso Botelho em uma correspondência endereçada ao frei Inácio Abraão de Santa Catarina, capelão de algumas expedições:

[...] o motivo, que me obrigou a encaminhar a V. Rev.^{ma} para essa expedição foi para que tomando o gentio, como já se tinha visto, pudesse dispor a redução dêles, e o bom trato, que queremos conservar com esta gente, pois se Deus foi servido, que resistíssemos a tantos trabalhos, vencêssemos tanta dificuldade, e gastássemos tanto tempo para acharmos caminho, que nos levasse às portas do sertão, estando tão perto, como se informa, parece que o mesmo Senhor quis dificultar-nos tanto esta ação para conhecermos a grandeza dela, e agora que achamos tão bom caminho, e estamos à porta do mesmo sertão para introduzirmos nêle a Fé de Cristo, pareceria indecoroso ao caráter de V. Rev.^{ma} voltar estando tão perto, sem ver o fruto do seu trabalho[...].⁷⁸

Nesse período, as autoridades de São Paulo recebiam inúmeras reclamações das ameaças indígenas em propriedades da região e nos caminhos das tropas, especialmente, no caminho geral que ligava a vila de Lages a Rio Negro. Segundo Carlos Eduardo Suprinyak, esse caminho tinha consolidado o comércio entre a região sul e as demais capitânias, especialmente São Paulo e o Rio de Janeiro; suas condições de uso eram bastante precárias, obstáculo difícil de ultrapassar, somado ao tensionamento causado pelos indígenas habitantes daquele território.⁷⁹ Desse modo, o estabelecimento de aldeamentos próximos aos caminhos tranquilizaria os comerciantes e a população, de maneira geral, diminuindo os conflitos entre povoadores, viajantes e indígenas.

As contínuas saídas do gentio, que ocupa os grandes sertões do Tibagi há 9 anos a esta parte, tendo morto bastantes pessoas[...] as muitas fazendas, que se tem despovoado, e grandes riscos, que correm todas a mais destes Campos Gerais, e viandantes, que passem por esta estrada, cujas causas, e outras infinitas, sendo o principal plantar a fê no meio deste sertões povoados de várias nações do gentio[...].⁸⁰

Entusiasmado pelo reconhecimento e conquista dos campos de Guarapuava para a coroa portuguesa, Afonso Botelho resolveu participar das últimas expedições. Foi na décima entrada que houve um contato mais efetivo entre os expedicionários e os Kaingang da região. Desse encontro, Afonso Botelho fez um memorial das ações empreendidas pelos portugueses e uma descrição da receptividade indígena. Tais momentos foram retratados em quarenta estampas, desenhadas por Joaquim José de Miranda, membro e oficial da expedição.⁸¹ Cada desenho vem

⁷⁸ Idem, p. 17.

⁷⁹ SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: O mercado de Animais de Carga no Centro-sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, p. 20.

⁸⁰ SAMPAIO E SOUZA, Op. cit., p. 77.

⁸¹ Essas imagens podem ser visualizadas em: AMOROSO, M. R. et al (Org). **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII, São Paulo: BNP Paribas, 2003.

acompanhado de um breve relato sobre as ações ali reproduzidas. Segundo Fábio Pontarolo, foi o próprio Afonso Botelho que fez essas descrições, conjugando a cena em si com os relatórios que os seus camaradas faziam para o comando da expedição.⁸²

Partindo das interpretações das ilustrações desenhadas por Joaquim José de Miranda, é notória a preocupação dos portugueses em apresentar a brandura e as benesses que os indígenas teriam ao se tornar súditos e vassallos do rei de Portugal. Os camaradas presentearam os indígenas com suas vestimentas para cobrir o corpo nu, apresentando também sobre o ato uma atitude da vida cristã, naquele momento, representado pelo catolicismo, mas também, usavam desses objetos como barganha de aliança e sinal de amizade. Sobre esse aspecto, é bastante ilustrativa a figura abaixo:

Figura 4: Primeiro encontro dos portugueses com os Kaingang de Guarapuava (16/12/1771)



Fonte: AMOROSO, Marta Rosa. et al. (Orgs). **Do Contato ao Confronto**. A conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003, p. 61.

Segundo a descrição realizada por Afonso Botelho, o soldado: “Despe o tenente a chimarra vermelha, veste-a ao índio, e os mais camaradas vestem os filhos, despindo-se eles mesmos dos seus próprios vestidos.”⁸³ A representação construída sobre as estampas, em especial a de número nove, traduz, sobremaneira, a brandura que deveria direcionar a conduta dos portugueses nos primeiros encontros que tivessem com os indígenas. De algum modo, superado esse primeiro encontro amistoso, o passo seguinte seria subjugar-los e transformá-los

⁸² PONTAROLO, Op.cit., p. 42.

⁸³ SAMPAIO E SOUZA, Op. Cit., p. 26.

em “guardiões da fronteira.”⁸⁴

Passaram-se dias de visitas e trocas de objetos entre os portugueses e indígenas até que, no dia 8 de janeiro de 1772, os Kaingang chegaram ao acampamento em número aproximado de 150 indivíduos. Na ocasião, Afonso Botelho deu ordens para que os homens ficassem atentos e próximos das suas armas, sem que levantassem qualquer suspeita dos seus visitantes. Mesmo assim, eles perceberam que os homens estavam preparados para um possível conflito. Os indígenas, estrategicamente, foram se afastando e atraindo os camaradas da expedição para fora do espaço de proteção. Ao saírem do abarracamento atrás dos indígenas, alguns homens não levaram suas armas e, a certa distância, um grupo de guerreiros aguardava a chegada deles; ali mesmo atacaram sete soldados.⁸⁵

Esse ataque também foi retratado por Joaquim José de Miranda, na figura de número 36, certamente, para mostrar às autoridades portuguesas que os princípios da brandura não alcançariam êxito com aqueles indígenas. A conquista desses povos e sua utilização como “muralhas do sertão” na fronteira oeste seria bem mais complexa, como bem definiu Nádía Farage.⁸⁶

Figura 5: Representação do ataque aos camaradas de Afonso Botelho (8/01/1772)



Fonte: AMOROSO, Marta Rosa. et al. (Orgs). **Do Contato ao Confronto**. Op. cit., p. 88.

⁸⁴ AMOROSO, Marta Rosa. **Guerra e mercadorias**: os Kaingang nas cenas da “Conquista de Guarapuava”. In: AMOROSO, Marta Rosa et al. (Orgs). **Do Contato ao Confronto**. A conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003, p. 36.

⁸⁵ SAMPAIO E SOUZA, Op. cit., p. 44.

⁸⁶ FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões**. Os povos indígenas do Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

Esse acontecimento foi narrado por Afonso Botelho da seguinte forma:

O capitão Carneiro, que ia a cavalo, tinha-se apeado a beber água com eles, e montando outra vez, continuava para onde eles o guiavam, acompanhando-o sempre um grande número de índios, mas como ficava mais alto pode ver um dos camaradas morto no chão, e conhecendo a traição dissimulou, e tanto que pode ganhar alguma distancia, deo de esporas no cavalo, e a toda carreira ganhou um passo pela banda de baixo onde bebeu água, estando todo o alto coberto de índios, e correndo venceu o escapar-lhe com a felicidade de lhe não lhe acertarem as infinitas flechas com que lhe atiraram.⁸⁷

O capitão Carneiro saiu ileso da emboscada e, logo que adentrou o abarracamento, narrou o ataque que os Kaingang fizeram aos militares da expedição. O tenente-coronel Afonso Botelho convocou todos os homens e foram até o lugar da emboscada recolher os corpos dos seus camaradas para enterrá-los. Três dias após esse evento, a expedição deixou os campos de Guarapuava com receio de serem novamente atacados pelos indígenas:

Vendo o tenente-coronel o perigo em que estava de arriscar toda a expedição se tivesse mais demora nos campos, por não já mais do que ua pouca farinha, que apenas chegaria para três dias [...] da pouca caça sem esperanças, pelo evidente perigo de perecerem os caçadores nas mãos do gentio, a gente da expedição pouca, doente, e debilitada do trabalho, os cavalos estafados do laborioso caminho, e de explorar a campanha[...] a necessidade de forças para rebater a fúria de tão grande multidão de gentio, que mais crescerá em se juntando os da aldeia, que existem ao norte, a impossibilidade de haver socorro de povoado em breve tempo. O perigo de nos tomarem os caminhos em ciladas, e por uniforme acordo de todos determinou retirar toda a expedição a salvar vidas, e o trem de Sua Magestade, que tudo pereceria sem remédio em poucos dias.⁸⁸

Afonso Botelho, após ser surpreendido pelo ataque dos Kaingang e temeroso de que mais soldados fossem mortos, saiu em retirada dos campos de Guarapuava depois de ouvir seus outros camaradas sobre o perigo que estavam correndo com pouca munição e alimentos. Em 1773, o tenente-coronel enviava uma nova expedição armada e municada para revidar os conflitos sofridos no ano anterior, que vitimaram sete dos seus camaradas. De nada adiantou; o tenente, responsável pela ofensiva, retornou depois de quarenta dias, afirmando que haviam sofrido um novo ataque dos indígenas.⁸⁹

No ano de 1774, o tenente-coronel Afonso Botelho recebia ordens do Morgado de Mateus para juntar-se às tropas paulistas e se deslocar em defesa da Praça Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi e do Rio Grande. As contendas entre portugueses e espanhóis na região sul foram motivos de vários tratados e acordos; em último grau, estopim de sucessivos conflitos.

Os infortúnios entre as duas coroas se intensificaram quando os portugueses fundaram,

⁸⁷ SAMPAIO E SOUZA, Op. cit., p. 45.

⁸⁸ Idem, p. 46.

⁸⁹ Idem, p. 24.

nas margens do Rio da Prata, a Colônia de Sacramento, desconsiderando os limites fronteiriços do Tratado de Tordesilhas, de 1494. Como revide, os espanhóis acordaram com os jesuítas a criação de missões juntos aos Guarani, dando início aos Sete Povos das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, em 1682. Anos mais tarde, a Colônia de Sacramento foi tomada por um grupo de comerciantes inimigos dos portugueses. Para resolver essa querela, foi assinado o Tratado de Utrecht, devolvendo esse espaço aos portugueses. Em represália, os colonos espanhóis pressionaram as autoridades espanholas e as duas coroas tiveram que assinar um novo acordo, denominado de Tratado de Madri, de 1750, em que os espanhóis passariam os domínios dos Sete Povos das Missões para os portugueses em troca da administração da Colônia de Sacramento.⁹⁰

O Tratado de Madri não se concretizou efetivamente como se propôs pelas querelas políticas de vários setores envolvidos nessa disputa territorial. Uma delas, talvez a principal, foi a transferência dos grupos indígenas missioneiros para o lado paraguaio, liberando o território dos Sete Povos das Missões para os portugueses. Revoltados, os indígenas entraram em conflito com os espanhóis e portugueses, dando início ao conflito conhecido na historiografia rio-grandense como Guerra Guaranítica.⁹¹

Os portugueses resistentes não queriam entregar a Colônia de Sacramento para os espanhóis tão facilmente. Os moradores daquele lugar, descontentes com essa atitude, invadiram as terras do Sul, passando pela Colônia de Sacramento, pelo povoado de Rio Grande e se dirigiram até a Ilha de Santa Catarina. Depois de continuadas guerras entre castelhanos e portugueses, os dois reinos assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, com o propósito de por fim a mais essa querela entre coroas. Nesse tratado, os espanhóis desocupavam a Ilha de Santa Catarina – que voltava a ser de domínio português; por sua vez, Portugal jamais teria acesso à Colônia de Sacramento, enterrando definitivamente o projeto de estabelecer um certo controle comercial no Rio da Prata.⁹²

Diante dessas querelas políticas territoriais, os planos de povoamento dos campos de Guarapuava tiveram que ser adiados naquela ocasião. No entanto, os relatos e a experiência do contato com as populações indígenas desses lugares permitiram ao tenente-coronel Afonso Botelho uma nova concepção acerca da participação dos indígenas na posse dos territórios para

⁹⁰ REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord). **Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. V.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), p. 49.**

⁹¹ GOLIN, Tau. A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre/RS: L&PM, 2002. REICHEL, Heloisa Jochims; Gutfreind, Ieda. **Fronteiras e guerra no Prata.** São Paulo: Atual, 1995.

⁹² REICHEL, Op. cit., p. 49.

a coroa portuguesa. Inicialmente, vistos como colaboradores da monarquia, o índio passa a ser referenciado como “selvagem”, “bárbaro” e “indômita fera”, constituindo uma barreira ao expansionismo português nos campos de Guarapuava, nas décadas finais do século dezoito.

Brasil Pinheiro Machado resume esse período de expedições, quando afirma que: “[...] com os capitães-generais não há mais o bandeirismo, há expedições militares e povoadoras, organizadas, planejadas e comandadas para atingir uma finalidade: o povoamento, a ocupação continuada e fixa do território – a fronteira, enfim”.⁹³ No entanto, as autoridades portuguesas não contavam com a resistência indígena, o que atrapalhou, em certa medida, a legitimidade de novos territórios para os domínios lusitanos, como demonstrou a experiência vivida pelos camaradas de Afonso Botelho nas expedições pelos campos de Guarapuava. Assim, abandonadas as pretensões de povoamento pela hostilidade indígena, esses territórios só voltariam a ser tema de interesse com o desembarque da família real no Brasil, em 1808.

No intervalo das entradas oitocentistas nos campos de Guarapuava até a vinda da família real, uma parcela da população de São Paulo, principalmente os mais abastados, acompanhada de alguns potentados locais de Paranaguá e Curitiba, deram início às primeiras tentativas de ocupação dos campos Gerais. Tais investidas proporcionaram a formação das fazendas de invernagem dos animais vindos do Rio Grande com destino a Sorocaba.⁹⁴ A passagem era obrigatória pelo segundo planalto paranaense. Essas propriedades foram se expandindo pela rota que ligava Curitiba, Sorocaba e São Paulo. A expansão pelos Campos Gerais, na segunda metade do século XVIII, não tinha o propósito de ocupação e povoamento, mas apenas de encontrar um espaço onde pudessem delimitar seus territórios para a expansão pecuária e dos campos de invernagem, não necessitando o deslocamento de toda a sua família com seus escravos, bens, animais, parentes e clientes, visando à instalação de uma nova sociedade.⁹⁵

Esse modo de expansão campeira dava o tom das primeiras propriedades absenteeístas. Não eram necessários grandes dispêndios com a instalação de uma fazenda ao longo do caminho das tropas, principalmente, no caminho de Viamão, rota de Vacaria, com destino a Sorocaba. O potentado enviava para “esses lugares um preposto, com alguns escravos para

⁹³ MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse de história regional do Paraná. **História: Questões e Debates**. Curitiba, p. 177-205, jul-dez, 1987.

⁹⁴ O território em questão se apresentava como um espaço promissor tanto para a passagem de animais, oriundos da região sul com destino a São Paulo, quanto para invernagem. Dada sua importância, Carlos Eduardo Suprinyak apresenta, em seu trabalho, argumentos de que os primeiros direitos de cobrança sobre animais tiveram início com a criação do registro de Curitiba, em documentos que datam de 1748, 1732, 1728. Embora não haja um consenso em relação à data precisa, ele estabelece 1731 como o princípio, visto que foi nesse ano que o governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimental, ratificou nas suas instruções. SUPRINYAK, Op.cit., p. 24.

⁹⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. Povoamento dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968, p. 29.

tomar posse das terras, para onde conduziam algumas cabeças de gado. Depois alegando posse, pedia a sesmaria”.⁹⁶

Dessa maneira, os Campos Gerais foram paulatinamente sendo ocupados por grandes propriedades de invernagem de gado e mulas vindas do sul. Foi nesse período que viajantes, fazendeiros e tropeiros denunciavam constantemente às autoridades paulistas as incursões guerreiras e ameaças que vinham sofrendo dos moradores indígenas. Segundo John Hemming, o medo era tão grande que um dos caminhos, que ligavam os campos gerais a Curitiba, teve que ser abandonado porque os viajantes não se arriscavam a atravessar, tanto que os tropeiros procuravam viajar em grandes grupos: “em tropas de 20 a 30 mulas com cinco ou seis homens armados e acompanhados de cães”.⁹⁷

Os indígenas da região começaram a ser referenciados como um obstáculo para a expansão campeira pelo interior dos Campos Gerais, por estarem habitando territórios com potencial para as prósperas propriedades de invernagem e porque matavam os animais para se alimentar. Diferentemente de outras produções econômicas, a pecuária não necessitava de muitos braços para cuidar dos animais. Esse foi um dos fatores desencadeadores de uma proposta de “desinfestar” esse território da presença indígena para sua exploração comercial. Estava dado o pontapé inicial da política de extermínio dessas populações, que causavam grandes prejuízos para os fazendeiros dos Campos Gerais.

A Câmara de Castro, no final do século XVIII, oficiava às autoridades paulistas providências para que, com o auxílio das forças, “o capitão mor da Vila, fizesse estrada por Imbituva, até chegar aos seus alojamentos[dos índios], fazendo-os retirar para mais longe e, para isso, os moradores contribuiriam com pólvora, chumbo e mantimentos precisos”.⁹⁸

O aumento de reclamações contra os indígenas na capitania de São Paulo ocorreu com mais intensidade nos séculos XVIII e XIX, momento da expansão interiorana em busca de novas oportunidades econômicas nesses territórios. Dessa maneira, a expansão em espaços fronteiriços promovia de algum modo a ocupação desses territórios que, aos poucos, iam se transformando em lavouras de café e de cana-de-açúcar, nos anos finais dos oitocentos.⁹⁹

⁹⁶ MACHADO, Op. cit., p. 30.

⁹⁷ HEMMING, John. **Amazon Frontier**: the defeat of the Brazilian Indians. London: Macmillan London, 1987, p. 112. Apud: TAKATUZI, Op. cit. p. 28.

⁹⁸ MACHADO, Op. cit., p. 35.

⁹⁹ COSTA, Emilia Viotti. **Da monarquia a República**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 169.

1.3 Indígenas e aldeamentos na Província de São Paulo

[...] tudo isto prova que o único remédio para felicitar esta gente é não largar mão dela, e pô-la no estado dos demais vassallos, afim de que se misturem com os brancos, e se façam úteis ao estado.¹⁰⁰

A epígrafe acima se resume, em tese, ao período de crise em que os aldeamentos paulistas vinham passando desde a promulgação do “Diretório dos Índios de 1757, até sua revogação pela Carta Régia de 12 de maio de 1798.¹⁰¹ Escrita por José Arouche de Toledo Rendon, em 1802, o então Diretor Geral das Aldeias da capitania paulista, nomeado pelo Capitão General Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, expunha sua opinião sobre o verdadeiro sentido que os aldeamentos deveriam ser para os povos indígenas, não sendo apenas um espaço de isolamento, onde eles permaneciam desligados do contato com a sociedade nacional. Em sua opinião, os aldeamentos deveriam ser um núcleo de transição e incorporação deles à sociedade por meio do trabalho e da mestiçagem.

Rendon havia feito uma exaustiva pesquisa documental e recolhido informações de pessoas envolvidas na administração desses aldeamentos, concluindo que os indígenas descendentes dos aldeados estavam em melhores condições de sobrevivência e alguns já haviam adquirido bens e trabalhavam nas corporações militares, além de que: “muitos querem ser brancos, e alguns já são havidos por tais desde que o meio de encruzamento das raças tem esquecido a sua origem.”¹⁰²

O então Diretor de Aldeias da província de São Paulo não acreditava no sucesso dos aldeamentos da forma como estavam sendo administrados. A má conduta das pessoas envolvidas nesses empreendimentos servia apenas para intensificar os laços sociais com os outros grupos, que não aderiam aos aldeamentos, dificultando o projeto de emancipação indígena dos seus costumes tradicionais:

Não se pode negar que em regra geral é necessário aldear as hordas de Índios, que vem dos matos procurar o nosso abrigo.[...] Mas tudo isso só deve ter lugar temporariamente; porque logo que o índio é civilizado, não tem necessidade de tutor; e sobretudo logo que elle se acha em circumstancias de não haver receio de que volte á vida selvagem,

¹⁰⁰ RENDON, José Arouche de Toledo. **Plano que se propõem o melhoramento da sorte dos índios, reduzindo-se a freguesias as suas aldeias, e extinguindo-se este nome, e esta antiga separação em que tem vivido a mais de dois séculos (1802)**. In: Documentos Interessantes para a História de São Paulo (DIHCSP). São Paulo: Editora da Unesp, 1990, p. 91.

¹⁰¹ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de Civilização no Brasil do Século XVIII**. Brasília: Editora da UNB, 1996.

¹⁰² RENDON, Op. cit., p.90.

convém muito separal-os por meios brandos, sujeitando-os á famílias brancas, que os acostumem a trabalhar, e que os tratem como livres, até que possam ter os seus estabelecimentos particulares. De outro modo, quero dizer em quanto viverem juntos, com muita dificuldade, e muito tarde, perderão os seus bárbaros costumes.¹⁰³

A narrativa de Rendon segue pontuando a mestiçagem como o melhor caminho para a emancipação indígena dentro dos aldeamentos. De certa maneira, sua exposição trazia elementos complementares das orientações pombalinas de 1757, sendo que, além de permitir a presença de não índios dentro dos aldeamentos, incentivava o comércio entre eles; o “Plano” de Rendon reforçava a proposta de miscigenação como caminho para a civilização indígena. Suas orientações, em parte, foram malogradas pelo governante da capitania paulista ao decretar, em 1802, a extinção de todos os aldeamentos e a proibição de que fossem nomeados novos diretores desses aldeamentos.

Ainda que os aldeamentos tenham sido extintos, Pasquale Petrone apresenta uma população indígena estimada em pouco mais de 2.000, nos primeiros anos do século XIX, na Província de São Paulo.¹⁰⁴ Passadas três décadas, Daniel Pedro Müller realizou um novo levantamento e apresentou um número bastante negativo da presença indígena na capitania, se comparado aos dados de Petrone no início do século. No que diz respeito à 5ª comarca, ou melhor dizendo, aos Kaingang da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, observamos um número relativamente expressivo, após o aldeamento de Atalaia ter sucumbido em 1825, conforme teremos oportunidade de discutir ainda neste capítulo. Os números apontados por Müller representam os remanescentes do aldeamento que passaram a conviver com a população local. A presença indígena nas 2ª, 4ª e 5ª comarca da província era a seguinte:

2ª Comarca - Cidade de São Paulo (Freguesia da Sé, Santa Ifigênia, Cotia, Capela Curada M^o Boy, Santo Amaro, Paranaíba), 704 indígenas; 4ª Comarca - Itu, Porto Feliz, Constituição, Araraquara, 14 indígenas; 5ª Comarca – Castro (Freguesia de Guarapuava), Curitiba, Nova do Príncipe – 85 indígenas. Total: 803 indígenas.¹⁰⁵

A maior concentração de indígenas estava próxima da sede paulista, aliás, segundo Petrone, os principais aldeamentos coloniais estavam dispostos em volta da cidade, o que, de certa forma, configurava um “cinturão indígena em torno de São Paulo”.¹⁰⁶ Daqueles 85

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 353.

¹⁰⁵ Adaptado de Daniel Pedro Müller, *apud* SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). (Dissertação de Mestrado) PPGH-USP, 2006, p. 124.

¹⁰⁶ PETRONE, Op. cit., p. 261.

indígenas relacionados para a 5ª comarca, 83 referem-se à freguesia de Guarapuava. Esses aldeamentos foram os primeiros a sofrer um acelerado processo de miscigenação ainda no século XVIII, conforme aponta John Monteiro, ao atribuir o declínio da população indígena a dois processos:

Primeiro, os moradores apropriaram-se desses índios através da força ou da prática de casá-los com índias de suas administrações. E, em segundo lugar, os moradores começaram a invadir as melhores terras indígenas, muitas vezes de gado, o que impedia a plantação de roças para o sustento das aldeias.¹⁰⁷

As tentativas de desestabilizar os aldeamentos paulistas foram motivadas com a chegada do Diretório dos Índios, em 1757; porta-voz da política pombalina para os indígenas do território brasileiro, o documento, entre tantas determinações, orientava a emancipação dos indígenas aldeados. Assim, os aldeamentos foram perdendo sua funcionalidade e se transformando em freguesias e vilas. Sobre esse aspecto, Pasquale Petrone pontua:

O início do processo de dissolução dos aldeamentos, que bem ou mal até então haviam mantido uma personalidade própria, estava consumado. Tratava-se antes de mais nada, convém insistir, das conseqüências normais do desaparecimento do interesse na utilização dos indígenas. Paradoxalmente, o fim do processo de exploração do indígena aldeado acabou por significar o início do processo de desaparecimento dos aldeamentos como unidades tipicamente indígenas. A documentação, já não mais abundante, e os testemunhos relativos aos aldeamentos nas primeiras décadas do século XIX expressam mais ou menos nitidamente a intensidade do processo.¹⁰⁸

Os aldeamentos coloniais paulistas tinham perdido parte de seus significados. Se antes eram espaços para captura de mão de obra abundante para o trabalho, nas fazendas da região, com a introdução cada vez mais expressiva do trabalho escravo nas lavouras de café e de cana-de-açúcar, os aldeamentos passaram a ser um empecilho para o expansionismo territorial e econômico. Diante dessa realidade, os indígenas defenderam-se à sua maneira, contra a interiorização dos paulistas nos seus territórios tradicionais praticando, algumas vezes, conflitos guerreiros que amedrontavam as pessoas e afastavam as famílias que iam ocupando seus espaços de sobrevivência.

¹⁰⁷ MONTEIRO (a), John Manuel. Vida e morte do índio: São Paulo Colonial. In: MONTEIRO, John Manuel, et al. **Índios no Estado de São Paulo**: Resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984, p. 39.

¹⁰⁸ PETRONE, Op. cit., p. 196.

cana-de-açúcar, com mercado voltado para Sorocaba. Produzia-se, ainda, algodão, que era enviado para o mercado sulista. O viajante Saint-Hilaire fez uma descrição interessante sobre Itapetininga:

À época em que passei por Itapetininga, seu distrito e sua paróquia, cujos limites são os mesmos, estendiam-se de leste a oeste por cerca de 14 léguas, desde o rio Sarapú, que os separava de Sorocaba, até o Rio Paranapanema, onde tinha início o território de Itapeva. No Norte e no sul as fronteiras eram imprecisas. Na direção do mar, que não dista mais de 20 léguas da cidade, logo se encontravam vastas matas despovoadas, e do lado oposto, onde há descampados, também não se podia ir muito longe, por causa da presença nas proximidades de índios ainda selvagens, que causavam grande terror.¹¹²

A sensação de insegurança aumentava à medida em que a população ia se expandido pelo interior da vila de Itapetininga. Segundo relatos de moradores de Itapetininga, a população indígena era expressiva e ameaçava a vida das pessoas daquela localidade. Os moradores da região enviavam ofícios ao governo paulista, expondo suas queixas de que vários indígenas estavam se reunindo próximos à sua propriedade, ameaçando a tranquilidade da sua família e dos seus empregados. Em vista disso, solicitavam destacamento preparado para afastar os “índios.”¹¹³

Itapeva era também umas das localidades que recebia constantes ameaças dos indígenas. Fundada em 1769, tinha como atividade econômica de destaque a criação de animais (vacum e cavalari) e, em menor escala, o plantio da cana-de-açúcar. Itapeva guarda suas singularidades em relação às demais vilas aqui apresentadas, a começar pela presença mais substancial de nativos nas suas matas. Isso pode ser explicado pela atividade econômica desenvolvida, que era menos agressiva, em consequência de ali haver pequenos lavradores ocupando terras de ricos fazendeiros, produzindo para seu sustento e criando alguns animais. De passagem por essa região, Saint-Hilaire destacou que a produção era para suprir as demandas locais e que os campos serviam apenas para invernagem dos animais, os quais evidenciavam um “cenário de pobreza”:

Mais de duzentas pessoas tinham obtido permissão do proprietário para morar em suas terras; ali eles plantavam e criavam animais sem nada pagar ao dono. É bom dizer, porém, que a qualidade do solo tornava esse ato de bondade menos meritório do que poderia parecer a um europeu que desconhece as condições da região. Seja como for, os homens que se aproveitavam da complacência do dono, levavam uma existência bastante precária.¹¹⁴

¹¹² Idem p. 202.

¹¹³ SPOSITO, Op. Cit., p. 162.

¹¹⁴ SAINT-HILAIRE. Op. cit., p. 223.

Ao expor a situação miserável dos habitantes desses lugares, Saint-Hilaire também fez uma descrição afirmando que os nativos dessa região era os *ganhãs*, nome pelo qual os Kaingang também foram referenciados em alguns documentos¹¹⁵. Essa etnia recebeu diversos nomes e eram atribuídas algumas características de sujeitos agressivos, os quais se alimentavam de milho, feijão e não usavam roupas; apenas as mulheres cobriam suas genitálias.¹¹⁶

Um importante aldeamento paulista foi fundado em 1800, em São João de Queluz. Muito embora as autoridades paulistas tivessem uma larga experiência nos aldeamentos coloniais, sob responsabilidade dos jesuítas ou pelo sistema do padroado régio, para o aldeamento de Queluz, foi enviado, do clero secular do bispado de São Paulo, o padre curitibano Francisco das Chagas Lima para trabalhar na catequese indígena.¹¹⁷ Segundo observações de Fernanda Sposito, o aldeamento foi fundado em terras particulares pelo governador geral da capitania. Para sua organização, as terras foram divididas para a manutenção dos nativos e para o patrimônio da igreja, tendo por limites os ribeirões da Cruzes e Entupido, que ficavam além do rio Paraíba.¹¹⁸

Esse aldeamento entrou em declínio em pouco tempo de atividade e já era latente a perda de territórios pelo avanço de povoadores e pelo arrendamento de suas terras: “[...] em três décadas o aldeamento de Queluz havia sido fundado e já se encontrava num franco esquema de desmontagem, expresso no desinteresse pela sua manutenção enquanto “aldeia de índios”.¹¹⁹ Se comparados a outros aldeamentos, que perduraram por mais de duzentos anos, como o caso de Pinheiros e Carapicuíba, o desinteresse das autoridades paulistas mostra que o avanço sobre os territórios ocupados e o aniquilamento de seu modo de vida era mais propício do que mantê-los em atividade.

Com as mudanças no Código Processual, em 1833, a responsabilidade sobre os bens das populações indígenas, que era da alçada dos Ouvidores de Comarca, passara a ser dos juízes de órfãos. Sobre o aldeamento de Queluz, quem cuidava dos assuntos indígenas era o Juiz de Órfãos da vila de Areia. Nesse mesmo ano, o juiz, responsável pelos Puri, constatou que “seos direitos forão todos postergados, e elles expostos a vagarem errantes sem terem onde se

¹¹⁵ MONTEIRO (b), John Manuel. **Tupis, tapuias e a história de São Paulo**. Revisitando a velha questão guaianá. In: Novos Estudos CEBRAP. Nº 34. São Paulo, novembro de 1992, pp. 125-135. Pelas características descritas e pela nomenclatura atribuída aos índios indicam que se tratava de um grupo ligado aos Kaingang, que também eram descritos na época como *guaianás* ou *guaianãs*.

¹¹⁶ Ibid, pp. 219-229.

¹¹⁷ Sobre esse personagem religioso verificar a dissertação de: PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: PPGH/UFPR, 2012.

¹¹⁸ SPOSITO, Op. cit., p. 130.

¹¹⁹ Ibid, p. 131.

abrigarem das inclemências do tempo, e sogeitos a toda sorte de desgraças”.¹²⁰ O resultado desses infortúnios só aconteceu dois anos depois, com a instalação da Assembleia Provincial. Os deputados, então, deliberaram sobre as terras do aldeamento:

Ao descobrirem que as terras destes “índios incorrigíveis”, que eram incapazes de cultivarem os terrenos que tinham à sua disposição, estavam rendendo dividendos graças a presença de “intrusos”, deliberou-se que fossem colocados em hasta pública para quem melhor pudesse dar pelas terras. Os deputados provinciais ao mesmo tempo, levando em consideração, segundo seus princípios, a desumanidade que seria despojar os nativos de suas posses, também autorizaram a repartição de uma parte do terreno a eles inicialmente reservado, fazendo uma divisão dos lotes para cada chefe de família indígena ali existente.¹²¹

O discurso e as ações das autoridades provinciais permitem-nos inferir um forte processo de desmantelamento dos aldeamentos e da etnia Puri. Anos mais tarde, em 1842, o aldeamento de Queluz já ganhava o predicamento de vila; povoadores nacionais sobressaíam-se aos poucos indígenas que estavam nos arredores do novo povoado.

Com a trajetória do aldeamento de Queluz, criado para abrigar os Puri, no início do século dezenove, percebemos o desinteresse do trabalho compulsório indígena, embora houvesse regiões que praticavam a sua escravidão. Os interesses se voltavam para o afastamento desse grupo étnico, facilitando a ocupação do vale do Paraíba. Essa região ganhava atributos comerciais com a abertura de caminhos que ligassem as províncias, mas, principalmente, para a expansão cafeeira no vale. O território ainda era uma região estratégica e seus caminhos ligavam o Rio de Janeiro, sede da corte no Brasil, com as Minas Gerais.

A decadência do Aldeamento de Queluz reflete as ideias defendidas pelo Diretor de Aldeias, José Arouche de Toledo de Rendon, que via a funcionalidade dos aldeamentos como espaço de transição para a emancipação indígena. Sua proposta era de incentivá-los ao trabalho e, sobremaneira, motivá-los ao casamento com outros estratos sociais, criando uma população mestiça e acostumada aos códigos culturais da Sociedade nacional. A trajetória desse aldeamento traduz as intenções da nova postura adotada pelas autoridades paulistas nos primeiros anos do século XIX. Com a extinção do “Diretório dos Índios, em 1798”¹²², Rendon se afirmava como um dos principais pensadores da questão indígena ao defender a proposta de emancipação indígena do mundo da barbárie para a civilização, motivado pelo trabalho e com

¹²⁰ Concessão de terreno aos índios da freguesia de Queluz, São Miguel de Areias (IO 35.10, 17/12/1833, assinado por José Álvares Leite, Juiz de Órfãos). Manuscrito, AH-ALESP. *Apud* SPOSITO, Op. cit., p. 130.

¹²¹ *Idem*, p. 131.

¹²² CARTA RÉGIA – 12/05/1798. In: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Legislação Indigenista Colonial: Inventário e Índice**. Campinas/SP, 1990 (Dissertação de Mestrado) PPGCS-Unicamp.

uma relação mais intensa com a sociedade.

Rendon não se manifestava contra a criação de aldeamentos e todas as atividades que ali eram desenvolvidas juntos aos aldeados. Suas críticas iam de encontro aos maus administradores e religiosos no comando desses empreendimentos. Tanto que a participação de religiosos dentro dos aldeamentos foi mantida, mas não somente para trabalhar com eles; os párocos tinham que atender os moradores dentro e nos arredores dos aldeamentos. A proposta de Rendon se fez refletir na administração do aldeamento de Queluz; passadas duas décadas da sua fundação, era assim que os viajantes Spix e Martius descreviam a situação dos Puri:

Na vizinhança de Areias acha-se ainda atualmente uma insignificante aldeia de índios, resto de numerosas tribos, que, antes de os paulistas se apossarem da Serra do Mar, habitavam em toda a extensão da mata, nesta montanha; esses índios, agora em parte exterminados, ou misturados com negros e mulatos, vivem meio incultos, espalhados entre os colonos. Eles se destacam, ainda, pela indolência e a quase invencível obstinação de seus antepassados, mantendo poucas relações com os colonos, cujas roças e gado tem de sofrer às vezes as depredações desses maus vizinhos. Os habitantes designam estes índios com nome geral de caboclos, e distinguem-nos assim dos outros não civilizados e selvagens, *gentios*, *bugres*, *índios bravos*. É provável que estes restantes, que habitam ao longo da costa, pertençam a diversas tribos, cujos nomes em partes se perderam. Não sabendo os portugueses distingui-los uns dos outros, deram-lhes o nome geral de coroados, porque eles costumam raspar o topo da cabeça, só deixando uma coroa de cabelo, em volta das têmporas. Atualmente, a sede dos coroados é as margens do rio Pomba, um tributário do Paraíba, e como os índios costumam fazer as suas migrações sempre ao longo dos rios parece que eles originalmente se espalharam pelo litoral, vindo do interior. Restos da mesma nação são também os que moram, juntos, na aldeia de Valença, não distante do caminho do Rio para Villa Rica, entre o rio Paraíba e o rio Preto. Este lugar era ainda, há poucos anos, o único, na capitania do Rio de Janeiro, onde viviam considerável número de índios, quer batizados, quer pagãos.¹²³

É importante destacar que o Aldeamento de Queluz foi o primeiro aldeamento de um grupo Jê na província de São Paulo.¹²⁴ Foi também a estreia do padre Francisco das Chagas Lima na função de catequista junto à população indígena. É bem provável que o trabalho desenvolvido pelo padre em Queluz e os bons resultados que transformaram o aldeamento num povoado, logo após a pacificação e catequização dos indígenas, fosse motivo de júbilo e estopim para que o projeto de ocupação e conversão dos Kaingang de Guarapuava ganhasse um novo fôlego.

Logo que a corte portuguesa desembarcou no Brasil, o ministro dos negócios estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, notificou em correspondência ao ministro dos negócios da fazenda e interior, que o aumento da população do Rio de Janeiro,

¹²³SPIX, Johann B.; MARTIUS, Karl Friedrich Von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Vol I. Belo Horizonte/São Paulo: Editora USP, 1981, p.119.

¹²⁴ URBAN, Greg. **A história da cultura brasileira segundo suas línguas nativas**. In: CUNHA (b), op. cit, pp. 87-102.

com a chegada da família real, causaria uma crise de abastecimento. Na mesma correspondência, Dom Rodrigo opinava sobre a importância da abertura de um caminho que ligasse a capitania de São Paulo ao Rio Grande, atravessando os sertões de Guarapuava.¹²⁵

Além desses problemas internos, a corte portuguesa, no Brasil, sentia-se ameaçada pelos movimentos políticos em diferentes regiões das províncias hispânicas: no Paraguai, Corrientes e Entre Rios – próximos aos sertões de Guarapuava, eram criadas governanças independentes, provocando insegurança na corte portuguesa nas regiões em que as fronteiras ainda estavam desguarnecidas.¹²⁶

Frente às novas situações de conquista dos limites ao sudoeste da capitania de São Paulo, com a proposta de fechamento das fronteiras e abertura de novos caminhos, estabeleceram-se medidas basilares das políticas administrativas de D. João VI no Brasil. Para que suas intenções tomassem corpo e se concretizassem, era necessário estabelecer contato com as populações indígenas dos Campos de Guarapuava e destinar recursos humanos e financeiros para que suas ações se concretizassem.

1.4 A posse dos campos de Guarapuava

Desde a chegada da família Real no Brasil, percebemos a preocupação do Príncipe Regente, Dom João VI, de decretar guerra, extermínio e escravização dos indígenas do Brasil. A província de Minas Gerais foi a primeira região a estabelecer guerra justa contra os selvagens, indolentes e bárbaros Botocudos, os quais eram implacáveis contra os portugueses - que iam se estendendo pelos seus territórios. Assim, era imprescindível exterminá-los:

[...] desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre, em todos os anos, nas estações secas que não terá fim senão quando tiverdes a felicidade de vos assenhorar das suas habitações, e de os capacitar da superioridade das minhas Reais armas, de maneira tal que, movidos do justo terror das mesmas, peçam paz.¹²⁷

¹²⁵ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Carta a Dom Fernando de Portugal. Apud: LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945, p. 215.

¹²⁶ CASTELO, Antônio Emilio. **História de Corrientes**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996, pp. 157-158.

¹²⁷ SIMÕES, Joaquim Isidoro. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp.156-169.

Nesse mesmo ano, Dom João VI enviou ao governador da Província de São Paulo, Antônio José da França e Horta, a “Carta Régia Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava”:

[...] não há meio algum de civilizar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade [...] que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes Indios, poderá consideral-os ao serviço que mais lhe convier, tendo porém vós todos o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos índios, que aquelles que se quizerem aldear e viver debaixo do suave jugo das minhas leis[...].¹²⁸

Entre as autoridades paulistas, a região a oeste da província tinha a fama de conter indígenas selvagens, arredios e implacáveis contra os povoadores que iam invadindo seus territórios. Um dos episódios marcantes do encontro hostil entre esses exploradores do sertão aconteceu em 1770, quando a expedição, comandada por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, adentrou os sertões do Tibagi. Nessa ocasião, um dos subalternos do comandante, Cândido Xavier de Almeida, “descobriu” Campos de Guarapuava. Passados quase quarenta anos, Dom João VI reacende o projeto de ocupar os espaços “infestados de selvagens”, por intermédio da Carta Régia de novembro de 1808.¹²⁹

De todas as orientações contidas nesse documento, a principal foi a declaração de guerra contra os indígenas: “Em primeiro lugar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros Índios”.¹³⁰ Durante os três séculos de colônia, a guerra justa aos índios sempre foi algo muito presente no cotidiano dos colonizadores, com o objetivo de justificar a defesa dos povoadores e para cumprir os princípios cristãos, pois a sua sujeição traria benefícios para os portugueses e para o catolicismo.¹³¹ No século XIX, Dom João VI se destaca como a figura mais contundente dessa proposta, logo nos primeiros meses de sua chegada aqui no Brasil, decretando novamente a “guerra justa.”¹³²

¹²⁸ CARTA RÉGIA – 05/11/1808 – Sobre os Índios botocudos, cultura e povoação dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava. In: CUNHA (a), Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora Edusp, 2000, pp. 62-64.

¹²⁹ DURAT, Op.cit., p. 20.

¹³⁰ CARTA RÉGIA – 05/11/1808, Op. cit. p. 62.

¹³¹ CUNHA (b), Manuela Carneiro. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.p. 136.

¹³² De acordo com Carlos Alberto Medeiros Lima, a guerra justa, derivada das concepções de “servidão Natural” de Aristóteles, “permitia pensar processos de escravização sem a perspectiva da exclusão definitiva inscrita na ideia de inferioridade natural”. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Um pai amoroso vos espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas Ibéricas. In: GEBRAN, Philomena; LIMA, Carlos Alberto Medeiros; SEDA, Paulo; MOURA, Ana Maria da Silva (org.). **Desigualdades**. Rio de Janeiro: LESC, 2003, p.57-91.

A política indigenista do monarca, por meio de Carta Régia, era bem agressiva para os indígenas e colocava os “homens do sertão” em uma situação bastante confortável, pois regularizava essa prática para aqueles grupos indígenas resistentes aos aldeamentos. Conforme estudos realizados por Almir Antônio de Souza sobre a experiência de cativo e escravidão indígena, afirma-se que o teor e a prática da carta régia, de 1808, vigorou até 1831, quando o governo imperial aprova a “Lei de Órfãos”.¹³³ Imbuído de promover o crescimento econômico da colônia, o Príncipe Regente expediu uma nova Carta Régia, do dia 1/04/1809, na qual “Aprova o Plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território”¹³⁴, abolindo a guerra justa com um discurso mais moderado.

A principal justificativa do Príncipe Regente para tal projeto dava-se pela importância de estabelecer alianças com os indígenas daquela região ao: “civilizar os Índios bárbaros que infestam aquele território”.¹³⁵ Ao contrário das explorações setecentistas que tinham como objetivo a exploração e o mapeamento da fronteira, Dom João VI determinou a ocupação e povoamento definitivo desse território.

Para direcionar e orientar o povoamento e civilização dos indígenas, foi criada a “Junta da Real Expedição da Conquista de Guarapuava”, presidida pelo Governante paulista Antônio José da Franca e Horta e pelo Comandante da expedição Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.¹³⁶ Este último havia participado das expedições exploratórias junto com Afonso Botelho, nas explorações no século XVIII, sendo que, naquele momento, Diogo Pinto, era comandante da Cavalaria de Milícia de Curitiba. Diogo Pinto arregimentou uma tropa de 200 homens armados e municados e mais algumas pessoas voluntárias de Curitiba para fazer parte desse projeto. No dia primeiro de agosto de 1809, a tropa iniciou sua jornada de quase um ano pelos campos gerais até Guarapuava e, no 17 de junho de 1810, celebravam a primeira missa no lugar denominado por eles de abarracamento de Atalaia.¹³⁷

De acordo com uma Carta enviada pelo governador da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi convocado para elaborar um plano de abertura e povoamento dos campos de Guarapuava, em fevereiro de 1809. Em obediência

¹³³ SOUZA, Almir Antônio. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro: Conflito e cativo indígena nos caminhos do Sul (1820-1832). *Revista História Social*, nº 25, segundo semestre de 2013, p. 106.

¹³⁴ CARTA RÉGIA – 01/04/1809 – “Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território”. In: CUNHA (a), Op. cit., p.69.

¹³⁵ Idem, p. 69.

¹³⁶ FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943, p. 59.

¹³⁷ LIMA (b), Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, A.L. F. (Org), **Documentação sobre os povos indígenas: séculos XVIII e XIX**. Curitiba: Editora Aos quatros ventos, Série Monumenta, v. 3, nº 9, 2000, p. 62.

ao governador, Diogo Pinto de Azevedo Portugal apresentou seu plano para ocupação desse território ao príncipe regente, que aprovou imediatamente e determinou que:

[...] ao comandante que segundo vossa proposta tive por bem nomear para dirigir esta expedição que nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaisquer índios faça toda a diligencia para aprisionar alguns, os quais tratara bem, e vestira de camisas e outro vestuário, e fazendo-lhes persuadir pelos línguas que se lhes não quer fazer mal, e antes se deseja viver em paz com eles e defende-los de seus inimigos, que então os largue e deixe ir livres para que vão dizer isso mesmo aos índios da sua espécie com quem vivem, que dando-se o caso de encontrar os seus arranchamentos não lhes deite fogo nem faça violência as mulheres e crianças que nos mesmos se acharem[...].¹³⁸

Com um tom mais ameno dessa prática sobre o tratamento dado aos indígenas, que se deve, em parte, segundo Rosangela Ferreira Leite, aos conselhos e à leitura mais atenta do monarca sobre o plano de melhoramento das aldeias de José Arouche de Toledo Rendon,¹³⁹ na carta régia, Dom João VI cita os bons conselhos que tem recebido de Rendon. Entretanto, se a guerra justa soava como um grave problema de proximidade com os povos indígenas, de forma que, portanto, era necessária outra estratégia para sua atração, o tom amistoso dava lugar para outro problema relacionado à mão de obra indígena. Sobre esse aspecto, Vânia Maria Losada Moreira menciona que o primeiro dispositivo comercial entre indígenas e os portugueses foi o escambo. Supridas as necessidades indígenas, eles não voltavam ao trabalho. Assim, para burlar a legislação que garantia a liberdade indígena, os portugueses contornavam o trabalho indígena por meio da administração particular, um ato conhecido como “costumes da terra”, prática referendada pelos camaristas de São Paulo.¹⁴⁰ Diogo Pinto de Azevedo Portugal tinha liberdade para autorizar expedições de apresamento das populações indígenas contrárias ao projeto civilizatório que se apresentava. Novamente, os indígenas presos nos conflitos poderiam ser escravizados por quinze anos, a contar no dia de seu batismo cristão.¹⁴¹

Certamente, essa prerrogativa tinha por sustentação os problemas ocorridos em outras partes da província, como o caso de Itapeva e Itapetininga, em que grupos indígenas atacavam os povoadores. Devemos considerar uma certa dubiedade na interpretação do teor, dada à Carta Régia. Muito mais que manter em cativeiro os indígenas, capturados em represália pelos conflitos, essa orientação Régia incentivou os Kaingang aldeados no abarracamento de Atalaia

¹³⁸ CARTA RÉGIA DE 1809 – **Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território**. In: CUNHA (a), Op. cit., p.70.

¹³⁹ LEITE, Rosangela Ferreira. **Nos limites da colonização: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)**. São Paulo: (Tese de Doutorado) USP, 2006, p. 28.

¹⁴⁰ MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A conquista do trabalho indígena: fê, razão e ciência no mundo colonial**. In: FORTES, Alexandre (et al). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 138.

¹⁴¹ CARTA RÉGIA DE 1809, Op. cit., p.70.

que saíssem em busca de seus inimigos. Capturados, eles eram vendidos aos portugueses, conforme registro do padre Francisco das Chagas Lima:

Taes eram os esforços com os quaes a cobiça dos particulares pretendia escravizar os índios, maiormente no anno de 1818, em o qual (por auzencia do missionário e commandante) alguns dos habitantes foram inquietar as hordas existentes nos sertões, movendo-lhe bruta guerra e aprisionando a muitos, conduziram como despojos a quatro meninas e quatro meninos, que venderam aos brasileiros, os quaes recolhidos livres, foram restituídos à aldeia, a excepção de um, que ainda hoje existe em poder do mesmo que o fizera comprar por interposta pessoa.¹⁴²

Infelizmente, o padre não registra para quem o pequeno indígena foi vendido. Entretanto, por meio dessa informação, temos a confirmação de que os Kaingang de Guarapuava também eram capturados e depois vendidos como escravos para as pessoas de outras localidades. É bem provável que elas fossem membros da expedição e sabiam dos “costumes da terra”. Homens, cuja honra não se podia medir, apenas contar como um indivíduo apto a pegar em armas e defender o território. Pode ser que usassem os indígenas aldeados para aprisionar seus desafetos e depois os vendiam como escravos.

Segundo Isabel Missagia Mattos, situação semelhante ocorreu com os Botocudos de Minas Gerais, ao sinalizar que determinados grupos indígenas buscavam se distanciar das empresas colonizadoras, em razão das várias experiências negativas de contato com os povoadores. Algumas frentes de exploração eram compostas por vários segmentos sociais da colônia e, em alguns casos, pessoas “desclassificadas” (degredados, prostitutas, vadios) eram enviadas para cumprir suas respectivas penas, tornando-se membro dessas expedições. Isso, de certa forma, promovia desencontros não respeitosos entre os grupos envolvidos nesse processo expansionista e na formação de novos aldeamentos.¹⁴³

Diante dessa realidade, somados aos exemplos negativos de outras localidades imperiais, seriam traduzidas, nas palavras de Dom João VI: “[...] a experiência tem mostrado que os povos bárbaros, ou por um mal entendido, ou por qualquer acidente cahem em actos de violência não esperados, e levam então sem motivo a sua crueldade e vingança a um ponto superior a toda expectação”.¹⁴⁴ Entretanto, o trecho principal da carta régia merece atenção especial. Nesse documento, o príncipe regente delega ao comandante da expedição competência para reconhecer terrenos devolutos que poderiam ser dados por sesmarias:

¹⁴² LIMA (b), Op. cit., p. 76.

¹⁴³ MATTOS, Isabel Missagia. **Civilização e Revolta: Povos botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas.** (Tese de Doutorado) UNICAMP: 2002, p. 46.

¹⁴⁴ CARTA RÉGIA DE 1809, Op.cit., p.70.

Autorisareis ao Commandante para que além das sesmarias concedidas ao Governo possa repartir os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos povoadores pobres, pois que estes não tem forças para obterem sesmarias, e que reserve sempre uma légua de campo e Mattos ao redor das povoações que for estabelecendo para commum logradio.¹⁴⁵

Esse trecho da Carta Régia resume bem o grande projeto em curso pensado para esses territórios: ocupar e povoar os campos de Guarapuava. Evidentemente, o que mais preocupava nos primeiros anos da chegada da expedição era o modo como seriam efetivadas as relações sociais com os Kaingang, habitantes desse espaço. Acaso o elemento indígena não fosse algo real, o povoamento aconteceria com outras camadas sociais, como os portugueses pobres, provavelmente, pessoas com uma função social abaixo das patentes militares e, por fim, com os degredados, que para ali foram enviados a fim de cumprir e pagar pelos crimes cometidos em outras partes do império.¹⁴⁶

A distribuição de terras nos campos de Guarapuava merece deusas atenção. Acreditamos ser esse o principal objeto conflituoso entre os indígenas e a sociedade nacional por todo o século XIX, resultado de uma confusão jurídica gerada pela carta de sesmaria, dada aos indígenas aldeados no povoamento de Atalaia. Aliás, é digno de menção o fato de que o local onde os povoadores se estabeleceram, no dia 17/06/1810, recebeu o nome de Fortim Atalaia até o ano de 1818, quando esse espaço se torna sesmaria dos Kaingang aldeados, passando a ser, de fato, um Aldeamento, embora alguns documentos escritos pelo padre já fizessem referência a esse local como um aldeamento. Nessa ocasião, o missionário da expedição e responsável pela catequese indígena, padre Chagas Lima, transfere os povoadores para um novo espaço, juntamente com o comandante interino Capitão Antônio da Rocha Loures. O local escolhido ganhou o nome de Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. O próprio padre se encarregou de organizar um mapa da distribuição de terras, como segue:

¹⁴⁵ Idem, p.71.

¹⁴⁶O degredo para Guarapuava foi objeto de pesquisa de Fábio Pontarolo, já referenciado, em sua dissertação de mestrado, defendida no PPGH-UFPR, em 2007.

Mapa 4: Divisão de Terras em Guarapuava – 1821



Fonte: Arquivo pessoal Murilo Walter Teixeira. (Marcação em vermelho realizada pelo autor, refere-se à “Sesmaria dos Índios”)

Esse mapa nos permite fazer algumas reflexões: a primeira, sem dúvida, diz respeito às habilidades do missionário em desenhá-lo, demonstrando conhecimento territorial e uma visão ampla dos limites de cada pedaço de terra, objeto de doação por sesmaria para os povoadores dos campos de Guarapuava. Nesse desenho, podemos localizar as principais bacias hidrográficas, com os seus nomes dados pelos portugueses e alguns deles com os nomes em Kaingang. Sua atividade junto aos indígenas rendeu elogios de várias autoridades, já no século XIX, em especial, do cônego Ildefonso Xavier Ferreira, doutor em teologia dogmática; esse religioso era responsável pelo prefácio das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)”, publicado em 1853. O cônego destacou a excepcionalidade pastoral do padre Chagas Lima na conversão dos indígenas, em dois aldeamentos, afirmando que, depois da catequese realizada pelos Jesuítas, padre Chagas Lima teria sido um dos poucos missionários que logrou êxito nas suas atividades pastorais entre os indígenas dessas duas aldeias.¹⁴⁷

Uma informação bastante relevante nesse mapa são as terras destinadas para o aldeamento de Atalaia, as chamadas “terras aplicadas aos índios”. De acordo com uma publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, encontramos a seguinte informação:

Fazemos saber aos que esta nossa Carta de Sesmaria virem que sendo necessário e mui conforme as Reais Ordens destinar lugares competentes para as lavouras e estabelecimentos dos Índios, e que quizerem aldear, tendo-se conseguido demover os animos de muitos dos que habitavão nos Sertoens incultos de Guarapuava a virem se ligar em sociedade, e sendo por isso conveniente escolher hum terreno para formar[...] estabelecimento dos mesmos índios de comum acordo com o Pe. Francisco das Chagas Lima [...] Temos designado o terreno compreendido entre os Rio Coutinho e Lageado Grande, havendo por nós por bem conceder aos ditos índios conversos e convertendo por Carta de Sesmaria[...] para seo patrimônio, e nellas crearão e a reduzirão a cultura[...] Ordenamos ao comandante da expedição e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer deem posse aos mencionados índios.¹⁴⁸

Segundo o Padre Chagas Lima, essa sesmaria tinha quatro léguas quadradas.¹⁴⁹ De acordo com Roberto Simonsen, cada légua quadrada de sesmaria corresponde a 43.560.000 m².

¹⁵⁰ Nesse caso, o território destinado para o aldeamento era uma área correspondente a 174.240.000 m². Considerando que cada alqueire paulista é de 24.200 m², temos uma área total

¹⁴⁷ FERREIRA, Ildefonso Xavier. **Prólogo**. In: VIDE, Op.cit., p.21.

¹⁴⁸ **REPERTÓRIO DE SESMARIAS**: Concedidas pelos capitães Gerais da Capitania de São Paulo, desde 1721 até 1821. Secretaria da Educação e Saúde pública. Org. pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: Typ. do Globo, 1944, Livro 40, folha 92v.

¹⁴⁹ LIMA (b), Op. cit., p. 62.

¹⁵⁰ SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 462-463. Para uma rápida consulta sobre essas medidas, poderá conferir nesse endereço eletrônico: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/uploads/assets/file/Pesos%20e%20Medidas%20-%20s%C3%A9culos%20XVIII%20e%20in%C3%ADcio%20XIX.pdf>. Acessado em 14/03/2018.

de 7.200 alqueires. Convertendo um pouco mais essa área, temos 17.424 hectares de terreno para os indígenas aldeados.

Cumprindo as determinações da Carta Régia de 1809, padre Chagas Lima também destinou uma porção de terras para os portugueses pobres, pessoas que não tinham condições econômicas para manter e produzir uma área maior sem a mão de obra indígena. Infelizmente, o mapa não é preciso em relação às pessoas que se estabeleceram nessas terras destinadas aos “pobres”. Entretanto, acreditamos que essas pessoas faziam parte da expedição, ocupando algumas profissões dentro da estrutura que ali se constituía, como ferreiros, carpinteiros e jornaleiros. Tais informações poderão ser mais detalhadas quando formos analisar as listas de habitantes nos próximos capítulos. Nesse momento, apenas mencionamos o fato de que grupos sociais diversos faziam parte do cotidiano daquele empreendimento e, de maneira mais presente, sendo confrontante à sesmária destinada aos aldeados.

Entretanto, os povoadores, com maior poder aquisitivo e social, também foram recompensados com um pedaço de terra. Essas pessoas era as seguintes:

Campos de criar animais aplicados: 1) Capitão Francisco Teixeira de Azevedo; 2) Benedito Aires; 3) Manoel Mendes Xavier; 4) Manoel José de Lima; 5) Alfêres Domingos Ignácio de Araújo; 6) Francisco de Siqueira Cortez; 7) Manoel Mendes de Sampaio; 8) Alfêres Manoel Mendes de Araújo; 9) Tenente Manoel José de Araújo; 10) José Galafes de Almeida; 11) Joaquim Francisco Pinto; 12) Francisco João Batista; 13) Tenente Comandante Antônio da Rocha Loures; 14) João Mendes de Araújo.¹⁵¹

Esses foram os primeiros homens de ‘posse’ a adquirir uma porção de terras nos campos de Guarapuava; pessoas que tinham condições financeiras e mão de obra escrava para subsidiar a produção de alimentos e fomentar a criação de animais. Mesmo que a doação de sesmarias estivesse no plano de povoamento de Guarapuava, até mesmo para incentivar a permanência de pessoas dispostas a aderir a esse projeto, essa proposta se fortaleceu, sobretudo, com o envio das “Instruções da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ao Comandante interino da mesma Real Expedição”.¹⁵²

Nessa Instrução, o Tenente Antônio da Rocha Loures foi nomeado comandante interino da expedição e, como primeira ordem, deveria dispensar alguns oficiais das suas funções militares. No intuito de garantir a permanência dessas pessoas em Guarapuava, o documento determinava ao novo comandante que distribísse terras para eles, caso tivessem desejo de permanecer como povoadores.

¹⁵¹ Informações extraídas do Mapa nº4, Divisão de terras em Guarapuava em 1821.

¹⁵² **INSTRUÇÕES 09/07/1815**. Instruções da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ao Comandante interino da mesma Real Expedição – 09/07/1815. In: CUNHA (a), Op.cit., p.88.

A carta régia de 1809, além das orientações já analisadas, tinha um forte apelo para promover a abertura de caminhos que ligassem a capitania paulista às paragens do Rio Grande, possibilitando novas rotas para os tropeiros. Em consequência disso, a abertura de um novo caminho para a passagem de animais e para o aumento do comércio resultaria na fundação de novos povoados e sua ocupação por meio de sesmarias.

Entretanto, para que isso se efetivasse, era necessário catequizar os indígenas da região, diminuindo sua presença nos caminhos ao sul. Assim, podemos compreender os motivos que permitiram a fundação de um aldeamento enquanto uma estratégia da política joanina de concentrar os grupos indígenas, liberando os campos para que os povoadores fossem ocupando gradativamente.

Para custear as despesas do plano de povoamento, além da colaboração de fazendeiros doando víveres e escravos para a empreitada, foi criada a cobrança de um novo tributo de 200 réis sobre “todas as cabeças de gado vacum e cavalari que passassem pelo registro de Sorocaba”.¹⁵³ Para aquelas pessoas que haviam prestado importantes serviços à Real Expedição, foram doadas as primeiras concessões de terras nos campos de Guarapuava, conforme já destacamos. Com isso, a expansão campeira, iniciada no século XIX, atravessando os Campos Gerais, participava ativamente da ocupação do terceiro planalto, além de contribuir significativamente para o aumento populacional na região sudoeste da capitania paulista. Segundo dados censitários analisados por Iraci Del Nero Costa e Horácio Gutierrez, a população do atual estado do Paraná estava em franco crescimento no final do século dezoito, com uma população estimada, em 1798, de 21.000 habitantes, alcançando o número de 36.700, em 1830.¹⁵⁴

É fato que os Kaingang amargaram sucessivas perdas com o estabelecimento da real expedição de colonização dos campos de Guarapuava, no início do século dezenove, mas nada comparado às orientações da Carta Régia, prevendo a escravização indígena por período de quinze anos. Embora os trabalhos mais pesados fossem realizados pela mão de obra escrava, o documento régio deixava uma lacuna legislativa que permitia a esses homens usar também a mão de obra indígena, especialmente, aqueles que eram aprisionados pelos objetos que pegavam nas propriedades de alguns fazendeiros - os quais afirmavam sofrer constantes ameaças em suas propriedades.¹⁵⁵

¹⁵³ CARTA RÉGIA – 01/04/1809, CUNHA (a), Op. cit., p. 69.

¹⁵⁴ COSTA, Iraci Del Nero; GUTIERREZ, Horácio. **Paraná: Mapas de Habitantes 1798-1830**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985, p.72.

¹⁵⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná- Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais**. In: II Simpósio dos Professores Universitários de História.

Nesse documento, estava prevista a possibilidade de utilizar as populações indígenas como uma estratégia alternativa para o povoamento dos campos de Guarapuava, que, entre outras razões, tinha como meta o fechamento da fronteira. Entretanto, a orientação régia também permitia a guerra contra aqueles grupos que se mostrassem ofensivos aos vassallos da coroa portuguesa. Nesses termos, a “guerra justa” não era praticada apenas para ensinar as benesses de uma vida civilizada, mas tinha como estratégia seu uso para a construção de destacamentos militares.

Sobre esse assunto, Beatriz Perrone Moisés, ao discutir a legislação colonial, destacou que as políticas indigenistas de guerra e aproximação foram complementares e não “tortuosa e crivada de contradições”.¹⁵⁶ Assim sendo, liberdade e escravidão dos indígenas variaram muito de região para região, afinal, não existia uma isonomia quando os grupos indígenas travavam contato com as frentes de ocupação.

Dora Shellard Corrêa, refletindo sobre as Cartas Régias de 1808 e 1809, manifestou que existia, por parte do príncipe Regente, um interesse subentendido de reservar uma parte dos indígenas, aprisionando-os em guerra justa.¹⁵⁷ Devemos considerar que, além da captura, a guerra justa permitia a possibilidade de massacre daqueles grupos mais resistentes, a apropriação indevida de suas terras e, para os capturados, a exploração da sua mão de obra.

Embora o elemento indígena incomodasse as autoridades com suas incursões nada amistosas, outro interesse manifestado nas cartas régias, expressava o projeto das autoridades paulistas de ligar a capitania à região sul, abrindo novas rotas para o comércio de tropas e aumentando a arrecadação de impostos sobre a criação e passagem das tropas. Os campos do sul da capitania ganhavam importância pelo comércio de animais que ia se estabelecendo.¹⁵⁸ A abertura de um novo caminho legitimava a fundação de um novo povoado e a doação de sesmarias aos povoadores era a principal frente de uma efetiva ocupação.

Devemos considerar que o projeto de catequização dos indígenas dos campos de Guarapuava foi o principal instrumento de pacificação utilizado pelos agentes imperiais para que os colonizadores ocupassem a região. Nosso entendimento é de que a criação do

Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962, p. 40.

¹⁵⁶ PERRONE MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos. Os Princípios da Legislação Indigenista no Período Colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 117.

¹⁵⁷ CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas**. Índios, posseiros e Fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 1997, pp. 158-159.

¹⁵⁸ PERRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape**. São Paulo: Ed. Nacional, Brasileira, 1976, vol 361, p. 19.

aldeamento no caminho, que ligava a capitania paulista ao Rio Grande de São Pedro, fazia parte de uma estratégia dessas autoridades.

Em vista disso, as primeiras concessões de terras na região foram dadas aos colonizadores e alguns potentados dos Campos Gerais, que haviam contribuído com a expedição. O processo de expansão, iniciado nesse território, nos anos finais dos setecentos, encontrava seu auge agora com a doação de sesmarias nos campos de Guarapuava pelos idos de 1820. Os beneficiados com uma porção de terra constituíram uma classe senhorial patriarcal, apoiada no trabalho escravo.

Esse modelo de ocupação do solo brasileiro, criando dispositivos legais para expandir as fronteiras e, conseqüentemente, distribuir terras pelo sistema de sesmaria, interferia no modo de vida desses grupos indígenas, cuja relação com os recursos naturais, sua lógica de exploração, estavam fortemente relacionadas à sua cosmologia. É nesse território que eles constroem suas residências em estações climáticas que permitem ora estar próximos aos rios, ora dentro da floresta em busca de seu alimento. Escassos os recursos, eles buscam outros lugares para suprir suas necessidades.

Estudos têm demonstrado que essa relação dos grupos étnicos com os recursos naturais liga-se a uma perspectiva ecológica, gerando, em alguns casos, interdependências. Frederick Barth apresenta algumas tipologias que traduzem em parte essa situação: “Eles podem monopolizar territórios separados – nesse caso, entrarão em competição por recursos, e sua articulação irá envolver um setor de atividade política ao longo da fronteira e possivelmente em outros setores.”¹⁵⁹

A dinâmica colocada por Barth é bem significativa para o espaço no qual nossa pesquisa está localizada. Em tese, o processo expansionista, iniciado no século XIX, incorporou extensos territórios para o desenvolvimento de algumas atividades econômicas, como a criação de gado ou apenas para servir de pouso para as tropas que vinham do sul. Devemos considerar que esses indivíduos usavam outros recursos oferecidos pela vegetação local, como a extração da erva-mate e o corte da madeira para construir benfeitorias, limitando a mobilidade social dos indígenas. Tornava-se, assim, cada vez mais presente essa realidade no cotidiano desses grupos; o meio pelo qual eles conseguiriam se manter livremente por outros territórios foi negociando politicamente com as autoridades imperiais.

¹⁵⁹ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STEIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. (Trad.) Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 202.

O processo de ocupação do território representou, para os dois anos iniciais da expedição, um período de instabilidade em relação às populações indígenas, que beirava ao aliciamento de alguns grupos, como poderemos acompanhar na discussão seguinte. Entre 1810 e 1812, a empresa colonizadora reconheceu o território; tiveram contatos esporádicos com os Kaingang sem, no entanto, concretizar o plano de atração dos indígenas para dentro do abarracamento militar de Atalaia.¹⁶⁰

1.5 Os Kaingang e a sociedade nacional

Submeter-se ao cotidiano de um aldeamento correspondia, para alguns grupos indígenas, aceitar em partes as regras colocadas pela sociedade nacional. Essa política indigenista implicou muitas transformações no universo indígena, o que gerou, conforme observações de Maria Celestino de Almeida, uma “ressignificação cultural”.¹⁶¹ Com características mais dinâmicas, os aldeamentos foram espaços de transformação das suas práticas sociais e de novas estratégias políticas.

Nesse sentido, entendemos que optar pelo sistema de aldeamento significava para esses grupos o fortalecimento de alianças com os agentes imperiais, embora esses acordos não fossem sempre benéficos para ambos, eles existiam. O fato de submeterem-se ao sistema de aldeamento não necessariamente os colocava na condição de submissos à nova ordem que lhe era imposta. Ao contrário, tornando-se um índio aldeado, ao menos na teoria, passavam a ter direitos garantidos pelas políticas indigenistas e, em menor escala, poderiam receber proteção e terras para se estabelecer nos aldeamentos.

Segundo a narrativa do padre Chagas Lima, o comando da expedição ordenou aos soldados que fizessem um reconhecimento dos campos nos arredores do local onde se alojaram, com o objetivo de encontrar alguma habitação indígena ou até mesmo grupos transitando pelos campos. Segundo relatos do padre Chagas Lima, foram oito dias de caminhadas num raio de

¹⁶⁰ Durante quase dois anos, os índios não se submeteram ao sistema de aldeamento no fortim Atalaia. No entanto, eles tinham conhecimento da presença dos povoadores em seus territórios. Para comprovar essa situação, transcrevemos aqui um registro de óbito: “Aos trinta dias do mês de outubro de mil oitocentos e dez, falleceo da vida presente, assassinado pelos gentios no caminho ao sahir para este campo de Guarapuaba, João da Rocha Loures, soldado miliciano da oitava companhia do Regimento da Cavallaria de Corytyba, Solteiro, de idade de vinte e dous annos, pouco mais ou pouco menos, filho legítimo do Capitão João da Rocha Loures e de sua mulher Anna Teixeira de Jesus, já fallecida, moradores da Freguezia do Patrocínio de São José. Ainda sobreviveo hua hora, na qual recebeu o sacramento da Penitência, que unicamente lhe pude ministrar achando-se presente. Foi recommen-dado e seu corpo sepultado no cemintério deste aquartelamento da Atalaia, que então se benzeo na forma da igreja. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.” In: LIMA (c), Francisco das Chagas. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuaba. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 2.

¹⁶¹ ALMEIDA (a), Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

10 léguas, sem qualquer vestígio da presença indígena.¹⁶² Inicialmente, o local escolhido para abrigar os expedicionários recebeu o nome de Fortim Atalaia e, por um curto período, passou a ser referenciado como Abarracamento de Atalaia, espaço que abrigaria as primeiras casas para os alojamentos.¹⁶³

No dia 16 de julho de 1810, passados mais de quarenta dias da chegada da expedição, os indígenas fizeram uma visita ao abarracamento. Esse fato foi narrado pelo padre Chagas Lima da seguinte forma:

“[...] indo a tropa reconhecê-los, elles já de longe depuzeram as armas, para que aquella fizesse o mesmo; fallam, porem não se entendem, dando comtudo a conhecer, por acenos, que desejam pacificamente chegar ao acampamento, o que lhes foi concedido.”¹⁶⁴

Na ocasião dessa visita, os Kaingang trouxeram suas mulheres e as deixaram no abarracamento. Com receio de que os homens tivessem relações sexuais com as mulheres, o padre Chagas Lima os reuniu e os alertou sobre os prejuízos que teriam se algum deles descumprisse sua ordem, aplicando a pena de excomunhão. Sobre esse episódio, temos duas interpretações acerca dessa estratégia indígena. A primeira interpretação é do historiador Lúcio Tadeu Mota, que entende essa ação como uma forma de atrair os povoadores para fora do abarracamento e, assim, atacar os homens desguarnecidos da proteção do abarracamento de Atalaia.¹⁶⁵ Já a antropóloga Kimmie Tommasino, entende que essa ação significa que o grupo estava se abrindo para o estabelecimento de uma nova aliança com o outro, nesse caso, com a sociedade nacional, incorporando-os à sua organização social.¹⁶⁶

Naquele contexto, a Câmara de vereadores de Castro, à qual a expedição deveria prestar esclarecimentos, se manifestou sobre esse episódio da seguinte forma: “[...] vieram os índios com suas mulheres e as deram a todos os indivíduos, que ali se axavão, a cada hum huma daquellas mulheres, em mostra de paz e amizade e se forao”.¹⁶⁷ Após esse episódio, os Kaingang fizeram diversas visitas ao abarracamento, sempre em pequenos grupos, recebiam alguns mimos e retornavam para suas habitações tradicionais. Os indígenas estavam mapeando

¹⁶² LIMA (b), Op. cit., p. 58.

¹⁶³ Idem p. 58.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ MOTA (a), Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá/Pr: Eduem, 2009, p. 152.

¹⁶⁶ TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. São Paulo, 1995. (Tese Doutorado em Antropologia Social) Unicamp.

¹⁶⁷ Cf. Documento dos Vereadores da vila de Castro, de 14 de dezembro de 1826, dirigido ao ouvidor e desembargador Dr. José Vernecke Ribeiro de Aguilar. In: FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943, p. 217.

e organizando um grande ataque aos povoadores. Suas idas e vindas eram uma estratégia de guerra ao buscarem conhecer o poderio militar dos seus inimigos, quantos homens, armas e lugares que poderiam servir de porta de entrada do abarracamento, segundo observações de Lúcio Tadeu Mota.¹⁶⁸ Em um relato feito posteriormente, Francisco Ferreira da Rocha Loures narrou esse episódio:

No dia 28 postaram-se divididos em grandes grupos nos arredores do acampamento: tentarão diversas vezes com demonstrações de amizade, surpreende-lo, até que as duas da madrugada do dia 29 atacam o acampamento com tal intrepidez, como não consta ter havido outra ação igual.[...] O número de soldados montava a 36, o dos índios, segundo a melhor opinião chegavam a dois mil.¹⁶⁹

Esse evento marcou o primeiro conflito entre os povoadores e os Kaingang, em Guarapuava. Constatada a recusa do “presente”, deixado no dia anterior, os homens atacam o abarracamento de Atalaia, na pretensão de expulsar os povoadores dos seus territórios tradicionais. No entanto, a resistência e o aparato militar dos soldados fizeram com que os indígenas derrotados se recolhessem para mais longe do abarracamento. Por um longo período, não se viu pela vizinhança vestígios de sua proximidade.

O ano de 1812 foi decisivo para a permanência dos povoadores nos campos de Guarapuava. As autoridades paulistas acreditavam que o crescimento econômico, a posse de novos territórios e a aproximação com os Kaingang teriam resultados imediatos. No entanto, passados quase dois anos desde o último conflito, as atividades no abarracamento estavam obsoletas, o que preocupava o Príncipe Regente a ponto de ele cogitar o corte de fundos para sua manutenção. José Arouche de Toledo Rendon, incomodado com os rumos da expedição, propôs que o comandante fosse substituído, caso ficasse comprovada sua ineficiência no comando da expedição.¹⁷⁰

Pressionados pelas autoridades paulistas, os militares saem pelo sertão, em busca dos Kaingang, na intenção de trazê-los para o abarracamento de Atalaia. Em janeiro de 1812, um grupo foi capturado próximo ao rio Cavernoso. Essa informação foi registrada pelo padre Chagas Lima, como se vê no documento abaixo:

Aos vinte e dous dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentos e dose, nesta capella da Atalaia dos Campos de Guarapuaba, baptisei solememente, e pus os santos oleoz a Francisco innocente de idade quatro annos e pouco mais, ou menos, filho de Pahý, e de

¹⁶⁸ MOTA (a), Op. cit., p. 153.

¹⁶⁹ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Ofício**. Ao presidente da Província. 23/11/1861, v. 19, p. 153, 1861, Arquivo Público do Paraná - APP.

¹⁷⁰ RENDON, José Arouche de Toledo. **Guarapuava** (1812) DIHCSP. Diversos (1766-1816). São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904, Vol, 15, pp. 83-89.

sua mulher Coian, todos oriundos do Gentio Selvagem habitante nesse continente, **surprezos nas vertentes do rio Cavernoso**, trazidoz para este Abarracamento no dia vinte e nove de janeiro próximo passado. O que fis sem obter mais que o comsentimento material de seus pais, em cujo poder está o dito innocente, por se achar gravemente enfermo, e em perigo de vida. Forão padrinhoz o Tenente Coronel Commandante em Xefe desta Expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e sua mulher Dona Rita Ferreira de Oliveira Buena. Do que para consta faço este assento.¹⁷¹(grifo nosso)

Desse registro, podemos aferir algumas informações interessantes sobre a primeira ação de aproximação dos povoadores com os indígenas daquele território, em contraponto ao conflito, logo que os povoadores chegaram, em 1810. Esse primeiro batismo e muitos outros que foram realizados na povoação não caracterizavam submissão ou conversão à doutrina católica e ao sistema de aldeamento, até porque, inicialmente, o ritual não tinha nenhum sentido para eles. Pela descrição do padre Chagas Lima, os pais de “Netxian” permitiram que ele fosse batizado apenas pelo “consentimento material”, o que demonstra certa inquietação dos Kaingang sobre os efeitos do ritual, pois eles não sabiam do que se tratava. De outro modo, nos mostra que se tratava de um grupo desconhecido pelos “línguas que vieram para servirem de interpretes”.¹⁷² Além do mais, os Kaingang não vieram até o abarracamento por iniciativa própria; as palavras “surprezos e trazidos” expressa uma espécie de “imposição” de conduzi-los para aplicar as prerrogativas da Carta Régia de 1809.¹⁷³

Esse grupo indígena, encontrado nas proximidades do rio Cavernoso, era chefiado pelo Kaingang Antônio José Pahý Engrayê, o qual foi conduzido até o fortim junto com sua família, onde permaneceram durante cinco meses.¹⁷⁴ Logo que chegaram ao abarracamento, os filhos de Pahý Engrayê receberam o sacramento de batismo pela imposição do missionário, no dia 22/02/1812. O primeiro a ser sacramentado foi *Netxian*, provavelmente, pela sua “enfermidade que o colocava em perigo de morte.”¹⁷⁵

Nesse tempo, Pahý Engrayê foi coagido pelo comando da expedição para retornar aos alojamentos de seu chefe principal com a responsabilidade de convencê-los a se reduzir no abarracamento. Demorou algum tempo para que ele retornasse; provavelmente, essa demora

¹⁷¹ LIMA (a), Op. cit., f. 3v.

¹⁷² LIMA (b), Op. cit., p. 62.

¹⁷³ [...] nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaisquer índios faça toda a diligencia para aprisionar alguns, os quaes se tratará bem, e vestirá de camisas e outro vestuário, e fazendo-lhes persuadir pelas línguas que se lhes não quer fazer mal, e antes se deseja viver em paz com elles e defende-los de seus inimigos. CARTA RÉGIA – 01/04/1809.

¹⁷⁴ LIMA (d), Francisco das Chagas. Estado Actual da Conquista de Guarapuava-1821. In: FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943, p.236.

¹⁷⁵ Enfermo, Perigo de vida, Articulo Mortis, Necessidade Extrema, Sub Conditione, Perigo Evidente e solenemente foram os termos usados pelo padre Francisco das Chagas Lima ao registrar os sacramentos de batismo dos indígenas no ano de 1812.

esteja relacionada ao processo de convencimento do chefe principal para se estabelecerem junto aos povoadores. Pahý Engrayê retornou naquela ocasião com um subgrupo dos Camés e outro dos Votorons.¹⁷⁶ Embora a documentação sempre tenha tratado esse Kaingang pelo nome de Pahý, sabemos, pelo seu documento de batismo, que seu nome era Engrayê. No entanto, para os povoadores e parte da historiografia que discute sobre a participação desse indígena como um possível colaborador da sociedade nacional, ele sempre foi nomeado como Antônio José Pahý. Desse modo, achamos pertinente discutir alguns aspectos da sua atuação política dentro do abarracamento como o primeiro Kaingang a ser contemplado com uma patente militar nos Campos de Guarapuava.

1.5.1 “O melhor de todos os índios” - Antônio Jose Pahý Engrayê

Antônio Jose Pahý Engrayê foi capturado em janeiro de 1812, junto com seu grupo, alojado próximo à margem do Rio Cavernoso, conforme descrição efetuada pelo padre Chagas Lima, nos registros de batismo dos seus dois filhos, Francisco Netxian e Bárbara Gatan. Nesse registro de batismo, Pahý Engrayê tinha como esposa Coian, que também recebeu o sacramento do Batismo, em Artículo Mortis, algum tempo depois de estar convivendo com os povoadores. No seu batismo, recebeu o nome de Maria, acompanhado de seu nome indígena Coian-Pirexó, no dia 15/09/1813.¹⁷⁷ No dia seguinte, com sua saúde fragilizada, Maria Coian-Pirexó faleceu. No seu registro de óbito, o padre Chagas Lima fez algumas observações, que respingavam no cacique Pahý, o que de certo modo contrariava os propósitos de catequese e conversão:

Aos dezasseis dias do mês de setembro do anno de mil oitocentos e treze, nesta povoação de Atalaya em Guarapuava, depois de haver no dia antecedente recebido o sacramento do Baptismo, falleceo da vida presente Maria Pirexó ou Coian, India oriunda do gentilismo do Paiz, **cazada na infidelidade** com Engrayê ou Pahý, ambos existentes nesta povoação. Tinha de idade, pouco mais ou pouco menos, vinte e dous annos. Foi por mim recommendado e seu corpo sepultado nesta capella. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.¹⁷⁸ (Grifo nosso)

Dois hipóteses podem estar relacionadas para essa informação “cazada na infidelidade”. Mesmo que o padre Chagas Lima tenha detalhado, em suas memórias, a presença da poligamia como uma prática comum entre os Kaingang que vieram ao abarracamento, em 1812, em nenhum momento, ele mencionou o fato de que Pahý também era polígamo, mas sabemos que

¹⁷⁶ LIMA (d), Op. cit., p.236.

¹⁷⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 22.

¹⁷⁸ LIMA (c) Op. cit., f. 10.

ele era um chefe indígena. A segunda hipótese diz respeito ao estado matrimonial que Maria Pirexó tinha com Pahý, no sentido de que ainda não tinham passado pelo tempo do catecumenato e, portanto, não tinham recebido o sacramento de matrimônio para selar tal união, conforme os preceitos do catolicismo.

No intervalo entre 1812 e 1819, Antônio Jose Pahý Engrayê é constantemente incentivado a convencer outros grupos indígenas para se estabelecerem no aldeamento, com o propósito de catequizá-los, já que, de acordo com o religioso, Pahý compreendia e falava parcialmente a língua portuguesa. Em diversas ocasiões, o padre Chagas Lima tecia elogios ao cacique Pahý pelo trabalho que desenvolvia junto aos Kaingang, como segue:

Pahý veio para a aldea na idade de 25 annos, sendo um dos primeiros: era pessoa de virtudes moraes, zelador da conversão, movia os outros a seus deveres, e por isso é que, **apezar das contrariedades**, prosperou a catechese: dava parte dos desvarios dos outros para se providenciar a sua correção, e admoestava-os com suas exhortações.¹⁷⁹ (grifo nosso)

Os documentos indicam que o cacique Pahý foi um importante instrumento de aproximação a outros grupos indígenas, como também alimentava inimizades com outras facções. Mesmo que ele tenha exercido uma atuação mais relacionada aos objetivos dos povoadores, não significa que ele abandonou o seu modo de vida tradicional. Percebemos, outrossim, uma estratégia muito bem pensada pelo cacique para obter alguns ganhos políticos, estando próximo do padre e, conseqüentemente, das armas reais.

Portanto, a expressão “apezar das contrariedades” pode significar, no mínimo, dois sentidos. O primeiro está relacionado à constatação de que o capitão dos índios, Pahý, praticava a poligamia, embora tenha uma predisposição para o trabalho de conversão, empregado pelo padre. De outro modo, a escrita do padre remete à resistência indígena sobre alguns aspectos culturais da sociedade nacional. Segundo Eni Orlandi, é nesse momento, em algumas palavras escritas pelos missionários, que aparece a “resistência do índio fala, aí, na voz do missionário”.

180

Passados dois anos de catecumenato, depois um período intenso da catequese católica, em 28/05/1814, Pahý Engrayê era batizado pelas mãos do padre Chagas Lima:

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil oitocentos e quatorze, na Capella desta povoação da Atalaya em Guarapuava, depois de passado o tempo do cathecumenado, e feitas as necessarias intruçoens, baptizei solemnemente e puz os santos oleos a Antônio

¹⁷⁹ LIMA (b) Op. cit., p. 71.

¹⁸⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Editora da Unicamp, 2008, p. 148.

no paganismo denominado Engrayê, Índio adulto de idade de trinta annos, pouco mais ou pouco menos e de nação Votoron, filho de Pais, cujos nomes se não sabem, nascido nos sertões deste continente de Guarapuava e a dous annos existente nesta povoação. Forão padrinhos o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e sua mulher Dona Rita Ferreira de Oliveira Buena. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.¹⁸¹

Do conjunto de batismo realizado pelo padre Chagas Lima, mesmo com as instruções religiosas para o trabalho pastoral e sacramental de como registrá-lo, o religioso não seguiu esse padrão. Para cada sacramento realizado, uma nova informação surgia. É óbvio que, em alguns documentos, ficamos imaginando algo que ele deixava sem grandes explicações. Entretanto, acreditamos que ele tenha sido um personagem importante da história dos Kaingang de Guarapuava. Devemos considerar que qualquer estudo relacionado ao povo Kaingang deve-se pautar pela leitura dos documentos escritos pelo padre Chagas Lima. Nesse caso, em especial, que trata do sacramento de batismo do cacique Pahý, identificamos claramente um subgrupo dos Kaingang, ao registrá-lo como membro da nação *Votoron*.

No mesmo dia em que o cacique Pahý foi batizado, o padre Chagas Lima ungiu com os santos óleos a Rita Faxó e Pá. De acordo com os dados de seu registro de batismo, Rita tinha entre doze ou treze anos de idade. Passou pelo mesmo tempo de catequese do cacique Pahý e, depois das instruções necessárias, recebeu o dito sacramento.¹⁸²

O fato que nos chama atenção sobre esses dois batismos é que eles se casaram no dia seguinte:

Aos vinte e nove dias do mês de Maio de mil oitocentos e quatorze, nesta Capella da Povoação de Atalaya nos campos de Guarapuaba, depois de feitas as denunciações canonicas sem apparecer impedimento algum, nem eu o saber, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o Ajudante Ignácio Pereira Bastos, pessoas reconhecidas e assistentes nesta expedição, por palavras de presente se receberão por Marido e Mulher como manda a Santa Madre Igreja Catholica de Roma, Antônio Jose Pahý, filho de pais cujos nomes são por elle ignorados; com Rita de Oliveira Faxó e Pá, filha de Ionguebú e de sua mulher Uofé, ambos os contrahentes nascidos na gentilidade, que habita os sertões deste continente e baptizados nesta povoação, onde residem. E logo receberão as bençaons na Missa subsequente e forma prescrita pelo Ritual. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.¹⁸³

Quando Pahý Engrayê contraiu segundas núpcias com Rita Faxó e Pá, na Ata de seu casamento, padre Chagas Lima deveria mencionar sua condição de viúvo, em conformidade às

¹⁸¹ LIMA (a), Op.cit, f. 24/25v.

¹⁸² Idem f. 25v.

¹⁸³ LIMA (e), Francisco das Chagas Lima. **Livro de Assentos de Casamento** nº 1. Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. f.7.

orientações das Constituições. Entretanto, essa situação significa que, mesmo que Pahý Engrayê recebesse toda assistência do padre, por meio da catequese e de suas reflexões bíblicas, em relação aos princípios cristãos e da importância do sacramento do matrimônio, Pahý e Faxó e Pá, casal de indígenas, já viviam juntos antes mesmo da regularização sacramental. Esse fato demonstra a resistência do capitão dos índios para assumir completamente a doutrina católica.

Essas informações são comprovadas pelo registro de batismo da filha do casal, Pahý Engrayê e Faxó e Pá. A criança levou somente o nome português de Margarida, batizada no dia 25/12/1814:

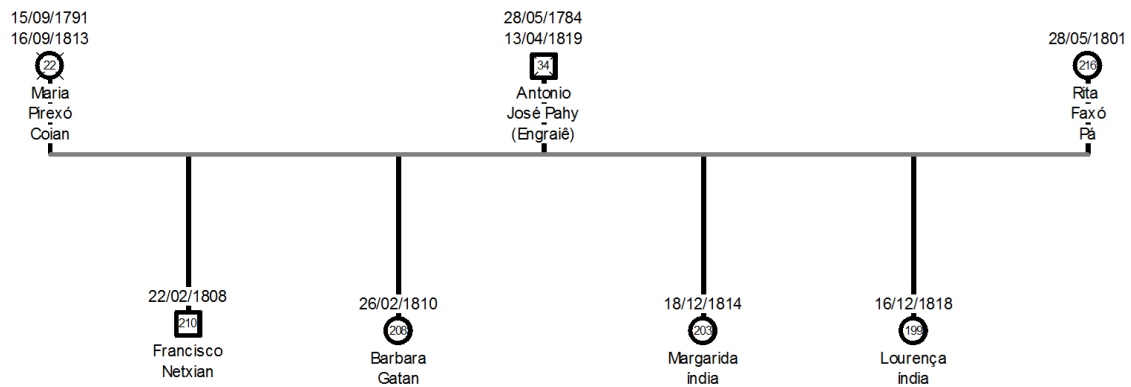
[...] na Capella desta Povoação do Atalaya em Guarapuava, baptisei solemnemente, e pus os santos oleos a Margarida, India parvula nascida de sete dias, filha legitima de Antônio Jose Pahý, e de sua mulher Rita de Oliveira Faxo e Pá, Neofitoz nacionais da gentildade deste continente de Guarapuava, e a dous annos congregados a esta Povoação. Forão Padrinhos o Tenente Coronel Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal e sua Mulher Dona Rita Ferreira de Oliveira Buena. Do que para constar faço este assento.¹⁸⁴

Antônio Jose Pahý Engrayê, segundo o padre Chagas, foi uma pessoa de exemplar conduta, pois contribuiu para o progresso da catequese e para a aproximação com outros grupos de indígenas¹⁸⁵. No entanto, as informações que mencionamos contradizem a imagem criada pelo padre sobre Pahý Engrayê. Mesmo com a influência dos costumes dos povoadores, ele não havia abandonado sua visão de mundo, anterior à chegada da expedição, seu modo de interpretar e dar sentido aos acontecimentos naquele contexto. A união concretizada com Faxó e Pá, antes das bênçãos nupciais, nos mostra que seu modo de vida ainda estava condizente à sua organização social, visto que, entre tantas possibilidades interpretativas, a união matrimonial representava um arranjo familiar e uma extensão de suas redes de influência com o estabelecimento de aliança preferencial com a metade oposta da sua mulher.

¹⁸⁴ LIMA (a), Op. cit., f. 27.

¹⁸⁵ LIMA (d), Op. cit., p. 240. “Sua intelligencia, sua fé viva, sua modéstia quando assistia aos Actos Religiozos, servirão de exemplo aos seus Nacionais; por que menores, e adultos, a excepção do polygamos, se exercitavão da Doutrina Christã, até que enchendo o tempo do seu catechumenado, chegassem ao ponto, que aspiravão de receberem o Baptismo.”

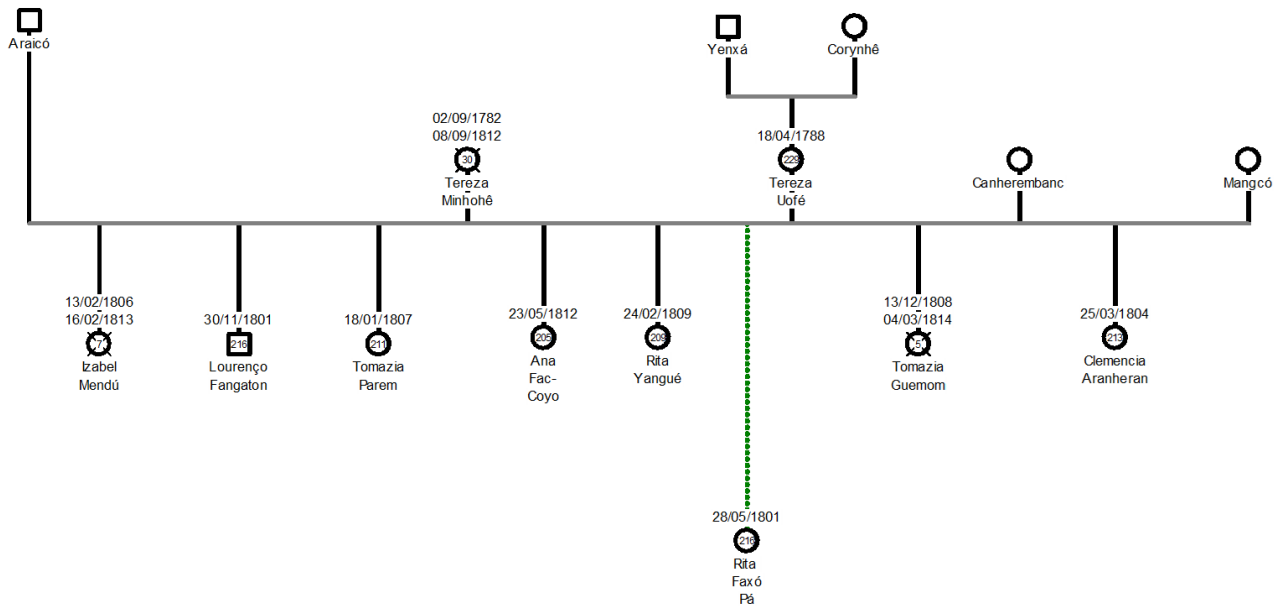
Figura 6: Família Antônio José Pahý Engrayê



Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Nesse caso específico, sobre o “capitão dos índios” Pahý, identificamos, por meio dos registros de batismo, que sua segunda esposa, Rita Faxó e Pá, era descendente de Ionguebú. De acordo com esse documento, o pai da moça não veio até o abarracamento de Atalaia e permaneceu no sertão. Entretanto, num adendo, no registro de batismo de Rita, o padre menciona que sua mãe, Tereza Uofé, era viúva de Araicó. Esse Kaingang fazia parte das queixas do religioso sobre os costumes que os indígenas tinham de praticar a poligamia. Tal situação contrastava com os princípios do cristianismo, da moral e dos bons costumes. Todavia, importa dizer aqui que o “capitão dos índios”, Pahý, sabia muito bem da importância de estabelecer uma aliança política com líderes indígenas por meio de arranjos matrimoniais.

Figura 7: Família Araicó



Fonte: LB-LO/PNSBG (Elaborado pelo autor).

Araicó praticava a poligamia e era um dos caciques dos quais o padre Chagas Lima reclamava dos “ [...] antigos vícios de sua barbaridade, correspondiam mui pouco aos trabalhos e diligencia do seu diretor espiritual, e commumente a fé n'elles era muito enferma”.¹⁸⁶ Esse indígena, mesmo tendo passado pelo abarracamento de Atalaia, não recebeu o sacramento do batismo, mas permitiu que suas esposas e seus filhos fossem batizados. Sua esposa, Tereza Minhohê, faleceu 7 dias após receber o sacramento do batismo.¹⁸⁷ Outras duas, Canherembac e Mangcô, não estiveram no abarracamento, porém, suas filhas foram batizadas. Sua quarta esposa, Tereza Uofê, teve duas filhas, Ana Fac-Coyo e Rita Yangué; no entanto, antes de se unir a Araicó, ela já tinha uma filha, de nome Rita Faxó e Pá, indígena que viria a ser esposa de Pahý Engrayê. Certamente, Araicó sabia da importância de buscar aliados por meio da união matrimonial com filhos de outros caciques. Tal estratégia política foi adotada por Pahý ao estabelecer um vínculo familiar com Rita Faxó e Pá, filha de Ionguebú.

Evidentemente que a organização social indígena causava desconforto no trabalho desenvolvido pelo padre Chagas Lima, que não tinha condições de codificar essas alteridades. Mas, nem por isso, ele abandonava o projeto de ver todos eles convertidos ao catolicismo:

Exhortando, portanto a estes[...] a hua vida christã, e juntamente civil, elles respondião

¹⁸⁶ LIMA (b), Op.cit., f. 70.

¹⁸⁷ LIMA (c), Op. cit., f. 4.

as minhas exhortações, que a vida civil hera com effeito preferivel á dos salvagens; pois estes estavam a todos os instantes em risco de perde-la; q-a Religião Christã hera Santa, e necessária, visto dizer-se q-tratava de conduzir as almas ao Céu, e livra-las daquelle grde. Fogo q- os aterrorizava, porem que lhes não agradava ser necessário para entrar nella repudiar mulheres, a excepção de hua só, com que se não prohibia viver em união até a morte. Repugnância esta, que mais cedo, ou mais tarde, com mais ou menos difficuldade, havião esperanças de vencer-se, não se retirando estes índios de Atalaya.¹⁸⁸

O religioso era convicto de que os indígenas, após passarem por um tempo junto aos povoadores e presenciando a forma de vida dos ocidentais, deixariam seus hábitos culturais e começariam a viver nas terras do aldeamento. No entanto, as anotações que o padre Chagas Lima fez das ações e das práticas cotidianas deles permitiram, para nossa análise, identificar que interpretavam esses eventos ao seu modo e de acordo com sua visão de mundo. Estrategicamente, eles mapearam, após um tempo de vigilância, a movimentação dos povoadores e decidiram estabelecer uma aliança, fazer acordos, tirando, assim, benefícios dessas relações. O mundo indígena ganhava novos significados e sentidos, que possibilitaram, de certa forma, reafirmar sua identidade indígena frente ao contato com o outro, como apontou Maria Regina Celestino de Almeida:

Transformaram-se, portanto, mais do que foram transformados. Afinal, como têm demonstrado inúmeros estudos etnohistóricos da atualidade, as tradições e culturas indígenas não são estáticas, mas constroem-se e reconstroem-se continuamente em situações históricas definidas. Essa perspectiva teórica, aliada a documentos sobre as aldeias, nos permite percebê-las como espaço múltiplo, onde grupos étnicos e sociais diversos compartilhavam experiência nova e construíam novas formas de vivência.¹⁸⁹

Para ilustrar nossa narrativa, nos servimos dos próprios eventos, narrados pelo religioso, na observação dos acontecimentos daquele povoado. Assim, em 1819, padre Chagas Lima registrou, no livro de óbitos, a primeira morte de um indígena assassinado no sertão, vítima dos históricos confrontos segmentários dos Kaingang nos campos de Guarapuava:

Aos vinte e hum dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos e dezanove, nesta Aldea de Atalaya, onde eu me achava, chegarão seis Índios adultos, com bagagem não pequena, de mulheres e meninos, a diserem uniformemente, que por effeito de hum golpe mortal, recebido em debate, que tiverão no interior do sertão com certos Índios bravoz, denominados Tac-Taiás, tinha fállescido, haverião oito dias, o **Capitão Antônio Joze Pahý**, índio nacional deste continente de Guarapuava, de idade de trinta annos, pouco mais ou menos, e Neofyto assistente nesta Aldeã, onde hera casado com Rita de Oliveira Faxó e Pá. De cuja noticia não podendo eu duvidar, passei a fazer pela Alma do dito fállescido Antônio Joze Pahý os suffragios do costume: quanto ao seu corpo dizem, que o sepultarão no mesmo sertão, onde morreo, por não permittir a

¹⁸⁸ LIMA (d), Op. cit., p. 244.

¹⁸⁹ ALMEIDA (a), Op. cit., p. 136.

muita distancia, que fosse conduzido a esta Igreja.¹⁹⁰(Grifo nosso).

A narrativa do religioso nos permite fazer algumas interpretações sobre as expressões usadas no registro de morte do “capitão dos índios”. O sistema sociocultural dos Kaingang não havia sido substituído pela “civilização”, com o contato e a permanência deles junto aos povoadores; muito pelo contrário, interpretaram e haviam incorporado à sua maneira os códigos culturais da sociedade nacional, como uma estratégia que poderia favorecê-los em outra ocasião. Assim, o fato de Pahý ter sido assassinado no sertão reflete uma prática comum dos Kaingang de atacar outros grupos para vingar a morte de indivíduos ou para aprisionar mulheres e crianças.

No entanto, essa prática, exercida pelos Kaingang, muito utilizada nos conflitos com outras facções, ganhou de algum modo o respaldo com a Carta Régia de 1809, que permitia aos indígenas, aprisionados em guerra justa, viver em cativeiro por quinze anos. É possível que algumas pessoas tenham estimulado lideranças para sair em busca de outros indígenas, no propósito de obter algum lucro com sua venda aos povoadores. Prova disso está na expressão “chegarão seis Índios adultos, com bagagem não pequena, de mulheres e meninos”.¹⁹¹

Nessa ocasião, tanto o padre Chagas Lima como o Comandante Diogo Pinto estavam em São Paulo,¹⁹² assim, os indígenas, sem a presença dessas autoridades, saíram do abarracamento em busca de indígenas inimigos, para capturá-los e vendê-los. Sobre esse evento, padre Chagas Lima produziu a seguinte narrativa:

Aconteceo poiz, que as duas Naçoens unidas, Camés e Votorons aldeados na Atalaya, no ano de 1818 (estando eu ausente, que hera, como até agora sou, seu catequista, por hua viagem necessária, que fiz a cidade de São Paulo; e a mesma Atalaya sem governo pela transladação para Linhares, Abarracamento adjacente aos campos gerais de Corytyba, de quase todos os empregados na Expedição) forão atacar os Cayeres no seu alojamento: atração como he seu costume. Pelo que depois de fazerem muitos estragos das vidas, apprehenderão 4 rapazes de menos idade, e quatro mulheres já mais crescidas, com as quais tornarão a Atalaya.¹⁹³

Tão logo retornou para o povoamento, o religioso, preocupado com os efeitos negativos dessa prática entre os demais povoadores e de modo a inibir que outros indígenas fizessem o mesmo infortúnio, não mediu esforços para libertá-los, saindo em busca dos Kaingang

¹⁹⁰ LIMA (c), Op. cit., f. 16.

¹⁹¹ Idem, p. 16.

¹⁹² O comandante estava em São Paulo, prestando contas do melhoramento da expedição. Já o Pe. Chagas, estava em São Paulo, negociando com Triunvirato (dentre os membros, estava o Bispo Diocesano Dom Matheus de Abreu Pereira), o Alvará de criação da Freguesia de Belém. FRANCO, Op. cit., p. 179.

¹⁹³ CORRESPONDÊNCIA 20/05/1825. LIMA (f), Francisco das Chagas. **Correspondencia ao Ilmo Sr. Presidente da Provincia Lucas Antônio Monteiro de Barros.** 20/05/1825. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP): Caixa 192, Ordem 987.

capturados e daqueles vendidos pelos aldeados. Segundo informações do religioso: “ao meu regresso duas resgatei, pelo tenacíssimo preço, porque as haviam vendido; e as mais tratei e consegui por minhas diligencias que fossem declarados livres de captiveiro”.¹⁹⁴ O grupo que saiu pelo sertão em busca de seus inimigos eram catecúmenos de Atalaia, comandados pelo “capitão dos índios” Pahý. Com a morte desse Kaingang, que era uma liderança indígena expressiva no povoamento de Atalaia, o qual participou e contribuiu para a aproximação de um número significativo de indígenas, percebeu-se que não havia abandonado seus costumes culturais, como a narrativa do religioso vinha ponderando. Mesmo com o fatídico evento, que resultou na morte de Pahý, o padre Chagas Lima fazia exortações, afirmando que ele era: “o melhor de todos os Índios, influenciado de semelhante interesse marehara para o sertões com hua escolta de 20 e tantos índios”.¹⁹⁵

No ano de 1822, nove indígenas morreram, sete deles no sertão. Acreditamos que essas mortes foram o resultado de conflitos com outro grupo indígena, já nominado de *Cayeres*, os quais eram batizados; o padre Chagas Lima, ao receber essa informação, efetuou o devido registro: “Os Cayeres sem perseguirem mais os Camés, levarão suas vinganças contra os Votorons, nos cantos de seus Alojamentos silvestres para onde se costumam recolher[...]”.¹⁹⁶

Em relação aos outros dois registros dos indígenas mortos, estão diretamente ligados às guerras indígenas entre as facções Kaingang, nos campos de Guarapuava. Segundo narrativa do religioso, Jacintho Doiangrê era o que incomodava os seus inimigos *Cayeres*. E, assim, ele e sua esposa Quitéria Gretem, unidos matrimonialmente sob as orientações do catolicismo, foram mortos por vingança:

No ano de 1822, a 21 de novembro, os índios fizeram uma surpresa na Aldeã, entrando sutilmente na casa onde dormia Jacinto Doiangrê, e mataram com golpes de porretes o dito homem e sua mulher, quebrando-lhes as cabeças. Depois do ruído que fez este successo, os assaltantes deram a razão porque assim tinham obrado: ‘ Nós matamos a Doiangre por ser um dos que mais nos persequiam; já por causa d’elle temos mudado duas vezes de domicilio, e agora não havemos de tornar a mudar; e se no terceiro alojamento formos perseguidos, voltaremos a aldeã, e faremos grande estrago.’¹⁹⁷

Os argumentos apresentados pelos *Cayeres*, que resultou na morte do casal de indígenas, no aldeamento de Atalaia, podem ser muito mais um desabafo do religioso, no sentido de

¹⁹⁴ LIMA (f) Op. cit., p. 2.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ LIMA (b), Op. cit., p.62. No registro de óbito do casal, consta que o fato ocorreu no dia 20/11 e não no dia 21/11, como está nesse relatório do padre Chagas Lima; o nome do indígena consta no óbito como Jacintho e não Jacinto, como está aqui transcrito nessa publicação. De forma que seguiremos a lógica dos registros do Livro de Óbitos 1.

acalmar o “capitão dos índios” a não praticarem hostilidades com outros grupos. Na sequência desse conflito e da morte de alguns deles, os *Cayeres* saíram batendo com paus nas portas das acomodações dos que permaneceram fechados em suas habitações, alertando-os de que estavam ali por vingança.¹⁹⁸

Uma das principais lideranças desse grupo havia sido o cacique Candoy, homem de idade entre 60 a 70 anos, que chegou ao abarracamento enfermo e teve que ser batizado em perigo de morte, recebendo o nome português de Hypolito.¹⁹⁹ A passagem desse cacique pelo abarracamento de Atalaia é bastante interessante. Mesmo recebendo o sacramento de Batismo e as costumeiras exortações para a sua validade, cacique Candoy não se convenceu da magia sacramental prometida pela ritualização do sacramento católico:

As disposições deste Candoy pareciam boas, porem, alem de polygamo, era supersticioso[...] apenas restabeleceu sua saúde, fez uma grande caçada de papagaios, e logo depois foi para a guerra, levando para os sertões toda a sua família, que era numerosa, e outros muitos votorões, com o quais se foi alojar em uma campina além do rio Iguassu(32 leguas da Atalaia) agregando a si hordas visinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas, com as quaes viveu em deboche, até que em 1817 foi morto, com outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias, e pelos mesmos que havia escolhido, procedendo esta mortandade de rapto que faziam das mulheres, como depois nos contaram outros Índios.²⁰⁰

Embora os documentos apontem a aproximação do cacique Candoy em decorrência da sua enfermidade, é bem provável, também, que sua permanência no abarracamento de Atalaia, naquele ano, tenha razões estimuladas pelas oportunidades e ganhos que poderiam ter ao estreitar relações com as autoridades imperiais. Mas, assim que se recuperou, Candoy abandonou o povoado, refugiando-se nas antigas habitações sob seu domínio, fazendo algumas incursões guerreiras e raptando mulheres de outros grupos rivais.

Com a morte de Pahý, alguns membros da facção votoron retornaram para suas antigas habitações e só apareciam novamente no abarracamento de Atalaia em busca de objetos ou tecidos, como bem exemplifica o padre Chagas Lima: “sabendo estes votorons dispersos, que na Atalaya se distribuião panos para vestiários dos índios, se ajuntarão em grande número, de maneira que nessa occazião se contarão nesta aldeã 253 índios”.²⁰¹

¹⁹⁸ Esses fatos assemelham-se muito ao texto escrito pelo historiador Carlo Ginzburg, quando ele narra uma revolta nas *ilhas Marianas*, em que um nativo expressa seu descontentamento com a ocupação espanhola e contra os missionários Jesuítas. Ou seja, as palavras usadas para expressar a opinião do nativo são reveladas por um missionário, que escreve o que pensa sobre a ocupação, utilizando-se da narrativa de um nativo. GINZBURG, C. As vozes do outro – Uma revolta indígena nas ilhas Marianas. In: **Relações de força: história, retórica, prova**. BATISTA NETO, J. (Trad) São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 80-99.

¹⁹⁹ LIMA (a), Op. cit., f.4v. e 5.

²⁰⁰ LIMA (b), Op. cit., p. 61.

²⁰¹ LIMA (d), Op. cit., p.247.

Em muitas situações, a presença esporádica dos Kaingang no abarracamento incomodava as exortações do padre por vários motivos, mas, em especial, o fato de que muitos deles voltavam para seu antigo sistema cultural, deslocando-se para outras regiões distantes do aldeamento. Esses catecúmenos ou neófitos deixavam suas esposas e filhos no aldeamento e, quando retornavam, já haviam casado com outras mulheres. Muito embora tenham recebido instruções religiosas para abandonarem a poligamia, a prática de capturar mulheres de outras facções reflete sua organização político-cultural. Isso já era percebido pelo padre ao registrar a conduta de: “Rafael Herefe, que não levou a sua(esposa) para os certoens, logo ali se perverteu, cazando com duas, ou mais mulheres, sendo está a cauza principal, porque os bárbaros costumam fazer homicídios repetidos”.²⁰²

Uma das principais causas de deserção no Atalaia era justamente a prática de guerrear e aprisionar membros de outros subgrupos indígenas, pelos campos de Guarapuava. Para ilustrar, podemos citar um caso em que um Kaingang, recém-batizado, cedeu às provocações de outro grupo, que passava por Atalaia, e decidiu acompanhá-los, levando com ele sua esposa. Quando retornou para o aldeamento, ele tinha casado com mais duas mulheres.

A presença indígena, em dezembro de 1821, estava assim distribuída:

Tabela 1: Total de indígenas no ano de 1821

Batizados	148
Catechumenos	14
Semi-bárbaros	76
Bárbaros	190
Total	428

Fonte: LIMA (d), Op. cit., p. 248. (Elaborado pelo autor)

As informações dessa tabela podem ser analisadas da seguinte maneira: os 148 batizados são de aldeados, que, nesse momento, já tinham o predicamento de aldeamento. Os outros 14 catecúmenos estão morando em casas particulares, nos campos Gerais e na vila de Curitiba, para “receberem educação e outros ajustes”.²⁰³ Sobre esses não conseguimos identificar para quais famílias eles foram enviados ou vendidos. De todos, há apenas um caso em que o padre Chagas Lima registrou sobre um menor, o qual tinha sido capturado e vendido pelos votorons, em 1818. O rapaz estava sob proteção do Tenente Antônio Jozé Pereira Branco, morador nos

²⁰² Idem.

²⁰³ LIMA (d), Op. cit., p.255.

campos Gerais de Curitiba. Esse foi o único caso em que não foi declarado livre e permaneceu na casa do oficial, a título de ser educado.²⁰⁴

De acordo com o relato do padre Chagas Lima, muitos Kaingang estavam sendo enviados para outras localidades, a título de educação. Esse desmando tinha incentivo de algumas autoridades imperiais, como do General Rendon, que recomendava que as crianças capturadas fossem separadas de seus pais e entregues a famílias que pudessem educá-las, promovendo, em poucos anos, melhores resultados na sua civilização. Rendon era contra o sistema de aldeamentos e via sua importância apenas como um espaço de transição para retirá-los de seus antigos costumes, um lugar de adaptação aos valores da civilização.²⁰⁵

Os eventos analisados até aqui referem-se ao período entre 1812 a 1818. Durante esse tempo, os povoadores e indígenas tiveram que conviver num mesmo espaço, no abarracamento de Atalaia. Essa situação muito se assemelhava às reflexões de Rendon, que via os aldeamentos como lugares onde a convivência entre brancos e indígenas desencadearia sua completa assimilação. Rendon defendia também a permanência de famílias não indígenas dentro desses aldeamentos para servirem de exemplo para os aldeados. Essa era uma proposta que se arrastava desde os tempos do diretório pombalino (1757-1798), que incentivava uma presença cada vez mais substancial de homens “brancos” nos aldeamentos, incentivando os casamentos interétnicos. Tal projeto subsidiou boa parte das orientações de Rendon, com grande ênfase para a mestiçagem, como um dos caminhos de emancipação dos indígenas aldeados.²⁰⁶

Como observamos, no abarracamento de Atalaia, isso foi uma realidade percebida até 1818, quando o padre Chagas Lima consegue um alvará de criação da Freguesia de Belém de Guarapuava e seu projeto de separação entre os indígenas e a sociedade nacional se concretiza, distanciando-se cada vez mais dos ideais de Rendon. O debate em torno da melhor forma de civilizá-los respingava por diversas regiões e em lugares mais inóspitos do império; em Guarapuava, não seria diferente.

1.5.2 “Este índio chefe, com efeito, era um tigre” - Luiz Tigre Gacom

Quando fizemos a opção pela trajetória de Francisco Luiz Tigre Gacom, sabíamos da importância que deveríamos reservar para o espaço geográfico e social no qual seu núcleo

²⁰⁴ Idem, p. 247.

²⁰⁵ RENDON, José Arouche de Toledo. Memória sobre as aldeias e índios da Província e São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798: opinião do autor sobre sua civilização. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, v.4, 1842.

²⁰⁶ Idem, p. 40.

familiar estaria envolvido. Tínhamos informações documentais das suas origens, principalmente, de que seu pai havia sido uma liderança ímpar no aldeamento de Atalaia.

Mesmo que parte deste estudo se dedique à atuação política de Francisco Gacom, o espaço vivido, as relações sociais e culturais, os acordos políticos e os conflitos liderados pelo seu pai, Luiz Tigre Gacom, com outros Kaingang e com povoadores, nos dariam uma compreensão ampla dos principais fatores que contribuíram para o processo de decadência do aldeamento de Atalaia. Esse cacique, ao assumir o posto de “Capitão dos Índios”, não tinha o mesmo prestígio de seu antecessor diante do padre Chagas Lima:

Este Índio chefe, com effeito, era um tigre, sacrificando seus subditos aos estragos da guerra, fazendo-se cabeça, para continuação das hostilidades, que os mesmos aldeados suscitarão contra os Dorins. Elle, occultando os seus intentos, sahia frequentes vezes com escoltas armadas, com pretexto de caçada, e ia dar assaltos mortiferos aquelles que provocavam o odio.²⁰⁷

O principal documento referente a Luiz Tigre Gacom é uma correspondência escrita pelo padre Chagas Lima, em 20 de maio de 1825, e endereçada ao presidente provincial de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros.²⁰⁸ Esse documento foi confeccionado pelo religioso logo após o aldeamento de Atalaia sucumbir, em decorrência do ataque de abril daquele ano, em que o religioso expõe a incompatibilidade de convivência entre os grupos indígenas aldeados, chefiados por Luiz Tigre Gacom e os “índios selvagens”.

O primeiro documento que registra sua presença no abarracamento de Atalaia é o registro de batismo de sua filha Engracia, batizada, solenemente, no dia 06 de outubro de 1816.²⁰⁹ Passados alguns dias, Luiz Tigre Gacom foi batizado junto com sua esposa, Escolástica Cures, no dia 30/11/1816, após um período de catecumenato. Tiveram como padrinhos o povoador João Teixeira de Oliveira. Tinham de idade 20 e 18 anos, respectivamente.²¹⁰ Nesse mesmo dia, perante o padre Chagas Lima, o casal recebia as bênçãos matrimoniais, em cerimônia realizada na capela do abarracamento de Atalaia, tendo por testemunhas o capitão Antônio da Rocha Loures e o cabo de esquadra Elias de Araújo.²¹¹

²⁰⁷ LIMA (b), Op. cit., p. 63.

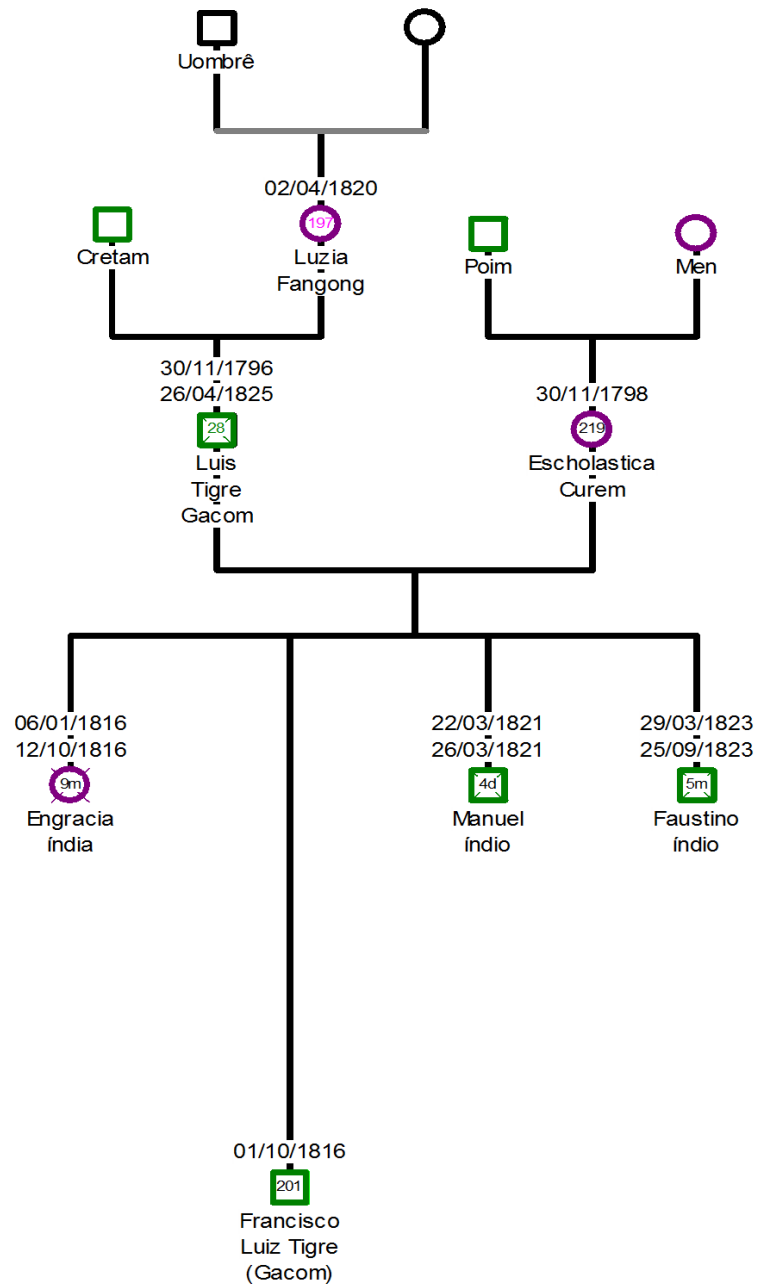
²⁰⁸ LIMA (f), Op. cit., s/p.

²⁰⁹ LIMA (a), Op. cit., f.32v.

²¹⁰ Idem, f. 33v.

²¹¹ LIMA (e), Op. cit. f. 9v.

Figura 8: Família Luiz Tigre Gacom



Fonte: LB/LO/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Dessa união matrimonial, resultou uma prole de quatro filhos. O primeiro registro que temos sobre os filhos do casal foi de Engracia, batizada no dia 06/10/1816, um mês antes do batismo e casamento de seus pais. Tinha 11 meses de idade e teve como padrinhos o soldado João Francisco de Abreu e a indígena Helena da Cruz Iahuri, esta batizada “sub conditione pelo padre Chagas Lima por dúvida de seu suposto sacramento realizado em Santo Angelo das

Missões”.²¹²

O segundo filho foi Francisco Luiz Tigre Gacom. Recebeu o sacramento do batismo no dia primeiro de dezembro de 1817. Seus padrinhos foram o capitão Antônio da Rocha Loures e sua esposa Joana Maria de Lima. O terceiro filho foi Manuel, nascido no dia 22/03/1821 e batizado em Articulo Mortis por Joana Maria de Lima. Novamente, a esposa do capitão Rocha Loures foi requisitada para apadrinhar o pequeno Manuel, provavelmente, motivado pela proximidade entre as famílias ou por ajudar em seu nascimento. Manuel foi apresentado ao padre para receber o sacramento católico três dias depois.²¹³ O último filho de Luiz Tigre Gacom com Escolástica Curesm foi Faustino, batizado no dia 19/04/1823. Seus padrinhos foram o degredado e depois diretor do aldeamento Miguel Morones Galafre e Gertrudes Ningá.²¹⁴

Acompanhando os apadrinhamentos dos seus quatro filhos, percebemos a expressão da segmentaridade da aliança de Luiz Tigre Gacom com a sociedade nacional. Os padrinhos de Engracia eram resultado de um casamento misto, conforme o registro de matrimônio do casal. João Francisco era soldado no Regimento de “Cassadores da Praça de Santos”, natural da Villa de Guaratinguettá e, provavelmente, havia sido convocado para compor a real expedição pelo comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, aliás, testemunha da sua união matrimonial.²¹⁵ Já Helena, segundo observações do padre Chagas Lima, era indígena do Uruguai, provavelmente, uma das pessoas que vieram com a expedição para servirem de intérpretes.²¹⁶

No batismo de seu segundo filho, Luiz Tigre Gacom escolheu o capitão Antônio da Rocha Loures, que a essa altura já era o responsável pelo abarracamento. Aos poucos, Luiz Tigre Gacom ia ampliando sua rede de relacionamentos e escolhendo pessoas importantes para apadrinhar seus filhos. Para o batismo de Manuel, seu terceiro filho - pelos indicativos, a criança nasceu com alguma enfermidade e teve que ser batizada em casa -, escolheu a esposa do capitão Rocha Loures, Joana Maria de Lima.

O batismo de Faustino ocorreu na capela do aldeamento de Atalaia. Seu padrinho foi Miguel Morones²¹⁷, degredado que havia sido indicado pelo padre Chagas Lima para proteger o aldeamento contra as incursões guerreiras de algum subgrupo Kaingang. O degredado participou como padrinho de batismo de vários Kaingang, entre os anos de 1823 e 1824, além de ser, algumas vezes, testemunha de casamento. Segundo Carlos Lima, para os degredados, a

²¹² LIMA (a), Op. cit., f. 17v.

²¹³ LIMA (a), Op. cit., f. 50.

²¹⁴ Idem, f. 56.

²¹⁵ LIMA (e), Op. cit., f. 5v.

²¹⁶ LIMA (b), Op. cit., p. 75.

²¹⁷ Sobre a trajetória deste degredado enviado para Guarapuava Cf. PONTAROLO, Op. cit. pp.73-80.

possibilidade de apadrinhar indígenas pode, então, ser entendida como possibilidade de distinção social e reformulação do status diante da hierarquia social de uma população em área de fronteira.²¹⁸ Miguel Morones, em consequência dessa expressiva rede de relações de compadrio com os indígenas de Atalaia, participando de 14 batizados, em 1824, recebeu a responsabilidade pela direção do aldeamento de Atalaia, conforme aviso do capitão Rocha Loures às autoridades paulistas, em março daquele ano.²¹⁹ Mesmo sem ainda ser nomeado diretor do aldeamento, é bem provável que Miguel Morones tinha anuência do “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, para exercer esse cargo, pois eles eram compadres.

Da prole de Luiz Tigre Gacom, apenas o seu segundo filho teve maior sorte. Os outros três filhos faleceram sem alcançar idade adulta, respectivamente: Engracia faleceu seis dias após o seu batismo;²²⁰ Manuel, no dia seguinte à realização do sacramento²²¹ e Faustino já passados seis meses.²²²

Segundo informações retiradas dos relatórios descritivos do padre Chagas Lima, Luiz Tigre Gacom chegou ao posto de capitão, logo após o falecimento de Antônio José Pahý, ocorrido em 1819. Convém ressaltar que ele foi um importante aliado dos povoadores, especialmente, do padre Chagas Lima, no processo de convencimento de seu grupo para que viessem morar no abarracamento de Atalaia.²²³

Entretanto, o padre Chagas Lima estava insatisfeito com o “capitão dos índios” aldeados, Luiz Tigre Gacom, acusando-o de desviar os catecúmenos para constantes incursões contra outros grupos indígenas pelo sertão de Guarapuava. Não temos relatos sobre a sucessão ao posto de “cacique dos índios”, em Guarapuava, após a morte dele, ocorrida em 1825. Segundo algumas informações de Pierre Mabilde, na ausência de um filho do cacique morto, com idade apta a assumir o comando dos índios, “é aclamado um dos parentes mais chegados da sua família.”²²⁴ Esse parece ser o caso para a sucessão do cacique Pahý, pois seu filho Francisco

²¹⁸ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Índios de Palmas expostos em Campo Largo: preação, resgate e os ecos da lógica o tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840). In: **Colóquios**. V.1 n.1, novembro/2007, p. 12-29.

²¹⁹ LOURES, Antônio da Rocha Loures. **Correspondência às autoridades do governo da província de São Paulo em 15 de março de 1824**. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

²²⁰ LIMA (c), Op. cit., f. 13v.

²²¹ Idem, f. 17.

²²² Idem, f. 19v.

²²³ Para o conhecimento de outras estratégias de convencimento do indígena ao sistema de aldeamentos, principalmente no século XVIII, conferir em ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001; e SAMPAIO, Patrícia Melo. **Viver em aldeamentos: encontros e confrontos nas povoações da Amazônia portuguesa, século XVIII**. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.) **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²²⁴ MABILDE, Pierre. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. IBRSA/INL. São Paulo, 1983, p. 95.

Netxian tinha pouco mais de 8 anos quando seu pai foi morto. Provavelmente, Luiz Tigre Gacom pertencia ao grupo liderado pelo Cacique Candoy, sendo que Pahý também era seu subordinado.

Em relação à sua aceitação como chefia indígena pelas autoridades imperiais, sabe-se que era uma prática exercida como forma de valorização enquanto uma liderança indígena, inclusive, destinando patentes militares como forma de sancionar ou reafirmar alguns acordos entre as partes.

Destituí-lo como “capitão dos índios” poderia ocasionar a evasão dos Kaingang do aldeamento de Atalaia. Restava ao padre Chagas Lima e ao capitão comandante, Antônio da Rocha Loures, não ceder aos constantes pedidos de escolta armada para atacar os seus inimigos.

Embora o aldeamento contabilizasse mais de 117 aldeados, em 1821, logo após a mudança dos povoadores para a freguesia de Nossa Senhora de Belém, não temos informação de que outros grupos vieram residir junto com eles. Os documentos apontam para uma evasão, em pequena escala, de algumas famílias, possivelmente, por desavenças com Luiz Tigre Gacom, ou talvez, porque suas necessidades não eram atendidas pelos povoadores. Nesse ano, o padre Chagas Lima escreveu a primeira “Relação de Índios” do aldeamento de Atalaia e o núcleo familiar do capitão Luiz Tigre Gacom contabilizava doze indivíduos:

Luiz Tigre Gacom – Cazado, Escholastica Curem – mulher, Francisco, f. Innocente, Luzia Fangong, May viúva, Andreza Grendoró, Irmã viúva; Martinho Carmang, seu filho menor; Rufina, sua filha innocente; Felicia Veimocá, irmã viúva; Lourenço Cavú, seu filho menor; Anna, sua filha innocente; Feliciano Crembanc, agregada viúva; Joaquina, sua filha innocente.²²⁵

As pessoas que compõem o domicílio de Gacom são seus familiares. Entre eles, encontramos Andreza Grendoró, sua irmã, com dois filhos, Martinho e Rufina. O que nos chama atenção nesse núcleo familiar é o fato de que Rufina, sua sobrinha, e Francisco, seu filho, já estavam convivendo num mesmo espaço social. Com a morte de Gacom, ambos seguem rumos diferentes e suas mães passaram a chefiar seus núcleos familiares até o casamento de seus filhos: Francisco Gacom e Rufina. A união desses primos é um casamento preferencial dentro da organização social do grupo Kaingang, conforme poderemos analisar no capítulo seguinte.

Na descrição sumária realizada pelo padre Chagas Lima, em 1821, logo após os aldeados ficarem sob atenção e vigilância de Gacom, ficamos sabendo que sete deles haviam abandonado o aldeamento; entre eles, destacamos Vitorino Facxó e sua mulher Rita de

²²⁵ LIMA (d), Op. cit., p. 249.

Oliveira.²²⁶ O casal reaparece em outra relação na freguesia de Guarapuava, num aparente domicílio com três filhas, Margarida, Lourença e Leocadia. O chefe desse domicílio trata-se de Vitorino Condá.²²⁷ Acreditamos que o casal não era aliado, não tinham parentesco, muito menos um acordo ou alianças via intercassamentos com o “capitão dos índios” aldeados, Luiz Tigre Gacom, pela deserção de Vitorino Condá, em 1821.

Entre as alianças estabelecidas entre Luiz Tigre Gacom e os demais aldeados pelas solidariedades sociais, promovidas pelo apadrinhamento, identificamos apenas dois registros. O primeiro deles ocorreu no dia 26 de abril de 1824, quando ele e Genoveva Iagnan foram padrinhos do pequeno João, com um mês de vida, primeiro filho de Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê. A cerimônia ocorreu solenemente, conforme o ritual católico.²²⁸ No mesmo ano, com o intervalo de 3 meses, novamente, Luiz Tigre Gacom foi requisitado para apadrinhar Manuel Concrom, no dia 26 de julho de 1824. As informações retiradas do seu registro de batismo não mencionam a idade dele; apenas, reserva-se a descrever que era casado com Niri, mulher ainda vivendo no estado de paganismo, e que foi batizado sob enfermidade grave na casa de particulares.²²⁹

Os indígenas, pelos quais Luiz Tigre Gacom guerreava constantemente, eram os Cayeres, os quais, no primeiro contato que tiveram com os povoadores, foram agraciados com objetos e tecidos, como forma de estabelecimento de alianças, para mostrar os benefícios que teriam se optassem por viver no aldeamento a: “[...] nação dos Cayeres[...] depois de se render com os mais, e receber donativos, que se fizerão a todos, se retirou para os confins deste campo, da parte de oeste, quase nos arraiais dos castelhanos d’America: onde se tem conservado no estado de selvagens e pagaons”.²³⁰

Os Cayeres eram os principais inimigos dos aldeados e, no intervalo entre os anos de 1820 e 1822, ocorreram vários conflitos entre eles.²³¹ Por diversas vezes, Luiz Tigre Gacom

²²⁶ Idem, p. 256.

²²⁷ Para saber um pouco mais sobre sua trajetória pela região sul e sua atuação com outras lideranças indígenas e autoridades provinciais, ver: MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. **Condá e Viri: Chefias indígenas em Palmas-Pr, década de 1840.** Curitiba: (Dissertação de Mestrado) PGHIS-UFPR, 2010. SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. **Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação: Palmas/Pr (1850-1888).** Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) PPGH-UFSC, 2010. OPPITZ, Gabriela; REIS, Lucas Bond. Agência indígena no Brasil Império: problematizando a atuação dos líderes indígenas Condá e Viri em meados do século XIX. In: BRINGMANN, Sandor Fernando; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfê; ROSA, Helena Alpini (Org.) **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012, pp.301-318.

²²⁸ LIMA (a), Op. Cit., f. 59v.

²²⁹ Idem, f. 61.

²³⁰ LIMA (f) Op. cit., f.3.

²³¹ Um dos episódios foi registrado pelo padre Chagas Lima, em 20 de novembro de 1822. Os índios cayeres entraram no aldeamento de Atalaia e mataram a golpes de porrete o índio Jacintho Doiangrê e sua esposa Quitéria Gretem. Quando soube do ataque, Luiz Tigre Gacom reuniu seus guerreiros e preparou uma emboscada para matar alguns dos seus inimigos; nesse encontro, acabaram ferindo gravemente um da facção cayere: “No ano de 1822, a

solicitou ao comando da freguesia de Guarapuava uma escolta armada para acompanhá-los na sua captura. É importante realçar que, dos vários conflitos envolvendo facções indígenas no povoamento dos campos de Guarapuava, em nenhum foram contra os povoadores. Essa observação já havia sido realizada pelo padre Chagas: “elles ainda não romperão a paz feita com os portugueses, aos quais não tem feito mal algum.”²³²

Era previsível o rompimento das alianças entre o capitão Luiz Tigre Gacom com o comando da freguesia, em decorrência dessa incompatibilidade na forma como reagiam outros grupos em processo de aproximação. Os aldeados de Atalaia retiraram-se nos meses finais de 1824, colocando em risco a permanência do aldeamento de Atalaia. Padre Chagas Lima, inconformado com essa decisão, se embrenha pelo sertão em busca dos seus catecúmenos e néofitos:

Tendo em aviso nesta freguezia que os Índios e Índias da Atalaya quazi todos, com Luiz na frente, se tinham retirado em figura de hirem estabelecer nos seus antigos lares do sertão; no mesmo instante montei a Cavallo, acompanhado unicamente de dois portugueses e hua índia por servir de guia, fui após delles e os reduzi a voltarem a sua aldeã; e a seguirem nella, como d’antes a religião Christã, que havião professado. Quando ahi chegamos (o que foi no dia 13), que diligências não fiz para os accomodar com minhas exhortaçoes e dádivaz? Fazendo render o Diretor Portugues de quem se queixavão e sobretudo segurando-lhes a posse de huas terras minhas contiguas as suas com todo o gado qui ahi se achava.²³³

É certo que Luiz Tigre Gacom não se acertava mais com o diretor do aldeamento Miguel Morones Galafre, seu compadre. Isso expressa, outrora, que sob situações desfavoráveis ao grupo, o cacique rompe as alianças estabelecidas, caso suas demandas não fossem atendidas, demonstrando domínio sobre suas ações. Em 15 de março de 1824, o comandante da povoação, Antônio da Rocha Loures, oficiava à Junta da Fazenda da província de São Paulo, órgão responsável pelo pagamento dos soldos das tropas em Guarapuava, que o degredado Miguel

21 de novembro, os índios fizeram uma surpresa na Aldeã, entrando sutilmente na casa onde dormia Jacinto Doiangre, e mataram com golpes de porretes o dito homem e sua mulher, quebrando-lhes as cabeças. Depois do ruído que fez este successo, os assaltantes deram a razão porque assim tinham obrado: ‘ Nós matamos a Doiangre por ser um dos que mais nos perseguiam; já por causa d’elle temos mudado duas vezes de domicilio, e agora não havemos de tornar a mudar; e se no terceiro alojamento formos perseguidos, voltaremos a aldeã, e faremos grande estrago.’ In: LIMA (f), Op. cit., p.04. É bem provável que Jacinto Doiangrê fosse uma chefia indígena subordinada a uma chefia principal, nesse ato, representado pelo capitão dos índios aldeados, Luiz Tigre Gacom. Como teremos oportunidade de aprofundar a respeito dessa hierarquia indígena, no segundo capítulo, queremos apenas mencionar que o capitão dos índios poderia estar se afirmando enquanto uma liderança responsável por uma unidade político territorial no aldeamento de Atalaia, com base na aliança com os luso-brasileiros. São poucas as informações quanto a chefias subordinadas ao chefe maior nos documentos referentes aos índios do aldeamento de Atalaia. Cabe-nos a responsabilidade, a partir dos indicativos, de sugerir que, nesse caso específico, Jacinto era uma chefia subordinada a Luiz Tigre Gacom e o fato de liderar várias investidas contra os cayeres reflete sobremaneira sua afirmação perante o grupo como uma importante chefia indígena.

²³² LIMA (f), Op. cit., p. 9.

²³³ Idem, p. 9.

Morones havia sido elevado à condição de administrador e diretor do aldeamento. Outrossim, solicitava da Junta o pagamento de 90 réis por dia de trabalho no aldeamento e reafirmava a importância de manter “gente portuguesa” no aldeamento de Atalaia para assegurar possíveis ameaças de outros grupos contra os aldeados.²³⁴

Situação semelhante foi identificada por Maria Celestino de Almeida, na aldeia de Mangaratiba, nos anos finais do século XVIII, quando algumas lideranças se insurgiram contra o capitão mor, acusando-o de praticar rigorosos castigos com eles e por ele não ser índio.²³⁵ As queixas sobre o administrador dos “índios” foram atendidas no aldeamento de Mangaratiba, assim como aconteceu com as reclamações realizadas pelo capitão dos aldeados de Atalaia, exigindo a demissão de Miguel Morones da direção administrativa do aldeamento. Seu sucessor foi o degredado Felix Pereira, casado com a indígena Genoveva Iagnan.

Sobre o episódio de 1824, Luiz Tigre Gacom, com sua decisão de deixar o aldeamento, caso não fossem atendidas suas demandas, ampliou o espaço do aldeamento após ser incorporada uma parte das terras do padre Chagas Lima, localizado ao lado da sesmaria dos aldeados. Após terem passado por uma experiência de aldeamento, os indígenas também ressignificavam e redefiniam seu espaço físico, rearticulando-se social e culturalmente nesse território de uso coletivo. Diante das adversidades presenciadas no sertão, a permanência nos aldeamentos significava também um espaço de sobrevivência por meio da posse de terras, das ferramentas e, em alguns casos, proteção. Nesses espaços, segundo Maria Celestino de Almeida:

[...] reelaboravam também suas relações com o novo território, que passava a ser vivenciado de forma diversa, de acordo com as novas necessidades do mundo colonial. Negociações com a terra e a preocupação em garantir os títulos de terra, como instrumento de defesa de seu território [...].²³⁶

Guarapuava, nesse período, passava-se por um processo de mudança, por vezes, conturbado e tenso, pela forma com que algumas pessoas iam adquirindo terras, no contexto posterior à revogação do regime de sesmaria, em 1822.²³⁷ Discutiremos com mais propriedade essas situações nos capítulos seguintes, no entanto, sua menção nesse ponto é para sinalizar que, em Guarapuava, pessoas de outras regiões, rotuladas pelo padre Chagas Lima de “Forasteiros”, estão ocupando algumas áreas nos campos do Pinhão, região localizada a oeste de Guarapuava,

²³⁴ LOURES (a), Op. cit., s/p.

²³⁵ ALMEIDA (a), Op. cit., p. 165.

²³⁶ ALMEIDA (a), Op. cit., p. 219.

²³⁷ MOTTA. Márcia Maria Menendes. Possesores nos oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850) In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo Afonso (Org.) **Formas de Resistência Camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1. Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, pp. 85-101.

sem autorização do capitão Rocha Loures.

[...] para que todos aquellos moradores, ou forasteiros, que entrarão para o Campo do Pinhão, com ordem ou approvação do comandante, ou sem hua cousa nem outra, da hi se retirem, trazendo seus gados, pois se os Portugueses que la os forem tratar, fizerem alguma acção imprudente, que pareça rompimento da paz com os Cayeres que dahí não moram longe, ou ainda com os votorons, que ahi tem seu canto[...].²³⁸

Luiz Tigre Gacom retornou ao aldeamento de Atalaia tão logo suas condições foram cumpridas pelo padre Chagas Lima. No entanto, as desavenças entre os aldeados e indígenas do sertão permaneciam acirradas, principalmente, após a morte de Jacinto Doiangrê, aliado do “capitão dos índios”. Muito embora os Kaingang aldeados tivessem garantias e proteção dos povoadores, os indígenas, desafetos do sertão de Guarapuava, atacaram o aldeamento em abril de 1825, com o propósito de matar Luiz Tigre Gacom:

[...] provocados pelos repetidos insultos, crueldades e mortes, que na sua corporação praticavão os aldeados, vierão em Abril de 1825, e hostilmente avançarão a povoação[...] Luiz Tigre Gacom havia continuado nos cruentos conflictos com aquella horda, apezar della ter enviado antecedentemente alguns mezes alguns dos seus, que ainda declararão aos aldeados – se formos ainda por vós perseguidos no logar onde nos alojamos, havemos de nos vingar.²³⁹

O ataque ao aldeamento de Atalaia foi uma manobra arriscada, mas era preciso mostrar um contra-ataque, depois de sofrer sucessivas investidas dos aldeados comandados pelo capitão Luiz Tigre Gacom, a título de vingança. Entretanto, é bem provável que o cacique aldeado estivesse estendendo sua chefia para outras localidades, subjugando grupos, a exemplo desses “selvagens” Cayeres. A descrição dos fatos ocorridos entre os indígenas “selvagens” e os aldeados foi narrada pelo padre Chagas Lima:

Achando-me eu presente naquella Aldeã, para onde tinha hido, havião dous dias em deligencia de sacramentar hua enferma, e mais índios em satisfação dos preceitos quadragezimais; estando apouzentado em hua casa, oitenta passos das outras retiradas, e a dormir, pelas tres horas da madrugada disparou a hum tiro de espingarda[...] não tive mais que duvidar[...] salvei-me pela fugida[...].²⁴⁰

Esses indígenas que atacaram Atalaia buscaram aproximação com a sociedade nacional e, assim, desejavam estabelecer sua morada com os aldeados, mas a convivência com o capitão dos índios se tornava inviável pelos históricos conflitos entre os dois grupos:

²³⁸ LIMA (f), Op. cit., p. 9.

²³⁹ LIMA (d), Op. cit., p. 208.

²⁴⁰ LIMA (f), Op. cit., p. 9.

O índio de nome Luiz Tigre Gacom hera então o que mais figurava, e o que tinha mais autorid. º na Aldea: este se encarregou da empreza. Por hua e muitas vezes supplicou ao comandante, lhe desse gente Portuguesa para o acompanhar nesta digressão. Porem como a supplica hera muito alhea da justa defeza prometida por S. Magestade aos Índios Aldeados, não se lhe concedeo, mas antes o comandante, e eu mesmo, empregamos toda a força de nossas exhortações e cautellas possíveis para desviar a todos os índios de hua acção conhecidamente injusta.²⁴¹

Não obtendo ajuda e incentivo dos povoadores, os indígenas de Atalaia ficaram apreensivos quanto às ameaças que poderiam se concretizar, visto que a rivalidade entre os grupos era bastante acentuada. O confronto, que pôs fim à Aldeia de Atalaia, ocorreu no dia 26 de abril de 1825; na ocasião, foram mortos vinte e oito indígenas. Entre eles, destacamos a morte de Luiz Tigre Gacom e de seu sobrinho, Martinho Carucang, filho de Andreza Grendoró. Identificamos que o grupo que atacou o aldeamento matara três mulheres de um mesmo núcleo familiar: Christina Cateim e suas duas filhas, Dorothea Gangrain e Raquel. Ao cruzar essas informações com o Livro de Batismo, ficamos sabendo que Christina Cateim era a terceira esposa do polígamo Iongong.²⁴²

Identificamos, na análise desses documentos, que os “índios selvagens” não intencionavam se indispor com os povoadores; suas intenções destinavam-se a eliminar o grupo comandado pelo capitão dos índios, Luiz Tigre Gacom. Mesmo com objetivos evidentes de eliminar a chefia indígena, os índios aproveitaram a situação para aprisionar algumas mulheres:

[...] pondo-se de fora a esperar quem sahia, se hera homem, elles o matavão, se hera mulher dizião: largue a roupa: se ellas o fazião as deixavão hir. Se não fazião as perseguião a tiros de settas. Aconteceo que sahindo hua May com o filhinho as costas, cuberto de hum lençol, como o não largasse, despedirão-lhe hua setta, que atravessou o innocente, e ainda ferio a May[...].²⁴³

Esse fato corrobora uma situação observada por Mabilde entre os índios no Rio Grande do Sul, quanto à captura de mulheres²⁴⁴. Nos conflitos que faziam contra outros subgrupos, eles sempre aprisionavam mulheres, principalmente, para o chefe indígena, que gozava do direito de ter várias esposas. No ataque de 1825, os índios selvagens aprisionaram uma jovem “de onze para doze annos aprehenderão e levarão comsigo”.²⁴⁵

De acordo com o documento escrito pelo religioso, quando houve o ataque dos

²⁴¹ Idem.

²⁴² LIMA (a), Op. cit., f. 39v.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ MABILDE, Op. cit., pp. 65-66.

²⁴⁵ LIMA (f), Op. cit., p. 6.

indígenas Kaingang, contrários aos desmandos de Luiz Tigre Gacom, havia no aldeamento dois soldados, um colono e um degredado, casado com uma Kaingang.²⁴⁶ A defesa do aldeamento era uma das tarefas da permanência desses homens naquele território. Antes, foram poupados do massacre, conforme relato do padre Chagas Lima:

Elles na verdade queimarão as casas dos índios, porem não queimarão nem saquearão sinco dos portugueses que estavam a outro lado, sem embargo de se haverem postado ali diante de suas portas, em distancia de poderem vigiar sobre hua pessa de artilharia, que ahi estava: mas antes deixarão sahir livremente hum delles aliado por casamento na aldeã, a família toda de Luiz que ahi se apresentava e outras mais em numero de 16 a 20.²⁴⁷

Ao final do ataque, entre os mais de 130 indígenas aldeados, 28 foram mortos. Entre os mortos, 18 eram homens capazes de pegar em armas para se defender, conforme exposição do padre Chagas Lima: “Estavão então no Atalaya muitos índios vigorozos e capazes de hua defesa, mas que poderião fazer elles sendo surpreendidos.”²⁴⁸ As construções onde estavam alojados os índios não proporcionaram sua defesa, o que levou à sua derrocada. Os índios selvagens incendiavam as casas, que eram cobertas de palhas, e ficavam esperando a saída dos índios para matá-los.²⁴⁹

Luiz Tigre Gacom usava, naquela ocasião, uma espingarda com a qual disparou várias vezes contra seus inimigos, mas não houve meios de suportar por muito tempo: “Os cayeres, depondo bordoens e lanças com que primeiramente vierão foram buscar seus arcos e flechas [...] quando voltaram a primeira couza que fizeram foi matar o índio Luiz.”²⁵⁰ Com a morte do índio Luiz Tigre Gacom, não tivemos mais informação sobre a escolha de um novo capitão dos índios, tendo em vista a decadência do aldeamento. Após o ataque de 1825, o padre Chagas Lima conduziu os sobreviventes para as proximidades do povoamento, para que continuassem a ser assistidos pelos seus ensinamentos e administração de sacramentos.

Os anos em que Luiz Tigre Gacom esteve à frente do aldeamento, como chefia e capitão dos índios, foram momentos de sucessivos conflitos com outros grupos indígenas e de acordos e alianças com as autoridades imperiais.

Com a Nova Atalaia, as terras do aldeamento de Atalaia ficaram vulneráveis e passíveis de serem invadidas pela população local, embora o que mais preocupasse o missionário fosse a presença de forasteiros vindos de outras regiões, desconhecedores dos processos históricos de

²⁴⁶ Idem, p. 7.

²⁴⁷ Idem, p. 7.

²⁴⁸ Idem, p. 6.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem, p. 6.

diálogo com o grupo de índios selvagens:

[...] para que todos aquellos moradores, ou forasteiros, que entrarão para o Campo do Pinhão, com ordem ou approvação de comandante, ou sem hua cousa nem outras, da hi se retirem, trazendo seus gados, pois se os Portugueses que la os forem tratar, fizerem algua acção imprudente, que pareça rompimento da paz com os Cayeres que dahi não moram longe, ou ainda com os votorons, que ahi tem seu canto[...].²⁵¹

É de se notar, nas palavras do padre Chagas Lima, sua preocupação em relação à ocupação de territórios com ou sem consentimento do comandante da freguesia, capitão Rocha Loures. Com o fim do regime de sesmarias, em 1822, o apossamento sobre terras devolutas intensificou-se espantosamente, principalmente, em territórios onde os limites dos “senhores e possuidores” de terras eram imprecisos. Sobre este aspecto, discutiremos no capítulo 4, mapeando os processos históricos que conduziram à perda das terras do aldeamento de Atalaia, compactuada pelo comando da freguesia, nos anos seguintes ao ataque de 1825.

Como acompanhamos neste capítulo, havia, por parte das autoridades portuguesas, um interesse considerável pela ocupação dos campos de Guarapuava, inibindo e fechando as fronteiras contra o avanço dos espanhóis em pontos estratégicos, no oeste paulista e na fronteira sul. Várias expedições foram enviadas para essas regiões com o propósito não apenas de tomar posse desses territórios para a coroa portuguesa, mas de convencer os nativos da região a se aldearem, transformando esses aldeamentos, com o passar do tempo, em povoados prósperos, além de promover a emancipação indígena com base no trabalho e na mestiçagem.

No entanto, essa interiorização se contrapôs a grupos indígenas selvagens habitando territórios próprios para a criação e a invernagem de animais, que vinham da província do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba. Os índios dessa região eram os Kaingang, um grupo fortemente marcado pela segmentaridade da aliança e conflito. Foi a partir desse princípio que as primeiras interações entre os Kaingang e povoadores aconteceram no abarracamento de Atalaia, em junho de 1810. Essa aproximação e permanência junto aos povoadores foram as razões para que o padre Chagas Lima solicitasse às autoridades paulistas a constituição de um aldeamento nos campos de Guarapuava, com doação de sesmaria, em 1818.

É por meio das práticas sociais e culturais, nas alianças e nos conflitos do capitão dos índios, Luiz Tigre Gacom, que poderemos demonstrar os elementos constitutivos da representação da liderança indígena de Francisco Gacom, na Vila de Guarapuava, no pós-aldeamento de Atalaia. Entendemos a necessidade de compreendermos os processos históricos

²⁵¹ Idem.

que deram origem ao aldeamento de Atalaia, cujas consequências serão percebidas até as últimas décadas do século XIX. Assim, parece oportuno analisar as principais referências históricas sobre a organização social dos índios que habitavam os campos de Guarapuava, de maneira que possamos compreender as redes de relacionamento, os apadrinhamentos, as estratégias de ascensão e posição social, as trajetórias individuais de algumas chefias indígenas como elementos importantes na formação das opções estratégicas de Francisco Luiz Tigre Gacom em diferentes contextos.

2 DINÂMICA POPULACIONAL E CHEFIAS INDÍGENAS EM GUARAPUAVA

*[...] mostravam-se simultaneamente lhanos, porém de difícil tracto, por não haver conhecimento da sua linguagem[...].*²⁵²

Como apontamos no capítulo anterior, com a transferência dos Kaingang sobreviventes ao ataque de 1825, para mais próximo da Freguesia, o Formal de Criação que regulamentava a vida das pessoas, especialmente para a mobilidade indígena junto à população local, não surtia mais efeito. A convivência entre esses grupos sociais passou a ser diária, em decorrência de uma série de fatores, como os casamentos mistos e de crianças órfãs, que passaram a viver com seus padrinhos de batismo. Estes últimos apareciam nas listas de habitantes como agregados, mas, pela pouca idade que apresentavam, sugerem que seus padrinhos haviam optado pela sua criação. Os adultos trabalhavam como jornaleiros para aquelas pessoas que tinham alguma profissão no povoado, auxiliando nos trabalhos de olaria, carpintaria, na criação de animais, plantação e colheita de alimentos.

Antes de avançarmos sobre a discussão relacionada à propriedade da terra e às formas de constituição da chefia indígena, a partir de seu convívio com a população local, optamos por introduzir, neste capítulo, alguns aspectos da organização social e cultural dos Kaingang, a fim de compreendermos melhor as suas transformações nas suas práticas culturais e sociais - que permitiram a Francisco Luiz Tigre Gacom definir suas estratégias políticas pela retomada das terras do aldeamento.

Desde os primeiros encontros que tiveram com os “índios de Guarapuava”, os povoadores encontraram algumas dificuldades de comunicação com essa população, embora, no conjunto das pessoas envolvidas nesse projeto, houvesse quem fosse responsável pela conversa, como intérpretes. O missionário Francisco das Chagas Lima tinha sido catequista dos índios Puris alguns anos antes, na aldeia de São João de Queluz, região próxima à serra da Mantiqueira.²⁵³ Com um certo grau de cuidado na catequese indígena, o padre sabia da necessidade de aproximar alguns líderes para poder se comunicar e implementar o mais rápido possível o processo de catequização e civilização dos Kaingang de Guarapuava. Passados dois

²⁵²LIMA (b), Op. cit., p. 59.

²⁵³PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima**: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: PPGH/UFPR, 2012.

anos desde a chegada da expedição, em 1810, essa demanda ainda era iminente junto às autoridades ali constituídas, que solicitavam à junta da real expedição a compra de outros “índios” para servirem de intérpretes:

O coronel Antônio Francisco de Aguiar Administrador e recebedor do tributo emposto para as despesas da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, entregue do dinheiro do dito tributo a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de trinta e oito mil e quatrocentos reis importância de três índios que o mesmo vendeo para a Real Expedição.²⁵⁴

De todo modo, ao que parece, de nada adiantou trazer pessoas com potenciais habilidades para compreender a língua dos indígenas. Conforme apontamos no trecho acima, que abre este capítulo, é nítido o desabafo do padre ao reconhecer a grande dificuldade que tiveram ao se deparar com os Kaingang, no contexto de ocupação. Sabia-se da existência de grupos indígenas nesse território, mas não tinham conhecimento e clareza de que se tratava de um grupo indígena ligado a outra matriz linguística.

Mesmo com indicativos da presença de pessoas responsáveis por servirem de intérpretes dos povoadores junto aos Kaingang, identificamos, por meio de uma correspondência, o desejo de algumas pessoas de ocupar posições sociais nessa importante missão junto às autoridades imperiais. Um exemplo elucidativo dessa situação diz respeito a José da Silva Guimarães, ao solicitar o emprego de intérprete:

[...] Circunstâncias que o habilitao para continuar o real serviço de sua alteza, e ser útil na quella conquista. Deste fim se offerece a vossa excelência, e aos mais senhores deputados, o de seja servido de interprete, o beneficio da communicação, e commercio com os mesmos Bugres; ou em qualquer outro Emprego, e occupação que for precisa na mencionada Conquista com aquella penção mençal, que V. excellencia e os mais senhores deputados julgarem competente ao exercicio do emprego, e risco de vida a que o suplicante vai expor-se com um casal de filhos, e cinco escravos para com estes pequenos braços dar principio do seu estabelecimento naquelle remoto certão. Despacho: conbedo ao suplicante pelo Emprego de Interprete da Língua dos Bugres dos Campos de Guarapuava a quantia de quatro mil, e oito centos reis por mes contados desde o dia da sua marcha. São Paulo 27 de fevereiro de 1810.²⁵⁵

Embora José da Silva Guimarães tenha pedido o emprego para trabalhar diretamente

²⁵⁴ **PORTARIA 11/04/1812.** Portaria pela qual se manda ao Coronel Antônio Francisco de Aguiar, pagar a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de 38 \$ 400 réis importância de três índios que vendeo para Línguas da Real Expedição Mor. São Paulo 11 de abril 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional -AN, p. 58.

²⁵⁵ **GUIMARÃES, José da Silva. Requerimento** à Junta da Real Expedição na qual pede, se lhe arbitre hum emprego para se estabelecer nos campos de Guarapuava, persebendo a pensão mensal que a mesma junta achar justa. São Paulo, 27/02/1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional -AN, p. 24.

com os indígenas na condição de mediador, intérprete das relações que começavam se construir nesse território, entre mundos bastante diversos, não encontramos mais qualquer indicação de que tenha tido sucesso nas suas funções, pois, ao cruzar documentos do período analisado, não encontramos evidências do exercício nessa função. Nem mesmo o padre Chagas Lima menciona em seus relatórios a presença de José da Silva Guimarães. O fato que nos chama atenção para essa situação diz respeito à possibilidade de algumas pessoas obterem ganhos econômicos com o aparato construído para a ocupação e povoamento do território dos Kaingang, talvez, até mesmo com o estabelecimento de algum comércio ou a posse de algum pedaço de terra.

No conjunto de obras publicadas sobre esse processo de ocupação e da presença deles no aldeamento de Atalaia, fundado para abrigar os Kaingang daquela região, sempre encontramos o nome do padre Chagas Lima. Embora sem grandes preocupações de cunho etnográfico, o missionário deixou importantes registros, sobretudo, para uma documentação mais “local”, como documentos paroquiais pertencentes ao Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém, instituição religiosa responsável pela existência dos livros de Batismos, Casamentos e Óbitos.

Importa, ainda, acrescentar o nome do padre Francisco da Chagas Lima ao rol de personagens que registraram características próprias da organização social dos Kaingang, no século XIX. Materiais descritivos, elaborados isoladamente, em contextos específicos, mas que permitiram para outros estudiosos da temática uma compreensão mais ampla do modo de vida desse grupo, no final do século XIX e princípio do século XX. Provavelmente, alguns desses pesquisadores, como Pierre Mabilde, Luiz de Cemitille, Alfredo d’Escragnolle Taunay e Telêmaco Borba tenham elaborado suas conclusões sobre os Kaingang a partir dos relatos do padre Chagas Lima.

É possível que Curt Nimuendajú também tenha lido essas informações registradas pelo padre. O pesquisador, após um período convivendo com os Kaingang do Ivaí, nas primeiras décadas do século XIX, anotou algumas características da organização social ao apresentar que a “divisão em Kañeru e Kamé é o fio vermelho que passa por toda a vida social e religiosa desta nação.”²⁵⁶

Como destacamos nas primeiras linhas deste capítulo, os agentes imperiais, convocados para compor a Real Expedição de Ocupação e Povoamento dos Campos de Guarapuava, por ordem Régia, tiveram grande dificuldade de se comunicar com os grupos indígenas com os

²⁵⁶ NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e Indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 60.

quais iam criando algum tipo de relação. Graças a uma crescente e vantajosa pesquisa documental sobre os Kaingang da região sul, iniciada ainda no século XIX, podemos afirmar que os indígenas, que se aproximaram dos povoadores, em 1810, e que vieram a compor o aldeamento de Atalaia nos anos seguintes, tratavam-se de fato dos Kaingang.

Sendo assim e à luz de fontes etnográficas do período em questão, dialogando com pesquisas contemporâneas, analisamos um conjunto de documentos sobre os Kaingang, com o objetivo de compreender como eles estavam organizados com a chegada dos povoadores, além de perceber, no conjunto desses documentos, aspectos característicos da sua organização social.

Desse modo, ao estabelecer conexões com estudos históricos e antropológicos sobre os Kaingang com a documentação produzida pelos agentes imperiais de origem diversa, como religiosa, militar, de sujeitos comuns, povoadores, autoridades locais e provinciais, consideramos que “os índios agiam movidos por interesses ligados às dinâmicas de suas organizações socioculturais, é essencial conhecê-las para compreender melhor suas relações interétnicas”.²⁵⁷

Muito além de apenas confrontar documentos, pretende-se potencializar uma análise mais dinâmica da organização social dos Kaingang nesse período, de modo a compreender como se estruturavam as chefias indígenas, qual sua relação com seus territórios tradicionais e com as autoridades imperiais.

2.1 “fallam, pôrem não se entendem”

Os Kaingang pertencem à família Jê, o mais numeroso grupo indígena do Brasil Meridional. Historicamente e geograficamente, sua área de ocupação se estende do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte da Argentina, região de Misiones, dividindo-se em subgrupos:

[...] dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Paranapanema (São Paulo); Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Paraná); e Bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai (em Santa Catarina). Avançavam pelos territórios das Bacias hidrográficas dos Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (Misiones na Argentina) e ainda sobre os territórios das Bacias hidrográficas dos rios Sinos, Caí, Taqueri, Jacuí e Uruguai (no Rio Grande do Sul).²⁵⁸

²⁵⁷ ALMEIDA (b), Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2017, p. 6.

²⁵⁸ LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Pesquisas/Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2007, p. 9.

A área de seus territórios tradicionais é bastante extensa, abrangendo quatro estados da federação e uma parcela do território do seu país vizinho. Como se trata de um dos maiores grupos indígenas do Brasil, existem variações na sua língua e, de acordo Ursula Wieseemann, linguísta do *Summer Institute of Linguistics*, existem cinco dialetos, a saber:

Dialeto de São Paulo – entre Tietê e Paranapanema; Dialeto do Paraná – entre Paranapanema e Iguaçu; Dialeto Central – entre Iguaçu e Uruguai; Dialeto Sudoeste – ao sul do Uruguai, oeste de Passo Fundo e; Dialeto Sudeste - ao sul do Uruguai, leste de Passo Fundo.²⁵⁹

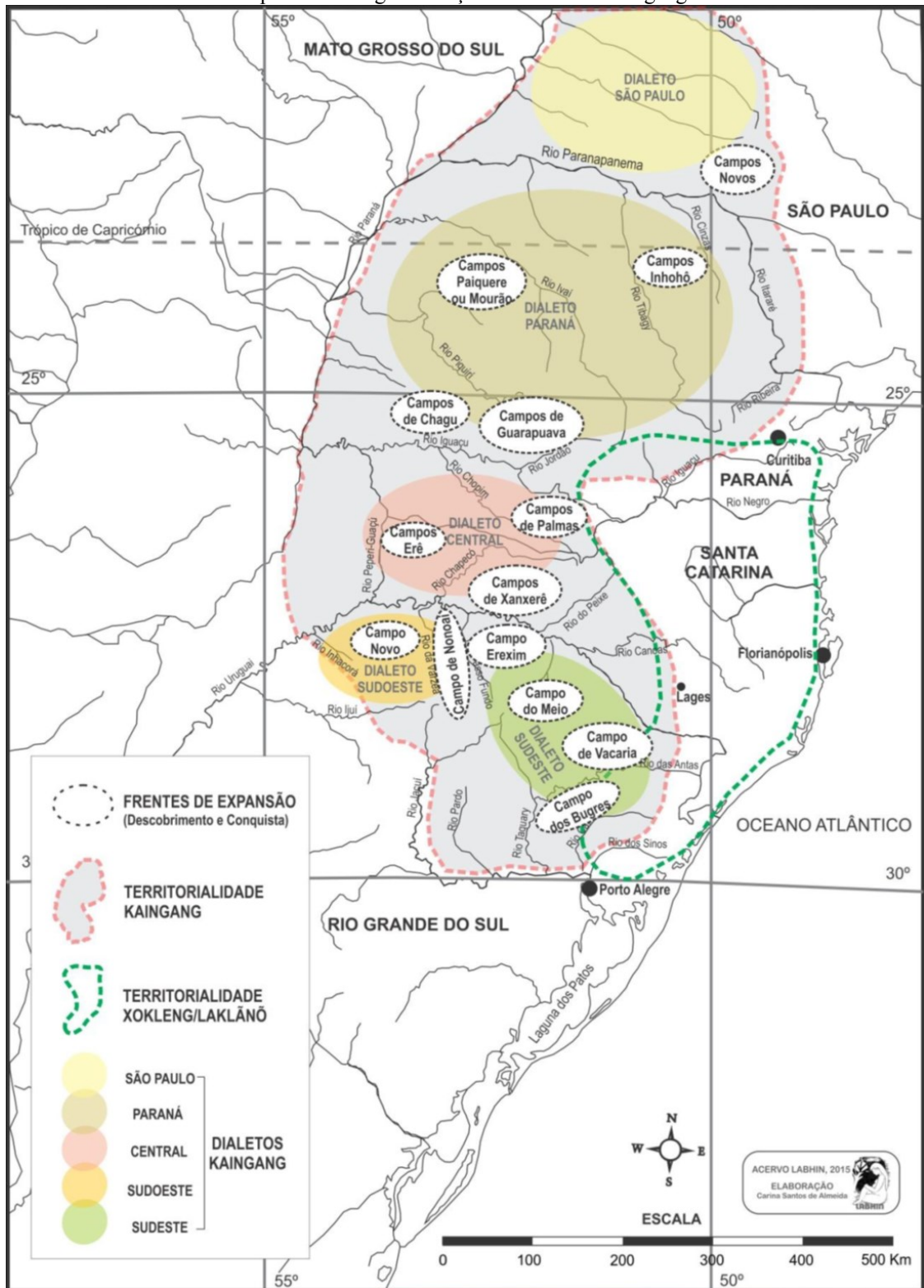
Além do estabelecimento de classificações linguísticas e territoriais com base nas bacias hidrográficas sobre os povos Jês do Brasil e dos aspectos linguísticos, Greg Urban afirma que, tanto os Kaingang como os Xockleng²⁶⁰ teriam iniciado sua migração há uns 3 mil anos.²⁶¹ Embora exista um marco dessa migração rumo ao sul, não se sabe exatamente quando teriam chegado à região e que motivos os levaram a ocupar as margens dos principais rios da região Sul. O mapa abaixo nos ajuda a compreender melhor essa possível distribuição territorial, hidrográfica e linguística:

²⁵⁹ WIESEMANN, Ursula. **Os dialetos da Língua Kaingang e Xokleng**. Arquivos de Anatomia e Antropologia. Rio de Janeiro: 1978, Vol III – Ano III, p. 199. Disponível na Biblioteca Curt Nimuendajú: <http://biblio.etnolinguistica.org>

²⁶⁰ Estudos mais recentes têm dedicado especial atenção para demonstrar os caminhos percorridos do Brasil central pelos Kaingang e Xockleng, assim como as relações sociais advindas com os grupos que iam encontrando ao longo do caminho, em territórios próximos aos rios Paranapanema/Itararé e Itapirapuã/Ribeira. MOTA (b), Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jês Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, nº 27, São Paulo: 2016, p. 135-157.

²⁶¹ URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segund as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 90.

Mapa 5: Brasil Meridional com os domínios territoriais Kaingang no século XIX, o avanço das frentes de expansão e a regionalização dos dialetos Kaingang.



Fonte: Elaborado e adaptado por Carina S. de Almeida a partir de LAROQUE, op. cit., p. 37 e 38; WIESEMANN, 1978, op. cit., p. 199 e 200; SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 36. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Outras características fundamentais das populações Jê foram objeto de análise de estudiosos como Claude Lévi Strauss²⁶² e Terence Turner.²⁶³ Ambos entendem que os povos Jê se organizam pelo princípio da reciprocidade, com forte conotação de complementaridade e assimetria. Parte dessa distinção pode ser observada, no século XIX, com os sistemas de alianças e guerras praticadas por eles com seus vizinhos ou com a sociedade nacional, bem como outras características. Como já evidenciamos em outro momento, os documentos produzidos pelo padre Chagas Lima tornam-se imprescindíveis para compreendermos como aconteceram essas interações socioculturais entre povoadores e os Kaingang.

Nos anos que se seguiram, surgiram outros estudos de cunho etnográfico e etnológico de pessoas que tiveram, de algum modo, contato com os Kaingang em diferentes lugares. Essa complexidade, observada por Telêmaco Borba, Curt Nimuendajú, Egon Schaden e Herbert Baldus nos permite perceber, com mais elementos, a divisão social dos Kaingang em metades, a exogamia, a patrilinealidade, a mitologia, entre outros aspectos que serão aqui analisados.

Um dos primeiros trabalhos referência para as pesquisas sobre os Kaingang vem de Telêmaco Borba. Ele fez importantes registros sobre sua organização social, por meio de observações e conversas com algumas chefias indígenas. Entretanto, sua obra difere dos documentos produzidos pelo padre Chagas Lima, por apresentar, em forma de tópicos, características desse grupo, como sua forma de vestir, seu sistema social, crenças, habitações, utensílios, armas, caça, alimentação, casamentos, partos, entre outros. Também descreve, por meio de seu interlocutor, Paulino Aracxó, o mito de origem dos Kaingang e também o mito de origem do milho, além de fazer uma descrição da língua e seu vocabulário.²⁶⁴

Entretanto, foi com Curt Nimuendajú que a organização social dos Kaingang foi ganhando contornos mais precisos em termos da divisão em metades. Sendo um dos principais etnólogos do século XX, Nimuendajú inicia sua análise discutindo parte das distinções sociais efetuadas pelo padre Chagas Lima, ao se referir aos Kaingang, divididos nos seguintes grupos: Camés, Votorons, Dorins e Xocrens. O fato que nos chama atenção para essa classificação é o modo como Nimuendajú interpretou essas informações, especialmente, para o termo Dorim. De acordo com ele, esse nome provém de uma referência atribuída a um cacique de nome Dorí. Entretanto, padre Chagas Lima já esclarecia que se tratava do nome de um rio: “Os Dorins tem seu aldeamento à margem do rio Dorim, para cujos lados fica o Campo das Laranjeiras”.²⁶⁵

²⁶² LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1996.

²⁶³ TURNER, Terence. The Gê and Bororo societies as dialectal systems. A general model. In: **Dialectal Societies**: The Gê and Bororo of Central Brazil. Harvard University Press. Cambridge Massachusetts, 1979.

²⁶⁴ BORBA, Telêmaco. **Atualidade indígena**. Curitiba: Instituto Memória, 2009(1908).

²⁶⁵ LIMA (b), Op. cit., p. 66.

Importa dizer que Curt Nimuendajú trouxe uma importante contribuição para os estudos sobre a organização social dos Kaingang, ao narrar o mito que mostra a divisão deles em metades:

[...] saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome de Kañeru e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. [...]. Dizem que Kañeru e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentose resoluções. [...] O que pertence ao clã Kañeru é malhado, o que pertence ao clã Kamé é riscado.²⁶⁶

No século XIX, esses nomes, correspondentes ao dualismo Kaingang, apareciam nos documentos produzidos pelos agentes imperiais em forma de crônicas, ofícios diversos, memórias e relatórios, dos quais boa parte era escrita pelo padre Chagas Lima. Sabemos, outrossim, que as primeiras informações consistentes dos Kaingang foram registradas no momento em que eles foram conduzidos até o abarracamento de Atalaia, no ano de 1812, após uma escolta militar levá-los até o abarracamento, conforme demonstrou o próprio padre no registro de batismo de Netxian, batizado enfermo: “[...] oriundo do gentio selvagem habitante neste continente e suprezos nas vertentes do rio Cavernoso e trazidos para este abarracamento[...].”²⁶⁷

Nessa descrição do padre Chagas Lima, entendemos que os Kaingang não vieram de livre iniciativa para conviver com os povoadores naquele espaço, embora alguns estudos afirmem que os primeiros foram aprisionados e se renderam à expedição.²⁶⁸ Afirmar tal possibilidade de rendição é anular o protagonismo desses povos na historiografia brasileira, de modo que esconde suas estratégias de sobrevivência, em contextos específicos, em que seus territórios tradicionais estão sendo ameaçados pela ocupação de forma mais intensa; isso é deveras um equívoco que não se pode mais aceitar.

Ainda sobre o dualismo Kaingang, os documentos históricos dos agentes imperiais, residentes no Aldeamento de Atalaia, têm revelado um conjunto de registros característicos da sua dinâmica sociocultural. O padre Chagas Lima, em sua memória, assim apresentou as subdivisões do grupo:

As diferentes hordas de gentios existentes pelos sertões de Guarapuava são: a dos Cames, Votorões, Dorins e Xocrens. As dos Cames e Votorões são as que se encontram nas vizinhanças dos campos, quando se formou a aldeia. A primeira avaliou-se ser de 152 indivíduos, a segunda de 120, mais ou menos[...]. Os dorins, que tem seu

²⁶⁶ NIMUENDAJÚ, Op.cit., pp. 58-59.

²⁶⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 3v.

²⁶⁸ Sobre esse ponto de vista ver: SOUZA, Op. cit., p. 73.

aldeamento a margem do rio Dorim, [...] devem constar de 400 indivíduos. A dos Xocrens, entre os rios Iguassú e Uruguay[...] julga-se não chegar a 60 indivíduos.²⁶⁹

Esse religioso deixou importantes registros da sociabilidade Kaingang em documentos que eram enviados rotineiramente para as autoridades imperiais, mas também, no seu ofício diário, em suas atividades pastorais, deixou um número considerável de documentos históricos e etnográficos, especialmente, nos livros destinados para o registro de sacramentos. Obviamente, o alcance dos memoriais descritivos do padre Chagas Lima não se restringiu apenas aos sacramentos. Sua participação naquele empreendimento extrapolava os muros das atividades cristãs e comuns aos sacerdotes, mostrando, pelo teor da sua escrita, uma atuação política expressiva na condução não apenas do aldeamento, mas também nas decisões junto às autoridades locais.

Telêmaco Borba, uma das figuras importantes ainda do século XIX, conviveu por um longo tempo com os Kaingang no aldeamento de São Pedro de Alcântara, nas margens do rio Tibagi. Dessa convivência, Borba registrou várias informações sobre mitologia e cosmologia, ampliando a compreensão do dualismo entre eles, ao descrever o mito que deu origem aos Kaingang:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra *Crinjijimbé* emergia das águas. Os Caingangues, Cayurucrés e Camés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrés e Camés cansados, afogaram-se. Suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinjijimbré, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros os galhos das árvores, e alia passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente. Gritaram eles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra, os que estavam seguros nos galhos das árvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjijimbré. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho, chegaram a sair por duas veredas: pela abertura de Cayurucr, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos, outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando ele, e os seus, os pés que incharam na marcha conservando por isso grandes pés até hoje[...].²⁷⁰

Nimuendajú também identificou, após um período de convivência entre os Kaingang do

²⁶⁹ LIMA (b), Op. cit., p. 66.

²⁷⁰ BORBA, Op. cit., pp. 27-28.

Ivaí-Pr, na segunda década do século XX, a presença da exogamia intervindo na vida Kaingang, além de contribuir para o entendimento da sua organização social e religiosa: “[...] foi estabelecida como lei fundamental logo no princípio e nos toldos do Yvaí cumpre-se esta ali rigorosamente até hoje, apesar da convivência com os nacionais que os índios lá tem”.²⁷¹ De acordo com Carina Santos de Almeida, foi na compreensão do dualismo Kaingang e na complexidade da divisão em clãs, por toda a vida dos Kaingang, que as observações de Nimuendajú contribuíram para o entendimento mais amplo do modo de vida deles.²⁷²

Herbert Baldus deixou uma importante contribuição para os estudos sobre a organização social dos Kaingang ao aprofundar suas análises sobre o principal e mais importante ritual praticado por eles, o ritual do Kiki. Não muito distante das análises efetuadas por Nimuendajú, Baldus fez algumas observações sobre as denominações do grupo indígena e concluiu, do mesmo modo que seus antecessores, que os Kaingang estão divididos em metades exogâmicas e patrilineares:

[...] dois grupos, de caracterização social diferente. As designações Kadnyerú, Kamé e Votôro, usada, às vezes, na literatura, como nomes de tribos, são denominações de três de quatro grupos; o quarto grupo é chamado Aniky. Os grupos existem em cada horda de Kaingáng. As supostas tribos Gê: Kadnyerú, Kamé e Votôro, não são senão hordas de Kaingang.²⁷³

No passado, a união matrimonial entre os Kaingang deveria ser entre as metades opostas e complementares, Kamé e Kairu. Existe um conjunto de regras que define o tipo de relação social que o indivíduo tem durante a sua vida, a começar pela sua descendência, que é patrilinear. Isso conduz a vida social do indivíduo, sobretudo, na participação como representante da sua metade nos rituais.²⁷⁴ De acordo com o antropólogo Ledson Kurtz de Almeida, os Kaingang possuem duas metades exogâmicas e patrilineares, com regra de residência uxorilocal, de modo que o casamento preferencial deve acontecer entre primos cruzados.²⁷⁵ Nas últimas décadas dos oitocentos, Telêmaco Borba também registrou a uxorilocalidade entre os Kaingang:

Os homens não tomam a mulher antes dos 18 ou 20 anos; nessa idade, quando encontram mulher ou menina do seu gosto, pedem-na ao pai, fazendo-lhe algum

²⁷¹NIMUENDAJÚ, Op. cit., p. 60.

²⁷²ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense**: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó. Tese (Doutorado em História). Florianópolis/SC: PPGH/UFSC, 2015, p. 77.

²⁷³BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Editora Nacional/Editora Brasileira, 1979, p. 08.

²⁷⁴FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang**: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná. Florianópolis: 1998 (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFSC, p.23.

²⁷⁵ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena Xapecó-SC**. Florianópolis, 1998, (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFSC, 161 p.

presente; se esse anue ao pedido, o noivo ficará agregado à família da noiva, que, se é moça, fica-lhes pertencendo, sem necessidade de cerimônia alguma; se esta é ainda menina, fica o noivo, pela mesma forma agregado ao sogro, a quem faz todo o serviço, como seja: caçadas, roças, lenha, etc. até que a noiva atinja de dez a doze anos. Desse tempo em diante, ou continua na companhia do sogro, ou procura outra família, levando mulher; mas, isto rara vezes acontece²⁷⁶.

Baldus também observou essa dinâmica após um período de convivência com eles, no Ivaí-Pr: “[...] ocorrendo o divórcio na segunda geração numa família-grande que convive numa mesma casa, o marido tem que abandonar esta mesma casa[...] o que quer dizer que o marido, pelo casamento é obrigado a morar com os sogros”.²⁷⁷ Sobre a residência, Borba identificou que os Kaingang construíam imensas casas para abrigar toda a família; além do casal, os filhos, genros e netos habitavam aquele espaço, que “tinham de 25 a 30 metros de extensão.”²⁷⁸

Mesmo que a residência seja matrilocal, a descendência sempre será paterna.²⁷⁹ Quando nasce uma criança, ela recebe o nome da metade correspondente ao seu pai. Se o pai é Kamé, o filho recebe o nome Kamé. Com isso, a criança passa a gozar de sua identidade social perante o grupo. Já nos referimos à divisão criada pelos heróis míticos dos Kaingang, atribuindo nomes e separando aspectos da natureza para cada metade. O nome também é de propriedade da metade ao qual pertence. Fernandes complementa essa situação incorporando outros elementos constitutivos da identidade Kaingang ao afirmar que aspectos da formação do indivíduo se modificam, demonstrando, outrossim, a dinâmica sociocultural desse grupo, quando destaca que: “ao contrário da descendência, que não pode ser alterada, os nomes podem ser manipulados a fim de proteger a criança contra doenças e infortúnios.”²⁸⁰

Um aspecto relevante da organização social dos Kaingang diz respeito à categoria *péin*, cuja função está diretamente relacionada às atividades cerimoniais que regulam a sociabilidade Kaingang. Para Juracilda Veiga, esses indivíduos têm a responsabilidade de acompanhar, arrumar e sepultar os mortos da metade oposta à sua.²⁸¹ Em se tratando de categorias cerimoniais, Veiga analisou as pessoas que recebiam dois nomes, conhecidas como *roréngré*. Segundo suas observações, essas pessoas recebem um nome de cada metade; dentro da sua estrutura social, o ato de nomear uma criança com um nome *Kamé* e um nome *Kairu* é para

²⁷⁶ BORBA, Op. cit., pp. 18-19.

²⁷⁷ BALDUS, Op. cit., p. 80.

²⁷⁸ BORBA, Op. Cit, p. 16.

²⁷⁹ Observando as regras de casamento Kaingang, Telêmaco Borba dizia: “Não casam com as filhas dos irmãos, que consideram como suas, preferindo, entretanto, as filhas das irmãs para suas esposas”. BORBA, idem, p. 11.

²⁸⁰ FERNANDES, Ricardo Cid. **Lauda Antropológico**. Impactos da Usina Quebra-Queixo sobre a terra indígena de Chapecó. Florianópolis: 2001, p. 40.

²⁸¹ VEIGA, Juracilda. Nome, pintura e descendência entre os Kaingang de Xaçupé. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Uri e Wásí**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, p. 300.

proteger a criança do espírito de algum familiar já falecido. Esse espírito pode interferir na vida do pequeno indígena, até mesmo provocar sua morte.²⁸² Portanto, esse indivíduo, quando em idade adulta, exerce algumas funções especiais dentro dos rituais. Embora tenha recebido dois nomes indígenas, das metades, a pessoa continua sendo, predominantemente, descendente do pai.

O principal e mais importante ritual que define a reciprocidade e complementaridade típica dos Kaingang é o Ritual do Kiki, também conhecido como culto aos mortos. Herbert Baldus identificou, ao longo das suas pesquisas, que o Kiki é “a base e a expressão mais forte da cultura espiritual Kaingang.”²⁸³ Isso remete, sobremaneira, ao local onde estão enterrados seus mortos, pois o transformam em um território sagrado. No passado mais remoto, o ritual do Kiki acontecia nos meses de março a maio, época em que havia abundância de alimentos, especialmente, da semente de araucária, o pinhão.²⁸⁴

No contexto de ocupação dos campos de Guarapuava e no conjunto de documentos escritos no período, especialmente pelo padre Chagas Lima, não encontramos evidências do local onde ocorriam os enterramentos dos aldeados falecidos no abarracamento de Atalaia, nem mesmo para os povoadores. É possível que ambos tenham sido enterrados no mesmo cemitério. Entretanto, no conjunto das fontes etnográficas, encontramos um mapa que faz referência ao território sagrado para os Kaingang e a possível localização onde eram enterrados seus mortos.

2.2. Um lugar sagrado: os campos de Sepultura

Logo que os povoadores se estabeleceram nos campos de Guarapuava, o comandante Diogo Pinto determinou para alguns militares, com experiência nos trabalhos de reconhecimento de território, observadores e com habilidades na escrita de mapas, que eles percorressem a região nesse propósito. Assim, tivemos a primeira “Planta do terreno descoberto de Guarapuava”, título atribuído pelo seu autor, Manuel Soares do Valle, o qual levou alguns dias para sua confecção, no intervalo entre 27 de maio até 15 de junho de 1811.²⁸⁵

O local a que estamos nos referindo chama-se Sepultura e consta na descrição realizada por Manuel como sendo território dos “Gentios”, ou seja, dos Kaingang. Membro da Real expedição de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava, o tenente Manuel Soares do

²⁸² Idem, p. 301.

²⁸³ BALDUS, Op.cit., p. 22.

²⁸⁴ FERNANDES, Op. cit., p. 40.

²⁸⁵ VALLE, Manoel Soares. **Planta do terreno descoberto de Guarapuaba**. Mapa do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. 1811.

Valle, provavelmente pelo trabalho exercido no levantamento topográfico, nos meses que seguiram à chegada aos campos, o gabaritou para assumir o lugar do prático oficial, nomeado pela Junta Real, a fim de reconhecer e conduzir os membros da expedição até os ditos campos:

[...] que sabendo esta junta da eficiencia do pratico Sebastião Cordeiro, houve por bem nomear em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle, a quem o mesmo commandante encarregará a exploração dos campos, pela pratica, que tem deste exercicio, e tudo o mais que o seo conhecimento permitir, para augmento da povoação, vem sendo neste emprego o mesmo ordenado mensal de 12 mil reis, que vencia o dito pratico Sebastião Cordeiro.²⁸⁶

É bem provável que o mapeamento, realizado por Manuel Soares, tenha contribuído para que o comandante da expedição o destinasse a ocupar um dos cargos mais importantes dentro daquele empreendimento. Entretanto, ao que parece, Manuel Soares do Valle caiu mesmo foi nas graças do padre Chagas Lima. Acompanhando os registros de batismo, realizados pelo padre junto aos Kaingang, identificamos vários documentos nos quais Manuel Soares de Valle foi requisitado para ser padrinho de batismo. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 2: Manuel Soares do Valle como padrinho de Batismo

Ano	Sexo		Frequência	%
	F	M		
1812	26	28	54	93,10 %
1814	1	1	2	3,45 %
1815	2		2	3,45 %
Total	29	29	58	100 %

Fonte: LB- PNSBG. (Elaborado pelo autor)

Do total de 58 batismos, em que Manuel Soares do Valle foi padrinho, 93,10% foram realizados em 1812, exatamente no ano em que um número considerável de indígenas veio para o abarracamento, em busca de amenizar os efeitos de uma epidemia que os havia acometido, se apresentando para receber o Sacramento do Batismo. Uma situação que nos chama atenção reside na constatação de que, dos 58 registros, Manuel Soares foi o único

²⁸⁶ Ordem ao commandante da Expedição para que faça reunir os generos, que se achão repartidos pelos diferentes armazens, a hum só, que deverá ser na nova Povoação, e em que mais ordens, que a nova povoação se estabeleça muy proximo a este; e em que mais escuza ao pratico Sebastiao Cordeiro da Silva nomeado em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle. São Paulo 30 de agosto 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Indios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2.8E 02370. AN, p. 41.

padrinho de 49 deles. Ou seja, não temos o nome da madrinha.

Pelo indicativo das fontes documentais, acreditamos que ser padrinho de batismo dos indígenas era muito mais uma opção do padre Chagas Lima, que tinha um certo controle sobre quem deveria e estava em condições de exercer tal responsabilidade cristã. Embora essas relações de apadrinhamento, no princípio, não tivessem um grande significado para eles, nos anos subsequentes, no pós-contato, essas relações sociais serão de extrema importância para o estabelecimento de alianças e arranjos com vários segmentos sociais por parte dos Kaingang.

Sobre esse aspecto, Martha Hameister, ao refletir sobre a escolha dos padrinhos, identificou que, para exercer essa função, o indivíduo deveria compor três requisitos básicos: ser cristão; não estar dentro das possibilidades de matrimônio; e não escolher pessoas de muita idade.²⁸⁷ Dessas possibilidades, o único pré-requisito, o qual o padre Chagas Lima seguiu rigorosamente para apadrinhar os indígenas do aldeamento de Atalaia, era ser cristão.

Entre seus mais de 50 afilhados indígenas, optamos por discutir brevemente o destino deles, nos anos que se seguiram às primeiras relações tecidas com a realização do sacramento de Batismo. O primeiro deles diz respeito ao batismo realizado de Martinho Carucang. Batizado solenemente no dia 10 de novembro de 1812, com idade de 3 anos. Filho de Xocá e Dacrê, Martinho, pelas informações do seu registro, não estava enfermo.²⁸⁸ O pequeno é filho de Andreza Grendoró (Dacrê), irmã de Luiz Tigre Gacom. Martinho foi um dos protagonistas do evento de 1825, em que ele e mais 28 pessoas foram assassinadas no aldeamento de Atalaia.

O segundo registro de batismo é de Jacintho Doiangrê, batizado no dia 28 de maio de 1814; tinha pouco mais de 12 anos de idade. Filho de Uocung e Docoré, ambos falecidos, receberam o sacramento depois de 2 anos de catequese.²⁸⁹ Isso significa que ele já tinha condições de escolher o seu padrinho e, a partir dessa relação, construir suas estratégias de sobrevivência naquele contexto. Convém mencionar que Jacintho Doiangrê também foi protagonista das ações do “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom. Ele e sua esposa, Quiteria Gretem, foram mortos por uma facção desafeta dos aldeados, no dia 20 de novembro de 1822, quando o comando da aldeia estava a cargo de Gacom. O padre Chagas Lima assim fez o registro desse acontecimento:

Aos vinte dias do mez de novembro do anno de oitocentos e vinte dous, na aldea de Atalaya situada nos limites desta Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos campos de Guarapuava. Forão mortos pelo gentio selvagem deste continente Jacintho Doiangrê, de idade de vinte e tres annos pouco mais pouco menos e, juntamente sua mulher

²⁸⁷ HAMEISTER, Op. cit., p. 13.

²⁸⁸ LIMA (a), Op. cit., f. 15v.

²⁸⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 25v.

legítima Quiteria Gretem, de idade de vinte hum annos ao que se julga, ambos índios neofytos e moradores da referida aldea da Atalaya. Seus corpos foram no dia seguinte por mim recommendados e sepultados nas capella da mesa aldea. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.²⁹⁰

Um terceiro registro relevante para nossa discussão nesta pesquisa é sobre o batismo de Helena da Cruz Iahuri. Batizada *sub conditione*, no dia 08 de dezembro de 1812, na capela do Atalaia, Iahuri teve unicamente como padrinho Manuel Soares do Valle. Segundo informações do padre Chagas Lima, ela tinha pouco mais de 23 anos de idade, filha de Antônio João e Maria Francisca.²⁹¹ Helena Iahuri foi a primeira mulher de origem indígena a contrair núpcias com um não indígena, o soldado no Regimento de “Cassadores da Praça de Santos”, João Francisco de Abreu, em Guarapuava.

Dados registrados pelo padre Chagas Lima nos informam que ela era natural das missões do Uruguai.²⁹² Entretanto, podemos dizer que o caso dela demonstra a mobilidade indígena e as redes de relacionamento que os Kaingang de Guarapuava tinham com outros grupos por um extenso território. Dessa relação, Manuel Soares do Valle também foi padrinho de casamento, junto com o tenente-coronel, Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Voltemos ao mapa desenhado por Soares do Valle. Nos anos que sucederam o abarracamento de Atalaia, houve algumas transformações que serão, ao longo do texto, analisadas, apresentando sempre que necessário os processos sociais que proporcionaram essas mudanças de espaço territorial, as relações sociais entre os indígenas e a sociedade nacional. Dito isso, ao longo da análise das fontes que compõem esta tese, identificamos, nas décadas finais do século XIX, os Kaingang, remanescentes do aldeamento de Atalaia, disputando com os potentados locais de Guarapuava a devolução dos campos de Atalaia e Sepultura. Essa disputa judicial será tema dos próximos capítulos, mas, para esse momento, importa dizer que o mapa de Manuel Soares do Valle é bastante elucidativo por nos mostrar e confirmar que os campos da Sepultura eram um território sagrado, de ocupação dos Kaingang.

É bem provável que esse mapa, desenhado pelo oficial Manoel Soares do Valle, seja um dos poucos documentos que atestam a existência de tal território. Entretanto, esse silenciamento, provocado pelas autoridades locais ao longo do século XIX, esteja relacionado ao interesse de ocupar e afastar os Kaingang que ali habitavam.

²⁹⁰ LIMA (c), Op. cit., f. 18v.

²⁹¹ LIMA (a), Op. cit., f. 17.

²⁹² LIMA (e) Op. cit., f. 3.

Mapa 6: Campos da Sepultura – Território dos Kaingang



Fonte: Acervo particular Murilo Walter Teixeira.

Logo abaixo do mapa, temos um pequeno memorial descritivo, apresentando a topografia dos lugares, sendo que, depois de alguns meses de ocupação, os povoadores já tinham explorado e feito o reconhecimento das populações indígenas mais próximas do abarracamento de Atalaia. O fato de Manoel Soares do Valle registrar e determinar a localização de Sepultura como de posse do Gentio, nos mostra que nesse espaço existiam vestígios, indicando que ali deveria ser um cemitério indígena e, portanto, um local sagrado e de extrema importância para sociabilidade Kaingang.

Retomando alguns aspectos essenciais do ritual do Kiki, o mesmo está estruturado em três etapas, podendo se estender por três dias consecutivos ou com intervalos entre as etapas. Desde o primeiro momento, as metades ficam separadas, cada qual ao redor de uma fogueira, rezando pela memória do Kaingang falecido. Isso se repete até a terceira etapa, quando todos serão pintados com suas marcas.

Nessa etapa, é essencial que todos os presentes estejam com suas marcas para que a comunidade identifique a qual metade cada um pertence, mas, especialmente, a pintura tem o poder de inibir que o espírito do morto, para o qual está sendo realizado o kiki, interfira na vida daquela pessoa, não identificado.²⁹³ As marcas para cada metade se apresentam na forma de pinturas corporais, cujo significado é: “os Kainhru estão relacionados à marca redonda(rârôr), a um gênio empreendedor e à posição Leste. Os Kamé estão relacionados à marca comprida (râtei), à pertinácia e à posição oeste”.²⁹⁴

Outros elementos são fundamentais para a realização do Kiki. Em primeiro lugar, são ingredientes que compõem a confecção da bebida, composta por água, mel e o pinheiro cortado em forma de cocho. A preparação dessa bebida acontece no intervalo da segunda para a terceira etapa do ritual, tempo de mais ou menos quarenta dias, para que ocorra a fermentação da bebida desencadeada pela seiva do pinheiro cortado ainda verde. Conforme Fernandes, é na terceira etapa que as metades “se misturam e restabelecem a complementaridade como princípio de sociabilidade.”²⁹⁵

Não exatamente como a antropologia descreveu o ritual do Kiki nas últimas décadas, mas é fato que esse ritual foi observado por agentes militares e religiosos, no século XIX. Retomamos as análises de Ricardo Cid Fernandes, segundo o qual se reafirma que o primeiro

²⁹³ Sobre os procedimentos relativos à realização do ritual do Kiki, ver: TOMMASINO, Kimiye. **Kikikoi**: ritual dos Kaingang na área indígena Xapecó/SC. Registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos. Londrina: Midiograf, 2000, 36p.

²⁹⁴ VEIGA, Juracilda. Aspectos da Organização Social entre os Kaingang do Xapecó (SC). In: LEITE, AG. **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994, p. 84.

²⁹⁵ FERNANDES (a), Op. cit., p. 40.

a descrever a realização desse ritual funerário entre os Kaingang foi Telêmaco Borba: “Mais uma vez devemos a Telêmaco Borba as primeiras informações sobre as cerimônias funerárias dos Kaingang[...] sobre as formas de sepultamento e a descrever sumariamente as beberagens que acompanhavam os primeiros dias de luto.”²⁹⁶ De fato, Borba teve a sorte de se aproximar dos Kaingang num período em que vários deles já tinham passado pela experiência com o aldeamento de Atalaia ou quando já haviam convivido com outros que tinham estado nesse espaço; portanto, o diálogo e a confiança entre os indígenas, para relatar aspectos característicos da sua organização social, ganhavam relevância em virtude da posição social ocupada por Telêmaco Borba, em São Pedro de Alcântara, como seu administrador, sem grande envolvimento com as questões religiosas.

Entendemos que, no aldeamento de Guarapuava, o padre Chagas Lima já havia dado informações sobre rituais praticados pelos Kaingang. Embora o relato do padre esteja imbricado do olhar religioso, nas suas atitudes e palavras, muitas vezes, condenando as práticas culturais daqueles no início do povoamento, podemos, à luz de suas informações, sugerir que o religioso tenha sido o primeiro a fazer referências aos rituais dos Kaingang. Essa assertiva compreende a análise de algumas evidências relacionadas à compreensão que o padre Chagas Lima tinha sobre as festas que os Kaingang realizavam, dispendendo muitos dias na sua preparação. Eles então praticavam “[...] bailes obscenos, entre bebidas embriagantes, a que davam o nome de Koafé, quando eram fabricadas de milho, e Koaqui, quando de pinhão [...]”.²⁹⁷

Para uma análise mais detalhada desses rituais dos Kaingang, nos faltam elementos que contribuam na sua interpretação, a fim de verificar se estava relacionado ao ritual do kiki ou de outro momento festivo do grupo. Entretanto, o relato do padre Chagas Lima demonstra o quanto esses rituais poderiam deixar o grupo vulnerável com a ingestão excessiva das bebidas. De certo modo, essa situação criava um ambiente perigoso e propício para que outros grupos atacassem de surpresa. Um fato relevante, narrado pelo padre Chagas Lima, ajuda na compreensão dessa situação, ao fazer uma descrição de um chefe indígena de nome Candoy:

As disposições d'este Candoy pareciam boas; pôrem elle, além de polygamo, era supersticioso; pois continuando a sua enfermidade, se devia recorrer a Deus, mandou fazer corpos de cera, e com pennas de papagaio formou duas figuras d'estas aves, com as azas abertas, e as poz sobre seu leito suspensas por duas linhas, de maneira que se moviam com a agitação do ar e do fumo do fogo. A estas aves é que fazia seus com muita reverencia, dizendo: Ionjjó! Iongjó! Cangantomy caraca pano tom, isto é, papagaio! Papagaio! Se eu sarar, nunca mais despedirei setas contra vós. No que se vê temia morrer e, quanto era aferrado a seus principios, apesar das instruções já recebidas. Eram, comtudo, dolosos os seus votos; porque apenas restabeleceu a sua saude, fez uma

²⁹⁶ FERNANDES (b), Op. cit., p.32.

²⁹⁷ LIMA (a), Op. cit., p. 70.

grande caçada de papagaios, e logo depois foi para a guerra, levando para o sertões toda a sua família, que era numerosa, e outros muitos vitorões, com os quaes se foi alojar em uma campina além do rio Iguassú (32 léguas da Atalaia), aggregando a si hordas visinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas, com as quaes viveu em deboche, até que em 1817 foi morto, com outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias, e pelo mesmos que havia escolhido, procedendo essa mortandade pelo rapto que faziam das mulheres, como depois nos contaram outros índios.²⁹⁸

Do trecho acima, podemos retirar algumas informações bastante interessantes sobre o significado que tinha o sacramento do batismo para os Kaingang, especialmente, nos anos entre 1812 e 1813, período em que um grande número deles veio até o abarracamento em busca de alívio para uma grave doença que os acometia. Durante esses dois anos, muitos indígenas foram batizados com o único propósito de aliviar suas enfermidades, não havendo qualquer possibilidade de conversão por parte deles. Sobre esse aspecto, concordamos com Eduardo Viveiros de Castro, ao destacar que crer em algo significa obedecer e daí vem a mobilidade dos povos indígenas em sistemas de aldeamento, pois sua inconstância decorria, portanto, da ausência de sujeição.²⁹⁹

O cacique Candoy é um exemplo clássico desse processo de troca simbólica, no qual o cacique busca aliviar sua enfermidade com o batismo cristão. Mesmo moribundo, Candoy dá mostras da sua religiosidade, ao reproduzir a figura de uma ave, prometendo não mais caçá-la. Batizado no dia 13 de agosto, o cacique Candoy foi o 5º índio a receber o sacramento de Batismo, no ano de 1812. Recebeu o nome português de Hypolito; tinha entre 60 a 70 anos de idade e consta casado com Cambanc. Seu padrinho foi unicamente o chefe da expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e foi batizado gravemente enfermo na capela de Atalaia.³⁰⁰

O relato do padre Chagas Lima ajuda na compreensão das articulações que as lideranças tinham com outros líderes que habitavam o território ao sul de Atalaia. De certo modo, *Candoy* nos dá uma série de outras informações acerca da mobilidade indígena, articulando e alimentando relações de amizade, parentesco e, obviamente, fortalecendo-se contra outros grupos rivais. Mesmo assim, ocorriam dissidências internas, como relatou o padre Chagas Lima.

Em se tratando das mortes, que ocorreram logo no princípio do estabelecimento de relações mais concretas entre os Kaingang e os povoadores, podemos inferir algumas interpretações sobre como esses indivíduos lidavam com a morte de seus membros, qual o seu significado e o tratamento dado no ato do enterramento.

²⁹⁸ Idem, p. 61.

²⁹⁹ CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 217.

³⁰⁰ LIMA (a), Op. cit., f. 4v.

Para os sepultamentos, padre Chagas Lima não se opôs aos costumes dos indígenas. De acordo com o Livro de Óbitos, Marianna Grá, com idade de 60 anos, foi a primeira indígena falecida no povoamento de Atalaia, em 02/09/1812. Conforme seu registro de Óbito, não recebeu o sacramento da “Unção dos enfermos” e foi sepultada no cemitério destinado para os povoadores.³⁰¹ Dando sequência aos registros de óbitos, no mesmo dia, faleceu Manuel Carí, com 14 anos de idade. Os registros sacramentais, de maneira geral, seguem um padrão na sua escrita e o registro de óbitos também obedece algumas regras básicas, como nome do falecido, quando faleceu, em quais condições - morte natural, assassinado, de doenças -, nome dos pais ou cônjuge, idade, onde residiam e se recebeu a “Unção dos Enfermos”. Uma característica interessante do padre Chagas Lima, quando registrava algum documento, é o acréscimo de informações, como poderemos observar no registro de óbito:

Aos dous dias do mez de setembro, aliaz aos seis dias do mez de setembro anno de mil oitocentos e doze, nesta Povoação da Atalaya nos Campos de Guarapuaba, falleceo da vida presente, depois de receber no Artigo de morte o Sacramento do Baptismo, Manuel Carí, Índio Solteiro, nacional do País, de idade que mostrava ser de quatorze annos. Foi por mim recomendado, **e seu corpo sepultado num cumulo de terra**, que a esse fim levantarão os mesmos índios junto a esta Povoação. Do que para constar faço este assento.³⁰²(grifo nosso)

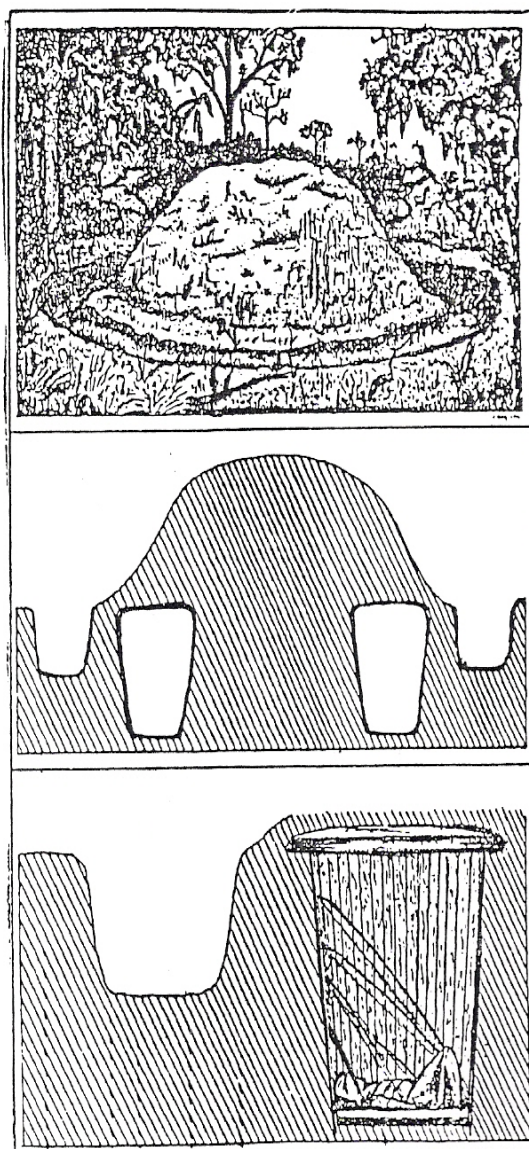
O tratamento diferenciador dado pelos Kaingang ao enterrarem seus mortos, de acordo com os registros de óbitos, aconteceu entre os anos de 1812/1813, respectivamente, 29 e 7 registros de óbitos.³⁰³ Após esse período, não encontramos mais na documentação algo relacionado ou próximo da descrição inicial do religioso. Talvez, essa questão tenha deixado de ser importante para constar no livro de registro, o que não significa que o rito de passagem tenha sido abandonado pelos Kaingang. A figura abaixo ilustra um túmulo Kaingang:

³⁰¹ LIMA (c), Op. cit., f. 3v.

³⁰² Idem.

³⁰³ LIMA (c), Op. cit., f. 3v.

Figura 9: Sepultura Kaingang



Fonte: MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: WASHINGTON, J. Steward. **Handbook of South American Indians**. 1946, vol. 1, part 3, pp. 445-475. Essa versão foi traduzida por Jacó Cesar Piccoli em 1979, e publicado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio – PR.

Nos anos posteriores à experiência de Atalaia entre os Kaingang, aldeados em São Pedro de Alcântara, às margens do Tibagi, Telêmaco Borba registrou algo semelhante às observações narradas pelo padre Chagas Lima, ao fazer uma descrição dos procedimentos adotados pelos Kaingang em relação aos seus mortos. Seu relato vem a confirmar que os antepassados indígenas celebravam constantemente o ritual do Kiki, logo que enterravam o falecido:

Se morre, imediatamente o enterram, deitado, com seu arco, flechas, curú e machado, em uma cova superficial, forrada e coberta com madeiras e terra por cima destas; fazem

seus vinhos e convidam seus vizinhos para levantar a sepultura, carregando terra em cestos, deitando-se sobre esta, até tomar forma de uma pirâmide cônica, de dois a quatro metros de altura e seis a oito de diâmetros na base; concluído este serviço dirigem-se todos ao rancho onde saiu o morto e principiam todos, sentados ao redor de um comprido fogo, a beber o quiqui e cantar as ações do morto; depois de já um pouco quentes, levantam-se cantando e dançando, aos saltos compassados, ao som do maraca, vão dando volta ao grande fogo, e assim continuam, ora sentados, ora em pé, sempre cantando e sempre bebendo, até acabar o vinho; então, vão lavar-se ao rio e dormir. As mulheres, filhas, mães e irmãs do morto, choram-no ainda por muitos dias.³⁰⁴

O relato de Borba reforça as informações deixadas pelo padre Chagas, nos documentos de óbitos, de que os Kaingang realizavam constantemente o ritual do Kiki, com a presença de outros grupos, reafirmando o princípio da complementaridade e os laços de parentesco. Vale acrescentar que o período temporal das informações, registradas pelo padre Chagas Lima sobre o ritual e o relato mais detalhado, feito por Telêmaco Borba, pouco mais de cinquenta anos, sugerem que, mesmo que o ritual tenha passado por alguma interferência externa, após o contato com as frentes de ocupação, ele preservava sua autenticidade.

Juracilda Veiga afirma que o ritual era praticado em todas as comunidades Kaingang e a presença de parentes vindos de outras “partes era uma constante e fundamental para a realização do ritual.”³⁰⁵ Sobre esse assunto, Ricardo Cid Fernandes também se manifestou em suas análises: “É possível dizer que o Kiki representava um mecanismo de interação entre as diversas comunidades[...] a ideologia dualista das metades expressadas neste ritual era comum a todos os Kaingang.”³⁰⁶

Na esteira desse debate, Marta Amoroso, ao realizar um estudo etnográfico do aldeamento de São Pedro de Alcântara, observou, na documentação produzida pelos freis capuchinhos, responsáveis pela catequese e civilização dos Kaingang e dos Guarani Kaiowá, que eles recebiam constantes visitas de outros grupos, vindos de Guarapuava, Ivaí e Piquiri. Essas visitas coincidiam com a preparação e realização do ritual do kiki.³⁰⁷ O ritual era um dos alicerces da mobilidade indígena sobre seus territórios tradicionais, pois, além de reunir grupos diversos para esse rito, ocorria uma lógica de disseminação de informações intragrupos, que se espalhavam sobre diversos espaços, fossem eles de “índios aldeados”, “índios agregados” e “índios do sertão.”³⁰⁸

³⁰⁴ BORBA, Op. cit., p. 20.

³⁰⁵ VEIGA, Juracilda. A retomada da festa do Kikikoi no PI Xapecó e a relação desse ritual com os mitos Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, pp.261-292.

³⁰⁶ FERNANDES (a), Op. cit., pp. 40-41.

³⁰⁷ AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e Evasão**: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). (Tese de Doutorado). São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 1998, p. 117.

³⁰⁸ Idem, pp. 92-93.

Em relação a essas divisões sociais, usadas por Amoroso para classificar os grupos que vinham até o aldeamento de São Pedro de Alcântara, entendemos que a categoria “índios do sertão” corresponde àqueles grupos que vinham visitar parentes, participar de festas, se abastecer de objetos, ferramentas e retornavam para seus lugares de origem. Embora, em partes, esses indígenas fossem contabilizados nos relatórios, essa mobilidade e também “inconstância” geravam muitos gastos para o aldeamento, pois, assim que suas necessidades eram supridas, deixavam esse espaço livremente.³⁰⁹ Sobre esse aspecto, Ricardo Cid Fernandes nos diz que o modelo de sociabilidade Kaingang percorre três caminhos:

Em primeiro lugar há referências explícitas constantes e detalhadas sobre os grupos locais. Em segundo, referências explícitas a contextos e estratégias de articulação entre tais grupos locais, as quais resultam na formação de unidades políticas territoriais. Em terceiro lugar, a análise das referências históricas indica que tanto os grupos locais como as unidades políticas territoriais do século XIX eram construídos sobre articulações de parentesco, as quais por definição, ultrapassavam quaisquer limites territoriais, já que remetiam aos princípios da sociedade expressos na cosmologia dualista Kaingang.³¹⁰

Os modelos explicativos, apresentados por Ricardo Cid Fernandes, sobre a sociabilidade Kaingang, aproximam-se da segmentaridade, características que estão presentes nos relatos descritivos dos agentes colonizadores no século XIX. No entanto, o padre Chagas Lima, mesmo sem essa preocupação de produzir um olhar etnográfico sobre o modo de vida dos Kaingang, registrou, em suas memórias, a existência de vários grupos no território conhecido na historiografia como campos de Guarapuava, cujo nome, na língua Kaingang, é Koran-bang-rê³¹¹, atribuindo aos Camés, Votorons e aos Dorins.³¹² Para compreendermos essas divisões, é de suma importância analisarmos uma extensa bibliografia do século XIX, especialmente, a partir da experiência do aldeamento de Atalaia e dos aldeamentos imperiais nas margens do rio Tibagi, para entendermos como foi se constituindo, na historiografia, a dualidade Kaingang a partir de observações dos agentes imperiais que conviveram com esse grupo.

O povo Kaingang é uma sociedade dualista, com descendência patrilinear e residência uxorilocal. Desse modo, sua organização e espaço político territorial apresentam algumas

³⁰⁹ AMOROSO, op. cit., p. 93.

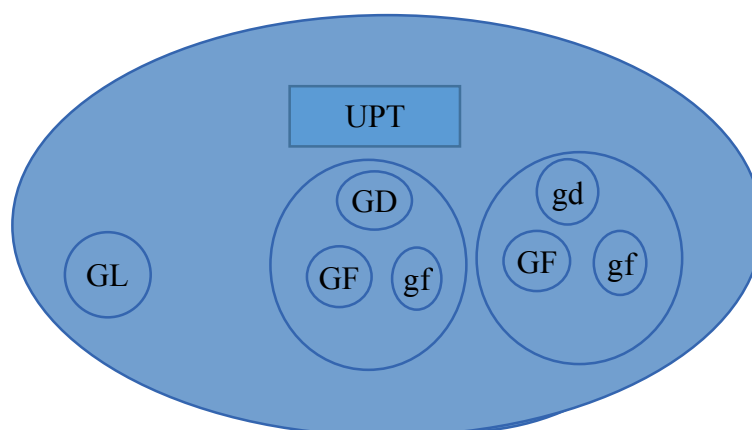
³¹⁰ O autor ainda reafirma que esse terceiro ponto de sociabilidade não foi reconhecido pelos observadores do século XIX. Somente em 1913, Curt Nimuendajú identificou a existência de metades opostas entre os Kaingang. FERNANDES (c), Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. São Paulo: 2003, (Tese de Doutorado) PPGAS-USP, p. 101.

³¹¹ Sobre os nomes indígenas dados na língua Kaingang, não apenas para os campos de Guarapuava, mas de outros no século XIX, ler o texto de MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, p. 81-190.

³¹² LIMA (b), Op. cit., p. 66.

singularidades próprias da sua segmentação. Para Ricardo Cid Fernandes, os Kaingang estão estruturados da seguinte forma: por um Grupo familiar englobante (GF), grupo familiar englobado (gf); grupo doméstico englobante (GD) e grupo doméstico englobado (gd); grupos locais (GL) e unidades políticas territoriais. (UPT). A figura abaixo ilustra melhor essas categorias sociais:

Figura 10: Sociabilidade Kaingang



Fonte: FERNANDES (c), Op. cit.

Temos, assim, o espaço territorial dos Kaingang interligando-se por algumas categorias sociais, das quais Marta Amoroso já destacou três no seu estudo sobre o aldeamento de São Pedro de Alcântara.³¹³ Em nosso entendimento, duas outras categorias podem ajudar a compreender o território e a territorialidade dos Kaingang. São elas: (1) índios aldeados; (2) índios agregados; (3) índios no sertão; (4) índios em circulação; (5) índios em contato/circulação entre 1, 2 e 3.

Compactuamos com as três categorias sociais definidas por Marta Amoroso em relação aos índios aldeados, aqueles que optavam pelo sistema de aldeamentos e que eram contabilizados, embora nem sempre os números apresentados pelos seus autores correspondessem aos números reais. Digo isso em função de que muitos índios eram relacionados no ato de batismo, mas retornavam assim que podiam para seu modo de vida, distante da nova situação que se apresentava; para a categoria de índios agregados³¹⁴, eram

³¹³ AMOROSO, op. cit., pp. 90-93.

³¹⁴ Embora tenhamos utilizado a categoria índios agregados, aqui, conforme sua mentora, Marta Rosa Amoroso, discordamos quanto ao termo agregado, pois acreditamos que ele remete a uma categoria próxima da escravidão indígena, que caiu em desuso na documentação e que foi substituída pelo termo agregado. A documentação, que

grupos que ficavam próximos dos aldeamentos e participavam de sua rede de mercadorias e brindes e que, segundo Amoroso, mantinham uma certa distância da missão católica, tinham uma presença mais compassada; e, por fim, *os índios do sertão*, grupos que visitavam o aldeamento e voltavam ao seu livre arbítrio para suas habitações na mata.³¹⁵

Entretanto, somadas as três categorias sociais infracitadas, agregamos uma quarta, índios em circulação, grupos que acompanhavam a certa distância os desdobramentos, que iam tendo notícias sobre o sistema de aldeamentos, os ganhos e perdas, o modo como eram tratados, o uso de sua mão de obra, enfim, situações das quais eram constantemente informados por indivíduos que visitavam esses espaços, mas que não tinham qualquer ingerência sobre esses grupos. Na sua grande maioria, eles nem eram conhecidos pela população local; sabia-se apenas que existiam a partir de relatos dos indígenas que tinham contato com eles e que, em outras ocasiões, muitas vezes de negociação, acabavam delatando os lugares onde estavam alojados. A quinta categoria social diz respeito a um conjunto de sujeitos e grupos que orbitavam nessa esfera de índios aldeados, índios agregados e índios do sertão. Aqui, encontramos descrições nas fontes etnográficas de indígenas que transitavam por extensas áreas, mas que nunca chegaram a de fato se estabelecer dentro dos aldeamentos e nem mesmo viver em completo isolamento. De todo modo, sempre que possível, informaremos ao leitor onde essas categorias sociais se encaixam em nossa pesquisa.

Voltemos ao modelo de distribuição territorial dos Kaingang, proposto na figura 4. Sobre o modelo, é necessário explicitar rapidamente sobre cada um desses itens: O grupo familiar englobante (GF) refere-se a todas as famílias, compostas por pessoas das duas metades, que receberão o homem como seu genro; outrossim, o grupo familiar englobado (gf) diz respeito à família do esposo da filha – aqui, podemos dizer pais e filhos. Sendo assim, temos o núcleo doméstico englobante, representado pelo GD da família que recebe um membro, e o grupo doméstico englobado (gf), que perde um dos seus homens para viver na casa do sogro - sobre os membros desse grupo, estão um homem, mulher, filhos (as), genros, noras e seus netos; já os grupos locais, referem-se aos laços de parentesco entre os diversos grupos, alimentando a relação de complementaridade; e, finalmente, as unidades políticas territoriais, que agregam todo o território habitado pelos grupos já referenciados sob a liderança de um único cacique.

Logo que chegaram aos campos de Guarapuava, os povoadores iniciaram a construção

utiliza esse termo, aparece diversas vezes nas Listas de Habitantes e Róis de Confessados confeccionados na freguesia, que serão oportunamente discutidos aqui na tese. Assim, utilizaremos a expressão *Índios soltos*, em substituição a *Índios agregados*, por entendermos que agregado remete à condição de escravo.

³¹⁵ Idem, p. 90-93.

de um fortim para assegurar a vida de seus membros das intempéries do sertão e também para não serem surpreendidos por um ataque dos Kaingang. Padre Chagas Lima assim relatou:

Passou-se imediatamente a fazer um reconhecimento, depois que, debaixo de uma tolda, o Missionário celebrou missa cantada, dando-se o nome da comemoração do dia aos ditos campos. Levou oito dias o reconhecimento, e se fez até a distância de 10 léguas, e não se tendo encontrado habitante, passou-se a fundar, da parte d'além do rio Coutinho, a povoação de Atalaia, nome que proveio de se ter erigido a primeira obra d'esta qualidade, com a elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, de onde a sentinella podia descobrir grande extensão do campo.³¹⁶

Não demorou muito para que um grupo se aproximasse do local onde os luso-brasileiros estavam construindo suas casas. O resultado disso foi um confronto no qual, segundo Lúcio Tadeu Mota, “os quatro principais caciques das tribos reunidas no local, com pinturas e vestimentas de guerra, dão ultimato ao comandante: ou retiram-se ou matariam a todos.”³¹⁷ O evento indica que, além de buscar aliança política com outro, os Kaingang abriam-se para a possibilidade de casamentos intraétnicos, reconfigurando seu sistema segmentado. Esse evento marca também a prática de ações conjuntas daqueles grupos pertencentes às unidades políticas territoriais.

As proposições de Fernandes sobre a representação familiar Kaingang se aplicam para o ano de 1812, quando o cacique Pahý Engrayê convence seu chefe principal, Candoy, a se estabelecer no abarracamento de Atalaia. O padre Chagas Lima assim se expressou: “tivemos a felicidade e satisfação de ver entrar, pelo abarracamento da Atalaia,... sua corporação contada, [...] de 312 pessoas, e continha duas naçoens, hua de Camés, outra de Votorons.”³¹⁸ Com efeito, a permanência deles foi por pouco tempo; alguns indivíduos deixaram o abarracamento assim que se recuperaram da sua enfermidade e outros por ocasião de novas alianças matrimoniais. A poligamia foi uma das situações evasivas daquele ano de 1812. Isso fez com que muitos grupos domésticos abandonassem Atalaia, em especial, o chefe dos Votorões, Hypolito Candoy. Sobre ele, padre Chagas Lima descreve:

[...]foi para a guerra, levando para os sertões toda a sua família, que era numerosa, e outros muitos votorões, com os quaes se foi alojar em uma campina além do Iguassú, aggregando a si hordas vizinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas, com as quaes vivem em deboche; até que em 1817, foi morto, com outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias[...].³¹⁹

³¹⁶ LIMA (b), Op. cit., p. 58.

³¹⁷ MOTA (a), Op. cit., p. 131.

³¹⁸ LIMA (d), Op. cit., 237.

³¹⁹ Idem, p. 48.

A descrição do padre Chagas Lima para esse episódio traduz a presença do cacique principal, Hypolito Candoy, no comando de grupos domésticos e familiares, bem como a dualidade marcante de sua organização social de alianças e conflitos. A tendência segmentária dos Kaingang, que estiveram em Atalaia, está ligada aos conflitos dos que estão propriamente voltados às alianças com outros grupos, mesmo que elas ainda acontecessem. Assim, podemos vislumbrar as alianças de grupos familiares a partir das suas queixas:

No ano de 1823, a horda inteira dos Votorões (de 100 indivíduos, mais ou menos) se partou espontaneamente da aldeã, levando consigo duas famílias de Camés[...] contudo vinham quase todos os annos, e passavam alguns meses na aldeã, fazendo-se instruir na doutrina christã e, depois occultamente se evadiam, levando sempre outras da sua facção, aos quaes seduziam.³²⁰

Os grupos indígenas, que retornavam ao abarracamento, além de buscarem objetos, tinham a pretensão de estabelecer alianças com outras famílias. Enquanto aguardavam o desfecho dessas alianças, permitiam que o padre Chagas Lima ministrasse os sacramentos entre os seus familiares. Tão logo suas demandas fossem supridas, retornavam para suas unidades políticas territoriais acompanhados de outros membros da metade oposta, resultado de novas alianças. Nesses termos, concordamos com Ricardo Cid Fernandes, ao afirmar que os Kaingang:

1- estavam divididos em diversos grupos com domínio político territorial; 2- mantinham estreitas relações de aliança e conflito; 3- reconheciam a regra da aliança via inter-casamentos; 4 – eram capazes de formar blocos de atuação política; 5- os grupos eram em grande parte, constituídos por membros de uma família numerosa; e 6 – incorporaram o contato com os brancos aos seus mecanismos de divisão interna.³²¹

A documentação das primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir dos relatos do padre Chagas Lima e das autoridades militares, descreve os aspectos sociopolíticos dos Kaingang. São narrativas que proporcionaram aos pesquisadores da temática identificar a sua organização tradicional no contato com os agentes colonizadores. Assim, por meio da narrativa desses agentes imperiais, podemos repensar o papel desempenhado por esses sujeitos no processo de povoamento dos campos de Guarapuava. Com base nessa documentação, podemos analisar outras questões, como a autoridade da chefia Kaingang e sua atuação no espaço político territorial, elementos importantes para compreender o modo como Francisco Gacom vai organizar sua estratégia política na posse e garantia de terras, nas décadas finais do século XIX.

³²⁰ LIMA (b), Op. cit., pp. 49-50.

³²¹ FERNANDES (c), Op. cit., p. 106.

2.3 Poligamia e chefia indígena

Mais uma vez, devemos ao padre Chagas Lima várias informações sobre a organização social dos Kaingang; entre elas, destacamos o nome e localização dos caciques principais e seus caciques subordinados nos seus territórios tradicionais. No entanto, pretendemos analisar, aqui, o papel desempenhado pelas chefias indígenas e discutir brevemente os seus territórios tradicionais, ainda que não haja consenso sobre a localização precisa entre alguns pesquisadores.

Os primeiros relatos do contato entre os Kaingang e os povoadores dos campos de Guarapuava foram feitos pelo padre Francisco das Chagas Lima. É dele que temos dois importantes documentos, o primeiro de 1821, “Estado Actual da Conquista de Guarapuava e outro de 1827- Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”, obras já referenciadas; mas, aqui, achamos oportuno aprofundar temas importantes narrados pelo religioso em diversas ocasiões.

Realizando uma descrição sumária da chegada da expedição, em junho de 1810 até 1821, padre Chagas Lima se ocupou, em grande parte do texto, a narrar os fatos decorrentes do contato com a população indígena. Com a captura de Pahý Engrayê, pela guarnição do povoamento de Atalaia, e a permanência deste durante alguns meses junto ao povoado, o padre, em regozijo, relatou a vinda de mais de 300 indígenas dentro dos limites do abarracamento sob comando dos chefes dos Votorons, cacique Candoy. Segundo sua narrativa, em pouco tempo, muitos já haviam retornado para suas antigas habitações. “Os índios foram desaparecendo em partidas [...] retirando-se, e hindo-se alojar [...] aos que herão camés, com Araicó nas margens do rio Dorim [...] os que herão Votorons com Candoy da parte além do rio Iguassú”.³²²

As evidências indicam a evasão desses grupos motivados pela resistência do padre Chagas Lima de aceitar que alguns indígenas tivessem no povoado mais de uma mulher. De acordo com ele, os polígamos que estiveram no Atalaia eram: “Fandungrá, Careim, Hereicá e Yecain, Fingri, Araicó, Miencú e Degñã; Nhecaxó; Iongong, Varaipim, Yopó, Farú, Dó, Fangrein, Covocafem, Caicrê, Fagné, Xihó, Capá e Necafim.”³²³

Sobre estudos a respeito de poligamia, Pierre Clastres atribui essa prática como sendo de exclusividade do chefe: “A poligamia é estritamente limitada a uma pequena minoria de indivíduos, quase sempre aos chefes”; e, ainda, caso existisse um certo número de polígamos num determinado contexto, poderia estar relacionado ao domínio de um grupo indígena sobre

³²² LIMA (d), Op. cit., p. 239.

³²³ Idem, p. 237-239.

outros.³²⁴ Além dessas questões, a poligamia inclui outras duas qualidades: o dom da oratória e disposição para a generosidade. Esse tripé é representativo de uma chefia, “sendo ela geral ou restrita, seja somente ao chefe, seja ao chefe e a uma pequena minoria de homens, nos remeteu constantemente à vida política do grupo; é sobre esse horizonte que a poligamia se configura.”³²⁵ Obviamente, essas questões, tratadas por Clastres, não estão vinculadas ao grupo Kaingang, mas suas reflexões ajudam a pensar sobre o modo como esses polígamos se comportavam em outras regiões, diante desse papel social exercido pelos chefes.

Desse modo, os homens polígamos poderiam ser caciques subordinados de um cacique principal, tendo como referência os relatos do padre sobre o deslocamento de grupos domésticos em direção aos lugares de domínio político territorial de Candoy e Araicó. Convém ressaltar que o fato de mencionarmos aqui alguns homens Kaingang, que tinham mais de uma mulher, não necessariamente representa sua bravura na guerra contra outros. Os relatos se propõem, a partir da organização social dos Kaingang, a inferir algumas conclusões que mostram a complementaridade e assimetria, mas também estabelecer classificações do dualismo Kaingang. Aqui nos referiremos às definições de Fernandes: “Assim como a socialidade Kaingang é definida pelo resultado de combinações classificatórias que expressam complementaridade e assimetria, a sociabilidade Kaingang, é definida pelo resultado da articulação complementar e assimétrica de unidades sociais.”³²⁶

Portanto, além de pertencerem aos grupos domésticos, os polígamos mantinham posições estratégicas com outros grupos domésticos pelo princípio da dualidade; aliás, ligavam-se a vários grupos locais, conforme o número de mulheres que tinham. Assim, os indígenas se moviam para aquelas unidades territoriais sob chefia direta da sua metade. Um exemplo típico dessa manifestação foi a saída de dois grupos do abarracamento de Atalaia, um Camé e outro Votor, em 1812, junto ao cacique Candoy e Araicó, estabelecidos, respectivamente, às margens do rio Iguassú e Dorim. Entretanto, não queremos dizer que essa era a única forma de obter mais de uma esposa e, assim, estender suas redes de relacionamento por extensos territórios.

Levando em consideração que os homens polígamos tinham os atributos de chefes indígenas, o mesmo não podemos atribuir para outros, nesse caso, o “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, chefe do núcleo familiar de Francisco Gacom. Os documentos não permitem identificar se ele praticava a poligamia. O principal documento que atesta quais eram os

³²⁴ CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 51.

³²⁵ CLASTRES, Op.cit., p. 53.

³²⁶ FERNANDES (c), Op. cit., p. 85.

polígamos é o Livro de Baptismo e nele não há referências de que o capitão tivesse mais de uma mulher. No entanto, o que se percebe na sua atuação foi a intenção de provocar mais conflitos com esses grupos do que convencê-los a residir no aldeamento. Sobre as patentes militares destinadas aos chefes indígenas, Adriano Toledo Paiva argumenta que:

Os colonizadores investiram na doação de vestimentas, patentes militares e cargos diretos aos índios, porque consideravam estas práticas como mecanismos eficazes para instalação do poder régio em suas conquistas. Estas concessões geralmente eram realizadas às lideranças indígenas, como meio para amedrontar distinção e prestígio nas aldeias coloniais.³²⁷

No aldeamento de Atalaia, tivemos dois casos de patentes militares. A primeira foi para Antônio Joze Pahy Engrayê, assassinado em 1817; e a segunda, para Luiz Tigre Gacom, logo que aquele foi morto. Gacom permaneceu como “capitão dos índios” até 1825, quando também foi assassinado. Convém destacar que Luiz Tigre Gacom representava um segmento da sociedade Kaingang, talvez, a mais expressiva chefia que promovia a guerra entre os grupos. O padre Chagas Lima já havia observado a atuação política nada amigável de Luiz Tigre Gacom com outros grupos, aproveitando-se da estrutura do aldeamento, que entendemos aqui ser sua unidade política territorial; Gacom empreendia constantes incursões guerreiras aos Kaingang que permaneciam no sertão resistentes a se estabelecerem no aldeamento.

A chefia principal tinha poder na sua unidade político territorial sob os demais caciques locais. Essas relações entre as chefias foram percebidas por Pierre Mabilde com os Kaingang no Rio Grande do Sul. De acordo com Wilmar D’Angelis, embora Mabilde tenha tido um tempo de aprendizado e convivência com os Kaingang, durante o período em que ficou responsável como engenheiro das colônias no Rio Grande do Sul, é preciso tomar um certo cuidado em relação aos fatos que Mabilde registrou sobre o modo de vida dos indígenas.³²⁸ Embora as colocações de D’Angelis sejam pertinentes e esclarecedoras, entendemos que o relato de Mabilde sobre a relação dos caciques principais e seus subordinados aproxima-se muito da experiência do aldeamento de Atalaia ao descrever que:

Os coroados dividem-se em pequenas tribos, constituídos por famílias entrelaçadas e parente chegados. Cada uma dessas tribos tem o seu cacique ou chefe e estão sujeitas a uma autoridade superior, de quem dependem – o cacique principal ou chefe de todas

³²⁷ PAIVA, Adriano Toledo. **Os domínios dos Índios**: catequese e conquista nos sertões do Rio Pomba (1767-1813). (Dissertação de Mestrado) UFMG-PPGHIS, 2009. p.159.

³²⁸ D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Mabilde e seus “Apontamentos” sobre os coroados selvagens: tentando separar informações de mistificação e preconceitos**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Grupo de trabalho: Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagem, mapas, censos e iconografia.

elas – e a quem prestam obediência cega. Nada fazem os chefes das tribos subordinadas sem consultar o cacique principal e, o que este resolve e ordena, é executado com todo o risco e pontualidade.³²⁹

Na ocasião da coleta dessas informações, Mabilde teve a oportunidade de conversar com o cacique principal Braga, o qual relatou que tinha sob sua autoridade direta 23 tribos de coroados,³³⁰ todos com chefes subordinados³³¹. Entretanto, podemos considerar que em outros contextos de ocupação essas unidades territoriais, sob comando de um chefe direto, também eram um território instável, motivado pelas dissidências de caciques subordinados, se considerarmos sua segmentaridade de conflitos e alianças. Isso é característico também de unidades político-territoriais, em que chefias principais praticam vários conflitos com outras lideranças.³³²

Outra questão registrada sobre a autoridade política do cacique entre os Kaingang do Paraná, Telêmaco Borba deixou um importante registro da atuação daquele sobre seus subordinados, no final do século XIX:

Vivem reunidos aos magotes de 50, 100 e mais indivíduos, sob a direção de seus caciques, porem em todo o tempo a autoridade deste é quase nulla; é só por meios persuasivos, brandos e dádivas que podem conservar algum ascendente sobre seus companheiros, isto é, conservá-los em seus toldos; nos momentos em que abandonaram estes meios de domínio, ficam isolados de seus súditos, e até seus próprios filhos e parentes os abandonam à procura de outro chefe mais liberal e menos despótico. Geralmente os caciques, e ainda os que mais trabalham, são os que menos objetos teem, pois é regra entre esta gente, que nunca se deve negar o que é pedido[...].³³³

A autoridade política do cacique estava diretamente ligada às boas relações que alimentava com seus súditos, buscando presentes e distribuindo-os para poder se manter no poder dentro dessas unidades territoriais. É possível inferirmos, para o abarracamento de Atalaia, essa assertiva, já que muitos grupos vinham até os povoadores em busca de presentes constantemente e retornavam de tempos em tempos em busca dos mesmos objetos. No entanto, Ricardo Cid Fernandes nos alerta que essa não era a única função desempenhada pelo chefe indígena:

³²⁹ MABILDE, Pierre. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroado dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. IBRSA/INL. São Paulo, 1983, p. 42.

³³⁰ O termo coroados foi bastante utilizado para designar os Kaingang. Sobre esse termo, podemos conferir em: DURAN, N. Carta Anua do Padre Nicolau Duran ao descrever o estado das reduções da Província do Paraguai, durante os anos de 1626 e 1627. Na Parte que diz respeito às Reduções do Guairá, Córdoba, 12 de novembro de 1628. In: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes do Guayrá**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p.242. Coleção Angelis, e também: MABILDE, Op. cit., p. 26.

³³¹ Idem, p. 42.

³³² FERNANDES (c), Op. cit., p. 107.

³³³ BORBA, Op. cit., 2009, p. 15.

O chefe certamente não era apenas um doador, senão um centro de mediação entre posições muitas vezes antagônicas – como aquela entre amigos e inimigos, entre membros das metades, ou entre os vivos e mortos. Dessa forma, o chefe seria um promotor da reordenação da complementaridade invocada nos contextos rituais e das alianças postas em cheque nos contextos de guerra.³³⁴

O papel desempenhado pela chefia Kaingang também pode ter atributos religiosos. Aqui, é interessante discutir algumas divisões sociais dentro da organização indígena Kaingang, por meio de duas categorias: a primeira diz respeito ao *Paí*, que, segundo Nimuendajú, quer dizer que tem um poder político religioso vinculado a funções sociais, como rezadores e organizadores das festas, especialmente, na realização do Kiki.³³⁵ A segunda está ligada ao poder xamânico atribuído ao Kujã, responsáveis diretamente no tratamento de doenças e controle de forças desconhecidas.³³⁶

Quanto ao aspecto religioso e político da autoridade indígena, Borba relatou que muitos índios anciãos tinham visões sobre o futuro do grupo e: “predizem os tempos bons ou maus, e as ocasiões para as boas caçadas; estes, geralmente, são os velhos caciques que servem deste meio para não serem abandonados por seus companheiros.”³³⁷

Curt Nimuendajú atribui a categoria *Paí* como um principal articulador dos rituais indígenas, principalmente do Kiki. Ao observar os Kaingang do Ivaí, Nimuendajú presenciou a realização do ritual e percebeu que o *Paí* organizava e distribuía as atividades cerimoniais para o bom andamento do ritual: “Em todos estes trabalhos o Paí só ajuda um pouco no princípio, limitando-se depois a dirigí-los”.³³⁸

Sendo assim, o Paí era considerado um chefe indígena com funções políticas e religiosas dentro da organização social Kaingang. Entretanto, suas características refletem uma autoridade política centralizadora, em diferentes contextos, cujos poderes ultrapassavam unidades locais, portanto, exerciam poder sobre vários grupos domésticos. Dessa forma, é compreensível o aprisionamento, por parte da empresa colonizadora de chefes guerreiros ou chefias que tinham funções políticas e, talvez, religiosas, a exemplo dos *Paí*. Estes, por sua vez, passavam a desempenhar as funções pacificadoras dos grupos sob sua responsabilidade, como aconteceu com a captura de Antônio José Pahý Engrayê, em 1812.

³³⁴ FERNANDES (c), Op. cit., p. 42.

³³⁵ NIMUENDAJÚ, Op. cit., p. 62.

³³⁶ ALMEIDA, L. K. de. **Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena Xapecó-SC**. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 70.

³³⁷ BORBA, Op. cit., p. 16.

³³⁸ NIMUENDAJÚ, Op.cit., p.68.

2.4 “Misturados à massa da civilização”

Aos doze dias do mês de outubro do anno de mil oitocentos e vinte e oito, neste oratório da Freguesia de Belém nos campos de Guarapuava, baptizei solemnemente, e puz os santos óleos a João innocente, nascido de oito dias, filho de Pai incógnito e de Escholastica Curem, índia deste continente, viúva por fallecimento de Luiz Tigre Gacom. Forão padrinhos Norberto Mendes Carneiro, solteiro, filho de Benedito Mendes de Sampaio e Anna de Quadros da Silveira, mulher de Antônio Manuel, moradores desta freguesia. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.³³⁹

Embora esse registro acima descrito tenha acontecido com uma certa normalidade, a documentação nos permite inferir que todos os sacramentos realizados pelo padre Chagas Lima entre os Kaingang aconteciam pela solicitação/aceitação deles: “[...] pediam que se baptizassem os seus, o que com effeito se praticou com os meninos e adultos em perigo de morte, e depois occultamente se evadiam, levando sempre outros a sua facção aos quais seduziam.”³⁴⁰

Os batismos, então, aconteciam conforme interesses dos próprios indígenas, em seus próprios termos, na certeza de que, aceitando o sacramento cristão, poderiam estar em situação de igualdade diante dos demais povoadores. Isso não representava sua conversão, mas uma possibilidade de aliança, que convergia para seus interesses. Soma-se a isso a ritualização do sacramento, que despertava o fascínio dos indígenas.³⁴¹

O fato dos Kaingang ingressarem no aldeamento e aceitarem o batismo cristão não reflete necessariamente que tenham incorporado o cristianismo ao seu modo de vida. Eles tinham expectativas próprias e lutavam para mantê-las, ampliando seu campo de negociação com os padres e autoridades imperiais, além de participar ativamente da vida diária dos processos de mudanças, conforme interesses dos agentes colonizadores, porém, eles interpretavam esses eventos à sua maneira, atribuindo-lhes sentidos próprios.

Situação semelhante foi constatada por Eduardo Viveiros de Castro, quando analisou a inconstância dos tupinambás nos relatos dos missionários jesuítas, reclamando da sua instabilidade, ora tecendo elogios sobre sua receptividade aos preceitos do cristianismo, ora porque se apresentavam irredutíveis no abandono das suas tradições culturais. Quando

³³⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 76.

³⁴⁰ LIMA (d) Op. cit., p.17.

³⁴¹ AMOROSO, Op. Cit., p. 240.

aceitavam que o padre lhes ministrasse o sacramento do batismo, os indígenas manifestavam seu “obscuro desejo de ser o outro, mas segundo os próprios termos”.³⁴² Tal análise demonstra a facilidade com que eles incorporavam elementos da sociedade nacional sem perder sua autonomia, assumindo, em alguns casos, uma postura de sujeição.

O batismo significava, também, um processo de socialização e inserção do indígena no mundo civilizado, sobressaindo, acima de tudo, uma forma de legitimar a escravidão³⁴³. Assim, John Monteiro entende que a religião reafirmava as relações de dominação, em que o batismo se apresentava como a porta de entrada numa sociedade hierarquizada e subordinada por meio da tutela e do apadrinhamento. O sacramento de batismo e os personagens padrinhos tinham mais a função de “protetores” do que de compadre para com os pais do indígena batizado. Os padrinhos assumiam “o papel de administradores particulares dos índios [...] os colonos produziram um artifício no qual se apropriavam do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos”.³⁴⁴

Para além das possibilidades analíticas apresentadas acima, o registro de batismo também permite ampliar um conjunto extenso de informações que nos dão um retrato das relações sociais, da mobilidade indígena, das estratégias, dos conflitos interétnicos e intraétnicos, das hierarquias sociais e das redes de relacionamento em lugares em que a convivência entre os indígenas e a sociedade imperial é uma realidade. Para Maria Luiza Marcílio, os registros paroquiais são fontes de primeira linha para se chegar às populações e sociedades do passado, passando pelos seus traços culturais particulares.³⁴⁵ Essa reflexão se aplica aos Kaingang nos campos de Guarapuava. Alguns grupos já estavam acostumados e conviviam pacificamente junto aos povoadores e, de acordo com seus interesses, traçavam suas estratégias de sobrevivência. Isso não quer dizer que eles já haviam abandonado seu modo de vida tradicional, mas, com algumas variações, atribuíam novos sentidos para as novas relações que iam se construindo.

Ocorre um processo de transformação que lhes permite uma certa tranquilidade em contextos específicos, ora reagindo em seu proveito, ora aceitando em parte, as regras do jogo ou até mesmo adaptando-as. Para Maria Celestino de Almeida, algumas situações ocorreram como um processo de “apagamento” desses grupos indígenas no século XIX, cujos

³⁴² VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v.35, p. 21-74, 1992.

³⁴³ MONTEIRO (c), Op.cit., p. 160.

³⁴⁴ Idem, p. 137.

³⁴⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. In: **Revista Varia história**, nº31, janeiro de 2004, p. 17.

representantes dessa política indigenista eram os intelectuais e políticos:

Vivos e atuantes nos sertões, vilas, aldeias e cidades do Brasil oitocentista, povos e indivíduos indígenas agiam e reagiam diferentemente às múltiplas formas de aplicação da política para eles traçada. Lutavam e continuavam reivindicando direitos na justiça na condição de índios, enquanto discursos políticos e intelectuais previam e, em muitos casos, já os consideravam desaparecidos, como resultado dos processos de civilização e mestiçagem.³⁴⁶

Em áreas de fronteira, para uma parcela da sociedade imperial, era vantajoso sombrear a presença indígena em seu proveito. Esses grupos se revezavam no poder e eram conhecidos como potentados locais. Na sua maioria, eram representantes civis, militares e religiosos. Embora suas decisões estivessem pautadas por suas convicções políticas e econômicas, exaltar a figura indígena não era uma de suas opções, afinal, eles já tinham alguns direitos e poderiam facilmente exigí-los. Tais questões serão discutidas nos capítulos seguintes. Por isso, entendemos o quanto se faz necessário aprofundar as informações contidas nos documentos eclesiais da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, pois, com base neles, podemos mostrar que a participação indígena foi expressiva, embora alguns estudos historiográficos insistam em silenciá-los.

No livro de batismo, onde estão os registros dos sacramentos realizados entre os Kaingang, temos dois acontecimentos que merecem uma atenção especial. O primeiro está relacionado à presença do padre Chagas Lima, de 1812 até 1827, desenvolvendo seu trabalho pastoral entre os indígenas. Nesse período, teremos um número expressivo de sacramentos e também a presença deles entre os povoadores. O segundo momento, entre 1828 a 1867, diz respeito aos padres que virão para Guarapuava assumir as funções que eram do seu antecessor. Para tanto, de modo a esclarecer quais foram os padres que estiveram em Guarapuava, realizando os sacramentos entre os Kaingang, organizamos a seguinte tabela:

Tabela 3: Padres que realizaram sacramentos entre os Kaingang

Padres	Ano/Intervalo	Número de Sacramentos
Pe. Francisco das Chagas Lima	1812-1827	487
Pe. Antônio Duarte Passos	1821	1
Pe. Marcelino José dos Santos	1824/1825	3
Pe. Francisco Paula Prestes	1830/1831	6
Pe. Ponciano José de Araújo	1832/1837	6
Pe. Antônio Braga de Araújo	1841/1867	153
Pe. Francisco José	1862	2
Pe. Francisco Xavier Pimenta	1865	3

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

³⁴⁶ ALMEIDA (c), Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 2, 2012, p. 22.

Dos oito sacerdotes, apenas o padre Chagas Lima e o padre Antônio Braga de Araújo permaneceram por mais tempo no trabalho pastoral junto à população local, realizando sacramentos entre a população indígena. O único sacramento realizado pelo padre Antônio Duarte dos Passos ocorreu na Igreja de Palmeira com a indígena Ana Fandú, no dia 19 de agosto de 1821.³⁴⁷ Tinha 22 anos de idade, filha de Vaiqueuele e de Doquá. Seus padrinhos foram Roberto José de Deos e Joana Maria de Camargo.³⁴⁸

A maior parte dos sacramentos ocorreram na Capela de Atalaia, com um total de 217 registros. Esse dado está mais concentrado nos primeiros anos de catequese do padre Chagas Lima. Tivemos apenas um caso de batismo realizado no Quartel de Atalaia, do jovem Manuel Cangri, batizado em *Articulo Mortis*. Tinha 10 anos de idade e teve como padrinhos de batismo o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e sua esposa, Rita Ferreira de Oliveira Buena.³⁴⁹ Esse caso ilustra bem a forma como o fortim Atalaia já estava setorizado com construções separadas para cada atividade que era desenvolvida naquele lugar. Devido à sua enfermidade, o padre optou por batizá-lo no local onde ele provavelmente estava, junto às armas reais.

A epidemia que se abateu entre os Kaingang custou um trabalho redobrado do padre Chagas Lima que, além de realizar os sacramentos na capela, efetivou alguns sacramentos em “Casa Particular”. Todos os sacramentos concretizados nessa categoria correspondem ao estado de saúde desses indígenas; provavelmente, estavam incapacitados para se deslocar até a capela de Atalaia para serem batizados.

O termo batizado na Povoação de Atalaia ocorreu, quase na sua totalidade, nos primeiros meses de 1813 e 1814. Todos esses sacramentos realizados foram em condições de Necessidade Extrema, Perigo de vida e Artigo de morte. Pelo teor das informações deixadas ou não nesses registros, podemos inferir que esses Kaingang estavam muito enfermos e, assim que chegaram, foram imediatamente batizados pelo padre Chagas Lima, no local onde estavam, dispensando qualquer ato solene na esperança de salvar suas almas. A urgência era tanta que o padre Chagas Lima não registrou os nomes dos pais e dispensou a presença de padrinhos. Com exceção de dois registros, os outros dezessete foram de adultos, com idade variando entre 20 a 60 anos.

Em relação a esses batismos, temos a acrescentar que eles demonstram uma certa resistência dos Kaingang de se dirigir até a capela para receber o sacramento. Essa assertiva se

³⁴⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 51v.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem, f. 4.

confirma nos intervalos em que eles foram realizados, desde dias até meses para cada um. Do conjunto de registros, apenas dois foram no mesmo dia.

No ano de 1817, o padre Chagas Lima começa a registrar nos sacramentos o termo Igreja de Atalaia. Esse dado é o primeiro indicativo de que o número de indígenas, presentes no abarracamento, somado aos povoadores, já permitia a construção de um espaço maior para o desenvolvimento do seu trabalho pastoral com esses grupos, que ia além da realização dos sacramentos, chegando a ofícios diários, como celebrações e reuniões para a catequese.

O último sacramento foi realizado no ano de 1818 e o primeiro em 1819; padre Chagas Lima batizou duas crianças no Oratório do Quartel de Linhares³⁵⁰, no intervalo de 8 meses. João índio foi batizado solenemente no dia 8 de maio de 1818. No seu registro, consta como filho de pai incógnito e de Maria Hereiaté, índia solteira. Seus padrinhos foram João Batista, soldado, e sua mulher, Delfina Maria de Jesus; tinha de idade 15 dias.³⁵¹ O outro batismo ocorreu em 29 de janeiro de 1819, do pequeno Daniel Fanguienbanc. Tinha 4 anos de idade, seus pais eram Yerenbanc e Guemprí. Seus padrinhos foram o Tenente Antônio da Rocha Loures e Ana Ferreira da Cruz.³⁵²

Esses dois batismos, realizados em Linhares, mostram que o padre Chagas Lima e o tenente Antônio da Rocha Loures estavam ausentes do abarracamento de Atalaia.³⁵³ De acordo com o relatório do padre Chagas Lima, eles tinham viajado até São Paulo para conseguir o Decreto imperial de criação de uma Igreja Paroquial e da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.³⁵⁴ Tendo sucesso em seus intentos, o religioso, responsável também pelo trabalho pastoral junto ao quartel de Linhares, aproveitou para batizar os indígenas que ali estavam.

Esses registros revelam a mobilidade indígena por outros lugares, embora não tenhamos informações exatas dos motivos pelos quais eles estivessem distantes do abarracamento de Atalaia, local que ainda passava pelo processo de constituição de um Aldeamento - pois o padre Chagas Lima trazia em sua mala os documentos da criação da freguesia e, conseqüentemente, do aldeamento, com a transferência dos povoadores para outro espaço. Um dado que nos chama a atenção do batismo de João é que sua mãe, Maria Hereiaté, tinha pouco mais de 14 anos de idade. Conforme informações contidas em seu documento, ela tinha 11 anos quando recebeu o

³⁵⁰ MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, cap. II.

³⁵¹ LIMA (a), Op. cit., f. 40.

³⁵² Idem, f. 41v.

³⁵³ LIMA (b), Op. cit, pp. 63-64.

³⁵⁴ Idem.

sacramento, após um período de catequese, juntamente com mais treze indígenas com idade entre 7 a 13 anos.³⁵⁵

É bem provável que Maria Hereiaté estivesse na casa de algum potentado local, estabelecido em Linhares, sob o pretexto de educação e até mesmo de outras formas, como agregados, servos, escravos e simplesmente criados.³⁵⁶ Eis um ponto difícil de classificar e até mesmo mensurar, que são as condições às quais essas crianças indígenas eram submetidas.

De acordo com Aline Francisco Ramos: “A prática de tomar crianças indígenas, apoiada em estatuto legal e por direitos de conquista e ocupação, permeou o processo de colonização das áreas interiores do Planalto Meridional brasileiro.”³⁵⁷ Para nos auxiliar nesse debate, acerca dos lugares onde ocorreram os batismos, junto à população indígena, organizamos o gráfico abaixo.

Tabela 4: Locais onde foram realizados os batismos

Locais	Quantidade
Capela do Atalaia	217
Oratório da Freguesia	129
Igreja Matriz	115
Capela da Aldeia	76
Igreja N^a Sr^a de Belém	30
Igreja do Atalaia	26
Povoação do Atalaia	19
Casa Particular	22
Oratório de Linhares	2
Quartel do Atalaia	1
Igreja da Palmeira	1
Oratório de Santa Cruz	1
Sertão	1
Não identificados	4

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

³⁵⁵ LIMA (a), Op. cit. f. 29-31.

³⁵⁶ FRANCISCO, Aline Ramos. **Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional**. 2013. (Tese de doutorado) PPGH-PUCRS, p. 97.

³⁵⁷ Idem, p. 97.

Essa situação ilustrativa pode ser aplicada à Igreja de Atalaia. Ora, era preciso justificar para as autoridades religiosas e imperiais a criação de uma paróquia e a fundação de uma freguesia, apresentando dados quantitativos da população ali estabelecida. Nesse caso específico, uma mistura de indígenas com os povoadores. Portanto, no segundo semestre de 1817, o padre Chagas Lima começa a registrar, nos sacramentos realizados junto aos Kaingang, como local de ato católico, a Igreja de Atalaia, encerrando-se até meados de 1818, pouco antes de se ausentar das suas atividades e viajar para São Paulo, conforme o registro de batismo de Gertrudes Dó, com data de 01 de maio de 1818.³⁵⁸

Após seu retorno, com os decretos na sua bagagem, padre Chagas Lima começa a documentar os registros e a realizar os sacramentos na Capela de Atalaia até princípio de 1821; nos meses seguintes, passa a fazer referência à Capela da Aldea, mesclando, até abril de 1825, com o sacramentos realizados no Oratório da Freguesia.³⁵⁹ Esse dado demonstra a separação que ele julgou importante para o sucesso da sua catequização juntos aos Kaingang, o qual deixou bem claro no Formal de Criação da Freguesia, em 1819:

Capítulo IV: Os índios e os neófitos desta conquista estão aldeados, e as terras para sua vivenda, lhes foram concedidas por sesmarias, no lugar de Atalaia, certos de que aí mesmo devem ficar permanecendo. O que há de particular a respeito deles, é que seja feita a separação do povo e dos soldados, separação que em todo caso é necessário fazer-se, porque a mistura em que até agora estiveram, tem sido um dos maiores óbices, a perfeita conversão desses infieis. Não será permitido aos índios, especialmente mulheres, andarem vagando pela freguesia e seus contornos, quando nesta, somente se deve admitir de assistência, os que forem chamados a serviço, enquanto trabalharem, os orfãos que forem dados a ganhar soldada, e os menores ou adultos que forem postos a aprender alguma arte liberal, ou ofício mecânico, a da mesma sorte será defeso aos soldados, irem de passeio à aldeia, tem lugar contra, os que obrarem a disposição de S.M. a este respeito na mesma Carta Régia de abril de 1809.³⁶⁰

Duas situações podem ter motivado o padre Chagas Lima e o comandante interino da expedição, Antônio da Rocha Loures, a não permitir a entrada dos indígenas na freguesia. O primeiro deles, já exposto no trecho acima, está relacionado aos maus exemplos que os soldados e a população, de maneira geral, poderiam causar entre os Kaingang. Entretanto, o que mais incomodava as atividades de catequese do padre era a presença das mulheres no povoado. Do período entre 1819, data da transferência dos povoadores para a nova freguesia, até 1825, ano em que o aldeamento foi destruído por facções Kaingang, tivemos o registro de vinte sacramentos.

³⁵⁸ LIMA (a), Op. cit., f. 40.

³⁵⁹ Idem, f. 50-63v.

³⁶⁰ TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Terceiro Planalto**. Guarapuava: 2000, p. 9-10.

Pelo teor das informações registradas pelo padre Chagas Lima no ato do batismo, podemos compreender em que contextos elas aconteceram. Para tanto, organizamos a seguinte tabela:

Tabela 5: Sacramentos realizados no Oratório da Freguesia (1822-1825)

1822			
Nome	Data	Idade	Nome dos pais
Máximo índio	30/mar	8 dias	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Manuel índio	28/jul	4 dias	PI - Clemencia Maria Aranheran(IN)
Maria índia	31/ago	6 dias	PI- Uengrê(IP)
Firmina índia	23/set	15 dias	Mexim e Nhexom(IP)
Joaquim índio	25/set	20 dias	Erangrení e Vaico-hin(IP)
Helena índia	03/out	10 dias	Erangrení e Hereio-hó(IP)
Ursula índia	30/out	1 mês	PI - Feliciana Crembanc viúva
1823			
Adriano índio	17/mar	10 dias	PI - Escolastica de Quadros Ferê
Serafím	27/jul	9 dias	Bento José Gonçalves e Genoveva Fuiró
1824			
Ana índia	10/jan	7 dias	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Teodoro Eretaã	05/fev	18 anos	Vaipim e de Pá
Hermenegildo Yotain	05/fev	15 anos	Bronguihó e Coní(IP)
Higino Fangrí	05/fev	17 anos	Caicrê(Uengayá) e Netú
Delfina Foquê	05/jul	1 mês	Nannerê(Herefeyê) e Caxong (IP)
Henrique Futuin	01/ago	14 anos	Herenihó(falecido) e Uengre
Rafael Nannerê	12/ago	27 anos	Miencú e Mangrê
Leocadia Caxong	12/ago	25 anos	Yanguê (sem nome da mãe)
1825			
Candida índia	19/mar	8 dias	Manuel Yotain e Brigida Fuecrem
Josefa índia	25/mar	6 dias	José Gomes e Barbara Gatan
Eusebio índio	16/abr	8 dias	Francisco Netxian e Clemencia Cahó

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

No intervalo entre 1822 a 1825, houve outros registros, mas entendemos ser pertinente explorar os sacramentos efetuados no Oratório da freguesia pelas seguintes razões: o primeiro batismo que ocorreu no povoado é de uma criança, filho do primeiro casamento interétnico, entre João Francisco de Abreu e a indígena Helena da Cruz Iahuri, realizado em Guarapuava. Ele era militar, soldado do Regimento de Cassadores da Praça de Santos, conforme consta em

sua ata de casamento, em 1812.³⁶¹ Provavelmente, passados dez anos de trabalho junto aos povoadores, já pertencia ao destacamento de Guarapuava. Embora estivessem em vigência as regras para as mulheres indígenas não transitarem no povoado, Helena, sendo esposa de um povoador, tinha liberdade para permanecer junto à população local. A mesma regra se aplica para Bento José Gonçalves, unido matrimonialmente com Genoveva Fuiró.³⁶² Ele era natural da vila de Curitiba e ela neófita do aldeamento de Atalaia.

De acordo com uma lista de habitantes de 1835, Bento José tinha uma propriedade onde plantava milho e exercia a função de Jornaleiro.³⁶³ Ou seja, também era morador na freguesia e sua esposa mantinha vínculos de parentesco e amizade com os Kaingang da região, mesmo residindo no povoado. Semelhante situação pode ser atribuída para José Gomes e Bárbara Gatan³⁶⁴; embora ele estivesse em condições menos favoráveis, pela sua condição social, de degredado, ele tinha permissão para transitar nesses dois espaços, o que de algum modo contribuiu para que ambos batizassem sua primeira filha no oratório da freguesia com o padre Chagas Lima.

Os outros sacramentos dizem respeito aos filhos de mulheres indígenas, sem a informação dos pais. Importa dizer que vários sacramentos, realizados no oratório, são de indígenas que vieram até o povoado em busca de ferramentas e objetos ou até mesmo para estabelecer alguma aliança com as autoridades locais. Como forma de demonstrar tal intenção, permitiam a realização do sacramento. Em outro momento, poderemos explorar mais essa questão, especialmente, quando os ânimos entre os aldeados e os Kaingang não aldeados geravam diversos conflitos entre si. Em muitos registros, o padre Chagas Lima usava o termo Índio Pagão (IP) para aqueles que vinham pela primeira vez ao povoado; portanto, na intenção de catequizar e aldear um número maior de indígenas, o padre acabava permitindo sua permanência junto aos demais povoadores, contrariando suas próprias regras.

Com o episódio da morte do “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, os Kaingang foram transferidos para um novo local, denominado pelo padre Chagas Lima de “Nova Atalaia”, distante uma légua da freguesia, pouco mais de seis quilômetros de distância.³⁶⁵

Se compararmos os dados dos batismos, realizados no mesmo período, desde a transferência dos povoadores para a nova freguesia até o fim do aldeamento de Atalaia, vamos

³⁶¹ LIMA (e), Op. cit., 5v.

³⁶² Idem, f. 8.

³⁶³ **LISTAS DE HABITANTES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA, 1828 e 1835.** Cópias microfilmadas pertencentes ao CEDOPE-DEHIS. Curitiba, UFPR.

³⁶⁴ LIMA (e), Op. cit., f. 14.

³⁶⁵ LIMA (h), Francisco das Chagas. **Ofício.** Enviado ao Ilmo. Exmo Sr. Lucas Antônio Monteiro de Barros. 08/04/1826. AESP C-192, O-987.

ter um número maior para os sacramentos na capela da Aldeia. A primeira mulher indígena a ser batizada de fato dentro de um aldeamento foi Francisca Guequifará. Batizada no dia 14 de janeiro de 1821, tinha 15 anos de idade, filha de Cuprexiú e Feyê, “índios pagãos”, conforme relato do padre Chagas Lima³⁶⁶. Com pouquíssimas mudanças de local de realização desses sacramentos, os batismos se mantêm na capela da Aldeia até o dia 26 de abril de 1825, com o batismo de Maria, filha de Feliciano Crembanc, com 8 dias de vida.³⁶⁷ Na ocasião, nenhuma das duas foi morta pelos Cayeres, que atacaram o aldeamento naquela noite, matando vinte e sete Kaingang aldeados.³⁶⁸ Passada essa fase, os sacramentos continuaram a ser realizados no Oratório da Freguesia até 1828, com o batismo de João, que abre esse subitem.

No período de 1828 a 1830, não ocorreram batizados entre os Kaingang. Apenas em 1830, já com um novo sacerdote no comando da paróquia, padre Francisco de Paula Prestes, é realizado o sacramento no pequeno João, com 7 meses de idade, filho de Maria Ningó, na Igreja de Nossa Senhora de Belém. Os batizados realizados na igreja terão uma ocorrência até 1845, mesmo com a presença de outro padre responsável pelo trabalho pastoral da paróquia. Desse ano até 1850, o padre Antônio Braga de Araújo vai utilizar o termo Oratório e depois muda essa nomenclatura para Matriz.

Entendemos ser pertinente fazer uma discussão, relacionando, além dessas informações religiosas, outras comparações com documentos do período, no propósito de demonstrar por onde os Kaingang transitavam.

As listas de habitantes eram documentos organizados sempre a partir da solicitação do governo central, entre suas razões, objetivava desempenhar um certo controle sobre a população, identificar o crescimento populacional e, em tempos de conflitos, serviam para o recrutamento de homens, a fim de atuar na defesa dos interesses da coroa portuguesa.³⁶⁹ Para Sergio Odilon Nadalin, os principais objetivos desses documentos eram:

Em função de suas finalidades, esses róis, de um certo modo, estão relacionados e dão, mesmo, continuidade, às antigas listagens da população masculina apta a servir para dar conta das necessidades militares das colônias[...] Veio ao encontro dessa pretensão a necessidade de modernizar a administração do Estado, como advogava o projeto pombalino: era necessário, além de outras razões, conhecer a composição da população para melhorar a arrecadação.³⁷⁰

³⁶⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 50.

³⁶⁷ Idem, f. 63v.

³⁶⁸ LIMA (c), Op. cit., f. 21-21v.

³⁶⁹ FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava/Pr: Unicentro, 2007, p. 53.

³⁷⁰ NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004, pp. 47-48.

O levantamento populacional era realizado anualmente. Para a capitania de São Paulo, elas tiveram uma importância maior a partir de 1765, quando foi restaurada sua autonomia administrativa. D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, visando fechar as fronteiras com a região sul e oeste da capitania, foi quem mais utilizou esses censos para conhecer os homens aptos a defender a monarquia portuguesa contra as invasões da Espanha no sul do país.³⁷¹ De acordo com Nadalin, para que esses censos fossem realizados conforme a realidade de cada localidade, era preciso contar com zelo e comprometimento da autoridade responsável pelas informações.³⁷²

A análise desses documentos, listas de habitantes, relação de “índios” e rol de paroquianos, aqui na tese, não se limita apenas para mostrar dados quantitativos, mas sim, à mobilidade e ao alcance das relações dos Kaingang com a sociedade nacional. Embora alguns documentos tenham sido analisados sob outras perspectivas, os dados sobre a população indígena são inéditos.

Sobre a organização desses documentos, mesmo que houvesse situações comuns na sua elaboração, como chefe de domicílio, idade, estado civil, ocupação, filhos, escravos, agregados, nas listas de habitantes de Guarapuava, identificamos outras informações, como a numeração dos quarteirões, dado importante para o mapeamento e distribuição dos moradores daquela localidade.

É importante retomar algumas situações já enunciadas sobre o lugar que ocupa Guarapuava na primeira metade do século XIX. Desde a chegada dos povoadores, em 1810, até a emancipação político administrativa do Paraná, em 1853, Guarapuava pertencia à Vila de Castro, como distrito. Isto significa, em outras palavras, que Guarapuava estava ligada administrativamente a Castro, sendo relacionada pelas autoridades camaristas daquela localidade como um bairro do 6º quarteirão.³⁷³

Grande parte da documentação produzida em Guarapuava era enviada para as autoridades de Castro, que deveriam incorporar aos seus documentos as estimativas populacionais de Guarapuava e reenviá-las para o governo da capitania paulista. Isso, de certa maneira, causava alguns prejuízos no momento das transcrições ou incorporações de informações, quando a autoridade competente de Castro realizava esse trabalho.

³⁷¹ Idem, p. 48.

³⁷² Idem, p. 50.

³⁷³ MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838, p. 72.

Essa constatação pode ser monitorada na elaboração da lista de habitantes de Guarapuava de 1828, quando o recenseador anotou a presença de apenas 5 indígenas na freguesia. Embora não exista qualquer menção sobre a existência de um aldeamento regular naquele ano, entendemos que houve problemas na sua organização. Em outubro daquele ano, o responsável pelo comando da freguesia de Guarapuava, capitão da Rocha Loures, em resposta à solicitação de esclarecimentos das autoridades de Castro sobre a administração da freguesia, apresentava outros números para a presença indígena naquele território:

Dou parte a V. Exa. que os índios que se achavão nesta expedição, no dia 8 de Setembro deste corrente anno fugirão em numero de 59 honde foram 7 homens índios hunicos que aqui existiam omais forão e mulheres e crianças, thé o presente não se sabe noticia delles, neste número tão bem foi o tambor hunico que aqui se achava: agora presentemente achão-se nesta freguezia 78 índios isto He mulheres e crianças.³⁷⁴

Mesmo que o capitão Rocha Loures tenha enviado para as autoridades de Castro a lista, no início de 1828, com apenas cinco indígenas, o que é pouco provável, podemos concluir a partir desses relatórios que existia na freguesia um número maior de indígenas vivendo junto à população local, apesar da debandada descrita por ele há um mês antes da confecção da correspondência. Com isso, conforme dados apresentados pelo capitão Rocha Loures, a população indígena, em setembro de 1828, era de 137 indivíduos.

Tabela 6: População de Guarapuava em 1828

População	1828	
Livres	219	74%
Agregados	29	9,8%
Índios	5	1,7%
Escravos	43	14,5%
Total	296	100%

Fonte: LH-1828. (Elaborado pelo autor)

A participação indígena na lista de habitantes é muito tímida, situação já observada por Franco Netto, em seu estudo sobre a população de Guarapuava, no século XIX.³⁷⁵ Levando em consideração que, no momento da realização da lista, os Kaingang estavam na freguesia, mas não foram contabilizados pelo recenseador, a inclusão dessas informações da presença indígena altera-se, consideravelmente, a partir da seguinte simulação:

³⁷⁴ LOURES (c), Antônio da Rocha. **Correspondência:** Freguesia Nossa Senhora de Belem. 27/10/1828. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853): Ordem 987, Cx-192, Documento 92.

³⁷⁵ FRANCO NETTO, Op. cit., p.64.

Tabela 7: População de Guarapuava em 1828, segundo informações de Rocha Loures em 27 de outubro de 1828

População		1828	
Livres	219	51,2%	
Agregados	29	6,8%	
Índios	137	32%	
Escravos	43	10%	
Total	428	100%	

Fonte: LH- 1828 (Elaborado pelo autor)

A tabela 6 corresponde à incorporação dos dados estatísticos, descritos pelo capitão Antônio da Rocha Loures, em outubro de 1828. Se contabilizarmos os números totais de 137 indígenas convivendo com os povoadores, teríamos um terço da população da freguesia composta por indígenas, o que justificaria o restabelecimento do aldeamento de Atalaia no primeiro relatório, enviado no início de 1828 às autoridades imperiais, pelo padre Chagas Lima. Uma segunda simulação pode ser feita a partir dos índios que estavam no momento da confecção daquela correspondência, de outubro de 1828.

Tabela 8: Número aproximado de indígenas em 1828

População		1828	
Livre	219	59,3%	
Agregado	29	7,8%	
Índios	78	21,2%	
Escravos	43	11,7%	
Total	369	100%	

Fonte: LH-1828; LOURES (c), Op. cit. (Elaborado pelo autor)

É importante frisar que essas simulações, a partir dos números apresentados pelo capitão Rocha Loures, ajudam a mapear os números aproximados para a presença da população indígena na freguesia de Guarapuava, no pós-aldeamento de Atalaia. Outra informação relevante, extraída da narrativa exposta pelo capitão Rocha Loures, no relatório, é sobre a inexpressiva presença de homens contabilizados entre a população indígena.

Essa situação pode estar relacionada ao papel de liderança exercido pelos homens nos grupos locais ou domésticos. Descontentes com os povoadores ou porque suas demandas não era mais atendidas, se moviam para outros lugares, deixando, em alguns casos, suas mulheres e

filhos. Com a debandada de 59 deles, os outros 78, que permaneceram, eram, na sua maioria, mulheres e crianças³⁷⁶.

No intervalo entre o ataque de 1825 até 1830, são quase inexistentes as informações sobre a presença de Francisco Gacom junto à população da Freguesia. O suposto silêncio nesse interregno reflete, sobretudo, um período de incertezas e dúvidas quanto ao futuro do aldeamento de Atalaia e, conseqüentemente, daqueles Kaingang que já estavam imersos aos costumes da sociedade nacional. Uma descrição mais sumária e completa sobre a presença indígena na freguesia de Guarapuava aparece num relatório produzido pelo capitão Rocha Loures, em 1830. Essa relação apresentava quatro lugares onde estavam distribuídos os Kaingang. A primeira localidade refere-se aos supostamente “aldeados, Índias casadas com portugueses e filhos; Índios nos Campos Gerais e Índios na vila de Curitiba”. Com exceção das duas primeiras categorias, a presença deles nos campos Gerais e em Curitiba poderia ser na condição de agregados, exercendo atividades domésticas.

Atentamos para o fato de que esses indígenas não foram relacionados como se estivessem no aldeamento, isso é deveras importante. Trata-se de uma lista feita exclusivamente para os Kaingang que estão na freguesia, conforme o título do documento: “Relação de índios que se achão existentes na Freguezia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830”. É nesse documento que identificamos a presença da viúva de Gacom, Escolástica Cures, com dois filhos, Francisco e João, supostamente chefiando um domicílio. O segundo filho de Escolástica não era filho do cacique Luiz Tigre Gacom, mas fruto de outra relação conjugal, que não foi possível identificar na documentação. A referência mais completa sobre o pequeno João é o seu registro de batismo, último sacramento realizado pelo padre Chagas Lima em Guarapuava, realizado no dia 12/10/1828, solenemente, filho de pai incógnito.³⁷⁷

Aliás, para o conjunto da documentação, identificamos números significativos para mulheres índias chefiando domicílios em Guarapuava. Assim, realizamos uma tabela, com dados das listas de 1830, 1831, 1833, 1835 e 1840³⁷⁸ informações importantes por entendermos que é nesse espaço social que Francisco Gacom se organiza estrategicamente, levando-o a se manifestar como uma chefia indígena importante na segunda metade do século XIX.

³⁷⁶ LOURES (c), Op. cit., s/p.

³⁷⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 76.

³⁷⁸ Não analisamos a lista de habitantes de 1853 e os Róis de confessados de 1842 e 1863 para esse momento, embora utilizaremos suas informações sempre que forem necessárias.

Tabela 9: Mulheres Kaingang chefes de domicílios no intervalo 1830-1840.

Ano	Nº de índios	Mulheres índias chefiando domicílio	Solteiras	Viúvas
1830	77	19	9	10
1831	74	16	9	7
1833	87	15	10	5
1835	93	16	11	5
1840	98	17	10	7

Fonte: RI (1830); RI(1831); RI(1833); LH(1835);LH(1840).(Elaborado pelo autor)

O capitão Rocha Loures já havia dado indicativos de uma participação expressiva de mulheres indígenas na freguesia de Guarapuava, na correspondência de 1828, afirmando que muitos homens haviam abandonado as mulheres e filhos no povoado. As razões para tal podem estar ligadas às dissensões entre as facções residentes naquele momento com a chefia indígena.³⁷⁹

Em relação às mulheres brancas, Eni de Mesquita Samara concluiu que os homens, motivados pela riqueza e lucros econômicos, deixavam suas esposas chefiando domicílios, cuidando dos filhos e dos negócios do marido³⁸⁰. Entre a população indígena, o aspecto econômico não deve ser descartado, mas também não representa ser esse o motivo pelo qual as mulheres indígenas estavam chefiando seus domicílios e cuidando de seus filhos. Os números expressivos para mulheres indígenas, como chefes de família, mostram o quanto a freguesia de Guarapuava ainda tem a nos contar sobre a presença indígena no século XIX.

Analisando o censo demográfico para São Paulo, em 1836, Mesquita Samara constatou que as participações de mulheres indígenas como chefes de domicílio chegavam aos exatos 1,2%. Esse percentual era resultado de 17 domicílios, que tinham como chefes mulheres indígenas, de um total de 1.435 domicílios chefiados por mulheres brancas, pretas e mulatas.³⁸¹

Já para Guarapuava, nas listas de 1835 e 1840, percebemos uma participação bastante tímida de mulheres brancas chefiando domicílios em relação à participação de mulheres indígenas, sejam elas na condição de solteiras ou viúvas. A tabela abaixo ajuda-nos a entender melhor essas questões:

³⁷⁹ MABILDE, Op. Cit., p. 45.

³⁸⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 37.

³⁸¹ Idem p., 38.

Tabela 9: Mulheres brancas e indígenas chefiando domicílio em Guarapuava, 1835-1840.

Característica\ano	1835	1840
Mulheres solteiras	2	1
Mulheres viúvas	5	6
Mulheres índias solteiras	11	10
Mulheres viúvas índias	5	7

Fonte: LH (1835/1840) (Elaborado pelo autor)

Por mais que esse movimento de mulheres como chefes de domicílio seja algo comum no século XIX, os números para Guarapuava mostram que sua participação na administração do núcleo familiar se altera substancialmente nos domicílios chefiados por mulheres indígenas, principalmente, em relação às mulheres solteiras. Em relação às mulheres viúvas, elas são equitativas para o ano de 1835 e diferem apenas de um domicílio, em 1840, ainda com predominância das mulheres indígenas.

Entre as mulheres viúvas referenciadas, Escolástica Curem continua tendo filhos, cujo pai ou informações sobre suas relações conjugais não foram encontradas. Leonardo, último filho da viúva de Gacom, aparece na relação dos aldeados na freguesia de Guarapuava, em 1833.³⁸² Depois disso, não encontramos mais referências sobre ele na lista de 1835, nem mesmo de Francisco Gacom.³⁸³

Na Lista de Habitantes de 1840, o responsável pelo levantamento dos dados censitários relacionou os Kaingang, separando as mulheres e os homens. Francisco Gacom reaparece na lista com 18 anos e solteiro. Por sua vez, Escolástica Curem, ainda viúva, está com 50 anos e é mencionada como tendo duas filhas: Maria de 2 anos de idade e Vicentina com 16 anos³⁸⁴. Gostaria de sinalizar para o perigo na interpretação desses dados censitários, quando não existem outros documentos que possam confirmar ou informar melhor o que se está analisando. Esse é o caso a que nos referimos para Escolástica Curem.

Naquele ano, precisamente no dia 26 de novembro de 1840³⁸⁵, o capitão Rocha Loures organizou uma nova relação dos índios aldeados e dos que estão vivendo em casa de particulares e esclarecia, para nossas incertezas, quanto à possibilidade de que a mãe de Francisco Gacom

³⁸² RELAÇÃO DE ÍNDIOS DE 1833, Op. cit.

³⁸³ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

³⁸⁴ LISTA DE HABITANTES DE 1840, Op. cit.

³⁸⁵ LOURES (d), Antônio da Rocha. **Relação de índios que se achão existentes no aldeamento e em casa de particulares na Freguesia de Nossa Senhora de Bellem nos Campos de Guarapuava aos 26 de novembro de 1840**. AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 1025.

teria tido mais duas filhas em relações conjugais omitidas pela documentação. As duas crianças eram, na verdade, filhas de Maria Curem e, por displicência do recenseador, foram atribuídas como sendo filhas de Escolástica.

Nesse tempo, existe uma separação evidente entre os Kaingang que estão no aldeamento e os que estão trabalhando ou sendo educados na casa de particulares.³⁸⁶ No que se atribui como aldeamento, há 38 indígenas, entre os quais estão Francisco Gacom, sua mãe Escolástica Curem, sua tia, Andreza Grendoró, sua prima, Rufina Ninguaxó e Alexandrina. Para aqueles que estão fora do aldeamento, na casa de particulares, contabilizam-se 61 indivíduos, na sua grande maioria, apta ao trabalho, conforme podemos observar na tabela:

Tabela 10: Faixa etária dos Kaingang na casa de particulares – 1840

Faixa etária	Sexo feminino	Sexo masculino
0 – 4	3	5
5 – 9	6	8
10 – 14	9	8
15 – 19	6	2
20 – 29	6	-
30 – 39	4	1
40 ou +	3	-
Total	37	24

Fonte: LOURES (d), Op. cit., s/p. (Elaborado pelo autor)

Sobre esses dados, é importante esclarecer que os números não dizem necessariamente que todos os indígenas relacionados estavam a título de educação. Muitos eram filhos de uniões matrimoniais das mulheres Kaingang com os degredados enviados para Guarapuava. Os dados pontuados na lista organizada pelo capitão contabilizam 61 indivíduos na casa de particulares, com predomínio do sexo feminino, de 60,7%, sobre o sexo masculino, de 39,3%. Entre esses números, a idade predominante também foi do sexo feminino, de 9 mulheres, de 10 a 14 anos, sobrepondo aos 8 homens, da mesma faixa etária. A população indígena para essa condição social, que entendemos seja como agregados, é bastante jovem. Acima dos 30 anos, teremos 7 mulheres e apenas 1 homem.

O único homem acima dos 30 anos relacionado nesse documento é Claro José

³⁸⁶ Idem.

Cavalheiro, casado com Ubaldina Maria. O casal foi relacionado na lista de habitantes de 23 de março de 1840, morando no segundo quarteirão do distrito de Guarapuava. Na ocasião, foram listados seus três filhos: Felisbino, 5 anos, Maria, com 10 anos, e Ursula, com 2 anos. Não temos a descrição das suas atividades, mas a localização de sua casa estava disposta entre estancieiros, criadores, lavradores, padre e militares. Nesse último caso, Claro José e sua família estavam próximos às benfeitorias de Antônio da Rocha Loures.³⁸⁷

Ao cruzar os dados das listas de 1835 e 1840 com essa listagem dos Kaingang em casa de particulares, em novembro de 1840, ficamos sabendo que Claro José desempenhava o trabalho de jornaleiro e morava num prédio rústico, nos campos denominados de Sepultura com sua família.³⁸⁸

Na lista de 26 de novembro de 1840, o recenseador listou as mulheres casadas com degredados e seus respectivos filhos. É o caso de Clemência Maria, casada com o degredado Athanzio Lopes. Por mais que eles fossem referenciados no 1º quarteirão da freguesia, no início do ano, capitão Antônio da Rocha Loures fez questão de nomear Clemência e suas duas filhas, Ana, de 15 anos, e Vitoriana, de 13, como “índios” residentes em casas de particulares. Vale lembrar que as duas meninas eram mestiças, filhas de Athanzio, mulato.³⁸⁹

Não sabemos ao certo quais eram as intenções da feitura dessa lista nos meses finais de 1840, sendo que seria interessante que fossem enviadas nos primeiros meses do ano subsequente, como de costume. No entanto, a lista pode estar relacionada à denúncia feita pelo Juiz de Paz da Freguesia, em 1839, em que Antônio de Sá e Camargo leva ao conhecimento das autoridades paulistanas os problemas decorrentes da ocupação das terras indígenas pelos seus arrendatários; tal documento será fruto de discussão, com mais profundidade, em capítulo específico. O fato de não retratar a totalidade da presença indígena nas listas de habitantes serve para justificar perante as autoridades o avanço sobre territórios que eram reservados para aldeamento dos indígenas, afirmando que eles estavam integrados à “massa da civilização”.

No intervalo entre a Lista de Habitantes de 1840 e a de 1853, o pároco de Guarapuava, no ano de 1842, padre Antônio Braga de Araújo, exercia as atividades pastorais com os povoadores e era responsável pela catequese dos Kaingang. Diferentemente do padre Chagas Lima, que registrou vários momentos da organização social indígena, o religioso Braga de Araújo potencializou poucos esforços no trabalho pastoral junto aos Kaingang. O padre Braga

³⁸⁷ LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE 1840, Op. cit. s/p.

³⁸⁸ LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

³⁸⁹ LOURES (d), Op. cit., p.01.

de Araújo elaborou uma lista intitulada Rol de paroquianos para o ano de 1842 e 1863³⁹⁰.

Já destacamos a importância dada para as Listas de Habitantes e outros documentos que explicitam o número e ocupação dos povoadores em Guarapuava, sua condição social, idade, atividade econômica, estado civil, filhos, agregados, escravos, enfim. São informações relevantes e esclarecedoras da dinâmica populacional de Guarapuava. Tais documentos estavam sob responsabilidade de autoridades militares. Entretanto, o poder eclesiástico também tinha suas funções censitárias a cumprir, obviamente, para conhecer seu rebanho espiritual e justificar, em alguns casos, a permanência da paróquia e do sacerdote no desempenho das suas atividades pastorais.

Foi com esse objetivo que o padre Braga de Araújo relacionou, em 1842, as pessoas que estavam aptas a usufruir dos sacramentos cristãos.³⁹¹ Esse documento está dividido em bairros, o número dos fogos, chefe de domicílio, cor, estado civil, idade, esposa, filhos, agregados índios ou não. A listagem ainda conta com a relação dos degredados e suas mulheres indígenas e, por último, a relação dos “índios do aldeamento”.³⁹²

Uma das peculiaridades dessa lista é a constatação de que mulheres indígenas estão chefiando domicílio no 1º bairro da freguesia, o que era difícil identificar nas listas anteriores. A título de exemplo, encontramos, no domicílio de nº 13, Barbara Gatan, filha de Antônio José Pahy Engrayê, discriminada como unida matrimonialmente com João Barboza das Chaves. Tinha 33 anos e seu esposo 28. Dessa união, nasceram duas crianças: Maria, de 5 anos, e Maria da Luz, de 5 meses.³⁹³

O fato mais notável dessa informação era identificar como Barbara Gatan havia adquirido um prédio urbano no 1º bairro da freguesia, pois na lista de habitantes de 1835, ela está casada com Felisberto Ferreira Campelo, com 49 anos. Exercia a profissão de carpinteiro.³⁹⁴ Com a morte deste, Barbara Gatan, agora na condição social de viúva, se casou novamente com João Barboza das Chaves. Outro fato de grande importância e está diretamente ligado à trajetória de Barbara Gatan. Depois da morte de seu esposo, ela foi relacionada na lista de 1840, morando junto com os demais aldeados. Dois anos depois, ela aparece nessa lista casada novamente e chefiando um domicílio no 1º bairro da freguesia.

Entre os domicílios relacionados, identificamos mais quatro sendo chefiados por

³⁹⁰ ARAÚJO (a), Antônio Braga. **Rol de Paroquianos de 1842**. Guarapuava: [sem paginação]

³⁹¹ VIDE, Sebastião Melo da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707**. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

³⁹² ARAÚJO (a), Op. Cit., s/p.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ LISTA DE HABITANTES DE 1835, op. Cit.

mulheres indígenas: 1) Juliana, viúva, com idade de 30 anos, tinha uma filha denominada de Alexandrina e sem a descrição da idade; 2) Angelica Cupram, também viúva, tinha 30 anos, sem filhos e constatamos a informação de que era uma índia emancipada; 3) Genoveva Fuiro, viúva, tinha 45 anos, também descrita como índia emancipada.

Analisando a lista de habitantes de 1835, identificamos que Genoveva era casada com Bento José Gonçalves, o qual exercia a profissão de jornalista, 49 anos de idade e era proprietários de um prédio rústico na freguesia³⁹⁵. No rol de paroquianos, Genoveva conta com mais 4 filhos e uma agregada, sua neta; 4) a outra índia é Lourença, com 22 anos, com seu filho Manoel, de 2 anos, casada³⁹⁶. Na lista, encontramos uma relação de 33 indígenas vivendo no aldeamento. Embora os documentos façam uma distinção entre os aldeados e indígenas na casa de particulares, existiam outros grupos que permaneciam nos arredores da freguesia, interagindo com os moradores e com outros Kaingang.

Do conjunto de registros de batismo, que compõem nossa análise, referente a 661 sacramentos realizados no período entre 1812/1867, identificamos um número considerável de mulheres indígenas trazendo seus filhos para o ato batismal, sem que houvesse nesses documentos qualquer indicativo de quem seriam os pais das crianças.

Os registros de batismo, realizados pelo padre Chagas Lima, explicitam características peculiares em relação ao período analisado. Houve de parte do religioso um cuidado de registrar o nome indígena do batizando, os nomes dos pais, idade que tinham “mais ou menos”, se estavam no aldeamento, se o sacramento foi solene, na condição de enfermo, consenso material, Artigo Mortis, se os pais eram casados, se eram filhos de polígamos; se eram fruto de arranjos familiares com povoadores.

Em alguns registros, no entanto, não apresentam o nome indígena e houve casos, também, em que o padre Chagas Lima omitiu a paternidade do batizando no registro, utilizando-se da expressão: pai que dizem ser. Isso remete sobremaneira à possibilidade real de que o pequeno índio poderia ser batizado, desde que não fosse mencionado o nome do pai, conforme orientações eclesiais das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Identificamos alguns registros nos quais era substituído o nome o pai da criança pela expressão Pai incógnito.³⁹⁷

³⁹⁵ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

³⁹⁶ ARAÚJO (a), Op. cit., s/p.

³⁹⁷ “Aos vinte e nove dias do mês de novembro do anno de mil oito centos e desasete, nesta Povoação a Atalaya em Guarapuava, baptizei e puz os santos óleos a Pedro innocente de dous meses de idade, filho de *Pai incógnito* e de Marcelina Motem, índia viúva, nacional do país e a alguns annos assistente nesta povoação. Foi madrinha única, Antonia Joaquina, mulher de Jose Caetano, soldado destacado neste presídio. Do que para constar faço este assento. O vigário padre Francisco das Chagas Lima – LIMA (a), Op. cit., f. 35v.

Essa expressão possibilita para nosso entendimento que, no povoado, havia relações intraétnicas e, ao mesmo tempo, indica a existência de relações inaceitáveis para os padrões da época, que não poderiam vir a público. Muito embora algumas mulheres indígenas tenham, no momento do registro do seu filho, declarado a condição de solteira, não significa que elas não eram casadas, mas sim, apenas demonstra a ausência do pai, que condiciona interpretações dúbias quanto às relações conjugais dessas mulheres, até mesmo às situações em que elas poderiam estar contra sua vontade; entretanto, também, devemos considerar que se tratava de alguma estratégia de sobrevivência.

Dos exatos 661 registros de batismo, realizados em Guarapuava, 101 entraram nessa categoria Pai Incógnito, ou seja, mais de 15% dos sacramentos efetuados, no período entre 1812 a 1867.³⁹⁸ Outro dado interessante desses documentos diz respeito à idade que elas eram levadas até a pia batismal. A idade variava entre recém-nascido, alguns dias, meses, até no máximo 2 anos. Não podemos deixar de mencionar que os padres poderiam estar sombreando alguma situação social dessas mulheres indígenas, que, entre tantas possibilidades, poderiam estar ligadas à poligamia, fato já demonstrado ao longo deste capítulo.

Um caso singular desse tipo de situação social aconteceu com Vicencia Jangrá. De acordo com seu registro, ela foi batizada no dia 8 de janeiro de 1824, com 12 dias de idade, filha de pai incógnito e de Coruim. Seus padrinhos foram o diretor do aldeamento, Miguel Murores Galafre, e sua esposa, Maria Joaquina Ferreira. Segundo observações do padre Chagas Lima, sua mãe era viúva de Nhecaxó.³⁹⁹

Quando optamos por transcrever e analisar os registros de batismo, o nome de Vicencia Jangrá repetiu-se diversas vezes, o que nos chamou a atenção para aprofundarmos um pouco mais a trajetória dessa mulher. Infelizmente, Vicencia Jangrá não teve no seu registro de Batismo, o nome de seu pai e nos registros de seus filhos também não. Aos vinte anos de idade, ela foi mãe de uma menina que recebeu o nome de Izabel. Com intervalos que variavam entre um até quatro ano, Vicencia Jangrá pariu oito meninas e um menino.

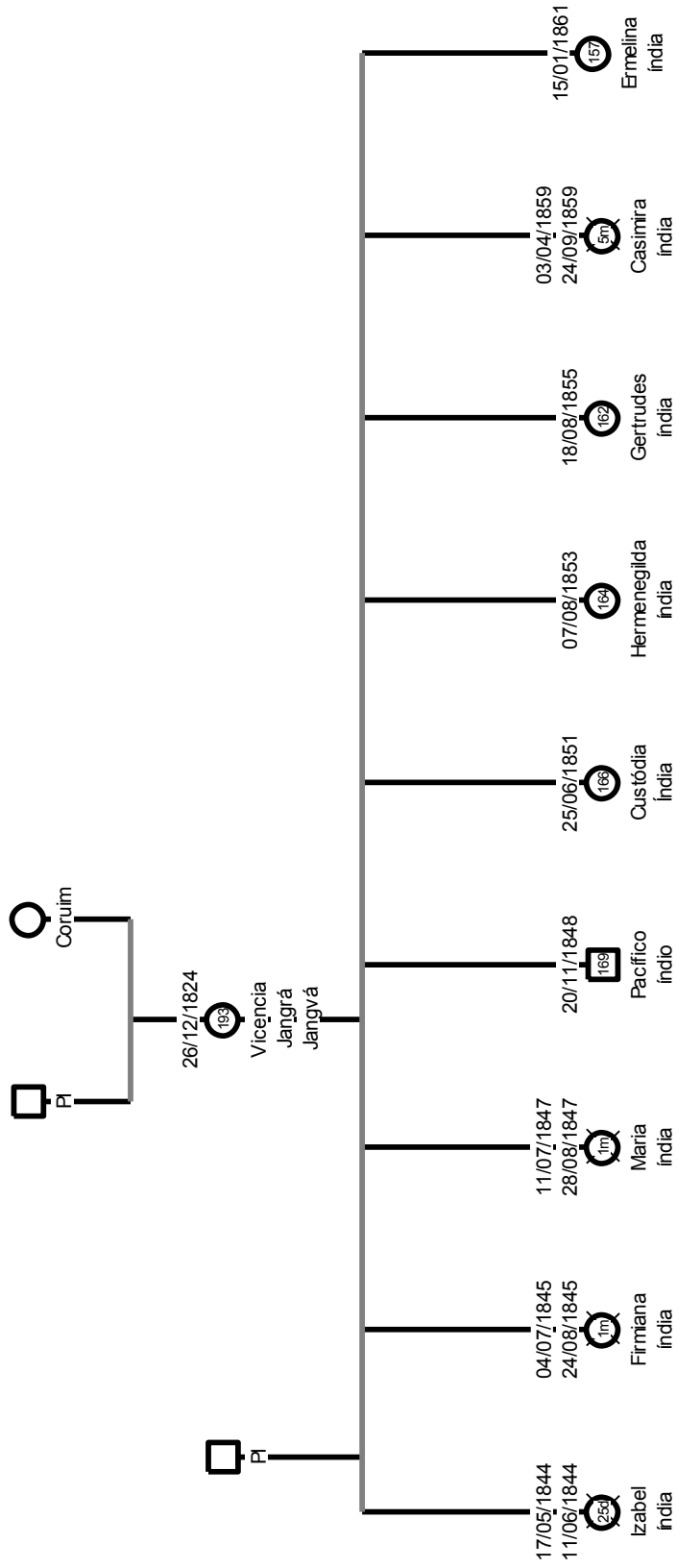
Embora o padre Chagas Lima tenha feito uma observação no registro de Vicencia Jangrá, de que sua mãe, Coruim, era viúva de Nhecaxó, não podemos afirmar que ela era filha dele. Na ocasião de seu registro de batismo, o padre fez questão de deixar a categoria pai incógnito nesse documento, sugerindo, outrossim, que o pai dela se tratava de outra pessoa.

Diante disso, vejamos o núcleo familiar de Vicencia Jangrá em Guarapuava:

³⁹⁸ Idem, f. 3v – 200v.

³⁹⁹ Idem, f. 58v.

Figura 11: Família de Vicência Jangrá



Fonte: LB/LO-PNSB (Elaborado pelo autor)

Como podemos observar na figura acima, dos seus onze filhos, quatro faleceram após terem sido apresentados ao padre para que fossem batizados. Acompanhando sua trajetória em Guarapuava, identificamos que nunca saiu dos arredores da freguesia de Nossa Senhora de Belém. Seu nome aparece relacionado na lista de 1830, 1833 e 1840, residindo no aldeamento. No que diz respeito aos róis de paroquianos, no ano de 1842, Vicencia Jangrá aparece relacionada no 1º quarteirão da freguesia, residindo no “aldeamento dos índios”, com 24 anos de idade e solteira.⁴⁰⁰

No rol de 1853, Vicencia é mencionada residindo no 1º quarteirão da vila, domicílio de número 67, com 28 anos de idade e uma filha de nome Custódia.⁴⁰¹ E, finalmente, no rol de 1863, Vicencia encontra-se residindo no 2º quarteirão da vila, com 39 anos de idade e quatro filhas: Custódia, com 12 anos, Hermenegilda, com 10, Gertrudes, com 8 e Ermelina, com 1. Entretanto, um dado que nos chama a atenção é a descrição de que Vicencia Jangrá era relacionada, junto com outros indígenas, como “índios Mansos”.⁴⁰²

Não conseguimos identificar na documentação por onde e quando Vicencia Jangrá permaneceu mais tempo, se foi junto aos demais indígenas ou em algum outro domicílio, conforme demonstrou a lista de desobriga quaresmal, de 1853. Afinal, nascida no aldeamento, convivendo há muitos anos com os povoadores, certamente, os vínculos com o modo de vida de seu povo tinha se perdido, em partes. Conforme demonstrou Mary Karasch, muitas mulheres indígenas trabalhavam como domésticas nas casas dos colonos; em vários casos, assumiam o posto de concumbinas de seus senhores ou eram forçadas.⁴⁰³

Dos seus nove filhos, quatro faleceram e outras quatro meninas permaneciam com ela, no rol de paroquianos de 1863. Não havíamos identificado para onde e o que ocorrera com seu único filho. Pelo que pudemos apurar da trajetória do pequeno indígena, ele foi relacionado no rol de Desobriga Quaresmal de 1853, na condição de agregado de Francisco de Siqueira Cortês. Na época, ele tinha 5 anos de idade.⁴⁰⁴ Entre os povoadores que foram elecandos no rol de paroquianos de 1863, Pacífico permanece residindo junto ao domicílio de Siqueira Cortês, com

⁴⁰⁰ ARAÚJO (a), Antônio Braga de. **Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antônio Braga de Araújo, 1842.** Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1842.

⁴⁰¹ ARAÚJO (b), Antônio Braga de. **Rol de habitantes da Paróchia de Guarapuava, que se desobrigarão pela Quaresma de 1853.** Arquivo Benjamim Teixeira: Guarapuava, 1853.

⁴⁰² ARAÚJO (c), Antônio Braga de. **Rol de Parochianos de Guarapuava, 1863.** Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1863.

⁴⁰³ KARASCH, Mary. “Interethnic Conflict and Resistance on the Brazilian Frontier of Goiás, 1750-1890”. In: GUY, Donna; SHERIDAN, Thomas(eds). **Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish Empire.** Tucson, AZ: University of Arizona Press, 1998, pp. 115-134.

⁴⁰⁴ ARAÚJO (a), Op. cit., f. 40.

outros dois agregados, João e Manoel.⁴⁰⁵ Pode ser que as relações, tecidas por Vicencia Jangrá, tenham algo a nos dizer sobre os laços de apadrinhamento e compadrio que ela alimentou em Guarapuava. Tais questões serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo.

2.5 Sacramentos e as estratégias familiares

Se até pouco tempo existia um certo desinteresse pela história indígena, em parte, pela dificuldade de encontrar documentos e por uma resistência de reconhecer a tradição oral dos povos indígenas como fonte, novos desafios vão surgindo e exigindo cada vez mais novas habilidades e disposição dos pesquisadores. Em alguns casos, essa suposta dificuldade é superada pelo refinamento de novas metodologias de análise e pela incorporação de outras tantas fontes documentais.

Em um recente ensaio, Mary Karasch afirmou que os historiadores brasileiros não se interessam em analisar dados demográficos relacionados aos povos indígenas do Brasil, antes de 1900.⁴⁰⁶ Esse desinteresse pode estar relacionado a vários motivos, desde a dificuldade de encontrá-los, à negativa das instituições de permitir acesso dos historiadores para que façam suas pesquisas, mas, principalmente, porque, para trabalhar com esse tipo de documentação, é necessário que as instituições religiosas tenham, em dado momento histórico, desenvolvido algum tipo de trabalho pastoral junto aos povos indígenas.

Como já destacamos em outros momentos, as autoridades locais fizeram, sempre que possível, referências aos indígenas, em resposta às ordens superiores, sem, contudo, produzir material conforme situações de cada localidade. Isso é de veras uma realidade para o século XIX; conforme fomos avançando em nossas pesquisas, identificamos que os documentos de determinadas instituições, como a câmara de vereadores, não relatavam as condições turbulentas na freguesia para as autoridades provinciais da presença indígena na vila de Guarapuava; mas eles estavam ali, participando da dinâmica local e religiosa.

Quando abrimos este capítulo com o documento de batismo de João, tínhamos em mente tratar de alguns aspectos interessantes dessa dinâmica religiosa. O pequeno indígena, denominado no ato do batismo de João, foi o último sacramento realizado pelo padre Chagas Lima no oratório da Freguesia, pois o sacerdote, a essa altura, já estava com sua saúde

⁴⁰⁵ ARAÚJO (c), Op. cit., f. 114.

⁴⁰⁶ KARASCH, Mary. Índios aldeados: um perfil demográfico da capitania de Goiás 1755-1835. **Revista Habitus**. Goiânia: vol 15, nº 1, jan. /Jun. 2017, p. 21.

debilitada⁴⁰⁷. João é um dos indígenas que nasceram na freguesia e que, portanto, possui a idade registrada pelo padre correspondente a um dado real. O pequeno Kaingang era filho de Escholastica Cures, viúva de Luiz Tigre Gacom, assassinado em 1825. O registro de batismo de João é um exemplo real da dificuldade encontrada pelos historiadores, que optam pelos estudos demográficos com ênfase para os povos indígenas, o que Mary Karasch criticava. Ao ser batizado, o padre Chagas Lima não anotou o nome indígena do pequeno Kaingang, o que dificulta enormemente a construção de árvores genealógicas dessas famílias. Ainda mais difícil fica quando o nome do pai é omitido, restando a informação de que a criança é filha de pai incógnito.

O pesquisador, que se propõe a trabalhar com a história demográfica, dependendo do recorte temporal, não terá condições de afirmar se determinada pessoa ou grupo é indígena pela falta de informação em documentos primordiais, como o registro de batismo, pois, a exemplo do que afirmou Sergio Nadalin: “era o batismo que conferia a um determinado indivíduo seu certificado legal de existência, uma vez que, antes da República, não existia o registro civil no Brasil”.⁴⁰⁸ Acompanhando os anos que se seguiram ao último sacramento realizado pelo padre Chagas Lima, em 1828, identificamos a exclusão do nome indígena dos Kaingang que iam recebendo o sacramento. Mas, antes de entramos nesse debate, apresentamos uma tabela com os registros efetuados no período entre 1812-1867.

Tabela 12: Batizados entre os Kaingang em Guarapuava (1812-1867)

Ano	Sexo		Frequência
	F	M	
1812	66	55	121
1813	11	1	12
1814	12	10	22
1815	14	8	22
1816	7	7	14
1817	6	7	13
1818	11	10	21
1819	16	11	27
1820	17	12	29
1821	6	8	14
1822	11	10	21
1823	7	18	25

⁴⁰⁷ LOURES (e), Antônio Rocha. **Ofício**. 06/09/1827. AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Ordem 987, Caixa-192.

⁴⁰⁸ NADALIN, Op. cit., p. 101.

1824	21	13	34
1825	14	2	16
1826	17	7	24
1827	29	22	51
1828	2	5	7
1829	0	0	0
1830	0	2	2
1831	8	9	17
1832	1	2	3
1838	2	1	3
1839	3	1	4
1840	0	1	1
1841	3	0	3
1842	3	4	7
1843	1	1	2
1844	2	2	4
1845	5	0	5
1846	4	2	6
1847	5	3	8
1848	0	5	5
1849	1	1	2
1850	2	2	4
1851	6	2	8
1852	3	6	9
1853	3	1	4
1854	2	3	5
1855	8	2	10
1856	4	4	8
1857	3	2	5
1858	3	5	8
1859	3	3	6
1860	2	7	9
1861	5	0	5
1862	2	2	4
1863	3	3	6
1864	3	5	8
1865	3	3	6
1866	3	1	4
1867	3	4	7
Total	366	295	661

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

O ano de 1812 foi o que mais contabilizou registros de batismo. Muitos foram realizados nas mais variadas situações, desde: “Solamente; em Artigo Mortis; Necessidade Extrema; enfermos e em Perigo Evidente.”⁴⁰⁹ Essa amostragem nos dá a exata situação dos efeitos causados pela epidemia junto aos Kaingang; não só para aqueles que faleceram, mas o fato de perceberem que as mortes eram causadas pela convivência no abarracamento de Atalaia. Isso fez com que os sobreviventes, em etapas, fossem se desligando daquele modo de vida, de maneira que retornavam para seus territórios tradicionais. Segundo informações do padre Chagas Lima:

[...]os Índios foram desaparecendo em partidas, mais ou menoz consideráveis, retirando-se e hindo-se alojar, segundo constou, os que herão camés, com Araicó nas margens do rio Dorim, 17 léguas em distancia de Atalaia a rumo de noroeste; e os que herão votorons, com Candói da parte d’além do Rio Iguassu, 24 léguas em distância de Atalaia, a rumo de sudoeste.⁴¹⁰

Mesmo que a epidemia tenha sido a causa principal de deserção dos Kaingang, não descartamos a possibilidade de outros agravantes que os incomodavam na convivência com os povoadores. O relato do padre Chagas Lima é enfático e demonstra sua preocupação com a saída de alguns deles, retornando para os territórios dos Camés, que tinham como chefia principal Araicó e, depois, os votorons, para os alojamentos chefiados por Candoy; é nítida a informação de que, naquele período, reuniram-se vários grupos em torno do aldeamento, os quais praticavam guerras e alianças. As primeiras narrativas do padre expressam a segmentaridade de aliança entre os grupos ao redor do abarracamento de Atalaia, na busca por benefícios dos colonizadores, como ocorreram dois anos antes, em que as chefias se uniram para atacá-los.

Para outras regiões do Brasil, as situações pareciam muito próximas do cotidiano no aldeamento de Atalaia. Conforme analisou Ronaldo Vainfas, quando essas pestes se disseminavam entre os indígenas, ao sentirem os efeitos de uma determinada doença, os moribundos procuravam os missionários para serem batizados, participando desses eventos conforme orientação da igreja. O maior problema encontrado pelos padres era a resistência dos líderes religiosos: “os pajés proclamavam, então, que o batismo matava, ao constatarem que os índios morriam tão logo recebiam os santos óleos. Aos olhos dos índios, o batismo dos padres lhes trazia a morte- morte real e simbólica.”⁴¹¹

⁴⁰⁹ DURAT, Op. Cit., p. 84.

⁴¹⁰ LIMA (b), Op. cit., p. 61.

⁴¹¹ VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.121.

Outros casos se somam à narrativa exposta sobre o papel desempenhado pelos missionários na realização de sacramentos. A exemplo disso, Cristina Pompa destaca que os missionários, muitas vezes, assumiam o papel de “feiticeiros” para veicular o sacramento do batismo aos indígenas mais resistentes: “os mediadores entre o mundo extra-humano e a humanidade são, definitivamente, os missionários, que se apropriam de todos os instrumentos que eram dos “feiticeiros”.⁴¹²

Junto com essa pedagogia de conversão, Pompa aponta outra questão relevante para os rituais indígenas, destacando, também, a aproximação dos missionários, que buscam encontrar físsuras na sua organização social, a fim de introduzir a catequese religiosa. Os padres também:

[...] utilizavam a ‘prática’, mais do que a ‘crença’, o ‘ato’ mais do que a ‘palavra’, como linguagem para veicular sua mensagem, como não podia deixar de ser, considerando o problema da língua, que muitos missionários não conheciam. O rito se tornou assim, do lado missionário também, o lugar de incorporação da mudança, constituindo-se como espaço privilegiado do encontro e da tradução.⁴¹³

As circunstâncias eram as mais adversas possíveis e os missionários empregavam, no momento da realização sacramental, meios de instruir e convertê-los para a fé cristã. Um dos exemplos ocorridos entre os Kaingang do abarracamento de Atalaia foi narrado pelo padre Chagas Lima da seguinte maneira:

Houve uma epidemia, que durou nove meses, em cujo tempo não havia outro **enfermeiro mais assíduo a procurar, não somente a saúde, como o bem espiritual dos índios, senão o Missionário**, tratando e instruindo então os doentes e aos sãos; mostrando a experiência que as lições mais edificantes e mais úteis a este gênero de pessoas são as exhortações feitas aos moribundos, quando se trata de os dispor para o batismo, ou últimos sacramentos aos enfermos[...].⁴¹⁴ (grifo nosso)

A epidemia entre os Kaingang foi o cenário para o padre instruir os indígenas nos princípios cristãos. Os indígenas que não foram contaminados pela doença permaneceram em Atalaia até maio de 1813. O padre Chagas Lima relatou em suas memórias:

A final em dias de Mayo de 1813, veio a realizar-se a fuga de duzentos e vinte e nove Indioz, deixando unicamente por fructo da assistência, que tiverão, de dez mezes na Atalaya, 131 Indioz, q-se baptizarão; a saber, adultoz 52, dos quais Logo fallesceram 39 e innocentes 79, dos quais logo fallescerão 9, alem de outros muitos q-me constou fallecerão pelos certoens, antes de chegarem a idade de discrição.⁴¹⁵

⁴¹² POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru/SP: Edusc, 2003, p. 411.

⁴¹³ Idem, p.378.

⁴¹⁴ LIMA (b), Op. cit., p. 73.

⁴¹⁵ LIMA (d), Op. cit., p.239.

Pouco mais de cinquenta indígenas permaneceram no abarracamento de Atalaia com a última evasão. Nos primeiros dias de 1814, retornaram até o abarracamento um grupo de Camés, alguns já batizados e outros pagãos. Na ocasião, o grupo relatou ao padre Chagas Lima que o cacique Candoy reuniu diversos guerreiros e atacaram os ranchos dos camés; muitos haviam morrido e eles, os únicos sobreviventes, buscaram refúgio e proteção junto às armas reais, com medo de serem novamente atacados pelos votorons.⁴¹⁶ Essa situação demonstra algumas características da segmentaridade dos Kaingang, que haviam abandonado Atalaia já fazia algum tempo.

Com o retorno dele, o povoado chegou ao número de 119 indígenas. O padre Chagas Lima pontuava em seu relatório que, desde o ano 1814 até meados de 1817, esse número se mantém. Desde então, a catequese havia avançado consideravelmente, chegando ao número de 221 batizados e 12 casamentos realizados entre os aldeados. Pelos idos de 1817, alguns membros da facção Votoron, pouco mais de cinquenta pessoas, retornaram ao abarracamento de Atalaia para se refugiar das incursões guerreiras dos Cayeres. Estes, aproveitando-se da embriaguez daqueles, matam o cacique Candoy e mais trinta homens, aprisionando mulheres e crianças. Os que conseguiram sobreviver, estavam agora reduzidos no Atalaia, disputando o mesmo território dos seus inimigos Camés.⁴¹⁷ O aldeamento de Atalaia se tornou um local de refúgio de subgrupos ameaçados por outros mais fortes.

Se observarmos a tabela 12, identificamos que, a partir do ano de 1827, os sacramentos realizados entre os Kaingang diminuíram drasticamente. Mais grave se torna quando, em 1828, há uma interrupção nos batismos com os indígenas, retomando, de maneira bastante tímida, um crescimento de dois registros, em 1830. Entretanto, o que mais nos chama a atenção para esse levantamento é uma lacuna de registros entre 1833 até 1837; cinco anos de silêncio no trabalho pastoral com os indígenas.

2.6 O retorno de Vitorino Facxó Condá junto aos aldeados

Evidentemente, que os Kaingang não haviam se evadido da convivência com os povoadores, pois se para alguns setores da sociedade imperial, a presença indígena era despercebida, para o comandante daquele povoado, capitão Antônio da Rocha Loures, não o

⁴¹⁶ Idem, p.240.

⁴¹⁷ Idem, p. 243.

era. Assim, cumprindo ordens superiores, enviava uma relação de indígenas, no ano de 1830, com 97 pessoas residindo na Freguesia de Nossa Senhora de Belém, além de listar 9 indígenas que viviam nos Campos Gerais e 4 na vila de Curitiba, a saber:

Tabela 13: Relação de Índios de 1830

Números	Relação de Índios que se acham existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830	Casados	Viúvos	Solteiros	Batizados	Pagãos	Idade
1	Vitorino Condá	C			B		25
2	Rita Faquexó sua mulher	C			B		30
3	Margarida filha			S	B		16
4	Lourença D ^a			S	B		11
5	Leócadia D ^a			S	B		7
6	Joaquim Fandó	C			B		26
7	Juliana Facam sua mulher	C			B		20
8	Inocência filho menor				B		1
9	Fellis Corenga	C			B		24
10	Inês sua mulher	C			B		30
11	Filha menor					P	
12	Claro José	C			B		21
13	Ubalдина sua mulher	C			B		17
14	Filha menor					P	
15	José Caicam/Thicam		V		B		22
16	Bruno casado, mulher ficou em São Paulo	C			B		19
17	Verí			S		P	20
18	Ruberto			S	B		14
19	Diogo			S	B		13
20	Faguaton			S		P	15
21	Serafim			S	B		10
22	Felisberto			S	B		10
23	Thereza			S	B		50
24	Rita filha		V		B		20
25	Camilo filho			S	B		9
26	Américo filho de Rita menor				B		4
27	Filho dita menor					P	
28	Luiza			S	B		60
29	Maria Clara			S	B		30
30	Manuela		V		B		30
31	Bento filho				B		9
32	Marcela filha menor				B		7
33	Francisca D ^a menor				B		3

34	Filha menor					P	
35	Guerem					P	65
36	Mucó					P	40
37	Escolastica Gapram					B	45
38	Miguel filho					B	10
39	Luciana filha					B	5
40	Clara		V			B	25
41	Filho menor					P	
42	Ana Erexó		V			B	25
43	Venancio filho					B	3
44	Filha pequena					P	
45	Francisc Gové			S		B	30
46	Filho pequeno					P	
47	Dudubina Gangue			S		B	34
48	Eva filha					B	7
49	Filha pequena					P	
50	Izabel Neri		V			B	26
51	Justa filha					B	4
52	Feliciana D ^a					B	2
53	Maria Nigó		V			B	30
54	Rosa filha					B	3
55	Filho pequeno					P	
56	Maria Corim			S		B	35
57	Fabiana filha			S		B	12
58	Vicencia D ^a					B	7
59	Domingos filho					B	2
60	Filho pequeno					P	
61	Ana Nicaí			S		B	20
62	Bernardina filha					B	3
63	Beatriz Eremo		V			B	32
64	Angelica Copran		V			B	25
65	Clara filha menor					B	3
66	Escolastica Coran		V			B	40
67	Francisco Filho					B	10
68	João dito					B	2
69	Rosa			S		B	14
70	Rita			S		B	12
71	Adriano					B	7
72	Francisco					B	10
73	Fagomo			S		P	15
74	Barbara		V			B	20
75	Josefa filha menor					B	4
76	Eusebia					B	2

77	Joaquina				B		8
Índias Casadas com Portugueses							
78	Elena casada com João Francisco	C			B		50
79	Manoel filho			S	B		13
80	Geremias dito				B		8
81	Máximo dito				B		7
82	Francisca filha			S	B		17
83	Justa dita			S	B		16
84	Maria dita			S	B		12
85	Ana dita				B		5
86	Caetana filha de Francisca				B		3
87	Genoveva casada com Bento José Gonçalves	C			B		34
88	Serafim filho				B		7
89	Ana filha			S			13
90	Maria dita				B		10
91	Simforoza dita				B		4
92	Marciana dita				B		2
93	Genoveva casada com Felix	C					25
94	Clemencia casada com Atanazio Lopes	C			B		26
95	Francisco filho				B		2
96	Ana filha				B		2
97	Filha recençada					P	
		12	11	26	77	15	
Índios que sahião desta freguesia para os Campos Gerais e Vila de Coritiba e nos campos Gerais							
1	Ambrozio Coque			S	B		
2	Manoel Menor				B		
3	Candida			S	B		
4	Maria Rita			S	B		
5	Gertrudes			S	B		
6	Maria			S	B		
7	Maria Cangre			S	B		
8	Maria Rosa			S	B		
9	Rafael			S	B		
Vila de Coritiba							
10	Salvador		V		B		
11	Joaquina	C			B		
12	Maria			S	B		
13	Ana	C			B		

Fonte: LOURES (f), Antônio da Rocha. **Relação dos Índios que se achão existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830.** AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853) Ordem 1025, Caixa 230, Documento -8A, 1830.

Essa relação nos mostra, entre outros aspectos que serão aprofundados ao longo da tese, uma dinâmica populacional consideravelmente de indígenas na freguesia de Nossa Senhora de Belém, no pós-aldeamento e com a finitude do trabalho pastoral do padre Chagas Lima. Pelas informações registradas por Rocha Loures, podemos inferir que esse grupo de indígenas estava presente junto à sociedade nacional há um bom tempo. Algumas mulheres já haviam se unido matrimonialmente com os povoadores e também com alguns degredados. O que nos chama atenção é a completa ausência desses indígenas na “Lista de Habitantes de 1828”, cujo mentor foi o próprio capitão Rocha Loures.

Não sabemos ao certo os reais motivos ou ordens superiores, recebidas por ele, que o fizeram omitir a presença indígena naquela lista. Se fizermos uma comparação rápida com os dados dos batismos realizados em 1827, com um total de 51 registros, é impossível afirmar que todos os Kaingang tenham abandonado a freguesia no ano seguinte. Temos, desse modo, um conflito de informações bastante impactante para analisar os dados reais da população da freguesia, de acordo com esses documentos. Essa dificuldade já foi observada por outros pesquisadores ao não encontrarem documentos que pudessem contribuir para os estudos populacionais em Guarapuava.⁴¹⁸

Talvez, não fosse de interesse das autoridades imperiais relacionar os indígenas junto à população na freguesia de Nossa Senhora de Belém, pois a elaboração dessas listas tinha fins específicos, conforme aponta Sergio Odilon Nadalin:

Esses antigos censos populacionais resultaram de uma tentativa de modernização da administração da colônia, a partir do projeto de um ‘déspota esclarecido’ português, o Marquês de Pombal. Entretanto, havia outras razões ditadas pelas circunstâncias particulares da época. Era necessário conhecer a composição da população afim de melhor arrecadar impostos. Além disso, sobretudo no Brasil Meridional, e em função das querelas de fronteiras com a Espanha, visava-se conhecer as potencialidades militares da população.⁴¹⁹

Não temos como afirmar se a “Lista” de 1828 foi escrita para essa finalidade por ser uma região com pouco ou nenhum comércio forte estabelecido na freguesia. Ainda para o século XVIII, diante das incertezas quanto às querelas entre Espanha e Portugal, na região sul, ocasionadas com o não cumprimento do Tratado de Madri, esses levantamentos populacionais tinham como objetivo descobrir os homens aptos a pegarem em armas e fazer a defesa das fronteiras. Para Ana Maria de Oliveira Burmester, essas listas também permitiam conhecer

⁴¹⁸ FRANCO NETTO, Op. cit., p. 54.

⁴¹⁹ NADALIN, Op. cit., p. 35.

sorratamente os “costumes da terra” daquela população recenseada.⁴²⁰

Independentemente dos motivos que impulsionavam a feitura dessas listas, para nossas análises, elas são de extrema importância por nos apresentar uma população indígena dinâmica e expressiva em diferentes fases pelas quais passou o aldeamento de Atalaia no século XIX. Assim sendo, podemos construir com uma metodologia própria e elaborar algumas trajetórias individuais de personagens indígenas, por meio das informações das listas confeccionadas pelas autoridades locais.

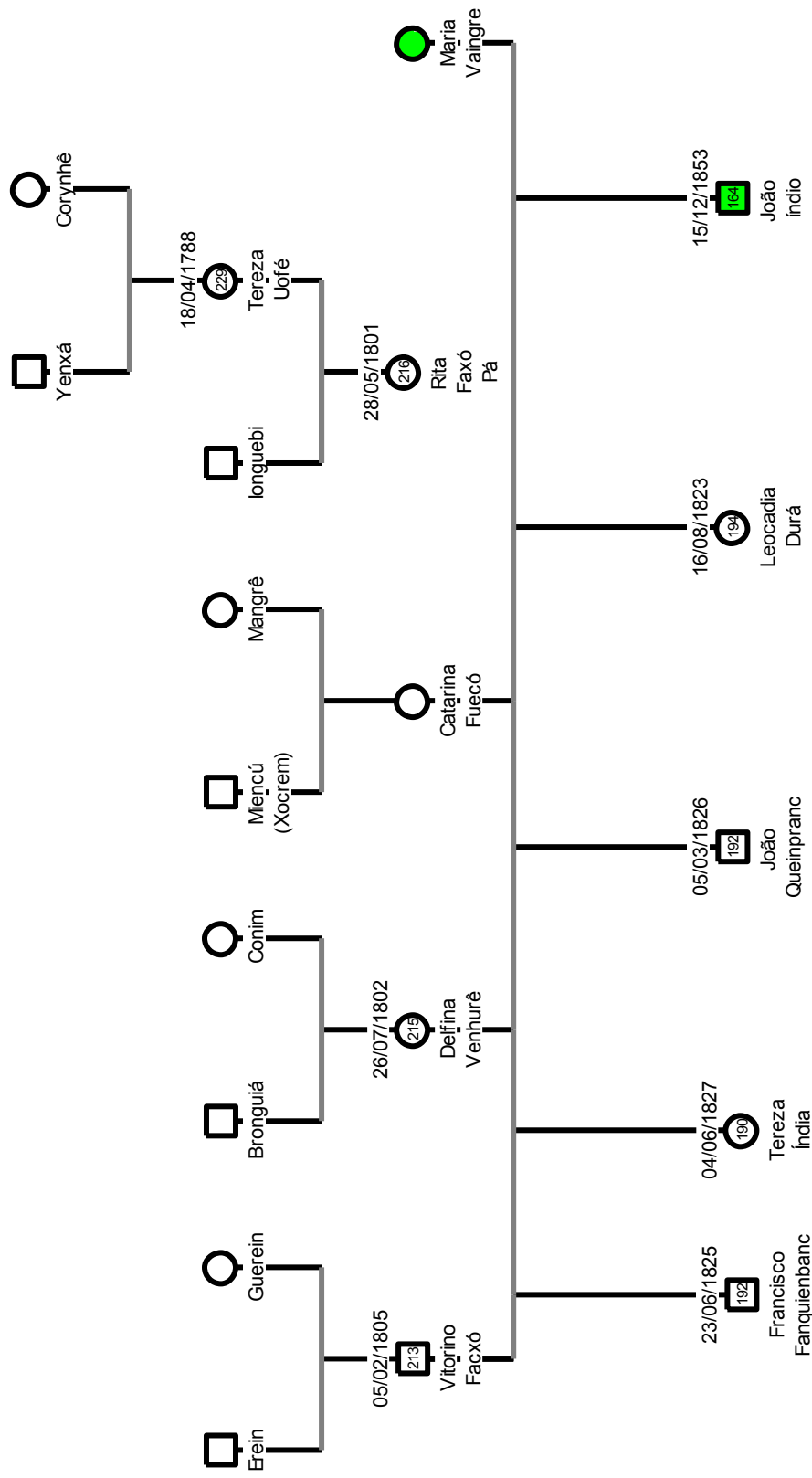
Nesse caso, identificamos o retorno do cacique Vitorino Condá na freguesia de Nossa Senhora de Belém, provavelmente, ocupando a posição de uma liderança respeitada pelas autoridades e demais indígenas, pois, se seguirmos o padrão estabelecido para confecção de outros documentos, com esse teor informativo da população e a posição social ocupada pelos moradores, podemos dizer que as primeiras pessoas, e suas respectivas famílias, no topo da lista, ocupam um lugar de destaque entre os seus pares.

Nesse caso em especial, Vitorino Condá inicia seus primeiros passos para se tornar uma liderança importante e reconhecida pela sociedade nacional. De outro modo, a presença de Condá na freguesia denota o seu retorno para esse povoado após um período distante, motivado pelas disputas internas com o capitão dos índios, Luiz Tigre Gacom. O grupo, cuja liderança estava sob responsabilidade de Condá, deixou o aldeamento em 1823. Essa lista é o primeiro documento ao qual podemos atribuir o marco da tomada de poder desse cacique na freguesia, não apenas entre os demais Kaingang, que ali estavam, mas também, marca o restabelecimento de alianças e acordos com os povoadores. Relacionar sua família no topo da lista, por Rocha Loures, significa que já tinha algum prestígio entre eles.

Ao analisar essa “Relação de Índios de 1830”, observamos que Vitorino Condá continuava casado com Rita Facxó e tinha entre seu núcleo familiar mais 3 filhas: Margarida, Lorença e Leocadia. Entretanto, construir a trajetória de Vitorino Condá na freguesia nos permitiu um olhar mais complexo das suas estratégias, não apenas com as autoridades e seus representantes locais, mas também com os demais Kaingang. Observemos a figura abaixo e as facetas dessa liderança:

⁴²⁰ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Estado e População: o século XVIII em questão. In: **Revista Portuguesa de história**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Econômica e Social, Coimbra, 1999, p. 33.

Figura 12: Família de Vitorino Faxó Condá



Fonte: LB/PNSBG/PSBJP (Elaborado pelo autor)

Muito já se escreveu sobre a pessoa de Vitorino Condá, suas estratégias de sobrevivência, suas redes de relacionamento, extensivas a outros indígenas e não indígenas, suas alianças e articulações em defesa de seus territórios, acordos e negócios com outras lideranças indígenas⁴²¹ e até mesmo afirmações um tanto quanto duvidosas que colocam em questão até mesmo seu nome indígena.⁴²² Vitorino Condá também foi batizado pelo padre Chagas Lima:

Aos sinco dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentoz e vinte, nesta capela da Atalaya em Guarapuava, baptizei solememente e pus os santos oleos a **Victorino** adulto, de idade quinze para dezasseis annos, antes denominado **Facxó**, filho de Erein e de sua mulher Guerein, índios salvagens deste continente. Foi padrinho único o Tenente Antônio da Rocha Loures, casado e morador desta povoação. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.⁴²³ (grifo nosso)

Não temos como precisar quando e como Vitorino adotou o nome Condá; provavelmente, esteja relacionado a um papel social dentro da organização sociocultural dos Kaingang ou um evento que marcou a sua vida, de forma que passou a ser reconhecido pelo grupo por esse nome. São questões que extrapolam o nosso entendimento, como já demonstramos no capítulo I, sobre o nome do “capitão dos índios”, Antônio José Pahý.

Aliás, já que mencionamos o capitão Pahý, aqui, ao contrair matrimônio com Rita Faxó e Pá, viúva, Vitorino Condá assumiu duas filhas de Pahý, Margarida e Lorença. Se observarmos com bastante cuidado a “Relação de 1830”, sem dúvida, poderíamos afirmar que se trata de suas filhas, mas não são. Elas são filhas de Pahý com Rita Faxó e Pá.

A figura 11 é uma síntese de um longo trabalho de análise e cruzamento de informações de diversas fontes documentais. Nessa pesquisa, identificamos que ele tinha quatro esposas. Três delas foram batizadas na Paróquia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e uma delas na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas/Pr. É bem provável que Condá também tivesse algum laço parental com grupos indígenas de outras localidades.⁴²⁴

⁴²¹ MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. **Condá e Viri**: chefias indígenas em Palmas-Pr, década de 1840. (Dissertação de Mestrado) PPGH-UFPR, 2010. FORTES, Pedro Henrique Ribas. **Entre a política indígena e a política indigenista**: um estudo sobre as relações políticas entre os índios e não índios em Curitiba no século XIX. (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFPR, 2014. Essas são algumas pesquisas mais atuais que discutem no todo ou partes a figura de Vitorino Condá em diferentes contextos. Vale a pena acrescentar que, ao buscar referências sobre os Kaingang no século XIX, sempre encontraremos informações acerca desse cacique, ora o colocando como participante das ações da sociedade lusobrasileira, ora traçando e organizando suas estratégias e articulações em proveito de seu grupo. Ao longo da tese e das suas referências relacionadas aos Kaingang, há, em boa parte delas, um debate sobre Vitorino Condá, sendo que o leitor poderá optar por conhecer melhor esse personagem do século XIX.

⁴²² SOUZA, Op. cit., p. 98.

⁴²³ LIMA (a), Op. cit., f.46.

⁴²⁴ De acordo com outros documentos, Vitorino Condá viveu um período entre os Kaingang do Rio Grande do Sul, especificamente, no aldeamento de Nonoai. Em Ofício datado de 1848, o padre Bernardo Pares, responsável pela catequese daquele território, informava ao presidente provincial do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos: “[...]”

Entretanto, era unido matrimonialmente conforme preceitos da Igreja Católica apenas com Rita Faxó e Pá. Não encontramos outro documento que pudesse confirmar se ele havia casado com outra esposa no rito católico. O conhecimento de que ele praticava a poligamia foi identificado pelo registro de batismo de seus filhos. Nesses documentos, crianças eram batizadas com nomes de mães diferentes e, na sua maioria, o padre Chagas Lima fazia uma observação sobre o estado cívil de Vitorino Condá. Por exemplo, no registro de seu filho, Francisco Fanquienbanc, encontramos a seguinte frase: “Vitorino é casado com outra mulher”.⁴²⁵

Diferentemente do que o padre Chagas descrevia, uma das principais referências sobre a poligamia entre os Kaingang foi feita pelo engenheiro Pierre Mabilde. Segundo suas observações, apenas “o cacique principal tem o direito de possuir muitas mulheres”.⁴²⁶ Isso demonstra entre outras questões como a chefia era representativa dentro da organização social tradicional dos Kaingang. Vitorino Condá era polígamo, embora não haja qualquer referência explícita sobre isso nos documentos imperiais e até mesmo os estudos sobre ele sinalizam com ímpeto sua atuação política, sem mencionar como estava estruturado seu núcleo familiar.

Ao observarmos a tabela 11 com mais cuidado, identificamos que os filhos da sua união com Delfina Venhurê não constavam nessa relação, o que sugere que eles tenham falecido ainda criança, pois, além de não estarem relacionados, não encontramos seus respectivos registros de óbitos em Guarapuava. Caso diferente ocorreu com o único filho que teve com Catarina Fuecô, do pequeno João Queinpranc, cuja causa da morte não pudemos identificar, mas sabemos que ele foi o último registro de óbito realizado pelo padre Chagas Lima na freguesia.⁴²⁷ Sabemos, outrossim, que sua filha com Rita de Oliveira Faxó e Pá sobreviveu e foi mencionada na relação de 1830, com suas irmãs por parte de mãe. Em relação ao seu filho, João, com Maria Vaingrê, não sabemos o destino que teve por ter sido batizado em Palmas, nas semanas finais de 1853,

os de Nonoai, já faz três anos, se apresentaram debaixo do comando de seu chefe Victorino Condá, que pediu seguridade e ofereceu que procuraria reunir a sua gente toda de sua nação nos campos ditos de Nonoai. [...] Os da Guarita (tribo do Fongue) que não quiseram se juntar aos de Nonoai, para não se sujeitarem por causa de certas desconfianças que deles tinham e que ainda dura, Tinham estado, em muitas ocasiões, nas vizinhanças da Guarita, sempre desconfiados e receosos, até que no fim do ano passado, se apresentaram na casa de Oliveira, dizendo que queriam aldear-se no lugar denominado Guarita, que dista cinco léguas da casa de Oliveira” In: OFÍCIO 06-11-1848 – **Ofício do Padre Bernardo Pares ao Presidente João Capistrano de Miranda Castro**. In: NONNEN-MACHER, 2000, Op. cit. pp. 56-57. Percebe-se, desse modo, que o tempo em que Vitorino Condá esteve em Nonoai, pode ter tido outros filhos e outras mulheres, sem que se tivesse algum registro desses casamentos e nascimento.

⁴²⁵ LIMA (a), Op. cit., f. 65v.

⁴²⁶ MABILDE, Op. cit., p. 48.

⁴²⁷ LIMA (c), Op. cit., f. 24v.

com 3 anos de idade.⁴²⁸

Em 1833, Antônio da Rocha Loures referendava outra “Relação de índios nesta Freguesia”, anexa à outra relação da população, que residia em Guarapuava, da seguinte forma:

Tabela 14: Mapa da população de Guarapuava em 1833

Mapa da população desta Freguesia e seu distrito							
Guarapuava, 16 de janeiro de 1833		Casados	Solteiro	Víuvos	Soma	Filhos	Total
Praças destacados		6	7	-	13	11	24
Paisanos empregados		1	4	-	5	-	5
Estancieiros		14	2	-	16	27	43
Negociantes		5	2	1	8	15	23
Empregados em diferentes ofícios		4	-	-	4	12	16
Jornaleiros		21	2	1	24	24	48
Lavradores		31	-	-	31	69	100
Mulheres		-	1	7	88	22	30
Captivos		-	-	-	-	-	56
Agregados		-	-	-	--	-	20
Índios	Machos	4	5	1	10	6	16
	Fêmeas	8	22	5	35	36	71
Degredados	Machos	4	2	1	7	-	7
	Fêmeas	-	1	2	3	3	6
Soma		98	48	18	164	225	465

Fonte: LOURES (g), Antônio da Rocha. **Mapa da população de Guarapuava em 1833**. AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Ordem 2015, Caixa 230, Documento 28.

Não analisaremos todos os dados constantes dessa tabela, apenas as informações que remetem aos Kaingang. Interessante observar que, para esse ano, 87 indígenas representavam 18,70% da população total residente em Guarapuava. Desse percentual, a sua maioria é de

⁴²⁸ PIMENTA (a), Francisco Xavier. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento n° 1**: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 35.

mulheres casadas, solteiras e viúvas, correspondendo a 81,60% da população indígena contra 18,40% de homens.

Ao aprofundarmos o núcleo familiar de Vitorino Facxó Condá, identificamos que ele permanece aldeado na freguesia, com variações. Ele continua casado com Rita Faxó e Pá, com mais um membro na família, Thomazia, sendo que maiores detalhes não conseguimos descobrir por não haver registro eclesiástico sobre ela. Essa é uma questão interessante, pois a pequena Thomazia foi relacionada como sendo pagã, com 1 ano de idade. É bem provável que não era mais interessante para o Vitorino estabelecer alianças por meio do compadrio. Observemos como estava a situação da sua família nesse ano:

Tabela 15: Família de Vitorino Facxó Condá

Relação dos índios aldeados em Guarapuava	Casados	Solteiros	Viúvos	Batizados	Pagãos	Ano	Meses
Vitorino Condá Facxó	C	-	-	B	-	28	-
Rita Facxó e Pá	-	-	-	B	-	33	-
Filhos							
Lourença	-	S	-	B	-	14	-
Leocadia	-	S	-	B	-	11	-
Thomazia	-	-	-	-	P	1	-
Margarida	-	S	-	B	-	21	-
Manoel filho	-	-	-	B	-	2	-

Fonte: LOURES (f), Op. cit. (Elaborado pelo autor)

Embora Margarida tenha sido relacionada como sendo filha de Vitorino com Rita, sabemos que não era. Na lista de 1830, ela aparece solteira e sem filhos. Em 1833, continua solteira, mas com um filho de 2 anos de idade, chamado de Manoel. De acordo com o livro de Batismo, o pequeno Manoel foi batizado no dia 23 de abril de 1832. Não temos o nome do pai e sua mãe é Margarida Cauên. Os padrinhos foram Manoel de Souza e Maria Joana de Araújo. O padre que realizou o sacramento e registrou essas informações foi Ponciano José de Araújo.⁴²⁹ Infelizmente, os elementos discursivos obrigatórios para registrar os sacramentos dos indígenas

⁴²⁹ ARAÚJO, Ponciano José de. **Livro de Assentos de Batismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1**: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 79v.

não seguiam o mesmo rigorismo do padre Chagas Lima, o que acabou dificultando a trajetória desses sujeitos.

As duas tabelas que analisamos até agora nos ajudam a compreender a dinâmica organizacional da chefia indígena em Guarapuava. Vitorino Facxó Condá tinha controle sobre o aldeamento e os demais indígenas que ali estavam. Desse modo, também alimentava uma ampla rede de relacionamentos com a população, tanto como representante do aldeamento, como chefe principal, mas também com suas estratégias familiares, por meio do compadrio.

Pelo que temos analisado, Vitorino deixou o comando do aldeamento para outro cacique subordinado às suas ordens, seguindo a lógica de que o primeiro a ser relacionado é o chefe principal; quem o substituiu nessa função em Guarapuava foi Joaquim Fandó, cujo nome indígena era outro: “Cafirí”.

Aos oito dias do mês de maio de mil oitocentos e vinte e sete, no oratório que serve de igreja Matriz nesta Freguesia de Belem, baptizei solemnemente e pus os santos óleos a Joaquim adulto, de idade de dezoito anos pouco mais ou pouco menos, ante denominado Cafirí, filho de Guexõe e de sua mulher Faquê, índios selvagens deste continente de Guarapuava, nascido nos sertões e hoje em dia existente nesta aldea de Atalaya. Foram padrinhos Elias de Araújo e sua mulher Maria Clara, alias, Clara Maria, moradores desta colônia. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.⁴³⁰

Observem que, no registro de batismo, aparece outro nome, o que poderia comprometer nossa análise. Entretanto, como já destacamos em outro momento, trabalhamos com uma metodologia própria e cada nome que surge, relacionado a algum evento ou documento, é cruzado com os dados de outras fontes de informação. Nesse caso específico, aconteceu ao identificarmos que sua esposa era Juliana Faquê, o que nos permitiu analisar a ata de seu casamento e confirmar que se trata da mesma pessoa, com dois nomes indígenas⁴³¹. Joaquim Cafirí Fandó chegou à Aldeia de Atalaia acompanhando Vitorino Facxó Condá, em seu retorno após alguns anos distante do povoado. Pelo que pudemos apurar na documentação, Joaquim não tinha outro vínculo de parentela na aldeia, como irmãos ou irmãs, pai e mãe, que tenham participado em algum momento da dinâmica populacional daquele povoado.

Joaquim Cafirí Fandó estava relacionado na lista de 1830, casado com Juliana Faquê/Facam e com um filho de nome Inocencio, batizado com 1 ano de idade. Na lista seguinte, de 1833, ele permanece na mesma posição anterior com sua mulher e seu filho.⁴³²

No ano de 1840, Antônio da Rocha Loures, em atendimento a uma solicitação da

⁴³⁰ LIMA (a), Op. cit., f. 72.

⁴³¹ LIMA (e) Op. cit., f. 22.

⁴³² LOURES (f), Op. cit., s/p.

Província de São Paulo, elaborava uma nova relação dos Kaingang aldeados na freguesia de “Nossa Senhora de Belém”. O primeiro núcleo familiar a ser relacionado é de Joaquim Fandó, casado com Juliana Faquê e com dois filhos: Inocencio - com 11 anos - e Alexandrina - com 8.⁴³³

Nessa relação, Vitorino Facxó Condá não estava mais no aldeamento e provavelmente já percorria os caminhos do Sul com outros objetivos. Mesmo assim, quem o substituiu no comando dos aldeados foi um dos seus caciques subordinados, nesse caso, Joaquim Cafirí Fandó, até 1841, quando ocorre sua morte.⁴³⁴ No mesmo documento, encontramos duas listas; uma delas com a relação dos aldeados, cujo total é de 38 pessoas, e outra lista de indígenas, que estão na casa de particulares na freguesia de “Belém”, com 61 indivíduos, quase o dobro dos aldeados.⁴³⁵

Sobre esse aspecto é importante frisar que estar relacionado como vivendo em casa de particulares não significa, obrigatoriamente, que esses indígenas estavam na condição de exploração de seu trabalho, como algumas obras têm afirmado. É preciso um cuidado maior na sua análise documental, cruzando determinadas informações com outras fontes para, então, chegarmos mais próximos à realidade daquele contexto. Vejam que interessante se torna esse tipo de documentação para os estudos demográficos de maneira geral, mas, principalmente, porque podemos conhecer melhor como funcionava essa dinâmica social em uma freguesia, no império do Brasil, quando a convivência entre indígenas e não indígenas é uma constante.

Sobre essa lista, temos a esclarecer que nem todos estavam numa condição subalterna ou viviam a possibilidade de exploração de sua mão de obra pelos chefes de domicílio. Não podemos, de modo algum, negar uma certa ocorrência de protagonismo desses indígenas e suas estratégias de sobrevivência em contextos diversos. Dessa forma, na lista de 26 de novembro, Claro José Cavalheiro aparece casado com Ubaldina, sua mulher, e seu filho Felisbino, residindo em casa de particulares. De acordo com algumas interpretações, eles estariam sendo explorados nas atividades domésticas nas casas dos povoadores luso-brasileiros.⁴³⁶ O casal, Claro e Ubaldina, provavelmente, desenvolvia atividades domésticas, mas não era em outras casas, e sim, em sua própria residência.

No mesmo ano de 1840, especificamente no dia 25 de março, o Juiz de Paz daquela localidade, Francisco Aires de Araújo, informava às autoridades de Castro, bem como à

⁴³³ LOURES (d), Op. cit., s/p.

⁴³⁴ LIMA (c), Op. cit., f. 26v.

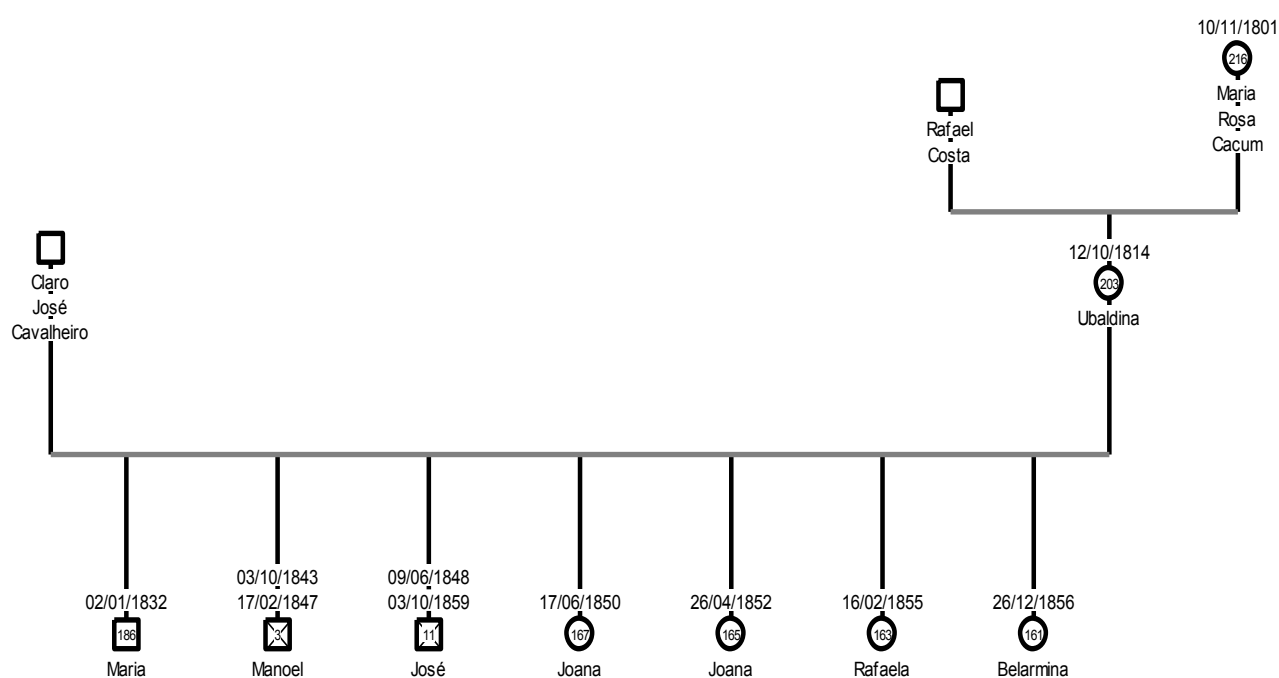
⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ SOUZA, Op. cit., p. 260.

população da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, que Claro residia no 2º Quarteirão da freguesia⁴³⁷. De acordo com a lista, estava assim organizado o domicílio dele: “4. Claro José (Índio), casado com Ubaldina Maria, com 30 e 25 anos, índios. Filhos: Felisbino, Maria e Ursula, com 5, 10 e 2 anos.”⁴³⁸

De acordo com o livro de batismo, o casal compareceu à pia batismal para sacramentar seus filhos em sete ocasiões. Entretanto, não identificamos o registro de Felisbino e de Ursula. Isso implica dizer que eles tiveram nove filhos ao todo. Não sabemos as razões pelas quais esses dois sacramentos não foram registrados no livro competente, mas podemos inferir a hipótese de que o sacramento foi realizado ou, por um algum motivo, acabaram ficando de fora do livro de Batismo. Sabemos, outrossim, pela tabela número 3, que houve ausência de registros no ano de 1835 e 1836.

Figura 13: Família de Claro José Cavalheiro



Fonte: LB-LO/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Não sabemos ao certo as origens de Claro José Cavalheiro, mas é bem provável que ele era morador nos campos gerais e que tenha se juntado aos membros da expedição em 1810.

⁴³⁷ ARAÚJO, Francisco Aires de. **Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840**. In: BORBA, Oney Barbosa Dados transcritos do original da Câmara de Castro. RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁴³⁸ Idem, p. 38.

Fazer parte desse empreendimento significava para alguns a possibilidade de algum ganho, tanto no desenvolvimento de algum ofício ou até mesmo para possuir algum pedaço de terra para seu sustento. Na ata de seu casamento com Ubaldina, essa filha única do degregado Rafael da Costa com Maria Rosa Cacum, não identificamos muitas informações a seu respeito: “Aos vinte dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte e sete[...] filho de pai incógnito e de Clara Roza dos Prazeres.”⁴³⁹ Normalmente, como ocorreu em diversos registros de casamento, o padre Chagas Lima deveria ter mencionado qual sua origem, onde ele residia antes de chegar à freguesia.

De todo modo, a fim de melhor informar o leitor sobre a trajetória de Claro José Cavalheiro e Ubaldina, com um relativo grau de segurança, percebe-se que foi declarado, no ano de 1835, na Lista de Habitantes, sendo que exercia a função de Jornaleiro e tinha plantado quatro alqueires de milho. Declarou ser dono de 3 cavalos e 5 vacas, morador nos campos denominados de Sepultura.⁴⁴⁰

Na Lista de Habitantes de 1840, encontramos o casal residindo no 2º quarteirão da freguesia com três filhos.⁴⁴¹ Dois anos depois, cumprindo uma determinação do bispado de São Paulo, o padre Antônio Braga de Araújo organizou uma lista denominada “Rol de Parochianos da Freguezia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava”. Nesse documento, encontramos novamente o casal, residindo no 4º Quarteirão da Sepultura, com seis filhos.⁴⁴² O mesmo se repete para o “Rol de Desobriga Quaresmal de 1853”.⁴⁴³ Entretanto, no “Rol de Parochianos de 1863”, houve uma pequena alteração, sendo que o casal está relacionado como residente no 5º Quarteiro, denominado de Charquinho.⁴⁴⁴

Os próximos documentos que encontramos sobre o casal dizem respeito às suas mortes. Ubaldina Maria do Espírito Santo faleceu no dia 27 de outubro de 1879, de enfermidade, cuja causa não foi especificada pelo padre Antônio Braga de Araújo. Sabemos, também, que recebeu os sacramentos da penitência e da unção dos enfermos, de maneira que foi celebrada uma missa de corpo presente.⁴⁴⁵ Claro José Cavalheiro faleceu 7 anos depois, de moléstia desconhecida,

⁴³⁹ LIMA (e), Op.cit., f. 22v.

⁴⁴⁰ **LISTAS DE HABITANTES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA, 1828 E 1835.** Cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS. Curitiba, UFPR.

⁴⁴¹ ARAÚJO. Francisco Aires de. Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840. In: BORBA, Oney Barbosa. **Dados transcritos do original da Câmara de Castro.** RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁴⁴² ARAÚJO (a), Op. cit., p. 55.

⁴⁴³ ARAÚJO (b), Op. cit., p. 37.

⁴⁴⁴ ARAÚJO (c), Op. cit., s/p.

⁴⁴⁵ ARAÚJO (d), Antônio Braga de. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuava. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 189.

no dia 15 de junho de 1886. Segundo informações do seu registro de óbito, Claro tinha oitenta anos de idade, não recebeu sacramentos e seu corpo foi encomendado pelo padre vigário interino, José Stumbo.⁴⁴⁶

Encerrava-se aqui uma história de vida iniciada de uma união sacramentada pelo padre Chagas Lima, em 1827, cuja trajetória percorreu caminhos de idas e vindas junto aos aldeados e como proprietário de uma pequena porção de terras, onde plantava e criava seus animais. Por ter sido casado com Ubaldina, filha de Maria Rosa Cacum, foi por diversas vezes relacionado e confundido como sendo indígena nas “Relações de Índios de 1830 e 1833”. Na lista de 26 de novembro de 1840, ele e sua família são relacionados como residentes em casa de particulares, o que sugere estarem em uma situação de trabalho compulsório na casa de algum potentado local. Com um relativo grau de segurança, podemos afirmar que o casal tinha condições mínimas de sobrevivência e, dadas suas condições sociais, alimentaram sua prole em sua propriedade, conforme demonstramos na documentação citada.

Retomando algumas questões pertinentes a essas listas referenciadas, temos a dizer que, para além das chefias já debatidas nessa seção, como Vitorino Facxó Condá e Joaquim Cafirí Fandó, acreditamos, com um certo grau de segurança, que existiam nesse contexto ou nessas listas mais três lideranças importantes residindo na freguesia de Nossa Senhora de Belém, sendo eles: José Caicang, Viri e Francisco Luiz Tigre Gacom.

A trajetória de José Caicang começa com seu batismo realizado no dia 25 de março de 1815. Ao que parece, no mesmo dia, houve uma grande festa religiosa para receber não apenas José Caicang no grêmio da igreja, como também mais treze jovens indígenas que eram batizados, tendo, na sua maioria, como padrinhos de batismo, o tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e sua esposa, Dona Rita de Oliveira Buena. De acordo com as informações deixadas pelo padre Chagas Lima, o dia era de grande júbilo por batizarem quinze indígenas que haviam sido catequizados por ele há dois anos; agora, ingressavam na religiosidade cristã, num dia simbólico para o catolicismo, o sábado santo.⁴⁴⁷

Na mesma cerimônia, sua esposa Cecília Hericá, com 11 anos de idade, também era batizada. Pelo que pudemos acompanhar nos registros de batismo, desde o ano de 1812 até 1815, esses 14 indígenas representavam a eficácia do trabalho de catequese e civilização. Não era apenas um ato religioso, mas sim, uma amostragem real da política indigenista, da qual a

⁴⁴⁶ STUMBO, José. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuaba. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Livro 3, f. 87v.

⁴⁴⁷ LIMA (a), Op. cit. f.29, 29v., 30, 30v., 31.

catequese era seu mais significativo representante. Com exceção de mais dois casamentos, José Caicang e Cecília Hericá eram o terceiro casal de indígenas a unirem-se matrimonialmente, conforme orientações do catolicismo:

Aos trinta dias do mês de novembro de 1816, pela manhã, nesta capela da Povoação da Atalaya de Guarapuava, depois de feitas as denúncias canônicas, sem aparecer impedimento algum, nem eu o saber, em minha presença e das testemunhas o Tenente Antônio da Rocha Loures, comandante interino de esta Expedição e Elias de Araújo, soldado da mesma, se receberam por Marido e Mulher como manda a Santa Madre Igreja, José Caicang, filho de Iongong e de sua mulher Famueuê, com Cecília Hericá, filha de Varaipim, já defunto e de sua mulher Üetem, ambos os contraentes nacionais deste continente de Guarapuava e assistentes nesta povoação da Atalaya, onde foram batizados. E logo receberam as bênçãos matrimoniais na Missa Subsequente e forma do Ritual Romano. O vigário Francisco das Chagas Lima. Assina Antônio da Rocha Loures e Elias de Araújo.⁴⁴⁸

Para além de servirem como um exemplo a ser seguido por outros indígenas, a união matrimonial deles acenava para a possibilidade de conversão, para um considerável abandono dos modos socioculturais relacionados aos Kaingang. Essa assertiva está relacionada em função da forma de vida dos pais de ambos. José Caicang era filho Iongong, polígamo. Isso implica dizer que ele era uma figura respeitável entre seus pares e perante seus inimigos também.

Ao longo das nossas análises sacramentais de batismo, identificamos registros nos quais Iongong é acusado pelo religioso de manter em seu leito conjugal três mulheres, sendo: Monica Famueuê, com 50 anos; Maria Dopirí, com 40 anos; e Cristina Cateim, com 25 anos. Elas foram batizadas no mesmo dia, 18 de abril de 1818, sendo padrinho delas, unicamente, Elias José do Espírito Santo.⁴⁴⁹ Uma informação interessante sobre Maria Dopirí e Cristina Cateim é que elas eram irmãs, filhas de Baicoró e Pombú.⁴⁵⁰

Há dois momentos importantes sobre esse núcleo familiar, de maneira que precisamos percorrer algumas linhas para depois retornarmos à trajetória de José Caicang. Seu pai, Iongong, foi um dos chefes indígenas que não aderiu ao pedido do padre Chagas Lima para abandonar a poligamia, no ano de 1812. Mesmo com a epidemia dizimando boa parte dos indígenas, que vieram até o povoamento de Atalaia, em busca de amenizar suas enfermidades, Iongong não permitiu que o padre Chagas Lima lhe ministrasse o sacramento de Batismo, talvez, por uma estratégia de defesa, mas autorizou que seus filhos enfermos fossem batizados.

Conforme relato do padre Chagas Lima, Iongong chegou ao abarracamento com 4 esposas e, nesse espaço, agregou ao seu núcleo familiar mais uma esposa, totalizando 5

⁴⁴⁸ LIMA (e), Op. cit., f. 9.

⁴⁴⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 39v.

⁴⁵⁰ Idem.

mulheres.⁴⁵¹ Após um período junto aos povoadores e sentido-se pressionado pelas exortações do padre Chagas Lima, para que abandonasse suas mulheres e assumisse os princípios cristãos, Iongong se retira do povoamento e retorna para os sertões de Guarapuava. Padre Chagas Lima, passado o sufoco da epidemia entre os indígenas, desabafou, lamentando que as cinco mulheres de Iongong haviam sobrevivido àquele infortúnio.⁴⁵² Três delas retornaram em 1818 e buscaram o batismo cristão junto ao padre Chagas Lima. Iongong, depois de um período distante do povoado luso-brasileiro e dos aldeados, retorna ao convívio deles apenas em 1826, quando autoriza a realização do batismo em sua filha, Joana Nherá, no dia 13 de maio:

Aos treze dias do mês de maio de 1826, no Oratório que serve de Igreja Matriz nesta freguesia de Belém, precedendo o consenso de seus pais, baptizei solemnemente e puz os santos oleos a Joana inocente de hum ano pouco mais ou menos, antes denominada Nherá, filha de Iongong e de sua mulher Fuecrem, índios Barbaros e pagãos, habitantes nos sertões deste continente de Guarapuava, que entre outros mais vieram presentemente procurar a comunicação com esta freguesia. Foram padrinhos Elias de Araújo, casado, e Maria Joaquina, mulher de Miguel Murones Galapre. Do que para constar faço este assento. O Vigario Francisco das Chagas Lima.⁴⁵³

Observem que Iongong busca comunicação com os povoadores luso-brasileiros pouco mais de um ano desde o ataque fatídico que resultou na morte de Luiz Tigre Gacom e mais 26 indígenas. Inclusive, nesse ataque, duas esposas de Iongong, Monica Famueuê e Cristina Cateim, foram assassinadas.⁴⁵⁴ Devemos considerar, com um certo grau de segurança, que Iongong era inimigo de Luiz Tigre Gacom e se manter distante dos povoadores significava também uma estratégia de sobrevivência.

No mesmo dia em que Joana Nherá foi batizada, mais quatro adultos compareceram à pia batismal para serem ungidos com o óleo dos catecúmenos, pelo padre Chagas Lima; foram eles: Escolastica Moreê, com 26 anos; Manuel Vaicang, 13 anos; Brigida Ereihô, 20 anos; Senhorinha Vaicom, 18 anos, respectivamente.⁴⁵⁵ Esses últimos tinham sido catequizados pelo padre Chagas Lima durante um ano e, oportunamente, fez os seus batismos com os indígenas recém-chegados do sertão, no propósito de convencê-los a participar de tal ritual como caminho para a salvação de suas almas.

Tudo indica que Iongong e seu grupo voltam para o sertão e só retornaram em 1827, quando, a 9 de outubro, dois filhos dele com sua mulher, Ganhuhô são batizados, Manuel

⁴⁵¹ LIMA (d), Op. cit., p. 237.

⁴⁵² Idem, p. 239.

⁴⁵³ LIMA (a), Op. cit., f. 66.

⁴⁵⁴ LIMA (c), Op. cit., f. 21v.

⁴⁵⁵ Idem, f. 66 e 66v.

Nenerá, com 5 anos, e Joaquina Nigraxó, com 2 anos.⁴⁵⁶ No mesmo dia, Iongong, “ferido mortalmente”, sem seu consentimento, é batizado pelo padre Chagas Lima, em seu leito de morte:

Aos nove dias do mês de outubro do ano de mil oitocentos e vinte e sete, nesta Freguesia de Belém, faleceu da vida presente Manuel Iongong Xó, de idade de trinta e tantos anos, casado que fora no paganismo com duas ou três mulheres. Foi por mim batizado na hora da sua morte, estando mortalmente ferido, porem certamente com vida porque ainda gemia e assim continuou por espaço de hua hora pouco mais ou menos. Seu corpo foi por mim recomendado e seu corpo sepultado no cemitério desta Freguesia. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.⁴⁵⁷

Interessante a insistência do padre Chagas Lima de batizar Iongong, quase como uma fobia pela conversão do indígena polígamo, que o atormentava desde 1812, quando ele se negou a deixar suas esposas e retornou ao sertão. Iongong nunca concordou com seu batismo, mas permitiu que seus filhos fossem batizados, provavelmente, por conta de algum ganho pessoal, como objetos, ferramentas e até mesmo considerando a convicção de uma aliança com a sociedade nacional. Entretanto, pelo teor das informações do seu registro de óbito e de batismo, ao mesmo tempo, podemos afirmar que Iongong resistiu, até onde sua consciência permitiu, que não queria o sacramento do batismo, mas, como ele estava agonizando, foi batizado, sem o seu consentimento, pelas mãos do padre Chagas Lima.

Esse fato é bastante emblemático em que um sacerdote idoso, cansado e enfermo reunia suas últimas forças para converter um Kaingang, polígamo, ferido e próximo da morte à salvação de sua alma com a graça do sacramento do batismo. Não sabemos, nem podemos afirmar se ambos tiveram o regozijo esperado; de um lado, Iongong resistindo e perseverando na sua negativa de assumir o cristianismo; e, de outro, padre Chagas Lima, insistente e invasivo, no propósito de salvar a alma indígena do “pecado original”.

Retomando algumas questões pertinentes sobre a trajetória de José Caicang, sabemos que, de sua união matrimonial com Cecília Hericá, tiveram seis filhos, dos quais três faleceram ainda crianças, conforme poderemos visualizar na figura abaixo. Um dado interessante, sobre o qual não encontramos informações para melhor esclarecer nossas questões e melhor informar ao leitor, é sobre o falecimento de Cecília Hericá. Não encontramos seu registro de óbito no livro competente. Pode ser que, na transição entre a saída e chegada de um novo padre para assumir as funções religiosas, logo após o padre Chagas Lima deixar a pároquia, em 1828, não houve o cuidado de registrar algumas mortes que ocorreram nesse período. Ficamos sabendo

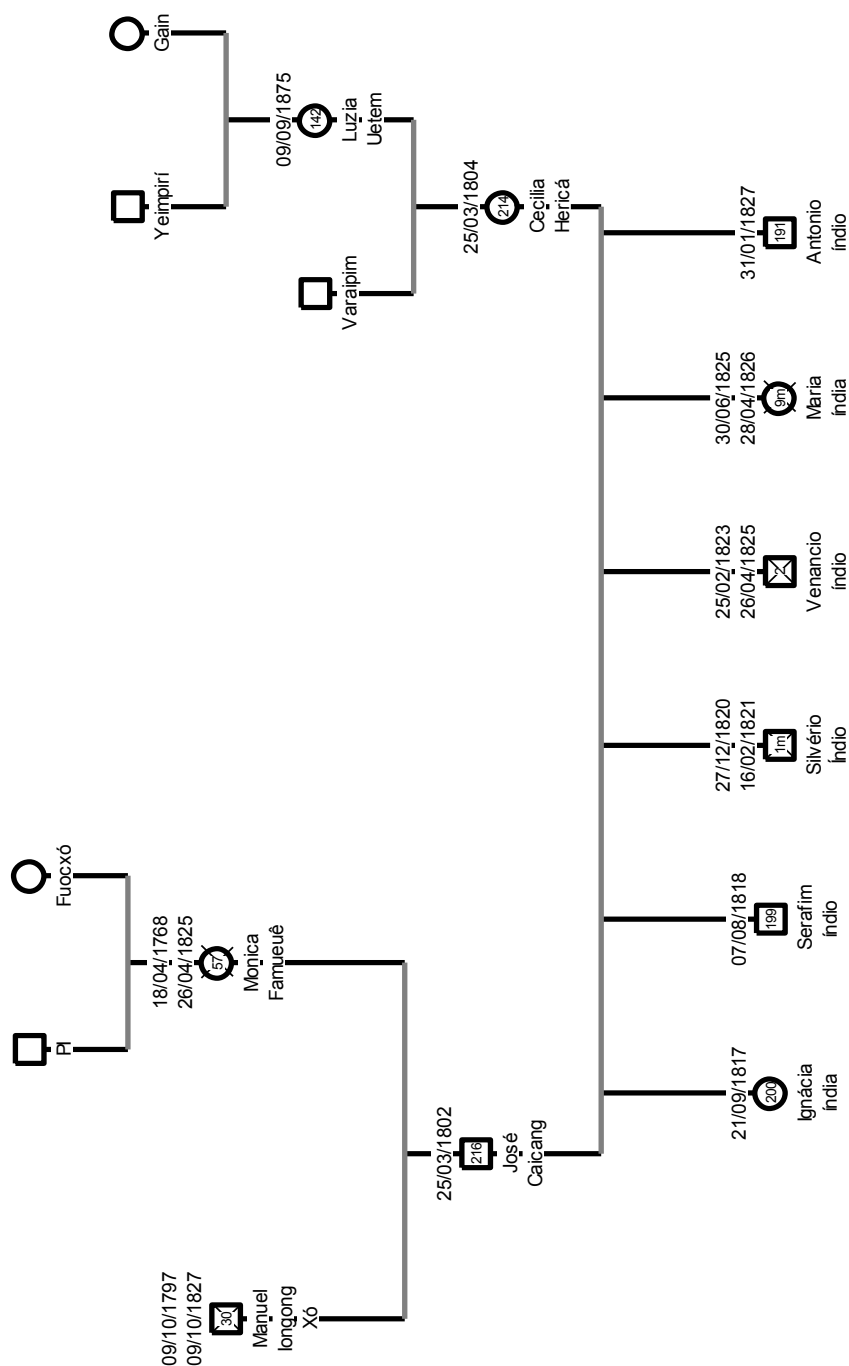
⁴⁵⁶ Idem, f. 75.

⁴⁵⁷ LIMA (c), Op. cit., f. 24.

que José Caicang era viúvo na “Relação de índios de 1830”, quando Antônio da Rocha Loures relata sua situação.⁴⁵⁸

Vejam como estava constituído o núcleo familiar de José Caicang, de acordo com informações do livro de batismo, casamento e óbito:

Figura 14: Família de José Caicang



Fonte: LB-LC-LO/PNSBG (Elaborado pelo autor)

⁴⁵⁸ LOURES (f), Op.cit., p.1.

Ao construir a trajetória do casal, identificamos que Cecília Hericá era filha de Varaipim, também polígamo. Isso implica dizer que a união deles representava, entre outros aspectos, uma aliança importante para os seus pais; permanecendo junto aos povoadores luso-brasileiros, poderiam auxiliar seus núcleos familiares em alguma demanda que, por ventura, pudesse partir de seus laços parentais. Padre Chagas Lima não dispensou esforços para eliminar a poligamia entre os Kaingang e, sempre que a ocasião permitia, repetia suas elocubrações cristãs na conversão de tais indígenas. De acordo com ele, Varaipim, deixando o abarracamento de Atalaia, logo após o restabelecimento da saúde de suas mulheres, deslocou-se a oeste, nas margens do rio Dorim, onde, segundo informações que recebeu, foi morto por outros indígenas.⁴⁵⁹

Não sabemos qual foi o destino de seus filhos Ignácia e Antônio, após a morte de Cecília. Na relação de 1830, identificamos apenas Serafim, com 10 anos de idade, batizado e solteiro. Depois, não encontramos mais evidências sobre os três indígenas. Nas listas subsequentes, de 1833 e 1840, José Caicang continua presente nesses documentos, na condição de viúvo. Em nossa compreensão, José Caicang tinha condições de exercer a função de cacique entre os demais, que permaneciam aldeados na freguesia de Nossa Senhora de Belém. Das três relações de índios que analisamos, 1830, 1833 e 1840, respectivamente, mapeamos os potenciais Kaingang que poderiam assumir essa função por pertencerem a uma linhagem de chefes indígenas. São eles:

Tabela 16: Potenciais chefes indígenas

Nome	Idade/Ano		
Vitorino Facxó Condá	25 -1830	28 -1833	Ausente
Joaquim Fandó	26 -1830	29 – 1833	31? – 1840
José Caicang	22 - 1830	25 -1833	37 – 1840
Veri/Viri	19 - 1830	23? - 1833	Ausente
Francisco Luiz Tigre Gacom	10 - 1830	13 - 1833	19- 1840

Fonte: RI (1830/1833/1840) - (Elaborado pelo autor)

Observem que, para cada ano em que foi confeccionada a “Relação de Índios”, o recenseador deu idades diferentes para alguns deles. Tal fato é por nós sinalizado com um ponto de interrogação, sugerindo que sua idade é, no mínimo, questionável. A grande questão que se coloca é a informação extraída desses documentos a respeito da ausência dos caciques Vitorino Facxó Condá e Viri do convívio com os Kaingang aldeados na freguesia. Pelo que pudemos

⁴⁵⁹ LIMA (d), Op. cit., p. 243.

perceber, na documentação, quem assume o comando dos aldeados é Joaquim Fandó, sendo relacionado no topo da lista de 1840, conforme já apresentamos anteriormente.

O falecimento de Joaquim Cafiri Fandó aconteceu em novembro de 1841; encontramos um documento eclesiástico, denominado “Rol de Paroquianos”, no qual o nome de José Caicang está no topo da lista, sugerindo que ele tinha controle sobre o aldeamento e um certo prestígio com os Kaingang ali aldeados.

Tabela 17: Kaingang aldeados (1842)

Nº	NOME	COR	ID	EC	S	OBS
[088]	José Caicang	P	40	C	M	
	Hermenegildo Covaican	P	24	S	M	
	Francisco Luiz	P	22	S	M	
	André Vainhorem	P	26	S	M	
	Silvestre Gorem	P	44	S	M	
	Dogani	P	20	S	M	
	Francisco	P	23	S	M	
	Theresa Goté	P	70	V	F	
	Maria Vainhená	P	25	C	F	Casou-se
	Florisbella Filha	P	4	S	F	
	Maria Nigó	P	44	V	F	
	Rosa Congrein	P	18	S	F	
	Rufina Niguaxá	P	26	S	F	
	Alexandrina (Filha Rufina)	P	6	S	F	
	Marinha (Filha Rufina)	P	2	S	F	
	Margarida	P	24	S	F	
	Andresa Grandonó	P	50	V	F	
	Catharina Faqueimbam	P	28	S	F	
	Francisco Filho	P	2	S	M	
	Gritan Dita	P	4	S	M	
	Joaquina Cogem	P	38	S	F	
	Candido Filho	P	5	S	M	
	Manoel Dito	P	2	S	M	
Maria Lucia	P	44	V	F		
Vicência Jangra	P	24	S	F		
Maria Filha	P	3	S	F		
[000]	Joaquina Dita	P	1	S	F	
	Francisca Jose	P	36	S	F	

	Rita	P	21	S	F	
	Maria Filha	P	3	S	F	
	Salvador	P	0	S	M	Filho de Rita
	Rita Jangua	P	31	V	F	
	Escolastica Conanin	P	48	C	F	

Fonte: RDQ – 1842- (Elaborado pelo autor)

Essa é a última relação em que encontramos José Caicang no topo da lista e, logo abaixo, o nome de Francisco Luiz Tigre Gacom, relacionado na linha três. No “Rol de Desobriga Quaresmal de 1853” e no “Rol de Paroquianos de 1863”, os dois indígenas não aparecem mais nas listas como residentes no aldeamento. Ao que parece, até mesmo o termo aldeamento não será mais usado como referência para demonstrar a existência de um espaço territorial ocupado pelos Kaingang.

Outra chefia indígena, que permaneceu algum tempo em Guarapuava, foi Viri. Pelo que pudemos descobrir sobre a permanência dele junto aos aldeados, mantinha uma boa relação com o Vitorino Facxó Condá, ao ponto de deixar a freguesia junto com Condá entre 1835 a 1840. Na “Relação de Índios de 1830”, Viri é relacionado com 20 anos de idade, solteiro e pagão.⁴⁶⁰ Analisando o livro de batismo da paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e da paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas não encontramos o registro de batismo de Viri. Ao que parece, esse cacique não aceitou comparecer à pia batismal em nenhuma das duas paróquias. Como desdobramento da sua resistência em ser ungido com óleo sacramental, mais difícil seria encontrar o registro de seu matrimônio, que, aliás, não se confirmou em nenhum povoado. Essa situação se reproduz na “Relação de Índios de 1833”.⁴⁶¹

Ainda que Viri estivesse firme em seu propósito de permanecer distante da religiosidade cristã, permitiu, talvez por alguma estratégia implícita, que seus filhos fossem batizados na paróquia de Palmas. Analisando o livro de batismo daquela paróquia, ficamos sabendo que Viri era casado com Josefa e tinham 3 filhos: Gertrudes, Ignácio e Justina. Dentre as chefias indígenas até aqui nomeadas, Viri é uma das figuras mais emblemáticas e controversas, no que diz respeito à aproximação dele e de sua família aos preceitos da religião católica. No batismo de sua filha Gertrudes, ocorrido no dia 30 de janeiro de 1844, Viri e sua esposa Josefa são recebidos pelo padre José Antônio de Camargo e Araújo, sem grandes solenidades, pelo que pudemos apurar desse sacramento. Nem mesmo é mencionada a idade aproximada de Gertrudes

⁴⁶⁰ LOURES (f), Op. cit., f. 01.

⁴⁶¹ LOURES (h), Op. cit., f.01.

e não teve padrinhos de batismo.⁴⁶²

Se compararmos aos sacramentos realizados com essas características em Guarapuava, indicam que a pessoa era batizada com alguma enfermidade grave ou em perigo de vida. Pode ser que essa seja a real situação do caso de Gertrudes. Entretanto, pode estar relacionado ao descuido do padre que fez o registro de batismo, mas parece que não é esse caso, pois o mesmo padre presidiu a celebração de batismo do segundo filho de Viri e Josefa, em 1849, com mais detalhes. Ignácio foi batizado no dia 10 de fevereiro de 1849, na povoação de Palmas. Seus padrinhos foram Ignácio Fernandes Siqueira e Ana Maria Duarte. Ao fazer referência aos pais do batizando, o padre José Antônio acrescentou: “são bugres pagãos.”⁴⁶³

Temos mais um dado concreto de que Viri ainda não tinha aceitado o sacramento cristão e, portanto, fazia questão de reafirmar tal opção para os padres que ia encontrando por onde passava. Essa informação reforça, mais uma vez, o quanto Viri era convicto nas suas opções, não deixando dúvida de que agia de acordo com seus princípios. Embora, seja real sua permissão para que seus filhos fossem batizados, provavelmente por algum interesse, não cedia totalmente aos valores do cristianismo. O casal, Viri e Josefa, compareceu à pia batismal, pela terceira vez, na povoação de Palmas, agora, para batizar sua filha Justina, com 5 dias de vida. Seus padrinhos foram Amaro Antônio do Nascimento e Gertrudes Maria. Na ocasião, o padre que realizou tal sacramento foi Joaquim Gonçalves Pacheco.⁴⁶⁴

O fato é que Viri tinha condições de assumir o comando dos aldeados em Guarapuava, mas, provavelmente, foi convencido pelos potentados locais a permanecer nos campos de Palmas. Em uma correspondência do comandante do corpo de pedestres estabelecidos naquela povoação, capitão Hermógenes Carneiro Lobo informava às autoridades de São Paulo, em ofício, algumas decisões importantes sobre os acordos estabelecidos entre ele e os indígenas da região:

No dia 20 de abril próximo passado, chegou o indio Vitorino que lhedi o posto de Capitão Mor em nome do Ilmo Sr. Presidente desta província, e elle nomeou ao Veri tenente, e Mathias alferes, e Manoel sargento de sua companhia, que se compoen de 16 a 20 di armaz, 16 mais ou menos de 12 anos para baixo, de 30 a 40 mulheres de perto para cima mais ou menos que não posso contar o número certo por estarem huns em cassadas, outros distante daqui em o novo abarracamento em querer aproveitar o porque vai para Palmas pelo rio: breve darei o número delles [...]⁴⁶⁵

⁴⁶² ARAÚJO, José Antônio de Camargo. **Livro de Batismo 1A**. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas. (1843-1879), f. 6.

⁴⁶³ Idem, f. 13.

⁴⁶⁴ PACHECO, Joaquim Gonçalves. **Livro de Batismo 1 A**. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1879), f. 20.

⁴⁶⁵ FERREIRA, Hermógenes Carneiro Lobo. **Ofício ao Presidente da Província de São Paulo Manoel Machado Nunes**. 02 de abril de 1840, Arquivo do Estado de São Paulo, C-230, P-1, D-44, O-1025.

Estrategicamente, Vitorino e Viri se retiraram da freguesia de Guarapuava, já almejando algum ganho com os povoadores que iam cada vez mais se estabelecendo em Palmas. Além de receber algum dinheiro pelo trabalho que desenvolviam naquela localidade, tinham também outro ganho real e concreto: o controle sobre territórios e sobre outros grupos indígenas, com a ajuda das armas reais e dos povoadores. Sobre esse aspecto, Rosangela Leite afirma que os indígenas, estabelecidos em Palmas, eram usados na “abertura de estradas, para formação de aldeamentos e na colheita da erva mate”, entretanto pela sua instabilidade em tais atividades eram considerados com uma certa frequência, vadios e inconstantes.⁴⁶⁶

De todo modo, em nosso entendimento, dos cinco chefes indígenas que foram relacionados neste capítulo, acreditamos que o que mais se destacou na freguesia, e depois vila de Guarapuava, foi o filho do último “capitão dos índios” de Guarapuava, Francisco Luiz Tigre Gacom.

Francisco Gacom foi um dos poucos indígenas remanescentes do aldeamento de Atalaia que permanece em Guarapuava, convivendo com a população local e desempenhando funções “descomunais” para aquele período, tendo chegado ao posto de oficial de Justiça, em 1855. Levando em consideração a excepcionalidade desse personagem histórico, pouco analisado pela historiografia indígena, optamos por apresentá-lo em uma seção específica.

2.7 Francisco Luiz Tigre Gacom, chefe indígena?

No Rol de Paroquianos de 1842, encontramos Francisco Luiz Tigre Gacom chefiando um domicílio no 1º quarteirão da freguesia. Nessa relação, Francisco está com 25 anos e casado com Rufina Maria Ninguaxó, com 24 anos de idade e três filhos: Alexandrina, de 7 anos, Marinha, de 3 anos e Joaquim (Falecido)⁴⁶⁷. Francisco Luiz Tigre Gacom e sua esposa, Rufina Maria Ninguaxó, uniram-se conforme as orientações do catolicismo no ano seguinte à feitura dessa lista, conforme aponta o registro de matrimônio:

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e quarenta e três, nesta freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, tendo procedido todas as diligencias do costume, dispensadas do impedimento de consangüinidade em que se achavam ligados, conferida pelo juízo eclesiástico desta comarca, em presença do Muito Reverendo Manoel José Cabeças de Castro, com licença minha e das testemunhas abaixo assinadas: Francisco José da Costa e Antônio Gonsalves Portugues, ambos casados e pessoas de mim reconhecidas, aquele freguês desta paróquia e este de Ponta

⁴⁶⁶ LEITE, Op. cit. p. 109.

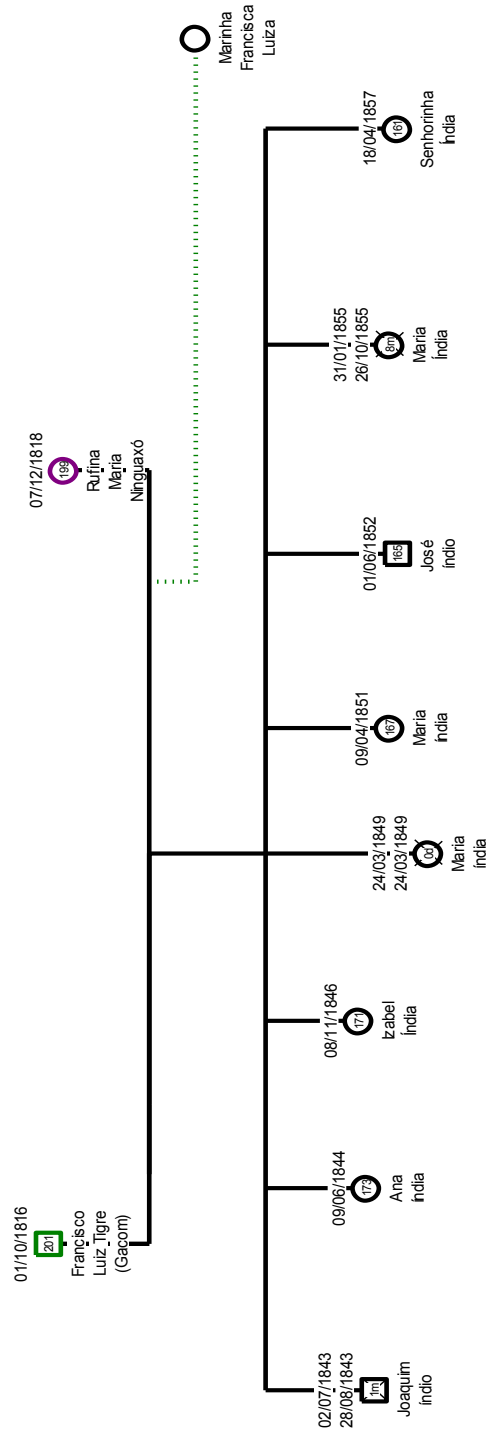
⁴⁶⁷ ARAÚJO (a), Op. Cit., s/p.

Grossa, as cinco horas da tarde se receberam em matrimonio por palavras de presentes, e in facie ecclesia : **Francisco Luiz**, filho legitimo de Luiz Tigre Gagon, já falecido e de Escolastica Maria índios, com **Rufina Maria Ninguaxó** filha de pai incógnito e de Andreza Grendoró. Ambos os contraentes são fregueses. Receberam logo as benções nupciais em conformidade do Ritual Romano. Do que para constar faço este assento. O vigário Antônio Braga de Araújo.⁴⁶⁸(grifo nosso)

De acordo com os registros históricos de batismo e matrimônio dos Kaingang, em Guarapuava, Francisco Gacom casou-se com sua prima, Rufina. Andreza Grendoró era irmã de seu pai, Luiz Tigre Gacom. Analisando sua união do ponto de vista da sua organização social tradicional, podemos dizer, sem dúvida, que Francisco Gacom havia estabelecido uma aliança preferencial, um casamento de metades opostas. Mesmo que não tenhamos o nome do pai de Rufina, pela regra da descendência patrilinear, Francisco Gacom expressava os princípios da complementaridade e assimetria.

⁴⁶⁸ ARAÚJO (e). Antônio Braga de. **Livro de Assentos de Casamento n. 1**. Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 29.

Figura 15: Família de Francisco Luiz Tigre Gacom



Fonte:LB-LO/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tiveram nove filhos, dos quais três faleceram ainda pequenos, antes de completarem um ano de vida. Uma informação bem interessante ocorreu com a sua filha Maria, nascida no dia 24 de março de 1849 e falecida na mesma data. Não encontramos o seu registro no livro competente destinado apenas para os sacramentos de batismo. Provavelmente, pelo seu estado de saúde, sabemos da sua existência, porque o padre registrou no livro de óbitos sua morte e, no mesmo documento, fez referência ao seu batismo em “Articulo Mortis”.⁴⁶⁹

Tudo indica que situações atípicas também se repetiram no núcleo familiar de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó. Não encontramos o registro de batismo de sua filha, Marinha Francisca Luiza. Ela aparece pela primeira vez no Rol de Paroquianos de 1842, relacionada logo abaixo do nome de Rufina, com 2 anos de idade, solteira e filha desta.⁴⁷⁰ Pelo que temos observado até o momento, comparando as datas da realização de sacramentos para o casal, Francisco e Rufina, identificamos que o nascimento de Marinha antecede à união matrimonial de seus pais, ocorrido no dia 25 de abril de 1843.

Aos seis do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e dois, nesta vila de Guarapuava, depois de feitas as denuncias canônicas e outras diligências do estilo, sem impedimento algum, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas: João Baptista de Campos e Jacintho Fernandes dos Santos, ambos casados, moradores desta paróquia e pessoas de mim reconhecidas, as quatro horas da tarde (depois de se terem confessado) por palavras de presente se receberam em matrimônio Porfírio Monteiro, exposto no Bairro do Tronco, districto de Castro, em casa de Joaquim João Monteiro, já falecido, com Marinha Francisca Luiza filha legitima de Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó. O contraente é natural e baptizado na cidade de Castro e contraente nesta vila de Guarapuava, donde ambos são fregueses. Receberam logo as benções matrimoniais na forma do Ritual Romano. E para constar faço este assento que assino. O coadjutor Francisco José Correia de Bittencourt.⁴⁷¹

Interessante observar algumas informações desse registro de matrimônio. O primeiro está relacionado à veracidade da paternidade de Marinha; Francisco Gacom, de fato, era seu pai, como bem descreveu o padre no documento. Porfírio era exposto na região de Castro e, provavelmente, pelo trânsito de tropas ou outra atividade qualquer, veio a residir em Guarapuava. Tal fato, que nos chama a atenção, é que não encontramos, nos róis de 1853 e 1863, qualquer referência à presença dele na vila de Guarapuava. Isso implica dizer que ele não estava apto a uma vida religiosa, como obrigava a igreja, ou ainda não tinha se estabelecido na região, hipótese mais provável. De todo modo, o núcleo familiar de Francisco Gacom começa a se

⁴⁶⁹ LIMA (c), Op. cit., f. 37v.

⁴⁷⁰ ARAÚJO (a), Op. cit., f. 19.

⁴⁷¹ BITTENCOURT, Francisco José Correia. **Livro de Assentos de Casamento n. 1**. Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 125.

ampliar para outros grupos sociais residentes em Guarapuava.

Francisco Gacom conviveu durante muitos anos junto aos moradores da freguesia de Nossa Senhora de Belém, interagindo com a família de seu padrinho de batismo. Provavelmente, foi a partir dessa convivência que Francisco foi alfabetizado pela família do capitão Rocha Loures, com base na convivência com seus dois filhos, Francisco Ferreira da Rocha Loures e João Cipriano da Rocha Loures⁴⁷². Essas aproximações e convivência foram fundamentais para a expansão comercial dos irmãos Rocha Loures em direção ao sul do Brasil. Francisco Gacom participou ativamente da abertura de estradas, no afastamento de alguns grupos resistentes às políticas indigenistas e na criação de aldeamento.⁴⁷³ Segundo a pesquisa de Rosangela Leite:

Gacom não era o único cacique a cumprir essa função. Viri e Condá, que passaram a maior parte de suas vidas nos arrabaldes da vila, na década de 1840 foram fundamentais para a abertura da mata e para a aproximação aos nativos que compuseram os primeiros aldeados de Palmas.⁴⁷⁴

Entretanto, o fato desses caciques estarem a serviço das autoridades locais, em especial, de Francisco Ferreira da Rocha Loures, não significa que eles tenham aderido aos ditames da sociedade imperial e abandonado seus costumes tradicionais. Entendemos que os caciques tinham uma forma própria de interpretar e reelaborar suas estratégias, de acordo com as situações com as quais tiravam algum proveito para si e para seu grupo. As chefias indígenas nutriam certo prestígio na freguesia e se movimentavam de acordo com sua organização social. Com a saída dos caciques Condá e Viri, de Guarapuava, Francisco Gacom passou a ser o principal chefe indígena remanescente do aldeamento de Atalaia.

Enquanto Condá percorria o norte do Rio Grande do Sul, Viri permaneceu com seu grupo nos campos de Palmas⁴⁷⁵. Ao realizar, algumas vezes, trabalhos para a sociedade imperial e recebendo pelo desempenho das atividades, Viri garantia que seu grupo permanecesse em Palmas sem sofrer grandes invasões em seus territórios pelos potentados locais, que nessa época estão se deslocando para esse território⁴⁷⁶.

Em 1853, o padre Braga de Araújo realizava um levantamento dos seus paroquianos aptos a participarem das cerimônias quaresmais daquele ano. Entre as famílias liberadas,

⁴⁷² Sobre a trajetória de Francisco Ferreira da Rocha Loures e suas redes sociais Cf. o Capítulo 12 do trabalho de LEITE, Rosangela Ferreira. **Nos limites da colonização: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)**. São Paulo: (Tese de Doutorado) USP, 2006.

⁴⁷³ DOCUMENTOS AVULSOS. Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava: Guarapuava. Cx. 02, doc. 30 f.

⁴⁷⁴ LEITE, Op. cit., p. 54.

⁴⁷⁵ NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX**. Porto Alegre/RS: Edipucrs, 2000.

⁴⁷⁶ MALAGE, Op. cit.

encontramos a de Francisco Gacom e de Rufina Ninguaxó, com seus filhos: Marinha, de 12 anos, Ana, de 8, Izabel, de 6, e José, com 1 ano. Estava como agregada, ao seu núcleo familiar, a mãe de sua esposa e sua tia paterna, Andreza Grendoró, com 72 anos⁴⁷⁷. Escolástica Curem desaparece dessa lista, o que nos leva a crer que ela tenha falecido no intervalo correspondente ao último documento de 1842, quando ela aparece residindo no aldeamento, com 48 anos de idade.⁴⁷⁸

No mesmo ano da emancipação política da 5ª comarca de São Paulo, território que veio a compor a Província do Paraná, encontramos na lista Francisco Gacom morando no 2º quarteirão, tendo como vizinhos os irmãos Francisco Ferreira da Rocha Loures e João Cypriano da Rocha Loures, filhos do capitão Antônio da Rocha Loures. É importante frisar que ambos participaram ativamente da abertura do caminho das missões, em 1845, e se tornaram importantes comerciantes de animais na região sul⁴⁷⁹. João da Rocha Loures permaneceu no norte do Rio Grande do Sul, tendo passado a controlar a compra de animais e a administrar o aldeamento de Nonoai.⁴⁸⁰

Francisco Ferreira da Rocha Loures, com o sucesso alcançado na abertura do caminho das missões, era bem-conceituado pelas autoridades e despontava como um importante aliado do governo imperial. Assim, com a elevação da freguesia de Guarapuava à condição de vila, em 1853, ele se tornou membro da Câmara⁴⁸¹, atuou como coletor dos impostos, responsável pela manutenção da estrada e, em 1854⁴⁸², foi nomeado Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná, cargo disposto no Decreto nº 426, intitulado “Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios de 1845.”⁴⁸³

Esse documento imperial ficou conhecido na historiografia como Regulamento das Missões; nada mais era do que uma estruturação das ações do Estado no trabalho com os povos indígenas. De todo o seu conteúdo, pouquíssimos parágrafos tratam das terras indígenas. É notória a preocupação do império em fazer-se presente ao determinar a criação de aldeamentos. Na verdade, o que se estabelecia de fato era a criação de cargos funcionais na administração desses aldeamentos, reservando pouco espaço para o trabalho dos missionários, que tinham tão somente a incumbência de seus afazeres religiosos; assim, ficava para as partes administrativas

⁴⁷⁷ ARAÚJO (b), Op. cit.

⁴⁷⁸ ARAÚJO (a), Op. cit.

⁴⁷⁹ NONNENMACHER, Op.cit.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Posse da Câmara Municipal em 9 de abril de 1853. Livro Nº 1, p. 01.

⁴⁸² VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembléia Legislativa**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15/07/1854.

⁴⁸³ CUNHA (a), Op. cit.

o desempenho laico⁴⁸⁴.

O Regulamento orientava as províncias que atentassem para escolher pessoas com experiência, a fim de assumir os seguintes cargos administrativos, com direitos e recebimentos de salários, além das patentes militares: “Diretor de índios; Diretor de Aldeias; Tesoureiro; Cirurgião; Almoxarife; Missionário e enfermeiro”.⁴⁸⁵ Em seus artigos e parágrafos, fica patente a preocupação do império em tão somente prover os indígenas que permanecessem no aldeamento. O regulamento media poucos esforços para aqueles grupos que permaneciam em seu sistema tradicional, distante desses espaços.

Dito de outra forma, os indígenas, que não se submetessem aos ditames das regras imperiais, permaneciam sem direitos sobre as terras em que habitavam. Essa situação ficou agravada ainda mais com o artigo 1º, § 15, ao reconhecer o direito de posse territorial apenas para aqueles que preenchessem alguns requisitos:

[...]o seu bom comportamento, e desenvolvimento industrial, mereção se lhe concedão terras separadas das da Aldêa para suas grangearias particulares. Estes índios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze annos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionaria com especialidade nos Relatórios annuaes; e no fim delles poderão obter Carta de Sesmaria.⁴⁸⁶

O regulamento reconhece a posse das terras para aqueles indígenas que haviam assumido uma postura contrária ao seu modo de vida tradicional. Particularmente, para aqueles que já estavam vivendo junto ou próximo dos aldeamentos e permanecesse por dozes anos ininterruptos. Para tanto, era preciso aceitar as determinações colocadas pelo governo imperial, aceitar a vida de aldeamentos, com seus direitos e deveres, e, conseqüentemente, “incorporar-se à civilização”. O direito originário de serem os legítimos proprietários não era respeitado pelas orientações do Regulamento, sobretudo, com os indígenas do sertão, que ficariam excluídos desse *benefício* que o regulamento previa.

É importante expor, aqui, a forte ligação que essa família tinha com algumas lideranças indígenas da região. Francisco Ferreira da Rocha Loures era amigo de infância de Vitorino Condá, que se tornou cacique mais tarde. Com isso, as atividades comerciais, desenvolvidas pelos irmãos Rocha Loures, estavam fortemente associadas ao comércio de animais e à criação

⁴⁸⁴ Entretanto, essa não é uma situação generalizada. Existem situações em que o missionário desempenhava duas funções, sendo, por vezes, também, diretor de Aldeia.

⁴⁸⁵ MACHADO, Marina. Leis para terras de uma fronteira étnica: a questão indígena no império brasileiro. In: **Campos em Disputa: História Agrária e Companhia**. Org. GUIMARÃES, Elione.; MOTTA, Márcia; São Paulo: Annablume, Núcleo de Referência Agrária, 2007.

⁴⁸⁶ DECRETO n.º 426. Regulamento Acerca das Missões de catechese, e civilização dos índios. In: CUNHA (a), p.193.

de aldeamentos. Enquanto João Cypriano controlava o aldeamento de Nonoai, Francisco dedicava-se ao aldeamento de Palmas e, com ajuda de seu colega de infância, o cacique Condá, fazia as intervenções políticas por meio das influências que tinha sobre os Kaingang ou com base em conflitos contra outros grupos rivais não aldeados. Assim, os irmãos Rocha Loures criaram pontos de interferência no comércio de tropas, provavelmente, invernando o gado criado e transportando, do Rio Grande do Sul, às suas propriedades, nos campos de Palmas e Guarapuava.⁴⁸⁷

É nesse período de expansão para os campos do Sul e na abertura do caminho das missões que percebemos a ausência de Vitorino Condá e de Viri nas Listas de Habitantes e nas Relações de Índios. Nesses documentos, identificamos que a primeira família a ser descrita era a de Vitorino Condá, com sua esposa Rita Facxó Pá, viúva de Antônio José Pahý, conforme sua Ata de Casamento.⁴⁸⁸ Embora os documentos da época não façam referência a Vitorino Condá como uma liderança indígena, não é difícil encontrar evidências que o colocam como uma chefia indígena principal em Guarapuava, logo após o ataque de 1825.

De modo a melhor compreender as estratégias políticas dos indígenas em Guarapuava, especialmente, sobre as lideranças analisadas neste capítulo, faremos uma discussão na próxima seção sobre a instituição do compadrio entre os Kaingang com grupos sociais diversos, residentes em Guarapuava. Embora, nos primeiros anos de atividade missionária do padre Chagas Lima, os indígenas, dada sua condição no ato do batismo, não tivessem escolha para o estabelecimento desses laços, nos anos seguintes, após um período de convivência junto à sociedade local, os Kaingang compreenderam a importância do fortalecimento dessa relação como uma estratégia de sobrevivência, política e, em alguns casos, econômica também.

⁴⁸⁷ NONNENMACHER, Op. cit., Cap. 2.

⁴⁸⁸ LIMA (e), Op. cit., f. 12.

3 A INSTITUIÇÃO DO COMPADRIO E APADRINHAMENTO NA SOCIABILIDADE KAINGANG

Francisco
antes
denominado
Netxian

*Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e doze, nesta capella da Atalaia dos Campos de Guarapuaba, baptizei solemnemente, e pus os santos oleos a Francisco innocente de idade quatro annos pouco mais ou menos, filho de Pahý e de sua mulher Coian, todos oriundos do gentio selvagem habitante neste continente, surprazos nas vertentes do Rio Caverno(so), e trazidos para este abarracamento no dia vinte e nove de Janeiro próximo passado. O que fiz sem obter mais que o consentimento material de seus pais, em cujo poder está o dito innocente, por se achar gravemente enfermo e em perigo de vida. Forão padrinhos o **Tenente Coronel Commandante em Xefe desta Expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal e sua mulher Dona Rita Ferreira de Oliveira Buena**. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.⁴⁸⁹(Grifo nosso).*

O registro de batismo que abre este capítulo já foi objeto de discussão aqui na tese. Embora tenhamos realizado algumas ponderações acerca da simbologia desse ritual para os Kaingang, entendemos ser pertinente que tal documento abrisse este capítulo, pois Francisco Netxian é o primeiro indígena a ser batizado nos campos de Guarapuava e, conseqüentemente, é o primeiro documento em que a instituição do compadrio e do apadrinhamento é introduzida na sociabilidade Kaingang.

Diferentemente de outros documentos de batismo, analisados ao longo deste estudo, optamos por traduzir esse registro da maneira como ele está organizado no livro de batismo. Observem no registro de Francisco que não temos a descrição de seu nome indígena na ata sacramental. Essa referência é anotada pelo padre Chagas Lima no lado superior esquerdo da folha do livro de batismo. Essa estratégia, adotada pelo padre, está presente em quase todos os registros de batismo com exceção de alguns sacramentos em que o indígena não tem o nome Kaingang, sendo apenas referenciado pelo nome português e a abreviatura “Índ”.

Pode ser que os padres tenham abolido no registro de batismo o nome indígena como um ato simbólico de rompimento com seu antigo modo de vida, apresentando um meio de incorporá-lo ao sistema civil e religioso. No entanto, não podemos deixar de mencionar o fato de que os Kaingang passavam por um processo de transformação no seu sistema religioso, diminuindo a influência do *Kujà*, seu líder religioso. De acordo com Rogério Rosa, esse processo teve início no século XVIII, no contato com missões administradas pelos padres jesuítas. Ao longo do século XIX, esse afastamento do complexo *Kujà* foi sendo substituído por

⁴⁸⁹ LIMA (a), Op. cit. f. 3v.

outras figuras religiosas que iam surgindo com o processo de ocupação e povoamento, intensificado nesse período pelas frentes de expansão em territórios tradicionais ocupados pelos Kaingang.⁴⁹⁰ O catolicismo foi, sem dúvida, uma das primeiras mudanças na sua religiosidade.

Na tabela abaixo, demonstramos que o aumento populacional, ocorrido em Guarapuava no século XIX, marcou a presença de uma diversidade considerável de pessoas. Essas pessoas traziam em sua bagagem o desejo de constituir famílias, conseguir trabalho, talvez, um pedaço de terra, e quem sabe uma pequena ascensão social. Não é nulo imaginar que essas pessoas, além de sonhos e desejos, traziam suas crenças e rituais, manifestações religiosas que nem sempre eram bem aceitas pelo catolicismo tradicional, mas que poderiam fazer parte da “cultura popular” dessas pessoas.

Tabela 18: Crescimento populacional de Guarapuava (1835-1890)

Condição	Ano					
	1835	1842	1853	1863	1872	1890
Livres %	691 (79,5%)	1.479 (85,6%)	2.063 (84,7%)	3.883 (86,5%)	4.585 (88,8%)	8.913
Escravos %	101 (11,6%)	215 (12,4%)	371 (15,2%)	604 (13,5%)	576 (11,2%)	-----
Indígenas aldeados %	77 (8,9%)	33 (1,9%)	-----	-----	-----	-----
Total Crescimento %	869	1.727 (98,7%)	2.434 (40,9%)	4.487 (84,3%)	5.161 (15%)	8.913 (72,7%)

Fonte: Pontarolo, Op. cit. f. 77.

Com o crescimento populacional, outros problemas surgiram, afetando diretamente o modo de vida Kaingang. O avanço sobre a floresta interferia diretamente em suas práticas cosmológicas, especialmente do *Kujà*, que dependia do espaço “floresta virgem,” local de sua conexão com os seres da mata, animais e vegetais. Para Warren Dean, as famílias estabelecidas nesses lugares precisavam de uma reserva substancial de madeiras, tanto para as construções como para suprir suas necessidades diárias:

Normalmente, o fogo da cozinha ficava aceso durante o dia inteiro, para cozinhar – o feijão cozinhava durante horas -, ferver roupas, aquecer água para o banho, secar guarnições de cama e mesa e roupas da estação chuvosa, e para manter a cozinha aquecida no inverno. Os pequenos produtores necessitavam de lenha para beneficiarem suas safras comerciais, toucinho, fumo de corda, queijos, cachaça, sabão e mandioca. A mandioca tinha de ser secada para evaporar seu veneno.: era preciso quase um quilo de lenha para produzir um quilo de refeição. Estimativas recentes sugerem que as famílias

⁴⁹⁰ ROSA, Op. cit., p. 220.

rurais consumiam anualmente pelo menos uma tonelada de lenha per capita.⁴⁹¹

Se o declínio da paisagem passava por algumas transformações, as relações humanas também tinham suas interferências com a chegada de pessoas de outras localidades. Em meados do século XIX, identificamos nos registros de batismo pessoas batizando seus filhos, cujos pais eram de Pernambuco, Ceará e Minas Gerais.⁴⁹² Todas essas interferências provocaram mudanças na forma como os Kaingang praticavam sua religiosidade. Essas transformações tiveram como princípio o trabalho religioso desenvolvido pelo padre Chagas Lima, que, além de apresentar a doutrina, trouxe em sua bagagem um conjunto de imagens dos santos católicos.

O padre Chagas Lima demonstra um cuidado muito interessante acerca da responsabilidade que recaía sobre si ao realizar algum sacramento junto aos Kaingang, especialmente, no registro de batismo. Desse modo, concordamos com Eni Puccinelli Orlandi, quando ela afirma, enfaticamente, que: “[...] as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto do poder das diferentes falas.”⁴⁹³

Com a realização do sacramento, o indivíduo deixava de ser “pagão” e passava a ser um neófito, um recém-convertido à fé cristã. Desse dia em diante, o indivíduo recebia um nome em português; em alguns casos, nomes do panteão dos santos católicos, passando a usar esse nome recebido no ato do batismo perante a sociedade não indígena. Excluir o nome indígena era uma estratégia interessante sob o ponto de vista do rompimento com seu passado “errante”. Manter o nome indígena, em alguns casos, poderia significar um elo com o seu passado, além de manter os laços familiares com aqueles que ainda não tinham sido batizados.

De maneira geral, Marta Maria Azevedo indica que essa prerrogativa do catolicismo, de impor um nome cristão para os indígenas, via pia batismal, causava sérios prejuízos para eles, pois o nome indígena poderia estar associado aos rituais, às alianças matrimoniais, às relações econômicas e a determinados papéis sociais específicos que o indivíduo desempenharia junto ao seu grupo.⁴⁹⁴ Embora suas observações sejam pertinentes, não concordamos, na sua integralidade, com seus argumentos, pois é impossível afirmar que os indígenas batizados tenham abandonado seus nomes originários e adotado o nome português com certa normalidade.

⁴⁹¹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 210.

⁴⁹² LIMA (a), Op. cit. f. 166v.

⁴⁹³ ORLANDI (c), Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Editora Cortez, 1999, p. 95.

⁴⁹⁴ AZEVEDO, Marta Maria. Os registros de batismo e casamentos como fontes de informações para os estudos indígenas. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 80.

Em 1828, último ano de suas atividades pastorais em Guarapuava, o padre Chagas Lima, já apresentando sinais de sua enfermidade, deixou de registrar nas atas batismais os nomes de sete Kaingang que ele havia batizado. Um dado interessante sobre esses sacramentos diz respeito à idade em que eles se apresentaram até a pia batismal, entre 8 a 20 dias de vida. Cinco dessas crianças eram filhos de casais indígenas que foram batizados e uniram-se matrimonialmente, conforme o rito católico. As outras duas eram filhos de mulheres solteiras.⁴⁹⁵

De todos os sacramentos realizados pelo padre Chagas Lima, identificamos que os nomes indígenas apareciam sempre quando se tratava de Kaingang adultos e de crianças que acompanhavam seus pais na freguesia de Guarapuava, mas havia outras situações menos recorrentes em que a criança, com poucos dias de vida, também não recebeu o nome indígena, mesmo com sua família recém-estabelecida junto à população local. Nos anos que se sucederam ao fim das atividades pastorais do padre Chagas Lima junto aos Kaingang, o registro de nomes indígenas pelos religiosos é quase irrisório, restringindo-se a dois casos.

O registro dessas informações, além de seguir as normas da igreja para cada sacramento, nos deu a possibilidade de elaborar genealogias, identificar os grupos de famílias e construir algumas trajetórias individuais por quase todo o século XIX. A utilização do “método onomástico” tem sido vantajosa para essas trajetórias individuais e familiares, no sentido de facilitar o entendimento de como a instituição do compadrio e do apadrinhamento, perpetrados pelo catolicismo - e aqui vistos como forma de inserção e criação de solidariedades sociais - amplia as estratégias sociopolíticas dos Kaingang junto à sociedade nacional.

Entre as possibilidades de análise, reforçamos a importância de aprofundar quais eram as pessoas escolhidas pelas lideranças indígenas para apadrinhar seus filhos e com qual regularidade eles retornavam à pia batismal. Identificamos, com base na construção de genealogias, que o compadrio era uma forma específica de inserção no aldeamento com membros da elite local, principalmente, nos primeiros anos de convivência no aldeamento de Atalaia, no período de atuação do padre Chagas Lima, de 1812 a 1828.

O fortalecimento das suas redes de relacionamento, naquela sociedade, bem como essas interações cotidianas entre os Kaingang e os povoadores, nos permitiram compreender as estratégias de Francisco Gacom em diferentes lugares sociais, trazendo suas demandas com representantes da elite local e regional. Mesmo assim, percebemos que havia uma articulação com outras lideranças indígenas também.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é mostrar que a instituição do compadrio e do

⁴⁹⁵ LIMA (a), Op. Cit., f. 75v.-76.

apadrinhamento, perpetrados pelo catolicismo, é uma forma de interação e fortalecimento das solidariedades sociais, bem como das estratégias sociopolíticas dos Kaingang junto à sociedade local. Entre as nossas escolhas de análise, reforçamos a importância de aprofundar quais eram as pessoas escolhidas pelos indígenas para apadrinhar seus filhos e verificar com qual regularidade eles retornavam à pia batismal, de modo a descobrir quais interesses norteavam essas ações.

Esses interesses se voltavam para algumas pessoas que tinham uma posição social bem definida em Guarapuava. Entretanto, nossa análise aponta para outros caminhos com a chegada do padre Antônio Braga de Araújo, em Guarapuava, no ano de 1842. Isso não quer dizer que a presença dele fez com que os Kaingang deixassem de escolher como padrinhos membros da elite local ou que essas pessoas negassem tal convite. Sabemos, entretanto, que as relações entre os povoadores e indígenas ficaram estremecidas com o advento da Lei de Terras de 1850. Abordaremos com mais profundidade, sobre esse assunto, no capítulo seguinte.

Identificamos que os Kaingang que ainda permaneciam em Guarapuava interagiam com outros grupos sociais, como os trabalhadores pobres, os degredados, os escravos e libertos. Essas interações constituíam as redes de relacionamento dos indígenas em Guarapuava, desencadeando, por vezes, mobilizações e conflitos, no propósito de garantir um espaço territorial para sua sobrevivência física e cultural.

Essas questões, somadas às listas de habitantes, “Relação de índios”, rol de paroquianos e rol de confessados são fontes fundamentais para identificarmos as redes de relacionamentos, os apadrinhamentos e compadrio, as estratégias de ascensão social, a estratificação e as trajetórias individuais. Essas formas de interação entre os Kaingang e a sociedade local nos ajudam a compreender as estratégias de liderança de Francisco Gacom em diferentes espaços e pessoas. Alguns eram representantes da elite local e regional; outras, eram lideranças indígenas e, por fim, membros de outras camadas sociais que compunham a população de Guarapuava naquele período.

3.1 Compadrio: uma estratégia política

A igreja católica sempre buscou formas de controle sobre seus fiéis por meio da normatização dos seus sacramentos, especialmente, no contexto da Contrarreforma Protestante, quando a igreja reafirmou alguns dogmas e fortaleceu a sua doutrina no Concílio de Trento.⁴⁹⁶

⁴⁹⁶ COSTA, Alessandra Castilhos Ferreira; SIMÕES, José da Silva. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) **Linhas**

Além de disciplinar a vida religiosa dos seus fiéis, os sacramentos criavam outras responsabilidades, ao se apresentarem como testemunhas das uniões matrimoniais ou como padrinhos de batismos.

A Demografia Histórica foi um dos campos da história que mais se preocupou em analisar as atas sacramentais, os chamados registros de eventos vitais, para identificar em uma determinada localidade quais eram as taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade. Mesmo que outros aspectos fossem analisados, os conhecimentos desses dados ajudavam a mapear a dinâmica populacional num determinado espaço temporal. Ao longo do tempo, essas mesmas fontes seriais revisitadas provocavam os pesquisadores, afinal, quem eram os padrinhos, os pais e a pessoa batizada? De onde eram? Quais eram suas atividades econômicas? Eram livres? Pobres? Ricos? Militares? Muito mais do que obter essas respostas, o compadrio demonstrava que essas populações tinham estratégias de sobrevivência bem definidas.

Estudos sobre compadrio e apadrinhamento têm sido inspiradores para pesquisas com esses documentos seriais. Uma das principais referências sobre o assunto é o antropólogo Stephen Gudeman. Em um dos seus textos fundadores, encontramos muitos conceitos importantes sobre essas relações sociais tecidas com o advento do sacramento do batismo. De acordo com suas observações, o papel social exercido pelo padrinho cria relações solidárias, como parentesco, afinidade, amizade e alianças de sangue, que podem ser aplicadas para diversos usos sociais.⁴⁹⁷ Dito de outra forma, com a institucionalização do batismo, bem como os agentes sociais envolvidos nesse ato cristão, criam-se, entre esses indivíduos, relações solidárias pertencentes aos domínios tanto espiritual quanto social.

Tendo por referência os indicativos de análise de Gudeman, buscamos identificar nesses documentos como se materializam as estratégias indígenas frente à institucionalização dessas relações de compadrio e apadrinhamento cristão, de modo a apreender especificidades relativas ao modo de vida dos Kaingang, no passado.

Retomando o registro de batismo, que abre este capítulo, sinalizamos em negrito o casal de padrinhos do pequeno Francisco Netxian, o Tenente Coronel, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e sua esposa, Dona Rita Ferreira de Oliveira Buena. Mesmo enfermo, Netxian foi batizado em cerimônia solene, o que significa dizer, com todas as orientações do catolicismo para tal evento, diante de todos os povoadores e de outros indígenas, propensos neófitos. O

e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 35.

⁴⁹⁷ GUDEMAN, STEPHEN. "Spiritual Relationship and Selecting Godparent". In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975, p. 229.

sacramento poderia representar algumas situações como um caminho para o fortalecimento de laços entre os pais da criança batizada com os seus padrinhos, o começo de uma relação social do afilhado com seus padrinhos, mas também poderia se findar em si mesmo, sem uma estratégia pré-definida.

Para os primeiros sacramentos de batismo, realizados em Guarapuava, no ano de 1812, a escolha dos padrinhos para os indígenas demonstra que se tratava de uma escolha exclusiva do padre Chagas Lima e não de fato uma estratégia política dos Kaingang. Mas, devemos considerar que o simples fato de aceitar a realização do sacramento do batismo demonstra uma estratégia indígena, por mais insignificante que fosse para o padre Chagas Lima, de acreditar que o sacramento poderia salvar sua vida, o que atraía um bom número de indígenas. Boa parte desses sacramentos foi realizada quando os indígenas chegaram ao povoamento de Atalaia, em busca de alguma cura para suas moléstias. Parte deles, já em idade adulta, não precisava da presença do seus pais para tal ato católico.

Conforme a tabela 11, foi no ano 1812 que se registrou o maior número de sacramentos juntos aos Kaingang, totalizando 121. Desse total, 23% deles, 28 pessoas, foram batizadas pelo padre Chagas Lima sem a presença dos padrinhos; provavelmente, estavam doentes e receberam o sacramento em “perigo de morte”. Os outros 77%, 93 indivíduos, tiveram um casal de padrinhos ou apenas o padrinho junto à pia batismal dos seus afilhados.⁴⁹⁸

Entretanto, ao analisar a origem dos padrinhos/madrinhas, verificamos que os padrinhos eram militares lotados na expedição ou eram membros dessas famílias. As poucas mulheres que foram madrinhas dos Kaingang eram filhas de homens que tinham alguma patente militar. Essas informações demonstram que tais relações sociais, tecidas por intermédio do sacramento do batismo, efetivavam-se com pessoas do mais alto nível social da sociedade local.

O uso de registros sacramentais para os estudos sobre a história indígena é bastante escasso. Encontramos muitas referências sobre o seu processo de escravização e a conseqüente “conversão cristã”, com o batismo cristão. Muitas vezes, essas informações se restringem a dados gerais, percentuais que apontam para a idade ao batizar, o número de sacramentos realizados no mesmo dia e algumas informações sobre a composição dos padrinhos. Esse é o caso apresentado por John Monteiro, ao demonstrar como os índios, capturados para serem escravizados em São Paulo, recebiam o sacramento do Batismo, bem como quem eram seus padrinhos naquela ocasião. De acordo com suas pesquisas era muito raro um potentado local, chefe desses empreendimentos escravistas, se apresentar espontaneamente para assumir o papel

⁴⁹⁸ LIMA (a), Op. cit, f.3v – 20.

social de padrinho dos indígenas:

Significativamente, o senhor padrinho surgia somente quando o pai da criança batizada era desconhecido, quando o batizado era adulto ou ainda quando o próprio senhor era o pai da criança [...] Assim, os senhores evitavam criar laços de igualdade ou de solidariedade com seus escravos adultos: podiam até cumprir o papel de padrinho – o que de certa forma reforçava uma relação paternalista, porém jamais o de compadre.⁴⁹⁹

Obviamente, os dados apresentados por Monteiro se referem a outro contexto histórico do processo de catequização dos indígenas, especialmente, quando o que mais importava naquele momento não era sua conversão ao catolicismo, mas sim, sua mão de obra. Entretanto, suas observações acerca da composição dos padrinhos apontam caminhos e contribuem para que os pesquisadores da temática indígena lancem luz sobre esse tipo de documentação eclesiástica, de modo a ampliar o entendimento do processo de ocupação e povoamento ocorrido no Brasil. Em Guarapuava, no período entre 1812-1817, temos a seguinte composição dos padrinhos:

Tabela 19: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1812

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1812	121	Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Rita Ferreira de Oliveira Buena*	2
		Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal		33
		Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Maria da Candelária**	1
		Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Ana Joaquina***	3
		Ten. Manuel Soares do Valle		48
		Ten. Manuel Soares do Valle	Maria Tereza****	1
		Ten. Manuel Soares do Valle	Ana Clara*****	4
		João Teixeira*****		1
	Sem padrinhos		28	

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Esposa do Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal

**Filha solteira do Alfêres José da Silva Guimarães

***Filha do Tenente Manuel Soares do Valle

****Esposa do Tenente Manuel Soares do Valle

*****Filha do capitão Antônio José da Silva

*****Filho do Tenente e Almoxarife da Expedição Manuel Teixeira de Oliveira Cardozo

⁴⁹⁹ MONTEIRO (c), Op. cit., p. 161.

Tabela 20: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1813

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1813	12	Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Rita Ferreira de Oliveira Buena	1
			Rita Ferreira de Oliveira Buena	1
		Barnabé Barboza *	Maria Madalena	1
		Sem padrinhos		9

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Soldado do Regimento de Caçadores da Vila de Santos

Tabela 21: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1814

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1814	22	Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Rita Ferreira de Oliveira Buena	5
		Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal		2
		Ten. Manuel Teixeira de Oliveira	Ana Joaquina da Paixão*	2
		Ten. Manuel Soares do Valle	Ana Joaquina da Paixão*	1
		Ten. Manuel Soares do Valle	Maria Tereza de Jesus	1
		Patricio Teixeira de Oliveira Cardoso**	Ana Joaquina da Paixão	1
		João Teixeira de Oliveira ***	Ana Clara****	1
		Vicente Ferreira*****	Anastácia*****	1
			Clara Maria*****	1
		Sem padrinhos		5

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Filha do Ten. Manuel Soares do Valle

**Filho do Ten. Manuel Teixeira de Oliveira Cardoso

***Filho do Ten. Manuel Teixeira de Oliveira Cardoso

**** Filha do Capitão Antônio Jose da Silva

***** Soldado do Regimento de Caçadores da Vila da Praça de Santos

***** Casada com Manuel, escravos do Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

***** Esposa do Soldado Elias de Araújo

Tabela 22: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1815

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1815	22	Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal	Rita Ferreira de Oliveira Buena	9
		Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal		5
		Ten. Manuel Soares do Valle	Ana Joaquina da Paixão	2
		Ignácio Pereira Bastos*	Leocádia de Bastos**	1
		Ignácio Pereira Bastos		2
		Manuel Teixeira de Oliveira		1
		Sem padrinhos		2

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Ajudante na expedição

** Esposa de Ignácio Pereira Bastos

Tabela 23: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1816

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1816	14	João Francisco de Abreu	Helena da Cruz Iahuri*	5
		Joaquim Leite	Francisca Oloro**	1
		Manuel	Anástacia***	1
		João Teixeira de Oliveira		2
		Joaquim José Marçal****	Clara Maria	2
			Ana Joaquina*****	2
		Joaquim José Marçal	Rita Faxó*****	1

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Soldado do Regimento de Caçadores da Praça de Santos; Índia Natural das missões do Uruguai.

**Povoadores

*** Escravos do Ten. Coronel Diogo Pinto, de Azevedo Portugal

**** Povoador

***** Esposa de José Caetano, soldado do presídio de Guarapuava

***** Esposa do Capitão dos índios Antônio José Pahy Engrayê

Tabela 24: Composição dos padrinhos e madrinhas em 1817

Ano	Nº Batismos	Padrinho	Madrinha	Frequência
1817	13	José Caetano*	Ana Joaquina	1
			Maria Pires**	1
		Joaquim José Marçal***	Feliciana Crembanc	1
		Antônio da Rocha Loures****	Rita de Oliveira Faxó e Pá	1
		Antônio da Rocha Loures	Escolástica Quadros Ferê*****	1
		Francisco Xavier Cintra*****	Maria Rita	1
		Antônio da Rocha Loures		1
		Antônio da Rocha Loures	Joana Maria de Lima*****	2
		Antônio da Rocha Loures	Clemencia Aranheran*****	1
			Ana Joaquina	1
		José Antônio *****	Antonia Maria	1
	Sem padrinho	1		

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

*Soldado do presídio de Guarapuava

**Esposa do Cabo de Esquadra Ignácio José Feijó

*** Solteiro e forasteiro; Feliciana é esposa de Lourenço Fangaton

****O padre faz uma observação no qual cita Antônio da Rocha Loures como comandante interino da expedição; Rita de Oliveira Faxó e Pá é esposa de Pahý Engrayê

***** A madrinha é viúva de Hermenegildo de Quadros

***** Forasteiro; A madrinha é esposa do soldado Francisco Marques

***** Esposa de Antônio da Rocha Loures

***** Solteira, índia neófita.

***** Soldado destacado e sua mulher

Se, em um determinado período histórico do Brasil colônia, as autoridades locais não tinham interesse em exercer a figura de padrinho dos indígenas, especialmente os militares, no aldeamento de Atalaia, a situação demonstra ser o contrário. Em relação aos padrinhos, nos primeiros anos, identificamos, na tabela 17 a 22, a presença de militares desde a mais alta patente até a condição de soldado, exercendo essa função social. Na maioria dos casos, as madrinhas eram esposas desses militares ou filhas de alguns deles. Devemos lembrar que, nos primeiros anos, depois de fixarem-se nos campos de Guarapuava, boa parte da população era de militares, que vieram para povoar e defender o núcleo populacional. É bem provável que, quando esses batismos aconteciam, quem permanecia próximo era escolhido para ser padrinho, enquanto outros povoadores, sem patente militar, trabalhavam em outras atividades.

De todo modo, o fato do padre Chagas Lima registrar a origem dos padrinhos e

madrinhas, fazendo observações a qual família pertenciam, nos mostra dois gêneros discursivos, um religioso e outro jurídico. Em partes, por se tratar de um documento que era usado em uma ação religiosa, mas também para suprir as demandas do Estado.⁵⁰⁰ Nesse caso, entendemos que, ao exaltar a linhagem dos padrinhos nos registros de batismo, descrevendo o nome dos pais, isso pode estar relacionado ao campo jurídico, como uma forma de legitimar para as autoridades provinciais uma certa harmonia nas relações sociais entre aqueles sujeitos, por meio do apadrinhamento.

Como já destacado em outro momento, 1812 foi o ano em que mais se contabilizou a realização de sacramentos de Batismo em Guarapuava. Dos 121 registros, 33 tiveram como único padrinho o chefe da expedição, Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal; 48 dos registros relacionavam o Tenente Manuel Soares do Valle. A realização desses sacramentos, como demonstra a tabela abaixo, parte deles ocorreram no mesmo dia.

Sobre esse aspecto, torna-se interessante uma observação feita por Maicon Marcante a respeito da realização de vários batismos no mesmo dia, com o mesmo padrinho, quando ele analisou os registros de batismo do aldeamento de São Pedro Alcântara. Segundo esse autor, tal situação revela pouca autonomia dos indígenas na escolha dos seus padrinhos.⁵⁰¹ Embora, de princípio, os Kaingang não vislumbrassem a passagem pelo rito do batismo como uma estratégia, sabiam que era uma forma menos dolorosa de aproximação com os povoadores, sem a necessidade de um conflito armado, o que diminuía os riscos de uma ação violenta.

⁵⁰⁰ SIMÕES, José da Silva; COSTA, Alessandra Castilho Ferreira da. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: BASSANEZI; BOTELHO, Op. cit., p. 54.

⁵⁰¹ MARCANTE, Op. cit., p. 81.

Tabela 25: Recorrência de batismos no mesmo dia (1812)

	Nome	Data	Idade	Nome dos Pais	Padrinhos	Sexo	Condição do Batismo	Local Batismo
1	Francisco Netxian	22/fev	4anos	Pahý e Coian	Ten.Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal/D.Rita Ferreira de Oliveira Buena	M	Solenemente	Capela de Atalaia
2	Barbara Gatan	26/fev	1a6m	Pahý e Coian	Ten.Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal/Maria da Candelária	F	Solenemente	Capela de Atalaia
3	Manuel Cangrí	29/02	10anos		Ten.Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal/D.Rita Ferreira de Oliveira Buena	M	Articulo Mortis	Quartel de Atalaia
4	Joaquim Faingratain	21/jul	4anos	Eforé e Goincany	Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Ana Joaquina (Manuela Soares do Valle)	M	Solenemente	Capela de Atalaia
5	Hypolito Candóy	13/ago	60/70anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	M	Gravemente Enfermo	Capela de Atalaia
6	Bernardo Dorê	22/ago	4anos	Miêncu e Pafi	Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Ana Joaquina(Manuela Soares do Valle)	M	Solenemente	Capela de Atalaia
7	Lourenço Candebanc	22/ago	3anos	Iongong e Dopirí	Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Ana Joaquina (Manuela Soares do Valle)	M	Solenemente	Capela de Atalaia
8	Mariana Grá	2/set	60anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Articulo Mortis	Capela de Atalaia
9	Joana Ficain	2/set	40anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
10	Catarina Corinhê	2/set	80anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
11	Margarida Canheran	2/set	40 anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
12	Tereza Minhohê	2/set	30anos		Sem padrinhos no registro	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
13	Rosa Vaingrê	5/set	25anos		Sem padrinhos no registro	F	Artigo de Morte	Casa particular
14	Manoel Carí	6/set	14anos	Fandungrá e mãe falecida	Sem padrinhos no registro	M	Articulo Mortis	Casa particular
15	Maria Paté	6/set	70anos		Sem padrinhos no registro	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
16	Maria Uengroe	8/set	23anos		Sem padrinhos no registro	F	Artigo de Morte	Casa particular
17	Vicência Guoré	10/set	13anos	Fandungrá e mãe falecida	Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
18	Ana Doquó	10/set	24anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
19	Joaquina Moropen	10/set	20anos		Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
20	Ignes Pá	10/set	3meses	Fingrí e Doquó	Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Santos óleos	Capela de Atalaia
21	Luzia Nifá	10/set	12dias	Guinqueim e Caerí	Diogo Pinto de Azevedo Portugal	F	Santos óleos	Capela de Atalaia
22	Tomé	10/set	6dias	PI - Iacrú (solteira)	Diogo Pinto de Azevedo Portugal	M	Santos óleos	Capela de Atalaia
23	João Cagnen	10/set	6meses	Carem e Gondú	Diogo Pinto de Azevedo Portugal	M	Santos óleos	Capela de Atalaia
24	Rita Yevê	12/set	12anos	Yopó e Cohinbanc	Ten. Manuel Soares do Valle	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
25	Gertrudes Cacom	12/set	60anos		Ten. Manuel Soares do Valle	F	Perigo de Morte	Capela de Atalaia
26	Miguel Facxain	14/set	1a6meses	Fandungrá e Vaingrê	Ten. Manuel Soares do Valle e Ana Clara(filha Antônio José da Silva)	M	Santos óleos	Capela de Atalaia

Fonte:LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Dessa relação, dos 26 indígenas batizados no ano de 1812, 11 faleceram no mesmo dia do seu batismo ou alguns dias depois. Esse é o caso de Mariana Grá, que, ao receber o sacramento no em *Articulo Mortis*, faleceu algumas horas depois, conforme atesta seu registro de óbito:

Aos dous dias do mês de setembro do anno de mil oitocentos e doze, nesta povoação de Atalaya nos campos de Guarapuava, falleceo da vida presente no mesmo dia em que tinha recebido o Sacramento do Baptismo, Mariana Grá, Índia viúva, nacional deste País, de idade de sessenta e tantos anos. Foi por mim seu corpo recomendado e seu corpo sepultado no cemitério desta povoação. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.⁵⁰²

Se nos dois primeiros anos da realização dos batismos com os Kaingang não houve uma estratégia além da “cura”, em 1814, o cenário começa a se alterar com o batismo da pequena Ubaldina. Seu batismo inaugura uma nova fase de constituição de estratégias familiares e de ampliação de redes de relacionamento, como também o fortalecimento dos laços de solidariedade por meio do compadrio. Vejamos o teor das informações do seu registro:

Aos vinte dias do mês de outubro de mil oitocentos e quatorze, na capella desta povoação da Atalaya em Guarapuava, baptizei, solemnemente e puz os santos oleos a Ubaldina innocente, nascida de nove dias, filha legitima de Rafael da Costa, já fallecido, natural da villa de Sorocaba, e de sua mulher Maria Roza Cacum, nacional da gentilidade deste País, e batizada nesta povoação. Forão padrinhos Vicente Ferreira, soldado do Regimento de Caçadores da Villa e Praça de Santos, solteiro, e Anastácia casada com Manuel, escravos do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. A mãe e padrinhos assistentes nesta povoação. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.⁵⁰³

O registro de Ubaldina guarda algumas singularidades interessantes sobre sua família. Seu pai, Rafael da Costa, era soldado no Regimento de Caçadores da Vila e Praça de Santos; era um dos militares que compunham a população enviada para a ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava. Rafael da Costa e Maria Roza Cacum casaram-se no dia 10 de novembro de 1813, na capela da povoação de Atalaya, tendo por testemunhas dessa união, entre um não indígena com uma mulher Kaingang, o Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Patrício Teixeira de Oliveira Cardoso.⁵⁰⁴

Na ocasião, Rafael tinha 18 anos de idade e Maria Roza Cacum tinha acabado de completar 13 anos, de acordo com a idade aproximada de seu registro de batismo.⁵⁰⁵ Maria

⁵⁰² LIMA (c), Op. cit., f. 3v.

⁵⁰³ LIMA (a), Op. cit., f. 26v.

⁵⁰⁴ LIMA (e), Op. cit., f. 7.

⁵⁰⁵ LIMA (a), Op. cit., f. 22v.

Roza foi catequisada pelo padre Chagas Lima durante um ano, conforme observação escrita na sua ata de batismo. Ao cruzar informações das atas de batismo, casamento e óbito, identificamos que Ubaldina nem chegou a conhecer seu pai, Rafael da Costa, pois ele faleceu de “morte quase repentinamente”, no dia 29 de Janeiro de 1814.⁵⁰⁶ De todo modo, Ubaldina teve como padrinhos de batismo um soldado, do mesmo regimento a que seu pai pertencia, e, como madrinha, uma escrava de nome Anastácia, casada com Manuel, ambos pertencentes ao chefe da expedição, Diogo Pinto. Essa informação nos permite inferir que ambos tinham uma relação de proximidade, o que desencadeou os laços de compadrio.

É bem provável que Maria Roza Cacum tenha escolhido os padrinhos da sua filha de outras camadas sociais como forma de proteção tanto para sua filha órfã de pai quanto para si mesma, pois optou por Vicente Ferreira, um militar da mesma patente de seu falecido marido, e Anastácia, uma escrava com limites bem definidos de atuação naquele contexto, mas que, de algum modo, tinha relações de afinidade com ela. Em que pese suas intenções, a escolha dos padrinhos poderia significar outros ganhos, como alimentos, objetos, roupas e até mesmo proteção para sua filha e para si. Novamente, mergulhamos nas análises de John Monteiro sobre a composição dos padrinhos em São Paulo, a fim de demonstrar que o contexto, apresentado no século XVI, começa a ganhar espaço em Guarapuava com indivíduos bastante limitados na sociedade local, os escravos.⁵⁰⁷

Devemos reconhecer que, naquele contexto, tanto os indígenas aldeados quanto os escravos não tinham muitas opções de convívio social além deles mesmo. Estreitar laços de amizade representa, entre outras situações, o fortalecimento de alianças futuras em situações diversas para ambos.

O cenário começa a se alterar em 1816; os indígenas, aldeados em Atalaia, depois de um período convivendo com os povoadores, perceberam a importância de constituir outras formas de aproximação e ganhos com os não indígenas, por meio das relações sociais tecidas com os sacramentos de batismo. O ato cristão já não é mais apenas uma cerimônia normal, mas sim, uma possibilidade de ampliação de suas redes de relacionamento, ao ocuparem um espaço no mundo religioso entre iguais, em que os papéis sociais exercidos nos sacramentos cristãos estavam entrelaçados ao mundo espiritual, superior ao natural.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ LIMA (c), Op. cit., f. 11.

⁵⁰⁷ MONTEIRO (c), Op. cit., p. 160.

⁵⁰⁸ GUDEMAN, Op. cit., p., 235.

Tabela 26: Batismos em 1816

Nome	Batismo	Idade	Nome dos Pais	Nome dos Padrinhos
Manuel índio	6/out	5dias	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri	Joaquim Leite e sua Mulher Francisca Olora
Aleixo índio	6/out	10meses	PI- Veimocá, índia pagã	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Engracia índia	6/out	10meses	Luiz Tigre Gacom e Curem	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Diogo índio	7/out	8meses	PI - Uofé, índia pagã e catecúmena	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Ignês índia	7/out	9meses	Fuaní e Guondó, 4anos catecúmenos	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
Mariana, índia	7/out	7meses	PI - Marcelina Motem, neófito	João Francisco de Abreu e Helena Cruz Iahuri
André	17/nov	8dias	PI - Gertrudes, índia de Barueri	Manuel e Anastácia escravos de Diogo Pinto
Luiz Tigre Gacom	30/nov	20anos	Cretam(falecido) e Fangong	João Teixeira de Oliveira, este filho solteiro do Te. Manuel Teixeira de Oliveira
Lourenço Fangaton	30/nov	15anos	Araicó e Minhohê(falecida)	Joaquim José Marçal e Clara Maria mulher de Elias de Araújo
Escolástica Curem	30/nov	18anos	Poim e Men	João Teixeira de Oliveira, este filho solteiro do Te. Manuel Teixeira de Oliveira
Patrícia Iangjá	30/nov	26anos	Yenpiri e feyê	Joaquim José Marçal e Clara Maria mulher de Elias de Araújo
Caetana Hereicang	30/nov	14anos	Bronguíá e Vaingrin	Ana Joaquina mulher de José Caetano Soldado
Feliciana Creembanc	30/nov	15anos	Penrá(falecido) e Demon	Ana Joaquina mulher de José Caetano Soldado
Clemente índio	14/dez	30dias	Rafael Herefê e Patrícia Iangjá	José Joaquim Marçal e Rita Faxó, mulher de Antônio José Pahý

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Uma primeira questão a ser dita sobre essa tabela relaciona-se aos nomes das pessoas que eram batizadas. Na sua totalidade, as crianças que iam nascendo no povoamento de Atalaia não recebiam mais os nomes indígenas.

Estudos antropológicos apontam que “Eles acreditam que o ser humano é formado do organismo e espírito, sendo este último relacionado ao nome”.⁵⁰⁹ Juracilda Veiga ressalta que a nomeação é uma responsabilidade inicial de qualquer membro da sociedade Kaingang e a criança recebe um nome em até 3 dias de vida.⁵¹⁰

⁵⁰⁹ VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas/SP: Editora Curt Nimuendaju, 2006, p. 145.

⁵¹⁰ Idem, p. 154.

Entretanto, não podemos afirmar com total segurança que essas crianças batizadas tenham recebido seu nome indígena logo que nasceram. Sabemos que os Kaingang viviam um processo de transformação na sua sociabilidade e pode ser que eles também estivessem mudando sua forma de encarar alguns códigos culturais praticados, especialmente, os padrões para a nomeação de um membro do grupo. Se observarmos com bastante atenção esse detalhe nas atas de batismo, facilmente, encontramos crianças sendo batizadas após os indicativos observados por Juracilda Veiga em sua pesquisa.

Mesmo aquelas que vinham pela primeira vez ao povoado, para visitar seus parentes ou até mesmo para obter algum objeto junto às autoridades locais,⁵¹¹ como forma de compensação e também de estratégia política, acabavam permitindo o batismo de seus filhos. Esse exemplo é ilustrado pelo batismo do pequeno Aleixo, filho de Pai Incógnito e de sua mãe Veimocá, segundo o padre Chagas Lima, “Índia Pagã”. Aleixo teve como padrinhos João Francisco de Abreu e Helena da Cruz Iahuri, pessoas conhecidas do padre Chagas Lima e moradores no povoamento de Atalaia. Na mesma cerimônia, o casal assumiu a posição de padrinhos de mais duas crianças. No dia seguinte, eles compareceram novamente à pia batismal para apadrinhar mais três crianças. Após esse dia, João Francisco de Abreu retornou pela última vez à igreja para ser padrinho de 11 indígenas, pertencentes a um mesmo subgrupo de Kaingangs que se aproximaram do povoamento naquela ocasião. Seus afilhados tinham entre dias de vida até 3 anos.⁵¹²

João Francisco de Abreu e Helena da Cruz Iahuri tiveram, ao longo de sua vida conjugal, 7 filhos, no intervalo entre 1813 a 1824.⁵¹³ Além desses indicativos, na ata de casamento do casal, identificamos que João Francisco era soldado e, provavelmente, exercia suas atividades militares junto aos Kaingang aldeados, o que justifica, em partes, a solicitação do padre Chagas Lima para exercer o papel de padrinho dos indígenas, em 1819.

De todo modo, o capitão Rocha Loures, em resposta às ordens recebidas de seus superiores, elabora uma nova lista da população indígena. Nessa relação de 1830, encontramos o casal com seus filhos e uma neta, filha da sua primogênita Francisca.⁵¹⁴

O fato de o casal estar relacionado junto aos Kaingang, sugere que eles se reconheciam e se identificavam com o modo de vida dos indígenas aldeados, especialmente, nas relações

⁵¹¹ Esse movimento de idas e vindas no povoamento já foi objeto de discussão aqui na tese, sendo que incluímos mais duas categorias de análise para compreender a mobilidade dos Kaingang nesse território: índios aldeados; (2) índios agregados; (3) índios no sertão; (4) índios em circulação; (5) índios em contato/circulação entre 1,2 e 3.

⁵¹² LIMA (a), Op. cit., f.43-44.

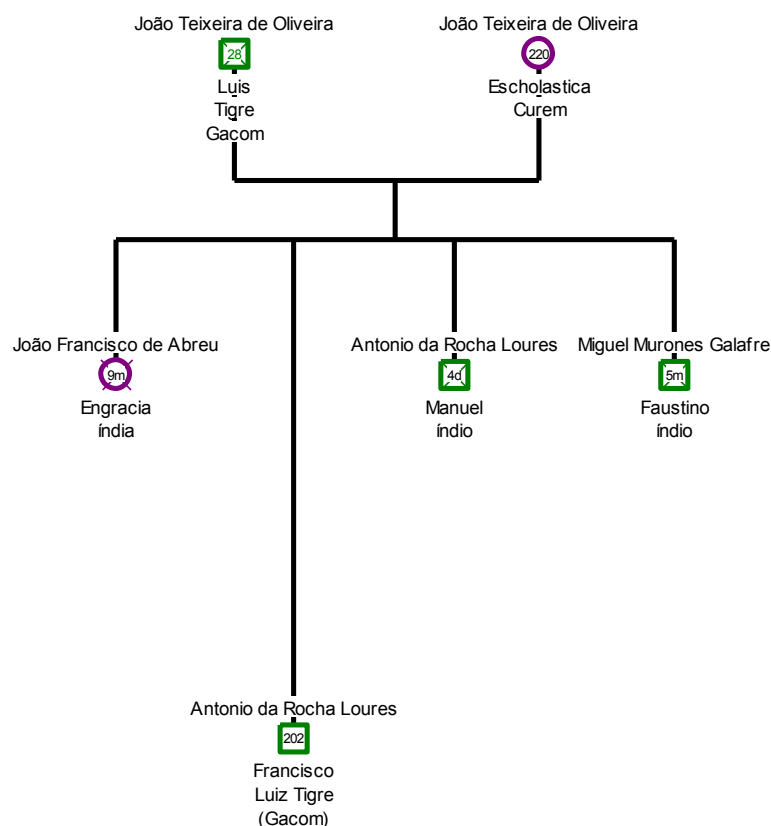
⁵¹³ LOURES (c), Op. cit. f.1-10.

⁵¹⁴ LOURES (f), Op. cit. f. 2.

sociais que iam se materializando com os papéis exercidos nos sacramentos cristãos. Esse parece ser o caso para o batismo de Luiz Tigre Gacom e Escolástica Curem, ao escolherem como padrinhos de sua filha, Engracia, o soldado João Francisco de Abreu e Helena da Cruz Iahuri. Mesmo sem ter chegado ao posto de “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom já estava construindo sua rede de relacionamento no aldeamento, escolhendo como seu compadre um homem com habilidades militares, com certo prestígio social e apto a usar as armas reais em caso de necessidade.

Pode ser que Helena da Cruz Iahuri tivesse uma compreensão mais ampla dos princípios cristãos e gozasse de certo prestígio junto ao padre Chagas Lima, por ser a primeira mulher indígena a assumir o papel de madrinha dos Kaingang. Devemos considerar, também, que ela tenha contribuído na catequese dos seus agora compadres, Luiz Tigre Gacom e Escolástica Curem, cujo estado de “conversão” ficou registrado em sua ata batismal.⁵¹⁵ Vejamos a figura abaixo para compreendermos melhor as estratégias do segundo “capitão dos índios”, no aldeamento de Atalaia, para padrinhos do seus filhos:

Figura 16: Compadres de Luiz Tigre Gacom



Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

⁵¹⁵ LIMA (a), Op. cit., f. 33v.

Uma das principais estratégias de sobrevivência dos Kaingang, no contexto de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava, foi a aproximação de pessoas com um certo destaque em Guarapuava, especialmente, com membros da elite local. Essas relações sociais representavam para ambos uma possibilidade emergente de alguns ganhos, fossem materiais ou no campo das solidariedades sociais. Algumas lideranças indígenas perceberam de imediato que, ao criar vínculos sociais com alguns indivíduos não indígenas, por meio do compadrio, poderiam ter acesso a determinados sujeitos com algum status social no povoamento, especialmente para nossa análise, entre os militares que prestavam serviços na colonização dos campos de Guarapuava.

Essa parece ser a lógica das boas relações, criadas pelo apadrinhamento e compadrio, arquitetados por Luiz Tigre Gacom, “capitão dos índios”, no tempo em que ele residiu junto aos povoadores no aldeamento de Atalaia. De maneira geral, as pessoas escolhidas para apadrinhar seus filhos, e até mesmo para serem seus padrinhos e de sua esposa, Escolástica Curem, possuíam algum vínculo militar, desde a patente mais inferior até o grau superior no povoamento. Antes de ser batizado, Luiz Tigre Gacom trouxe até a pia batismal sua primeira filha, Engracia, com 10 meses de vida. Seus padrinhos foram o soldado, João Francisco de Abreu, e sua esposa, Helena da Cruz Iahuri, indígena.

Alguns dias depois, Luiz Tigre Gacom e sua esposa, Escolástica Curem, recebiam o sacramento do batismo, após 4 anos de catequese, o que era coordenado pelo padre Chagas Lima. Nessa ocasião, o “capitão dos índios” ampliou seu círculo de afinidades, escolhendo para padrinho o povoador João Teixeira de Oliveira, filho do Tenente Manuel Teixeira de Oliveira.⁵¹⁶ Por certo, o fato de optar por um povoador, mesmo com uma parentela com vínculo militar, garantiria um certo grau de proteção para Luiz Tigre Gacom.

Entretanto, enquanto, no âmbito das relações pessoalizadas, proporcionadas pelo compadrio, havia certa normalidade, alguns embaraços no comando da expedição de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava fizeram com que o Ten. Coronel, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, fosse destituído do cargo de chefe, pela junta governativa de São Paulo, no dia 14 de setembro de 1818.⁵¹⁷

Ao que parece, as relações de Diogo Pinto e do padre Chagas Lima andavam estremecidas, sobre os rumos da expedição, desde o local de instalação da nova freguesia até o

⁵¹⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 33v.

⁵¹⁷ **DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO.** Ofícios, Bandos e Portarias dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo (1817-1819). São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 88, 1963, p. 106.

tratamento que era dado aos indígenas, por intermédio de Antônio José Pahý Engrayê. O comandante tinha sido padrinho dos seus dois filhos, Francisco Netxian e Bárbara Gatan, além de padrinho de batismo de Pahý, em 1814. Eles eram, portanto, compadres e afilhados de Diogo Pinto.

Como já discutimos no capítulo 1, Antônio José Pahý Engrayê era uma figura importante no processo de atração e catequização dos Kaingang, de maneira que buscar uma aliança com um chefe poderia trazer alguns ganhos para eles. Pahý nos mostra bem essa intenção ao se aproximar de Diogo Pinto, escolhendo-o para ser seu padrinho de Batismo.

Um mês antes de ser destituído do comando da expedição, Diogo Pinto recebia uma correspondência das autoridades paulistas, determinando a devolução dos filhos de Pahý Engrayê, pois os havia levado para Curitiba:

Por justos motivos que não tem sido presentes Ordenamos avm.^{cc} que sem perda de tempo faça restituir, e entregar ao Padre Francisco das Chagas Lima os Índios menores filhos do índio Antônio José Pahý, e todos os demais Índios que vm.^{cc} trouxe de Guarapuava para sua caça em Coritiba, querendo estes voltar para a Povoação de Atalaya e de assim o haver cumprido. Nos dará vm.^{cc} parte prontam.^e remetendo-nos recibo do d.^o Padre do qual conste que os Índios elle recebeu. Deos G. avm.^{cc}. S. Paulo 22 de agosto de 1818 –Dom Matheus Bispo – Dom Nuno Eugenio de Locio e Seibls e Miguel Jozé de Oliveira Pinto.⁵¹⁸

Na sua “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”, padre Chagas Lima tratou de vários temas relacionados à real expedição, desde os seus primórdios até 1827, ano da elaboração desse documento. Assim, ao expor em forma de texto os pontos negativos e positivos do seu trabalho pastoral juntos aos indígenas, o padre fez um relato interessante para o ano de 1818. Além de manifestar um descontentamento com uma possível distorção no entendimento sobre o cativo indígena e os esforços que ele teve para libertar alguns Kaingang, aprisionados e vendidos para os portugueses, o padre Chagas Lima registra sua indignação e dá indicativos de que pessoas, residentes em Guarapuava, mantinham alguns indígenas em cativo.

Para ele, se essa situação continuasse, era melhor remunerá-los pelos serviços que desempenhassem; mas, antes de tal desabafo, ele descreve com certa cautela o destino de alguns Kaingang, catequizados por ele no aldeamento de Atalaia: “Com o pretexto de os doutrinar, também houveram outros que recolheram para suas casas, para seu serviço, índios da mesma aldeia. Eu não afianço boa fé, mas dever-lhe-iam ter dado um salário correspondente ao seu

⁵¹⁸ Idem, p. 97-98.

trabalho.”⁵¹⁹

Cauteloso nas suas afirmações, até mesmo com medo de uma retaliação, o padre Chagas Lima não menciona nesse relatório que o sujeito responsável pelo transporte de alguns indígenas para outras regiões era o comandante e chefe Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Tal situação foi confirmada apenas com a correspondência enviada pelas autoridades paulistas a Diogo Pinto. O fato é que, no intervalo entre a determinação do retorno dos Kaingang para Guarapuava e a destituição de Diogo Pinto de suas funções em Guarapuava, Francisco Netxian e Barbara Gatan retornaram para o povoado, pois encontramos informações sobre suas uniões matrimoniais e dos batizados dos seus filhos. Pode ser que essa decisão, de conduzir alguns indígenas para longe dos seus parentes, sem uma prévia autorização do padre Chagas Lima, tenha sido o estopim para que as autoridades paulistas determinassem o afastamento de Diogo Pinto das funções que ele vinha exercendo até então. Afinal, não era interessante para o padre Chagas Lima que o comandante máximo do povoamento cometesse infrações graves, as quais pudessem colocar em risco todo o seu trabalho de “conversão” junto aos Kaingang, mas também porque o mau exemplo de Diogo Pinto poderia desencadear um movimento contrário ao processo de catequese.

No mesmo dia do afastamento de Diogo Pinto, a junta governativa nomeava como comandante interino da empresa colonizadora o capitão Rocha Loures.⁵²⁰ Este tinha responsabilidade de estimular o povoamento dos Campos de Guarapuava, cuidar da segurança dos povoadores e também dos Kaingang aldeados, fazer esforços para atrair mais indígenas para o aldeamento; mas, sem dúvida, um dos grandes desafios que o aguardava era a fundação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém e a consequente separação entre os indígenas aldeados e a sociedade local. De todo modo, essa responsabilidade foi partilhada e incentivada pelas autoridades paulistas ao recomendar que Rocha Loures escutasse o padre sobre as decisões do povoado: “[...] tratando e fazendo tratar o digno Parocho que sua Mag.^e nomeou com todo o resp.^{to} devido ao seu caracter e virtude.”⁵²¹

Padre Chagas Lima soube reconhecer tais elogios e concordou com a escolha de Antônio da Rocha Loures como capitão comandante da expedição de ocupação dos campos de Guarapuava, ao fazer adendo ao registro de batismo de Lino Caicó, alguns dias após sua nomeação:

⁵¹⁹ LIMA (b), Op. cit., p. 76.

⁵²⁰ **DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO.** Ofícios, Bandos e Portarias dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo (1817-1819). São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 88, 1963, p. 106-107.

⁵²¹ Idem, p. 107.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do anno de mil oitocentos e desassete, nesta freguesia da Povoação de Atalaia em Guarapuava, baptisei solemnemente e puz os santos oleos a Lino innocente, nascido de sete meses, que seus pais haviam denominado Caicó, filho de Combró e de sua mulher Vainguenbanc, índios salvagens deste continente, que presentemente se achão residindo nesta povoação. Forão **padrinhos o tenente comandante interino da Expedição Antônio da Rocha Loures**, casado e Rita de Oliveira Faxó e Pá, mulher de Antônio José Pahý. Todos fregueses desta Paróquia. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima.⁵²²(grifos nosso)

A nova função administrativa de Rocha Loures na expedição, agora, sendo o seu chefe principal, foi objeto de reconhecimento do padre Chagas Lima ao registrar, na ata de batismo do pequeno Lino Caicó, que seu padrinho era uma figura importante. Entretanto, sabemos que o religioso tinha outras intenções ao fazer essa observação, pois entendemos que ele apresentava, perante a sociedade local e aos Kaingang aldeados, que a expedição tinha um novo comandante. Para demarcar essa nova fase nos rumos do povoamento, Rocha Loures iniciava sua responsabilidade como padrinho dos indígenas, sendo que Lino Caicó era seu primeiro afilhado. A fim de demonstrar para a sociedade local a importância de fortalecer os laços de amizade e respeito com os sujeitos ali estabelecidos, convivendo num mesmo espaço, a madrinha escolhida para Lino Caicó foi Rita de Oliveira Faxó e Pá, esposa do capitão dos índios naquela ocasião, Antônio José Pahý Engrayê.

Além de ser um ato religioso, o sacramento realizado em Lino Caicó tornou-se uma manifestação política, perpetrada pelo padre Chagas Lima, ao apresentar Antônio da Rocha Loures como o novo comandante daquela localidade. A nomeação de Rocha Loures como comandante marca o advento de sua trajetória como padrinho de vários Kaingang.

Em 1817, Antônio da Rocha Loures compareceu à pia batismal em seis ocasiões. Interessante observar que, dos sacramentos em que ele foi padrinho, em três deles foi acompanhado de mulheres indígenas, respectivamente: Rita de Oliveira Faxó e Pá, Escolástica Quadros Ferê e Clemencia Aranheran; uma vez sozinho e duas vezes com sua esposa, Joana Maria de Lima, todos eles realizados no mesmo dia.

Sabendo que as relações tecidas com o alcance do compadrio poderiam lhe trazer alguns ganhos com o novo comandante da expedição, Luiz Tigre Gacom muda sua estratégia dentro do aldeamento ao escolher para batizar seu filho o capitão Antônio da Rocha Loures e sua esposa, Joana Maria de Lima. No propósito de ampliar essa aproximação e estreitar os laços

⁵²² LIMA, (a), Op. cit., f. 35v.

que o levaram para tal decisão, Luiz Tigre Gacom escolhe o nome de Francisco como uma forma de homenagear seu compadre, dando o nome de um dos filhos do Antônio da Rocha Loures. Para Marta Maria Azevedo, ao materializar essa estratégia de homenagear o padrinho com o seu nome ou de algum familiar, esse ato, eventualmente, poderia ter alguns ganhos a mais com os laços de compadrio e outras relações sociais, que poderiam surgir com essa estratégia sacramental.⁵²³

No entanto, se a estratégia de Luiz Tigre Gacom tinha contornos precisos junto ao comandante da expedição, um novo retorno à pia batismal reforçava tal atitude do capitão dos índios. Foi com essa intenção que, no ano de 1821, Antônio da Rocha Loures e sua esposa, Joana Maria de Lima, batizavam o terceiro filho de Luis Tigre Gacom e Escolástica Cures, o recém-nascido Manuel, com 3 dias de vida e em situação não muito favorável de sobrevivência. Batizado *sub conditione*, faleceu no dia seguinte ao seu batismo.⁵²⁴

Ao que parece, com a ascensão de Luiz Tigre Gacom no posto de capitão dos índios, aldeados em Atalaia, os conflitos com outros indígenas, resistentes ao processo de catequese e conversão, se intensificou, resultando em inúmeros conflitos tanto no aldeamento quanto em lugares onde os grupos locais residiam. Nesse sentido, acreditamos que Luiz Tigre Gacom, ao reforçar os laços de compadrio com o comandante da expedição, Antônio da Rocha Loures, o escolheu, pela segunda vez, para padrinho de seu filho Manuel, pois possuía outras intenções que o motivavam para tal. Luiz Tigre Gacom compreendia os papéis sociais que o compadrio representava. Em nossa compreensão, o capitão dos índios tinha objetivos claros em relação ao seu compadre, Antônio da Rocha Loures, ao usar as armas reais para sua proteção e, conseqüentemente, para atacar grupos rivais.

Com a negativa do comandante Antônio da Rocha Loures de não usar as forças militares para atacar outros Kaingang, Luiz Tigre Gacom se volta para outros personagens residentes no aldeamento que pudessem contribuir com suas ambições. Esse parece ser o caso para as relações sociais construídas entre os degredados enviados para o presídio de Guarapuava, a fim de cumprirem sua pena. Falaremos adiante mais sobre eles, mas importa aqui discutir as estratégias de compadrio de Luiz Tigre Gacom com outros estratos sociais estabelecidos em Guarapuava.

Com a transferência dos povoadores para a nova Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 1819, os Kaingang, aldeados em Atalaia, ficaram de certa forma, “desprotegidos” e vulneráveis ao ataque de outros grupos locais, cujas desavenças ocorriam de tempos em tempos. De modo a tranquilizar os ânimos dos aldeados, o padre Chagas Lima, em acordo com o

⁵²³ AZEVEDO, Op. cit. p. 81.

⁵²⁴ LIMA (c), Op. cit. f. 17.

comandante Antônio da Rocha Loures, ordenou que o degredado Miguel Murores Galafre⁵²⁵ e mais três soldados ficassem em Atalaia para proteger os indígenas aldeados, em 1822.

Após alguns meses convivendo diariamente com os Kaingang aldeados, é bem provável que Luiz Tigre Gacom tenha se aproximado de Miguel Murores Galafre, a fim de persuadi-lo a participar de conflitos contra seus inimigos indígenas, com as armas que possuíam. As boas relações que ambos nutriam resultou no convite para que Miguel Murores aceitasse ser padrinho de seu filho, Faustino, nascido no aldeamento de Atalaia. Para compor o casal de padrinhos, a madrinha escolhida para tal foi Gertrudes Ningá.⁵²⁶

Se Luiz Tigre Gacom tinha algumas estratégias reais em relação a Miguel Murores, podemos assim dizer que ele também era um estrategista pelo trabalho desenvolvido junto aos Kaingang aldeados; ele foi nomeado pelo capitão Antônio da Rocha Loures “Administrador e Diretor dos Índios”, em 1824.

Os índios cayerez, ou Macacos, seresentirão, huma vez que subirão estava guarnecida Atalaia degente portuguesa, com hua pessa de Artilharia. Não avendo como a experiência tem mostrado no Destacamento soldado algum, que pudesse manter com honra este posto, senão hum de nome Joaquim Leite, em tal cazo de acordo com o Rev.º Sr. Vigário a sentamos nestes últimos tempos mandar para lá commandamos quatro homens, que vierão para esta Freguesia degradados pela Justiça, a Saber Miguel Moraes Galafre, vencendo o soldo de 90 reis por dia, como Administrador e Diretor dos Índios, e os mais sem soldo vensendo somente osmunicios, evistiaro moderado, que precisarem, os quais todos os cazados levarão suas mulheres consigo.⁵²⁷

Ao todo, o degredado Miguel Murores Galafre compareceu à pia batismal 17 vezes, entre os anos de 1823 a 1824. Algumas vezes, sozinho; outras, com sua esposa, Maria Joaquina Ferreira, e, por fim, com algumas mulheres indígenas. Sabemos, outrossim, que ele não permaneceu por muito tempo como “Administrador e Diretor dos Índios” e, no final do ano de 1824, o padre Chagas Lima o destituiu das suas funções junto aos Kaingang aldeados. Não sabemos exatamente o que ocorreu em 1824, mas, de acordo com a descrição do padre Chagas Lima, em correspondência enviada às autoridades paulistas, identificamos o relato seguinte:

Já vos não lembra o caso ainda recente, acontecido aos 11 de novembro do anno passado de 1824? Quando tendo eu avizo nesta freguesia que os Índios e Índias da Atalaya, quazi todos, com Luiz na frente, se tinham retirado em figura de se hirem estabelecer nos seus antigos lares do sertão, no mesmo instante montei a cavallo, acompanhado unicamente de dous portugueses e hua índia por servir de guia, fui apôs delles e os reduzi a voltarem a sua aldea, e a seguirem nella como d’antes a Religião Christã, que havião professado? Quando ahi chegamos (o que foi no dia 13) que diligencias não fiz para os accomodar

⁵²⁵ De acordo com Pontarolo, “Miguel chegou em março de 1822, solteiro, aos vinte anos de idade, na primeira leva de degredados da carta de guia de 1821.” PONTAROLO, Op. cit. p. 73.

⁵²⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 56.

⁵²⁷ LOURES (g), Op. cit.

com minhas exhortações e dádivas? Fazendo render o Diretor Portugues, de quem se queixavão?⁵²⁸

Por certo, a estratégia adotada por Luiz Tigre Gacom não surtiu o efeito desejado, nem mesmo com o estreitamento de laços de compadrio com o diretor Miguel Murores. Os desencontros no aldeamento de Atalaia, talvez na forma como o degredado conduzia as atividades desenvolvidas pelos indígenas, criou um certo desconforto e descontentamento do “capitão dos índios” e seus seguidores. Pelas atas de batismo, identificamos que o degredado Miguel Murores e sua esposa, Maria Joaquina Ferreira, retornaram à pia batismal em 1825, como padrinhos de batismo da pequena Cândida, filha de Manuel Yotain e Brigida Fuecrem, no oratório da Freguesia.⁵²⁹

Isso significa que ele não exercia mais o cargo de administrador e diretor dos índios e agora residia na freguesia, distante do aldeamento de Atalaia. Miguel Murores retornou pela última vez ao Oratório da Freguesia para batizar, junto com sua esposa, o pequeno Ponciano, com 6 dias de vida, filho de pai incógnito e de Moreê, mãe não batizada.⁵³⁰ Por fim, Miguel não foi mais convidado para ser padrinho de batismo, apenas Maria Joaquina retornou à pia batismal como madrinha de Manuel Vaicang, que tinha 13 anos de idade, filho de Degnã e Moreê. Teve como padrinho Manuel Antônio Vila Nova.⁵³¹

Manoel Antônio Vila Nova tem uma história bastante interessante em Guarapuava. Não sabemos, exatamente, como e quando ele se estabeleceu na Freguesia de Nossa Senhora de Belém; provavelmente, chegou motivado pela promessa de ganhar uma porção de terras para trabalhar e garantir seu sustento, assim como muitos povoadores. Sabemos, entretanto, que, entre os anos de 1823 até 1827, ele compareceu à pia batismal 17 vezes. Embora ele não tivesse um ofício descrito em algum documento daquele período, encontramos uma breve descrição sobre Manuel Antônio, em que o padre Chagas Lima, em um Ofício enviado à presidência da província de São Paulo, repassava informações sobre a freguesia de Nossa Senhora de Belém, com especial dedicação às questões indígenas. Nesse documento, elaborado em abril de 1826, o padre Chagas Lima respondia pelo comando da freguesia na ausência do capitão Antônio da Rocha Loures e, como tal, fez algumas mudanças e nomeações nas atividades desenvolvidas aos indígenas:

⁵²⁸ LIMA (f), Francisco das Chagas. **Correspondência**. Enviada ao Presidente da Província de São Paulo Lucas Antônio Monteiro de Barros. 20 de maio de 1825. AESP, Caixa 192, Ordem 987.

⁵²⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 63.

⁵³⁰ Idem, f. 66.

⁵³¹ Idem, f. 66v.

[...] dei as seguintes providências: 1ª Que entrassem a servir, como soldados, no mesmo destacamento, Salvador Rodrigues, Paizano; e os índios Francisco Netxian e João Uerong; 2ª Que tãobem entrasse no mesmo destacamento, como cabo de esquadra das Ordenanças Manuel Antônio Vila Nova, o qual abrindo Escolla em hua casa vizinha ao Quartel, para ensinar aos índios as primeiras letras, venceria o soldo de quatro mil reis por mês, assim como vencia o cabo de esquadra que deo baixa, Elias José do Espirito Santo.⁵³²

Não temos informações se a escola de primeiras letras, pretendida pelo padre Chagas Lima, para ensinar as crianças indígenas a ler e escrever, iniciou suas atividades. O fato é que Manuel Antônio, aos olhos do padre, era uma pessoa de boa índole, apta a exercer outros cargos importantes na freguesia. Nesse mesmo documento, o padre Chagas Lima sugeria às autoridades paulistas que ele também ficasse responsável pelo armazém de mantimentos da freguesia.⁵³³ Não sabemos se seu pedido foi referendado pelas autoridades paulistas mas, ao que parece, Manoel Antônio tinha caído nas graças do padre Chagas Lima, pois, no registro de batismo de Salvador Cauuim, filho de Docang e Congrain, seu padrinho, Manuel Antônio Vila Nova, era descrito como Diretor da Aldeia.⁵³⁴

Em outra ocasião, alguns meses depois, Manuel Antônio, na mesma condição, como diretor da aldeia de Atalaia, deslocava-se para uma casa particular para ser padrinho, unicamente, de Leocádia Durá, com 4 anos de idade, filha de Vitorino Facxó e Rita de Oliveira Faxó e Pá, batizada *sub conditione* no dia 16 de agosto de 1827.⁵³⁵ Vejamos abaixo a figura que mostra as estratégias de compadrio de Vitorino Facxó Condá, na freguesia:

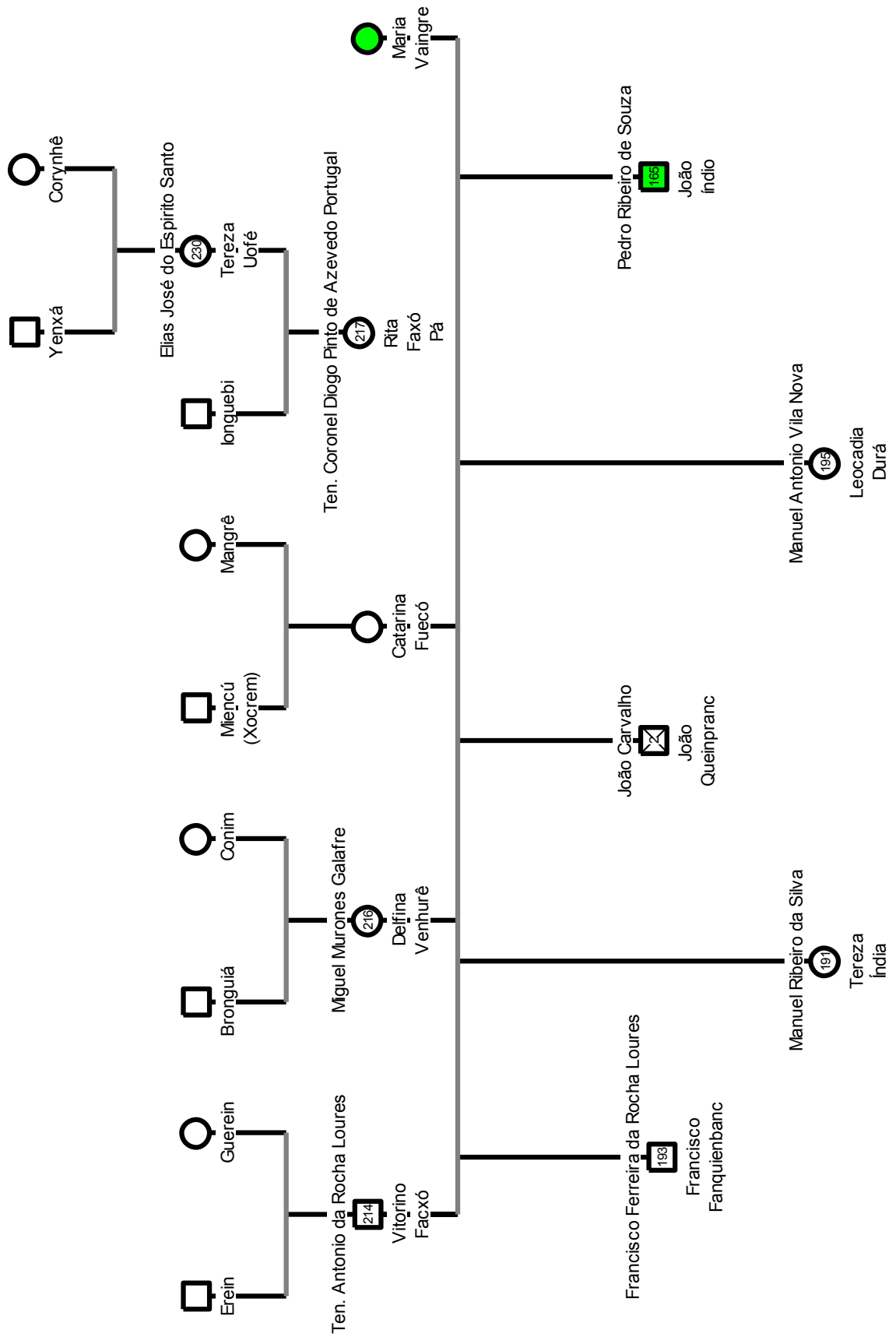
⁵³² LIMA (i), Op. cit., f. 3.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ LIMA (a), Op. cit., f. 71v.

⁵³⁵ Idem, f. 73v.

Figura 17: Compadres de Vitorino Faxó Condá



Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

A figura já é bastante clara em relação às estratégias de compadrio de Vitorino Faxó Condá, a começar pelo seu padrinho de batismo, o capitão Antônio da Rocha Loures, comandante daquela expedição. Na ocasião de seu batizado, Vitorino tinha 15 anos de idade quando decidiu participar da dinâmica religiosa por meio do batismo cristão. Interessante observar que, no mesmo dia do seu batizado, ele contraiu matrimônio com Rita de Oliveira Faxó e Pá. Na cerimônia, em relação aos padrinhos, que assumiram os papéis de testemunhas dessa união, identificamos novamente a presença de Antônio da Rocha Loures e do cirurgião Gabriel José Mendes.⁵³⁶

É bem provável que o padre Chagas autorizou o casamento dele com a viúva de Antônio José Pahy Engrayê, se ele aceitasse ser batizado. De princípio, podemos pensar que Vitorino estava aceitando as regras do jogo imposto pelo padre Chagas Lima e, provavelmente, ouviu algum sermão para abandonar suas três mulheres e viver no leito conjugal apenas com Rita. Sabemos que, na realidade, a estratégia que está operando nessas relações era de Vitorino, o qual escolhia membros da elite local para apadrinhar sua parentela.

Do mesmo modo que Luiz Tigre Gacom fez com seu Francisco, ao homenageá-lo com o nome do filho de Antônio da Rocha Loures, Vitorino Faxó Condá escolheu, para padrinho de seu primogênito, o filho de Antônio da Rocha Loures, Francisco Ferreira da Rocha Loures. Observem que, nessa estratégia, de modo a valorizar as relações tecidas com o compadrio, Vitorino homenageia seus compadres, dando o nome a seu filho de Francisco Fanquienbanc.⁵³⁷

Francisco Ferreira da Rocha Loures, só pelo fato de ser filho do comandante do povoado, já denota um certo prestígio e o fortalecimento das redes de relacionamento entre os Kaingang aldeados e a sociedade local. De modo a melhor informar o leitor sobre quem eram as pessoas escolhidas pelos Kaingang, para serem padrinhos de batismo de seus filhos, encontramos, em outros documentos do período, informações sobre as posses e atividades econômicas dessas pessoas. Nesse sentido, na lista de habitantes de 1828, Francisco Ferreira da Rocha Loures é relacionado como solteiro, com 19 anos de idade, vivendo ainda com seus pais.⁵³⁸

Se avançarmos um pouco mais, o encontramos na lista de habitantes de 1835, passados sete anos, com alguns ganhos interessantes. Sua ocupação principal é a atividade de estancieiro; declarou possuir 40 cavalos, 10 vacuns, 3 ovelhas, 4 mulas e plantou 7,5 alqueires de milho. Para dar conta dessa atividade, consta na lista que ele tinha um escravo e três agregados. Na feitura dessa lista, consta a seguinte observação: “sabe ler, escrever e tem descende

⁵³⁶ LIMA (e), Op. cit., f. 12.

⁵³⁷ LIMA (a), Op. cit., f.69.

⁵³⁸ LOURES, Lista de Habitantes de 1828, op. cit. p. 2.

subsistência.”⁵³⁹ A madrinha de Francisco Fanquienbanc foi Gertrudes Escolástica Ferreira, esposa de Francisco Aires de Araújo, outro potentado local que construiu uma pequena fortuna na freguesia.

Na lista de habitantes de 1828, ele diz possuir a posse de três escravos.⁵⁴⁰ Já na lista de 1835, a fortuna de Francisco Aires de Araújo teve um significativo aumento. Sua atividade principal é a de estancieiro; declarou possuir 100 cavalos, 200 vacuns, 16 ovelhas e 12 mulas. Plantou 14,5 alqueires de milho e diz ser proprietário de cinco escravos, além de mais uma propriedade no lugar de nome Taquaruçu.⁵⁴¹

Em 1827, Vitorino retornava com outra esposa, Delfina Venhurê, até o oratório da freguesia para batizar sua filha, Tereza, com 12 dias de idade. No seu registro, não encontramos o seu nome Kaingang. Seus padrinhos foram Manoel Ribeiro da Silva e Genoveva Iagnan. Na lista de habitantes de 1828, não encontramos muitas informações sobre Manoel Ribeiro da Silva, além de uma descrição sucinta das suas características pessoais, como idade, cor, estado civil e que possuía um escravo de nome Miguel, com 15 anos.

Entretanto, em 1835, Manoel continua solteiro; exerce a profissão de ferreiro e é assalariado da expedição, mas também tem uma pequena produção de alimentos e animais. Declarou possuir 3 cavalos, 4 vacuns e 10 porcos. Plantou 3 alqueires de milho e feijão. Não temos mais informações do seu escravo, apenas que possui um agregado de nome José, com 5 anos de idade, índio.⁵⁴²

Sobre sua madrinha, Genoveva Iagnan, era uma Kaingang batizada na freguesia, em 1820. Aprofundaremos mais sobre sua trajetória ainda neste capítulo, quando discutiremos sobre os casamentos ocorridos na Freguesia entre as mulheres indígenas e os degredados enviados para cumprir sua pena nesse local. Entretanto, a título de informação, Genoveva Iagnan era casada com Felix Pereira, degredado.

Para padrinhos de seu filho, João Queinpranc, Vitorino escolheu João Carvalho de Assunção e sua esposa, Maria Francisca da Rocha. Em 1828, não temos muitas informações de suas posses, apenas a menção de que tem uma escrava de nome Albina. Entretanto, como já notamos nas linhas anteriores, a lista de habitantes de 1835 é mais completa, com informações que nos ajudam a compreender a constituição de uma elite local e o crescimento econômico da região, além, é claro, de mapearmos as pessoas que eram escolhidas pelas chefias indígenas

⁵³⁹ LOURES, Lista de habitantes de 1835, Op. Cit.

⁵⁴⁰ LOURES, Lista de habitantes de 1828, Op. cit.

⁵⁴¹ LOURES, Lista de Habitantes de 1835, Op. cit.

⁵⁴² Idem.

para batizar seus filhos. No ano de 1835, João Carvalho de Assunção declara-se criador de animais, com 22 cavalos e 40 vacuns; plantou 15 alqueires de milho e 1,2 de feijão. Além da escrava Albina, adquiriu mais dois: Domingos, com 39 anos, e Joana, com 25.⁵⁴³

Em relação aos seus outros dois compadres, já apresentamos a trajetória individual de Manuel Antônio Vila Nova na freguesia. A última informação, extraída dos registros de eventos vitais sobre a família de Vitorino Faxó Condá, vem da Paróquia de Bom Jesus de Palmas/Pr. Na pesquisa que realizamos no livro de batismo daquela localidade, encontramos apenas um registro relacionado ao Vitorino: quando apresenta, junto com sua esposa, Maria Vaingrê, seu filho João para ser batizado. Não temos informações sobre seu padrinho, além do seu nome, Pedro Ribeiro de Souza.

De todo modo, Vitorino construiu na freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava uma rede de relacionamentos interessantes com a elite local, na sua maioria, homens que tinham posses e uma ascensão econômica considerável naquele contexto. Seus compadres eram estancieiros e negociantes, atividades econômicas que não se restringiam apenas a Guarapuava, mas que eram extensivas à região sul, em territórios onde Vitorino exercia certa influência como chefia indígena.

Durante o tempo em que permaneceu na Freguesia de Belém, Vitorino não assumiu nenhuma posição que o colocasse em algum lugar de destaque juntos aos demais indígenas e povoadores. Não temos informação de que ele tenha se tornado “capitão dos índios”, como seus antecessores. Sabemos, entretanto, que ele já apresentava sinais de uma certa autonomia política ao deixar o aldeamento em 1823, distanciando-se da forma como Luiz Tigre Gacom conduzia os Kaingang aldeados. Com a morte deste, Vitorino retornou para Guarapuava, conforme atesta a ata de batismo de seu filho, João Queinpranc, em que o padre Chagas Lima faz a seguinte observação: “Há quatro anos haviam se retirado e agora retornaram”.⁵⁴⁴

Embora Vitorino tenha admitido permanecer no aldeamento, comandando os Kaingang aldeados, não deixou de se vingar de alguns grupos que vinham até a sociedade local, no propósito de obter alguns ganhos. Em 1827, o padre Chagas Lima estava enfermo e preocupado em receber assistência religiosa de outro sacerdote, assim, pediu que o comandante da expedição, Antônio da Rocha Loures, se deslocasse até Curitiba e trouxesse um padre para sua assistência. Como não houve em Curitiba sacerdote disponível para tal intento, o comandante se dirigiu até Castro no mesmo propósito. De lá, ele foi informado de que havia ocorrido um conflito na Freguesia de Belém entre os Kaingang aldeados com os “Dorins”, grupo desafeto

⁵⁴³ LOURES, Lista de Habitantes de 1835, Op. cit.

⁵⁴⁴ LIMA (a), Op. cit., f. 69.

daqueles.⁵⁴⁵

Na ausência do comandante, quem ficou responsável pela defesa e ordem na freguesia foi o Cabo de Esquadra Elias de Araújo. Enquanto Antônio da Rocha Loures percorria longos caminhos em busca de assistência religiosa que aceitasse vir até Guarapuava, conflitos envolvendo os Kaingang aldeados e os ditos “Dorim” tensionavam a dinâmica social das pessoas ali residentes. Segundo consta no relatório, chegaram à freguesia vinte e um indivíduos, membros do grupo “Dorins”, uma facção Kaingang que vinha, de tempos em tempos, até a freguesia para suprir suas necessidades, participar de algumas cerimônias, batizar seus filhos, os quais retornavam para suas habitações nos territórios a oeste de Guarapuava. Os Kaingang aldeados mostraram-se amistosos com os “Dorins”, visitando-os na casa que destinaram para seus alojamentos temporários até que, em uma noite, os indígenas aldeados atacaram os rivais, matando muitos deles.⁵⁴⁶

No dia seguinte, após sepultarem os mortos no conflito, o padre Chagas Lima, junto com o cabo de Esquadra e comandante interino da freguesia, Elias de Araújo, reuniram os indígenas de Atalaia, o diretor e outros que estavam trabalhando para averiguar o que de fato havia ocorrido. Na ocasião, algumas famílias permaneciam na roça trabalhando, como se nada tivesse acontecido na noite anterior. Eram eles “Vitorino Condá e sua mulher, Manoel Iotain e sua mulher, Xocang e sua mulher, ele ainda pagão”.⁵⁴⁷ Ocorre que esses indígenas não assumiram que tinham participado daquele ataque e denunciavam 11 deles, que haviam abandonado o aldeamento naquela mesma noite, sendo:

Do Ramxo dos Votorons: Daniel Morem –Viúvo, Felix Uengren casado, Diogo Kopé casado, Veri seo irmão, solteiro e ainda pagão, Caprá outro irmão menor de 14 annos ainda pagão, Manoel Conquinbanc outro irmão menor de 14 annos, Agostinho Iotain casado. Do Ramxo dos Camé: Casemiro Herefeié Casado, Bruno Ningren alcunha de Leitinho, casado, Henriques Futuin, casado, Hermenegildo Bronguia.⁵⁴⁸

Do trecho acima, podemos tirar duas situações bem interessantes desse conflito. O primeiro está relacionado à culpa atribuída dos Kaingang aldeados para aqueles que haviam desaparecido na noite anterior, assumindo, de certo modo, a culpa pelo ataque aos indígenas alojados na freguesia de Belém. Entretanto, no mesmo documento, Elias de Araújo fez algumas observações em relação ao diálogo entre ele e os indígenas que estavam trabalhando na roça.

⁵⁴⁵ LOURES, Antônio da Rocha. **Ofício** ao Ilmo. Exmo. Sr. Vice-Presidente Luiz Antônio Neves, de Carvalho. 06/11/1827. AESP, Caixa 192, Ordem 987.

⁵⁴⁶ ARAÚJO, Elias. **Relação do dessastoso successo acontecido na Freguesia de Belém de Guarapuava entre os índios Aldeados e Barbaros na noite de 8 de outubro de 1827**. AESP, Caixa 192, Ordem 987.

⁵⁴⁷ Idem, p. 2.

⁵⁴⁸ Idem, p. 2.

Mesmo assim, Araújo, desconfiado da ação, mandou prender Vitorino, Manoel e Xocang, acusando-os de serem os mentores de tal ataque: “ficam presos como cúmplices, se he que Vitorino Condá não foi o principal motor desta desordem.”⁵⁴⁹

Esse fato mostra o quanto era importante a liderança de Vitorino Condá na Freguesia de Belém. Antes desse dia fatídico, Vitorino havia fortalecido algumas alianças importantes com alguns potentados locais, conforme já apresentamos nas linhas anteriores. Para ele, não seria bom romper esses laços de compadrio com os povoadores.

Desse relatório, ficamos conhecendo um pouco mais sobre a família de Viri. Vários estudos, muitos citados aqui na tese, têm apresentado informações relacionadas ao seu papel sociopolítico com alguns grupos locais e com os não indígenas, mas são quase inexistentes os trabalhos que apresentam dados da sua família tanto em Guarapuava como em Palmas.

Diante disso, pesquisando no arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, não encontramos o registro de seu batismo. Aliás, em vários documentos, em que ele é citado, aparece como índio “pagão”. Entretanto, embora Viri tenha organizado sua estratégia junto à sociedade local, recusando-se a aceitar o batismo cristão, não significa que seus parentes o tenham acompanhado nessa decisão.

De acordo com Elias de Araújo, Viri tinha três irmãos no aldeamento de Atalaia, em 1827, quando atacaram os “Dorins” na freguesia e depois se evadiam. Assim como ele, seu irmão Caprá não foi batizado em Guarapuava. Pelo que apuramos da sua família, identificamos o registro de seu irmão, Diogo Kopé, como abaixo reproduzimos:

Aos dezoito dias do mês de junho do anno de mil oitocentos e vinte e sete, no oratório que serve de Igreja Matriz nesta Freguesia de Belém, baptizei solemnemente e puz os santos oleos a Diogo, antes denominado Kopé, adulto de idade de vinte e dous annos, pouco mais ou menos, filho de Iokê e de Fanihê, índios nacionais do Gentio Selvagem habitante nos sertoes deste continente de Guarapuava. Forão padrinhos Elias de Araújo e sua mulher Clara Maria, moradora desta freguesia. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.⁵⁵⁰

Identificamos, por meio das poucas informações presentes no relatório escrito por Elias de Araújo, que Viri tinha uma pequena parentela em Guarapuava, quando cruzamos informações em diferentes fontes documentais, com base nas informações registradas nas atas sacramentais de dois de seus irmãos. Vejamos a tabela abaixo:

⁵⁴⁹ Idem, p. 3.

⁵⁵⁰ LIMA (a), Op. cit., f. 72v.

Tabela 27: Irmãos de Viri

Nome	Batismo	Idade	Nome dos pais	Nome dos padrinhos
Diogo Kopé	18/06/1827	22 anos	Iokê e Fanihê	Elias de Araújo e Clara Maria
Filipa Iangbrom	06/10/1827	22 anos	Iokê e Fanihê	Antônio da Rocha Loures e Delfina Ferreira
Caprá				
Viri				

Fonte: ARAÚJO, Op. cit. p. 2; LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Ao realizarmos uma busca com os nomes dos pais de Diogo Kopé, identificamos uma irmã dele, batizada em outubro de 1827, com 22 anos, que recebeu, no ato sacramental, o nome de Filipa Iangbrom. Seus padrinhos foram o comandante Antônio da Rocha Loures e sua filha Delfina Ferreira. Embora o cacique Víri, aos olhos da sociedade local da época, tenha permanecido em seu estado “pagão”, não significa que ele tivesse desprovido de uma estratégia de aproximação com os povoadores. A não aceitação do sacramento do batismo nos diz muito sobre as “formas de resistência” que esses grupos indígenas tinham, mas também nos mostra que suas ações poderiam se estender para seus parentes. Nesse caso, podemos compreender o jogo político do cacique Víri permitindo que seus irmãos se colocassem à disposição para receber o sacramento do Batismo, não apenas no sentido da conversão, mas como um ato político de aproximação com esses potentados locais por meio do compadrio.

Entretanto, como já apontamos acima, essa dinâmica interacional do cacique Víri ajuda-nos a compreender os conceitos defendidos por John Scott, das formas cotidianas de resistência. Para Scott, essas relações entre subordinado/dominante não acontecem apenas em movimentos sociais e outras formas de organização, mas em grupos, de certo modo, “desprovidos” dessa articulação, que buscam organizar suas estratégias de resistência de diversas maneiras. O fato de não aceitar o batismo cristão, mas permitir que seus parentes mais próximos o recebessem, demonstra que há, por parte desses grupos mais resistentes ao processo de catequese e conversão, “um gerenciamento de aparência”.⁵⁵¹ Ou seja, para a sociedade nacional, os atos de conversão e uma suposta aceitação dos modos de vida não indígenas são constantemente monitorados por esses grupos, no sentido de apaziguar os ânimos dos religiosos e militares para não sofrerem outro tipo de represália.

Víri sabia exatamente a importância de manter e fortalecer os laços de amizade com as

⁵⁵¹ SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. México: Ediciones Era, Colección Problemas de México, 2004.

pessoas de certo prestígio social. Seu histórico de presença no aldeamento de Atalaia com outras lideranças indígenas e com os potentados locais lhe possibilitava algumas garantias, como proteção e objetos. Se, de fato, ele não acreditava no batismo cristão e não optasse pelo estreitamento de alianças via compadrio, essa situação não o colocava numa posição desconfortável com o catolicismo, pois ele tinha autonomia sobre suas decisões e aceitação das autoridades pelo seu estado de “paganismo”.

Se, por um lado, o estreitamento de laços via compadrio rendia alguns ganhos para os Kaingang aldeados e não aldeados, escolhendo pessoas de camadas sociais acima da sua, naquele contexto, a partir de 1816, esse panorama começa a sofrer algumas transformações e as solidariedades sociais se ampliam para outros estratos sociais, conforme poderemos acompanhar no próximo item.

3.2 Indígenas, povoadores, libertos e suas estratégias sociais

Com o convívio entre a sociedade nacional e os Kaingang sendo cada vez mais presente no aldeamento de Atalaia, as relações sociais começaram a passar por algumas transformações no âmbito dos sacramentos católicos. Uma das mudanças percebidas nos documentos de batismo é a escolha de padrinhos sem uma patente militar ou com alguma atividade econômica de destaque. Ao permitirem que seus filhos e a si mesmos fossem batizados pelo padre, eles ampliavam suas estratégias sociais e políticas com outros estratos sociais ali estabelecidos. Evidentemente, ainda buscavam alianças importantes com os potentados locais, mas suas estratégias também se direcionavam para outros grupos sociais, como os degredados, escravos e pobres livres.

Entretanto, se a participação dos povoadores aumentava na condição de padrinhos dos indígenas, com pessoas de origens diversas, o mesmo podemos dizer para os indígenas que já haviam passado pelo processo de catequização. Alguns haviam casado conforme os preceitos do catolicismo e, concluída essa condição, poderiam exercer tal responsabilidade junto aos seus afilhados e compadres.

Esse cenário teve sua primeira mudança no ano de 1814, no batismo da pequena Ubaldina, já analisada neste capítulo, quando Anastácia, escrava, compareceu até a pia batismal para ser sua madrinha. Em 1816, Anastácia, agora acompanhada de seu esposo, o também escravo, Manoel, ambos de propriedade do Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, retornou à capela de Atalaia pela segunda vez, para serem padrinhos de batismo do pequeno André, na ocasião, com oito dias de vida. De acordo com informações do seu registro de batismo,

André era filho de pai incógnito e de Gertrudes, indígena de Barueri. Ao final das anotações de seu registro de batismo, o padre Chagas Lima registrou que ela era agregada de Ignácio Pereira Bastos, ajudante na expedição.⁵⁵²

Não sabemos ao certo de que maneira Gertrudes chegou a Guarapuava, mas podemos supor algumas situações. Uma delas diz respeito ao fato de que, ao organizarem a expedição de povoamento e ocupação dos campos de Guarapuava, o comandante trouxe alguns indígenas para serem intérpretes junto aos Kaingang. A outra explicação pode estar relacionada às viagens que os militares faziam até a província de São Paulo com o chefe da expedição Diogo Pinto. Numa dessas viagens, Ignácio trouxe Gertrudes para Guarapuava. Não temos documentos que reforcem nossas hipóteses, mas, pelo contexto e a forma como esses “homens do sertão” agiam, é bem provável que Gertrudes estivesse numa condição de escrava do casal. Embora parem algumas dúvidas sobre Gertrudes, sabemos que sua presença em Atalaia demonstra o alcance das interações sociais dos Kaingang com outros indígenas.

⁵⁵² LIMA (a), Op. cit., f. 33.

Tabela 28: Os primeiros padrinhos Kaingang

1817				
Nome	Batismo	Idade	Nome dos pais	Nome dos padrinhos
Rosa Yenvê	24/set	7meses	Toueng e Docá	José Joaquim Marçal e Feliciano Crembanc (mulher de Lourenço Fangaton)
Lino Caicó	24/set	7meses	Combró e Vainguenbanc	Antônio da Rocha Loures e Rita de Oliveira Faxó e Pá
Manuel Ianguainbanc	24/set	7meses	PI - Iagnin, viúva de Xió	Antônio da Rocha Loures e Escolástica Quadros Ferê
Antonia Engrain	27/dez	7anos	Pai gentio e Fangrá	Te. Antônio da Rocha Loures e Clemencia Aranheran, solteira e neófito
1818				
Ana índia	24/jan	3dias	Bento José Gonçalves e Geneveva G. Fuiró	Clemencia Aranheran, solteira e neófito
1819				
Rosa Clenheran	1/jun	17anos	Vanhuong e Guurá	Francisco Marques Soldado e Geneveva Fuiró mulher de Bento Gonçalves
Maria Ganbanc	1/jun	12anos	Fandungrá e Vaingrê	Francisco Marques e Rita de Oliveira Faxó e Pá
1820				
Geneveva Iagnam	2/abr	16anos	Erarê e Iangrain	Geneveva Fuiró, mulher de Bento Gonçalves
Felicia Ueimocá	7/abr	20anos	Fauuem e Fangong	Antônio Barboza e Antonia solteira escrava de Antônio Rocha Loures
1821				
Silverio índio	7/jan	11dias	José Caicang e Cecília Hericá	Antônio Barboza e Maria Hereiahê
José índio	25/mar	3dias	Nicolao Herimbanc e Tomazia Parem	Antônio Jose dos Passos e Angelica Docá, viúva
Sirino índio	16/nov	3dias	Tristão Uonguiye e Guaindó(IP)	Antônio José dos Passos e Marcelina Motem, viúva
Jeronimo índio	30/dez	10dias	Felipe Cognin e Beatriz Herimó	Francisco de Paula Lima e Geneveva Fuiró

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Antes de apresentar os dados constantes na tabela acima, achamos pertinente afirmar que a primeira mulher indígena a exercer a função de madrinha dos Kaingang, batizados em Guarapuava, foi Rita de Oliveira Faxó e Pá, em 1816. Ao longo de sua permanência no aldeamento e na freguesia, Rita foi requisitada como madrinha por três vezes. Nesses sacramentos, ela aparece junto com outros padrinhos, que não seu esposo; o primeiro “capitão dos índios”, Antônio José Pahy Engrayê. Mesmo depois do falecimento de Pahy Engrayê e do casamento com Vitorino Faxó Condá, Rita voltaria à pia batismal apenas para batizar seus filhos.

Rita de Oliveira Faxó e Pá teve laços matrimoniais com duas importantes lideranças indígenas de Guarapuava. Do seu primeiro casamento, ela teve duas filhas, Margarida e Lorença. Com o falecimento de Pahý Engrayê, ela se uniu conforme os preceitos do catolicismo com Vitorino Faxó Condá. Dessa união, ela teve mais uma filha, Leocádia Durá. Embora ela tenha sido madrinha de batismo em três ocasiões, seus dois maridos nunca estreitaram laços de compadrio com outros indígenas em Guarapuava.

Sobre sua curta trajetória como madrinha de batismo, podemos inferir algumas conclusões interessantes sobre a participação de indígenas batizando indígenas. A primeira questão a ser analisada é a de que, assumindo e participando do ritual do batismo, na condição de madrinha, seu exemplo de cristã seria representativo para outros Kaingang, que residiam junto à sociedade nacional, mas também para os que ainda viviam em estado “pagão”. Ao ser escolhida como madrinha da filha de Rafael Herefê, identificamos que ambos haviam sido batizados no mesmo dia, em 28 de maio de 1814. Na mesma cerimônia, foram batizados Pahý Engrayê, Jacinto Doiangrê, Antônio Coverê e Rufina Ningiri. Com exceção de Pahý Engrayê, com 30 anos de idade, os outros tinham entre 12 e 13 anos.⁵⁵³

Esses grupos haviam chegado ao abarracamento de Atalaia, em 1812. Segundo observações do padre Chagas Lima, eles pertenciam à nação Votouro e, após 2 anos de catequese, recebiam o sacramento de batismo com a responsabilidade de reproduzir o que haviam aprendido na sua catequização para outros indígenas. O grupo é representativo de uma pequena parentela que permaneceu unida em Atalaia e que, depois de algum tempo, fortaleceu seus laços de solidariedade por meio do compadrio, conforme identificamos no registro de batismo de Clemente, filho de Rafael Herefê e Patrícia Iangjá.

Para além dessas questões, o fato de Rita Faxó e Pá ser madrinha de batismo nos mostra que, em Guarapuava, a participação indígena nos sacramentos católicos é bastante expressiva e difere de outras localidades em que também teve uma missão católica. Ao analisar os livros de batismo do aldeamento de São Pedro de Alcântara, Maicon Marcante não encontrou na série batismal indígenas estreitando laços de compadrio com outros indígenas.⁵⁵⁴ Essa situação é bem diferente do que ocorreu no aldeamento de Atalaia, nos anos anteriores ao período de vigência de São Pedro de Alcântara, fundado em 1855.

Embora existisse comunicação desses grupos indígenas no território adjacente aos campos de Guarapuava, o modo de interação com a sociedade de cada localidade se dava de acordo com seus entendimentos. Isso demonstra que, em Guarapuava, os Kaingang

⁵⁵³ LIMA (a), Op. cit., f. 24v.-25.

⁵⁵⁴ MARCANTE, Op. cit., p. 76.

estabeleciam outras estratégias de interação com os povoadores. Um dos caminhos adotados por eles foi por meio do compadrio, com indivíduos pertencentes a vários estratos sociais. Mesmo pertencendo a uma mesma família linguística, esses indivíduos apresentam formas de interação diferentes com a sociedade local. Sobre esse aspecto, Maria Regina Celestino de Almeida explica:

Pessoas situadas em posições socialmente diferentes podem até agir da mesma maneira, mas essas ações muito provavelmente não terão para elas o mesmo sentido, tampouco as mesmas consequências. Os homens agem e se relacionam, pois, conforme seus lugares sociais e seus objetivos.⁵⁵⁵

O fato dos Kaingang não se integrarem à sociedade nacional, residente no aldeamento de São Pedro de Alcântara, pode estar relacionado à sua resistência de não dividir o mesmo espaço territorial, bem como fortalecer vínculos no campo das solidariedades sociais com os Guarani Kaiowá e Nhandeva.⁵⁵⁶ Essa realidade não foi um problema para o aldeamento de Atalaia, pois, mesmo com alguns indígenas vindos das “Missões do Uruguay” e de Barueri, não chegavam a incomodar os Kaingang. Percebemos, sim, por meio dos registros de batismo, que houve uma interação muito maior entre eles, mediados por diversos processos históricos.

Sobre esse aspecto, é importante reforçar o quanto é relevante o diálogo entre a história e a antropologia, de modo a fortalecer e apresentar novas conceituações, problemáticas e novas perspectivas de pesquisa com enfoque para grupos etnicamente distintos. Nesse sentido, Maria Regina Celestino de Almeida reforça e defende que:

Historiadores e antropólogos têm aceitado o desafio, e de sua interlocução crescente resultam novas formas de compreensão sobre as culturas, as identidades e as relações interétnicas entre povos etnicamente diversos. Questionam e interpretam documentos históricos com indagações etnológicas, analisam culturas dos povos e indivíduos, procurando entendê-las em contextos históricos definidos e articulados às relações sociais e interétnicas por eles estabelecidas.⁵⁵⁷

Outro aspecto interessante, que tem fortalecido as pesquisas interdisciplinares entre a história e a antropologia, surge especialmente por meio dos estudos da temática indígena e da abordagem etnohistórica. A etno-história é um dos campos de possibilidades que, juntamente com a análise micro-histórica, contribui para o modo de interpretação das trajetórias individuais,

⁵⁵⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 154.

⁵⁵⁶ MARCANTE, Op.cit., p. 73.

⁵⁵⁷ ALMEIDA, Op. cit., p. 166.

notadamente, daqueles personagens que foram silenciados na historiografia oficial. Daí que, na condição de metodologia de pesquisa, a etno-história tem conquistado cada vez mais espaço entre os pesquisadores brasileiros que se dedicam à temática indígena.

Entretanto, deve-se observar alguns cuidados no momento de lançar mão dessa metodologia, uma vez que é preciso dar um passo além de apenas dominar os métodos da história ou da antropologia. Segundo Trigger: “[...] os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada”.⁵⁵⁸ Ou seja, o historiador deve analisar as fontes e questioná-las, a fim de entender as ações dos sujeitos a partir da cultura em que eles estão inseridos; o antropólogo também deve se pautar pela compreensão histórica da cultura desses sujeitos, suas ações e trajetórias ao longo do tempo.

Esse diálogo tem sido bastante produtivo para as duas disciplinas, especialmente, com o intuito de se repensar processos históricos em que esses grupos foram retratados de forma negativa pelos conflitos que ocorreram entre eles e a sociedade colonial, mas também, muitas vezes, silenciados nos gabinetes, nos documentos e nas histórias nacionais que então se produziram.

A etnologia tem sido uma grande aliada dos estudos históricos com enfoque para a história indígena. Entretanto, o uso de documentos dos eventos vitais, os registros sacramentais de batismo e casamento não são explorados como deviam pelos pesquisadores da temática indígena. Para Marta Maria Azevedo, a etnologia “não tem priorizado a utilização de atas paroquiais ou documentos históricos como fontes de informação primárias, a não ser para uma contextualização inicial.”⁵⁵⁹

Esse diálogo entre a história e a antropologia tem proporcionado um entendimento amplo da organização social dos Kaingang em diversos processos históricos. Para dar sequência à nossa análise, sobre a participação de mulheres indígenas assumindo o papel social de madrinhas dos Kaingang batizados em Atalaia, retomaremos alguns aspectos culturais e sociais da sua organização.

Uma das principais características dos Kaingang é o fato de que se trata de uma sociedade dualista, com metades opostas e complementares. Significa dizer que eles buscam aliança com o outro, inclusive, com grupos locais distantes, sempre com sua metade oposta para os casamentos. Para eles, essa forma de criar vínculos com outros grupos é uma maneira de aliança, fortalecendo os laços de solidariedade. De modo geral, o ciclo de vida dos Kaingang, desde seu nascimento até sua morte, está construído sobre as bases de sua dualidade e pela

⁵⁵⁸ TRIGGER, Op. cit., p. 1-19.

⁵⁵⁹ AZEVEDO, Op. cit., p. 77.

reciprocidade, pela troca com a metade oposta. De acordo com Aline Ramos Francisco, ao analisar as formas de interação dos Kaingang na região sul:

A integração do outro na sociedade Kaingang está inscrita em suas regras de reciprocidade, ainda que, no caso da guerra, seja por causa da degeneração deste princípio em determinado momento.[...] As relações sociais e políticas entre os diferentes grupos Kaingang estavam estabelecidas em atos de reciprocidade, condicionados a interesses de cada grupo familiar ou residual.⁵⁶⁰

Para o casamento, essa regra também é observada com bastante cuidado e foi registrada pelos autores do século XIX, como Telêmaco Borba e Luiz de Cemitille, pessoas que conviveram com eles nos aldeamentos do Tibagi. São deles, também, algumas informações pertinentes sobre ao casamento e a uxorilocalidade. Isso implica dizer que, embora a descendência seja patrilinear, a residência será sempre matrilocal. Ou seja, o jovem, ao casar-se, passa a morar na casa do sogro junto com toda sua nova família. Sobre essa regra, Telêmaco Borba observou que os Kaingang tinham grandes casas comunais onde habitavam o homem, sua mulher, filhos não casados, as filhas casadas e seus genros, com seus filhos e filhas.⁵⁶¹

A descrição de Borba sobre a uxorilocalidade Kaingang ajuda-nos a compreender o protagonismo evidente de mulheres indígenas tanto no aldeamento de Atalaia como na freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, ao identificarmos um número expressivo de mulheres sendo madrinhas de batismo; em alguns casos, somente ela e em outros com um homem que não era seu cônjuge. Se aplicarmos essa dinâmica da uxorilocalidade, sabemos que a mulher permanece em sua casa. Portanto, ela é residente, enquanto o homem está sempre em movimento, deslocando-se desde seu casamento, indo morar na casa do sogro e, assim, a regra se aplica para as suas relações fora de seu espaço familiar.

Sobre esse aspecto, Ricardo Cid Fernandes destaca que, para eles, existe uma “combinação da patrilinearidade e da matrilocidade traduzidas em: ‘sangue’ e ‘solo’, estão fundidos no domínio dos grupos domésticos: entre as mulheres há uma relação de sangue e entre os homens uma relação de afinidade ‘solo.’”⁵⁶² De modo a explicitar melhor essas questões, observemos a tabela abaixo, na qual realizamos uma intensa leitura do livro de batismo, separando-os em três categorias:

⁵⁶⁰ FRANCISCO, Op. cit. p. 14.

⁵⁶¹ BORBA, Op. cit., p. 8.

⁵⁶² FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da Antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Uri e Wásí**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, p. 113.

Tabela 29: Mulheres indígenas como madrinhas

Situação civil	1812-1867
Madrinha sozinha	7
Madrinha com o esposo	15
Madrinha com outro homem	66

Fonte: LB/PSNSBG (Elaborado pelo autor)

Na sua maioria, as madrinhas indígenas compareceram à pia batismal com outro homem, que não seu marido. Alguns eram militares, diretores do aldeamento, povoadores, mas houve, até mesmo, outros Kaingang. As razões para que essas mulheres indígenas fossem madrinhas de batismo, além de uma escolha de seus pais ou de suas mães, poderia estar relacionada também com seu exemplo de “conversão,” após um tempo sendo catequisada pelo padre Chagas Lima. Somando esses números, teremos um total de 88 registros de batismo em que a madrinha foi uma indígena. Desses sacramentos, temos vários registros em que a mesma pessoa voltou diversas vezes à igreja como madrinha de batismo. Para ilustrar essa situação, organizamos a seguinte tabela:

Tabela 30: Recorrência de mulheres indígenas como madrinhas

Nome	Quantidade
Andreza Grendoró	7
Helena da Cruz Iahuri	7
Genoveva Fuiró	6
Beatriz Herimó	6
Manuela Coctain	5
Clemencia Aranheran	6
Genoveva Iagnan	9
Gertrudes Ningá	15

Fonte: LB/PNSBG (elaborado pelo autor)

Para compreendermos as estratégias de compadrio dos pais das crianças indígenas, extensivas para essas mulheres, faremos uma apresentação de algumas de modo a demonstrar também essas formas de interação proporcionadas pela realização de sacramentos. De modo geral, nos documentos oficiais, é quase nula a descrição de algum fato envolvendo as mulheres indígenas no aldeamento. Geralmente, quem ocupa a centralidade do olhar das autoridades locais, religiosas e militares é o homem, o chefe, o polígamo, o guerreiro, entre outras características.

Entretanto, identificamos uma participação muito maior de mulheres indígenas ocupando posições como madrinha de batismo, apadrinhando filhos de algumas lideranças residentes em Atalaia. Dados analisados nos livros de batismo indicam 26 mulheres indígenas assumindo o papel social de madrinhas dos Kaingang. A tabela acima é uma amostragem das mulheres que foram madrinhas com mais frequência no aldeamento.

Ao analisar a trajetória do primeiro “capitão dos índios”, Antônio José Pahy Engrayê, não encontramos registros em que ele tenha sido escolhido como padrinho de batismo, nem como testemunha de casamento. Situação um pouco diferente foi do segundo “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, escolhido como padrinho de duas crianças no aldeamento. O primeiro foi do pequeno João, filho de Hermenegildo Yotain e de Clara Yongrê. Tinha um mês de vida quando Luiz Tigre Gacom, em companhia de Genoveva Iagnan, esposa do degredado Felix Pereira, batizaram a criança na capela do Atalaia, em 26 de abril de 1824⁵⁶³ - exatamente um ano antes do ataque de 1825, que vitimou Luiz Tigre Gacom e mais 27 indígenas. O segundo batismo foi de Manuel Concrom, no dia 26 de julho de 1824. Seus pais eram Curem e Fangnhefeiê, ainda não batizados e residentes em Atalaia.⁵⁶⁴

Pelas informações de seu registro, ele foi batizado com alguma enfermidade e na “casa de particular.” Não há informação sobre sua idade, apenas que era casado com Niri. Luiz Tigre Gacom foi seu único padrinho. Ao que parece, Manuel Concrom tinha recém-chegado ao Aldeamento, corroborando nossas afirmações de que grupos locais vinham, de tempos em tempos, em busca de algum ganho com os Kaingang aldeados, para participar de rituais ou, quem sabe, fortalecer laços matrimoniais. Se, acaso, tivessem alguma situação que os colocasse em perigo, como uma doença, eram batizados imediatamente pelo padre Chagas Lima.

Esses dois registros, em que Luiz Tigre Gacom foi padrinho de batismo, são bastante ilustrativos do que é uma estratégia política, canalizada pelo compadrio, ao fortalecer os laços de solidariedade com Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê. Ambos residiam em Atalaia sob olhar atento de Luiz Tigre Gacom, na época, capitão dos índios, o que sugere um certo consenso e aceitação do modo como ele organizava as atividades no aldeamento.

De outro lado, o batismo de Manuel Concrom é um exemplo interessante de como o sacramento poderia se encerrar em si mesmo ou ser uma estratégia política a longo prazo. Luiz Tigre Gacom era o responsável por todos os acontecimentos que ocorriam no aldeamento de Atalaia. Portanto, é bem provável que ele tenha procurado o padre Chagas Lima para ministrar o sacramento ao indígena enfermo e, por estar presente e com status de capitão, se tornou padrinho de Concron.

Embora os “capitães de índios” não tivessem muitos afilhados, a parentela de Luiz Tigre Gacom modifica esse quadro por meio de sua irmã, Andreza Grendoró. A primeira informação que temos sobre Andreza Grendoró, no aldeamento de Atalaia, diz respeito ao batismo de sua filha, Catarina, no dia 25 de dezembro de 1814. Na ocasião, ela ainda não tinha sido batizada,

⁵⁶³ LIMA (a), Op. cit., f. 59v.

⁵⁶⁴ Idem, f.61.

fato que ocorreu alguns anos depois, após ter passado pelo período de catequese. O pai de Catarina era Buxim, “índio pagão”, que nunca aceitou o sacramento do batismo e, provavelmente, permaneceu nas suas habitações tradicionais, longe do convívio com os Kaingang aldeados e povoadores. Andreza Grendoró compareceu à pia batismal no dia 2 de abril de 1820, com 25 anos de idade. Seus padrinhos foram Gabriel José Mendes e Mariana dos Santos.⁵⁶⁵ Enquanto madrinha de batismo, Andreza Grendoró teve 7 afilhados; desses, apenas em dois ela foi madrinha sozinha. Os outros cinco padrinhos faziam parte de várias camadas sociais. Vejamos a seguinte tabela:

Tabela 31: Afilhados de Andreza Grendoró

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Mariano	02/04/1822 – 8 dias	Combró e Veingrá (IP)	Daniel Morem e Andreza Grendoró
Rita	12/09/1823 – 20dias	PI – Veingrá	Andreza Grendoró
Nicolao Docá	06/12/1823 – 1 ano	Nicolao Herimbanc e Coruim	Mariano Antônio e Andreza Grendoró
Martinho Uongré	12/01/1825 – 1 ano	Kopé e Vanheri	Martinho Carucang e Andreza Grendoró
Luciana Maocá	08/02/1825 – 20dias	PI – Escolástica Gapranc (IN)	Martinho Carucang e Andreza Grendoró
Matilde	16/07/1825 – 13dias	Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê	Andreza Grendoró
Ignácio Vaicrú	08/03/1827 – 3 anos	Daniel Morem e Felipa Niung	Joaquim Leite e Andreza Grendoró

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

O primeiro afilhado de Andreza Grendoró foi Mariano, recém-chegado ao aldeamento de Atalaia; conforme podemos observar logo após o nome de seus pais, Combró e Veingrá, eles eram ‘Índios pagãos’. Naquele ano de 1822, o padre Chagas Lima realizou oito batizados de crianças, cujos pais viviam em estado de paganismo. Dadas as condições da época, esse pequeno grupo se juntou aos Kaingang aldeados, permitindo que seus filhos recebessem o sacramento. Combró permitiu que seus descendentes fossem batizados, filhos de mães diferentes. Mexim, outro indígena polígamo, também deixou que seus dois filhos recebessem o sacramento e, por fim, Erangreni, outro polígamo, acompanhou o batismo de seus dois filhos, de mães diferentes.⁵⁶⁶

Esse caso é representativo de que, para os Kaingang que viviam distantes da população local, ainda eram mantidos seus traços culturais em evidência, como a prática da poligamia. Sobre o padrinho de Mariano, Daniel Motem, identificamos que ele, mesmo convivendo em

⁵⁶⁵ LIMA (a), Op. cit., f. 47.

⁵⁶⁶ Idem, f. 52, 52v e 53.

Atalaia com os Kaingang aldeados, sob os olhos do padre Chagas Lima, praticava a poligamia.

No dia 2 de março de 1827, Daniel Morem e sua esposa, Yondem, batizaram seu filho, Joaquim Xongrê, com 1 ano de idade. Seis dias depois, Iagnácio Vaicrú, de 3 anos, era batizado no oratório da freguesia. Seus pais eram Daniel Morem e Felipa Niung. No mesmo dia, Daniel Morem e Mangayá batizavam sua filha Ursula Quenhuhê, com 6 meses de idade.⁵⁶⁷ Daniel Morem era um dos Kaingang que haviam se retirado do aldeamento de Atalaia, junto com Luiz Tigre Gacom, para os campos do Pinhão, em 1824, e lá permaneceu até que retornou em 1827, com suas três esposas e filhos. Veio acompanhado de outras famílias, incluídas nesse grupo, de Vitorino Facxó Condá, conforme relato do padre Chagas Lima: “Há quattos anos haviam se retirado e agora retornaram”⁵⁶⁸.

O retorno de Daniel Morem para o aldeamento de Atalaia nos mostra que esses grupos locais, embora tivessem assimilado o sistema de aldeamento em sua dinâmica territorial e espacial, ao efetivar o deslocamento de alguns grupos para longe do convívio com os povoadores, nos permite afirmar que havia outros interesses, estratégias de sobrevivência e ampliação de suas redes de relacionamento ao retornarem as suas antigas habitações. A convivência com outros grupos e chefias indígenas demonstra que ele também gozava de certo prestígio social ao retornar para o aldeamento com três mulheres, estando entre elas Mangayá, filha de outra chefia indígena, de nome Vaipatifom, também polígamo:

Tabela 32: Filhos de Vaipatifom

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais
Ana Uenmom	08/03/1827 - 3a6meses	Vaipatifom e Mangeó 2ª mulher
Domitila Yapranc	08/03/1827 – 7meses	Vaipatifom e Mangeó 2ª mulher
Candida Nherepranc	08/03/1827 - 2anos	Vaipatifom e Macxú 1ª mulher
Bento Cokê	11/03/1827 - 3anos	Vaipatifom e Herecá 3ª mulher

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Essa situação de Daniel Morem é bem ilustrativa do modo como as chefias indígenas se organizavam no que diz respeito à troca de mulheres para casamento e às obrigações que o genro deveria ter com o seu sogro pelo princípio da uxorilocalidade. Tudo indica que a participação de Daniel Morem, assumindo o papel de padrinho dos Kaingang batizados, seria muito maior se ele tivesse permanecido no aldeamento de Atalaia. Ele tinha todos os atributos necessários para cumprir esse papel social: era casado com uma única mulher, participava dos rituais cristãos e, embora não tivessem filhos, ainda, Daniel poderia ser padrinho, em 1822, com

⁵⁶⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 69, 69v. e 70.

⁵⁶⁸ Idem, f. 69.

Andreza Grendoró. Depois de retornar das suas andanças, acompanhado de três mulheres e filhos, o padre Chagas Lima, defensor da monogamia, anulou qualquer possibilidade de ele ser padrinho de batismo. Tal fato foi constatado pela ausência de seu nome nas atas de batismo, após 1827.

Antes de retornar ao seu modo de vida originário, Daniel Morem fortaleceu seus laços de solidariedade por meio do compadrio com um Kaingang polígamo, Combró, o qual, de acordo com as informações escritas pelo padre Chagas Lima, nas atas de batismo, tinha três mulheres. A partir desse indício, iniciamos uma busca sobre informações que pudessem confirmar tal afirmação do padre. Foi então que encontramos o registro de batismo de Lino Caicó, batizado com 7 meses, no dia 24 de setembro de 1817. Seus pais eram Combró e Vainguenbanc e seus padrinhos foram Antônio da Rocha Loures e Rita de Oliveira Faxó e Pá.⁵⁶⁹

Nessa ata de batismo, o padre Chagas Lima reforça que seu padrinho, agora, era o comandante interino da expedição. A relação construída, aqui, pelo batismo de Lino Caicó era com pessoas que possuíssem um certo status social reconhecido; de um lado, o chefe máximo da sociedade local e, de outro, a esposa do primeiro “capitão dos índios”. A descrição da segunda esposa de Combró aparece no registro de batismo de seu filho, Braz Carim, batizado no dia 17 de janeiro de 1822, com 2 anos de idade. Sua mãe era Iagnen, “índia pagã”. Os padrinhos dele foram Gabriel José Mendes e Clara Yongrê.⁵⁷⁰

A terceira esposa de Combró era Veingrá, conforme já apontamos acima no registro de batismo de seu filho Mariano. Ao que parece, passado mais de ano, Veingrá retorna para o aldeamento de Atalaia com outra criança, de nome Rita, a qual tinha 20 dias de vida, batizada no dia 12 de setembro de 1823.⁵⁷¹ Sua única madrinha foi Andreza Grendoró. Embora o padre Chagas Lima tenha mencionado que Rita era filha de pai incógnito, é bem provável que ela não fosse filha de Combró, pois, no ano de 1826, especificamente no dia 25 de março, o padre Chagas Lima batizava Maria Vanheran, filha de Combró e Vaingrê, com 2 anos de idade.⁵⁷²

A trajetória de Combró no aldeamento de Atalaia nos deu muito mais elementos da ocupação territorial e da organização social dos Kaingang do que propriamente informações sobre seus filhos, suas esposas e a prática da poligamia. Mesmo que ele tenha vindo até o aldeamento lá pelos idos de 1817, Combró e suas mulheres jamais aceitaram viver nesse espaço, junto com a sociedade local e demais Kaingang aldeados. Antes, preferiram permanecer no seu

⁵⁶⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 35v.

⁵⁷⁰ Idem, f. 52.

⁵⁷¹ Idem, f. 56v.

⁵⁷² Idem, f. 65.

território tradicional, próximo ao rio Dorim. E mais, na ata de batismo de sua filha, Maria Vanheran, o padre Chagas Lima, além de mencionar que eram “originários do rio Dorim”, também lamentou que os batismos haviam ocorrido por “consentimento de seus pais”, sem qualquer manifestação de conversão. Ainda, de acordo com o padre, eles chegaram à “freguesia em 21 pessoas e depois se retiraram.”⁵⁷³

Essa pequena apresentação da trajetória de Combró no aldeamento e do fortalecimento das solidariedades sociais, por meio do compadrio, aproxima-se muito do programa proposto pelos micro-historiadores de que: “[...] a abordagem micro histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva.”⁵⁷⁴

Se ficássemos restritos às informações isoladas de cada ata batismal, deixaríamos de compreender os fenômenos sociais que mediavam as relações dos Kaingang entre si e com a sociedade local. A leitura e interpretação dos dados dos registros dos eventos vitais, batismo e casamento, num espaço temporal mais amplo, foi de extrema importância para identificarmos, por meio das trajetórias de Combró, Daniel Morem e Andreza Grendoró⁵⁷⁵, que ambos faziam parte de um mesmo grupo, localizado próximo ao rio Dorim.

Somado a esses nomes, podemos inferir também que Antônio José Pahý Engrayê e Luiz Tigre Gacom eram membros desse grupo local, distribuído territorialmente próximo ao rio Dorim, pois os primeiros registros de batismo atestam tal origem. Enquanto essas lideranças optaram por permanecer junto à sociedade local, no povoamento, vendo, dessa forma, uma oportunidade de ascensão social, Combró não se submeteu ao sistema de aldeamento, preferindo manter-se distante. Sempre que as necessidades assim o permitissem, buscava comunicação no aldeamento. Tal situação é representativa dos “índios em circulação”, tema discutido no primeiro capítulo.

De todo modo, o fortalecimento dessas redes de relações surge com o compadrio. Combró escolhe para que fossem padrinhos de seus filhos Daniel Motem, Andreza Grendoró e Clara Yongrê, provavelmente ligados por laços de parentesco. De outro lado, padrinhos membros da sociedade local com um certo poder econômico e militar. Além do comandante da expedição, Antônio da Rocha Loures, o cirurgião Gabriel José Mendes entrava para o grupo de

⁵⁷³ LIMA (a), Op. cit., f. 65.

⁵⁷⁴ REVEL, Op. cit., p. 18.

⁵⁷⁵ Outro dado que fortalece nossos argumentos vem do registro de batismo de Ignácio Vaicrú, batizado no dia 08 de março de 1827, com 3 anos de idade, filho de Daniel Morem e Felipa Niung. Seus padrinhos foram Joaquim Leite Fernandes e Andreza Grendoró. LIMA (a), Op. cit., f. 70. Após um período afastado dos Kaingang aldeados, Daniel buscava fortalecer seus laços de compadrio com pessoas com que já tinha certa proximidade e, certamente, uma aliança anterior até mesmo à chegada da expedição, em 1820.

padrinhos preferenciais, Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do comandante. O compadrio com Combró marca a segunda vez dele à pia batismal, na condição de padrinho, acompanhado de sua irmã, Rosa Delfina Ferreira.⁵⁷⁶

Nesse contexto, retomando a trajetória de Andreza Grendoró como madrinha de batismo dos indígenas no aldeamento de Atalaia, identificamos que Martinho Carucang, seu filho, fez companhia à sua mãe em duas ocasiões. A primeira para batizar Martinho Uongrê, filho de Kopé e Vanheri, no dia 12 de janeiro de 1825. Seus pais não eram batizados; provavelmente, faziam parte daqueles indígenas que vinham de tempos em tempos em busca de algum objeto no aldeamento, mas, como forma de aliança, deixavam batizar suas crianças. Nesse caso, em especial, além de fortalecer laços de solidariedade com Andreza e Martinho, os pais permitiram que seu filho recebesse, no ato do sacramento, o nome de seu padrinho, demonstrando por esse ato um apreço maior nas relações construídas com o compadrio. De todo modo, devemos reconhecer que Martinho Carucang era um jovem promissor e muito próximo de seu tio, Luiz Tigre Gacom. Ambos saíam constantemente do aldeamento com objetivos evidentes de atacar outros grupos indígenas. Em razão dessas investidas sobre outros Kaingang, Martinho acabou sendo assassinado em abril de 1825, junto com sua esposa, Agueda Cofé.

Andreza Grendoró e seu filho, Martinho Carucang, foram novamente escolhidos para serem padrinhos de batismo de Luciana Maocá, filha de pai incógnito e de Escolástica Gapranc, “índia neófito”.⁵⁷⁷ Escolástica chegou ao aldeamento de Atalaia em 1824, acompanhada de seu esposo Io-hê, na ocasião, descritos pelo padre Chagas Lima como “índios semi-pagãos”; como forma de aproximação e fortalecimento dos laços de amizade com a sociedade local, permitiram que sua filha, Constância Xeimbanc, de 13 anos, fosse batizada no dia 26 de julho, tendo como padrinhos Miguel Murores Galafre e sua mulher, Maria Joaquina Ferreira.⁵⁷⁸ Escolástica Gapranc foi batizada no mesmo dia de sua filha; tinha 30 anos de idade e seus pais eram Guengrê e Iacang. Seus padrinhos foram o mesmo diretor do aldeamento Miguel Murores Galafre e Ana Nicaíá.⁵⁷⁹

Por fim, de modo a concluir a participação de Andreza Grendoró como madrinha de batismo dos Kaingang, apresentamos o registro de batismo de Nicolao Docá, batizado no dia 6 de dezembro de 1823, com 1 ano de idade, filho de Nicolao Herimbanc e Coruim. Seus padrinhos foram Andreza Grendoró e Mariano Antônio, degredado. Sobre a inserção de

⁵⁷⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 65.

⁵⁷⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 63.

⁵⁷⁸ Idem, f. 60v.

⁵⁷⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 61v.

degradados ao povoamento de Guarapuava e as interações matrimoniais com as mulheres indígenas, falaremos na sequência deste capítulo. Para tanto, no propósito de seguirmos analisando a participação de mulheres como madrinhas de batismo, passamos à Helena da Cruz Iahuri.

3.2.1 Helena da Cruz Iahuri

Já analisamos muitas situações de Helena da Cruz Iahuri junto com o seu marido, João Francisco, mas, para nossa análise, é interessante trazê-la novamente para refletirmos sobre sua participação na vida sacramental dos Kaingang, na condição de madrinha. Dos sete sacramentos dos quais ela participou, dois foram sem a presença do esposo. O primeiro deles foi Manuel da Silva, oficial enfermeiro, residente na vila no ano de 1827. O segundo povoador a compor o casal de padrinhos com Helena foi Joaquim Leite Fernandes, soldado destacado na freguesia de Nossa Senhora de Belém. Joaquim foi um dos soldados que defendeu o aldeamento de Atalaia contra um ataque efetuado pelos Cayeres, em 1824.

Joaquim e sua primeira esposa, Francisca Eulália, tinham sido padrinhos do pequeno Manuel, batizado em 06 de outubro de 1815, filho de João Francisco e Helena da Cruz.⁵⁸⁰ Ou seja, existia uma relação de amizade entre eles, o que, de fato, deve ter contribuído para que eles fossem padrinhos de outros indígenas. Na mesma cerimônia de batismo de Candida Nherepranc, Joaquim e uma das filhas de João Francisco e Helena da Cruz, Francisca Rosa, foram padrinhos de outro filho de Vaipatifom com sua 2ª mulher, Mangeó, da pequena Domitila Yapranc, de 7 meses de idade.⁵⁸¹

É bem provável que Joaquim Leite Fernandes e sua família convivessem com a família de João Francisco de Abreu, o que, de certo modo, favorecia essa troca de madrinhas e padrinhos para apadrinhar os indígenas de Atalaia e seus próprios filhos, fortalecendo esses laços de solidariedades sociais na freguesia.

Não sabemos ao certo quando e como Joaquim Leite Fernandes ficou viúvo pela primeira vez. É certo, de acordo com informações do livro de casamentos, que ele se casou pela segunda vez com uma mulher Kaingang de nome Ana Grexió.⁵⁸² Quando se casaram, Ana

⁵⁸⁰ Idem, f. 32v.

⁵⁸¹ Idem, f. 70.

⁵⁸² De acordo com seu registro de batismo, Ana Gréxio foi batizada no dia 25 de março de 1815; tinha 7 anos de idade e seus pais eram Nhecaxó e Canheran. Seus padrinhos foram o Ten. Coronel Diogo Pinto, de Azevedo Portugal e sua esposa, Rita Ferreira de Oliveira Buena. LIMA (a), Op. cit., f. 30v. Na mesma ocasião, foram batizados mais 14 Kaingang catequizados pelo padre Chagas Lima. Ao reconstruir a trajetória desse casal, em

Grexió também havia ficado viúva por falecimento de Januário Ninguin. Conforme sua ata de casamento, Ana Grexió e Januário Ninguin se casaram no dia 10 de junho de 1824, no oratório da freguesia, tendo como testemunhas dessa união o cabo de esquadra, Elias de Araújo e Manuel Antônio Villa Nova.⁵⁸³ Quatro meses após seu casamento com Ana Grexió, Januário faleceu, com 16 anos de idade.⁵⁸⁴

Na primeira lista de habitantes de 1828, não encontramos muitas informações a respeito de Joaquim Leite Fernandes, além de sua idade e a informação de que era casado.

Ele e Ana Gréxió casaram-se no dia 30 de maio de 1832, às quatro horas da tarde, tendo como padrinhos Ignácio Antônio e Francisco Ferreira da Rocha Loures.⁵⁸⁵

Já na lista de 1835, diga-se com mais informações, da população da freguesia, Joaquim aparece casado com Ana Grexió, exerce a atividade de jornaleiro, tem um prédio urbano no 1º quarteirão da freguesia, plantou 8 alqueires de milho e 7 alqueires de feijão. Nessa mesma lista, consta com três filhos: Venâncio, Maria e Francisca, respectivamente, com 8, 5 e 2 anos.⁵⁸⁶ Porém, Venâncio era filho apenas de Ana, sendo informado em seu registro como filho de pai incógnito.⁵⁸⁷ Com o casamento de Ana Grexió e Joaquim Leite, ele assumiu Venâncio como filho e, nos documentos posteriores, foi relacionado como filho do casal.

Em 1840, com a realização de uma nova lista de habitantes, Joaquim Leite Fernandes continua casado com Ana Grexió, com os filhos Venâncio, Maria, Francisca, Antônio e Manuel. Sobre as atividades econômicas não temos informação, mas o mesmo foi descrito como diretor do aldeamento.⁵⁸⁸ Nos censos subsequentes, a saber 1842 e 1853 o casal continua morando no 1º quarteirão da vila de Guarapuava e a última informação que temos sobre eles é de 1863, seus nomes aparecem no 2º quarteirão, ele com 61 anos e Ana Gréxió com 57.⁵⁸⁹

Ao longo de sua trajetória em Guarapuava, o casal Joaquim Leite Fernandes e Ana Grexió tiveram um pequeno acúmulo de posse ao declararem, em 1856, para o vigário Antônio

nossas fontes identificamos algumas variações na escrita do nome de Ana Grexió, como: Areixó e Are-chó. No entanto, para nossa discussão, adotaremos como referência seu nome de batismo, Grexió.

⁵⁸³ LIMA (e), Op. cit., f. 17v.

⁵⁸⁴ “Aos três dias do mês de outubro do anno de mil oitocentos e vinte e quatro, falleceo da vida presente Januário Ninguin, Índio adulto de idade de dezasseis annos, casado que fora com Ana Grexió, ambos da aldea de Atalaia. Recebeo na hora da sua morte, que foi improvisa, a absolvição sacramental e a Santa Unção. Foi por mim recomendado e seu corpo sepultado no cemitério desta Povoação e Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guapuava. Do que para constar faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.” In: LIMA (c), Op. cit., f. 20v.

⁵⁸⁵ LIMA (e), Op. cit. f. 25v.

⁵⁸⁶ Lista de habitantes de 1835, Op. cit.

⁵⁸⁷ LIMA (a), Op. cit., 65v.

⁵⁸⁸ ARAÚJO. Francisco Aires de. Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840. In: BORBA, Oney Barbosa. **Dados transcritos do original da Câmara de Castro.** RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁵⁸⁹ ARAÚJO (c), Op. cit. f. 25.

Braga de Araújo, possuidores de uma propriedade no rocio da vila de Guarapuava, com uma extensão de 1 alqueire e meio de capoeiras, distante cinco léguas da vila. No mesmo documento, declararam possuir uma chácara ao sul da vila.⁵⁹⁰ Apenas como informação, Joaquim havia alguns anos antes vendido uma outra porção de terra, não muito extensa, de 1 alqueire, para Mariano Pereira, distante uma légua da vila.⁵⁹¹

Ao chegarem ao final de suas vidas, o casal tinha de algum modo formas de sobrevivência com a venda de uma porção de terra e de sua chácara retirava seu alimento com uma certa tranquilidade de subsistência. Joaquim Leite Fernandes faleceu no dia 08 de março de 1865 de enfermidade, recebeu os sacramentos da extrema unção e da penitência, além de missa de corpo presente celebrada pelo padre Antônio Braga de Araújo.⁵⁹² Pouco mais de um ano após o falecimento de Joaquim, Ana Gréxio, também enferma, dava seu último suspiro no dia 24 de novembro de 1866. Havia recebido três dias antes os sacramentos da penitência e extrema unção.⁵⁹³

3.2.2 Genoveva Fuiró

Seguindo nossa análise sobre a participação das mulheres como madrinhas de batismo, apresentamos a trajetória de Genoveva Fuiró casada com Bento José Gonçalves, um dos primeiros casamentos ocorridos no aldeamento de Atalaia entre um povoador e uma mulher Kaingang. No dia de seu batismo ocorrido no dia 5 de fevereiro de 1815, Genoveva Fuiró, filha de Doxain e Gremon, teve como seus padrinhos o Ten. Coronel Diogo Pinto, de Azevedo Portugal e sua esposa dona Rita Ferreira de Oliveira Buena. Além das costumeiras anotações exigidas pelo catolicismo, o padre Chagas Lima, registrou que Fuiró era viúva de Carem, “índio pagão”.⁵⁹⁴

Informação confirmada na ata de seu casamento com o povoador Bento José Gonçalves, unidos pelo sacramento matrimonial no mesmo dia de seu batizado. Como testemunha dessa união, permaneceu o chefe da expedição Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o ajudante Ignácio Pereira Bastos.⁵⁹⁵

O casal Bento José e Genoveva Fuiró tiveram ao longo de sua vida cinco filhos, embora

⁵⁹⁰ DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 225/226.

⁵⁹¹ Idem, p. 163.

⁵⁹² LIMA (c), Op. cit., f. 84v.

⁵⁹³ Idem, f. 89.

⁵⁹⁴ LIMA (a), Op. cit., f. 28v.

⁵⁹⁵ LIMA (e), Op. cit., f. 8.

existam algumas informações desencontradas em alguns documentos, no livro de batismo encontramos o registro de Ana, batizada com 3 dias de vida, no 24 de janeiro de 1818. Sua única madrinha foi Clemencia Aranheram.⁵⁹⁶ A segunda filha do casal foi Maria, batizada com 2 dias de vida, no dia 17 de agosto de 1821. Seus padrinhos foram o cirurgião Gabriel José Mendes e Mariana dos Santos.⁵⁹⁷ O terceiro filho do casal foi Serafim, batizado com 9 dias de vida, no dia 27 de julho de 1823. Seus padrinhos foram Francisco Aires de Araújo e Gertrudes Escolástica Ferreira.⁵⁹⁸ A quarta filha do casal foi Simforoza, batizada com 4 dias, em 30 de abril de 1826. Seus padrinhos foram Jacinto Mendes de Araújo e Brigida Maria.⁵⁹⁹ O quinto foi Marciana, batizada com 19 dias, no dia 24 de junho de 1828. Seus padrinhos foram Benedito Mendes Sampaio e Rosa Delfina Ferreira.⁶⁰⁰

A dinâmica social de Bento e Genoveva Fuiró era bastante ampla, fato esse confirmado nas atas de batismo de seus filhos, em que seus compadres tinham origens diversas, desde militares, povoadores e uma mulher Kaingang. Pelo que temos acompanhado sobre a trajetória deste casal, identificamos poucas informações sobre eles na lista de 1828, apenas o fato de que ele tem 30 anos e é casado com uma “índia”.⁶⁰¹ Em 1835, a lista de habitantes apresenta dados interessantes da vida das pessoas que residiam na freguesia. Nesse documento, Bento José Gonçalves aparece exercendo a função de jornaleiro, vive de seu trabalho, tem um prédio rústico no rocio e planta milho. Continua casado com Genoveva Fuiró e com os seguintes filhos: Maria, com 14 anos; Serafim, com 13; Simforoza, com 10 anos; Severiano, com 5 anos e Cezarinoza com 1 ano.⁶⁰² Se compararmos esses nomes com os registros de batismo encontramos uma certa divergência em seus nomes e idades.

De todo modo, embora essa situação seja bastante confusa, o destino de Bento José Gonçalves não é muito diferente. Nos documentos subsequentes, encontramos no Rol de Paroquianos de 1842, Genoveva Fuiró como chefe de seu domicílio, no quarteirão da freguesia, na situação de “índia emancipada” e na condição social de viúva.⁶⁰³

Essa informação nos levou para o livro de óbitos e, para nossa surpresa, não encontramos o registro de Bento José Gonçalves, o que deveras poderia nos ajudar a compreender em que contexto exatamente ele faleceu. Sabemos outrossim, que foi no intervalo

⁵⁹⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 37v.

⁵⁹⁷ Idem, f. 51.

⁵⁹⁸ Idem, f. 56v.

⁵⁹⁹ Idem, f. 65v.

⁶⁰⁰ Idem, f. 75v.

⁶⁰¹ LOURES, Lista de Habitantes de 1828, Op. cit., f. 1.

⁶⁰² LOURES, Lista de Habitantes de 1835, Op.cit. f. 1.

⁶⁰³ ARAÚJO, Rol de 1842. Op. cit. f. 18.

entre 1835 e 1842. Nesse rol de 1842, convivem em seu domicílio sua filha Maria Joaquina, com 24 anos de idade; Francisca, com 6 anos; Balbina, com 4 anos e Manoel com 1. Como agregada, segundo categorias da época, temos Estela Rosa, filha de Maria Joaquina.⁶⁰⁴

No que diz respeito às solidariedades sociais construídas através do compadrio, identificamos Geneveva Fuiró seis vezes como madrinha de batismo. Bento José Gonçalves nunca exerceu tal função social, tanto de batismo, quanto de matrimônio. Dadas as suas razões, sabemos que ele não permitiu que esses laços sociais com outros indígenas se fortalecessem ou que alguma solidariedade exigisse dele certas obrigações.

É claro, que suas razões não interferiram nas decisões de sua esposa, Geneveva Fuiró, demonstrando uma certa autonomia nas suas decisões ocupando uma posição social mais destacada entre as madrinhas dos Kaingang batizados. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 33: Afilhados de Geneveva Fuiró

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Rosa Clenheran	01/06/1819-17anos	Vanhung e Guará	Francisco Marques e Geneveva Fuiró
Geneveva Iagnan	02/04/1820-16anos	Erarê e Ingrain	Geneveva Fuiró
Jerônimo	30/12/1821-10dias	Felipe Cognin e Beatriz Herimó	Francisco de Paula Lima e Geneveva Fuiró
José Fainquienbanc	04/10/1823-1ano	Miguel Endará (falecido) e Garem	Manuel Antônio da Vila Nova e Geneveva Fuiró
Maria	26/04/1825-20dias	PI- Feliciano Crembanc	Manuel Antônio Vila Nova e Geneveva Fuiró
Josefa	24/12/1826 -10dias	PI-Francisca Quequifará	Elias de Araújo e Geneveva Fuiró

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Rosa Clenheran escolheu seus padrinhos de batismo por livre vontade. Um dado que confirma essa situação é sobre seus pais por não constar, junto em seus nomes indígenas, um nome português, isso sugere que eles não aceitaram o batismo cristão ou talvez nunca tivessem vindo até o aldeamento. De todo modo, seu padrinho era o soldado Francisco Marques. Na lista de habitantes de 1835, Francisco tem 41 anos, exerce a função de jornaleiro, planta milho e feijão. Consta ainda, que ele desenvolvia as atividades de oficial de justiça do Juízo de Paz e reside num prédio rústico no rocio da freguesia. Naquela ocasião, casado com Maria Rita, também de 41 anos, com dois filhos, Domingos e Benedito, respectivamente, 13 e 11 anos.⁶⁰⁵

Antes mesmo, de obter um certo acúmulo econômico e um status social reconhecido pela sociedade local, Rosa Clenheran estreitou laços de apadrinhamento com uma pessoa de

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ LOURES, Lista de Habitantes de 1835, Op. cit.

uma posição social reconhecida. De todo modo, no que diz respeito a Genoveva Fuiró, sabemos que o fato dela ser escolhida como madrinha, também, pode estar relacionado à organização social dos Kaingang. Pelo princípio da descendência patrilinear, Rosa Clenheran poderia ser sua sobrinha, filha de sua irmã.

Dessas relações de compadrio e apadrinhamento de Genoveva Fuiró temos dois registros que interligam com a participação de mais duas mulheres Kaingang como madrinhas de Batismo, Beatriz Herimó e Genoveva Iagnan, as quais serão analisadas ainda neste capítulo.

Mesmo com a morte de Bento José Gonçalves, entre os anos de 1835-1842, Genoveva Fuiró não seria mais requisitada para exercer a função de madrinha dos Kaingang. Viúva, Genoveva Fuiró faleceu com mais de 50 anos de idade, no dia 01 de outubro de 1848, vítima de alguma enfermidade, ocultada em seu registro de óbitos. De todo modo, recebeu antes de sua morte os sacramentos da penitência e da extrema unção, das mãos do padre Antônio Braga de Araújo.⁶⁰⁶

3.2.3 Beatriz Herimó

Seguindo nossa análise das madrinhas indígenas chegamos ao nome de Beatriz Herimó. Ela chegou ao abarracamento de Atalaia junto com os Kaingang, no ano de 1812. Sobrevivente ao surto epidêmico ocorrido entre os indígenas nos dois primeiros anos de convívio com a sociedade local, Beatriz Herimó permaneceu no aldeamento com outros Kaingang, participando das atividades religiosas coordenadas pelo padre Chagas Lima. Seu batismo ocorreu em março de 1815, junto com um grupo de Kaingang catequizados, na sua maioria filhos de alguns indígenas polígamos. Aliás, Beatriz Herimó era filha de Iongong e Dopíri. Iongong era uma chefia emblemática aos olhos do padre Chagas Lima e mesmo ouvindo as exortações dele, afirmando em alguns momentos que deixaria suas mulheres e viveria com uma só, o chefe Kaingang não cumpriu tal promessa. Conforme identificamos em documentos da época, Iongong aparece batizando outros filhos com mães diferentes.

Beatriz Herimó foi batizada no dia 25 de março, tinha 9 anos de idade, seus pais eram Iongong e Dopíri. Seus padrinhos foram o Ten. Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal e Rita Ferreira de Oliveira Buena.⁶⁰⁷ Na mesma cerimônia foram batizados sua irmã Quitéria Gretem e José Caicang, irmão por parte de pai. Três anos depois de seu batizado, já com 12 anos de

⁶⁰⁶ LIMA (c), Op. cit. f. 37v.

⁶⁰⁷ LIMA (a), Op. cit., f. 30v.

idade, Beatriz Herimó casou conforme os preceitos do catolicismo com Felipe Cognin, no dia 18 de janeiro de 1818.⁶⁰⁸ Para testemunhar esse enlace matrimonial escolheram o Ten. Coronel Diogo Pinto, de Azevedo Portugal e o Capitão Antônio da Rocha Loures, militares e responsáveis pela expedição.

Do casamento com Felipe Cognin tiveram um filho de nome Jerônimo, batizado no dia 30 de dezembro de 1821. Tinha na ocasião 10 dias de vida. Seus padrinhos foram Francisco de Paula Lima e Genoveva Fuiró.⁶⁰⁹ Alguns meses depois, Felipe Cognin e outros Kaingang aldeados e neófitos, deixaram suas esposas e filhos e deslocaram-se para o oeste do aldeamento. Sabemos, outrossim, que vários grupos locais conflitavam com outros grupos resistentes ao processo de aldeamento junto com a sociedade local. Desses encontros nada amistosos, aprisionavam crianças e mulheres para serem vendidas como escravas ou para aumentar seu prestígio social casando-se com mais de uma mulher. O fato é que Felipe Cognin e mais seis Kaingang foram mortos numa dessas saídas:

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de mil oitocentos e vinte e dous, chegou à Atalaya notícia certa e circunstanciada de haverem sido assassinados no sertão da parte do oeste pelos selvagens ahi existentes, sete índios Neófitos desta aldea, ficando seus corpos no mesmo lugar onde faleceram, cujo nomes, idades, e estados, em que se achavão são os seguintes: Innocencio Pom, de idade de dezassete anos, casado com Francisca Quequifará que ficou existindo nesta aldea de Atalaya; Damazo Coné, de idade de Dezasseis anos, casado com Benedita Uera, que ficou existindo nesta Aldea de Atalaya; Callisto Ierembanc, de idade de vinte e quatro anos, casado com Bibiana Cacó, que ficou existindo nesta Aldea de Atalaya; **Felipe Cognin, de idade dezoito anos, casado com Beatriz Herimó, que ficou existindo nesta Aldea de Atalaya;** Tristão Uonguiyé, de idade de vinte e nove anos, casado nesta aldea com Rosa Chenheran, cuja mulher anda dispersa pelo sertão; José Gaiá, solteiro, de idade de quinze anos, filho de Xihó, já falecido, e de Anastacia Iagnin, existente nesta Aldea; Angelica Docá, de idade de vinte e seis anos, digo de vinte e dous anos, viúva por falecimento de Toueng, em cujo estado de viúves já se achava quando foi batizada nesta aldea. De cujo acontecimento acima referido, ainda que somente atestado por hua índia de nome Vaicoín, que se achou no conflito, não restando mais dúvida alguma, fiz as devidas recomendações de suas almas e disse por cada uma delas uma missa de corpo presente. Do que para constar faço este assento. O vigário Padre Francisco das Chagas Lima.⁶¹⁰(grifo nosso)

Após o falecimento de seu marido, Beatriz Herimó, permaneceu junto aos Kaingang aldeados. Foi uma das sobreviventes ao ataque de 1825, em que vários indígenas foram mortos, se mudou junto com outros Kaingang para mais próximo da freguesia e ali teve mais um filho de nome Joaquim, batizado no dia 11 de janeiro de 1827, filho de pai incógnito. Seus padrinhos foram Manuel Antônio Vila Nova e Genoveva Iagnan.⁶¹¹ Embora, Manuel não tivesse mais a

⁶⁰⁸ LIMA (e), Op. cit., f. 11.

⁶⁰⁹ LIMA (a), Op. cit., f. 51v.

⁶¹⁰ LIMA (c), Op. cit., f. 18.

⁶¹¹ LIMA (a), Op. cit., f. 69.

responsabilidade como “diretor dos índios”, Beatriz o escolheu como padrinho de seu filho. Sobre a madrinha Genoveva Iagnan, apresentaremos maiores detalhes ainda neste capítulo. Beatriz Herimó, demonstra pela ata de batismo de seu filho, uma certa segurança e mobilidade social na freguesia garantindo um padrinho com certo prestígio junto à sociedade local e uma madrinha com vínculo às suas origens indígenas.

Herimó casou-se pela segunda vez com o povoador José Moreira, no dia 03 de fevereiro de 1831. As testemunhas dessa união foram Antônio Manoel Português e Francisco Ferreira da Rocha Loures.⁶¹² Não encontramos registros de batismo que comprovem se eles tiveram algum filho. A única informação mais completa de José Moreira vem da ata de matrimônio onde o mesmo é filho de pai incógnito e de Maria Moreira, naturais da vila de Castro. Na lista de habitantes de 1828, encontramos José Moreira com 13 anos de idade e solteiro.⁶¹³

Beatriz Herimó viuviu pela segunda vez entre os anos de 1830 a 1840. Não encontramos o registro de óbito de José Moreira. Entretanto, o intervalo de tempo, acima mencionado, é o período em que mais encontramos problemas para completar as trajetórias individuais que aqui exploramos. Houve uma rotatividade muito grande de padres realizando sacramentos e dando assistência religiosa para a sociedade local até a chegada do pároco encomendado Antônio Braga de Araújo, quando essas atividades religiosas são normalizadas.

De todo modo, Beatriz Herimó aparece casada com José João Cortês no Rol de Desobriga Quaresmal de 1853. O casal possuía uma residência no 2º quarteirão da vila, não há menção de que eles tivessem algum filho, mas consta uma criança de nome Pedro, com 3 anos de idade, na condição de agregado.⁶¹⁴ No Rol de paroquianos de 1863, o casal continua residindo no 2º quarteirão da vila. Pedro, agora com 14 anos, permanece na situação de agregado junto com uma nova moradora, Maria Vacaân, sua afilhada de 23 anos.⁶¹⁵

Maria Vacaân, batizada no dia 14 de setembro de 1860, com 18 anos de idade, sem deixar os nomes de seus pais na ata batismal, escolheu como seus padrinhos José João Cortês e Beatriz Herimó.⁶¹⁶ Não temos uma informação concreta de como Maria chegou à vila de Guarapuava e em quais condições, pois, no seu registro, o padre Braga de Araújo anotou que ela tinha vindo dos “sertões do Paraná”. Entretanto, José João Cortês e Beatriz Herimó tinham sido padrinhos anos anteriores de mais duas pessoas cuja origem era dos campos do Paiquerê, conforme o mapa:

⁶¹² LIMA (e), Op. cit., f. 24v.

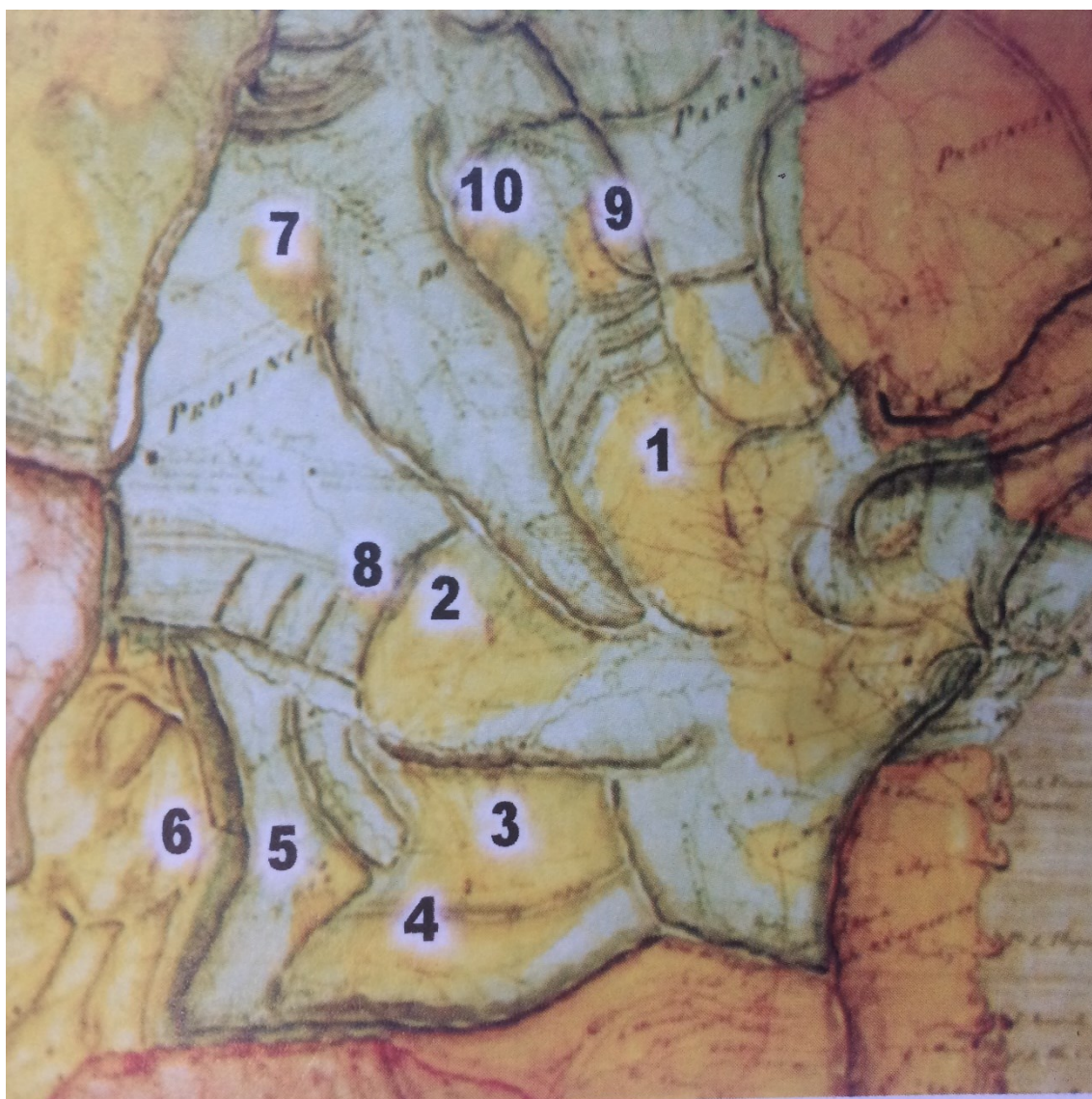
⁶¹³ LOURES, Lista de Habitantes de 1828, Op.cit.

⁶¹⁴ ARAÚJO (b) Op. cit., f. 28.

⁶¹⁵ ARAÚJO (c) Op. cit., f. 22.

⁶¹⁶ LIMA (a), Op. cit., f. 173.

Mapa 7: Localização dos campos do Paiquerê.



Fonte: Mappa chorographico da provincia do Paraná. Desenhado por João Henrique Elliot. 77x59 cm. Seção Cartográfica do Arquivo Nacional (MVOP A-25). Numeração correspondente às regiões foi feita através do software Adobe Photoshop por Lúcio Tadeu Mota. In: MOTA (a), Op. cit., p. 87.

O campo do Paiquerê refere-se à marcação de número 7, feita pelo historiador Lúcio Tadeu Mota no mapa de João Henrique Elliot. Segundo Mota, esses campos eram denominados pelos Kaingang de Pahý-ke-rê, e, na denominação portuguesa, de Paiquerê ou campos do Mourão.⁶¹⁷

Embora não saibamos exatamente qual era a ocupação principal de José João Cortês,

⁶¹⁷ A marcação de número 1 não tem uma denominação Kaingang e se refere aos Campos Gerais; a de número 2, Koran-bang-rê, são os campos de Guarapuava; de número 3 Kreie-bang-rê – Campos de Palmas; número 4 Xanxa-rê, Campos de Xanxerê; número 5 Kampo-rê, Campo Erê; número 6 Kavaru-Koya, São Pedro das Missões – Argentina; número 7 Pay-ke-rê, Paiquerê ou Campos do Mourão; número 8 Min-krin-ia-rê, Campos de Chagu, hoje Laranjeiras do Sul; número 9 Inhoó, São Jerônimo e número 10, hoje região de Rolândia/Arapongas. In: MOTA (a), Op. cit. p. 86.

podemos imaginar que poderia ser um dos exploradores daquela região em meados do século XIX. O casal compareceu como padrinhos em quatro ocasiões. A primeira delas foi no batismo de Joaquim Feixó:

Aos nove dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentos e quarenta e sete, no Oratório que serve na falta de Igreja e Matriz, nesta freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, precedendo exame sobre as intruções mais necessárias da Doutrinha Christan, baptizei solemnemente e pus os santos óleos à Joaquina, antes denominada Feixó, Índia adulta, de dezoito annos de idade, mais ou menos, filha de Canxen e de Ereferê, **Índios nacionais dos sertoes do Paequerê**, segundo as informações que tenho. Forão padrinhos José João Côrtes e sua mulher Beathriz Maria Índia. Todos parochianos desta. Do que para constar faço este assento. O vigário Antônio Braga de Araújo.⁶¹⁸ (grifo nosso)

O fato de José João Cortês e sua esposa Beatriz Herimó se tornarem padrinhos é um indicativo que faziam parte das relações sociais tecidas por Joaquina Feixó. De certo modo, convidá-los para serem seus padrinhos demonstra que ela buscava proteção e até mesmo suprir suas necessidades alimentares. Pela documentação, identificamos que o casal voltou a pia batismal para apadrinhar uma criança com 4 dias de vida. Lídio foi batizado no dia 5 de agosto de 1855, filho de pai incógnito e de Leopoldina Curuxem, “índia do Paequerê”.⁶¹⁹ O domicílio de José João Côrtes e de Beatriz Herimó é um espaço de acolhida e de fortalecimento de alianças com outros grupos locais, que naquele contexto buscavam aproximação com a sociedade nacional.

Dessa forma, José João Cortês e Beatriz Herimó seriam convidados, novamente, para comparecer à igreja Matriz no dia 9 de julho de 1852, para batizar a pequena Maria, com 3 meses de idade, filha de Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó.⁶²⁰ Pelo que pudemos apurar de sua ata de batismo, ela foi batizada sub conditione, provavelmente, suspeita de ter alguma enfermidade.

Antes de se casarem, Beatriz Herimó foi madrinha de mais dois indígenas com padrinhos que eram membros da sociedade local. O primeiro deles foi quando ela ainda era viúva de seu primeiro marido, Felipe Cognin. No dia 23 de dezembro de 1822, Beatriz Herimó, juntamente a Francisco Marques, batizava Severino, cuja idade não foi mencionada, mas que seus pais eram Crindó (Índio Pagão) e Rosa Iacrú, neófita no aldeamento.⁶²¹ Interessante

⁶¹⁸ ARAÚJO (f), Antônio Braga de. **Livro de Assentos de Batismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 92.

⁶¹⁹ Idem, Op. cit., f. 155v.

⁶²⁰ LIMA (a), Op. cit., f. 127.

⁶²¹ LIMA (a), Op. cit. f. 54v.

observar a mobilidade evidente dos Kaingang que estavam aldeados, mas que, de acordo com seus interesses se lançavam novamente pelos sertões de Guarapuava junto aos grupos locais espalhados por essa região. Lá, contraíam novos casamentos e por iniciativa própria acabavam retornando para o aldeamento, próximo da sociedade local. Rosa Iacré parece representar essa circulação entre os aldeados e os Kaingang resistentes ao sistema de aldeamento, pois além de ter mais um filho com Crindó, encontramos outro registro em que ela teve um filho, cujo pai era Caraim, indígena em processo de catequização.⁶²²

O outro batismo em que ela foi madrinha ocorreu no dia 28 de dezembro de 1830, do pequeno Lourenço, o qual tinha na ocasião 7 meses de idade, filho de pai incógnito e de Francisca Iové. Seus padrinhos foram Pedro Lemes e Beatriz Herimó.⁶²³ Pelo que pudemos apurar sobre a trajetória de Francisca Iové, identificamos que ela chegou ao aldeamento de Atalaia em 1824, sendo batizada no dia 26 de julho. Seus padrinhos foram Miguel Murone Galafre e Cecília Hericá. Tinha 20 anos de idade e, segundo o padre Chagas Lima, era viúva de Cacambú.⁶²⁴ Ao observar as datas identificamos que mesmo passando pela penúria que houve com o conflito de 1825, no aldeamento, sendo uma das sobreviventes, Francisca Iové não retornou para o sertão e permaneceu junto aos demais Kaingang, morando próximo à freguesia.

Entretanto, analisando a documentação, especialmente sobre os levantamentos censitários da sociedade nacional, identificamos que há uma certa concentração de Kaingang no 2º quarteirão da vila ou Quarteirão do Morro Alto. Nesse espaço, de acordo com uma pesquisa de doutorado, ainda inédita, que tem como objeto discutir as formas de resistência das populações livres pobres migradas ou nascidas na vila de Guarapuava durante o século XIX,⁶²⁵ mostra-se uma concentração de povoadores pobres, escravos libertos, degredados e indígenas em interação. Em nossa compreensão, essas relações efetivavam-se por meio do compadrio, pois a escolha do padrinho e da madrinha, permitia alguns ganhos sociais e econômicos para os Kaingang. Além de proteção, esses grupos buscavam organizar algumas estratégias pela posse de territórios no final do século XIX, conforme poderemos acompanhar no último capítulo da tese. Desse modo, apresentamos o mapa abaixo sobre o rocío da vila de Guarapuava, para melhor informar o espaço onde esses grupos interagiam:

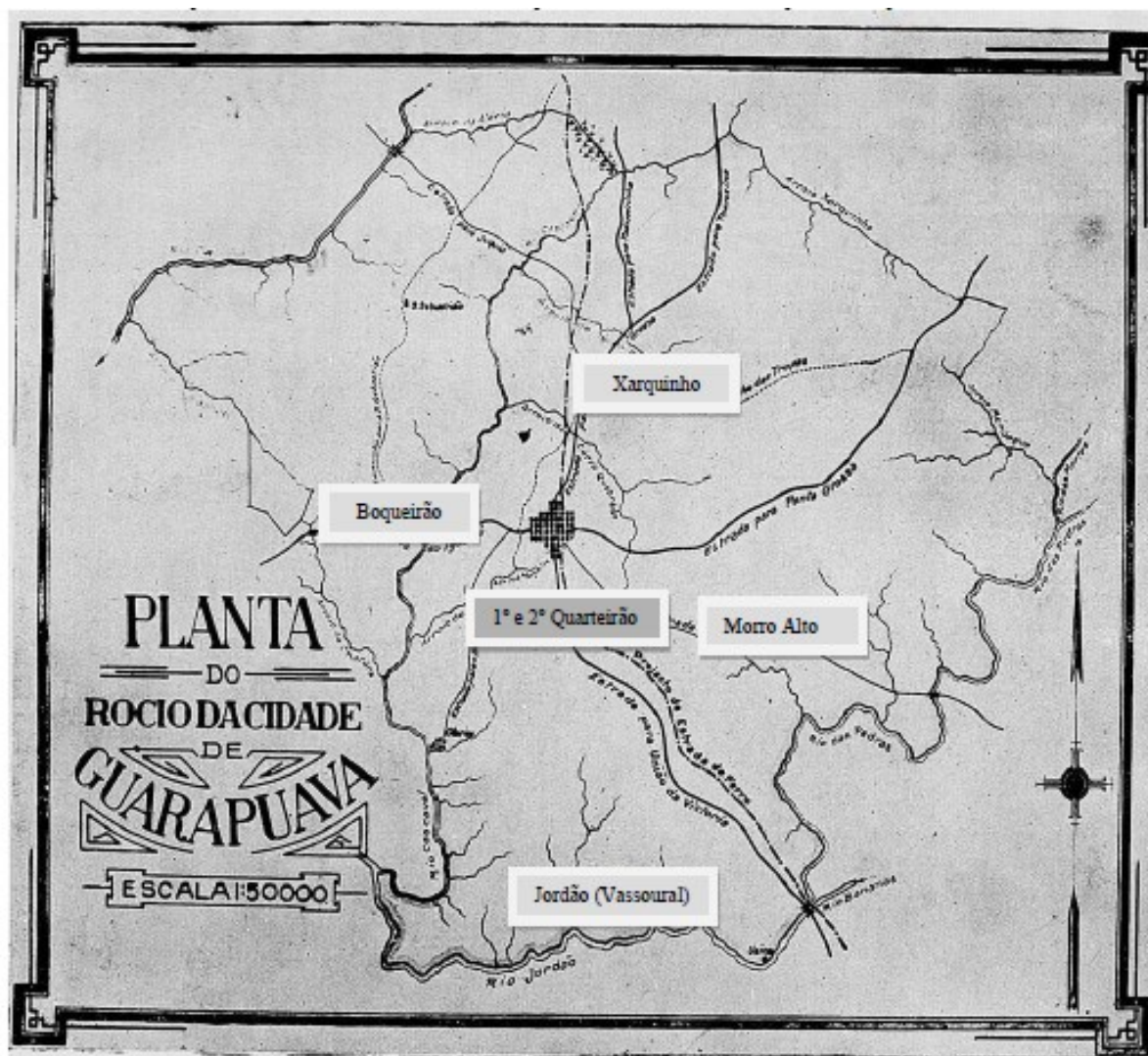
⁶²² Idem, f. 28.

⁶²³ PRESTES, Francisco de Paula. **Livro de Assentos de Batismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1**: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 76.

⁶²⁴ LIMA (a), Op. cit., f. 61v.

⁶²⁵ PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária**: História dos “povoadores pobres” em Guarapuava (Século XIX). PPGH/UNIOESTE. (Tese de doutorado), 2019.

Mapa 8: Rocio da vila de Guarapuava



Fonte: BELTRÃO, Francisco Gutierrez. Planta do rocio da cidade de Guarapuava. In: CAMARGO, Affonso Alves de. Guarapuava. Curitiba: Editora Olivero, 1928, p.153. Localização dos bairros organizado por Fábio Pontarolo e gentilmente cedido para nossa pesquisa.

Pedro Lemes, na verdade, ao cruzarmos vários documentos, identificamos que se trata de Pedro Lemes de Almeida, povoador que chegou junto com a expedição no ano de 1810. Na lista de habitantes de 1828, Pedro Lemes está com 27 anos, casado com Benedita Maria, com 18 anos, tendoum filho de nome Valeriano, que tinha 3 anos.⁶²⁶ Já no censo de 1835, Pedro Lemes consta com 47 anos, pardo e livre, exerce a função de jornaleiro, afirma possuir 2 cavalos, 5 vacas e 5 porcos, plantou 10 alqueires de milho e feijão, continua casado com Benedita e com outro filho de nome Severiano, com 5 anos. Na mesma lista, consta que ele tem um escravo de nome Adriano, com 11 anos, indígena.⁶²⁷

⁶²⁶ LOURES, Lista de Habitantes de 1828, Op. cit.

⁶²⁷ LOURES, Listas de Habitantes de 1835, Op. cit.

De todos os registros de batismo analisados, encontramos um único registro em que o pequeno Kaingang é nomeado de Adriano, filho de pai incógnito e Escolástica de Quadros Ferê, batizado no dia 17 de março de 1823, com 10 dias de vida. Seus padrinhos foram Gabriel José Mendes e Mariana dos Santos.⁶²⁸ Pode ser que Adriano tenha vindo morar com a família na situação de agregado⁶²⁹, com o objetivo de aprender o ofício de Oleiro, uma das atividades exercidas por Pedro Lemes. Embora não tivessem uma relação mais próxima, conforme os laços de apadrinhamento, Pedro Lemes precisava de pessoas aptas a ajudarem no seu trabalho diário, especialmente na preparação de material para a confecção de telhas e tijolos. Adriano além de garantir uma moradia, poderia ter alguns ganhos como alimentação e proteção. De todo modo, na lista de habitantes de 1840, Adriano não consta mais como agregado da família. Quem ocupa tal função é Claudiana, de 8 anos de idade, mulata. Pedro Lemes continua casado com Benedita, está com um filho de nome Lauriano, com 8 anos, exerce a função de Oleiro.⁶³⁰

No rol de paroquianos de 1842, poucas informações mudam, mas a família de Pedro Lemes reside no quarteirão do Morro Alto, com 3 filhos Valeriano, Lauriano e Ana. Como agregada está Claudiana.⁶³¹ No rol de desobriga quaresmal de 1853 não houve muitas mudanças na descrição do censo anterior, o casal continua morando no quarteirão do morro alto com sua filha Ana, agora com 11 anos.⁶³² Passados dez anos, no censo de 1863, Benedita aparece como viúva, residindo no mesmo lugar. Nesse intervalo de tempo, Pedro Lemes faleceu deixando um pequeno acúmulo de posses para sua família. Não encontramos o seu registro de óbito, para que pudesse nos informar sobre a causa de sua morte.

Sua trajetória em Guarapuava, desde o seu princípio de ocupação e povoamento, lhe trouxe alguns ganhos econômicos, desencadeados por seu ofício na feitura de elementos fundamentais para a construção de casas e benfeitorias. Em 1856, especificamente no dia 3 de março, Pedro Lemes declarou, perante o padre Antônio Braga de Araújo, ser proprietário de uma casa de sítio com quintal e uma casa de olaria, localizadas nos campos do rocio para o lado

⁶²⁸ LIMA (a), Op. cit., f. 55v.

⁶²⁹ Uma definição mais apurada afirma que agregados são aqueles indivíduos que, incorporados a domicílios já constituídos, mantivessem com os chefes desses fogos um “relacionamento de caráter pessoal”, assumindo historicamente diversas formas. Nesse caso, “também podiam passar a ser considerados como agregados os que, embora já integrantes do domicílio, viessem a experimentar importante mudança de status; tomado, este último termo, em sua mais larga acepção. In: COSTA, Iraci Del Nero. Por uma definição abrangente da categoria Agregado. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, FEA-USP, 1, 1994.

⁶³⁰ ARAÚJO. Francisco Aires de. **Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840**. In: BORBA, Oney Barbosa Dados transcritos do original da Câmara de Castro. RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁶³¹ ARAÚJO (a), Op. cit.

⁶³² ARAÚJO (b), Op. cit.

da nascente, no morro alto, por concessão da câmara municipal.⁶³³ Alguns meses antes, no dia 23 de janeiro do mesmo ano, Pedro Lemes apresentou também uma declaração dizendo-se possuidor de uma extensão de terras de 10 alqueires, localizada no Tijuco Preto, onde fazia suas lavouras, distante 2 léguas da vila de Guarapuava.⁶³⁴ Pedro Lemes foi escolhido como padrinho de batismo dos Kaingang em 9 ocasiões, conforme tabela abaixo:

Tabela 34: Pedro Lemes como padrinho

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Joaquim	25/09/1822-20dias	Erangreni e Vaico-him (IP)	Pedro Lemes e Maria Cangrain
Ursula	30/10/1822-1mês	PI e Feliciana Crembanc, viúva	Pedro Lemes e Francisca Eulália
Eusébio	16/04/1825 – 8dias	Francisco Netxian e Clemencia Ca-Hó	Pedro Lemes e Benedita Maria
Rosa Iangorê	25/03/1826-9meses	Macxó e Guerá (IP)	Pedro Lemes e Benedita Maria
Venancio	04/05/1826-RN	PI – Ana Grexió	Pedro Lemes e Ana Joaquina
Jacinto	02/07/1826-7dias	Francisco Netxian e Clemencia Ca-Hó	Pedro Lemes e Benedita Maria
Jerônimo Queiprá	06/03/1827-3anos	Felix Uengrein e Iignes Guaindó	Pedro Lemes e Maria das Dores
Francisco Fongrê	06/03/1827-6meses	Braz Nicá e Guevatcang	Pedro Lemes e Benedita Maria
Lourenço	28/12/1830-7meses	Francisca Iové	Pedro Lemes e Beatriz Herimó

Fonte: LB/PNSBG – (Elaborado pelo autor)

A recorrência de Pedro Lemes como padrinho dos Kaingang ocorreu entre a década de 1820 a 1830, finalizando essa função social junto com Beatriz Herimó. Um ponto interessante desses sacramentos diz respeito à presença dele à pia batismal em duas ocasiões, para batizar dois filhos de Francisco Netxian e Clemencia Ca-Hó, no intervalo de um ano para outro. Vemos, por meio dessa dinâmica, que as famílias tinham uma interação social muito maior, comparadas às outras relações de apadrinhamento. Escolher como padrinhos de seus filhos, um casal que já tinha sido padrinho do filho anterior demonstra uma estratégia social interessante, especialmente, porque ambas as famílias residiam próximas.

Retomando alguns aspectos da trajetória de Beatriz Herimó, identificamos que seu segundo esposo José João Cortês também foi padrinho de batismo de mais dois indígenas, junto a outras mulheres de camadas sociais diferentes. A primeira ocasião ocorreu com o batismo de

⁶³³ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 222.

⁶³⁴ Idem, p. 85.

Custódia, que aconteceu no dia 25 de julho de 1851, com 1 mês de vida, filha de pai incógnito e de Vicência Jangrá. A madrinha escolhida para acompanhar José João Cortês foi Antonia da Rocha, escrava liberta.⁶³⁵ O outro batismo ocorreu no dia 21 de maio de 1867, com Graciana, que tinha 5 meses de idade, filha de pai incógnito e de Maria Rosa. Seus padrinhos foram José João Cortês e Ana Maria Monteiro.⁶³⁶ Esta era esposa de Cândido Pires Monteiro, residente no quarteirão do Morro Alto.⁶³⁷

Beatriz Herimó faleceu no dia 19 de novembro de 1875, de enfermidade grave. Tinha, de acordo com seu registro de óbito, mais de 70 anos de idade. Não recebeu os sacramentos de penitência e da unção dos enfermos por estar sem consciência. O padre Antônio Braga de Araújo, rezou missa de corpo presente e ela foi sepultada no cemitério da vila.⁶³⁸

Ao cruzarmos essas informações e das relações de compadrio, estabelecidas apenas no núcleo familiar de Beatriz Herimó, identificamos um grupo de pessoas de vários estratos sociais residentes no quarteirão do Morro Alto. Nesse território, viviam pessoas que desempenhavam algum trabalho esporádico para os potentados locais, exercendo algumas jornadas de trabalho diário, os chamados Jornaleiros. Outros sabiam algum ofício e acabavam desempenhando suas habilidades obtendo algum ganho econômico das famílias mais abastadas, já que cobravam por seus serviços. Um exemplo dessa situação é demonstrado pela trajetória de Pedro Lemes de Almeida, ao descobrirmos que ele exercia a profissão de oleiro. Para muitos trabalhadores livres, pobres e indígenas trabalhar algumas horas por dia como ajudante nessas profissões lhes renderia algum ganho econômico.

Antes de aprofundarmos a trajetória de outras mulheres indígenas como madrinhas de batismo, acreditamos ser pertinente apresentar os casamentos ocorridos em Guarapuava. Diante disso, no período entre 1812 a 1873, identificamos 121 uniões matrimoniais. Tivemos 57 casamentos entre os Kaingang, 40 uniões entre povoadores e mulheres indígenas, 13 casamentos entre homens Kaingang e mulheres livres, 4 casamentos entre degredados com mulheres Kaingang, e 2 casamentos de escravos libertos com mulheres Kaingang, 3 casamentos entre homens Kaingang com mulheres libertas e, por fim, 2 casamentos entre indígenas de outras regiões. Observemos o gráfico abaixo:

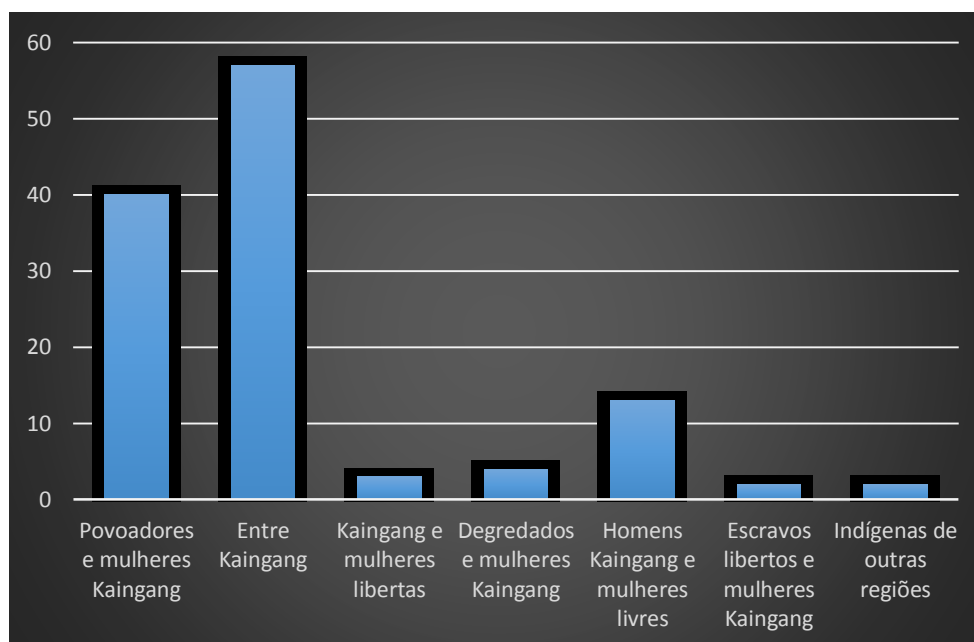
⁶³⁵ ARAÚJO (f), Op. cit. f. 128v.

⁶³⁶ Idem, p. 200v.

⁶³⁷ ARAÚJO (b), Op. cit., f. 43.

⁶³⁸ ARAÚJO (d), op. cit. f. 153v.

Gráfico 1: Casamentos envolvendo os Kaingang



Fonte: LC I e II/PNSBG – (Elaborado pelo autor)

Sobre os dados apresentados na tabela acima, parte deles já foram analisados aqui na tese, outros faremos ainda as observações necessárias, de modo a demonstrar com mais elementos de que maneira as estratégias indígenas se expandiam para outras camadas sociais. Para confirmar essa situação, achamos pertinente analisar a trajetória de alguns degredados enviados para pagar sua pena em Guarapuava e que, dada as suas condições sociais, além do forte estigma de ser um criminoso, buscavam espaços nas redes de dependência junto à população local.

3.2.4 Degredados e mulheres indígenas: formas de reinserção social

Estudos mais recentes, sobre a presença de degredados em Guarapuava, afirmam que as autoridades paulistas enviaram para aquela região 59 criminosos, entre homens e mulheres.⁶³⁹ Os crimes cometidos variavam muito, desde envolvimento em revolta, furto, homicídio, arrombamento, uso de faca de ponta, falsificação de moeda, resistência ao recrutamento, em, alguns casos, o crime era omitido. As origens também eram diversas, alguns vinham de São Paulo, Rio de Janeiro, Ilha do Desterro, Vila Rica, Curitiba, Portugal, Espanha, Costa de Leste (Guiné). O tempo de pena também variava muito, começando com um ano, dois, quatro, cinco,

⁶³⁹ PONTAROLO, Op. cit. p. 151-153.

oito, dez, vinte e, finalmente, o degredo perpétuo.⁶⁴⁰

O maior tempo de pena para esses degredados eram das pessoas que cometiam crime de homicídio ou por terem participado de alguma revolta contra seus superiores militares. Esse é o caso para aos desterrados que acabaram casando-se com as mulheres indígenas, residentes no aldeamento de Atalaia. Mesmo que sua pena não fosse perpétua, os degredados constituíram família, tiveram filhos e, pelas suas habilidades laboriosas, tiveram ganhos econômicos, ampliando suas redes de relacionamento com outros grupos de pouco prestígio social.

De acordo com Hebe Maria de Mattos, para alguns grupos sociais, especialmente para aqueles que não eram de cor “branca”, o casamento tinha um significado muito mais amplo do que apenas constituir família. A partir de suas escolhas matrimoniais, o indivíduo deixava de ser um estranho perante aquela comunidade, aumentava seu prestígio social como chefe de família e, também, o fato de ter mais algumas bocas para alimentar desencadearia sua entrada numa cadeia de dependências, sujeitando-se às necessidades dos potentados locais.⁶⁴¹

Sobre os casamentos com as mulheres indígenas, encontramos no livro de casamento, cinco homens degredados unidos matrimonialmente, conforme os preceitos do catolicismo. Todos esses casamentos ocorreram no ano de 1823, no período em que o padre Chagas Lima era o responsável pela realização de sacramentos no aldeamento de Atalaia. Com exceção da união matrimonial entre Mariano Antônio e Gertrudes Ningá, realizada na capela de Atalaia, os outros três casaram-se no oratório da freguesia. São eles:

Tabela 35: Casamentos entre degredados e mulheres indígenas

1823		
Data do casamento	Casal	Padrinhos/testemunhas
21/04	José Gomes e Barbara Gatan	Ten. Antônio da Rocha Loures e Francisco Aires de Araújo
23/04	Felix Pereira e Genoveva Iagnan	Ten. Antônio da Rocha Loures e Elias José do Espírito Santo
29/04	Athanazio Lopes e Clemencia Maria Aranheran	Ten. Antônio da Rocha Loures e Gabriel José Mendes, Ajudante de cirurgia
16/12	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá	Elias de Araújo e Miguel Murones Galafre

Fonte: LC/PNSBG (Elaborado pelo autor)

O primeiro enlace matrimonial entre um degredado e uma mulher indígena na freguesia foi de José Gomes e Barbara Gatan. Eles casaram-se no dia 21 de abril de 1823, tiveram como

⁶⁴⁰ Idem.

⁶⁴¹ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.28.

testemunhas dessa união o capitão Antônio da Rocha Loures e Francisco Aires de Araújo.⁶⁴² José Gomes havia chegado ao presídio de Guarapuava na primeira “Carta de Guia de 1821”, junto com mais 7 homens condenados para cumprir sua pena.⁶⁴³ Chegou a Guarapuava com 18 anos de idade, era solteiro e seu crime era ter participado de uma revolta em São Paulo. Condenado a 20 anos de degredo, José Gomes, em pouco menos de um ano, casava-se com Barbara Gatan, filha do primeiro “capitão dos índios”, Antônio José Pahy Engrayê e Maria Coian Perixó. Barbara foi a segunda indígena a receber o sacramento de batismo, em 1812, 4 dias após o batismo de seu irmão, Francisco Netxian. No momento do batismo, ela tinha pouco mais de um ano de idade e seus padrinhos foram o Ten. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Maria da Candelária.⁶⁴⁴

José Gomes e Barbara Gatan, mesmo tendo sacramentado sua união no Oratório da Freguesia, residiam no aldeamento de Atalaia. Duas situações justificavam a permanência dele junto aos Kaingang aldeados. A primeira delas está relacionada aos códigos culturais presentes no modo de vida dos Kaingang, em que o homem deve residir junto aos familiares de sua esposa. Para esse caso, em especial, sabemos que não devia obrigações para com seu sogro, pois Pahy Engrayê, tinha falecido já fazia alguns anos. Entretanto, podemos imaginar que Francisco Netxian tenha permitido o casamento de sua irmã com o degredado, tentando tirar algum proveito dessa relação.

De todo modo, sabemos que os Kaingang viviam um processo de mudanças em sua organização social e essa regra da uxorilocalidade talvez não tivesse tanto efeito assim naquele momento. Entretanto, o fato de José Gomes residir com sua esposa Kaingang junto aos aldeados também era uma imposição do capitão Antônio da Rocha Loures, responsável pelo cumprimento da pena desses desterrados. Mesmo com a mudança dos povoadores para a freguesia, separando-os de Atalaia, o aldeamento continuava sob proteção de alguns soldados de linha e tropa de ordenanças.

Esses homens eram responsáveis pelo cumprimento dos trabalhos no aldeamento e na povoação, ajudavam na plantação de alimentos e na sua colheita, davam assistência aos enfermos e, para aqueles que tinham outro ofício, desempenhavam essas atividades necessárias para o crescimento do povoado. Correspondências entre o capitão Antônio da Rocha Loures e

⁶⁴² LIMA (e), Op. cit., f. 14.

⁶⁴³ Relação dos Reos Sentenciados a Degredos para a Freguesia de N. S. de Belém de Guarapuava por acórdão da Junta de Justiça desta Província de S. Paulo de 19 de dezembro de 1821. Arquivo Histórico Benjamim Teixeira, Guarapuava.

⁶⁴⁴ LIMA (a), Op. cit. f. 3v.

seus superiores, informam que alguns degredados permaneciam no aldeamento.⁶⁴⁵ Provavelmente, eram os degredados que haviam casado com as mulheres indígenas.

José Gomes e Barbara Gatan tiveram duas filhas. A primeira, Josefa foi batizada no dia 25 de março de 1825, com 6 dias de vida. Seus padrinhos foram José Caetano de Almeida e sua mulher, Ana Joaquina.⁶⁴⁶ Depois de um ano, o casal retornava à pia batismal para batizar Eusebia, no dia 16 de dezembro de 1826, com um dia de vida, tendo como madrinha Ana Joaquina, esposa de José Caetano.⁶⁴⁷ Vemos, aqui, por meio desses dois registros de batismo, o quanto José Gomes e Barbara Gatan fortaleceram os laços de compadrio com o povoador José Caetano. Na lista de habitantes de 1828, não encontramos muitas informações a seu respeito, mas, na lista de 1835, José Caetano tem 41 anos, reside com sua esposa no 1º quarteirão da freguesia, onde possui um prédio rústico, mora com 3 filhos: Joaquim, 20 anos, Francisco, com 16, e Luis, de 9. Exerce a atividade de jornaleiro e trabalha na lavoura; plantou naquele ano, 20 alqueires de milho, 2 alqueires de feijão e, relacionou possuir 1 cavalo, 7 vacas e 5 porcos.⁶⁴⁸

Pode ser que José Gomes tenha contribuído para que seu compadre José Caetano aumentasse sua produção orientando e, até mesmo, trabalhando alguns dias na lavoura com Barbara Gatan. Embora, José Caetano tivesse filhos aptos a cuidar dessas atividades agrícolas, encontrar mão de obra disponível para esses trabalhos era uma situação bastante rara na freguesia. Nove meses depois do batismo de sua filha, Eusebia, Barbara Gatan ficou viúva. José Gomes faleceu no dia 14 de setembro de 1827, vítima de um raio que caiu nas redondezas da freguesia. Tinha, na ocasião, 24 anos de idade.⁶⁴⁹

Barbara Gatan casaria pela segunda vez com o também degredado Felisberto Ferreira Campelo. Não encontramos no livro de casamento a ata sacramental dessa união. O primeiro documento que atesta o casamento de Felisberto com Barbara é uma lista de “índios” residentes no aldeamento de 1831.

Nesse documento, Felisberto tem 51 anos de idade e, está casado com Barbara Gatan, de 20 anos de idade. Se tomarmos como referência a lista de habitantes de 1828, Felisberto aparece na condição de viúvo, e sua condição social de degredado é exaltada. Eles devem ter casado entre 1828 a 1831, exatamente no período de ausência de padre para realizar tal casamento; ou talvez, tenha sido sacramentado, mas não registrado.

⁶⁴⁵ LOURES, Antônio da Rocha. **Carta ao governo da Província de São Paulo**, 15 de março de 1824. AESP, caixa 192, ordem 987.

⁶⁴⁶ LIMA (a), Op. cit. f. 63v.

⁶⁴⁷ Idem, f. 67v.

⁶⁴⁸ Lista de Habitantes de 1835, Op. cit.

⁶⁴⁹ LIMA (c), Op. cit., f. 24.

Na lista de 1835, Felisberto, além de sua condição social, trabalhava como carpinteiro, uma atividade bastante requisitada naquele povoado. De acordo com Fábio Pontarolo, Felisberto foi relacionado nos documentos oficiais como o responsável pelos trabalhos de carpintaria da povoação, trabalhava sem calceta de ferro preso aos pés.⁶⁵⁰ Naquele ano, ele declarou que suas rendas vinham do trabalho de carpinteiro, possuía um prédio rústico, tinha plantado 12 alqueires de milho, sendo seus um cavalo e 2 vacas. Estava casado com Barbara Gatan, nessa ocasião, com 26 anos de idade. Nesse documento de 1835, os filhos de Barbara estão ausentes, o que nos leva a pensar que eles tenham falecido nesse intervalo de tempo ou teriam sido deixados na casa de outras pessoas, pois não encontramos os registros que atestem sua morte.

De qualquer modo, Barbara Gatan ficaria viúva pela segunda vez, no intervalo de tempo entre 1835 e 1840, ano em que foi feita uma nova lista de habitantes. Nesse documento, Barbara Gatan aparece como uma das principais moradoras de um prédio rústico no 1º quarteirão da freguesia, residindo próxima ao capitão Antônio da Rocha Loures, no lugar mais cobiçado do rocio pela elite local.⁶⁵¹ Nessa relação, Barbara Gatan está com 31 anos de idade, na condição de viúva.

Do casamento com Felisberto, Barbara herdou a posse dessa residência, fato confirmado no rol de paroquianos de 1842, em que o padre Braga de Araújo relaciona o domicílio de número 13, no 1º quarteirão da freguesia, sendo administrado por Barbara Gatan, na ocasião, com 33 anos e casada com João Barboza das Chavez, de 25 anos. Nesse documento o casal consta como pais de duas filhas: Maria, com 5 anos e Maria da Luz, com poucos dias de vida.⁶⁵²

De princípio essa união parecia ser consensual tanto para o casal quanto para os povoadores, mas essa situação conjugal incomodava o padre Braga de Araújo, que, de certo modo, os convenceu a casar conforme os preceitos do catolicismo. O casamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1843, tendo por testemunhas dois militares importantes naquela região, o Major Antônio de Sá Camargo e capitão Antônio da Rocha Loures.⁶⁵³

Não encontramos os registros de batismo das filhas do casal, conforme demonstrou o rol de paroquianos de 1842, que pudessem confirmar se essas crianças eram filhas deles de fato ou se o casal cuidava delas por algum motivo. De todo modo, o casal teve mais dois filhos de acordo com os seus respectivos registros de batismo. A primeira filha é Placidina, batizada no

⁶⁵⁰ PONTAROLO, Op. cit. p. 95.

⁶⁵¹ LISTA DE HABITANTES DE 1840, Op. cit.

⁶⁵² Idem.

⁶⁵³ ARAÚJO (e), Op. cit., f. 28v.

dia 22 de fevereiro de 1846, que tinha, na ocasião, 6 dias de vida. Seus padrinhos foram Antônio de Siqueira e Maria Joaquina.⁶⁵⁴ O segundo filho foi nomeado Alexandre, batizado no dia 10 de abril de 1848, com 20 dias de vida. Seu único padrinho foi Benjamim Pereira de Oliveira.⁶⁵⁵

No rol de desobriga quaresmal de 1853, as posições invertem-se e o chefe do domicílio passa a ser João Barboza das Chaves. Nesse documento, ele está com 43 anos e Barbara Gatan com 40. Consta também um grupo grande de filhos, a saber: Maria com 10 anos, Placidina com 8, Alexandre com 5 e Antônio com 12. O núcleo familiar reside no 2º quarteirão da freguesia, na localidade do Morro Alto.⁶⁵⁶ Na relação de paroquianos de 1863, o casal continua morando no mesmo quarteirão, apenas com dois filhos: Alexandre, com 18 anos, e Placidina, com 16.⁶⁵⁷

De toda sua trajetória em Guarapuava, Barbara Gatan foi escolhida como madrinha de batismo uma única vez, exatamente, da filha de Francisco Luis Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó. Izabel foi batizada no dia 08 de dezembro de 1846, com 1 mês de vida. Seu batismo ocorreu no oratório da freguesia sob os cuidados do padre Antônio Braga de Araújo.⁶⁵⁸ Embora sua vida tenha sido bastante atribulada viuvando em duas ocasiões, bem como o fato de ter herdado uma casa no rocío da vila de seu segundo marido, Felisberto, Barbara Gatan acabou por se distanciar dos demais Kaingang residentes no quarteirão do morro alto, motivo pelo qual praticamente não foi convidada para ser madrinha de batismo.

O segundo casamento misto, ocorrido entre um degredado e uma mulher indígena foi de Felix Pereira e Genoveva Iagnan. Ele é outro exemplo de um enraizamento baseado na constituição de família com as mulheres indígenas em Guarapuava. Mesmo depois de ter cumprido sua pena, de 20 anos de desterro, pelo seu envolvimento em revolta, Felix preferiu permanecer na freguesia junto com sua esposa, Genoveva Iagnan. Os dois casaram-se no dia 23 de abril de 1823, tendo por testemunhas o capitão Antônio da Rocha Loures e o cabo de esquadra, Elias José do Espírito Santo.⁶⁵⁹

Embora o motivo de seu crime em São Paulo não tenha sido dos mais graves, as autoridades locais participavam ativamente de qualquer ação desses condenados, evitando dessa forma, qualquer ato ou manifestação que pudesse provocar a desordem junto aos demais povoadores e com os Kaingang aldeados. Responsabilidade maior recaía sobre esses homens,

⁶⁵⁴ ARAÚJO, (f), Op. cit., f. 89v.

⁶⁵⁵ Idem, f. 98v.

⁶⁵⁶ ARAÚJO (b), Op. cit. n° 123.

⁶⁵⁷ ARAÚJO (c), Op. cit., n° 159

⁶⁵⁸ ARAÚJO (f), Op. cit., f. 91v.

⁶⁵⁹ LIMA (e), Op. cit., f. 14v.

pois à medida em que iam se unindo matrimonialmente com as mulheres indígenas, eles permaneciam morando junto aos demais Kaingang no aldeamento de Atalaia. Ali, eles desenvolviam algumas atividades e ensinavam alguns ofícios, além de exercerem a atividade militar de defesa desse espaço de outros grupos indígenas, inimigos dos aldeados.

Genoveva Iagnan foi batizada no dia 2 de abril de 1820. Ela fez parte de uma cerimônia coletiva, na qual mais 7 Kaingang foram batizados. Com exceção de Ana Nicaia, que tinha 8 anos, todos os outros eram adultos. Os pais de Genoveva, Erarê e Iangrain, nunca estiveram no aldeamento, nem mesmo para participar do sacramento de batismo. Nessa ocasião, Genoveva teve como única madrinha uma indígena de nome Genoveva Fuiró, esposa do povoador Bento José Gonçalves.⁶⁶⁰

Do conjunto de sacramentos realizados naquele dia, Genoveva Iagnan, além de optar pelo mesmo nome de sua madrinha, reforçando, desse modo, os laços de solidariedade, foi a única neófita que teve uma madrinha, sem a presença masculina. Os outros tiveram padrinhos e madrinhas. Essa situação nos permite inferir que Genoveva Iagnan e Genoveva Fuiró tinham uma relação mais pessoalizada, se for comparado com os demais Kaingang. Uma proximidade anterior à chegada de ambas ao aldeamento e que se fortaleceu no ritual do batismo.

Pelo que pudemos descobrir da trajetória desse casal, Felix Pereira e Genoveva Iagnan, eles não tiveram filhos. Embora, a ausência de filhos pudesse limitar o alcance do compadrio, o casal foi requisitado várias vezes para ser padrinhos de batismo. No caso específico de Genoveva Iagnan, devemos reconhecer que ela teve afilhados importantes, filhos de chefias indígenas, residentes em Atalaia. Essa situação nos mostra que Genoveva tinha um certo prestígio social diferenciado dos demais Kaingang aldeados, ao ser escolhida como madrinha perante um grupo maior de indígenas. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 36: Afilhados de Genoveva Iagnan

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Américo	02/02/1824-10dias	Higino Fingri e Rita Ianguó	Felix Pereira e Genoveva Iagnan
João	26/04/1824-1mês	Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê	Luiz Tigre Gacom e Genoveva Iagnan
Angelica Cupranc	26/07/1824-14anos	Dorê e Mangó “índios pagãos”	Felix Pereira e Genoveva Iagnan
Custódio Bigran	28/07/1824-11anos	Caicrê/Uengaya e Netú	Felix Pereira e Genoveva Iagnan
Josefa Cohimbanc	28/07/1824-40anos	Couem e Covang	Felix Pereira e Genoveva Iagnan

⁶⁶⁰ LIMA (a), Op. cit., f. 47.

Antonia Coni	26/07/1824-40anos	Xincring e Cocrê	Felix Pereira e Genoveva Iagnan
Joaquim	11/01/1827-3dias	PI-Beatriz Herimó	Manuel Antônio Vila Nova e Genoveva Iagnan
Tereza	16/06/1827-12dias	Vitorino Facxó e Delfina Venhuhê	Manuel Ribeiro da Silva e Genoveva Iagnan
Patrício	31/08/1828-10dias	PI – Felicia Crembanc	Francisco de Morais e Genoveva Iagnan

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Felix Pereira e Genoveva Iagnan foram padrinhos juntos em cinco ocasiões. Com exceção do batismo de seu primeiro afilhado, Américo, os outros quatro foram de pessoas dotadas de certo poder de escolha, pois as idades variavam entre 10 a 40 anos. Além do mais, não podemos deixar de mencionar que Felix Pereira e Genoveva Iagnan residiam no aldeamento de Atalaia, a exemplo dos outros degredados casados com as mulheres indígenas. Para esse caso, acreditamos que a escolha do casal como padrinhos de batismo era muito mais em razão de Genoveva do que propriamente de Felix. Ao acompanhar a trajetória dele, nos documentos oficiais, encontramos pouquíssimas informações a seu respeito. Um dado mais completo aparece na lista de 1835, em que ele consta tendo como atividade econômica o ofício de Jornaleiro.⁶⁶¹ Não há informação de que ele tenha acumulado, ao longo de sua estada em Guarapuava, alguma propriedade, diferentemente de outros casamentos mistos.

Para reforçar nosso argumento de que havia por parte dos Kaingang uma estratégia na escolha dos padrinhos, identificamos, por meio da tabela acima, que os padrinhos, homens, eram substituídos por outros. Essa assertiva ficou evidente no batismo de João, filho de Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê. O padrinho dele foi o capitão dos índios, Luiz Tigre Gacom, o principal chefe indígena estabelecido no aldeamento de Atalaia. No ano seguinte, em 1825, o casal escolheu para madrinha de sua filha, Matilde, Andreza Grendoró, irmã de Gacom. Em 1827, Hermenegildo Yotain e Clara Yongrê, trouxeram até a pia batismal para receber o sacramento, sua última filha, Angelica, cujos padrinhos escolhidos foram o capitão Antônio da Rocha Loures e sua filha Rosa Delfina Ferreira.⁶⁶² Nesse caso, temos uma estratégia de fortalecimento de relações sociais, tanto com os membros do seu grupo indígena quanto com a população local, por meio do compadrio.

Genoveva Iagnan, além de ser madrinha junto com Luiz Tigre Gacom, também foi escolhida madrinha de uma criança, filha de uma das lideranças mais emblemáticas da região sul. Ao escolher Genoveva Iagnan como madrinha de sua filha, Vitorino Facxó Condá não

⁶⁶¹ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁶⁶² LIMA (a), Op. cit., f. 73v.

aceitou que Felix Pereira fosse seu compadre, optando por outro povoador com um certo grau de importância junto à sociedade local. Para tanto, para formar o casal de padrinhos de sua filha, ele escolheu o senhor Manoel Ribeiro da Silva, homem de algumas posses e detentor de um ofício imprescindível naquele espaço, a profissão de ferreiro, tendo em vista que suas atividades supriam as necessidades dos Kaingang, como facas, machados e outras ferramentas. Nesse contexto, Manoel foi relacionado, na lista de habitantes de 1835 com 33 anos de idade, solteiro, pardo e livre. Residia no 1º quarteirão da freguesia, exercia as atividades de ferreiro, plantou 30 alqueires de milho, 7 alqueires de feijão, declarou possuir 3 cavalos, 4 vacas e 10 porcos.⁶⁶³ Além desses bens, que por si só já lhe garantiam uma certa estabilidade econômica, ele era assalariado da expedição, ou seja, fazia ferramentas para as atividades comuns da freguesia e recebia por isso.

De todo modo, Felix Pereira não mais seria padrinho de batismo depois de 1824. Embora ele fosse relacionado nos documentos oficiais como degredado e casado com índia, a única mudança mais significativa na vida do casal foi quando, ao ser relacionado numa lista dos Kaingang aldeados, Felix Pereira e Genoveva Iagnan declaram que têm como agregada uma menina de nome Ana, branca e com 11 anos de idade.⁶⁶⁴

Quatro anos após a finalização de sua pena, Felix Pereira dava seus últimos suspiros no dia 17 de outubro de 1846. Não sabemos qual o motivo de sua morte, mas recebeu no seu leito os sacramentos da penitência da unção dos enfermos. Tinha, na ocasião, mais de 50 anos de idade.⁶⁶⁵ Mesmo cumprido integralmente sua condenação, Felix não retornou para suas origens, decidindo permanecer em Guarapuava, junto da sua esposa.

Com a morte de seu marido Genoveva Iagnan, provavelmente tenha deixado de residir no rocio da vila e tenha se deslocado para outra localidade. Tal fato é confirmado no rol de desobriga quaresmal de 1853, em que ela é relacionada residindo no 10º quarteirão do Pinhão, distante dos moradores da vila de Guarapuava. Nesse documento, o padre Braga de Araújo, anotou na relação que ela tinha 48 anos de idade, era viúva e que ela era uma “índia existente no Jordão”.⁶⁶⁶

Genoveva Iagnan faleceu no dia 06 de julho de 1854, com mais de 50 anos de idade⁶⁶⁷,

⁶⁶³ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁶⁶⁴ LOURES, Antônio da Rocha. **Relação de “índios” do aldeamento de Atalaia-1831**. Arquivo Benjamim Teixeira, Guarapuava.

⁶⁶⁵ ARAÚJO (d), Op. cit, f. 30v.

⁶⁶⁶ ARAÚJO (b), Op. cit., nº 490.

⁶⁶⁷ Sobre a imprecisões das idades ver: NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Vol. 34, 1992, p. 175-182.

de acordo com seu registro de óbito. Cinco meses antes, havia recebido o sacramento da penitência e da unção dos enfermos, na visão dadoutrina católica, Genoveva estava preparada espiritualmente para deixar a vida terrena. Seu corpo foi envolto em um hábito branco e sepultado no cemitério da vila.⁶⁶⁸

Sabemos que os degredados encontravam grandes dificuldades para reinserir-se à sociedade da época pelos estigmas dos crimes que haviam cometido. Alguns, dependendo da gravidade de seu crime, poderiam ficar presos “às calcetas de ferro”, dificultando sua locomoção, inibindo sua fuga, mas, para além disso, era a simbologia de tal situação que mais incomodava esses indivíduos: a lembrança de que ele estava excluído da possibilidade de obter alguma ascensão social.

Os primeiros degredados enviados para Guarapuava foram condenados por participarem de uma sedição no primeiro batalhão de caçadores na praça de Santos, em 1821. Esse é o caso de Athanzio Lopes, natural da vila de Conceição de Itanhaém, que tinha 26 anos quando foi sentenciado à pena e degredo, para o presídio de Guarapuava. Segundo Fábio Pontarolo, o modelo de punição, exercido nesse período, para alguns tipos de crimes não era o isolamento do prisioneiro, mas a noção de degredo na primeira metade do século XIX, que partia da “ideia de reinserção do degredado em um microcosmo da sociedade ampla, hierárquica e cheia de laços de dependência pessoal.”⁶⁶⁹

No caso, aqui, que estamos analisando, essa reinserção ocorria a partir do matrimônio cristão, com mulheres indígenas recém-catequizadas. Constituído o núcleo familiar, esses degredados poderiam almejar alguma ascensão social junto à sociedade local dependendo das suas habilidades laboriosas, ou poderiam, simplesmente, fazer o necessário para esperar a finalização da sua pena e se retirar para outra região; ainda, era possível retornar para seu povoado de origem. Ao que parece essa não foi a decisão dos degredados que se casaram com as mulheres indígenas.

Depois de alguns meses na freguesia, Athanzio Lopes se casou com Clemencia Maria Aranheran, no dia 29 de abril de 1823. As testemunhas dessa união foram o capitão Antônio da Rocha Loures e o ajudante de cirurgia, Gabriel José Mendes.⁶⁷⁰ Sua esposa, Clemencia Aranheran, foi batizada no dia 25 de março de 1815, filha do polígamo Araicó e Mangcó, teve como padrinhos de batismo o então comandante Diogo Pinto e sua esposa.⁶⁷¹ Antes de unir-se

⁶⁶⁸ ARAÚJO (d), Op. cit., f. 56.

⁶⁶⁹ PONTAROLO, Op. cit., p. 83.

⁶⁷⁰ LIMA (e), Op. cit., f. 15.

⁶⁷¹ LIMA (a), Op. cit. f. 30.

matrimonialmente com Athanazio, Clemencia tinha comparecido à pia batismal para batizar seu filho de nome Manoel, filho de pai incógnito, no dia 28 de julho de 1822. Tinha na ocasião 4 dias de vida. Seus padrinhos foram os novos povoadores Jacinto Mendes de Araújo e Brigida Maria.⁶⁷² Do casamento com Athanazio, Clemencia teria outros filhos, mas, no livro de batismo, encontramos apenas três, embora uma documentação escrita nos anos subsequentes aponte outros filhos, cujo registro não encontramos. De todo modo, a primeira filha do casal foi Manuela, batizada no dia 28 de julho de 1826, recém-nascida, não teve padrinhos nesse ato, por ter sido realizado em casa, em “perigo eminente de vida”.⁶⁷³ Infelizmente, a profecia do padre Chagas Lima se concretizou e Manuela veio a falecer no mesmo dia de seu batismo.⁶⁷⁴

No ano seguinte, Clemencia Maria e Athanazio tiveram um casal de filhos, o primeiro caso registrado no livro de batismo de nascimento de gêmeos. No dia 06 de agosto de 1827, o padre Chagas Lima batizava, na pia batismal do oratório da freguesia, Francisco e Francisca, filhos de Athanazio e Clemencia Aranheram. Tinham, na ocasião, 2 dias de vida. Os padrinhos de Francisco foram Gabriel José Mendes e sua mulher, Mariana dos Santos, de Francisca, Jacinto Mendes de Araújo e sua mulher Brigida Maria.⁶⁷⁵

Na lista de 1828, assim como já reforçamos em outros momentos, não encontramos informações que possam nos dizer mais sobre Athanazio e sua esposa, apenas que ele era degredado, tinha 43 anos, pardo, era proprietário de uma casa e casado com “índia”. Já na lista de 1835, os dados são mais completos sobre esse núcleo familiar e foi assim que descobrimos que ele recebia soldo da expedição por desenvolver atividades junto aos Kaingang aldeados, ganhando o título de “feitor dos índios”. Possuía um prédio rústico no 1º quarteirão, no rocío da freguesia, onde morava com sua esposa Clemencia Aranheran, junto com suas filhas, Maria, de 10 anos, e Vitoriana, de 7 anos.

Além dessas informações, declarou, para o recenseador, que havia plantado 20 alqueires de milho e 20 alqueires de feijão. Tinha 2 vacas e 3 porcos.⁶⁷⁶ Algumas explicações se fazem necessárias sobre essas informações, de 1835. A primeira diz respeito à ausência dos filhos gêmeos do casal, pois não sabemos por que eles estão fora dessa lista. Entretanto, na relação de índios de 1831, identificamos que Francisco estava com 3 anos, aparece uma criança de nome Ana, também com 3 anos, e Vitoriana, com 1 ano. Pesquisando no livro de óbitos não encontramos documentos que pudessem comprovar se a irmã gêmea de Francisco havia

⁶⁷² LIMA (a), Op. cit., f. 53.

⁶⁷³ Idem, f. 65v.

⁶⁷⁴ LIMA (c), Op. cit. f. 24v.

⁶⁷⁵ LIMA (a), Op. cit., f. 72v.-73.

⁶⁷⁶ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

falecido. A outra situação que nos chamou a atenção foi a expressão “feitor dos índios”. Até esse momento, não tínhamos encontrado na documentação qualquer informação que pudesse ser vinculada a uma pessoa com essa responsabilidade perante os Kaingang aldeados.

Para cumprir essa responsabilidade, Athanzio Lopes recebia um soldo no valor de 4 mil réis mensais, a fim de organizar o trabalho dos indígenas no aldeamento. Encontramos essa informação em um documento escrito por Antônio da Rocha Loures, em outubro de 1834, em que ele informava aos seus superiores quais homens trabalhavam no destacamento de Guarapuava e quanto recebiam para tal.⁶⁷⁷ No final desse documento, Rocha Loures afirmou que um degredado era o “diretor dos índios” e que recebia o soldo de 4 mil réis.

Se pensarmos em termos de ascensão social, Athanzio estava no caminho certo ao assumir tal função, pois obteria alguns ganhos econômicos por ser reconhecido perante a sociedade local, um homem de boa-fé. Nos documentos seguintes, iniciando com a lista de habitantes de 1840, Athanzio continua casado com Clemencia Aranheran, tem, em sua casa dois filhos, Ana, com 14 anos, e Vitoriana, com 12; exerce a profissão de pedreiro, atividade que lhe rendia alguns ganhos.⁶⁷⁸

No rol de paroquianos, de 1842, aparece uma pequena mudança em seu domicílio ao declarar que existem três agregados sob sua responsabilidade, a saber: Manoel do Amaral, Antônio Amaral e Francisco, respectivamente, 22, 27 e 4 anos.⁶⁷⁹ Em 1853, segundo informações registradas pelo padre Braga de Araújo, junto ao domicílio de Athanzio, localizado no 2º quarteirão da vila, estão como agregados Francisco, com 12 anos, e Pedro, com 9.⁶⁸⁰ No rol de paroquianos, de 1863, o domicílio do casal é composto por dois agregados: Pedro, com 18 anos, e Raymundo, com 9, com a observação de que os dois eram seus netos.⁶⁸¹

Interessante discorrer algumas linhas sobre esses homens que foram relacionados como agregados de Athanzio Lopes. O primeiro deles pode estar relacionado ao trabalho desenvolvido pelo degredado na construção de casas e benfeitorias. Essa atividade necessitava de homens aptos a trabalhar como seu ajudante. Se levarmos em consideração alguns fatores como o aumento populacional, embora com as condições econômicas da época nada favoráveis, Athanzio tinha pessoas para lhe ajudar nesses trabalhos.

⁶⁷⁷ LOURES, Antônio da Rocha. **Mapa da Força do Destacamento de Guarapuava, outubro de 1834**. AESP, Caixa 230, Ordem, 1025.

⁶⁷⁸ ARAÚJO. Francisco Aires de. Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840. In: BORBA, Oney Barbosa. **Dados transcritos do original da Câmara de Castro**. RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

⁶⁷⁹ ARAÚJO (a), op. cit.

⁶⁸⁰ ARAÚJO (b), Op. cit. n° 71.

⁶⁸¹ ARAÚJO (c), Op. cit.

Esses homens, recém-chegados à freguesia precisavam de trabalho e o ofício desempenhado por Athanzio despertava algum interesse, principalmente, para aqueles que não tinham afinidade com os trabalhos nas propriedades dos potentados locais. Um segundo argumento, vem de Pontarolo, ao afirmar que, para esses “jovens livres pobres, migrantes ou forros, capazes de realizar funções que exigiam especialização, uma forma tangível de conseguir terras fazia com que aceitassem, temporariamente, a situação de agregados.”⁶⁸² Esse não era o caso para Athanzio, pois, além de todo o estigma que carregava, por ser degredado, não tinha posses consideráveis que pudessem despertar a cobiça de outras pessoas.

De todo modo, acreditamos que um trabalho temporário tenha sido o motivo pela estada dessas pessoas como agregadas de Athanzio, afinal, ao chegar àquele povoado, sem conhecer ninguém, qualquer trabalho que pudesse ao menos garantir sua alimentação e um espaço para dormir, já traria uma certa tranquilidade para essas pessoas.

No que diz respeito às relações de compadrio, Athanzio Lopes não foi uma das alianças preferenciais dos Kaingang aldeados, se comparado com sua esposa Clemencia Aranheran, que foi madrinha em cinco ocasiões, conforme podemos acompanhar na tabela abaixo:

Tabela 37: Afilhados de Clemencia Aranheran

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Antonia Engrain	27/12/1817-7anos	Pai gentio e Fangrá	Antônio da Rocha Loures e Clemencia Maria Aranheran
Ana	24/01/1818-3dias	Bento José Gonçalves e Genoveva Fuiró	Clemencia Maria Aranheran
Maria	05/06/1825-6dias	José Caicang e Cecília Hericá	Athanzio Lopes e Clemencia Maria Aranheran
Francisco	03/08/1828-8dias	Braz Nicá e Guevatcang	Pedro José Pereira e Clemencia Maria Aranheran
Maria	02/01/1831-s/idade	Claro José Cavalheiro e Ubaldina	Francisco Ferreira da Rocha Loures e Clemencia Maria Aranheran
Francisco	29/06/1839-s/idade	PI – Rita Ianguo	Athanzio Lopes e Clemencia Maria Aranheran

Fonte: LB I e II /PNSBG (Elaborado pelo autor)

Em toda sua trajetória em Guarapuava, Athanzio Lopes compareceu duas vezes na condição de padrinho. Primeiro, de Ana, filha de uma chefia que esteve presente no aldeamento, José Caicang e de Cecília Hericá. Na época em que eles ficaram compadres, Athanzio era o “feitor dos índios”. Essa situação reforça nossa hipótese de que as chefias indígenas buscavam fortalecer suas redes de relacionamentos com pessoas que tivessem algum lugar de destaque

⁶⁸² PONTAROLO, Op. cit. p. 87.

entre a sociedade local. José Caicang era um dos Kaingang que foram batizados no dia 25 de março de 1815, entre eles, estavam Clemencia Aranheran, Manuela Coctain, Beatriz Herimó e Ana Grexío, todos catequizados.⁶⁸³ A outra situação ocorreu no batismo de Francisco, filho de pai incógnito e de Rita Ianguo, viúva de Higinio Fangri.⁶⁸⁴

Já Clemencia Aranheran foi madrinha em outras quatro ocasiões: uma vez, sozinha, como madrinha da filha do povoador Bento José Gonçalves, e de Genoveva Fuiró, e depois com Pedro José Pereira, outro povoador relacionado na lista de 1828. Sua última afilhada era filha de Claro José Cavalheiro com Ubaldina Maria do Espírito Santo. Nessa cerimônia, a escolha do padrinho foi o filho do capitão da expedição, Francisco Ferreira da Rocha Loures. Entretanto, é deveras importante destacar que Francisco tinha laços de compadrio com alguns Kaingang, parte como estratégia dos próprios indígenas, mas também, sendo uma estratégia dele para obter mais posses e aumentar seus ganhos econômicos como negociante pela região sul.

Depois de 1831, Athanazio Lopes e Clemencia Aranheran não seriam mais escolhidos para padrinhos de batismo, nem mesmo retornaram para batizar algum filho. Embora existam algumas divergências sobre os nomes de seus filhos, uns com registro de batismo e outros sem, sabemos, por meio do livro de casamentos, que sua filha, Francisca Maria Lopes, casou com Manoel José Vieira, em 28 de dezembro de 1842.⁶⁸⁵ De acordo com sua ata de casamento, Manoel era natural da vila de Itapetininga, provavelmente, um novo povoador, que havia chegado há pouco tempo na freguesia, pois não encontramos informações sobre ele antes de seu casamento, em 1842.

Entretanto, Manoel e Francisca foram relacionados no rol de paroquianos de 1842, residindo no 1º quarteirão da freguesia; ele com 24 anos, e ela, com 16 anos, pardos.⁶⁸⁶ No rol subsequente, de 1853, o casal continua com um domicílio na freguesia, agora, no 2º quarteirão, com três filhos: José, Maria e Escolástica, respectivamente, 1,9 e 7 anos com uma mulher agregada, Maria Paffã, de 36 anos de idade, solteira, “índia”.⁶⁸⁷ No rol de 1863, o casal mantém sua residência no mesmo quarteirão, com dois filhos: José, com 11 anos, e Escolástica, com 16, sem agregados.⁶⁸⁸

⁶⁸³ LIMA (a), Op. cit. f. 29v.-31.

⁶⁸⁴ CASTRO, Manoel José Cabeza. **Livro de Assentos de Batismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 2**: desde 23 de janeiro de 1820 até 10 de agosto de 1857, f. 33v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 29v.

⁶⁸⁵ ARAÚJO (e), Op. cit. f. 28.

⁶⁸⁶ ARAÚJO (a), Op. cit. nº 98.

⁶⁸⁷ ARAÚJO, b), Op. cit., nº 127.

⁶⁸⁸ ARAÚJO, (c), Op. cit., nº 177.

De todo modo, Manoel José Vieira tinha meios de sobrevivência ao se declarar em 03 de maio de 1856, possuidor de terras por posse primária de uma área de 16 alqueires de plantação de milho, na localidade de Capuava, além do rio Jordão.⁶⁸⁹ Entre os confrontantes de sua propriedade, estava seu sogro, Athanzio Lopes. Diante dessa informação, buscamos, nas declarações de terras de 1856, informações que pudessem auxiliar sobre as acumulações dele em Guarapuava.

Encontramos sua declaração entregue ao padre Braga de Araújo no dia 25 de maio de 1856. Nesse documento, Athanzio declarou possuir, por compra que fez, uma extensão de terras de 6 alqueires de capoeiras, terras de lavoura, no lugar denominado de Jordãozinho, tendo por vizinhos seu genro, Manoel José Vieira e Antonia da Rocha. No mesmo documento, declarou possuidor de mais 5 alqueires de capoeira, por compra, na localidade Covó, cujos limites foram assim descritos: “Leste, matos da nação. Sul, oeste e norte, matos da nação.”⁶⁹⁰ Além de sua residência no rocio da freguesia, Athanzio acumulou, ao longo de sua vida, em Guarapuava, mesmo depois de finalizado seu tempo de degredo, duas propriedades de terra que, certamente, lhe garantiam uma certa tranquilidade de subsistência. Alguns anos depois, mais precisamente no dia 26 de março de 1869, Athanzio Lopes faleceu de enfermidade, com mais de 80 anos.⁶⁹¹ Quanto à Clemencia Maria Aranheran, não conseguimos encontrar seu registro de óbito ou qualquer informação que pudesse nos informar como viveu seus últimos dias em Guarapuava.

Seguindo nossa apresentação dos casamentos entre degredados e mulheres indígenas, passamos a discorrer sobre a trajetória de Mariano Antônio e Gertrudes Ningá. O casamento deles foi a última união sacramentada pelo padre Chagas Lima, no ano de 1823. De acordo com a ata de casamento, a cerimônia ocorreu no dia 16 de dezembro, na capela da aldeia de Atalaia. Para testemunhar essa união, foram convidados o cabo de esquadra, Elias de Araújo, e o degredado, Miguel Morones Galafre. Mariano era filho de Ignácio Antônio e Ignácia Guedes e, Gertrudes, filha de Cottó e Yenxó.⁶⁹²

Mariano Antônio chegou à freguesia junto com outros degredados, em 1822, para cumprir 10 anos de degredo, uma pena menor em relação aos seus parceiros de revolta, que foram condenados a 20 anos. Ao que parece, sua participação naquele movimento foi bem menor, embora, tenha sido banido por algum tempo pelos seus atos no Regimento de Caçadores

⁶⁸⁹ DALLA VECCHIA, Op. cit., f. 117.

⁶⁹⁰ Idem, p. 218-219.

⁶⁹¹ ARAÚJO (d), Op. cit., f. 97.

⁶⁹² LIMA (e), Op. cit., f. 16v.

da vila de Santos.

A trajetória desse casamento misto foi bastante curta, mas intensa, no que diz respeito ao fortalecimento das redes de relacionamento por meio do compadrio. Mariano Antônio foi testemunha de casamento por quatro vezes, todas elas em 1824. Talvez pelo convívio diário e o estreitamento de laços familiares, de sua esposa Gertrudes Ningá, no aldeamento, tenha sido favorecida essa aproximação via sacramentos. Entretanto, essas informações também revelam uma mobilidade considerável desses homens junto aos Kaingang, principalmente, porque alguns buscavam reinserir-se à sociedade local, diminuindo, assim, a distância imposta pela sua condição de degredado naquele povoamento. De todo modo, mesmo que Mariano tenha ampliado seu espaço de relações sociais, Gertrudes Ningá se destacou no aldeamento como a mulher Kaingang que mais vezes compareceu à pia batismal para apadrinhar indígenas.

Infelizmente, não encontramos o registro de batismo dela, mesmo que o padre Chagas Lima não tenha feito essa anotação no livro competente, o fato dela ter sido madrinha em 15 ocasiões nos mostra que ela foi batizada e tinha uma conduta compatível com a doutrina católica. De todo modo, fazendo uma busca no livro de batismos, identificamos que ela era esposa de uma liderança indígena, um Kaingang polígamo. No dia 19 de setembro de 1812, o padre Chagas Lima batizava Cypriano Focrem, de 1 ano e 6 meses, filho de Fandungrá e Ningá. Seu padrinho foi unicamente Manuel Soares do Vale.⁶⁹³ Não mais teríamos informações sobre Gertrudes Ningá, até 1822, quando ela se torna madrinha de batismo de Cipriano, filho de Antônio Coverê e Caetana Hereicang.

Dos quinze Kaingang dos quais ela foi madrinha de batismo, cinco foram com Mariano Antônio, três com Antônio Barboza, duas vezes com o degredado Miguel Murone Galafre, uma vez também com o também degredado Felisberto Ferreira Campelo, uma vez com Francisco de Paula Lima, do mesmo modo, com o Alferes, Manuel Mendes de Araújo, e Joaquim Antônio de Oliveira, e uma vez sozinha, no batismo de Helena, criança filha de pais “pagãos”. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 38: Gertrudes Ningá como madrinha

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Cipriano índio	07/06/1822-18dias	Antônio Coverê e Caetana Hereicang, “índios neófitos”	Antônio Barboza e Gertrudes Ningá
Maria	31/08/1822-10dias	PI – Uengrê, “Índia Pagã”	Francisco de Paula Lima e Gertrudes Ningá
Firmina	23/09/1822-15dias	Mexim e Nhexom, “índios pagãos”	Felisberto Ferreira Campello e Gertrudes Ningá

⁶⁹³ LIMA (a), Op. cit., f. 8v.

Helena	03/10/1822-10dias	Erangrení e Hereio-hó, “índios pagãos”	Gertrudes Ningá
José	21/11/1822-6dias	Jacinto Doiagrê e Quitéria Gretem	Alf. Manuel Mendes de Araújo e Gertrudes Ningá
Tomé Guevanbanc	04/01/1823-5anos	Yopó(falecido) e Cohimbanc	Joaquim Antônio de Oliveira e Gertrudes Ningá
André Fangviri	04/01/1823-10anos	Yopó(falecido) e Coxem	Antônio Barboza e Gertrudes Ningá (Viúva)
Fortunato Nicrá	12/01/1823-8anos	Caqui(falecido) e Guemcrá	Antônio Barboza e Gertrudes Ningá
Faustino	19/04/1823-20dias	Luiz Tigre Gacom e Escolástica Curem	Miguel Murones Galafre e Gertrudes Ningá
Faustino Bacton	08/12/1823-2anos	Buxim e Cofeyê	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá
Jovita Defá	08/12/1823-7meses	Buxim e Nindó	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá
Ignez Guaiandó	08/06/1824-18anos	Goyoxá e Dacorê	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá
Mariana Couuim	26/07/1824-22anos	Araipranc e Guendú, “índios pagãos”	Miguel Murones Galafre e Gertrudes Ningá
Maria Mangrê	26/07/1824-20anos	Xihó e Cupri	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá
Joaquim Poporom	24/08/1824-8anos	Fuoné e Prunihê	Mariano Antônio e Gertrudes Ningá

Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Com exceção de três sacramentos, os outros treze constituíram-se em cerimônias cujos pais estavam vindo pela primeira vez para o aldeamento de Atalaia. Esse dado revela muito mais do que apenas demonstrar algumas famílias Kaingang procurando o aldeamento em busca de resolver seus problemas emergenciais, como objetos e alimentos. Por ter sido madrinha de batismo de indígenas que circulavam pelo aldeamento de Atalaia, Gertrudes Ningá fortalecia seus laços de compadrio com grupos indígenas que poderiam ser inimigos dos aldeados ou não. O fato é que ela passou a ser uma referência para os Kaingang que residiam por outros territórios. Embora ela tivesse uma relação de compadrio com o “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, ao ser escolhida como madrinha de seu filho Faustino, é bem provável que ela tivesse algum grau de parentesco com esses grupos, especialmente, porque havia sido esposa de uma liderança indígena bastante conhecida dos Kaingang, conforme relatamos.

A trajetória de Mariano Antônio e Gertrudes Ningá não durou por muito tempo. Na lista de habitantes de 1828, Mariano é relacionado vivendo junto com outros degredados, no 1º quarteirão da vila, com 26 anos de idade, pardo e casado com índia. Depois dessa descrição, a última informação que temos é do registro de óbito de Gertrudes Ningá.

Aos trinta dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta faleceu da vida presente sem sacramentos por não haver aqui sacerdote, Gertrudes, sendo assassinada pelos índios, era casada com Mariano Antônio. Foi sepultada no cemitério desta freguesia e recomendada por mim. E para constar faço este assento o qual estraía uma relação que

me deram dos falecidos nesse tempo. Pe. Francisco de Paula Prestes.⁶⁹⁴

Não sabemos quais razões motivaram tal crime praticado por outros indígenas contra Gertrudes Ningá. Em ofício enviado para as autoridades paulistas, o comandante da expedição, Antônio da Rocha Loures, relatou tal acontecimento, afirmando que Gertrudes Ningá foi morta pelos próprios Kaingang aldeados, no momento em que ela trabalhava no monjolo da freguesia.⁶⁹⁵ Sabemos, outrossim, que o comando dos indígenas na freguesia tinha outro chefe, o Kaingang Vitorino Facxó Condá, inimigo histórico de Luiz Tigre Gacom. Mas não foi somente Gertrudes Ningá que deixou de fazer parte do convívio com os Kaingang e a sociedade local.

Mariano Antônio após a fatídica morte de sua esposa, é relacionado na lista de empregados de 1832, junto com outros degredados.⁶⁹⁶ Ao que parece, Mariano Antônio, viúvo e sem filhos, deixou Guarapuava em busca de novas oportunidades; sua pena de 10 anos de degredo tinha finalizado e agora estava livre para decidir seu futuro. Na relação de 1833, seu nome não é mais relacionado como degredado empregado nos trabalhos daquele povoado.⁶⁹⁷

De todo modo, essas relações tecidas com o compadrio permitiram que esses degredados tivessem uma pequena ascensão social e a obtenção de alguns ganhos econômicos, conforme já apontamos no texto. Dadas as devidas proporções, o simples fato de se casarem com as mulheres indígenas, a constituição de famílias e a instrumentalização do seu trabalho representavam uma certa autonomia nas suas opções tão limitadas de sobrevivência.

3.3 Francisco Luiz Tigre Gacom e suas redes de compadrio e parentesco

A exemplo de outras lideranças indígenas que estiveram em Guarapuava, Francisco Gacom não foi padrinho de batismo, nem testemunha das uniões matrimoniais entre as várias camadas sociais residentes naquele território. Embora estivesse junto aos Kaingang aldeados, com residência no rocio da freguesia e, depois de 1852, vila de Guarapuava, Francisco Gacom não era uma das preferências dos indígenas para exercer tal função social e espiritual, tecidas

⁶⁹⁴ PRESTES, Francisco de Paula. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuava. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 25v.

⁶⁹⁵ LOURES, Antônio da Rocha. **Ofício.** Presidente da Província de São Paulo. 26 de outubro de 1830. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

⁶⁹⁶ LOURES, Antônio da Rocha. **Lista dos empregados nesta expedição de Guarapuava e povoadores existindo nesta povoação aos 30 de março de 1832.** AESP, caixa 230, ordem 1025, documento 7.

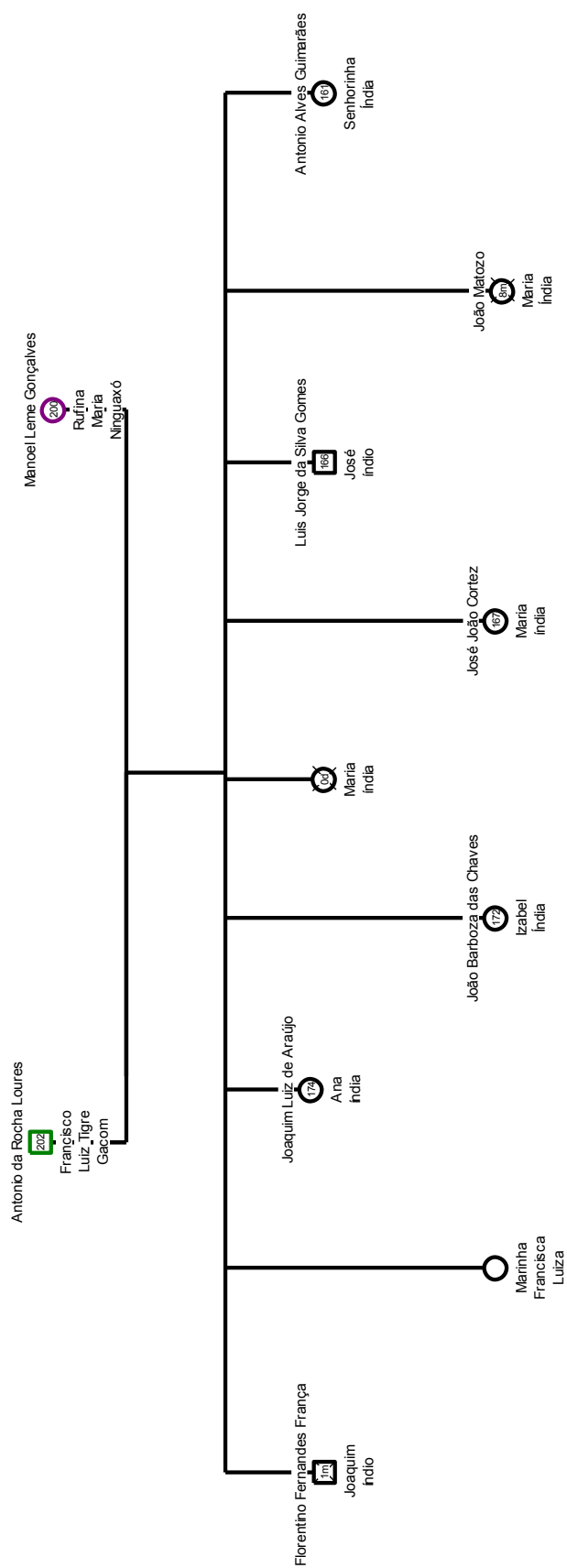
⁶⁹⁷ LOURES, Antônio da Rocha Loures. **Relação dos empregados, povoadores, índios e degredados nesta povoação de Guarapuava, janeiro de 1833.** AESP, caixa 230, ordem 1025, documento 18.

pelo compadrio. Essa dinâmica, não foi exclusivamente sua, lideranças como Vitorino Facxó Condá e José Caicang também não compareceram à igreja para apadrinhar algum indígena.

Essa parece ser a lógica praticada por seu pai, Luiz Tigre Gacom. Na época, ainda não tinha assumido a direção dos Kaingang aldeados, nem tinha sido atribuído o título de “capitão dos índios”, quando escolheu para apadrinhar seu filho, Francisco Gacom, o comandante interino da expedição, capitão Antônio da Rocha Loures. O vínculo social almejado por Luiz Tigre Gacom escolhendo o chefe máximo no povoamento, se fortaleceu ainda mais na pia batismal quando o pequeno Kaingang recebeu o nome de Francisco, que também era nome de um dos filhos de seu compadre. A madrinha de Francisco Gacom foi a esposa de Rocha Loures, Dona Joana Maria de Lima. Com a morte de Luiz Tigre Gacom, em 1825, é bem provável que Francisco Gacom tenha se aproximado mais de seus padrinhos espirituais de modo a fortalecer essas relações sociais. Em parte, isso funcionou como uma estratégia de sobrevivência, uma necessidade emergente que desencadeou, por parte da família de Rocha Loures, um cuidado maior para com seu afilhado, de maneira que lhe ensinaram a falar a língua portuguesa e também a ler e escrever.

Se Francisco Gacom não compareceu à igreja para exercer o papel social de padrinho de algum indivíduo, ele pôde escolher quem seriam os padrinhos de seus nove filhos. Destes, apenas dois não tivemos condições de identificar quem eram seus padrinhos, por não existirem documentos que provassem o batismo; também, por existir apenas o registro de óbito. Vejamos a figura abaixo onde consta o seu núcleo familiar:

Figura 18: Padrinhos dos filhos de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó



Fonte: LB/PNSBG (Elaborado pelo autor)

O primeiro filho de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó foi Joaquim, batizado no dia 6 de agosto de 1843, na igreja de Nossa Senhora de Belém, com pouco mais de um mês de vida. Seus padrinhos foram o casal Florentino Fernandes França e Francisca Maria de Lima.⁶⁹⁸ Com o batismo de seu filho, Francisco Gacom amplia sua rede de relacionamentos, escolhendo como padrinho de seu filho uma família cuja fonte de sustento advinha da criação de animais e rendimentos no plantio de cereais. Na lista de habitantes de 1835, Florentino está com 35 anos, possui um prédio no rocio da freguesia com sua esposa Francisca e com os filhos, Maria, Manoel, Rosa, Antônio, Jesuíno, Joaquim e Semsia, respectivamente, 15, 11, 9, 7, 5, 4 e 3 anos. Naquele ano, Florentino declarou que havia plantado 3 alqueires de milho, possuía 8 cavalos, 10 vacas e 5 porcos.⁶⁹⁹ Além dessas atividades, Florentino sabia ler e escrever, tinha, então, um capital social raro em meio à população local. Esse aspecto diferenciador pode ter sido um dos critérios estabelecidos por Francisco Gacom na escolha dos seus compadres, além de residirem no mesmo quarteirão do rocio, local onde provavelmente suas famílias se encontravam quase diariamente.

No rol de desobriga quaresmal de 1842, houve pouca modificação nas descrições das informações anteriores, com o acréscimo de uma agregada, de nome Escolástica Maria de Jesus, viúva e mãe de Florentino.⁷⁰⁰ No censo de 1853, Francisca Maria de Lima é relacionada como viúva, residindo no quarteirão do Jordão.⁷⁰¹ Alguns anos depois, com a obrigatoriedade de que os povoadores apresentassem aos padres, em suas respectivas paróquias, as suas posses, Francisca se declarou, no dia 22 de março de 1853, possuidora de duas propriedades recebidas por herança de seu falecido marido, Florentino. A primeira era um pedaço de terra destinada para a criação de animais na localidade do Jordão, tendo por medidas $\frac{1}{4}$ de légua de comprimento por $\frac{1}{2}$ de largura. Ou seja, 2.964 ha de terras. Declarou que havia, ainda, uma porção de terra recebida por herança de seu pai, mas que não tinha as medidas e seus limites por estar em processo de partilha com seus irmãos.⁷⁰²

Antes do nascimento de Joaquim, Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tiveram outra filha de nome Marinha Francisca Luiza. Infelizmente, não encontramos o registro de seu batismo. A primeira informação que temos de sua existência vem do rol de paroquianos de 1842, em que ela é relacionada junto com Alexandrina de 7 anos, Marinha com 3 e Joaquim

⁶⁹⁸ LIMA (a), Op. cit., f. 82v.

⁶⁹⁹ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁷⁰⁰ ARAÚJO (a), Op. cit., n° 25.

⁷⁰¹ ARAÚJO (b), Op. cit. n° 329.

⁷⁰² DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 86.

falecido.⁷⁰³ Levando em consideração que eles se casaram em 25 de abril de 1843, conforme os preceitos do catolicismo, sabemos que eles já mantinham uma relação anterior ao casamento e Marinha era fruto dessa relação. Situação diferente para Alexandrina, relacionada como sendo filha do casal, com 7 anos de idade. Ela era apenas filha de Rufina. Logo à frente, trataremos mais desse assunto. Importa manifestar, aqui, o quanto foi difícil identificar cronologicamente os passos dados pelos Kaingang na freguesia, no período pós-saída do padre Chagas, em 1828, até a chegada do padre Braga de Araújo, 1842. Quando tais informações não constam no livro de batismos, buscamos completar essas lacunas com o auxílio de outros documentos, como os levantamentos populacionais daquele período. Essa metodologia tem nos auxiliado em grande parte dessas situações, em que há ausência de informações nos livros de sacramento.

O padrinho da terceira filha de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó foi Joaquim Luis de Araújo e sua esposa, Maria Candida. De acordo com informações da lista de habitantes de 1835, Joaquim tinha 31 anos de idade, pardo e era livre. Morava com sua esposa no rocio da freguesia, onde possuía um prédio rústico. Nessa lista, Maria Candida foi descrita como sendo indígena. O casal declarou ter seis filhos, Jesuíno, João, Antônio, Claudiano, Maria e Antônio, respectivamente, 9, 8, 7, 4, 3 e 1 ano de idade. Além de sua família, tinha como agregados em seu domicílio Ana Francisca, com 49 anos, Luiz, com 1 ano; Veridiana, com 30 anos, e Ana Batista, com 29. Todos eles eram indígenas. Como atividade econômica, Joaquim declarou que, para aquele ano, havia plantado 5 alqueires de milho, 7 de feijão, possuía 5 cavalos, 13 vacas e 3 mulas.⁷⁰⁴ Na lista de 1840, Joaquim exerce, além das atividades anteriores, a função de Jornaleiro. Na situação de agregado apenas Ana Francisca permanece junto à família e há a descrição de que todos os seus filhos são mulatos.⁷⁰⁵

No rol de desobriga de 1842, Joaquim e sua família aparecem como residentes no 2º quarteirão da freguesia, no bairro do Morro Alto. Em relação aos filhos Jesuíno, João, Antônio, Claudiano, Luis, são relacionadas mais duas filhas, Maria da Conceição, com 8 anos, e Maria de Nazareth, com 5 anos.⁷⁰⁶ No rol de paroquianos de 1863, Joaquim Luis está com 60 anos, viúvo, residindo no 5º quarteirão denominado de Charquinho. Em seu domicílio residem ainda seus filhos, Jesuíno, agora com 32 anos, João com 29 anos, Antônio com 28 e Claudiano com 27, todos solteiros.⁷⁰⁷

Ao longo de sua vida em Guarapuava, Joaquim Luis, mesmo carregando o estigma da

⁷⁰³ ARAÚJO (a), Op. cit. n° 101.

⁷⁰⁴ Lista de habitantes de 1835, Op. cit.

⁷⁰⁵ ARAÚJO (b), Op. cit. n° 65.

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ ARAÚJO (c), Op. cit. n° 400.

cor, constituiu uma família e obteve uma pequena ascensão, exercendo o trabalho de jornalista, além de ganhar algum dinheiro com os cereais que plantava e os animais que tinha em sua propriedade. Embora, as condições sociais não permitissem um espaço maior para esses pobres livres, Joaquim Luis conseguiu, ao longo de sua vida acumular algumas propriedades, ao declarar, em 1855, ao padre Braga de Araújo, por procuração emitida em nome de Fortunato José Carvalho e Lima, possuir duas propriedades. A primeira não muito distante do rocio, no lugar denominado de Rincão das Palmeiras no bairro Charquinho, por posse primária, uma légua quadrada de campos de criar. Esse terreno, ao converter para as medidas da época equivaleria a 6,6 km² ou 4.356 hectares de terra. A segunda propriedade ficava localizada um pouco mais distante do rocio, no lugar denominado de Tijuco Preto, além do Rio das Mortes; uma terra de capoeiras com 9 alqueires para plantio de milho e que tinha adquirido por cultura e posse.⁷⁰⁸

Sobre os padrinhos de Izabel, João Barboza das Chaves e Barbara Gatan, já apresentamos suas trajetórias neste capítulo, do mesmo modo, a respeito dos padrinhos de sua filha Maria, batizada em abril de 1851, José João Cortez e Beatriz Herimó. Entre o nascimento de Izabel, ocorrido em 1846, e de Maria, em 1851, Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tiveram outra filha, também nomeada de Maria, nascida no dia 24 de março de 1849. Não sabemos ao certo se ela nasceu com alguma enfermidade. Sabemos, por meio de seu registro de óbito, que ela faleceu no mesmo dia de seu nascimento. Como foi uma morte repentina, não houve tempo para escolher os seus padrinhos.⁷⁰⁹

No ano de 1851, Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tiveram seu sétimo filho de nome José, batizado no dia 8 de junho daquele ano. Seus padrinhos foram Luis Jorge da Silva Gomes e Gertrudes Magna Tavares de Lacerda. Não encontramos muitas informações sobre Luis Jorge anteriores ao rol de paroquianos de 1853, em que ele aparece residindo no rocio da vila de Guarapuava, com sua esposa Gertrudes Lacerda, sem filhos, mas com um pequeno plantel de 4 escravos.⁷¹⁰ No rol de 1863, o casal continua sem filhos e com o dobro de escravos.⁷¹¹ Ao pesquisar sobre outras fontes documentais, identificamos que Gertrudes Lacerda era filha de um potentado local que havia feito fortuna em Guarapuava, Bernardino José de Lacerda. Apenas como informação, Bernardino aparece no rol de desobriga de 1842, residindo no 1º quarteirão da freguesia, com sua esposa Antonia de Miranda Tavares e, 5 filhos, entre eles

⁷⁰⁸ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 48.

⁷⁰⁹ ARAÚJO (f) Op. cit., f. 37v.

⁷¹⁰ ARAÚJO (b), Op. cit., n° 43.

⁷¹¹ ARAÚJO (c), Op. cit., n° 53.

Gertrudes, e com um plantel de 10 escravos. Só pelo número de escravos, já podemos imaginar o tamanho da riqueza de Bernardino que, em 1835, declarou possuir uma casa rústica no rocío da freguesia, onde morava com sua família, e uma fazenda administrada por um capataz de nome Marcelino, sendo que tinha 25 cavalos, 20 vacas, 6 porcos e uma mula. Plantou, naquele ano, 60 alqueires de milho e 6 alqueires de feijão.⁷¹²

Mais tarde, com a obrigatoriedade de os povoadores declararem suas propriedades, Bernardino declarou possuir uma fazenda de criar e logradouros, na localidade de “Porcos”, com extensão de 3 léguas. No mesmo documento, disse que tinha ainda uma segunda propriedade nos campos da “igrejinha”, adquirida por compra e ainda não dividida.⁷¹³ Em outra declaração, disse ter uma área de campos por posse no lugar denominado Barra Alegre ou São Francisco, cujas medidas eram $\frac{3}{4}$ de légua de cumprido e 500 braças de largura.⁷¹⁴

Para apadrinhar sua oitava filha, Maria, batizada no dia 4 de fevereiro de 1855, Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó escolheram o casal João Matozo e Angelica Maria de Oliveira.⁷¹⁵ Buscando informações sobre a trajetória de João Matozo, identificamos que ele teve alguns ganhos econômicos ao longo de vida em Guarapuava. A primeira informação a seu respeito é a de que ele era agregado do capitão Antônio da Rocha Loures, em 1842.⁷¹⁶ No rol de 1853, João Matozo é relacionado residindo no 2º quarteirão da vila, casado com Angelica e com 2 filhos.⁷¹⁷ No rol de 1863, eles continuam casados a declaram que têm 6 filhos.⁷¹⁸

Entretanto, o que mais nos chamou atenção foi que no dia 5 de maio de 1855, João Matozo compareceu perante o padre Braga de Araújo, para declarar ser dono de uma área de $\frac{1}{2}$ alqueires de planta de milho, adquirido por posse primária na região denominada de “Pinheiro Torto,” distante 2 léguas da vila de Guarapuava.⁷¹⁹ Como não sabia ler nem escrever, teve como declarante o senhor José Jacintho da Rocha Abreu.

Por fim, não menos importante, chegamos ao registro de batismo de sua última filha, nomeada de Senhorinha, batizada no dia 16 de maio de 1857. Seus padrinhos foram Antônio Alves Guimarães e Ana Ferreira da Cruz.⁷²⁰ Não encontramos muitas informações a respeito dos padrinhos de Senhorinha, mas o que achamos já nos oferece uma ideia das estratégias de Francisco Gacom ao convidá-lo para ser padrinho de sua filha. De acordo com o rol de

⁷¹² LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁷¹³ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 114.

⁷¹⁴ Idem, p. 115.

⁷¹⁵ ARAÚJO (f), Op. cit. f. 154.

⁷¹⁶ ARAÚJO (a), Op. cit. n° 1.

⁷¹⁷ ARAÚJO (b), Op. cit. n° 112.

⁷¹⁸ ARAÚJO (c), Op. cit. n° 147.

⁷¹⁹ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 127/128.

⁷²⁰ ARAÚJO (f), Op. cit. f. 162v.

paroquianos de 1863, Antônio Alves Guimarães reside com sua esposa, Ana, com mais 4 filhos e uma escrava, no rocio da vila de Guarapuava. Convivia diariamente com os potentados locais daquele povoado.

Isso não quer dizer que ele não pertencesse a esse grupo social. Muito pelo contrário, Antônio Alves Guimarães era uma das figuras mais importantes na lista de Qualificação de votantes de 1880. Aliás, o primeiro da lista tinha 46 anos, casado, trabalhava como “Empregado Público”, sabia ler e escrever e, o mais importante, que o permitia ser um dos eleitores daquele ano, possuía uma renda estimada em 1\$000.000 de réis,⁷²¹ sendo que o mínimo para exercer esse direito eram 200\$000.⁷²²

Ao analisar o conjunto de padrinhos escolhidos por Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó, identificamos que todos tinham alguma posse, uma atividade econômica estável ou a possibilidade de ganhos consideráveis junto à sociedade local. Diferentemente, do que ocorria no passado quando as lideranças indígenas escolhiam pessoas com alguma patente militar, Francisco muda sua estratégia ao escolher pessoas que não são ligados a esse grupo social. Vale a pena acrescentar que essas pessoas ligadas pelos laços de compadrio com a família de Francisco Gacom, residiam próximas umas das outras no rocio da freguesia e, depois, vila de Guarapuava.

Esse convívio diário com a sociedade local pode ter sido um dos motivos para que eles fossem padrinhos dos seus filhos. Não podemos descartar a hipótese de que Francisco Gacom tenha estabelecido outro tipo de relação com eles, trabalhando em jornadas diárias nas suas lavouras. De todo modo, Francisco Gacom buscou formas de aproximação com essas pessoas nas relações construídas por meio do compadrio. Fazer parte desse círculo de amizades representava, para Francisco Gacom a possibilidade de obter alguns favores para suas demandas.

Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tiveram, ao longo de sua trajetória, nove filhos. Destes, três deles faleceram ainda crianças, a saber: Joaquim, Maria e Maria. Em relação à Ana, Maria José e Senhorinha, não encontramos informações sobre a trajetória deles na vila de Guarapuava, além das últimas informações do rol de 1863, em que José está com 13 anos, Ana com 19, Senhorinha com 8 anos de idade. Nesse mesmo documento, surge um novo filho chamado de João, com 2 anos de idade.⁷²³ Não sabemos ao certo se João recebeu o sacramento do batismo, afinal, não encontramos seu registro no livro competente. Entretanto, acreditamos

⁷²¹ ARAÚJO (g), Antônio Braga de. **Lista de Qualificação de Votantes de 1880**. Arquivo Público do Paraná. 1880, f. 8.

⁷²² MARCANTE, Op. cit., p. 100.

⁷²³ ARAÚJO (c), Op. cit., nº 121.

que a relação de Francisco Gacom com o padre Braga de Araújo andava um pouco estremecida, pois, de todos os nove filhos, três deles haviam sido batizados em casa e depois foram confirmados pelo padre em cerimônia perante a sociedade local. Não encontramos os registros de batismo de Marinha e João.

Tabela 39: Filhos de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Joaquim	06/08/1843-1mês + 28/08/1843	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	Florentino Fernandes França e Francisca Maria Lima
Ana	09/06/1844- s/idade	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	Joaquim Luiz de Araújo e Maria Candida
Izabel	08/12/1846-1 mês	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	João Barboza das Chaves e Barbara Gatan
Maria	24/03/1849 + 24/03/1849	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	-
Maria	09/07/1851- 3meses	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	José João Cortez e Antonia da Rocha (liberta)
José	08/06/1852-8dias	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	Luiz Jorge da Silva Gomes e Gertrudes Magna Tavares de Lacerda
Maria	04/02/1855-5dias + 26/10/1855	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	João Matozo e Angelica Maria de Oliveira
Senhorinha	16/05/1857- 27dias	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	Antônio Alves Guimarães e Ana Ferreira da Cruz
Marinha Francisca	-	Francisco Luiz Tigre Gacom e Rufina Maria Ninguaxó	-
João	-	-	-

Fonte: LB-LO/PNSBG (Elaborado pelo Autor)

Francisco Gacom além de possuir uma residência no rocio da freguesia, desde o rol de paroquianos de 1842, também era relacionado junto aos Kaingang aldeados. Essas informações apontam para uma autonomia no seu modo de viver, sem perder o convívio com os seus parentes e amigos, residentes no 2º quarteirão da vila, no bairro do Morro Alto. Situação semelhante também acontecia com José Caicang, com uma residência próxima a Francisco Gacom e, também, relacionado na lista dos aldeados. Ou seja, ambos participavam ativamente da dinâmica social próxima à sociedade local e tinham um certo controle sobre os Kaingang aldeados.

De todo modo, no rol de paroquianos de 1842, identificamos que Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó tinham uma menina, de nome Alexandrina, com 7 anos, descrita como sendo filha do casal. Entretanto, Alexandrina era apenas filha de Rufina. Essa informação foi confirmada com o registro de casamento de Alexandrina com o Aleixo Caimbry, no dia 7 de dezembro de 1850. Na ata, o padre Braga de Araújo anotou que Aleixo era filho de pai incógnito

e de Felícia Veimocá, irmã de Andreza Grendoró, portanto, prima de segundo grau de Alexandrina, filha de pai incógnito e de Rufina Maria Ninguaxó.⁷²⁴

Mesmo que os Kaingang aldeados tenham tido uma larga convivência com a sociedade local, sendo constantemente doutrinados pelo catolicismo, eles não haviam abandonado sua forma de organização social. Respeitavam a regra da descendência patrilinear e o casamento com sua metade oposta. Viviam, sim, um processo de transformação, buscando formas de sobrevivência específica, mas, sempre que a ocasião exigia, suas características culturais ficavam evidentes.

Aleixo e Alexandrina tiveram cinco filhos, três deles faleceram precocemente com poucos dias de vida. A tabela abaixo ilustra essa realidade:

Tabela 40: Filhos de Aleixo Caimbry e Alexandrina

Nome	D. Batismo/idade	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos
Bernardino	12/10/1852-15dias	Aleixo Caimbry e Alexandrina Maria	Francisco José da Costa e Matilde Florinda
Joaquim	17/01/1857-22dias + 19/01/1857	Aleixo Caimbry e Alexandrina Maria	Germano Pereira do Valle e Maria Joana de Sampaio
Manoel(Gêmeos)	06/10/1858-45dias + 18/10/1858	Aleixo Caimbry e Alexandrina Maria	Antônio Alves Guimarães e Ana Ferreira da Cruz
Joaquim(Gêmeos)	08/10/1858-47dias + 22/11/1858	Aleixo Caimbry e Alexandrina Maria	Manoel Luis de Souza e Belizaria Ferreira de Faria e Souza
Francisca	04/05/1865-15dias	Aleixo Caimbry e Alexandrina Maria	José Antônio de Almeida e Maria Angelica Ribeiro

Fonte: LB-LO/PNSBG – (Elaborado pelo autor)

Durante o tempo em que Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó permaneceram em Guarapuava, encontramos apenas um registro em que ela foi madrinha de batismo. O batismo ocorreu no ano de 1864, conforme descrição abaixo:

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil oitocentos e sessenta e quatro, nessa matriz da vila de Guarapuava baptisei sub conditione (por ter sido batizada em casa e eu duvidar sua validade), pus os santos oleos a Gertrudes inocente, nascida em vinte e nove de setembro, do mesmo ano, filha de João Silvestre Ribas e de sua esposa Izabel Pereira Luiza, índia, ambos naturais desta parochia. Forão padrinhos Manoel Silvestre Ribas, casado, e Rufina Maria Ninguaxó, índia, mulher de Francisco Luiz Tigre Gacom. Todos desta mesma parochia. E para constar faço este assento. O cônego vigário Antônio Braga de Araújo.⁷²⁵

Ao cruzar as informações dos nomes com outros documentos, descobrimos que Manoel

⁷²⁴ ARAÚJO (e), Op. cit., f. 52v.

⁷²⁵ ARAÚJO (f), Op. cit. f. 194v.

Silvestre Ribas era pai de João Silvestre Ribas e Rufina Ninguaxó, mãe de Izabel Pereira, portanto, eram avós de Gertrudes. Esse é o primeiro registro de batismo em que os padrinhos, de todos analisados aqui na tese, possuem um grau de parentesco muito próximo assumindo a responsabilidade social de padrinhos de sua neta. Diante dessa informação, encontramos o registro de casamento de João Silvestre e Izabel Pereira, ocorrido no dia 26 de julho de 1862, em cerimônia presidida pelo padre coadjutor, Francisco José Correa de Bittencourt. As testemunhas dessa união foram Miguel Gonçalves de Campos e João Baptista de Campos. Ambos residiam no quarteirão do Morro Alto.⁷²⁶

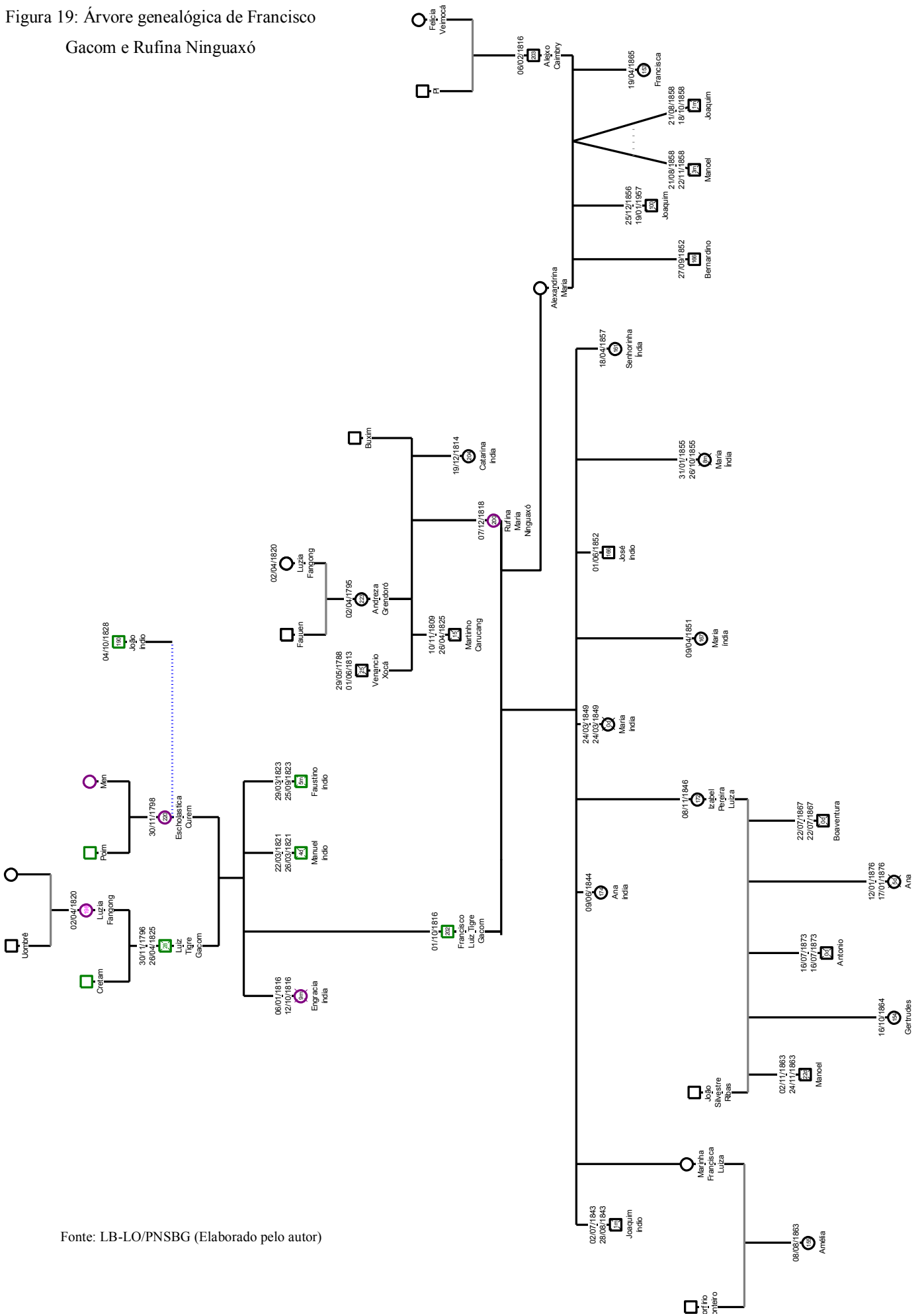
Naquele mesmo ano, passados alguns meses, outra filha de Francisco Gacom, Marinha Francisca Luiza, uniu-se, matrimonialmente, com Porfírio Monteiro. Este, conforme a ata de casamento, tinha sido um Exposto no Bairro do tronco, distrito de Castro, em Casa de Joaquim João Monteiro. Porfírio e Marinha casaram-se no dia 6 de setembro de 1862. Tiveram como testemunhas dessa união o mesmo João Baptista de Campos e Jacintho Fernandes dos Santos.⁷²⁷

Diante dessas informações, começamos a montar a trajetória da família de Francisco Gacom, agora, com seus filhos, genros e netos, no propósito de identificar com quais camadas sociais seus filhos estabeleceram vínculos familiares.

⁷²⁶ BITTENCOURT, Francisco José Correa. **Livro de Assentos de Casamento n. 1**. Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 124.

⁷²⁷ Idem, f. 125.

Figura 19: Árvore genealógica de Francisco Gacom e Rufina Ninguaxó



Fonte: LB-LO/PNSBG (Elaborado pelo autor)

Não conseguimos encontrar as origens de Manoel Silvestre Ribas, em Guarapuava, muito embora saibamos que havia uma intensa movimentação de pessoas de outras regiões chegando à freguesia a procura de trabalho e acesso a um pedaço de terra. Pode ser que ele tenha chegado com essa intenção e pouco avançou em suas ambições. No rol de paroquianos, de 1842, consta que ele reside no 1º quarteirão do rocio da freguesia, casado com Maria Joaquina e sem o registro de que tinham filhos. Essa lista é a única que não foi organizada em ordem alfabética, o que nos leva a pensar que a relação de moradores daquele ano foi organizada de acordo com a disposição das casas e seus respectivos donos. Se nossa hipótese estiver certa, Manoel Silvestre Ribas tinha como vizinho Francisco Gacom.⁷²⁸

No rol de desobriga quaresmal, de 1853, o padre Braga de Araújo relaciona os filhos de Manoel Silvestre e Maria Joaquina, começando com Pedro, João, Manoel, Joaquim, Gertrudes e Ana, respectivamente, com 10, 6, 5, 3, 8 e 1 ano. Ao que parece, Maria Joaquina era a segunda esposa de Manoel, pois, nessa lista, ela é citada com 25 anos e Manoel com 52.⁷²⁹ Entre esse ano até a feitura do rol de 1863, Manoel Silvestre declarou, perante o vigário da vila de Guarapuava, padre Braga de Araújo, que tinha uma casa de sítio com quintal no bairro do Morro Alto. Essa propriedade tinha sido concedida pela câmara municipal, conforme pedido realizado pelo mesmo.⁷³⁰ Desconhecemos quais eram as medidas ou os confrontantes desse sítio. Na declaração, essa informação foi omitida pelo declarante Ignácio Manoel de Andrade, pois Manoel Silvestre não sabia ler nem escrever.

No rol de paroquianos, de 1863, Manoel Silvestre está com 64 anos e sua esposa, Maria Joaquina com 34. Junto à sua moradia, ainda permanecem seu filho, Pedro, com 22 anos, João com 17 (mas com observação de que casou), Manoel com 15; Joaquim, com 13; Antônio, com 6; Ana, com 12; Maria, com 11, e Idalina, com 4 anos.⁷³¹ Eles continuam residindo no bairro do Morro Alto, provavelmente, nas terras que haviam sido concedidas nos anos anteriores pela câmara municipal.

João Silvestre, agora casado com Izabel Pereira, mudou-se para mais próximo de seu sogro, Francisco Gacom, residente no 2º quarteirão da vila. No mesmo rol de 1863, João aparece com duas idades diferentes. No domicílio de seu pai, ele está com 17 anos, quando é relacionado como chefe do domicílio, de nº 158, João Silvestre Ribas está com 23 anos, casado com Izabel Pereira Luiza, de 16 anos, com sua filha Gertrudes.⁷³²

⁷²⁸ ARAÚJO (a), Op. cit., nº 107.

⁷²⁹ ARAÚJO (b), Op. cit., nº 296.

⁷³⁰ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 247.

⁷³¹ ARAÚJO (c), Op. cit., nº 322.

⁷³² Idem, nº 158.

Francisco Gacom convivia diariamente com vários segmentos sociais na vila de Guarapuava, no 2º quarteirão naquele ano de 1863. Próximo ao seu domicílio, morava um degredado de nome Francisco Preto, José João Cortez e Beatriz Herimó, João Matozo, Guarda Nacional, João Barboza das Chaves e Barbara Gatan, Joaquim Leite Fernandes e Ana Arexó, Manoel Batista Bello, Francisco Ferreira da Rocha Loures, Lourenço Pinto Cavalheiro e Fabiana Cupiry, seu outro genro, Porfírio Monteiro, casado com Marinha, Aleixo Caimbry e Alexandrina, e, para finalizar esse mosaico de pessoas pertencentes a camadas sociais diversas, Francisco Gacom também tinha como vizinho João Manoel Carneiro de Bastos, homeopata. Ele era casado com Ana Marceonilla de Abranches Bastos. Tinham, em seu domicílio, três filhos, a saber: Augusto, com 11 anos; Maria, com 14, e Pradellina, com menos de um ano.⁷³³

Gostaríamos de sinalizar o argumento do pesquisador Rogério Rosa de que os Kaingang passavam por um processo de transformação na sua organização social, com mudanças significativas em sua religiosidade.⁷³⁴ De acordo com esse pesquisador, houve um declínio do complexo Kujã nesse período e, como consequência dessa convivência mais diária com os povoadores, proporcionou-se a incorporação de novos elementos religiosos como o caboclisto no complexo xamânico.⁷³⁵ Essas pessoas vinham de várias regiões e até mesmo de outros países com suas crenças e rituais e apresentavam essas novidades para eles. É bem possível que tais práticas religiosas populares tenham provocado um distanciamento de sua cosmologia e do catolicismo.

Um exemplo concreto dessa nova situação são os batismos dos filhos de Francisco Gacom. Dos cinco filhos que ele teve, três foram batizados em casa e depois levados até a igreja para que o padre realizasse o sacramento em condições com pouca chance de sobrevivência. As ausências de alguns registros de batismo podem ter sido exatamente porque essas pessoas não procuravam mais os sacramentos católicos. O relato de que, próximo ao núcleo familiar de Francisco Gacom, existia alguém com conhecimentos homeopáticos, é indicativo de que essa pessoa tinha conhecimentos de cura, mas também, poderia ter conhecimentos religiosos, vinculados à cultura popular.

Ao longo deste capítulo, buscamos mostrar que a instituição do compadrio, no seu modo de vida, foi incorporada muito rapidamente pelos Kaingang. Quando eles perceberam que o alcance do compadrio poderia ser bem mais compensador do que simplesmente alimentar uma relação espiritual, eles a incorporaram, em suas estratégias de sobrevivência, incluindo outras

⁷³³ ARAÚJO (c), Op. cit., nº168.

⁷³⁴ ROSA, Op. cit..

⁷³⁵ Idem, p. 220.

camadas sociais que compunham à sociedade local. Os ganhos não eram apenas econômicos, o que, de fato, pouco constatamos ao longo da análise documental, mas sim, a constituição de uma ampla rede de solidariedades sociais era construída pelos Kaingang.

Essa dinâmica social foi fundamental para que, a partir de 1850, grupos indígenas empreendessem constantes conflitos e ameaças aos potentados locais, para que devolvessem as terras do antigo aldeamento de Atalaia aos Kaingang residentes na vila de Guarapuava. As relações sociais, construídas por meio do compadrio, as redes de relacionamento, tecidas por Francisco Gacom, naquele povoado, com os potentados locais e indivíduos de outras camadas sociais, foram fundamentais para que ele, acompanhado de familiares, pobres livres e outros Kaingang iniciasse um longo e penoso caminho pela recuperação das terras do antigo aldeamento de Atalaia, a partir da segunda metade do século XIX.

Sendo assim, o próximo capítulo tem por objetivo discutir e analisar as estratégias dos Kaingang para reaver essas terras; também quais foram os desdobramentos dessa luta no âmbito das relações locais e regionais, entre Kaingang, potentados locais e autoridades provinciais. Os caminhos percorridos por Francisco Gacom demonstram que as relações construídas ao longo do século XIX, em Guarapuava, foram fundamentais para que houvesse uma transformação nas ações políticas, a partir do momento em que a ameaça iminente de perda de territórios colocava em risco a sobrevivência de si e de seu grupo.

4 ALIANÇAS CONSTRUÍDAS E OS EMBATES PELA POSSE DAS TERRAS DO ALDEAMENTO DE ATALAIA

Ilmo^o. e Exm^o Senhor. Existe perto desta, contiguo a terrenos do rocio da mesma uma área de terrenos agrícolas(capoeiras), cuja extensão orçara em 16 alqueires reservada outrora pelo comandante da Colonia de Guarapuava, Capitão Rocha para servidão dos índios Catechumenos.⁷³⁶

Em 1880, os membros da Câmara Municipal de Guarapuava encaminhavam um ofício ao presidente da Província do Paraná, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, solicitando esclarecimentos sobre o destino dos 16 alqueires de terras reservadas aos Kaingang de Guarapuava. Eles queriam saber se poderiam ser incorporadas ao patrimônio do município e se a câmara poderia conceder, em pequenas partes, as terras para outras pessoas que pediam autorização para construção de suas casas próximas ao rocio da vila. Esse documento foi encaminhado no ano seguinte à transferência dos Kaingang residentes na vila de Guarapuava para o novo aldeamento imperial denominado Marrecas, espaço demarcado próximo ao rio Ivaí.

Os camaristas tinham conhecimento das leis que regulamentavam o acesso e a forma de aquisição de terras nesse período, conforme determinações contidas na Lei de Terras de 1850, e de seu Regulamento de 1854, mas pairavam algumas dúvidas quanto à competência jurídica sobre os terrenos que não eram “propriamente” devolutos, conforme aceção de Ligia Osório Silva. De acordo com suas observações, o termo devoluto gerava muitas dúvidas quanto à sua real definição, embora com o advento da Lei de Terras, houvesse um ajustamento no “significado do termo para poder aplicá-lo ao caso brasileiro: sobretudo, questionava-se a competência do poder público em legislar sobre terrenos que não eram ‘propriamente’ devolutos.”⁷³⁷

O ponto nevrálgico dessa disputa estava justamente na origem do termo devoluto, afinal, algo só poderia ser devolvido, se houvesse um documento provando a posse do terreno anteriormente. Se essas terras não fossem aproveitadas para a criação de animais e no plantio de alimentos, os terrenos retornavam para quem as tinha destinado. Nesse caso, sobre os 16

⁷³⁶ **OFÍCIO.** Ofício enviado ao Presidente da Província do Paraná Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Guarapuava: 06/07/1889. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava (ACMG).

⁷³⁷ SILVA, Ligia Osorio. Terras devolutas e latifúndio. Op. cit., p. 44.

alqueires reservados aos Kaingang, não havia documento que atestasse que eram de posse deles. Ao que parece, Antônio da Rocha Loures destinou esse terreno para os indígenas, mas não os documentou. Essa dúvida fez com que as autoridades locais de Guarapuava buscassem orientações junto às autoridades provinciais, afinal, essas terras haviam sido “reservadas” para os Kaingang, quando a freguesia de Guarapuava ainda pertencia à província de São Paulo.

O documento nos colocava uma série de questões que remontavam ao processo de ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava, iniciado em 1810, com a chegada da real expedição, mas, especialmente, sobre o que teria ocorrido com as terras doadas por sesmaria aos Kaingang, aldeados em 1818. Ao longo da tese, apresentamos, por meio de uma intensa análise documental, a trajetória dos Kaingang junto à sociedade local, reconstruímos algumas trajetórias individuais, objetivando demonstrar as estratégias de sobrevivência e as transformações sociais pelas quais os indígenas tiveram que atravessar ao longo do século XIX.

Tais transformações ocorreram, em grande parte, a partir do convívio com diferentes grupos sociais, com a incorporação ao seu modo de vida de práticas religiosas, especialmente, das relações tecidas com o fortalecimento das solidariedades sociais por meio do compadrio. Como resultado dessas interações sociais, identificamos que os indígenas criaram formas específicas de sobrevivência, ora como residentes no rocio da vila, junto aos potentados locais, mas também convivendo com outros grupos residentes naquele espaço, pobres livres, degredados, escravos e libertos. Toda essa dinâmica populacional proporcionou um conjunto de transformações e o fortalecimento do seu modo de vida, com especial atenção para seus territórios tradicionais.

Embora algumas famílias indígenas tivessem casas no rocio, convivendo diariamente com os potentados locais, outras famílias residiam em lugares próximos, como no bairro do Morro Alto, apresentado no capítulo anterior como o local de permanência dos Kaingang. Mesmo que esses grupos percorressem extensas áreas territoriais e convivessem com estratos sociais diversos, eles tinham vínculos sociais concretos com essas pessoas, fossem pelo parentesco alimentado pelo seu modo de vida tradicional ou pelos laços do compadrio, vínculo incorporado ao seu sistema social através do catolicismo.

De todo modo, identificamos, na documentação, que alguns personagens indígenas se destacaram em meio àquela sociedade local, assumindo, em alguns casos, posições sociais não muito comuns para os Kaingang naquele período. Esse é o caso para Francisco Gacom, filho do segundo “capitão dos índios” do aldeamento de Atalaia, Luiz Tigre Gacom, que, em consequência das relações construídas com o compadrio e convívio com a sociedade local, obteve alguns ganhos econômicos e sociais ao assumir posições políticas importantes na vila

de Guarapuava.

Embora Francisco Gacom, durante muito tempo, tenha permanecido em situação apática quando as autoridades locais informavam aos seus superiores sobre a convivência deles com os Kaingang, muitas vezes, solicitando dinheiro para comprar roupas e objetos, ou relatando os conflitos com alguns grupos contrários ao processo de assimilação, Gacom traçava algumas estratégias de sobrevivência, fortalecendo suas redes de relações ao convidar pessoas com algum grau de importância junto à sociedade local para apadrinhar seus filhos.

Em outro ponto, Francisco Gacom alimentava uma ampla rede de relacionamento com os potentados locais e até mesmo com lideranças indígenas de outras regiões. Ele tinha influência e sua presença era bem aceita por esses grupos, demonstrando, dessa maneira, que a sociabilidade Kaingang passava por estágios de transformação, que as estratégias de luta também faziam parte desse processo e o caminho mais sensato para garantir a execução dos direitos indígenas tinha que ser pelos regramentos imperiais. Nesse sentido, o debate evidenciado nesse capítulo, é o de mostrar os espaços sociais por onde Francisco Gacom transitou, as pessoas com as quais ele teve algum tipo de relação, de aproximação ou de conflito, mas também é uma discussão sobre a luta pela posse de territórios no século XIX.

Para confirmar essa assertiva, organizamos o capítulo, analisando diferentes etapas de sua vida política como um legítimo chefe indígena, por suas ações e reclamações sobre o esbulho das terras do aldeamento de Atalaia e da exploração que vinham sofrendo pelos potentados locais.

É neste capítulo que aprofundamos a trajetória de Francisco Gacom, apresentando-o como uma liderança atenta aos problemas de invasão das terras do antigo aldeamento de Atalaia e da situação dos Kaingang perante à sociedade local. Ao se apresentar como representante das demandas indígenas, Francisco Gacom denuncia perante as autoridades provinciais, que as terras, que haviam sido destinadas para os Kaingang, tinham sido ocupadas por membros da elite local com aval das autoridades ali constituídas. Conjugando as demandas locais dos indígenas, faremos uma discussão sobre o Regulamento das Missões, sobre a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854.

Francisco Gacom, inicia uma disputa no âmbito local e regional para reaver essas terras, com base na legislação infra-citada, a qual também será objeto de justificativa de posse desses territórios pela elite local. Para justificar a ocupação desses territórios pelos potentados, a Câmara Municipal de Guarapuava se posiciona acusando Francisco Gacom de ser um “índio” civilizado, que “nunca teve comando sobre outros indígenas”, deslegitimando sua liderança perante a comunidade local e regional.

Para além dessas questões, a mobilidade e articulação política de Francisco Gacom com outras lideranças indígenas também será objeto de análise por meio das Atas da Câmara Municipal de Guarapuava. Identificamos ademais, que os membros da elite local, invasores dos campos do antigo aldeamento de Atalaia, eram descendentes dos primeiros povoadores e que alguns deles tinham laços de compadrio com os indígenas.

Embora, Francisco Gacom tenha convivido e incorporado elementos da sociedade local, ao longo de anos, isso não o desqualificou da possibilidade de se apresentar como uma liderança indígena fundamental na luta pela posse de territórios para os Kaingang. Em nossa compreensão, torna-se imperativo reconstruir as diversas fases desse processo de usurpação das terras do aldeamento de Atalaia, buscando compreender inicialmente o entendimento que temos sobre território tradicional no século XIX.

4.1 Territórios tradicionais no século XIX

Em se tratando de unidades políticas territoriais, englobando vários grupos domésticos, podemos dizer que houve uma transformação dessa forma de organização do espaço territorial dos Kaingang ao adotarem o aldeamento como mais um território político. Um espaço de trocas, de conflitos, de acordos, arranjos familiares e de constituição de um elemento novo nessas relações por meio do compadrio. Mesmo que as políticas indigenistas do período tivessem uma visão clara da funcionalidade desses aldeamentos, os Kaingang viam esse espaço de outra maneira, conforme seus próprios entendimentos. Do ponto de vista do colonizador, os aldeamentos eram vistos como um espaço onde eles poderiam obter roupas, objetos, alimentos e ferramentas.

Mesmo que essas unidades territoriais estivessem definidas antes da chegada das frentes exploratórias de ocupação do solo brasileiro, foram redefinidas tanto nos seus limites físicos quanto simbólicos. Enquanto espaço territorial, entendemos, a partir das colocações de Alcida Ramos, que:

Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – é tão importante quanto este, um recurso sociocultural.⁷³⁸

Portanto, as sociedades indígenas definem e vivem com uma concepção própria de

⁷³⁸ RAMOS, Alcida. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986, p. 13.

exploração dos recursos naturais aos quais estão interligados. Se atentarmos para o registro do nome Kaingang, coletado por Telêmaco Borba, no final do século XIX, cuja definição se aproxima a *povo do mato*, podemos afirmar, sem dúvida, que se trata de uma população que “remete à noção de um meio ambiente determinado enquanto constitutivo de sua identidade.”⁷³⁹

Nessas unidades políticas, os grupos se distribuem de forma a não interferir nos recursos disponíveis para outros grupos. Sobre esse aspecto, Fredrick Barth desenvolveu o conceito de interdependência, que consiste basicamente em três situações: a) a primeira delas diz respeito ao modo como esses grupos ocupam nichos distintos no meio ambiente natural e como entram em uma competição mínima por recursos. Nesse caso a interdependência é bastante limitada e a articulação pode ocorrer com a troca de produtos e objetos, dentro de uma perspectiva comercial ou essa relação acontece nas cerimônias e nos seus rituais; b) um segundo ponto, o qual acreditamos estar intimamente relacionado à dinâmica organizacional dos Kaingang é a necessidade de monopolizar territórios separados – o que reflete na competição por recursos naturais e na necessidade de articulações políticas ao longo das fronteiras; e, por último, c) os grupos podem ocupar nichos recíprocos, mas com estreita interdependência, com articulações que poderão ser de origem política ou econômica.⁷⁴⁰

Embora existam dúvidas quanto aos relatos produzidos por Pierre Mabilde⁷⁴¹, entre os Kaingang no Rio Grande do Sul, suas observações nos ajudam a entender esse tipo de distribuição territorial: “Logo que os coroados estabelecem seu alojamento permanente, o cacique principal ou chefe supremo das tribos subordinadas, indica os lugares que a cada tribo compete ocupar, nas matas de pinheiros.”⁷⁴²

A exploração dos recursos alimentares de um determinado lugar estava diretamente ligada à presença da *Araucaria angustifolia* – pinheiro.⁷⁴³ O cacique principal delimitava onde

⁷³⁹ TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. *Urí e Wási*. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, p. 203.

⁷⁴⁰ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STEIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 201-202.

⁷⁴¹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Mabilde e seus “Apontamentos” sobre os coroados selvagens: tentando separar informações de mistificação e preconceitos**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Grupo de trabalho: Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagem, mapas, censos e iconografia.

⁷⁴² MABILDE, Op. cit., p. 43-44.

⁷⁴³ Estudos mais recentes, vinculados ao projeto *Jê Landscapes of Southern Brazil*, cujo objetivo é compreender os padrões de assentamentos e a evolução arquitetônica dos centros funerários/cerimoniais que se desenvolveram durante a primeira metade do segundo milênio AD, pertencentes aos grupos Jê do sul, indicam que: “Estudos prévios de pólen nas terras altas do sul do Brasil (por exemplo, Iriarte e Behling 2007) mostraram um padrão consistente de expansão Holocênica tardia da floresta de *araucária*, que se correlaciona com evidências independentes de condições climáticas progressivamente mais úmidas (por exemplo, evidências de isótopos de oxigênio do espeleotema de Botuvera, Cruz et al., 2005), sugerindo um fator climático para essa expansão florestal.. Dada

cada grupo subordinado poderia extrair o fruto do pinheiro, sem que, para isso, fosse necessário entrar em outra floresta à procura desse alimento. No entanto, o grupo que, porventura, retirasse o pinhão- fruto da Araucária- de outro local, poderia desencadear um conflito. Sobre esse aspecto, Mabilde fez a seguinte descrição:

Todos os frutos[...] podem ser apanhados indistintamente, em qualquer lugar do mato, por qualquer indivíduo das tribos. O mesmo caso, porém, não se dá com o pinhão, única fruta privilegiada e de que muitos gostam. Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos em território correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que compõem as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral) em território que lhe é indicado pelo cacique principal. Este pequeno alojamento sempre se acha situado sobre um caminhozinho que segue de uma a outra tribo, geralmente passando pelo centro do pinheiral, em direção longitudinal à serra sobre a qual se acha o mesmo situado. O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de marco de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr das árvores. Essas marcas são de várias formas e feitios.⁷⁴⁴

Dito isso, as observações coletadas por Mabilde pontuam que a exploração praticada pelos Kaingang aos recursos alimentares dos seus territórios mostra uma sociológica do grupo diante da sua definição de propriedade, segundo critérios predeterminados pelo cacique principal. Sendo assim, os alimentos presentes nas florestas eram de uso comum. No entanto, quando se tratava de coletar a semente do pinheiro – pinhão, dividia-se de acordo com o número de componentes. Segundo Seeger & Castro:

Em termos econômicos jurídicos, a terra, para as sociedades indígenas que conhecemos, não se definia nunca como coisa, objeto alienável de transações individuais. A propriedade – se esta noção faz algum sentido no caso –era investida no grupo local, e os direitos individuais ou familiares se exerciam sobre o trabalho na terra, sobre os frutos deste trabalho. Neste sentido, a terra não podia ser definida como espaço homogêneo e neutro, mas como mosaico de recursos (tipos de solo, de matérias e seres ali encontrados, etc.) desigualmente distribuídos por uma superfície sem existência conceitual nítida. O território, enquanto tal podia ou não ser pensado como espaço fechado – isto dependia sobretudo das relações entre diferentes grupos tribais de uma mesma região, e também das formas econômicas prevalecentes.⁷⁴⁵

Os Kaingang se aproximam dessa lógica comportamental por estarem em expansão e

a reconhecida importância econômica dessa árvore para a cultura Jê - em termos de comida, moeda e até como sinal de poder (Veiga 2006) - uma hipótese alternativa é que a expansão da *araucária* foi promovida pelo povo proto-Jê. Nossa abordagem integrativa deve ajudar a resolver os respectivos papéis de pessoas versus clima na condução desta importante mudança de vegetação”. Para mais informações desse projeto acessar: <http://jelandscapes.exeter.ac.uk/>. Acessado em 02/04/2019.

⁷⁴⁴ Idem, p. 126.

⁷⁴⁵ SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Terras e territórios indígenas do Brasil**. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979, nº 12, pp. 3-4.

demonstrando grande mobilidade territorial. De acordo com Tommasino, a produção de subsistência, praticada pelos Kaingang, estava entrelaçada sob o tripé floresta, campo e serra. São nesses espaços físicos que o grupo exerce suas atividades: “Esse vasto território constituía um espaço de contínuos deslocamentos dos grupos para desenvolverem suas atividades de subsistência material e reprodução social.”⁷⁴⁶

Ítala Becker, estudando as formas de abastecimentos dos Kaingang, no Rio Grande Sul, identificou a existência de alojamentos construídos em lugares próprios para a subsistência desses grupos, reforçando o argumento da sua mobilidade entre campos, florestas e serras:

O território ocupado para as atividades próximas da aldeia principal e o das migrações estacionais eram consideradas áreas do grupo e defendidos por todas as maneiras; temos a ressaltar principalmente a área de colheita do pinhão, que era essencial para o aprisionamento. Os alojamentos do grupo devem ser divididos entre a aldeia mais permanente, que é o ponto de referência do grupo, próximo da qual fazem as suas plantações, e os acampamentos resultantes das atividades migratórias. A utilização da aldeia central e dos acampamentos estacionais, ainda que seja possivelmente igual nas coisas essenciais, pode apresentar diferenças bastante marcadas pelas atividades que se executam em cada uma delas e pela maior dificuldade em transportar alguns dos elementos materiais que possam ser mais pesados.⁷⁴⁷

Isso quer dizer que os recursos naturais presentes nessas unidades político-territoriais, eram de propriedade de cada grupo doméstico, seja sua roça ou Pari (pesca no rio). No caso do rio, a exploração era coletiva, mas cada Pari tinha seu dono. Caso diferente acontece com as roças, pois, logo depois da colheita, ficavam abandonadas e a terra voltava a ser coletiva. Nesses lugares, plantavam árvores frutíferas e alguns tubérculos. Essas plantas demoravam mais tempo para sua coleta. Entretanto, os frutos dessas plantas serviam para duas situações: para sua alimentação e como armadilha para captura de pequenos animais.

Essa informação do manejo dos recursos naturais, presentes na forma de vida dos Kaingang, nos remete a uma organização e compreensão do espaço da seguinte forma: do uso comum do território de caça e coleta; da autonomia para cada grupo na construção de suas habitações fixas; e da coletividade na exploração do rio, mesmo que os Paris pertencessem ao grupo doméstico, sob autoridade direta do chefe.

Historicamente e geograficamente, a trajetória dos Kaingang, no pós-contato, possibilita observar que eles se dispersavam por outras regiões, sem jamais abandonar seus territórios tradicionais. O afastamento desses territórios poderia acontecer se fossem de fato ocupados

⁷⁴⁶ TOMMASINO, Op. Cit, p. 193.

⁷⁴⁷ BECKER, Ítala. **Estudos sobre abastecimento indígena**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Publicações avulsas, nº 2, 1975, p. 54.

pelas empresas colonizadoras ou por desavenças entre os grupos domésticos.

Uma situação ilustrativa dessa dispersão pode ser atribuída ao conflito entre os Kaingang e uma empresa colonizadora, em 1810, nos campos de Guarapuava, quando eles foram derrotados pelos colonizadores. Passado algum tempo, foram capturados por uma guarnição militar nas margens do rio Cavernoso, o que configura estarem praticando a pesca de Pari, distante algumas léguas do abarracamento de Atalaia.⁷⁴⁸ Caso semelhante também foi registrado por Telêmaco Borba, quando encontrou um grupo de Kaingang no entroncamento do rio Piquiri com o Paraná, chefiados pelo cacique Joré. Essa informação, de 1876, reafirma a exploração dos recursos naturais desse grupo através da pesca de Pari, além do indicativo como um território tradicional daquele grupo.⁷⁴⁹

Documentos do século XIX apontam que uma das principais características dos Kaingang era sua mobilidade. Segundo os relatórios do padre Chagas Lima, datados de 1821 e 1827, eles permaneciam pouco tempo no aldeamento. Ficavam o tempo necessário para receber ferramentas, alimentos e roupas. Em algumas situações permaneciam alguns dias para curar suas moléstias, tão logo melhorassem, retornavam para suas habitações junto à floresta. Essa dinâmica não é apenas uma forma de resistência ao sistema de aldeamento, mas também é constitutivo de sua maneira de ser Kaingang. Retomando algumas das suas principais características, como o significado atribuído ao etnônimo Kaingang = “povo do mato”, fica fácil prever que o grupo está diretamente interligado ao meio ambiente, enquanto constitutivo de sua identidade. No aldeamento de São Pedro de Alcântara, Frei Luiz de Cemitille também registrou outras definições para o significado do nome: “Caingang-pé e Caingang-venheré, que significavam, respectivamente, Kaingang legítimo e Kaingang cabelo-cortado.”⁷⁵⁰

Nas unidades políticos-territoriais, os Kaingang necessitavam de um ecossistema variado para poder manter sua reprodução social e cultural. Portanto, construíam seus alojamentos fixos nos campos e tinham também seus abrigos provisórios próximos aos rios, para que pudessem abastecer-se da caça e pesca. Essas movimentações permitiam que algumas pessoas ficassem em suas habitações fixas e outros saíssem em busca de alimentos.⁷⁵¹

Esses territórios eram por eles mapeados e organizados, tudo fazia parte do seu universo social. Estabeleciam caminhos que os ligavam aos outros grupos locais, e por eles eram usados quando o cacique principal mandava seus guerreiros visitá-los, a fim de, assim, manter as boas

⁷⁴⁸ LIMA (b), Op. cit., p. 61.

⁷⁴⁹ BORBA, Op. cit., p. 156.

⁷⁵⁰ TOMMASINO, Op. cit., p. 203.

⁷⁵¹ Idem, p. 204.

relações:

Logo que se estabelecem em seus alojamentos, as tribos subordinadas mandam, diariamente, uns três ou quatro indivíduos visitar os componentes da tribo do cacique principal. Estes, por sua vez, vão de quando em quando visitar as tribos subordinadas, como prova de harmonia que entre eles reina.⁷⁵²

Esses caminhos tinham outras funções, além de diminuir a distância entre eles, mas serviam também para demonstrar o alcance de suas redes de sociabilidades, principalmente, em ocasiões especiais, como o nascimento de uma criança ou para participar do ritual do *Kiki* - Culto aos mortos. Segundo Tommasino, essa movimentação era diária e tinha como fundamento a representação de atividades ritualizadas e simbólicas.⁷⁵³ Quando se estabeleciam nos rios, construíam os seus *Pari*, onde: “[...] esteiras de taquara criciúma, eram fixados nas barragens de pedras que faziam nas corredeiras dos principais rios durante os meses de inverno, época em que os peixes desciam os rios em busca de águas mais quentes”.⁷⁵⁴

A sociabilidade Kaingang se reproduz no tripé campo, floresta e serra. Sobre essa dinâmica espacial, Kimmiye Tommasino, nos diz que:

As florestas, rios e campos forneciam toda a matéria-prima para fabricar armas, utensílios domésticos, cestarias, objetos de cerâmica, tecelagem. Percebe-se assim como a mobilidade está relacionada ao gênero de vida que caracteriza os Kaingang e as relações de reciprocidade mútua que ligam os diferentes grupos locais de uma região.⁷⁵⁵

O deslocamento para outros lugares em busca de alimentos também foi observado por Ítala Becker sobre os Kaingang residentes no Rio Grande do Sul. Conforme suas observações, as atividades de produção alimentar ficavam próximas dos seus alojamentos fixos. Membros dos grupos domésticos mantinham plantações distantes, permanecendo dias ou meses naqueles lugares, em especial, na colheita do pinhão às margens dos rios, capturando peixes.⁷⁵⁶

É imperativo reconhecer que os Kaingang manejavam extensos territórios. Essa mobilidade fortalecia os laços de parentesco com outros grupos domésticos, ampliando a rede de sociabilidades, cujos membros faziam parte de uma mesma cultura: “Essa rede configura a espacialidade do todo social que expressa uma unidade sócio política mais ampla, a sociedade Kaingang.”⁷⁵⁷

⁷⁵² MABILDE, Op. cit., p. 44.

⁷⁵³ TOMMASINO, Op. cit., p. 204.

⁷⁵⁴ Idem.

⁷⁵⁵ Idem, p. 206.

⁷⁵⁶ BECKER, Op. cit., p. 207.

⁷⁵⁷ TOMMASINO, Op. cit., p. 208.

A resistência dos indígenas pela permanência em seu território tradicional reflete não somente o espaço físico, embora ele seja de extrema importância para sua sobrevivência. Entretanto, conforme apontamentos de Rogério Rosa, os Kaingang precisam preservar o seu “território xamânico”.⁷⁵⁸ Esse território se dilui para outros níveis das suas relações sociais:

[...] pode-se dizer que os Kaingang concebem o seu espaço a partir de três níveis sobrepostos, quais sejam: o nível subterrâneo ou embaixo da terra, [...] o nível terra (constituído pelos domínios “casa”, “espaço limpo” e “floresta virgem”) e o nível mundo alto.⁷⁵⁹

Embora esses níveis sejam de extrema importância para qualquer pesquisador do povo Kaingang, para nossa tese, achamos pertinente discorrer um pouco mais sobre o nível terra, por entendermos que ele está diretamente relacionado aos conflitos ocorridos entre eles com a sociedade local, em Guarapuava, no século XIX. Diante disso, o nível terra é onde acontecem as relações sociológicas dos Kaingang entre os seus pares, mas também com pessoas estranhas ao grupo. Essas relações se materializavam em três níveis, quais sejam, no nível casa, espaço limpo e a floresta virgem.⁷⁶⁰

O primeiro deles, o domínio casa: diz respeito à distribuição espacial de cada grupo familiar, onde se localiza a porta de entrada de sua morada: se é para leste, está associado às atividades masculinas; se é para oeste, às atividades femininas. Mais do que isso, esse espaço possuía várias fronteiras, como o lugar do fogo, da confecção da cestaria, dos objetos de caça e pesca. Essa dinâmica é extensiva para fora da casa, por exemplo, para a fonte de água, para os lugares de plantio e o próprio terreno da sua habitação. Rosa afirma que em “[...]cada fronteira, informados pelo sistema dual, a partir da divisão sexual do trabalho, de geração, os Kaingang se relacionam entre si e com qualquer pessoa que se aproxima para estabelecer algum tipo de troca”.⁷⁶¹

Sobre o domínio espaço limpo: Esse é o lugar onde constroem suas casas. No passado, a principal fronteira dessa categoria era o cemitério. Em alguns casos, poderia estar relacionada à floresta virgem. Outra fronteira importante da organização social dos Kaingang é a produção de alimentos do grupo familiar, em que o chefe é o dono de toda a produção. No passado essa fronteira estava atrelada ao nível lavoura, tendo em vista que a chefia organizava a produção

⁷⁵⁸ ROSA, Op. cit. p. 158.

⁷⁵⁹ Idem.

⁷⁶⁰ Idem.

⁷⁶¹ ROSA, Op. cit. p. 163.

em quantidades maiores, que seriam distribuídas para todos os grupos familiares.

No aldeamento de Atalaia todo o trabalho na lavoura era organizado pelos degredados com a supervisão do cacique Luiz Tigre Gacom. Certamente, essa atividade acontecia normalmente porque essa lógica operava na dinâmica social dos Kaingang, anterior à sua permanência no sistema de aldeamento. No momento em que esse sistema é interrompido pela morte do cacique e com a transferência da população indígena para outro espaço, a produção de alimentos diminui consideravelmente, conforme relato do capitão Antônio da Rocha Loures às autoridades paulistas, quando reclama que não há alimentos para sustentar os “índios que chegam perto de 100”.⁷⁶² Por fim, o aldeamento era, no passado a principal fronteira do espaço limpo dos Kaingang e a sociedade local, entre eles, povoadores pobres, degredados, potentados locais, escravos e libertos faziam parte do complexo relacional desse domínio.

O domínio floresta virgem: Para os Kaingang, a floresta virgem é tudo aquilo que não sofreu interferência da ação humana. Portanto, as montanhas, serras, rios, capão de mato, o mato, o rio, a cachoeira, o caminho estreito e a barra do rio, bem como os animais presentes nesse ecossistema, fazem parte desse domínio. É nesse espaço que estão os animais de caça pertencentes a cada metade, *Kamé* ou *Kairu*, embora o espaço floresta seja pertencente à metade *Kamé*. É nesse domínio que estão os espíritos invisíveis e inacessíveis às pessoas que não pertencem à categoria de rezadores e sonhadores.⁷⁶³ De acordo com Rogério Rosa, no plano sociológico, a ênfase da relação Kaingang com os espíritos da floresta virgem acontece por meio da audição e do olfato. No plano cosmológico, se situam as fronteiras onde estão a casa dos espíritos animais.⁷⁶⁴

Todos esses domínios faziam parte de uma dinâmica sociológica e cosmológica própria dos Kaingang no século XIX. Com a chegada dos povoadores e todo o sistema imposto pelas autoridades, esses domínios passam a sofrer interferências de fora. Como já foi destacado, eles não tinham qualquer restrição em criar vínculos com pessoas de fora do grupo, mas sabiam que essas pessoas poderiam apresentar dinâmicas culturais diferentes daquelas que eles estavam acostumados. O aldeamento, uma nova forma de convívio social com outros grupos domésticos e com a sociedade local, foi a primeira mudança no seu domínio casa, com efeitos imediatos aos outros domínios. Em consequência disso, seus territórios tradicionais, que englobavam casa, espaço limpo e floresta virgem, também sofreram mudanças significativas, pois esses níveis se

⁷⁶² LOURES (h), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da província de São Paulo**. 16 de julho de 1831. AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 192, Ordem 987.

⁷⁶³ NIMUENDAJÚ, Op. cit. p. 73.

⁷⁶⁴ ROSA, Op. cit., p. 166.

entrelaçavam.

Partindo do princípio de que os Kaingang têm como uma das características marcantes a flexibilidade de seus alojamentos, sabemos, outrossim que isso não reflete a plena sedentarização desses grupos no sistema de aldeamento. Ocorre um processo de transformação em suas estratégias de sobrevivência que ultrapassam os limites territoriais impostos pela sociedade nacional. Nesse caso, a política de aldeamento, implementada para abrigar os Kaingang não reflete necessariamente que eles tenham adotado esse sistema como um todo. Esse foi mais um espaço de diálogo de transformações no seu modo de vida. Mesmo que as autoridades militares e religiosas tivessem um cuidado maior com os aldeados, eles moviam-se constantemente pelos seus antigos territórios tradicionais.

Em um dos seus relatórios, encaminhados à província de São Paulo, o padre Chagas Lima registrou alguns acontecimentos que poderiam atrapalhar as boas relações que existiam entre os Kaingang com a população local. Na ocasião, ele comentava a chegada de algumas pessoas, a quem ele se referia como “forasteiros,” pessoas desconhecidas que poderiam gerar algum tipo de conflito com os indígenas.

Os documentos posteriores, escritos sobre os Kaingang não mencionam se houve algum excesso dessas, entretanto, sabemos que muitos degredados foram enviados para cumprir sua pena na freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e que muitos foram mobilizados para protegê-los. Alguns chegaram a casar com as mulheres indígenas.

De todo modo, um grupo de povoadores, inclusive dessas pessoas que haviam chegado à freguesia, questionou o trabalho pastoral desenvolvido pelo padre com os Kaingang aldeados em Atalaia, principalmente, naqueles momentos em que ocorria algum conflito envolvendo os grupos dos aldeados com os não aldeados.

Para ilustrar essa situação, sinalizamos o assassinato de Jacintho Doiangrê e da sua esposa, Quitéria Gretem, numa das casas do aldeamento. Nesse evento, o “capitão dos índios”, Luiz Tigre Gacom, organizou e capitaneou seus guerreiros à procura dos seus inimigos para se vingar. Por esse e outros fatos, o padre Chagas Lima foi questionado pela sua omissão em não corrigir os desvarios dos neófitos.⁷⁶⁵

Num extenso documento, o religioso enfurecido pelas manifestações negativas que vinha sofrendo dos povoadores, acusando-o de ser displicente com as ações dos aldeados sob comando do capitão, Luiz Tigre Gacom, relatou um episódio, ocorrido em 1824, quando Gacom abandonou o aldeamento acompanhado por algumas famílias retornando aos seus territórios

⁷⁶⁵ LIMA, (f), Op.cit., p. 9.

tradicionais:

Tendo eu avizo nesta freguezia que os indios e indias de Atalaya quazi todos, com Luiz na frente, se tinham retirado em figura de se hirem estabelecer nos seus antigos lares do sertão; no mesmo instante montei a cavallo, acompanhado unicamente de dous portugueses, e hua índia por servir de guia, fui apòs delles; e os reduzi avoltarem a sua Aldea, e a seguirem nella, como dantes a Religiao Christã, que havião professado? Quando ahi chegamos (o que foi no dia 13) que diligencias não fiz para os accomodar com minhas exortaçoens e dádivas? Fazendo render o Director Portugues de quem se queixavão e sobretudo segurando-lhes a posse de huas terras minhas contiguas as suas com todo o gado que ahi se achava, do qual algumas cabeças lhes havia eu dado antecedentemente por doação semelhante aquella[...].⁷⁶⁶

Permanecer no aldeamento não significava para os Kaingang abandono total de seu modo de vida tradicional. Muito pelo contrário, ao incorporar elementos da sociedade nacional em sua dinâmica cultural, eles ampliavam seu espaço limpo, adotando o aldeamento como mais um elemento do seu complexo territorial. Os fatos narrados pelo padre Chagas, nessa ocasião, são indicativos de mais uma estratégia de Luiz Tigre Gacom, obtendo ganhos com a destituição do diretor da aldeia de Atalaia e com a ampliação das terras do aldeamento.

Pelo relato do padre Chagas Lima, os Kaingang não estavam em completa harmonia com os povoadores que ficaram morando junto com os indígenas nas terras do aldeamento. É provável que a sociedade local estivesse explorando os recursos naturais e construindo benfeitorias nas terras destinadas para os Kaingang. Alguns degredados, que eram enviados para cumprir sua pena no presídio de Guarapuava, destinavam-se a permanecer por um tempo junto aos aldeados no antigo abarracamento, construído e ocupado pelos povoadores. A convivência entre os aldeados e os degredados resultou em alguns casamentos das mulheres com esses indivíduos, uniões abençoadas pelo padre Chagas Lima e sob vigilância de Luiz Tigre Gacom.

O diretor do aldeamento, do qual os aldeados se queixavam, era o degredado Miguel Morones Galafre. Ele fez parte da primeira Carta de Guia de 1821, junto com mais oito degredados condenados a cumprir sua pena no presídio de Guarapuava.⁷⁶⁷ Segundo Fábio Pontarolo, Morones era um marinheiro espanhol e, durante uma de suas viagens, foi acusado

⁷⁶⁶ Idem, pp. 9-10.

⁷⁶⁷ De acordo com Fábio Pontarolo: “As cartas de guia eram documentos previstos no “Regimento dos Degredados” baixado em Portugal no ano de 1582, com a intenção de regulamentar e ordenar o funcionamento do sistema de degredo, tornado mais eficiente e abrangente no mundo lusitano a partir das descobertas marítimas. Neles eram informados nome, cor, idade, condição social, filiação, crime e tempo de degredo a cumprir de cada condenado remetido. O documento deveria permanecer em poder da autoridade responsável pela manutenção dos degredados nos locais para onde foram enviados, devendo ser expedida uma carta de soltura quando da expiração das penas e da liberação dos ex-degredados para se ausentarem da região de degredo, caso tivessem interesse em retornar a suas vilas de origem. PONTAROLO, Op. cit., pp. 18-19.

de ter roubado 300 mil réis. Preso e condenado pela junta de São Paulo, foi apenado com cinco anos de degredo.⁷⁶⁸

Após um período residindo na freguesia, Morones foi designado pelo capitão Antônio da Rocha Loures para proteger o aldeamento de Atalaia junto com mais três degredados, conforme correspondência enviada para o governo de São Paulo, em 1824:

Os índios Cayerez, ou macacos, ser sentirão, huma vez que subirão estava guarnecida a Talaia de gente portuguesa, com hua pessa de artilharia. Não avendo como a experiência tem mostrado no Destacamento Soldado algum, que pudesse manter com honra este posto, senão hum de nome Joaquim Leite, em tal cazo de acordo com o Rev. Sr. Vigário a sentamos nestes últimos tempos mandar para lá commandamos quatro homens, que vierão para esta freguesia degradados pela justiça, a saber Miguel Morones Galafre vencendo o soldo de 90 réis por dia, como Administrador e Diretor dos índios, e os mais sem soldo vensendo somente os munisios, e vistirio moderado, que precisarem, os quais todos os cazados levarão suas mulheres consigo.⁷⁶⁹

Morones foi um dos poucos homens brancos que não contraiu casamento com uma mulher indígena, pois acabou se unindo matrimonialmente com Maria Joaquina Ferreira, pertencente a uma família de Castro que veio para povoar os campos de Guarapuava. Sobre sua trajetória, temos uma descrição detalhada na obra de Fábio Pontarolo.⁷⁷⁰ Importa, aqui, dizer que Miguel Morones Galafre provocou algum tipo de confusão no aldeamento com os aldeados, o que resultou na evasão do grupo, em 1824. Entre as inúmeras tarefas ordenadas pelo capitão Rocha Loures, ao “diretor dos índios”, a produção de alimentos e a segurança dos aldeados era o que mais exigia esforços do degredado.

Antes de assumir a função de diretor, Morones tinha laços de compadrio com o “capitão dos índios”. No ano de 1823, nasceu Faustino, o 4º e último filho de Luiz Tigre Gacom e sua mulher, Escholastica Curem. De acordo com o seu registro de batismo, Faustino foi batizado com vinte dias de vida, solenemente, na capela da aldeia de Atalaia, pelo padre Chagas Lima. Seus padrinhos foram o então degredado, Miguel Morones Galafre, e Gertrudes Ningá, esposa de outro degredado de nome Mariano Antônio.⁷⁷¹

É bem provável que a escolha de Morones para dirigir o aldeamento tenha sido, de alguma forma, um pedido de Luiz Tigre Gacom pelo grau de proximidade que eles tinham, através do compadrio. Sabemos que o compadrio era um dispositivo eficiente de fortalecimento de alianças. Mesmo que essas alianças fossem com membros de camadas sociais inferiores, era

⁷⁶⁸ Idem, p. 73.

⁷⁶⁹ LOURES (a), Op. cit. s/p.

⁷⁷⁰ PONTAROLO, Op. cit., pp. 73-80.

⁷⁷¹ LIMA (a), Op. cit., f. 56.

importante ampliar suas redes de relacionamento, com propósitos evidentes de obter algum ganho.

Padre Chagas Lima, tinha certo receio em manter os Kaingang misturados com a sociedade local, cuja população era composta de vários estratos sociais. Outrossim, acreditava que o mau costume de alguns deles poderia contaminar seu trabalho missionário de catequese e conversão. Tanto é que o religioso conseguiu do triunvirato a transferência dos povoadores para outro lugar, deixando os territórios do antigo abarracamento como sesmaria para os índios.

O comandante, Antônio da Rocha Loures, ordenava aos degredados que desenvolvessem atividades agrícolas junto aos aldeados, estabelecendo suas moradias nas antigas habitações dos povoadores dentro do território do aldeamento de Atalaia. De acordo com padre Chagas Lima, isso era prejudicial ao bom andamento da conversão daqueles Kaingang. No mesmo documento, em que relatava os infortúnios ocorridos no aldeamento, o religioso reafirmou a importância de manter as terras do aldeamento de posse dos indígenas:

Exmo Snr. Os indios forão aldeados na Atalaya, dentro das terras, que lhes forão consignadas para sua vivenda, como possuidores primários e originários do Paiz. Agora mesmo, depois do abrasamento do Atalaya, não podem ser aldeados em outra parte, senão nas mesmas terras suas, ou ao menos em lugar anexo de onde possão disfructar qual he aquele, que se acha da parte d'aquem do rio Coitinho, sua divisa onde já desde agora pertendo hir abastecendo os indios, em ordem a colherem o milho q está amadurecendo e fazerem novas plantações para o anno seguinte.⁷⁷²

Não podemos deixar de mencionar que, nesse período, em que o regime de Sesmaria foi revogado, em 1822, a posse sobre territórios “desconhecidos” e de antigos aldeamentos se tornou objeto de cobiça de uma boa parcela da população, além do fato que a posse se tornou uma das principais formas de aquisição de terras. O caso do aldeamento de Atalaia é ainda mais excepcional porque, além das terras destinadas para os índios, o padre Chagas Lima doou parte da sua sesmaria e mais alguns animais para que os índios retornassem ao aldeamento.⁷⁷³

Todas essas questões nos levam a pensar que as terras do aldeamento de Atalaia já sofriam um processo de invasão dos “forasteiros”, que iam chegando à freguesia de Nossa Senhora de Belém, situação agravada com o conflito de 1825, que pôs fim ao que restava das benfeitorias do aldeamento:

⁷⁷² LIMA (f), Op. cit., p. 11.

⁷⁷³ Nos documentos posteriores a saída do padre Chagas Lima da Freguesia, não encontramos documentos que pudessem nos orientar sobre o destino de sua sesmaria, bem como dos animais que ele tinha. Entretanto, na lista de habitantes de 1835, identificamos que na fazenda de Antônio da Rocha Loures, cujo administrador era seu genro Joaquim Alves Ribeiro, uma relação de animais que eram dos herdeiros do padre Chagas Lima. Eram 3 cavalos 30 vacas. LOURES, Lista de habitantes de 1835, Op. cit.

Aos 16 de Junho seguinte (1825), estando a mesma Aldea já evacuada de Gente, e de todos os utensis (sic), que lá se achavão, aconteceu avistar-se da Freguezia, no mesmo lugar, hua grande fumaça de incêndio, que sendo observado, achou-se tinha reduzido em cinzas quatro cazas, que ali se achavão cubertas de palha, e finalmente(sem as suas alfaias) a Capella, que ficou desta vez inteiramente demolida.⁷⁷⁴

As últimas construções, ainda existentes no aldeamento de Atalaia, dessa vez, “se reduziram a cinzas”, parafraseando o padre Francisco das Chagas Lima. Com esse acontecimento, ocorrido em abril de 1825, em que 28 Kaingang foram mortos, o religioso determinou aos sobreviventes que se mudassem para um novo local, próximo à Freguesia, o que facilitaria o socorro daqueles, caso os *índios selvagens* atacassem novamente os aldeados: “Este lugar da Nova Atalaia está a vista da Freguezia, da qual não dista mais que, hua légua de bom caminho.”⁷⁷⁵

Essa decisão do padre Chagas Lima, tentando amenizar os estragos materiais e simbólicos produzidos no seu trabalho pastoral, abriu a possibilidade de uma convivência mais próxima com a sociedade local, na contramão do “Auto de Criação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém”, instituído pelo próprio religioso e o comandante capitão Antônio da Rocha Loures, em 1819. Entre as regras desse documento, o capítulo quarto regulamentava como deveria ser a convivência entre os indígenas e os moradores da freguesia:

Os índios e os neophytos desta conquista estão aldeados, e as terras para sua vivenda lhes foram concedidas por sesmarias no logar da Atalaia, certos de que ahi mesmo devem ficar permanecendo. O que há de particular a respeito delles é que seja feita a separação do povo e dos soldados, separação que em todo caso é necessário fazer-se porque a mistura em que até agora estiveram tem sido um dos maiores óbices a perfeita conversão desses infieis. **Não será permitido aos índios especialmente mulheres, andarem vagando pela freguezia e seus contornos, quando nesta somente se deve admitir de assistência os que forem chamados a serviço [...].**⁷⁷⁶(grifo nosso)

Em documento posterior ao “Formal”, que regulamentou os procedimentos para uma boa convivência na Freguesia de Nossa Senhora de Belém entre a sociedade local e indígenas, padre Chagas Lima detalhou melhor os argumentos, a fim de que essa separação não interferisse no modo de vida dos Kaingang, interagindo com vários grupos sociais que compunham a população daquele território. Em relatório enviado para as autoridades paulistas, o missionário escreveu sobre vários temas, com grande ímpeto sobre os indígenas. Entre os assuntos tratados

⁷⁷⁴ LIMA (g), Francisco das Chagas. **Correspondência ao Ilmo. e Exmo. Snr. Lucas Antônio Monteiro de Barros, em 08/01/1826.** AESP, Caixa 192, Ordem 987.

⁷⁷⁵ Idem.

⁷⁷⁶ Auto de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava (cópia). Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819.

no capítulo III, intitulado da “Catechese dos índios, e reflexões sobre seu tratamento”, o religioso relatava um suposto fracasso do seu trabalho de conversão do gentio de Guarapuava:

Foram também dois erros: o 1º serem admittidos, logo que chegaram a aldea, o viverem entre os soldados, gente e escravos da bagagem, do quaes haviam muitos dissolutos e debochados, o que era contra as intrucções que a esse respeito haviam do Governo, que ordenavam que os soldados não sahisses de noite de seu recinto; porém as determinações as mais claras acham quasi sempre as mais favoráveis interpretações nos intentos particulares, e os suffragios pendem para o voto dos mais opulentos; o 2º permitir que os índios morassem na povoação, aonde se consentiam tabernas, com o fundamento de assim vedar as suas fugas, que se poderiam privar de outro modo, para que separados não viesse alguma ruina.⁷⁷⁷

As queixas do padre ecoaram para os aldeamentos imperiais nas décadas seguintes, especialmente, ao Aldeamento de São Jerônimo, onde existiam dois espaços de convivência; um deles destinado para a sede administrativa, onde ficavam as pessoas que trabalhavam no aldeamento, o chamando círculo urbano e, em separado, a “aldeia dos índios.”⁷⁷⁸

Obviamente, dadas as proporções para cada contexto histórico e social, padre Chagas Lima, após ter passado por outras experiências de aldeamento acreditava numa suposta “pureza” dos indígenas para um processo de conversão mais efetivo entre os Kaingang. Entretanto, é preciso um certo cuidado ao interpretar as palavras do padre Chagas Lima, pois, como diz Eni Orlandi: “Ao dizer algo, o que se pretende com isso”.⁷⁷⁹ Em nosso entendimento, o padre Chagas Lima manifestou sua insatisfação com a influência socio-cultural dessas pessoas junto à população indígena, demonstrando, dessa forma, um grau considerável das interações sociais ocorridas entre esses grupos, com uma velocidade maior em seu modo de vida do que o trabalho lento desenvolvido por ele, de conversão.

De todo modo, com a transferência dos indígenas sobreviventes para mais próximo da freguesia, as terras do aldeamento ficaram desguarnecidas e vulneráveis. Se, até aquele momento, existiam queixas de uma suposta invasão de “forasteiros” se apropriando de territórios, em outros lugares distantes do povoado, as terras do aldeamento também passariam por esse processo, embora os eventos, desencadeados após 1825, indicassem que os invasores não seriam os pobres livres, mas os potentados locais residentes na freguesia.

4.2 Indígenas e terras para aldeamento: uma relação especial

⁷⁷⁷ LIMA (b), Op. cit., pp. 71-72.

⁷⁷⁸ AMOROSO, Op. cit., p. 106.

⁷⁷⁹ ORLANDI, Op. cit., p. 74.

Uma das principais preocupações do povoamento de Guarapuava estava relacionada à defesa de seu território contra possíveis invasões dos seus históricos inimigos espanhóis. Para inibir essas supostas investidas, era necessária e indispensável a expansão das fronteiras, incentivando a produção de alimentos, a criação e invernagem de animais. Muito embora, os campos de invernagem tenham se destacado como uma das principais atividades exercidas pelos primeiros povoadores de Guarapuava, uma parcela da população se destacou como importantes comerciantes no transporte desses animais para a feira anual de Sorocaba⁷⁸⁰. Essas expansões interioranas causaram perdas irreparáveis para as populações indígenas, que passaram a ser empurradas cada vez mais para outros lugares, em territórios de ocupação de outros grupos, onde, muitas vezes, as relações não se davam de maneira amistosa.

As autoridades portuguesas, desde o período colonial, buscaram legislar em favor de uma regularização do acesso à terra no Brasil, em especial, sobre os territórios de aldeamentos, em alguns casos, sobre as “terras dos índios”, expressões bastante usadas pelas autoridades portuguesas no início da colonização.

As terras do Brasil colônia eram regidas pelo sistema senhoriais, cujo grão-mestre era o rei de Portugal, e a distribuição desses terrenos era feita sob o sistema de sesmarias.⁷⁸¹ Concedidas aos colonos por Carta de Sesmarias, propiciava-se ao sesmeiro o direito de uso do solo, mas nunca seu pleno domínio sobre a propriedade. No sistema de sesmaria, a coroa concedia ao requerente o domínio útil da terra e, em troca, exigia-lhe que o sesmeiro cultivasse a terra num prazo de cinco anos. As doações eram vistas como favores pessoais e adquiri-las era sinônimo de prestígio social, mas o beneficiário tinha apenas o usufruto da terra e duas obrigações básicas a cumprir: trabalhar a terra e deixá-la produtiva, garantindo sua efetiva ocupação.⁷⁸²

Esse sistema favoreceu a descentralização do poder, passando para as mãos dos

⁷⁸⁰ Sobre o assunto Cf. SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: O mercado de animais de carga no centro sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2008.

⁷⁸¹ A decadência da agricultura de Portugal foi resultado de uma longa crise econômica. Como forma de resolver essa questão, D. Fernando I criou a criação da lei de sesmarias de 1375 – cujo objetivo era transformar as terras do reino produtivas. “A finalidade da lei de sesmarias era levar os proprietários de terras próprias, emprazadas ou tidas a qualquer outro título a lavrá-las e semeá-las a fim de assegurarem seu domínio”. Aqueles que não cumprissem com essa determinação teriam suas terras tomadas e redistribuídas. O monarca português buscava estabelecer um equilíbrio entre o cultivo da terra, a mão de obra e o abastecimento o país. As concessões de terras eram feitas com intervenção real, e a aquisição das terras era efetuada apenas mediante o cultivo, fiscalizado pela administração régia. O espírito dessa lei foi aplicado, mais tarde no Brasil, a fim de desenvolver o povoamento, a agricultura e o comércio, dando aos colonos a possibilidade de afixarem-se à terra. RITTER, Marina Lourdes de. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1978.

⁷⁸² Para obter sesmarias, bastava que o requerente tivesse apadrinhamento político, auxiliasse nas tarefas de conquista com homens e armas, possuísse iniciativa, capacidade e condição de realizar benfeitorias, ocupar e usar o solo. CÂMARA, Marcos. **Cidades e Vilas da Escravidão**: espaço dos excluídos. Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo, 1995, p. 11.

“proprietários” de sesmarias a responsabilidade de investimento na produção de alimentos para suprir as demandas internas. As doações de sesmarias eram discriminatórias, pois grandes extensões de terra só poderiam ser totalmente aproveitadas com o uso do trabalho escravo, o que demandava ao beneficiário a posse de meios econômicos para efetivamente explorar a terra, como exigido na concessão. Essas sesmarias eram extensas e seus limites imprecisos. Segundo Petrone, “[...] as sesmarias constituíram-se [...] no instrumento que presidiu à organização da malha fundiária brasileira”.⁷⁸³

De acordo com Marcos Câmara, havia três formas de concessão de terras no Brasil colônia. Uma delas era a concessão aos aldeamentos do Padroado Real, que se destinavam ao estabelecimento dessas comunidades, mas, com sua assimilação ou o abandono do aldeamento, os indígenas perdiam tais terras. A segunda situação era a concessão de terras ao *rossio*, para a fundação de freguesias e vilas, prerrogativa que era de responsabilidade das câmaras municipais, a fim de decidir se autorizavam ou não a sua ocupação, bem como as medidas da área e o local onde poderiam se estabelecer. Por fim, a concessão ao encapelado para instituição da capelania.⁷⁸⁴

Maria de Lourdes Ritter, por outro lado, estabelece seis tipos de doações de sesmarias, que se relacionam às fases econômicas de produção colonial. São elas: as Sesmarias do Litoral – nas áreas de produção açucareira; as Sesmarias do Sertão – nas áreas pastoris do nordeste; as Sesmarias das Minas – nas áreas de mineração; as Sesmarias dos Caminhos – para a agricultura de subsistência durante o tropeirismo; as Sesmarias de Invernada – para engorda e descanso do gado; e as Sesmarias Urbanas – entregues no termo da vila para incentivar a concentração urbana.⁷⁸⁵

Até o final do século XVII, as Ordenações eram utilizadas para definir as formas de doações de terras feitas pela Coroa. Em primeiro lugar, as Afonsinas (1446), modificadas pelas ordenações Manuelinas (1511-12) e pelas Filipinas (1603). A partir da última década do século XVII, surgiram, em abundância, normas reguladoras para as doações, como os decretos, preceitos, forais e estatutos.⁷⁸⁶

No princípio, as terras eram doadas gratuitamente e em largas dimensões, mas, com o tempo, os acessos às terras tiveram algumas mudanças. Inicialmente, foi incluído entre as

⁷⁸³ PETRONE, Op. cit., p. 28.

⁷⁸⁴ CÂMARA, Op. cit., pp. 217-218.

⁷⁸⁵ RITTER, Op. cit., p. 103.

⁷⁸⁶ SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996, p. 40.

obrigações do sesmeiro o pagamento do foro real.⁷⁸⁷ Outra medida de grande impacto ocorreu em 1697, com o estabelecimento de limites para as concessões das sesmarias, as quais não deveriam exceder a três léguas de comprimento por uma de largura.⁷⁸⁸ A partir de 1698, a Coroa passou a exigir a confirmação das concessões por meio da medição e do estabelecimento de limites em cada doação.⁷⁸⁹

Desde o princípio da colonização, a legislação indigenista portuguesa reconheceu o direito originário dos indígenas às suas terras.⁷⁹⁰ A partir do século XVII, houve tentativas, por parte da coroa portuguesa, de estabelecer normas que contribuíssem para a manutenção das terras, pertencentes aos aldeamentos. As cartas Régias de 30 de julho de 1609 e 10 de setembro de 1611 – “Ley sobre a liberdade do Gentio da terra, e Guerra que se lhe pode fazer” -, promulgadas por Felipe II, afirmavam o pleno domínio dos índios sobre seus territórios e sobre as terras dos aldeamentos:

[...] os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhes fazer moléstia ou injustiça alguma; nem poderão ser mudados contra suas vontades das capitánias e lugares que lhes forem ordenados, salvo quando elles livremente o quizerem fazer[...].⁷⁹¹

Em São Paulo, contudo, as incursões sobre as terras indígenas eram legitimadas pela Câmara Municipal, a qual, a partir de 1650, passou a aforar terras indígenas aos moradores nela instalados, apesar dos protestos. Em 1651, os indígenas, residentes no aldeamento de São Miguel, reclamaram que os moradores:

[...] estavam roçando nas terras dos índios e botando-os fora delas fazendo-lhes grandes danos com suas criações assim gado vacum e cavalgadas[...], e danificando suas lavouras e plantas por cuja causa estava todo o gentio dividido e fora da aldeia.⁷⁹²

Alguns anos depois, no Alvará de 01 de abril de 1680, o documento declarou que as sesmarias, concedidas pela coroa portuguesa, não poderiam afetar os direitos originários dos indígenas sobre suas terras:

[...] e para que os ditos Gentios, que assim decerem, e os mais, que há de presente,

⁷⁸⁷ Conferir em CARTA RÉGIA 27/12/1695. In: RIHGB, v. III, p. 379; RITTER, op. cit., p. 66.

⁷⁸⁸ CARTA RÉGIA 03/12/1697, Cf. RITTER, Op. cit., p. 76-80.

⁷⁸⁹ RITTER, Op. cit., p. 79.

⁷⁹⁰ CUNHA (c), Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 11.

⁷⁹¹ CARTA RÉGIA 10/09/1611, Cf. CUNHA (c), Op. cit., p. 58.

⁷⁹² ACTAS DA CÂMARA DA VILA DE SÃO PAULO, Sessão de 6 de maio de 1651, vol. 5, pp.468-469. Cf. MONTEIRO, John Manuel. “Vida e morte dos índios: São Paulo colonial”, Op. cit., p. 40.

melhor se conservem nas Aldeas: hey por bem que senhores de suas fazendas, como são no sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhe fazer moléstia (...), e quero se entenda ser reservado o prejuízo, e direito os Índios, primários e naturaes senhores dellas [...].⁷⁹³

A coroa portuguesa ordenou que as terras dos aldeamentos, invadidas pela população local, fossem desocupadas e reintegradas aos cuidados dos indígenas. A partir de então, os religiosos deveriam cuidar, além dos bens espirituais, também dos materiais dos indígenas. Caso os sesmeiros insistissem em se assenhorear das terras indígenas, deveriam ser punidos. Na prática, o documento não surtiu o efeito desejado e os aldeamentos continuaram a ser invadidos pelos potentados locais.

Essas situações indicam que houve uma farta legislação indigenista colonial, demonstrando o interesse jurídico da metrópole portuguesa em relação aos indígenas, na forma de atos, provisões, cartas régias e regimentos. Segundo Beatriz Perrone-Moisés, a legislação produzida pela coroa, apesar de demonstrar interesse pela situação do indígena, foi marcada por hesitações e contradições.⁷⁹⁴

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal buscou solucionar os problemas de transgressões à legislação, em relação aos povos indígenas estabelecidos no Brasil. Segundo suas intenções, era providencial estimular o contato entre eles com outros estratos sociais residentes nos sertões do Brasil, para acabar com a “odiosa separação, entre uns e outros”, pois esse seria um dos principais fatores para a incorporação dos povos indígenas aos modos da sociedade colonial.⁷⁹⁵

Com a Carta Régia de 3 de maio de 1755, estabeleceu-se que os aldeamentos, com um número determinado de famílias, deveriam ser elevados à categoria de vilas e suas terras, repartidas entre a população.⁷⁹⁶ Como consequência direta dessa política, houve a ocupação das terras pertencentes aos indígenas pela sociedade local, nas condições de meeiros, posseiros, foreiros, que se misturavam à população nativa. A política de aproximação entre indígenas e a sociedade não indígena criou, em alguns casos, uma população brasileira livre por meio dos casamentos interétnicos.⁷⁹⁷

⁷⁹³ ALVARÁ 01/04/1680, Cf. CUNHA (c), Op. cit., p. 59; no mesmo sentido, essa citação também foi feita por MOREIRA, Vânia Maria Losada . “Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850”, In: **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, São Paulo, 2002, p. 155.

⁷⁹⁴ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios a legislação indigenista no período colonial (séculos XVI e XVIII) In: CUNHA (b), Manuela Carneiro da (Org). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 116.

⁷⁹⁵ Diretório de 1757 para o Maranhão e Grão-Pará, Direção 18 de maio de 1759 para Pernambuco. In: PERRONE-MOISÉS, Op. cit., p. 119.

⁷⁹⁶ CÂMARA, Op. cit., p. 131.

⁷⁹⁷ CÂMARA, Op. cit., pp. 133-134.

Essas novas medidas contribuíram para que, a partir dos aldeamentos, surgissem novas freguesias e vilas. Segundo Câmara, em toda a colônia: “foram implantadas, pelo menos, 71 das 227 vilas coloniais à sombra de antigas reduções ou aldeamentos indígenas.”⁷⁹⁸

O Morgado de Mateus, durante seu governo, voltou sua atenção aos aldeamentos. Visitou as unidades existentes, tanto as que pertenciam ao Padroado Real quanto aos dos jesuítas, mas as encontrou decadentes com suas populações dispersas, as habitações em estado miserável e terras insuficientes para o plantio.⁷⁹⁹ Segundo Maria Thereza Ferreira:

[...]os dezessete anos que a Capitania ficara destituída de um governo próprio, provavelmente contribuíram para a dispersão e diminuição da população indígena, principalmente a concentrada nos aldeamentos, pois a penúria destes não era uma exceção frente ao caos existente por toda a Capitania de São Paulo.⁸⁰⁰

Com essas indicações, o Morgado de Mateus adotou uma política de povoamento que se iniciou com a emancipação dos aldeamentos, agregando-lhes moradores brancos que viviam em sesmarias pertencentes a essas unidades ou em suas redondezas, o que os transformou em freguesias ou vilas, de acordo com as determinações previstas pelo “Diretório dos Índios”.

Em decorrência das medidas adotadas pelo Morgado de Mateus, os aldeamentos continuaram a existir. Câmara aponta que, durante o seu governo, foram criadas 14 vilas na capitania, acrescidas das que já existiam, o que totalizou 37 vilas, que se formavam ao redor da vila de São Paulo. Isso abrangeu uma área muito extensa, que se somou ao cinturão dos antigos aldeamentos indígenas.⁸⁰¹

Em 20 de agosto de 1798, o então governador, Melo Castro e Mendonça, nomeou José Arouche de Toledo Rendon “diretor dos índios”. Rendon fez um estudo aprofundado da situação desses aldeamentos, em alguns casos, até os visitou. Elaborou, a partir dessa iniciativa, um plano, em 1802, e entregou ao novo governador, o Capitão General Antônio José de Franca e Horta, suas observações a respeito dos aldeamentos:

O período de estabilidade convém repetir, foi muito breve. Logo os aldeamentos conheceram novo processo de decadência; novamente voltaram a se despovoar; desde o fato de os indígenas serem utilizados para toda sorte de serviços, muitíssimo sendo solicitados para as entradas nos sertões, a maioria permanecendo nas minas ou falecendo nas expedições.⁸⁰²

⁷⁹⁸ Idem, p. 131.

⁷⁹⁹ PETRONE, Op. cit., p. 227.

⁸⁰⁰ FERREIRA, Maria Thereza Correa da Rocha. **Os aldeamentos Indígenas Paulistas no fim do período colonial**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH/USP, 1990, p. 40.

⁸⁰¹ CÂMARA, Op. cit., p. 54.

⁸⁰² RENDON, Op. cit.

Rendon apontava, como um dos principais fatores dos indígenas abandonarem os aldeamentos, o uso abusivo da sua mão de obra nos mais diversos tipos de serviços na capitania, levando, assim, ao desaparecimento dessas unidades. Durante sua visita a esses aldeamentos, ele identificou que uma pequena parcela dos diretores guardava os documentos relacionados às suas terras:

[...] estou persuadido que tais sesmarias nunca foram medidas nem demarcadas, não só porque disso nenhum documento tenho encontrado, como mesmo porque a medição delas já há muitos anos se fez impraticável pela multiplicidade de moradores que foram entrando, e que existem hoje com posse imemorable. Acrescentando-se a isto que tais sesmarias nem têm confrontações certas, nem rumos determinados.⁸⁰³

Ao que parece, as autoridades paulistas, responsáveis pela medição e expedição dos títulos de sesmarias para os indígenas, não demandavam esforços na sua finalização, muito menos, em preservar esses documentos. Tal fato foi constatado em outro evento, ocorrido em 1850, sobre o aldeamento de Atalaia, em Guarapuava, o qual apresentaremos ainda nesse capítulo.

Em seu relatório sobre a situação dos aldeamentos paulistas, Rendon destacou que os grupos indígenas, que viviam em aldeamentos, eram infelizes, pois lá sofriam todos os tipos de maus tratos. Ainda, segundo suas observações, os indígenas eram mais felizes inseridos entre a população não indígena:

[...] a experiência mostra que os descendentes daqueles Índios que não ficaram nas aldeias, e ainda daqueles que em outros tempos se escaparam delas, vivem mais felizes, têm mais bens, muitos servem nos corpos militares, muitos querem ser brancos, e alguns já são havidos por tais desde que por meio o encruzamento das raças têm esquecido sua origem.⁸⁰⁴

No século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, houve um estreitamento nas discussões em torno da política indigenista. Segundo Cunha, para fins práticos, nesse período, os povos indígenas eram divididos em dois grupos, “bravos” ou “mansos”, e sua “domesticação” supunha a sedentarização em aldeamentos.⁸⁰⁵

O príncipe regente, D. João VI, com base na carta régia decretou guerra contra os genericamente chamados botocudos.⁸⁰⁶ Em outra carta régia publicada no dia 26 de março de

⁸⁰³ RENDON, op. cit.

⁸⁰⁴ Ibidem.

⁸⁰⁵ CUNHA (d), p. 136.

⁸⁰⁶ CARTA RÉGIA 13/05/1808, In: CUNHA (a), Op. cit., pp. 57-60.

1819 -e no mesmo ano, uma Provisão de 8 de julho de 1819-, reconheceu o direito deles sobre seus territórios, afirmando que as terras dos aldeamentos eram inalienáveis, nulas às concessões de sesmarias em seus territórios. Nesses documentos, D. João autorizava a concessão de terras para novos aldeamentos.⁸⁰⁷

Foi nesse contexto que o padre Chagas Lima conseguiu uma sesmaria de quatro léguas quadradas para o aldeamento dos Kaingang em Guarapuava:

Fazemos saber aos que esta nossa Carta de Sesmaria virem que sendo necessário e mui conforme as Reais Ordens destinar lugares competentes para as lavouras e estabelecimentos dos Índios, e que quizerem aldear, tendo-se conseguido demover os animos de muitos dos que habitavão nos Sertoens incultos de Guarapuava a virem se ligar em sociedade, e sendo por isso conveniente escolher hum terreno para formar[...] estabelecimento dos mesmos índios de comum acordo com o Pe. Francisco das Chagas Lima [...] Temos designado o terreno compreendido entre os Rio Coutinho e Lageado Grande, havendo por nós por bem conceder aos ditos índios conversos e convertendo por Carta de Sesmaria[...] para seo patrimônio, e nellas crearão e a reduzirão a cultura[...] Ordenamos ao comandante da expedição e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer deem posse aos mencionados índios.⁸⁰⁸

Em julho de 1815, o capitão Antônio da Rocha Loures assumia interinamente o comando da Real Expedição por meio das “Instruções da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ao Comandante interino da mesma Real Expedição”.⁸⁰⁹ Além dessa responsabilidade, que já não era pouca, o documento autorizava ao novo comandante que distribuísse terras para os oficiais que desejassem permanecer na freguesia de Nossa Senhora de Belém. Essa doação visava garantir a permanência dos oficiais no povoamento, afinal as instruções previam a dispensa de boa parte deles das funções que vinham exercendo, caso optassem poderiam ficar no lugarejo ou voltar para suas corporações de origem.

Embora o local denominado de Sepultura não tenha sido objeto de análise, o território é reclamado pelos indígenas, remanescentes de Atalaia, como lugar de antiga morada dos seus ancestrais. Entretanto, identificá-lo na documentação não foi das tarefas mais fáceis, pela dificuldade de localizar espacialmente esse território, mas o desenho, feito por Manuel Suares do Valle, foi fundamental para encadarmos e entendermos de que forma estava localizada territorialmente a sociedade local e, principalmente, onde estava localizada a primeira terra tradicional dos Kaingang, nos campos de Guarapuava.

⁸⁰⁷ Cf. CUNHA (c), Op. cit., p. 63.

⁸⁰⁸ **REPERTÓRIO DE SESMARIAS**: Concedidas pelos capitães Gerais da Capitania de São Paulo, desde 1721 até 1821. Secretaria da Educação e Saúde pública. Org. pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: Typ. do Globo, 1944, Livro 40, folha 92v.

⁸⁰⁹ **INSTRUÇÕES 09/07/1815**. Instruções da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ao Comandante interino da mesma Real Expedição – 09/07/1815. In: CUNHA (a), Op. cit., p.88.

O território de Sepultura, era naquela época, um lugar conhecido pelas autoridades locais. Em reposta à Câmara Municipal de Castro, Antônio da Rocha Loures refletia sobre uma série de questões referentes aos indígenas de Guarapuava e reafirmava a existência de um território destinado para os aldeados. Entre as informações relacionadas, em 1831, é interessante observar a descrição do comandante sobre as terras que haviam sido reservadas para reunir os indígenas da região:

[...] eles (os índios) tem hua sesmaria de campos no lugar denominado Sepultura, está se acha devoluta, isto é tenho conservado os animais[...]para os ditos não povoarem, parece ser justo que se compre animais e formar hua fazenda naquele dito lugar reservado para eles.⁸¹⁰

E, ainda: “este campo está reservado para os índios, seg^{do} versava a carta Régia de 1809”.⁸¹¹ Entre as pesquisas que foram feitas sobre Guarapuava e sobre o aldeamento sempre ficou evidente a existência de apenas uma sesmaria, a de Atalaia. Entretanto, ao produzir documentos para as autoridades paulistas, o capitão Antônio da Rocha Loures cita que a sesmaria dos Kaingang é a de Sepultura e não de Atalaia. Essa estratégia inibia a possibilidade de permanência e posse dos indígenas em Atalaia, visto que já estavam sendo ocupadas por alguns potentados locais a título de arrendamento.

Nos anos seguintes ao documento acima, vai haver uma disputa no âmbito local e provincial sobre os terrenos que foram demarcados para o aldeamento, tanto de Atalaia quanto essa nova área denominada como Sepultura. O debate se manifestava sobre o uso e destino das terras do aldeamento. Existia, da parte de Antônio da Rocha Loures, certa preocupação em preparar essa fazenda para promover meios de sobrevivência dos Kaingang, ao mencionar a necessidade de compra de animais para suprir as suas necessidades.⁸¹²

A proposta de Antônio da Rocha Loures era de que os indígenas trabalhassem na propriedade destinada para sua subsistência, especialmente, na criação de animais, por dois motivos: para sua alimentação e para sua comercialização. Essa proposta vinha ao encontro dos propósitos locais de incentivar o aumento das áreas de invernagem e criação de gado, proporcionada pelo tropeirismo, ou alugar os campos para as tropas que por ali passavam.

Em tese, os lucros obtidos com essas atividades seriam revertidos para suprir as demandas indígenas, sem precisar dos recursos vindos dos cofres públicos. Foi nesses termos que Antônio da Rocha Loures informou ao presidente da província de São Paulo, em seu

⁸¹⁰ Idem.p 01.

⁸¹¹ Id.

⁸¹² LOURES (b), Op. cit., p. 01.

relatório, datado de 18 de fevereiro de 1834:

Os campos que se demarcou aos indígenas tenho alugado a várias pessoas, visto que se achaca a maior parte deles devolutas, o que fiz declarando ser até última ordem de V.Exa. para se comprar animais de criar aos indígenas cuja ordem já tive dos antecessores de V. Exa. Porém pela falta de rendimento nada tenho obrado, agora tenho tratado sem rezes de criar, o que sendo do agrado de V. Exa. Efetuarei a compra, é muito necessário se formar ali uma fazenda para o alimento dos indígenas, pois segundo o lugar podendo logo dali comer e então evitar maior despesa a nação para sua subsistência, pondo-se ali não só as rezes e ovelhas que forem precisas para o princípio da fazenda, como também algumas éguas para dali retirarem cavalos para o custeio da mesma. Isto é o que acho necessário.⁸¹³

Desse documento, podemos extrair duas informações bastante interessantes sobre a sesmária dos Kaingang. A primeira questão a ser dita é a de que o capitão Rocha Loures afirma que houve uma demarcação de terras para o aldeamento. Ou seja, não era apenas um papel escrito com suas respectivas medidas, mas sim, de uma área bem definida para os Kaingang aldeados. O fato dele mencionar que essas terras estavam demarcadas indica que não estavam aptas para que outras pessoas se apossassem delas, com base na legislação da época. Entretanto, sabemos que essas leis não eram cumpridas, principalmente, quando se tratava de terras de aldeamentos.

Mesmo com o indicativo do capitão Rocha Loures de que era fundamental tornar essa propriedade produtiva e daí angariar recursos para as despesas com os indígenas, a província de São Paulo, por meio da lei orçamentária de 1836, destinava um valor considerável para a catequese e civilização dos indígenas de Guarapuava, recursos para manutenção dos empregos e atividades da freguesia, bem como para exploração dos campos de Palmas, com verbas públicas:

Dito de outro desde já no Campo de Palmas destinado a explorar-o, protegê-lo, e á povoação de Guarapuava, calculado como o antecedente 8.500\$000. Com a catequese, e civilização dos indígenas, e expediente de Guarapuáva 2.700\$000.⁸¹⁴

Ao que parece, a província continuava reservando recursos para a catequese dos indígenas residentes na vila. Pode ser que a compra de animais, efetuada pelo capitão Rocha Loures, tenha sido com essa verba, que também deveria suprir as despesas de alimentação, roupas e ferramentas destinadas para os Kaingang aldeados, mas também para aqueles que

⁸¹³ LOURES (g), Antônio da Rocha. **Relatório enviado ao Presidente da Província de São Paulo**. 18 de fevereiro de 1834. AESP, caixa 193, ordem 0988.

⁸¹⁴ RIBEIRO, José Cesario de Miranda. **Lei orçamentaria nº 40**, de 18 de março de 1836. In: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-40-18.03.1836.html>. Acessado em 01/05/2019.

vinham até a freguesia.

Embora as proposições do capitão Rocha Loures tenham sido consideradas interessantes pelas autoridades da época, nos anos seguintes, o que se percebe é exatamente o oposto. Nos primeiros dias de 1839, o Juiz de Paz⁸¹⁵ de Guarapuava, Antônio de Sá Camargo, enviou uma correspondência ao presidente da Província de São Paulo, na qual ele manifestou seu descontentamento sobre as terras que haviam sido reservadas para o aldeamento dos Kaingang:

Existindo aqui os ditos terrenos por tanto tempo sem ocupadores para que estavam reservadas para os indígenas, há alguns anos a esta parte que aí se tem estabelecido alguns moradores, e consta-me que o fizeram com o consentimento do comandante da expedição que arrendou-lhes os ditos terrenos para o que também consta que estava autorizado, porem ultimamente tem ocorridos fatos que denotam que os ditos ocupadores atribuem-se senhores dos ditos terrenos, para que alguns tem vendido as partes que ocupam a propriedade sua, não reconhecendo que as possuem como simples arrendatários, o que priva a expedição de um meio de acomodar os índios que a catequese tivesse sujeitado.⁸¹⁶

Além de usar as terras de Sepultura para criação de animais, o comandante, Antônio da Rocha Loures, autorizou o seu arrendamento a moradores da freguesia para suas lavouras e invernagem dos animais. Já observamos, em dado momento, que Rocha Loures tinha em mente lucrar com as terras de Sepultura, transferindo esses lucros para os Kaingang, com o comércio de animais em seus campos. De todo modo, o arrendamento das terras dos aldeamentos causava prejuízos irreversíveis para os indígenas, pois, de acordo com Marina Monteiro Machado, o arrendamento dava brechas para que ocorresse a invasão desses territórios pelos potentados locais.⁸¹⁷

O juiz de paz, ao denunciar a invasão das terras de Sepultura pelos seus arrendatários, afirmando serem donos daqueles espaços, ressalvou também que toda essa negociação desde o arrendamento e permissão para permanecerem nas terras do aldeamento, tinha o consentimento do comandante Rocha Loures. Ele quem autorizava o arrendamento das terras indígenas e era o responsável pela sua cobrança. Resta saber se os lucros eram revertidos para os Kaingang. Tudo leva a crer que a denúncia feita pelo juiz de paz tenha sido inútil, sem qualquer reação das autoridades provincianas, pois os problemas acentuavam-se dia após dia. Já em outra correspondência, Antônio da Rocha Loures afirmava que não havia mais “indígenas aqui aldeados, estão auzente desta aldeia”.⁸¹⁸

⁸¹⁵ De acordo com Sposito, o Juiz de Paz ou de orfãos cuidava dos bens e dos interesses dos indígenas. SPOSITO, Op.cit. p. 78.

⁸¹⁶ CAMARGO, Antônio de Sá. **Ofício ao Exmo Sr. Presidente Provincial**. 12/01/1839. AESP, C-192, O-987.

⁸¹⁷ MACHADO, Op. cit., p. 23.

⁸¹⁸ LOURES (b), Op. cit., p. 02.

Não podemos esquecer que embora Guarapuava estivesse no extremo da província de São Paulo, um povoado recém-fundado junto aos Kaingang, todas as orientações e ordens vinham dessas autoridades paulistas. Entretanto, no que diz respeito às terras dos aldeamentos, criados nas primeiras décadas do século XIX, como o de Atalaia, as consequências sobre o destino desses terrenos, com o abandono dos indígenas, não eram muito diferentes de outras regiões. Conforme apontamentos de Pasquale Petrone:

O início do processo de dissolução dos aldeamentos, que bem ou mal até então haviam mantido uma personalidade própria, estava consumado. Tratava-se antes de mais nada, convém insistir, das consequências normais do desaparecimento do interesse na utilização dos indígenas. Paradoxalmente, o fim do processo de exploração do indígena aldeado acabou por significar o início do processo de desaparecimento dos aldeamentos como unidades tipicamente indígenas. A documentação, já não mais abundante, e os testemunhos relativos aos aldeamentos nas primeiras décadas do século XIX expressam mais ou menos nitidamente a intensidade do processo.⁸¹⁹

Devemos reconhecer que esse projeto de inserção dos indígenas à sociedade local vinha desde o Diretório dos Índios, da época pombalina. Manter o aldeamento em funcionamento protelava cada vez mais a integração desses grupos ao modo de vida da sociedade nacional. Transformar esses aldeamentos em freguesias e vilas, promovendo o comércio ou arrendando suas terras para outras pessoas, promoveria rapidamente a incorporação desses grupos à vida daquela sociedade. Para Fernanda Sposito, esses indícios, “demonstram um movimento das autoridades públicas em gradualmente modernizar sua estrutura segundo os parâmetros da época, transformando os indígenas em paulistas e transferindo suas terras para trabalhadores mais produtivos.”⁸²⁰

A Resolução⁸²¹ de 17 de julho de 1822 colocou fim ao regime de sesmarias no Império, inibindo qualquer tipo de doação de terras até o momento em que a assembleia constituinte de 1823 apresentasse uma solução para essa questão.⁸²² Essa suspensão não significou que os antigos sesmeiros tivessem perdido os direitos sobre as terras adquiridas antes dessa data, nem tampouco a anulação total das concessões, mas, a partir daquele momento, o acesso à terra estaria mais restrito.⁸²³

⁸¹⁹ PETRONE, Op. cit. p. 29.

⁸²⁰ SPOSITO, Op. cit. p. 161.

⁸²¹ Sobre os termos jurídicos usados aqui na tese como Resoluções, Álvaras, Decretos, Avisos Régios, Carta de Lei, Provisão e outros, consultamos o texto de: COTTA, Francis Albert. **Subsídios para o Entendimento do Arcabouço Formal da Legislação Portuguesa no século XVIII**. Texto de Apoio: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaentendimentodoarcaboucoformaldalegislaçaoportuguesa.pdf>. Acessado em 02/04/2019.

⁸²² SILVA, Op. cit., p. 73.

⁸²³ O decreto imperial n. 102, de 5 de maio de 1824, é um exemplo disso, pois permitiu a concessão de sesmarias nas margens do rio Doce, no Espírito Santo, com a finalidade de facilitar a ocupação da região e civilizar os índios

Com a proclamação da Independência do Brasil, ocorrida no dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro I publicou um decreto em que convocava a “Assembleia Constituinte e Legislativa” para construir as diretrizes e prioridades do novo governo. Evidentemente, as questões indígenas também deveriam ser objeto de debate entre os deputados. A necessidade de uma política indigenista não chegou a ser discutida durante os trabalhos da Constituinte. Dos projetos que foram enviados para a assembleia, o de maior destaque foi o “Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, escrito em 1823, por José Bonifácio.

Nesse documento Bonifácio sugeria que a integração do indígena à sociedade nacional efetivar-se-ia gradativamente, sem a necessidade de invadir as terras dos aldeamentos, porém comprando-as de modo a ser o mais justo possível: “Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das Terras que ainda lhe restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lhas deu; mas antes comprando-lhas como praticaram, e ainda praticam os Estados Unidos da América”.⁸²⁴ Segundo Manuela Carneiro da Cunha, se o projeto de Bonifácio tivesse realmente sido integrado à Constituição, “teríamos assistido a um etnocídio generalizado das populações indígenas.”⁸²⁵

Entre os anos de 1822 e 1850, período correspondente à suspensão do Regime de Sesmaria e da edição da Lei de Terras, respectivamente, as apropriações ilegais ocorreram sistematicamente. Nesse contexto, a posse sobre extensas propriedades tornou-se a única forma de aquisição de terras.⁸²⁶ Em 06 de julho de 1832, foi autorizada, em uma nova lei, a transferência de indígenas residentes que ainda permaneciam nesse aldeamento, para outros. Esse projeto, além de reunir grupos etnicamente diferenciados em um mesmo espaço, permitiu sua ocupação, seu arrendamento e até mesmo a venda dessas terras para quem tinha condições econômicas favoráveis.⁸²⁷ Além de incentivar a invasão sobre esses terrenos, os municípios, províncias e governo central também disputavam o direito de propriedade dessas terras.⁸²⁸

Após um longo silêncio de uma legislação geral para povos indígenas, o governo imperial publicou no dia 24 de julho de 1845, o Decreto nº 426, com o título de “Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios”. Esse decreto foi o único documento indigenista geral do Império e visava ao restabelecimento de um regramento geral para todas as questões que envolviam a temática indígena.

selvagens. In: MOREIRA, Op. cit., p. 158.

⁸²⁴ Cf. CUNHA (c), Op. cit., p. 11.

⁸²⁵ CUNHA (b), Op. cit., p. 137.

⁸²⁶ MOREIRA, Op. cit., pp. 157-158.

⁸²⁷ CUNHA (d), Op. cit., p. 144.

⁸²⁸ Idem, p. 145.

Manuela Carneiro da Cunha ressalta que o “Regulamento das Missões de 1845” orientava a remoção dos indígenas de seus territórios tradicionais e incentivava a reunião deles em aldeamentos. Além do mais, autorizava o arrendamento de suas terras para quem pudesse cultivá-las. Com isso, gradativamente, os potentados locais começaram a pressionar as Câmaras Municipais e os Governos Provinciais para obterem os terrenos dos aldeamentos, sob o pretexto de que os indígenas haviam abandonado suas terras.⁸²⁹

Em 1850, o governo imperial promulgou uma lei que pretendia disciplinar o regime fundiário nacional, a “Lei de Terras” – Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. A Lei de Terras foi uma tentativa de ordenar o processo de aquisição de terras no Brasil. A partir desse momento as terras deveriam ser vendidas e não mais concedidas. O Estado buscava firmar a exclusividade de seus direitos sobre as terras “desocupadas”, que vinham passando, de forma desordenada, para o patrimônio particular. Além disso, as autoridades imperiais buscavam dispositivos eficazes para vender as terras devolutas.⁸³⁰ O dinheiro arrecadado com esse comércio deveria financiar a imigração de trabalhadores.⁸³¹

Entre suas várias disposições, a Lei de Terras estabelecia que as terras indígenas não eram devolutas e não necessitavam de legitimação.⁸³² Em seu artigo 12, estipulava que seriam reservadas, dessas terras devolutas, “terras para a colonização dos indígenas”.⁸³³

Um mês após a promulgação da Lei de Terras, a Decisão complementar n.º 92, de 21 de outubro de 1850, mandou incorporar aos nacionais as terras de aldeamentos naqueles lugares onde os indígenas haviam se dispersado.⁸³⁴ A nova política implementou novos critérios que despojavam os indígenas desses territórios com a inserção de uma população não indígena nos aldeamentos, de acordo com os Avisos n.º 21, de 16 de janeiro de 1851, e n.º 67, de 21 de abril de 1857.⁸³⁵

O Alvará de 18 de dezembro de 1854 exigiu o arrolamento dos indígenas aldeados e de seu patrimônio nos aldeamentos.⁸³⁶ A execução de tal exigência demonstrou a ausência de uma

⁸²⁹ CUNHA (c), Op. cit., pp. 69-70.

⁸³⁰ O termo devoluto assumiu um novo significado na Colônia e é necessário que se tenha consciência dessa distinção. Em Portugal o termo “devoluto” surgiu no contexto do sesmarialismo e seu sentido original era “devolvido” ao senhor original. No caso, a terra anteriormente doada, mas não utilizada, seria devolvida ao monarca. Contudo, na Colônia, o tempo devoluto passou a designar “vago”, uma vez que, em sua maioria, as terras da colônia eram vagas, não tinham qualquer senhorio – contribuindo para a distorção de um dos termos centrais do sistema sesmarial português. Sobre esse assunto consultar: SILVA, Op. cit., p. 44.

⁸³¹ SILVA, Op. cit., p. 335.

⁸³² CUNHA (d), Op. cit., pp. 141-142.

⁸³³ CUNHA (c), Op. cit., p. 67.

⁸³⁴ MOREIRA, Op. cit., p. 163, Cf. CUNHA (d), Op. cit., p. 145.

⁸³⁵ Idem, p. 145.

⁸³⁶ Idem.

população indígena habitando essas unidades, tornando suas terras passíveis de aforamentos. Isso contribuiu para o pleno curso do processo de extinção dessas comunidades.

A nova legislação territorial representou os interesses dos grandes proprietários, que sentiram a necessidade de legalizar a situação de suas propriedades de terras e, ainda, desejavam encontrar novas fontes de trabalhadores para as suas.⁸³⁷ Nesse sentido, a legislação recém implantada buscava regulamentar o processo de acesso à terra, tanto por parte dos nacionais como dos estrangeiros, a fim de controlar os apossamentos que vinham ocorrendo indiscriminadamente e de garantir as posses feitas antes da promulgação da nova lei.⁸³⁸ Outra preocupação dos fazendeiros era conseguir trabalhadores rurais, tornando o trabalhador livre incapaz de adquirir terras de forma legal ou ilegal.⁸³⁹ As terras públicas seriam vendidas e sua renda destinada a subsidiar a imigração, resolvendo, em parte, a corrida pelo direito de propriedade sobre áreas, como dos aldeamentos e da escassez de mão de obra, com apenas uma medida.⁸⁴⁰

Embora o apossamento, de acordo com as determinações da Lei de Terras, fosse ato criminoso, uma vez que apenas a compra dava origem a novas propriedades, ele continuou a ser praticado e, muitas vezes, em terras que pertenciam aos aldeamentos. Ao invés dos apossamentos serem anulados, seguindo as determinações previstas por lei, mantinham-se com a convivência das autoridades.⁸⁴¹

Um Aviso de 16 de janeiro de 1851 definiu que a aquisição de terras pelos nacionais não poderia compreender terras que eram usadas efetivamente, mas sim, aquelas que a esses pertencessem, mas não estivessem devidamente ocupadas. Outro Aviso, de 1852, estabeleceu que os terrenos, pertencentes aos aldeamentos, ao passarem para o domínio imperial, não eram próprios para a aquisição da sociedade nacional.⁸⁴² Tais avisos, porém, não surtiram o efeito esperado e os apossamentos continuavam ocorrendo, tanto em terras ocupadas pelos indígenas quanto em outras áreas, onde seus sesmeiros eram “desconhecidos”.

No sentido de esclarecer algumas interpretações dúbias em relação à Lei de Terras, foi necessário que essa lei tivesse seu regulamento para amenizar o seu impacto diante dos potentados locais. O Decreto nº 1.318 de 1854 determinou que terras fossem reservadas para a criação de aldeamentos, consideradas por essa legislação imemoriais e inalienáveis, além de

⁸³⁷ COSTA, Op. cit., p. 171.

⁸³⁸ SILVA, Op. cit., p. 136.

⁸³⁹ COSTA, Op. cit., p. 171.

⁸⁴⁰ Idem, p.171.

⁸⁴¹ MOREIRA, Op. cit., p. 165.

⁸⁴² CUNHA (a), Op. cit., pp. 214-215.

seu usufruto exclusivo dos aldeados:

Art. 72. Serão reservadas terras devolutas para colonização e aldeamento de indígenas nos distritos onde existem hordas selvagens. Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por elles distribuídas, são destinadas ao seu uso fructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não lhes conceder o pleno gozo dellas, por assim o permittir o seu estado de civilização.⁸⁴³

Atos posteriores extinguiram alguns antigos aldeamentos e autorizaram a venda de suas terras, pois eram considerados devolutos. Nesse caso, em conformidade à legislação, o governo poderia vender, aforar ou legitimar a posse para particulares. De acordo com a Lei n.º 1.114, de 27 de setembro e 1860, em seu art. 11, o governo ficou autorizado a:

[...] aforar ou vender, na conformidade da lei n. 601 de 18 de setembro e 1850, os terrenos pertencentes as antigas Missões e Aldeias dos índios, que estiverem abandonadas, cedendo, todavia, a parte que julgar suficiente para a cultura dos que nelles ainda permanecerem, e os requererem.⁸⁴⁴

No texto da lei é possível identificar as contradições e arbitrariedades dos interesses existentes ligados às terras dos aldeamentos: como poderiam estar abandonadas essas terras, se havia grupos indígenas vivendo nelas, capazes de as requerer? Se existiam indígenas nesse espaço, obviamente, o aldeamento estava respaldado legalmente para manter sua atividade.

A partir de 1875, com o Decreto nº 2672, as câmaras municipais passaram a deliberar sobre a venda das terras dos aldeamentos extintos, como também poderiam usá-las para fundar vilas e povoações.⁸⁴⁵ No sentido de regulamentar de que maneira as câmaras passariam a exercer tal prerrogativa, a lei orçamentária, número 3.348, de 20 de outubro 1887, determinou que os terrenos dos extintos aldeamentos pertenciam aos municípios onde estivessem instalados, correndo por conta dos municípios as despesas com suas medições, demarcações e validações.⁸⁴⁶

Por mais de trinta anos, os Kaingang de Guarapuava não se manifestaram quanto aos seus direitos territoriais das terras do antigo aldeamento, nem das terras que ocupavam próximo à freguesia. As razões pelas quais houve esse silêncio quase total, com exceção do juiz de órfãos, preocupado com a ocupação desmedida e permitida pelo comando da freguesia pelo comandante Antônio da Rocha Loures, estão diretamente relacionadas ao fato de que eles estavam habitando um espaço junto à população local, “misturados a massa da civilização”.

⁸⁴³ CUNHA (c), Op. cit., p. 68.

⁸⁴⁴ Cf. CUNHA (a), Op. cit., p. 116.

⁸⁴⁵ CUNHA (a), Op. cit., pp. 145-146.

⁸⁴⁶ Idem, p. 300.

Ao contrário do que havia ocorrido em outros lugares, como o aldeamento de Queluz, que havia se transformado em uma freguesia e depois vila, com o aldeamento de Atalaia, isso não se repete. Funda-se um povoado separado do aldeamento e mantêm-se os aldeados com sua sesmaria distante do povoado. No entanto, a precariedade, a falta de recursos e segurança para os aldeados impediram que permanecessem no território de Atalaia. Todavia, as terras do aldeamento continuavam lá e eram arrendadas para particulares, com anuência do capitão Antônio da Rocha Loures.

De todo modo, há uma intensa movimentação e presença dos Kaingang na vila de Guarapuava, ora habitando nesse espaço e ora relacionados em listas como “índios aldeados”; ou seja, enquanto parte das autoridades insiste em promover a política de silenciamento desses indígenas, outra parte, não menos importante, produz documentos nos quais aparecem os Kaingang, estabelecendo alianças e arranjos familiares, além de ampliar suas redes de relacionamento.

Esse silêncio institucional sobre a ausência de uma chefia indígena em Guarapuava está relacionado às estratégias que os povoadores articulavam com outras lideranças, espalhadas pela região sul, com grande ímpeto ao convencimento de grupos contrários à abertura do caminho das missões. Sobre esse aspecto, vale acrescentar que o cacique Vitorino Facxó Condá, tenha tido algum ganho no “silêncio” sobre as terras do aldeamento de Atalaia, pelos encaminhamentos futuros desse Kaingang na abertura de caminhos nos campos de Palmas, na década de 40, dos oitocentos e nos acordos com os governos provinciais do Paraná e Rio Grande do Sul.⁸⁴⁷

É possível que parte da verba destinada para a exploração dos campos de Palmas, conforme a lei orçamentária de 1836, da província de São Paulo, tenha sido destinada para o pagamento dos caciques, Vitorino Facxó Condá e Viri, a fim de protegê-los das incursões guerreiras dos Kaingang mais resistentes à presença da sociedade nacional.

Enquanto isso, Francisco Luiz Tigre Gacom permanece na freguesia, com residência no primeiro quarteirão do povoado, sendo relacionado na lista de “índios” do aldeamento. São informações pontuais para cada documento analisado, mas que, articuladas à uma análise ampla, nos ajudam a entender as relações e estratégias familiares dos Kaingang na vila de Guarapuava. Um período de reflexão e de ações no seu modo de compreender as transformações pelas quais eles passavam, especialmente, no entendimento do que era o direito sobre os territórios do aldeamento de Atalaia.

⁸⁴⁷ NONNENMACHER, Op. cit., p. 57.

Sobre esse aspecto, concordamos com Maria Regina Celestino de Almeida, quando ela afirma que indígenas aceitaram viver em aldeamentos por ser, naquele momento, um espaço de proteção contra todo tipo de violência que sofriam pelo sertão, quando capturados para serem escravizados; dos encontros nada amistosos sofridos por grupos indígenas rivais e, sobretudo, dos massacres que ocorriam em consequência da sua rebeldia frente ao avanço colonizador.⁸⁴⁸ Em outras palavras, aceitar se estabelecer no aldeamento significava proteção, de certo modo, segurança, por viverem em aldeamento. Nesse espaço, agregavam outros significados, que não somente conversão e civilização.

Nesse sentido, as terras dos aldeamentos também passaram a fazer parte do universo indígena e preservar esses espaços foi um dos principais acordos estabelecidos pelos grupos indígenas com as autoridades imperiais. Com efeito, garantir esses territórios como de uso exclusivo dessas populações tornou-se um dos principais motivos de conflitos entre eles e a sociedade local.

As populações indígenas sempre buscaram formas de garantir as terras dos aldeamentos onde haviam se estabelecido. Garantir esses territórios foi uma das grandes lutas travadas pelos indígenas, principalmente, após as determinações do Diretório dos Índios, quando se intensificaram os arrendamentos e uma maior presença de não índios nesses espaços. Os conflitos eram inevitáveis. Maria Celestino de Almeida constatou, ainda, que as autoridades do Rio de Janeiro não tinham uma solução acertada para resolver os problemas advindos da insatisfação dos indígenas quanto à legitimação das terras de seus respectivos aldeamentos:

[...] Os maiores problemas enfrentados pelas autoridades diziam respeito à defesa das terras e dos direitos dos índios[...] lutavam juridicamente e pelas armas para manter suas terras e aldeias, ameaçadas pela presença cada vez maior de não índios em seu interior.⁸⁴⁹

Em suas pesquisas, a historiadora Márcia Motta estudou os conflitos de terras na localidade de Paraíba do Sul, pertencente à capitania do Rio de Janeiro, e constatou, ao analisar os relatórios dos presidentes da província, entre os anos de 1822 e 1850, que muitas invasões de terra estavam acontecendo em aldeamentos indígenas nesse período. A autoridade provincial reclamava a dificuldade de medir e efetivar o tombamento das terras dos aldeamentos, devido à presença de povoadores não índios em seu interior.⁸⁵⁰

⁸⁴⁸ ALMEIDA (a), Op. cit., p. 93.

⁸⁴⁹ Idem, p. 95.

⁸⁵⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Possesores nos oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: MOTTA, Márcia; Paulo Zarth (Org.) **Formas de Resistência Camponesa**: visibilidade e diversidade

Entretanto, a invasão das terras de aldeamentos não era uma situação presente exclusivamente para os aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro, como tem sido apresentado pelas pesquisas referenciadas. Na Província de São Paulo, em especial, na sua 5ª comarca, teremos momentos tensos entre a sociedade local e os indígenas, que se estabeleceram no aldeamento de Atalaia, no século XIX.⁸⁵¹

Esse cenário, do qual Francisco Gacom fez parte, nos coloca questões interessantes sobre o protagonismo indígena, em alguns momentos, fortalecendo acordos e, em outros, tensionando conflitos com os povoadores em Guarapuava. Nesse caso, é imperativo analisar os eventos ocorridos alguns anos após a transferência dos Kaingang do aldeamento de Atalaia para próximo da freguesia, quando diversos grupos indígenas se aproximaram do povoado com intenções evidentes de retomar as terras do aldeamento, ameaçando à sociedade local.

4.3 Guarapuava “ameaçada”: tensões, conflitos e acordos

É comum encontrarmos, em pesquisas que tratam dos conflitos envolvendo os Kaingang alguns eventos que marcaram os primeiros anos da ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava.⁸⁵² Entre esses acontecimentos, o conflito de 1825 é constantemente retomado, talvez, pelo número excessivo de indígenas mortos em um ataque e por ser o início do processo de desmantelamento do aldeamento de Atalaia. Esses conflitos se davam apenas entre as facções Kaingang.

Com a morte de Luiz Tigre Gacom, naquele ano, e a transferência dos sobreviventes para a “nova Atalaia”, território mais próximo da freguesia, outros grupos indígenas se aproximaram da povoação, estrategicamente, para adquirir ferramentas, alimentos e objetos, mas também traziam outros objetivos, entre eles, o desejo de expulsar os povoadores de seus territórios tradicionais, agora, sem a proteção e defesa do “capitão dos índios”.

Os moradores da freguesia viviam em estado de alerta e preocupados com um ataque desses indígenas, agora, motivados pela ausência de proteção dos Kaingang aldeados e sem uma chefia que os pudesse afastar do convívio com a sociedade local. Alguns grupos familiares permitiam que o padre fizesse sacramentos com as crianças e adultos entre suas estratégias, provavelmente, para ganhar tempo e descobrir como os povoadores estavam preparados

de conflitos ao longo da história, Vol. 1. Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 88.

⁸⁵¹ SPOSITO, Op.cit., p. 132.

⁸⁵² MOTA (a), Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá/Pr: Eduem, 2009.

militarmente para se defender. O fato é que a população local tinha receio de que, a qualquer momento, os Kaingang atacariam a freguesia e muitas pessoas poderiam morrer. Em 1828, Francisco Manoel de Assis França, um jovem soldado, estabelecido em Guarapuava, comunicava aos seus familiares, em Curitiba, sobre o estado de tensão vivido pela população na freguesia:

Más sempre me desgosta a Terra em razão de grande perigo de brugres em qe sempre vive que no outro dia inda tivemos hum ataque com 5 índios brabos que tivemos grande felicidade pr qe pegou-se 3 delle e outros xumbeou-se porem escaparão os outros xumbeados e sempre frexarão duas pessoas dos nossos porem não foi couza maior qe logo sararão e agora estamos em mta cautela pr qe temos hua nação inteira desses qe sepegou conta nós qe tenhamos prometido matarem todos ea razão pr qe estão conta nós hé pr qe veio Ordem de S. Paulo pa o sr. Cap.m remeter todos os índios manços qe aqui se achasem qe partirão no mês passado e os brabos ficarão-se mto disto he a razão pr qe nos querem acabar, mas Deos tem mais poder qe elles não dá animo aelles nos fazerem mal porem tememos qe peguem Fogo em alguma caza qe então só aforça de Armas acabaremos aelles. Eu vivo em tal cautella qe mudei am.a cama p.a o Armazem qe estou entregue delle pr ser Caza de Pedra e cuberta de telha elogo qe da Ave Maria fexo-me econservo hua arma de fogo carregada evivo sempre pronto pa o qe pode suceder enão mefiu nem deste manços qe morão com nosco pr qe são m.to traidores isto hé qe agora poderá ter 16 ou 20 homens delles e mulheres hade ter a Riba de Trinta e tantas por qe pa S. Paulo forão 25 índios e todos cazados elevarão suas mulheres e mains qe forão a sima de 60 pessoas com oqe olevarão q.do sahirão pareceu-me hua Purçiçom e Tomaria eu fosse hindo todos os mais brabos qe se vai pegando.⁸⁵³

O período em que Francisco Manoel escreveu essa carta é exatamente o de retorno de Vitorino Facxó Condá na freguesia junto aos Kaingang aldeados, nos primeiros meses de 1827. Entre esse ano e 1828, teremos um conjunto de registros de batismo em que as pessoas batizadas vinham pela primeira vez mais próximas da sociedade local. Foi nesse contexto da chegada de um novo grupo de Kaingang à freguesia que Vitorino organizou um ataque a outro grupo, denominado “Dorim”.

Pelo que temos acompanhado na documentação, o retorno de Vitorino Facxó Condá à freguesia demonstra um certo grau de ambição para assumir o posto de “capitão dos índios”, cargo vago com a morte de Luiz Tigre Gacom. Exercer essa função lhe renderia alguns ganhos, como o vencimento mensal que Gacom recebia, enquanto exercia tal função no aldeamento de Atalaia de 80\$00 por dia. Esse valor consta em uma correspondência enviada ao presidente da província de São Paulo pelo comandante da freguesia, Antônio da Rocha Loures: “Luiz Tigre

⁸⁵³ FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. Carta. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Etnográfico Paranaense**, v. 5, ano 1981, fascículos 3-4, p. 69-71.

Gacom está apto a receber 80\$00 por dia pelos seus serviços”.⁸⁵⁴ Ao perceber que outros grupos estavam se aproximando dos povoadores, Vitorino agiu de forma violenta para afastá-los, praticando um ataque mortal sobre eles. É a lógica política Kaingang operando nesse acontecimento, mesmo que ele tenha sofrido as consequências da sociedade local, de forma a permanecer por um período preso, ele ficou no comando dos Kaingang aldeados.

De todo modo, esses conflitos, envolvendo grupos locais diversos na freguesia, provocavam reações extremas, como a de Francisco Manoel, em que, mal anoitecia, ele já estava com o armazém fechado, com medo de ser atacado pelos indígenas. O perigo era iminente, tanto, que até mesmo Antônio da Rocha Loures comunicava às autoridades paulistas, em janeiro de 1830, que os índios ficam rondando as casas durante a noite, causando muito medo às pessoas.⁸⁵⁵

Entretanto, mesmo com todo o temor de ser atacado pelos indígenas, Francisco Manoel de Assis França não apenas sobreviveu às intempéries daquele período, como acumulou ao longo de sua vida uma pequena fortuna, se destacando como um dos potentados locais mais ricos e poderosos da freguesia e depois vila de Guarapuava. Ao longo de sua estada em Guarapuava, Francisco Manoel não foi padrinho de batismo dos Kaingang, provavelmente, em razão de sua atividade dentro da freguesia, como a pessoa responsável para cuidar e distribuir os alimentos para a sociedade local e para os Kaingang.

Ao cair nas graças do comandante, pelo compromisso e seriedade no exercício de suas funções, Rocha Loures comunicou ao presidente da província de São Paulo que, por iniciativa própria, tinha aumentado o salário de Francisco Manoel para 10\$000 réis, a fim de continuar como “fiel do armazém”.⁸⁵⁶ Além de receber um salário pelos seus serviços na principal repartição daquela freguesia, Francisco Manoel também foi uma das pessoas que foram agraciados com um pedaço de terra.

Na lista de habitantes de 1835, alguns anos após assumir o armazém da freguesia, Francisco Manoel já acumulava ganhos, como um prédio rústico no 2º quarteirão e uma possessão de campos. Nesse documento, consta como casado com Rafaela Fortunato, de 18 anos. Tem, em sua residência, uma escrava de nome Ana, de 38 anos, e Rufina Maria, com 5 anos de idade, indígena, na condição de agregada. Naquele ano, declarou ter plantado 5 alqueires de milho e diz ter, em suas propriedades, 12 cavalos e 6 vacas. No documento, além

⁸⁵⁴ LOURES (i), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da Província de São Paulo**. 15 de março de 1824. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

⁸⁵⁵ LOURES (j), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da Província de São Paulo**. 24 de janeiro de 1830. AESP, Caixa 230, Ordem 1025.

⁸⁵⁶ LOURES (h), Op. cit. f. 1.

de estar registrada sua função de escrivão do almoxarife da expedição, tinha a seguinte observação: “ótimo para ocupar qualquer emprego pois é dotado de boas qualidades tanto físicas como morais”.⁸⁵⁷

No censo de 1840, houve um pequeno acréscimo de informações quantitativas sobre sua vida social e econômica na freguesia ao declarar que, sob sua responsabilidade, existiam cinco agregados: Antônio, com 20 anos-brasileiro; Manoel Elias, com 18 anos, mulato e jornaleiro; Antônio, com 12 anos, mulato; João, com 8 anos, Mulato; e Porfíria, de 8 anos, indígena.⁸⁵⁸ Dois anos depois, na elaboração feita pelo padre Braga Araújo, do rol de paroquianos, Francisco Manoel consta como residente no rocio da freguesia, casado, com 32 anos e com três agregados: Manoel, João Baptista e Rufina (índia), respectivamente com 20, 9 e 8 anos de idade.⁸⁵⁹

Onze anos depois dessa lista, em 1853, outra relação foi escrita pelo padre Braga de Araújo, com o título de rol de desobriga quaresmal. Nesse intervalo de tempo, Francisco Manoel ficou viúvo, pois consta casado com outra mulher de nome Ana Joaquina da Encarnação França, 27 anos, e com um filho de 8 anos, Jozino. Sua fortuna parecer ter aumentado ao revelar possuir cinco escravos e seis agregados, incluindo, nesse grupo Rufina “índia”.⁸⁶⁰ Nesse mesmo ano, Rufina compareceu perante os membros da igreja para batizar sua filha, Laurentina, filha de pai incógnito, no dia 10 de janeiro de 1853. No livro de batismo, o padre fez a seguinte observação: “Rufina Maria crespa foi educada na casa do Major Francisco Manoel de Assis França.”⁸⁶¹

No rol de paroquianos de 1863, Francisco Manoel passou de 5 para 7 escravos. Continua casado com Ana Joaquina e com seu filho, Jozino, agora com 18 anos, solteiro. Em relação aos agregados, outras pessoas estavam nessa condição. Um deles era Francisco Fidellis Ferreira,⁸⁶² com 30 anos de idade e viúvo de Rufina “índia”. Nesse intervalo de tempo, Rufina teve uma filha, casou-se e faleceu. Sua filha, Laurentina, agora com 11 anos, permaneceu como agregada da família, mesma posição social de sua mãe.

⁸⁵⁷ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁸⁵⁸ LISTA DE HABITANTES DE 1840, Op. cit.

⁸⁵⁹ ARAÚJO (a), Op.cit. nº 24.

⁸⁶⁰ ARAÚJO (b), Op. cit. nº 198.

⁸⁶¹ ARAÚJO (f), Op. cit., f. 144.

⁸⁶² Francisco Fidellis Ferreira declarou, no dia 27 de maio de 1857, possuir por concessão pago a Câmara Municipal de Guarapuava de 800 réis por ano, por um pedaço de terra de 50 braças no rocio da vila, uma casa com quintal, no bairro Xarquinho. Por não saber ler e escrever seu declarante foi Francisco Manoel de Assis França. Ver em: DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 271.

O fato é que Francisco Manoel de Assis França se tornou umas das figuras mais importantes daquele povoado, tanto no âmbito político como econômico. Na esfera política, ele foi eleito camarista, no ano de 1859 e 1864.⁸⁶³

Depois, quando da realização da lista de qualificação de votantes de 1880, ele é relacionado com 70 anos de idade, casado, com residência no bairro Xarquinho e com uma renda anual de 600.000 réis. Nesse documento, conta ainda seu filho, Justino Enéas de Souza França, solteiro com 33 anos, provavelmente morando junto com sua família no mesmo bairro, com uma renda de 400.000 réis.⁸⁶⁴ Tudo indica que Justino é o mesmo que foi relacionado nos documentos anteriores como sendo Jozino. Não encontramos outras informações que pudessem nos ajudar a esclarecer de que se tratava de outro filho de Francisco Manoel com Ana Joaquina; ao que parece, trata-se da mesma pessoa. De todo modo, pai e filho estavam aptos a pleitear um cargo público.

Em termos econômicos, Francisco Manoel se destacou como militar exercendo algumas atividades que renderiam alguns bens materiais, somados às atividades produtivas das suas posses. Um dado interessante sobre Francisco Manoel é que ele foi o único potentado local a declarar ser possuidor de 7 propriedades em Guarapuava. Três delas por posse primária e as outras quatro por compra. A tabela abaixo é bem ilustrativa dessa realidade:

Tabela 41: Propriedades de Francisco Manoel de Assis França

Declaração	Extensão	Lugar	Forma de aquisição	Divisas	Espécie da propriedade
1	Quase 3 alqueires.	Aldeia	Posse primária	Divide com Francisco Ferreira da Rocha, Ponciano Antônio Moreira, José Francisco de Oliveira, herdeiros do falecido Manoel Pinto e o Rocio da Vila, “por lugares conhecidos”.	Campos e matos
2	1 légua e $\frac{1}{4}$	Sepultura	Posse primária	Com Francisco Ferreira da Rocha, Antônio Moreira, José Francisco de Oliveira e Dona Maria da Natividade “pelos lugares conhecidos”.	Campos denominados da Lagoa do Coração
3		Morro Alto	Posse Primária	Ignora as divisas	Campos e matos
4		Vassoural	Compra de Joana Francisca	Ignora as divisas	Campos
5		Mato dentro	Compra de Joaquim Monteiro, José	Ignora as divisas e confinantes	

⁸⁶³ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. 1859/1864.

⁸⁶⁴ ARAÚJO (g), Op. cit. n° 192 e 200.

			Manoel de Morais e Antônio Manoel de Abreu		
6		Covó	Terras que foram de Manoel Antônio Villa Nova e Manoel, vulgo Gago.	Ignora as divisas e extensão	
7		Rio das Mortes, Arroio Cachoeirinha que deságua no Rio Guavirova	Compra de Dona Maria Romana, José Nogueira, Francisco de Lacerda, Manoel Nunes ...(?) da Silva, Pedro de Gouveia, Severo Tristão Rodrigues, Francisco, vulgo, "Mentrus" e troca com Antônio de Lacerda.	Suas divisas "são bem conhecidas por todos os confinantes.	

Fonte: DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 188.

As participações de Francisco Manoel de Assis França não se resumem a essas informações acima descritas. Voltaremos a falar sobre ele ainda nesse capítulo, discutindo sua participação em alguns acontecimentos que envolvem os Kaingang residentes na vila de Guarapuava.

Retomaremos aqui, uma sequência de conflitos que ocorreram na freguesia, depois do desabafo de Francisco Manoel, em 1828. O capitão Antônio da Rocha Loures, com a saída do padre Chagas Lima, se torna a principal autoridade política, jurídica e militar da freguesia. Em termo religiosos, os padres, que por ali passaram, não mediam muitos esforços para atender espiritualmente aos Kaingang que permaneciam junto à sociedade local, e até mesmo pouca assistência davam para os indígenas que vinham até as habitações da freguesia.

Sentindo-se sobrecarregado e com diversas responsabilidades atribuídas pelo cargo que exercia na freguesia, como seu comandante, Rocha Loures solicita aos membros da Câmara de Castro que seja nomeado um Juiz de Paz para moralizar a freguesia. Nesse documento assinaram, com ele, trinta e cinco potentados locais no propósito de fortalecer a demanda apresentada por seu comandante:

[...] os habitantes na Freguesia de Guarapuava e seo termo, vamos com aquella confiança que no inspira a justiça da nossa causa, representar anecessidade que temos de um Juiz de Paz e esperamos que VVSS, com maior brevid^e mandem promover a elleição deste Magistrado que só nos pode livrar dos malles que nos oprimem e evitar o triste fucturo que nos espera, e conjuramos a Câmara de não desprezar a um Povoação

cujos sentenares de abitantes, não gozão daquela segurança pública e individual que lhes promete a nossa Constituição.⁸⁶⁵

É certo que a insegurança exposta pelo comandante não se referia aos novos povoadores que chegavam à freguesia, mas ao medo que atormentava a população pela possibilidade de um ataque promovido pelos Kaingang, que andavam pelos arredores. Alguns dias depois, o mesmo pedido foi realizado à Câmara de Castro e, como não obteve um parecer favorável, foi encaminhada tal solicitação ao presidente da província de São Paulo, tendo em vista a necessidade de constituir um Juiz de Paz para fortalecer a ordem e o respeito na freguesia. Como seu pedido não foi levado em consideração pelos membros da Câmara de Castro, Rocha Loures pede a intervenção da autoridade máxima da província para resolver a questão, já que: “a Câmara Municipal de Castro o desgraçado estado aque prezentemente nos axamos[...] ella se tem esquecido de seos deveres sagrados.”⁸⁶⁶

As reclamações do comandante da freguesia tiveram efeitos positivos, pois, em 1835, em correspondência posterior, encaminhada para o presidente provincial, Rocha Loures comunicava sobre a chegada de um grupo de indígenas vindos de Lages, que estavam nos arredores do povoado, com intenções evidentes de atacá-los. Nessa ocasião, Rocha Loures registra que o Juiz de Paz enviou reforços de sua fazenda para ajudar na proteção do vilarejo.⁸⁶⁷ Infelizmente, ele não mencionou quem era o Juiz de Paz eleito aquele ano.

Nos primeiros dias de maio, de 1836, os Kaingang, que estavam à espreita nos arredores da freguesia, atacaram o núcleo populacional com o apoio do grupo de indígenas de Lages. A população local estava preparada militarmente para se defender desse ataque desde 1835, quando o Juiz de Paz articulou a defesa da freguesia com os militares estacionados e membros da sociedade local. Com um arsenal militar superior às armas usadas pelos indígenas, os povoadores mataram 45 Kaingang, dos 54 que haviam descrito na comunicação enviada às autoridades paulistas. Com esse acontecimento ficamos sabendo que, na verdade, existiam dois Juizes de Paz, Antônio de Sá Camargo e Joaquim José de Lacerda.⁸⁶⁸

⁸⁶⁵ LOURES (K), Antônio da Rocha. **Requerimento para Ilustríssimo Senhor Presidente e membros da Câmara Municipal**. 2 de abril de 1833. AESP, caixa 193, ordem 988, p. 1

⁸⁶⁶ LOURES (I), Antônio da Rocha. **Correspondência ao Ilmo Sr. Presidente da Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar**. 7 de setembro de 1833. AESP, caixa 230, ordem 1025, f. 1.

⁸⁶⁷ LOURES (m), Antônio da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo**. 11 de maio de 1835. AESP, caixa 193, ordem 988, f. 1.

⁸⁶⁸ LOURES (n), Antônio da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo**. 8 de maio de 1836. AESP, caixa 193, ordem 988, f. 1.

Cumpre-me comunicar V. Ex. que o sossego público nesta povoação foi alterado no dia 1º de maio do corrente, pelas oito horas da manhã, por um grupo considerável de indígenas que pretendia surpreender-nos graças ao todo poderoso que tão filantropicamente nos protegeu, os inimigos eram em número de 54 índios, algumas mulheres e um recém nascido, a força que empreguei de comum acordo com o juiz de paz para a defesa desta freguesia foi mais que suficiente para obstar seus planos hostis, o ponto de vista que traziam os insurgentes era ganhar o amago da povoação, o que conhecemos perfeitamente. Nenhuma dúvida puzemos em deixá-los seguir com a condição, porém deporem principalmente as armas no que não quiseram aceitar, puzeram-se imediatamente em atitude de combate flexando logo a um cidadão que fazia parte da guarda deferida no braço direito. Este insulto deo lugar que a mesma guarda se puzesse em movimento rompendo um vivo fogo contra tais malvados, o combate durou meia hora pouco mais ou menos, e a vitória foi nossa, concluída a ação passamos exculpulosamente a examinar o número de mortos, contamos 45, a excessão de algumas que se achavam lesados outros sem terem recebidos ofensa alguma com o indígena menor que conseguimos apreende-lo sem receber ofensa e este entregue ao nosso cuidado.⁸⁶⁹

Embora os documentos apresentem uma certa tranquilidade na freguesia, como resultado de suas ações repressivas contra os Kaingang, como demonstrado no trecho acima, o mesmo documento nos dá uma visão bem diferente dos argumentos apresentados por essas autoridades locais. Em nossa compreensão, esse conflito é a manifestação clara desses grupos locais, vindos de diversas partes, lutando constantemente pela expulsão desses povoadores.

Os Kaingang, que viviam nos campos das Laranjeiras, região a oeste da freguesia, formavam o grupo mais resistente aos processos de catequese e assimilação a partir da ocupação dos campos de Guarapuava. No mesmo ofício, datado de 1830, em que Rocha Loures solicitava autorização para compra de animais para colocar nas terras do aldeamento, ele aproveitou para fazer um relato de uma exploração intencionada pelos povoadores nos campos das Laranjeiras. Segundo ele, não era prudente tal iniciativa, pois os indígenas que residiam nessa região, eram os mais violentos com os quais, até então, eles haviam tido contato. Nesse documento, o comandante narrou um acontecimento ocorrido na freguesia, em que 23 indígenas armados percorrem os limites do rocio, roubando algumas casas. Para conter essa investida, ele apresentou o grupo com panos de algodão e ferramentas.⁸⁷⁰

No ano seguinte, novamente, se tem notícia de que os indígenas daquela região continuam atacando os moradores que residem próximos aos seus territórios tradicionais nos campos das Laranjeiras.⁸⁷¹ Essas incursões tinham como medida defender o seu espaço, anulando a possibilidade de ocupação dos povoadores, ambiciosos pelos ganhos que poderiam ter, ao estabelecerem suas residências e fazendas de criar. Embora a defesa dos indígenas fosse com promover algumas incursões guerreiras contra a população, um grupo de fazendeiros,

⁸⁶⁹ Idem.

⁸⁷⁰ LOURES (h), Op. cit., f. 2.

⁸⁷¹ Idem, f.1.

capitaneados por Francisco Ferreira da Rocha Loures, entrou nesses territórios no propósito de mapear a região:

A outubro, pelo campo denominado Cavernozo, e da ultima sorte de campos povoada com animais, caminhando a distância de 5 legoas pouco mais ou menos chegamos a um monte bastantemente elevado, que os indígenas denominam Duté Crin, pelo nosso idioma Monte da estrella, pela grande abundância de pedras cristais brancas, amarelas e roxas que alli haviam e entre ellas algumas formozíssimas pelo seo brilhar, as que não enviamos na ocasião as mostras pelo que as temos distribuído; e por que como ali chegássemos com alguns animais cansados, e nossas provizões definhadas, assentimos que fosse Francisco Ferreira da Roxa com 6 companheiros a pé e uma índia velha pratica pelo campo abaixo às Laranjeiras. Com effeito foram e no outro dia voltaram a se reunir conosco, a fizeram-nos cientes de tudo o que observaram pela mensagem seguinte: Que dali em diante atravessando algumas pequenas restingas na distância de 3 boas legoas chegaram ao dito laranjal, e que supunham ser plantado com ordem de rua e em grande quantidade de laranjeiras doces e azedas, do que trouxeram-nos alguns fructos, e que temendo algum assalto dos Indígenas Selvagens não puderam circunstanciadamente observar todo aquele sitio, que nos consta a tradição ser uma Praça Hespanhola abandonada.⁸⁷²

Ao longo dos anos, os povoadores partindo da freguesia, começaram a estabelecer suas fazendas mais próximas dos campos das Laranjeiras. Os conflitos não cessaram tão facilmente e, com o passar dos anos, mais precisamente em abril de 1848, o subdelegado de polícia de Guarapuava, Antônio de Sá Camargo, em carta enviada ao presidente da província de São Paulo, reclamava que os homens, que serviam no destacamento de municipais permanentes, não cumpriam com suas funções morais a serviço da população, ameaçada pelo “sistema desregrado dos índios”, pois aqueles homens vivem embriagados, sem a menor preocupação quanto à segurança das pessoas que residiam na freguesia.⁸⁷³

No mesmo ano, Antônio de Sá Camargo encaminhou outro ofício ao presidente provincial, sugerindo a criação de um aldeamento para os indígenas nos campos do Vitorino ou nos campos do Abarracamento, região localizada ao norte da freguesia, distante 32 léguas.⁸⁷⁴ É interessante observar essa sugestão do subdelegado de polícia de criar um aldeamento bem longe da freguesia.

⁸⁷² ARAÚJO, Ponciano José de. **Carta a Câmara Municipal de Castro**. Local: Guarapuava, Data: 09 de dezembro de 1833. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 193, Ordem: 988, Documento: 73B, Páginas: 01-02.

⁸⁷³ CAMARGO (b), Antônio de Sá. **Carta ao presidente da província de São Paulo**. Local: Guarapuava, 02 de abril de 1848. AESP - Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 230, Ordem: 1025, Documento: 7, p.1.

⁸⁷⁴ CAMARGO (c), Antônio de Sá. **Ofício encaminhado ao presidente da província de São Paulo**: Local: Guarapuava, 10 de julho de 1848. AESP- Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa 230, Ordem: 1025, Documento 12, p. 1.

Considerando que cada légua corresponde a 6.600 metros, multiplicando pela distância dos campos, sugeridos para os Kaingang, temos uma distância de 221.220 metros, pouco mais de 220 quilômetros do núcleo populacional. A intenção desse potentado local era de fato afastar para bem longe o convívio com a população indígena, da qual ele constantemente se queixava. Além dessas questões, Camargo sugeria que as praças, destacados em Guarapuava, usassem de força para mantê-los distantes até que chegassem a um certo grau de civilização:

[...] porque sendo acoissadas com rigor, venhão à conhecer qe ao tempo qe são tractados com humanidade, quando procedem bem, são ao contrário perseguidos qdo procedem mal, vindo lhes assim a entrarem no caminhos da razão e justiça.⁸⁷⁵

A provável explicação, diz respeito ao de fato de que com o advento do Regulamento das Missões, houve uma urgência de algumas localidades de sugerir ao presidente provincial a criação desses aldeamentos, visando, a curto prazo, resolver os conflitos com as populações indígenas.

No caso analisado aqui, entendemos que Camargo usou desse dispositivo para transferir os Kaingang, que andavam próximos à freguesia, e outros grupos, como os residentes nos campos das Laranjeiras, para um novo território, que seria fundado e administrado pela província, desabonando a responsabilidade que recaía sobre as autoridades de Guarapuava.

Mesmo assim, na província de São Paulo, foi nomeado como Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, cargo previsto no regulamento. Responsável pelos assuntos que diziam respeito às populações indígenas, Machado de Oliveira encaminhou, em ofício ao subdelegado de polícia de Guarapuava os motivos que ele achava mais correto e prudente a se fazer, a partir das demandas apresentadas por Camargo. O diretor geral dos índios se manifestou contrário à posição de Camargo, que apontava como um dos meios eficazes de sujeição dos indígenas o uso da força até que entendessem os benefícios de uma vida nos moldes da sociedade nacional. No mesmo documento, ele sugeriu que esses grupos indígenas fossem deslocados para o aldeamento da Faxina, em funcionamento naquele período, conforme o Regulamento da Missões.⁸⁷⁶

Embora fosse de extrema necessidade resolver as questões indígenas dos moradores da freguesia, as autoridades provinciais recebiam as demandas das autoridades constituídas em Guarapuava, mas pouco faziam para resolver a questão. Tanto é que, nesse período, não

⁸⁷⁵ Idem, p. 2.

⁸⁷⁶ OLIVEIRA, Joaquim José Machado de. **Ofício encaminhado ao subdelegado de polícia de Guarapuava Antônio de Sá Camargo**. Local: São Paulo, 12 de agosto de 1848. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 15, p.1.

encontramos evidências que pudessem confirmar o empenho da província em reativar o aldeamento de Atalaia, conforme as orientações do Regulamento das Missões.

O que percebemos é uma presença considerável de Kaingang residindo na freguesia, nos seus arredores e em outras regiões distantes, como os campos das Laranjeiras. Por isso, insistimos nesse argumento de que os potentados locais não queriam um aldeamento próximo às suas casas e fazendas e faziam o possível para mantê-los distante da freguesia, que, em pouco tempo, se tornaria Vila.⁸⁷⁷ No dia 08 de agosto de 1849, o Juiz de Paz Manoel Marcondes de Sá, comunicava ao presidente da província de São Paulo a urgência de eleger os primeiros camaristas da recém-criada vila de Guarapuava, cuja elevação exigia uma casa para a administração da câmara e uma cadeia.⁸⁷⁸

Mesmo com a efervescência da política local, pela elevação da freguesia em vila e a criação e organização de todas as instituições que o sistema exigia, os potentados locais tiveram que lidar com o primeiro grande movimento indígena pela retomada das terras da Sepultura, ao que sabemos, com base nos documentos produzidos pelo capitão Rocha Loures, essa também era uma área destinada para os Kaingang de Guarapuava.

Em um ofício encaminhando ao presidente da província de São Paulo, em 12 de março de 1850, o Juiz Municipal, suplente do Termo da Vila de Castro, transmitiu informações sobre um possível conflito a respeito das terras e campos denominados de “Sepultura”. Embora os moradores da região já tivessem recebido o título de Vila de Guarapuava, ela ainda estava submetida às autoridades constituídas em Castro. Portanto, as petições e ofícios eram encaminhados inicialmente para essa instância e só depois seguiam para o presidente da província. Nessa ocasião, o Juiz Municipal solicitava providências do diretor geral dos índios sobre o seguinte fato:

Levo a presença de V. Exa. a cópia inclusa do ofício que em data de 12 do mês passado me dirigiu o Juiz Municipal Suplente do Termo da Vila de Castro, narrando o seu procedimento sobre uma questão de posses de campos e terras de cultura no lugar denominado – Sepultura –no Distrito de Guarapuava entre Manuel Moreira dos Santos Junior e Joaquim Bernardes, conhecido pelo nome de –Bugreiro -, o qual aconselha e seduz aos indígenas do lugar e a outros proprietários para que por meios irregulares e ilegais reivindiquem esses campos e terras, que diz pertence-lhes, e receando o dito Juiz Municipal algum conflito ou sérias desordens pede providências da parte do Diretor Geral dos Índios desta Província.⁸⁷⁹

⁸⁷⁷ LEI nº 14, de 21 de março de 1849. MOTTA, Vicente Pires. In: <https://www.al.sp.gov.br/norma/139735>. Acessado em 01/05/2019.

⁸⁷⁸ SÁ, Manoel Marcondes de. **Ofício ao presidente da província de São Paulo**: Local: Guarapuava, 08 de agosto de 1849. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32, p.1.

⁸⁷⁹ REZENDE, Theofilo Ribeiro de. **Disputa de Terras entre Manuel Moreira dos Santos Junior e Joaquim Bernardes Bugreiro e Índios**. São Paulo: 03 de abril de 1850. AESP – Arquivo Estadual de São Paulo, Código 2454, caixa 19, ordem 18500312, p. 1.

Nessa ocasião, Theofilo Ribeiro de Rezende ocupava o cargo de Chefe de Polícia Interino, na província de São Paulo. Como o documento tratava de uma disputa, cujas consequências poderiam resultar em várias mortes na vila de Guarapuava, o Juiz Municipal de Castro, Lourenço Marcondes Ribas, encaminhou essas contendas diretamente à força policial. No documento, Marcondes Ribas relatou que, no dia 9 de março de 1850, Manuel Moreira dos Santos Junior compareceu em Castro, munido de alguns documentos probatórios, de que ele era o legítimo proprietário de uma porção de terras no lugar, denominado de Sepultura, e que um homem, nomeado de Bugreiro, incitava os indígenas residentes na vila de Guarapuava para o acompanharem na ocupação do dito terreno, afirmando que eram de posse dos “índios”.⁸⁸⁰ O Juiz Municipal fez o seguinte registro no documento encaminhado a Rezende, conforme o relato de Manuel Moreira:

Consta-me que os Campos denominados Sepultura foram concedidos aos indígenas pelo Governo, por três vidas, sendo a 1ª da geração presente; se porém eles tem direito, o que não contesto, aos ditos Campos, parece-me que deviam lançar mão dos meios legais e competentes, e não despoticamente, por pérfidos conselhos do dito Bugreiro, homem proletário e vagabundo, e quiçá instrumento de algum mal intencionado, que parece provocar uma desordem para criar óbices a marcha regular da administração da Justiça.⁸⁸¹

O estancieiro Manuel Moreira lançava um conjunto de questões que nem mesmo a província sabia responder, sugerindo que os indígenas apresentassem para as autoridades competentes os documentos comprobatórios de que eram legítimos proprietários das terras dos campos da Sepultura. Manuel Moreira desafiava, dessa forma, várias instâncias administrativas da província de São Paulo, para que apresentassem, também, os títulos definitivos da terra reclamada pelos Kaingang. Ademais, sobre o homem cujo apelido era bugreiro, o dito Joaquim Bernardes, não obtivemos outras informações, além daquelas mencionadas no documento de que ele era casado com uma mulher indígena e que vivia entre eles.

Para auxiliá-lo em sua intenção de ocupação do campo da Sepultura, Joaquim Bernardes alimentava uma ampla rede de relações com outros grupos indígenas, inclusive, buscou apoio entre os que estavam reunidos em Palmas. De acordo com o Juiz Municipal, o bugreiro “aconselha aos incautos indígenas e a alguns canalhas que fugindo de outros pontos d’esta

⁸⁸⁰ RIBAS, Lourenço Marcondes. **Ofício encaminhado ao Diretor Chefe de Polícia Interino desta Província.** Castro: 12 de março de 1850. AESP –Arquivo Estadual de São Paulo, Código 2454, caixa 19, ordem 18500312, p. 1.

⁸⁸¹ Idem.

Província, para ali tem se refugiado, e casado na família d'aqueles, para cometerem semelhante atentado.⁸⁸²

Embora Manuel Moreira tenha sido o único potentado local a manifestar-se como proprietário desses terrenos, perante o Juiz Municipal de Castro, na mesma petição, ele relatou que outros fazendeiros também estavam sendo ameaçados pelo referido grupo. Eram eles: Francisco Manoel de Assis França (Major França) e Francisco Ferreira da Rocha Loures (Tenente Loures);⁸⁸³ figuras importantes na vila de Guarapuava, cujo poder e posses já apresentamos aqui e voltaremos a discutir nas páginas seguintes.

Não sabemos exatamente quando Manuel Moreira chegou a Guarapuava. A primeira informação que temos a seu respeito vem da lista de habitantes de 1835, em que ele é relacionado como proprietário de fazenda administrada por seu capataz, José Felício Nunes, branco e livre, casado com Antonia Ferreira, parda e livre. O casal tinha uma filha de nome Maria, com 4 anos, branca e livre.⁸⁸⁴ Manuel Moreira residia nos campos Gerais, provavelmente, ele tenha sido um dos potentados que receberam incentivo para vir estabelecer sua morada e comércio em Guarapuava, pois, naquele ano, suas atividades econômicas eram a plantação de 20 alqueires de milho; possuía 35 cavalos e 35 vacas.⁸⁸⁵

Ao longo dos anos, Manuel Moreira constitui família, mudou-se para Guarapuava e viu sua fortuna aumentar com suas atividades econômicas. No rol de paroquianos de 1842, consta como morador no 4º quarteirão da freguesia, da Sepultura, casado com Domitila Maria da Conceição, com uma filha e quatro escravos.⁸⁸⁶ No censo paroquial seguinte, de 1853, ele continua casado, residindo no 7º quarteirão da Atalaya, com 7 filhos, 4 escravos de sua posse, 3 escravos, que eram da sua mãe, e um agregado com um escravo.⁸⁸⁷ No rol seguinte, de 1863, Manuel Moreira reside no 7º quarteirão do três capões e Atalaya, com sua mulher, 11 filhos e 9 escravos.⁸⁸⁸

Se atentarmos para a descrição do local de sua residência identificamos que ele tem sua propriedade nos lugares que tinham sido reservados para os Kaingang aldeados de Guarapuava, Sepultura e Atalaia. Segundo sua declaração de terras, entregue ao vigário, padre Braga de Araújo, em 28 de março de 1856, Manuel Moreira apresentou-se como legítimo proprietário de duas posses, uma fazenda de campos de criar, no local denominado de Capão Rico, com a

⁸⁸² Idem.

⁸⁸³ Idem.

⁸⁸⁴ LOURES, Lista de Habitantes de 1835.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ ARAÚJO (a), Op. cit., nº 294.

⁸⁸⁷ ARAÚJO (b), Op. cit., nº 400.

⁸⁸⁸ ARAÚJO (c), Op. cit., nº 581.

extensão de légua e meia e três quarto de largura, e outra área sem medida, cuja descrição era somente: “existem minhas capoeiras de plantações de milho”.⁸⁸⁹ Nesse documento, ele mencionou que tinha adquirido essas propriedades por compra e por herança. Ele afirmou que havia recebido a primeira propriedade por herança de seu pai, Manoel José Moreira, e por compra de Maria Guedes e seus herdeiros.⁸⁹⁰

Considerando as medidas da primeira propriedade, a área total de sua fazenda corresponde a pouco mais de 4.900 hectares de terra. Essa área ficava também dentro dos limites das terras de Sepultura, local reclamado pelo bugreiro, acompanhado de alguns indígenas. Na ocasião desse possível conflito, o diretor geral dos índios de São Paulo solicitou, junto ao advogado das questões indígenas, que ele encontrasse os documentos probatórios, conforme petição do Juiz Municipal de Castro, de que as terras pertenciam aos Kaingang.

O Juiz Municipal, Lourenço Ribas, solicitou ao “diretor dos índios” de Guarapuava que lhe informasse se havia em sua posse documentos que pudessem provar que essas terras eram dos Kaingang. Desse modo, em 26 de fevereiro de 1850, Joaquim Ciriaco Garcia⁸⁹¹ assim se manifestou:

Declaro à vista do que exige a presente petição, que em meu poder não existe ordem alguma do Governo da Província tendentes ao terreno mencionado, só recebi tratando a tal respeito uma carta particular do Advogado dos Índios, o Dr. Joaquim Antônio Pinto Junior comunicando-me não terem se encontrado na Secretaria do Governo os títulos requeridos pelos Índios, e que poderia no entanto principiar uma seção de reivindicação dos ditos terrenos pelos meios judiciais, ao que não tenho tratado, não só por falta de meios pecuniários, como mesmo por não ter um documento que possa servir de base para semelhante ação.⁸⁹²

Interessante observar que, mesmo não existindo documentos arquivados na província de São Paulo, o advogado, nomeado para defender as causas indígenas, sugeriu ao diretor dos índios de Guarapuava que ele entrasse na justiça para defender a demanda indígena e quem sabe, reaver os campos de Sepultura. Conforme poderemos acompanhar ainda neste capítulo, Manuel Moreira não perdeu as propriedades que havia declarado em 1856, novamente, seu nome aparecerá como um dos fazendeiros possuidores das terras invadidas do aldeamento de Atalaia, em 1877.

⁸⁸⁹ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 88.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Em toda a documentação analisada aqui na tese, não encontramos sequer uma informação sobre a presença de Joaquim Ciriaco Garcia em Guarapuava. Apenas nesse documento. É provável que ele morasse em outra localidade, como Curitiba, Castro ou Ponta Grossa, e de lá exercesse tal função como diretor dos índios.

⁸⁹² RIBAS, Op. cit. p. 2.

Após esse conflito, não encontramos informações a respeito de Manuel Moreira. É possível que ele tenha falecido nos anos seguintes, pois em 1880, quando da elaboração da lista de qualificação de votantes, seu nome não consta mais nesse rol, há apenas quatro de seus filhos, a saber: David Moreira dos Santos, com 26 anos, solteiro e lavrador; Clementino Moreira dos Santos, 25 anos, solteiro e lavrador; Manoel Moreira dos Santos Filho, 33 anos, casado e negociante e, por fim, Paulino Moreira, 34 anos, casado e também negociante.⁸⁹³ Todos eles residentes no 7º quarteirão de Atalaia e três capões, sugerindo que ambos haviam herdado as terras de seu pai e, mais que isso, permaneciam nas terras que eram do aldeamento.

Esse evento foi o último de grandes proporções, envolvendo os indígenas presentes em Guarapuava com os fazendeiros invasores das terras do aldeamento de Atalaia, que a província de São Paulo teve que resolver, antes da criação da província do Paraná, em 1853. Aliás, resolver o problema da posse desses campos não foi bem o que as autoridades fizeram, já que segundo as informações contidas sobre esse acontecimento, Manuel Moreira e outros potentados permaneceram nas terras que haviam invadido nos anos anteriores.

Buscando formas de afastar os indígenas aldeados e conter os contrários ao processo de ocupação da sociedade nacional, em maio de 1853, seis membros da câmara de Guarapuava encaminharam um ofício ao presidente provincial de São Paulo expondo a necessidade de criação de um aldeamento na região do Chagú, território esse, localizado nos campos das Laranjeiras, como segue:

Em ofício de 15 de fevereiro do anno corrente dirigido à V. Exa. pelo cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, manifestando os pormenores de uma deligência, q ele e outros intentarão ao Oeste desta Povoação pelo denominado acampamento do Chagú, solicitou não só a fundação de uma catequese aos Índios daqueles lados como medida de vantajosa utilidade mas também alguma quantia, para desde logo distribuir-se em beneficio dos ditos índios. Em consequencia, a Câmara Municipal desta villa, a quem foi presente com cópia a referida representação, deliberou em sessão de hoje ponderar a V. Exa. que não estando em duvida à respeito dos bens que trará uma tal Catequese, insta e empenha-se com V. Exa. que essa medida, como a mais eficaz para chamar a vida social essa gente, que acostumada ao sistema errante, não perde ocasião de agredir aos habitantes deste e de outros lugares como de facto que repetidas vezes tem feito, e esta Câmara assegurando à V. Exa. franca e decidida codjuvação para levar a effeito esta empresa, tem razoens para crer, que as deligências que se fizerem não serão perdidas, com quanto os Índios que constantemente aparecem, assim como agora o fizerão em número de mais de duzentos pelas imediaçoens das Laranjeiras, em procura de ferramentas e mais misteres, dão mostras de querer abraçar a vida doméstica e social.⁸⁹⁴

⁸⁹³ ARAÚJO (g), Op. cit.

⁸⁹⁴ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha (et al). **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva**. Local: Guarapuava, 20 de maio de 1853. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32, p. 1.

Já tinham se passado vinte anos desde a primeira expedição organizada por Francisco Ferreira da Rocha Loures, nos campos das Laranjeiras, território que acreditamos se tratar de uma unidade política territorial dos Kaingang, residentes nessa região; o mesmo Rocha Loures retomava tal projeto de invadir as terras dos indígenas, solicitando apoio, dinheiro e homens para instalação de um aldeamento. Sabemos que, nesse contexto, os potentados locais não tinham intenções humanitárias com os indígenas, o projeto de ocupação trilhava outros caminhos como a expansão de suas propriedades, conseqüentemente, aumento de sua riqueza e subjugação dos Kaingang. Sobre esse aspecto Marina Monteiro Machado pontua:

A busca por acúmulos cada vez maior de posses que refletiam o aumento de riquezas e poder pessoal, fez com que os anos dos oitocentos fossem marcados por interesses de grandes fazendeiros e seus esforços sem medida em prol do alargamento de propriedades.⁸⁹⁵

Esse cenário também demonstra a resistência deles em seus territórios, não permitindo que essa ocupação ocorresse tão rapidamente como os potentados locais gostariam. Obviamente, para conter esse avanço grupos locais atacavam os viajantes e as fazendas mais próximas dos seus alojamentos, propriedades que ficavam distantes da vila, dificultando uma defesa mais rápida e eficiente da sociedade local.

Alguns meses após ser criada a Província do Paraná, pela lei nº 704, de 20 de agosto de 1853, seu primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcelos, teve que lidar com o primeiro problema envolvendo os Kaingang e os fazendeiros de Guarapuava, em fevereiro de 1854. Na ocasião, a câmara de Guarapuava enviou um ofício, relatando tal acontecimento:

He com a mais viva dor que me dirijo a V. Exa. antecipando-lhe os horrorosos sucessos que tiveram lugar neste districto. No dia primeiro do corrente assaltarão na Fazenda do Alferes Domingos Floriano Machado, cidadão prestante e dos mais abastados dos Fazendeiros do Districto um grupo de Índios Selvagens com uma ferocidade tal que conseguirão assassinar o proprietário e mais oito pessoas, e saquearão a casa, destruirão, queimarão, finalmente praticarão toda a sorte de distúrbios.⁸⁹⁶

Buscando maiores informações sobre as atividades econômicas desse potentado local na vila de Guarapuava, identificamos uma declaração de terra, apresentada pelo seu irmão, Manoel Joaquim Machado ao padre Braga de Araújo, no dia 28 de novembro de 1855, pouco mais de um ano da morte de Domingos. Nesse documento, Manoel recebeu como único

⁸⁹⁵ MACHADO (a), Op. cit., p. 11.

⁸⁹⁶ FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcelos**. Local: Guarapuava, 9 de fevereiro de 1854. APP-Arquivo Público do Paraná, 1854, v. 2, p.58.

herdeiro a propriedade que Domingos tinha na localidade de Laranjeiras, junto ao território Kaingang. Essa propriedade era formada por campos e matos com medidas de uma légua e meia. Considerando que essas medidas eram de áreas quadradas, a fazenda de Domingos tinha 9.801 hectares.⁸⁹⁷

Com essa informação, partimos para outros dados sobre a trajetória de Domingos na freguesia de Guarapuava. A primeira informação vem da lista de habitantes de 1835, em que ele é relacionado com 37 anos, solteiro, criador e comerciante de animais. Nesse ano, declarou possuir 16 vacas. Não sabemos onde era de fato sua propriedade, mas, na lista seu nome aparece ao lado dos fazendeiros relacionados naquele ano.⁸⁹⁸ Na lista seguinte, de 1840, continua solteiro, com 40 anos, exerce a atividade de criador de animais e consta com 4 agregados, vivendo em seu domicílio.⁸⁹⁹

No primeiro censo escrito pelo padre Braga de Araújo, de 1842, Domingos está com 50 anos, solteiro, reside no 4º quarteirão da Sepultura. Declarou possuir 7 escravos e 3 agregados.⁹⁰⁰ No rol de desobriga quaresmal, de 1853, o padre Braga de Araújo registou que Domingos estava com 57 anos, ainda solteiro, tinha sua residência na sua fazenda localizada no 8º quarteirão da Igrejinha e Cavernoso.⁹⁰¹ Ou seja, há a confirmação de que sua fazenda estava junto aos Kaingang mais resistentes ao processo de incorporação, tendo em vista os preceitos da sociedade local. O mais intrigante é que nessa relação ele declara a posse de 10 escravos e 7 agregados “índios”, a saber: Antônio, Calisto, Silvestre, Victoriano, Bento, Roque, Bertholdo, respectivamente, com 12, 10, 7, 6, 5, 5, e 4 anos. Dessa lista, Victoriano aparece com a seguinte observação: “Retirou-se para Paranaguá com o Sr. José Machado”.⁹⁰²

Segundo um levantamento realizado no rol de Desobriga Quaresmal, de 1853, identificamos as famílias que residiam próxima aos campos das Laranjeiras. Nesse documento, descobrimos que manter indígenas em suas propriedades, na condição de agregados, era algo bastante comum principalmente de crianças. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 42: Famílias residentes nos campos das Laranjeiras (1853)

Nº Domicílio	Proprietário	Filhos	Escravos	Agregados
405	Antônio Teixeira de Souza e Maria Rosa Loures	2	2	2
406	Águeda Rodrigues de Lima	3	-	2 – Índios

⁸⁹⁷ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 62.

⁸⁹⁸ LOURES, Lista de Habitantes de 1835, Op. cit.

⁸⁹⁹ LOURES, Lista de Habitantes de 1840, Op. cit.

⁹⁰⁰ ARAÚJO (a), Op. cit. n° 268.

⁹⁰¹ ARAÚJO (b), Op. cit., n° 411.

⁹⁰² Idem.

407	Bernardino José de Lacerda e Antonia Tavares de Miranda	5	15	-
408	Benedito Mendes de Ramos e Maria Magdalena de Souza	4	-	-
409	Bento Simões de Oliveira e Gertrudes Maria Nogueira	-		1-Índio
410	Constancia Maria	1	-	-
411	Domingos Floriano Machado	-	10	7 – Índios
412	Joaquim Antônio Machado e Laurinda Maria Anunciação	3	-	2 – Índios
413	Joaquim Baptista dos Santos	1	3	-
414	Joaquim José de Lacerda e Izabel de Miranda Tavares	-	7	-
415	João Antônio da Cruz e Ana Joaquina Nogueira	7	-	-
416	José Nogueira do Amaral e Felicidade Maria	6	-	3
417	José Rodrigues de Moraes e Maria Francisca Nogueira	-	-	-
418	Leandro José Soares e Maria Joaquina de Souza	4	-	1
419	Manoel Mendes Teixeira	-	-	-
420	Manoel Nogueira do Amaral	-	-	-
421	Manoel Baptista Bello e Marinha Marcolina de Araújo	5	9	1-Índio
422	Norberto Mendes Cordeiro	3	2	1
423	Ponciano Nunes do Amaral e Gertrudes Maria da Conceição	3	-	1-Índio

Fonte: Araújo (b), Op. cit.

Deixamos sinalizado em negrito o nome de Domingos para fazer referência ao primeiro fazendeiro, residente naquela região, a entrar em conflito direto com os Kaingang em seu território. Nessa ocasião, Domingos acabou sendo morto pelos indígenas, junto com outras pessoas. É bem provável que se tratava dos seus escravos que se colocaram em defesa, mas que acabaram sucumbindo junto com seu senhor.⁹⁰³

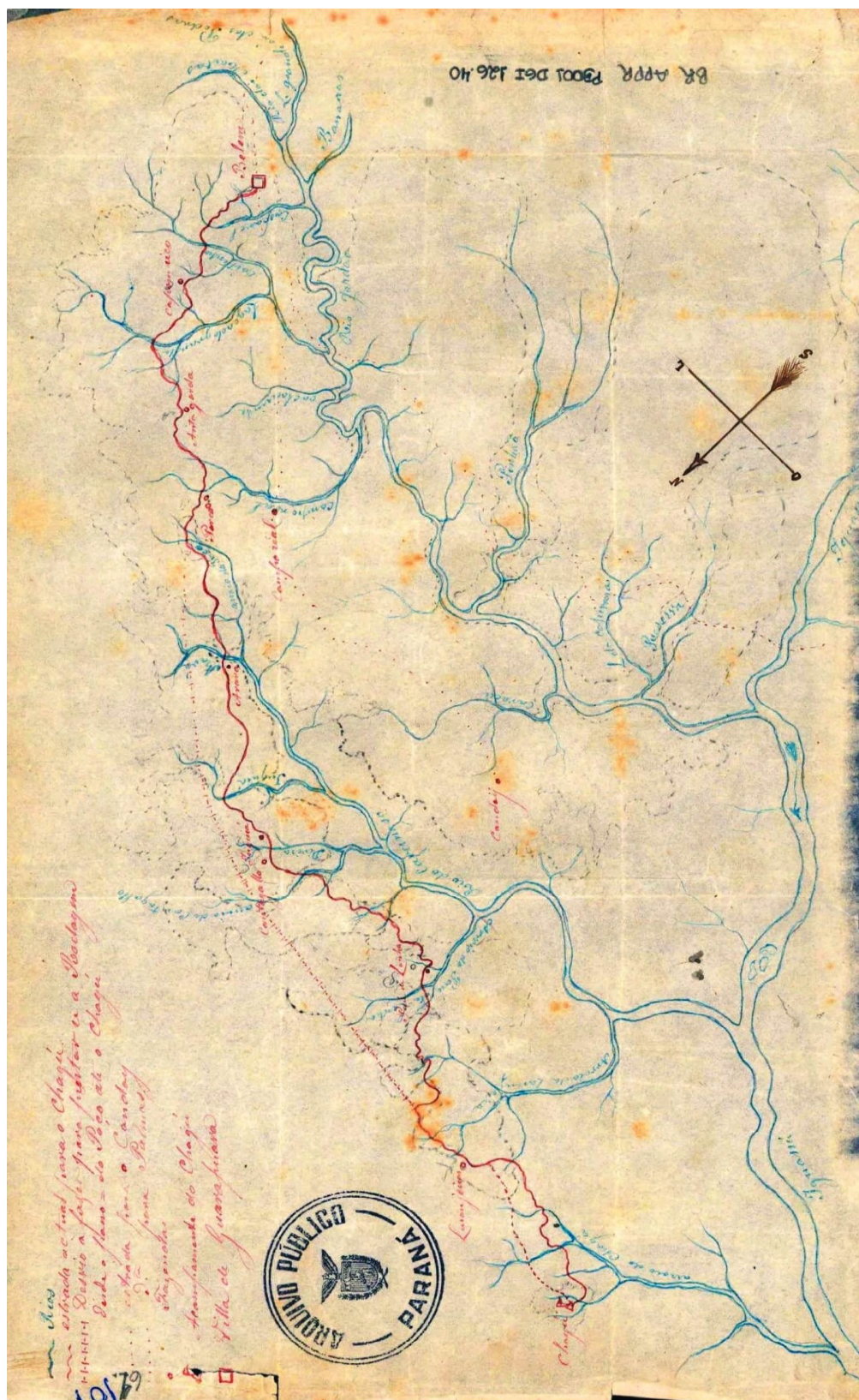
De acordo com Lúcio Tadeu Mota, no mesmo dia desse encontro fatídico na fazenda de Domingos, outro grupo de indígenas atacou a família de José Nogueira do Amaral, nos campos do Chagú, distante quatro léguas da referida propriedade.⁹⁰⁴ Para melhor entendermos sua localização, reproduzimos o mapa abaixo, desenhado em 1858, pelo engenheiro “piloto”, Pedro Aloys Scherer.⁹⁰⁵

⁹⁰³ De acordo com o presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos, os indígenas mataram além do fazendeiro, mais 8 pessoas e feriram gravemente mais 5 da sua família. In: VASCONCELLOS (a), Zacarias de Góes e. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854.** Curitiba, p. 3.

⁹⁰⁴ MOTA (a), Op. cit., p. 168.

⁹⁰⁵ Pedro Aloys Scherer foi o engenheiro responsável pela exploração do sertão de Guarapuava ao Rio Paraná em duas ocasiões, no ano de 1848 e 1849. Essa expedição foi comandada pelo Tenente Coronel Henrique Beauperaire Rohan.

Mapa 9: Caminho da Vila de Guarapuava ao Chagú - 1858



Fonte: Mapa da localização do aldeamento do Chagú e de Guarapuava por Pedro Aloys Scherer. Data: 12 de novembro de 1858. PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. PB 001. DGI. 126.40, fl.101.

A câmara municipal de Guarapuava realizou, nesse período, algumas reuniões extraordinárias, convocadas para encontrar soluções a respeito das ameaças que vinham sofrendo pelos grupos indígenas, naquele território. Nessas situações, os camaristas solicitavam, da província, homens para ajudar na defesa do povoado, caso os indígenas avançassem e, também, para percorrer as propriedades localizadas naquela região, a fim de auxiliá-los fazendeiros amedrontados. Entretanto, não era bem isso que ocorria:

A Câmara Municipal da Vila de Guarapuava vem por meio deste agradecer a solicitude com que tem a V. Exa. procurado sanar os males que oprimem este país mandando um destacamento de 12 praças e prometendo aumentar para conter os índios selvagens o qual colocado vantajosamente seria de grande recurso, porém infelizmente, este destacamento se acha nesta villa não sei porque motivo, onde parece não ser de nenhuma vantagem, pois ele tivesse sido fixado onde V. Exa. tinha determinado, talvez muitos fazendeiros do lado das Laranjeiras não tivessem abandonado suas propriedades e retirados para os suburbios da vila, sofrendo dessa maneira um gravíssimo prejuízo, para distando as Laranjeiras desta vila talvez a mais de 20 léguas, não é possível que estes homens possam atender coisa alguma em suas fazendas tanto mais sensível se torna isto quando estamos persuadidos que com a retirada dos primeiros fazendeiros tem os índios de tornarem mais afoitos e perseguindo sempre os que ficam na frente, terá de se despovoar uma grande extensão de terreno com muito detrimento de particulares e mesmo do comércio. Des guarde a V. Exa. paço da Câmara em sessão ordinária.⁹⁰⁶

Pelo teor desse ofício, os homens, que vieram para ajudar os moradores e fazendeiros da região, não chegaram até o socorro prometido à propriedades, localizadas nos campos das Laranjeiras. Antes, ficaram, na vila de Guarapuava, de certo modo, causando algum desconforto político às autoridades locais, que precisavam de ajuda e proteção contra os Kaingang. No mais, levando em consideração que Laranjeiras ficava a vinte léguas da vila, perto de 140 quilômetros, nada poderiam fazer para auxiliar os moradores dessa região, pela longa distância que deveriam percorrer.

Ao que parece, as demandas e queixas, apresentadas pelos camaristas de Guarapuava, tiveram algum efeito, pois, com um segundo ataque, desencadeado pelos indígenas, à propriedade de José Nogueira do Amaral, eles puderam se defender, mesmo com a morte de membros da sua família. Nesse conflito, conforme exposição do presidente provincial:

A catástrofe de fevereiro felizmente não tem se reproduzido, mas consta de participações da Câmara e delegado de Guarapuava, que no dia 29 de maio, em número de 60, assaltarão os índios de novo a casa de José Nogueira do Amaral, sendo repellidos com perda de dois dentre eles, pelas praças de linha e mais pessoas que ali estavam.⁹⁰⁷

⁹⁰⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Local: Guarapuava, 5 de maio 1854. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Ofícios nº 1, p. 8.

⁹⁰⁷ VASCONCELLOS (a), Op. cit., p. 4.

A fazenda de José Nogueira do Amaral era a última propriedade ocupada pelos fazendeiros de Guarapuava, na fronteira com os Kaingang, habitantes daquele território. Em decorrência dessa invasão, os indígenas fizeram um segundo ataque à sua residência, almejando que eles abandonassem aquele espaço. Entretanto, Nogueira do Amaral não cedeu tão facilmente a essa pressão, conforme poderemos acompanhar nas linhas seguintes.

Nesse contexto, a primeira informação que temos dele vem da lista de habitantes, de 1835. Nesse documento, exercia os trabalhos como lavrador, tinha um prédio urbano no rocio da freguesia; consta com 41 anos e casado com Felicidade Maria, de 37, “índia”, com 7 filhos. Naquele ano, declarou ter plantado 50 alqueires de milho e 7 de feijão. Além dessa atividade de lavoura, possuía 8 cavalos, 12 vacas e 4 porcos.⁹⁰⁸ Até o rol de desobriga quaresmal, de 1853, pouca coisa se alterou, além de mudar sua residência para o quarteirão da Igrejinha e Cavernoso, conforme já demonstramos na tabela acima.

Entretanto, José Nogueira do Amaral foi um dos poucos, senão o único, a permanecer irreduzível em sua fazenda, depois do segundo ataque praticado pelos Kaingang, mesmo com a perda de alguns membros da sua família- informação omitida no relatório apresentado pelo presidente provincial. No rol de paroquianos, de 1863, identificamos que José Nogueira do Amaral abrigava toda sua família, trabalhando nas atividades de lavoura e na criação de animais.

Na tabela acima, fizemos uma observação para identificar quem eram seus filhos e genros, como chefes de domicílio. Mais do que isso, deixamos em negrito os seus dois genros com duas filhas de José Nogueira, morto pelas incursões guerreiras dos indígenas, na segunda vez que retornaram à sua fazenda.⁹⁰⁹

Tabela 43: Famílias residentes no 8º Quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras

Nº Domicílio	Proprietário	Filhos	Escravos	Agregados
592	Antônio Pinto Bandeira	3	4	2
593	Antônio Teixeira de Souza e Maria Rosa Loures	7	2	-
594	Antônio José Rodrigues	-	-	-
595	Antônio Fernandes França e Constancia Maria Antunes Nogueira (genro)	3	-	-
596	Antônio José Machado	5	-	-
597	Benedito Mendes de Ramos e Maria Magdalena de Souza	9	5	-
598	Bento Cordeiro dos Santos	-	1	1
599	Bento Simões de Oliveira e Gertrudes Maria Nogueira (genro)	5	-	1(índio)
600	Bernardino José de Lacerda e Antonia Tavares de Miranda	1	19	-
601	Germano Pereira do Valle e Gertrudes Simoens	-	4	-

⁹⁰⁸ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁹⁰⁹ ARAÚJO (c), Op. cit., nº 595 e 611.

602	João Tavares de Lacerda	-	-	-
603	João Ferreira de Araújo e Virginia Maria das Dores	1	-	-
604	Joaquim José de Lacerda e Izabel de Miranda Tavares	-	8	2
605	Joaquim Ribeiro de Freitas e Zefirina Mendes da Rocha	4	-	-
606	Joaquim Eugenio Tavares de Lacerda	-	-	-
607	Joaquim Odorico Mendes	-	-	-
608	Joaquim Tavares de Miranda Lacerda	-	-	-
609	José Rodrigues de Moraes e Maria Francisca Nogueira (Genro)	-	-	-
610	José Nogueira do Amaral e Felicidade Maria	4	-	2
611	Luiz D'allencourt Sabo de Oliveira e Florinda Magna de Nogueira (genro)	2	-	-
612	Manoel Pereira do Valle e Maria da Silva	2	7	-
613	Manoel Tavares de Souza	-	-	-
614	Manoel dos Santos Cordeiro	-	-	-
615	Manoel Mendes Teixeira	-	--	-
616	Manoel Nogueira do Amaral e Constança Maria da Conceição (filho)	5	-	-
617	Ponciano Nunes do Amaral e Gertrudes Maria da Conceição(filho)	7	-	1(índio)
618	Rufina Maria	4	-	-

Fonte: Araújo (c), Op. cit.

Comparando os dados contidos nos censos eclesiásticos-róis, houve um aumento populacional e residencial nos campos das Laranjeiras, quando havia 19 domicílios, em 1853, e 27, no ano de 1863. Mesmo com toda a resistência dos Kaingang, utilizando de suas estratégias milenares ao atacarem essas famílias, a sociedade residente na vila de Guarapuava não abandonou o projeto de ocupar esses territórios. José Nogueira do Amaral não teve escravos em sua propriedade, nem indígenas como agregados. Os documentos indicam que essas atividades laborais eram exercidas pelos seus filhos e genros.

Nesse intervalo de tempo, o patriarca da família compareceu até a vila de Guarapuava para declarar, perante o padre Braga de Araújo, os bens que possuía, cumprindo as orientações do regulamento de terras, de 1854. Segundo sua declaração, apresentada no dia 31 de dezembro de 1855, ele possuía, por posse primária, uma fazenda de campos para criar animais, nos campos das Laranjeiras. Sua extensão era de 2 léguas e meia de comprimento e 2 de largura, com os seguintes limites:

Norte- divide com as propriedades dos herdeiros do 'finado Alferes Domingos Floriano Machado por um marco'. Leste- 'com os mesmo por uma restinga de mato'. Oeste –

Rio Chagú. Sul –Rio Candói. Distância entre a primeira propriedade e a vila de Guarapuava: 22 léguas.⁹¹⁰

José Nogueira do Amaral teve uma trajetória bem interessante em Guarapuava, com ganhos econômicos consideráveis ao longo de sua vida, cuja fortuna acumulada em 40 anos, permitiu que 4 de seus filhos tivessem o direito de votar e, ainda mais, 2 deles poderiam ser candidatos, caso quisessem, nas eleições de 1880.⁹¹¹ Destes, apenas um deles não residia no quarteirão do cavernoso, Ponciano Nunes do Amaral, casado, com 55 anos de idade, que trabalhava como lavrador no quarteirão do Xarquinho.⁹¹²

Enquanto os conflitos continuavam acontecendo, entre os Kaingang dos campos das Laranjeiras, com as famílias que iam invadindo seu espaço territorial, a província tratava de nomear uma pessoa capacitada para assumir o cargo de diretor geral dos índios, conforme as determinações contidas no regulamento das missões, de 1845. O presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos, assim se pronunciou sobre o assunto: “Já propuz ao governo o nome de um cidadão capaz de exercer o lugar de diretor geral dos índios da nova província, conforme o regulamento acerca das missões de catechese e civilização dos indígenas n. 426, de 24 de julho de 1845.”⁹¹³

Com o parecer positivo sobre quem ocuparia o cargo de diretor geral dos índios, no Paraná, Vasconcellos nomeou Manoel Ignácio do Canto e Silva, residente na vila de Castro.⁹¹⁴ Dois meses após assumir a diretoria geral dos índios, Canto e Silva nomeava como diretor da aldeia dos índios, da vila de Guarapuava, Antônio de Sá Camargo, e de Palmas, Hermógenes Carneiro Lobo, no dia 09 de setembro de 1854.⁹¹⁵

A distância da vila, que mais apresentava reclamações e solicitava ajuda para suas defesas, não garantiu a permanência de Canto e Silva por muito tempo na administração da diretoria geral dos índios. Alguns meses após iniciar suas atividades, os indígenas atacaram a fazenda do diretor de aldeia de Palmas, Hermógenes Carneiro Lobo e, também a fazenda de Francisco Ferreira da Rocha Loures, localizada perto da vila de Guarapuava.⁹¹⁶

⁹¹⁰ DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 67.

⁹¹¹ ARAÚJO (g), Op. Cit.

⁹¹² Idem.

⁹¹³ VASCONCELLOS (a), Op. cit. p. 61.

⁹¹⁴ VASCONCELLOS (b), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 22 de julho de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 17, p. 3.

⁹¹⁵ VASCONCELLOS (c), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 09 de setembro de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 24, p. 1.

⁹¹⁶ REZENDE (a), Teófilo Vitério Ribeiro de. **Governo da Província**. 09 de maio de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, nº 6, Suplemento.

Sobre esse acontecimento, a câmara municipal de Guarapuava se reuniu no dia 23 de maio de 1855, em sessão ordinária para deliberar sobre o que fazer para diminuir esse tensionamento:

O vereador Marcondes officiando ao Excellentissimo governo da província o assalto dos índios selvagens na fazenda de Francisco Ferreira da Rocha Loures, do qual resultou a morte de dous índios, e no mesmo officio se pedio engajamento de um corpo de polícia ambulante dos índios cathequisados em Palmas e Goyo-em, para percorrerem as costas dos certões deste município.⁹¹⁷

Diante das queixas de que os homens, enviados pela província para ajudar na proteção dos moradores da vila de Guarapuava, não surtiram efeito, os camaristas sugeriram que fosse criado um “corpo ambulante de índios”, de Palmas e do Goyo-em. Sem que houvesse, por parte das autoridades provinciais, uma ordem expressa para que esse projeto fosse concluído, o cacique Viri já fazia esse trabalho, sem a necessidade de que a província regularizasse essa situação. Por diversas vezes, Viri e seus homens foram solicitados pelos potentados locais de Guarapuava e Palmas para protegê-los daqueles Kaingang mais resistentes. É importante acrescentar que os trabalhos que Viri desenvolvia para os potentados locais era remunerado, ele tinha alguns ganhos importantes, desde recebimento de ferramentas, tecidos e outros objetos, terras para seu grupo e, por fim, dinheiro pelos seus serviços.

Um caso ilustrativo desses acordos ocorreu com o ataque à fazenda de Francisco Ferreira da Rocha Loures, quando Viri é convocado para afastar os Kaingang que haviam “invadido” sua fazenda. Em um comunicado, enviado pela vice-presidente da província, era solicitado muito cuidado para o delegado de polícia de Guarapuava, a fim de não enviar o cacique Viri sem antes instruí-lo para não aumentar os atritos existentes entre eles e com a população local.⁹¹⁸

Entretanto, não houve tempo suficiente para contê-lo, pois, antes mesmo desse comunicado chegar ao delegado de polícia de Guarapuava, Viri já tinha se deslocado para os campos do Paiquerê, atrás dos indígenas que haviam atacado a propriedade de Rocha Loures. Um pouco antes desse evento, Francisco Ferreira da Rocha Loures foi nomeado diretor Geral dos Índios no Paraná, após a exoneração de Manoel Ignácio do Canto e Silva, em 9 de abril de 1855, por determinação de Sua Majestade Imperial.⁹¹⁹

⁹¹⁷ **ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**. Local: Guarapuava, 23 de março de 1855. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Atas nº 1, 08/04/1853-17/07/1861. p.41.

⁹¹⁸ REZENDE (b), Teófilo Vítório Ribeiro de. **Governo da Província**. 20 de junho de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 12, p. 2.

⁹¹⁹ REZENDE (c), Teófilo Vítório Ribeiro de. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 06 de setembro de 1854**. Curitiba: p.29.

Nessa ocasião, como parte do cargo assumido, Francisco Ferreira da Rocha Loures recebeu o título militar de Brigadeiro.⁹²⁰ Para o cacique Viri, era de extrema importância obter sucesso nesse empreendimento, uma vez que se tratava de algum modo, obter alguns ganhos com Rocha Loures, o então chefe máximo da diretoria dos índios do Paraná.

Não foi difícil encontrar informações sobre o Brigadeiro Rocha Loures, pois, sendo filho do capitão Antônio da Rocha Loures, desde os primeiros documentos produzidos em Guarapuava sobre as atividades econômicas de seus moradores, ele já se destacava como um dos homens mais afortunados daquela região, em 1835, com uma “descendente subsistência”, exercendo as atividades de estancieiro e negociador de animais.⁹²¹

Uma das grandes questões que a documentação não informava, nas atas da câmara municipal e nos relatórios dos presidentes provinciais, era onde estavam localizadas as fazendas ameaçadas pelos subgrupos Kaingang. Sabíamos, outrossim, que, ao ampliarmos o arsenal documental para esse período, poderíamos encontrar informações negligenciadas por essas autoridades em seus relatórios, ofícios, atas, entre outros. Nesse propósito, passamos a pesquisar as declarações de terras, entregues ao padre Braga de Araújo, alguns meses após esses conflitos entre fazendeiros e os Kaingang, residentes nos campos das Laranjeiras e do Paiquerê.

Foi então que encontramos a declaração do Brigadeiro Rocha Loures, entregue no dia 06 de maio de 1856. O diretor geral dos índios declarou ser o proprietário de uma fazenda de campos e terras lavradas, denominada Fazenda Trindade, com uma extensão de 3 léguas de comprimento por 1 légua de largura.⁹²² Essa propriedade tratava-se do território dado por sesmaria para os Kaingang aldeados no aldeamento de Atalaia.

O delegado de polícia de Guarapuava, Agostinho José de Almeida Queiroz, orientou o cacique Viri para que buscasse meios persuasórios a fim de não entrar em conflito com esse grupo. Caso não entrassem em acordo, Viri poderia pressioná-los para que se afastassem para mais longe das propriedades ocupadas pelos fazendeiros.⁹²³ Para supervisionar o cacique Viri e seus guerreiros, o delegado de polícia determinou que um oficial de justiça os acompanhasse

⁹²⁰ Sobre a vigência das patentes militares com a nomeação para o cargo de diretor geral dos índios: “Toda a organização estava impregnada de uma estrutura militar: as patentes de Brigadeiro, Tenente Coronel e Capitão correspondiam aos cargos de Diretor Geral, Diretor do aldeamento e tesoureiro, válidas enquanto durasse o serviço. Este aspecto aproximava os aldeamentos das colônias militares. Para fins administrativos, a Diretoria de Índios esteve alocada no Ministério de Estado dos Negócios do Império, desde a sua formação até 1860, quando passou para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.” DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891**. Campinas/SP: (Tese de Doutorado) IFCH-PPGH, 2017, p. 33.

⁹²¹ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁹²² DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 133.

⁹²³ QUEIROZ, Agostinho José de Almeida. **Ofício 25 de junho de 1855**. Delegacia de Guarapuava: Mandatos Avulsos, 1855-1861. AMG - Arquivo Municipal de Guarapuava – Unicentro, p. 1.

nesse empreendimento, a fim de supervisionar suas orientações e conter qualquer excesso do cacique e de seus guerreiros. No retorno, o oficial de justiça fez o seguinte relato:

Em consequência do mandato retro: certifico que acompanhei ao cassique Vyry com sua gente mandados pelo sr. Delegado de Policia d' esta Villa, para percorrer as margens do certão do Payquere afim de affugentar os selvagens ou traselos por meio brandos e que encontrando o Cassique Vyry vestigios dos selvagens nas imediações do Xangú singuindo-os encontrou na estrada oqual os conduzio e tendo ahi chegado as oito horas da manha do dia 8 de julho, quiserão os Índios -selvagens fugir com nossa vista, porem o Cassique Vyry adiantando-se os disse que não os hia fazer mal porem busca-los, eles voltando cercarão o mesmo cassique com sua gente e logo que voltarão do seo assombro, principiarão por atacar os de Vyry enquanto este se entretinha com hum dos selvagens afim de convencelo a que o seguisse, então este deo ordem de empregar força de cujo conflito seguiu de alguns mortos e outros feridos e ficando feridos da gente de Vyry oito feridos, depois que os selvagens abandonarão seu toldo, apresionarão cinco indias criadas e dois pequenos, os quais o conduzio ate esta. Guarapuava, 6 de agosto de 1855. Francisco Luiz Tigre, o Ficial de Justiça.⁹²⁴

Desse relato podemos aprofundar algumas questões sobre a trajetória de Francisco Gacom, na vila de Guarapuava. Dos conflitos que ocorreram entre os Kaingang não aldeados com os potentados locais, ele não interferiu em nenhum momento para diminuir ou acabar com essas incursões guerreiras. Pelo contrário, Francisco Gacom tinha consciência de que seu alcance enquanto uma liderança indígena se restringia aos Kaingang aldeados. Os grupos locais que orbitavam próximo ao núcleo populacional tinham uma autonomia própria e não se importavam com aqueles indígenas que haviam aceitado viver junto à sociedade local. Mesmo assim, alguns deles vinham até a vila em busca de objetos, ferramentas e até mesmo para visitar seus parentes que residiam no rocio ou em bairros próximos.

Francisco Gacom demonstra, desse modo, uma estratégia de sobrevivência interessante ao permanecer junto aos povoadores e liderando os Kaingang aldeados. Ocorre, nessas situações um processo de transformação no seu modo de agir, ocupando posições sociais “incomuns”, como o cargo de oficial de justiça em Guarapuava.⁹²⁵ Não identificamos documentos que pudessem nos trazer mais informações sobre a forma como ele chegou ao posto de oficial, quem o nomeou, se suas atividades estavam restritas aos conflitos envolvendo os indígenas e quando deixou de exercer esse cargo.

⁹²⁴ Idem, p. 2.

⁹²⁵ De acordo com uma publicação de um memorialista local, Francisco Luiz Tigre Gacom, compareceu a casa do Major Francisco Manoel de Assis França, Juiz Municipal e de Órfãos, 3º suplente, no dia 20 de julho de 1858 para prestar promessa de Oficial de Justiça no Juizo Municipal e de Órfãos. Entretanto, acreditamos que pode haver um erro no ano em que ele assumiu tal função pois o documento em que Francisco Gacom assina como oficial de justiça data de 1855. In: TEIXEIRA, Benjamin Cardoso. **Efemérides Guarapuavanas**. Guarapuava, 2002, p. 139.

De todo modo, sabemos que, na sua infância Francisco Gacom conviveu com a família do capitão Rocha Loures, seu padrinho de batismo. Nesse espaço, aprendeu a falar melhor o português, a ler e escrever. Ao mesmo tempo que recebia influência sobre seu modo de vida, ele também partilhava seus conhecimentos com os filhos de seu padrinho de batismo, Francisco Ferreira da Rocha Loures e João Cypriano da Rocha Loures. Sobre esse esse campo de negociação e troca, Denys Cuche esclarece que: “Nenhuma cultura está ‘pura’ sem influência externa. O processo que cada cultura sofre em um contato cultural passa por uma desestruturação e reestruturação numa dimensão dinâmica da cultura.”⁹²⁶

Sua posição, enquanto uma liderança indígena, tem seus primeiros relatos quando ele viaja até a capital da província em busca de ferramentas para os indígenas residentes em Guarapuava. Essa notícia foi publicada no dia 07 de fevereiro de 1855, pelo presidente da província, no principal jornal da capital paranaense, ao justificar o gasto de 20\$000 na compra de objetos e ferramentas para Francisco Luiz Tigre e João da Silveira Caldas.⁹²⁷

Francisco Gacom fez parte da comitiva do cacique Viri, em represália ao ataque dos Kaingang, residentes no Paiquerê, na fazenda do brigadeiro Rocha Loures. Ambos haviam convivido nos pós-aldeamento de Atalaia, conforme já apontamos ao longo dos capítulos anteriores. Existia um grau de respeito entre essas duas lideranças, pois se tratava, em nosso entendimento, de chefes de unidades políticas territoriais. Viri, em Palmas, e Francisco Gacom, em Guarapuava. Não praticavam hostilidades entre si, antes, faziam alianças que poderiam ser vantajosas para ambos.⁹²⁸

Ao retornarem do Paiquerê, Viri permaneceu com a custódia dos indígenas levando-os consigo para o aldeamento de Palmas. Ao tomar conhecimento desse acontecimento, o presidente provincial encaminhou uma correspondência ao Brigadeiro Rocha, ordenando que fizesse todos os esforços para resgatar esses prisioneiros do cacique Viri, dando-lhes presentes para não o desagradar. Era muito mais conveniente mantê-lo como aliado do que como inimigo construindo alianças com os Kaingang “selvagens”.⁹²⁹

O fato de Viri permanecer com esses prisioneiros lhe rendeu alguns ganhos significativos e para os demais membros do grupo. O presidente provincial Henrique Rohan, determinou que pagasse a quantia de 100\$000 pelos “índios presos” e que o diretor do

⁹²⁶ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. (Trad.) Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002 p. 136.

⁹²⁷ VASCONCELLOS (c), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 07 de fevereiro de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 46, p. 2.

⁹²⁸ Sobre esse assunto ver: MOTA (a), Op. cit. p. 153.

⁹²⁹ REZENDE (d), Teófilo Vitério Ribeiro de. **Governo da Província**. 11 de julho de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 15, p. 2-3.

aldeamento mandasse medir um terreno para eles no rocio da vila de freguesia de Palmas. Em troca, Viri teria que libertar as 5 mulheres e as 12 crianças.⁹³⁰ Aos olhos das autoridades da época, o fato de Viri manter sobre sua proteção essas pessoas não significava apenas um “espólio de guerra”, mas se tratava, antes de mais nada, de uma prática exercida por esses grupos, objetivando criar vínculos matrimoniais com outros grupos. Algumas vezes, essas trocas ocorriam de forma harmoniosa e outras pelo conflito.

De qualquer maneira, esses conflitos não cessaram e as autoridades tanto locais como provinciais trocavam ofícios no sentido de encontrar uma saída para eliminar o perigo existente de um ataque dos Kaingang contra os moradores da vila de Guarapuava. Os fazendeiros que tinham suas propriedades mais próximas dos territórios tradicionais dos indígenas, nos campos das Laranjeiras, sabiam que, a qualquer momento poderiam ser surpreendidos pelos Kaingang. Mesmo assim, permaneciam irredutíveis no propósito de ficar permanentemente naqueles terrenos.

Sempre houve um grande interesse dos potentados locais de criar um aldeamento nos campos das Laranjeiras. Desde a exploração feita pelo ainda estancieiro, Francisco Ferreira da Rocha Loures junto com o padre Ponciano José de Araújo, no ano de 1833, sempre existiu por parte de muitos potentados locais o desejo de estabelecer, nesse lugar não somente um aldeamento, mas uma colônia militar, que pudesse servir de ‘ponta de lança’ para futuras ocupações.

De acordo com Lúcio Tadeu Mota, o campo das Laranjeiras foi objeto de exploração do engenheiro e futuro presidente da província do Paraná, Henrique Beuarepaire Rohan, em 1848. Nessa expedição, um de seus subordinados, de nome Pedro Scherer, percorreu a região por mais de 9 meses e relatou para o diretor geral dos índios, brigadeiro Rocha Loures, os benefícios que traria seu povoamento.⁹³¹ O objetivo principal dessa exploração era abrir uma estrada entre Guarapuava ao rio Paraná:

Em 1848, sob a minha direção, como engenheiro abriu-se uma picada de 29 léguas, desde o campo do Xagu até a margem esquerda do Paraná. Essa picada foi visitada, em 1849, pelo piloto, hoje 2º tenente da armada, Camilo Lelis da Silva. Desde então, porém, nada mais se fez em relação a ella, [...] convém entretanto advertir que, em relação ao estabelecimento de colonias militares, que facilitarão a redução dos selvagens habitantes daquellas paragens, seria de grande vantagem a construção dessa estrada.⁹³²

⁹³⁰ ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beuarepaire. **Governo da Província**. 28 de novembro de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 35, p. 2.

⁹³¹ MOTA (c), Op. cit., p. 162.

⁹³² SCHERER, Pedro Aloys. **Ofício dirigido ao brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios da Província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: nº 8, v. 13, p. 11-12, 1983.

Entretanto, com toda a exploração feita pela região e a descrição dos recursos que a ocupação desses campos traria de benefícios para os fazendeiros, sedentos de terrenos férteis para aumentar suas fazendas de campos de cria e invernagem de animais, com todo o empenho possível não era fácil transpor essa fronteira, nem romper a barreira de resistência dos Kaingang dessa região. Aliás, é importante mencionar, aqui, que não encontramos na documentação qualquer referência sobre um possível acordo dos potentados locais com os chefes indígenas que lideravam tais conflitos guerreiros nas fazendas da região.

O projeto era mesmo de subjugar os grupos locais que residiam nesses campos. Alguns anos depois, em 1855, o brigadeiro Rocha Loures retomou essa discussão sugerindo que, nos campos do Chagú, fosse criada uma colônia Militar junto com o aldeamento e que os indígenas de Palmas, comandados pelo cacique Viri, fossem transferidos para lá.⁹³³ Essa proposta do brigadeiro Rocha Loures é, no mínimo curiosa, pois, além de buscar formas de convivência entre grupos que, ao longo dos anos, viviam em conflito- com a transferência do cacique Viri e seus guerreiros-, deixava a vila de Palmas desguarnecida e vulnerável, caso os desafetos de Viri e contrários à presença da sociedade local empreendessem algum ataque.

De todo modo, existia, por parte do diretor geral dos índios, certamente, com apoio de outros potentados locais de Guarapuava, o desejo de expandir-se sobre aqueles campos. Em uma correspondência, escrita pelo padre Braga de Araújo, em 1857, ao vice-presidente da província do Paraná, José Antônio Vaz de Carvalhaes, encontramos as razões para tal:

Satisfazendo a circular de V. Exa. de 18 de novembro de anno p. findo, que acompanhou com cópia o Aviso do Ministério do Império de 20 de julho do mesmo anno, tenho a honra de remetter-lhes em seis caixos numerados seis amostras de terrenos, como se vê das tabellas correspondentes q. vão inclusas. Com quanto estas amostras sejam tiradas em alguns dos melhores terrenos próximos a esta villa, há outros mto. Melhores em outros pontos, q. em razão da consideravel distancia tornar-se-ia tão dispendioso o seu extrato, q. entendi melhor prescindir desse serviço por parecer q. suppriria esta falta, apresentando a V. Exa. a seguinte descripção desses terrenos pela qual poder-se-há avaliar de sua qualidade. Na presente descripção, merece especial menção a fertilidade e riqueza do terreno existente em estado de sertão a L.Oeste deste municipio até a margem esquerda do grande rio Paraná no rumo L.O. com trinta e cinco léguas de extensão, e de N. a S. entre os rios Ivahy navegável e Iguassú, com 56 léguas de distancia entre seus respectivos confluente no dito Paraná. Este terreno q. além de outras veredas, foi atravessado na sua longitude L. O. do campo do Xagú, extremidade ocidental dos campos desta vila de Guarapuava, pela latitude sul 25° 10' até a margem esquerda do rio Paraná por 25° 30' 37", segundo o itinerário de um empregado da Expedição de Guarapuava em 1848 sob as ordens do Exmo. Ten. Coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, é este terreno regado por numerosos rios, monteroso, composto de terras argilosas, pedregulhentas, Schistosas, arenosas e ricas em minerais, entre os quais abundão os Siderides, o quartz, alguns carbonides, e entre elles alguns combustiveis, algum cobre, calcario, salistre. E de várias terras conhecidas vulgarmente com os nomes

⁹³³ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: 8 de agosto de 1855, nº 7, v.11, p. 48-52.

de Amassa-pé, barreiro, terra preta e vermelha de matto bom: este terreno seguindo geralmente um declivio entre morros para O. S.O, tem contudo suas faldas expostas ao N.O, sendo ahi atravessado por uma ramificação da Serra do Maracajú. A rica vegetação deste terreno, toda de mato virgem oferece excelentes madeiras de construção, arvores fructíferas, medicinais, alimentares e de economia domestica, entre as quais açoita-cavallo=Malvaca, angelim, angico, cabriuva, grapiapunha, óleo, pau-rocho ou coração de negro e outras leguminosas, canjarãna, cedros de duas especies= mabiacas, canella, loivo, sassafrá, e outras=Laurinas, aroeira ou avindiúva, candarú=Terebenthacas, piúva, pau d'arco, ipê, jacarandá rōxo, e mais bignoniaca, pindahiba ou pindahuba=Euphorbiacas, taroman verbenacas, mts myrtacas e finalmente o pinheiro=Araucarya brasiliensiss. Entre as fructíferas encontra-se o Cambucý, Guaviroba, Jabuticaba, Murtha, Araçá, Pithanga, e outras Myrtacas; Gameleiro, Imbaúba,Urticas; Ingá e leguminosas de varias species, Urumbeba, Figueira do Inferno, Tuna, Cactus, vários generos e species de conqueiros=Palmas, entre as quais Burity, Butiá, Gerivá Geruva ou Barba de Boi, Issará Gissára ou Palmito-molle, Guaviróba, Guaviry. Entre as graminos nas margens do Paraná encontra-se em alguns lugares paludosos uma specie de arroz=oryza=sapé, junco, grama do pantanal e disseminada no sertão a candiúva, ubá, labóca, taquaril, taquára e taquarussú, nas plantas e arvores economicas o cauriú, o annil, angica branca, vermelha, e barba timão=Leguminoso, cruatá, caraguatá, ananás=Bromelliacos, o urucú=Tilliacos, imbirussú, inhãme, o paú herva matte=Illex = q. existe em grande quantidade por ali, conhecido também pela vulgar denominação Congonha, e mts plantas tuberculosas, alimenticias, q. agricultura poderá aperfeiçoar. Entre as plantas medicinais acha-se o angelim, o fedegoso, o oleo ou cuPahýba=legumiso, a quina, a ipecacunha, o cainca=rubiacos, a caróba jacarandá;bignoniacos, caiapiá, pariáróba=urticas, herva de Santa Maria=Chenopedes, Japecanga=asparaginos, Tayuiá=curabitacos, urucú=tiliacos, velãme=Euphorbiacos, Sassafrá=Laurinos, e mts outas. Este terreno é dividido em duas chapadas, formando a superior e proxima aos campos de Guarapuava a região dos pinheiros, e a inferior a dos palmitos-molles, q. principia dés léguas além do já mencionado Campo do Chagú e offere mts. Posiçoens vantajosas p. Colonias-agricolas, igualmente no sertão ao Norte deste mesmo campo, é habitado o terreno por Índios de várias tribus=coroados, botucudos, inimigos uns dos outros, a quem dão reciprocamente o nome de Caingang. Entre os animais carnivoros, nota-se a onça, leopardo, jaguatirica=Felis, nas Pachydermes a anta tapir, porco montez ou do matto, tateto, catitú, nos roedores o rato e varios generos mais, sendo o primeiro mais numeroso e pernicioso, desdentados= o tatu pernicioso, o tamanduá bandeira e mirim, poucos ruminantes, entre eles três species de veados, há mts species de macacos, há mts aves, nas gallinaceas abundão Jacutinga, urú, pombas, macúcos, inambú. Nos trepadores-picapau, aráras, maracaná, charan, o curraleiro, nos palmipedes=patos, marrecos, biguá, ribeirinhos=garça, soccó, segonha. Nos de rapina=corvo branco, gavião penacho, caburê. E milhares de pássaros, poucos repteis entre os ophigianos/ophidianos/ há cascavel, jararaca, e quatiára ou urutú, nos saurianos encontra-se lagartos, cágados. Alguns arachnides, tais como lacron, aranhas de varias species. Os rios são pouco piscosos, a excepção dos principais affluentes do Paraná, como Ivahý, Piquiry, Iguarehy, Jaguaré, Jacarehy ou Guaviroba, e o Iguassu. Os principais peixes são jahú, corumbatá, suruhy, pacú, dourados, piábas, mandys. Entre os insetos há um q. permanente sobre alguns cactées, parece ser coxonolha. Eis a mais aproximada descripção q. posso apresentar a V. Exa., notando q. neste lugar o mesmo se observa de N. a S. nas immediaçoens dos rios Ivahy e Iguassú, igualmente com algumas interrupçoens, no sertão q. se atravessa desta villa p. o municipio de Ponta-Grossa, onde alguns lugares já existem principios de cultura, iguais as da tabela nº 2, tais como cana de assucar, café, fumo, algodão. Tudo em bom andamento. Deos guarde a V. Exa. Villa de Guarapuava, 21 de março e 1857. O vigário Antônio Braga de Araújo.⁹³⁴

⁹³⁴ ARAÚJO (h), Antônio Braga de. **Relatório enviado ao presidente de província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhaes**. Curitiba: 21 de março de 1857. APP-Arquivo Público do Paraná. BR/PR/APPR/PB001/ GPR/CAE/3.88., 5 páginas.

A citação é bastante extensa, mas achamos pertinente reproduzi-la na sua integralidade para termos uma noção mais exata do ecossistema nos campos dos Chagú. Esse espaço territorial era bravamente defendido pelos Kaingang com ameaças às pessoas que iam se aproximando, pois, em alguns casos, ao ocupar esses lugares e, dadas as necessidades da época, destruíam esse *habitat* para ampliar os campos de lavoura e pastagens à criação de animais. Junto ao projeto de ocupação, vinha também um projeto de destruição desse ecossistema, o que interferia consideravelmente no modo de vida dos Kaingang.

Embora a ocupação e povoamento tenham iniciado um processo de destruição do solo, fauna e flora, nos campos do Chagú, devemos reconhecer que a descrição desse ecossistema, pelo padre Braga de Araújo, foi fundamental para que tivéssemos uma ideia mais completa do que se tinha na região em termos de recursos naturais. Kimye Tommasino, uma das principais referências sobre o território Kaingang, afirma que este tinha, necessariamente, de apresentar um ecossistema variado, que lhes permitisse sua reprodução social e cultural.⁹³⁵

Os Kaingang residentes nos campos do Chagú, sabiam que a presença desses povoadores, em seus territórios tradicionais, lhes causaria alguns prejuízos, pois alguns deles já haviam participado desse processo de expropriação, iniciado com a ocupação dos campos de Guarapuava. Outrossim, sabiam que a dilapidação de seus recursos naturais provocaria danos ao seu modo de vida e à sua sobrevivência física, cultural e religiosa. Sobre este último, sabemos, por meio das pesquisas de Rogério Rosa, que os Kaingang do passado, especialmente os Kujà, dependiam fortemente da floresta virgem, o que contempla uma aliança com os espíritos dos animais e dos vegetais, pertencentes ao seu ecossistema.⁹³⁶ A descrição efetuada pelo padre Braga de Araújo, nomeando as plantas, peixes, animais e vegetais remete, basicamente, a um conjunto de elementos que compõem o modo de ser Kaingang.

O relatório parece ter convencido as autoridades provinciais sobre a importância de estabelecer nesses campos um aldeamento indígena, mas com características de uma colônia militar, onde haveria um diretor para administrar e para cuidar dos Kaingang, de forma seriam alocados o cacique Viri e seus guerreiros. Em 25 de maio de 1857, o Imperador Dom Pedro II aprovou o Regulamento das Colônias indígenas, do ano de 1857, para as Províncias do Paraná e São Paulo.⁹³⁷ Nesse documento, foram autorizadas a criação de 8 colônias em diferentes lugares das duas províncias, sob o comando direto do Barão de Antonina, sem qualquer interferência do diretor geral dos índios do Paraná, brigadeiro Rocha Loures.

⁹³⁵ TOMMASINO (c), Op. cit., p. 203.

⁹³⁶ ROSA, Op. cit., p. 132.

⁹³⁷ CUNHA (a), Op. cit., p. 241.

Embora nesse momento, o aldeamento de Chagú não tivesse sido criado, o artigo 62 permitia que, em caso de necessidade outras colônias poderiam ser criadas. Foi com base nesse artigo que as autoridades locais de Guarapuava solicitaram sua criação. Segundo Mota:

Primeiro, o aviso imperial de 21 de outubro de 1858 criou o aldeamento nas margens dos campos do Xongu; segundo, em fevereiro de 1859, o presidente Francisco Liberato de Mattos decidiu sobre onde estabelecer o novo aldeamento indígena a oeste de Guarapuava, confirmando o local determinado pelo aviso imperial.⁹³⁸

O brigadeiro Rocha Loures, como diretor geral dos índios do Paraná, não tinha gerência sobre as colônias autorizadas pelo imperador. A responsabilidade recaía sobre o Barão de Antonina,⁹³⁹ que também não poderia interferir nas decisões da diretoria dos índios no Paraná. Desse modo, o trabalho desenvolvido pelo brigadeiro Rocha Loures ficava restrito aos Kaingang residentes na vila de Guarapuava e em Palmas. Além dos interesses econômicos e territoriais dos potentados locais, o brigadeiro buscava se afirmar como um diretor responsável e competente na elaboração e execução de um aldeamento sob sua inteira responsabilidade.

Desse modo, Rocha Loures apresentou um plano sobre como seria esse aldeamento, sugerindo que, para o melhor aproveitamento, seria extremamente importante transferir os “índios semi-mansos” de Palmas. Sobre as despesas que o império teria com esse empreendimento, ele assim se manifestou:

[...] devem vencer ordenado os Directores gerais, os parciais e mais empregados, sem o que não é possível fazer-se cumprir os seus deveres. Sei que isto importará muitas somas, que por isso se ade achar exagerado este meu mal traçado plano, porem eu considereo essas despesas insignificantes, quando vejo os bens que da hi podem resultar-nos, tanto mais que milhares de contos se estão dando para a colonização estrangeiras.⁹⁴⁰

Os planos dos fazendeiros, viabilizados pelo Brigadeiro Rocha Loures, se concretizaram em 1858, quando, por Aviso de 14 de outubro, o presidente provincial, José Francisco Cardoso, autorizou o funcionamento desse aldeamento nos campos do Chagú. Para organizar os trabalhos de construção de benfeitorias, casas e oficinas, bem como no plantio de cereais para receber os

⁹³⁸ MOTA (c), Op. cit., p. 165.

⁹³⁹ “Art. 1 – As colonias Indígenas fundadas, ou que se houver de fundar nos sertões entre as Províncias do Paraná e Mato Grosso, com o fim de desenvolver a catechese promovida pelo Barão de Antonina nos ditos sertões e facilitar a navegação fluvial entre as mesmas Provincias, serão organizadas de conformidade com as presentes Instruções.” In: CUNHA, Op. cit., p. 241.

⁹⁴⁰ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Instruções para a criação do aldeamento do Chagú**. Diretoria Geral dos Índios na Villa de Guarapuava, 4 de março de 1858. APP- Arquivo Público do Paraná, PB 001, DGI 230.57, 5 páginas.

Kaingang de Palmas e os indígenas da região, foi nomeado como seu primeiro diretor Joaquim Antônio de Moraes Dutra.⁹⁴¹

Entretanto, o aldeamento de Chagú não chegou a reunir os Kaingang da região como pretendiam os fazendeiros de Guarapuava e, depois de três anos, sofreu duras críticas do novo presidente provincial, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, sugerindo ao governo imperial que esse projeto não estava dando resultados satisfatórios. Com um parecer favorável aos argumentos apresentados pelo presidente Nogueira, este, por aviso, em 19 outubro de 1861, determinou sua extinção e que todos os “objetos a elle pertencentes fossem confiados a guarda do brigadeiro director geral dos índios Francisco Ferreira da Rocha Loures, a fim de se lhes oportunamente o conveniente destino.”⁹⁴²

Com a transferência de toda a estrutura montada para o aldeamento do Chagú, os Kaingang que permaneciam resistentes ao processo de incorporação à sociedade nacional, atacaram as fazendas de Joaquim de Freitas, no Cavernoso, e, novamente, de José Nogueira do Amaral, nos campos das Laranjeiras:

No dia 1º de julho último, appareceram cerca de cem índios armados junto a casa de Joaquim de Freitas, no lugar denominado Cavernoso, no districto de Guarapuava, 8 léguas distante da vila. As pessoas que se achavam na mesma casa, fecharam-se, e procuraram os meios de justa defeza. O alarido, que fizeram os indios e os sons de suas bozinas foram ouvidos na visinhança, e Manuel Pereira do Valle, que ouvira, dirigiu-se para aquelle logar, onde encontrou os indios, segundo elle diz, alguns vestidos burlescamente, e outros com baetas vermelhas e azues, pelo que suppõe-se serem elles dos que tem sido brindados n’esta capital. Consta que este individuo procurou chamar os selvagens a sentimentos pacíficos, o que suppunha ter obtido, quando foi traiçoeiramente ferido nas costas por uma flecha, encontrando na fuga, à galope, a conservação da vida, que sem duvida pretendiam arrancar-lhe. Manoel Pereira encontrou algumas pessoas, a quem relatou o facto, aquellas porém quando chegaram no logar, os selvagens já tinham se entranhado no matto. O director geral dos índios, relatando-me este acontecimento, em officio de 4 de julho, assim se exprime: ‘ Teme-se ter havido outros sinistros acontecimentos praticados pelos mesmos selvagens em famílias, que habitam o logar denominado – Laranjeiras- por onde tinham de passar o ditos índios, e que se acha a nove léguas além do logar onde foram encontrados. E o director geral foi profeta. Em officio de 19 de julho participava-me a terrivel catástrophe de terem sido, nos princípios d’aquelle mez, barbaramente assassinados onze pessoas da familia Nogueira, que mora no logar das Laranjeiras, por occasião que colhiam uma roça no Chagú, logar que dista da villa de Guarapuava vinte léguas. Foram victmas d’estes barbaros: Duas mulheres, três homens e seis meninos.’⁹⁴³

⁹⁴¹ CARDOSO, José Francisco. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de março de 1860**. Curitiba: p. 60.

⁹⁴² NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba: p. 84.

⁹⁴³ SILVA, Sebastião Gonçalves da. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 21 de maio de 1864**. Curitiba: p. 30.

A família de José Nogueira do Amaral passava mais uma vez pelo processo de luto, mas permaneciam irredutíveis quanto ao propósito de garantir aquelas terras como de sua propriedade. Nessa ocasião, os membros da câmara municipal de Guarapuava se reuniram para expor seus argumentos contrários à extinção do aldeamento do Chagú. Os vereadores fazendeiros não concordaram com essa decisão do presidente provincial e, em ofício, acusaram a província pela morte dos 11 membros da família de José Nogueira.⁹⁴⁴ Acusaram, também, a província por ceder facões e outros objetos de ferro, que logo se tornaram “flechas e lanças” para atacar os habitantes daquele território.⁹⁴⁵

De acordo com esse documento, os Kaingang haviam assassinado trinta e quatro pessoas nos arredores da vila de Guarapuava. Os vereadores exigiam um destacamento permanente de guardas nacionais, perto de 20 homens, para proteger os moradores. Para reforçar a segurança, pediam às autoridades provinciais o deslocamento dos Kaingang de Palmas, comandados pelo cacique Viri, a fim de que permanecessem na vila de Guarapuava, trabalhando e, ao mesmo tempo, fazendo a defesa dos povoadores, mediante pagamento da província.⁹⁴⁶

Pelo que pudemos apurar desse evento os vereadores culpavam as autoridades provinciais pela morte dessas pessoas, ao negligenciarem seus pedidos para aumentar o número de guardas na região, pela falta de pagamentos aos indígenas de Palmas, que os socorriam em sua defesa e, principalmente, pela extinção do aldeamento do Chagú.

Em partes, a família de José Nogueira sabia que, se abandonasse as terras nas quais havia se estabelecido alguns anos antes, poderia não ter direitos sobre ela, principalmente, depois que entrou em vigência o regulamento da Lei de Terras, em 1854. Obviamente, para garantir a posse definitiva de suas propriedades, o proprietário deveria pagar às custas de medição da terra declarada e só depois é que ele teria o título definitivo.

A obrigatoriedade da declaração provocou algumas reações nos povoadores de Guarapuava, que tiveram que comparecer, perante o padre Braga de Araújo, para apresentarem suas propriedades. Essas reações caminhavam em dois sentidos: a primeira, porque os povoadores menos abastados vislumbravam a possibilidade de garantir a posse de sua propriedade, mesmo sendo oneroso; a segunda, provocou um certo desconforto nos potentados locais, que tiveram que expor os bens territoriais que possuíam, por posse primária, ocupação,

⁹⁴⁴ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Local: Guarapuava, 08 de outubro de 1863. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Ofícios nº 1, p. 111 e 111v.

⁹⁴⁵ Idem, p. 111.

⁹⁴⁶ Idem, p. 111v.

herança ou compra. Em recente trabalho sobre a Lei de Terras e seu Regulamento, Zilma Dalla Vecchia afirma que:

De acordo com o Capítulo 9º dessa lei, todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título de sua propriedade, ou possessão, eram obrigados legalmente a registrar suas terras perante o Vigário da Freguesia em que estava localizado o imóvel (artigo 97). Apresentavam a declaração por escrito, em duas vias. Uma ficava arquivada na Freguesia, a outra com o possuidor da terra, o “proprietário”. O Vigário, por sua vez, recebia as declarações, registrando-as em livros próprios, numerados e rubricados que, posteriormente, eram remetidos às autoridades competentes. Daí o nome de Registro do Vigário.⁹⁴⁷

Curiosamente, os conflitos entre os Kaingang, habitantes dos campos das Laranjeiras e os “proprietários” de terra fixados naquela região, ocorreram com mais intensidade no mesmo período da obrigatoriedade que os fazendeiros tinham para apresentar ao vigário suas posses.⁹⁴⁸ Na vila de Guarapuava, situação semelhante também começa a incomodar os potentados locais, com a pressão dos Kaingang ali estabelecidos, que exigiam novamente a posse dos terrenos do antigo aldeamento de Atalaia e Sepultura. O conflito de interesses sobre essas propriedades, em 1850, pode ter sido o principal motivo para que os fazendeiros declarassem que eram os legítimos proprietários das terras onde havia sido instalado o aldeamento de Atalaia. A Lei de Terras, acompanhada de seu regulamento, foi, sem dúvida, a garantia de posse permanente desses territórios.

Toda essa movimentação dos povoadores à paróquia, para declararem suas propriedades, despertou os Kaingang residentes na vila de Guarapuava para a necessidade de também buscar formas de garantir esse direito. Eis que surge o segundo conflito de interesses sobre a posse dos campos de Atalaia e Sepultura:

Venho me queixar contra o Senhor Brigadeiro Francisco da Rocha Loures e o Senhor Francisco Manoel de Assis França, Manoel Moreira, Domingos Moreira, Antônio Moreira, Joaquim Machado, Cipriano de Campos e mais os filhos desse homem em nome dos meus companheiros que vieram comigo e dos outros que pediram e que ficaram em Guarapuava porque aqueles homens não tem dó pelos índios como eu e meus companheiros porque tirarão nossas terras e nos tocaram para fora e as terras são nossas e nos judiaram e estão morando nelas e tem dinheiro para mandar dominar e tendo prometido balas e por isso viemos se queixar a V. Ex. para eles nos entregar os nossos terrenos foram arrendados por dois anos e pagarão um ano, Francisco índio não recebeu esse dinheiro. Curitiba, 13 de janeiro de 1862. Francisco Luiz Tigre Gacom, da

⁹⁴⁷ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 7.

⁹⁴⁸ [...] mais da metade das declarações registram uma propriedade: 219 das 396 declarações o que representa 55% do total. Sucessivamente, 106 com duas propriedades (27%), 52 com três (13%), 12 com quatro (3%), 06 com cinco (2%) e 01 com sete, a declaração de número 241, de Francisco Manoel de Assis França. Assim, o Registro do Vigário da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava tem registradas 672 propriedades. In: DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 21.

tribu dos coroados de Guarapuava

Nós abaixo assinados, certificamos que presenciamos o facto curioso de se acharem dous índios coroados hum ditando e o outro escrevendo a representação retro. Curitiba, 13 de janeiro de 1862. Antônio Sá Rodrigues e José Sollares Hegral.⁹⁴⁹

Enquanto as autoridades provinciais e locais trocavam farpas sobre os últimos acontecimentos, nos campos das Laranjeiras, acusando-se, mutuamente, sobre a quem recaía a culpa das 34 mortes ocorridas em tão curto prazo, surgiam aos olhos dessas mesmas pessoas, as reclamações apresentadas por Francisco Gacom ao delegado de Terras Públicas do Paraná, a respeito da invasão que estaria ocorrendo nas terras do antigo aldeamento de Atalaia. Ao que parece, como já afirmamos anteriormente, toda a movimentação da população não indígena, para declarar suas posses ao padre Braga de Araújo, desencadeou entre os Kaingang aldeados, a necessidade de usar essa legislação a seu favor, buscando levantar esse debate diretamente com o responsável pela regularização das propriedades no Paraná.

Sua ida até a capital da província demonstra que seus argumentos não surtiam efeito junto às autoridades locais. Além disso, Francisco Gacom deve ter procurado o diretor geral dos índios, brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures para submeter ao padre a declaração das terras do antigo aldeamento de Atalaia, ao que sabemos, desde a década de 30, arrendadas para alguns potentados locais. O encontro entre eles não era algo impossível, visto que ambos eram vizinhos, moravam no mesmo quarteirão, desde 1842, conforme apontamos no rol de paroquianos, e poderiam tranquilamente discutir o assunto.

Desde os tempos coloniais, as lideranças indígenas aprenderam, com muito esforço, que um dos caminhos para garantir sua sobrevivência física e cultural seria lutar pela posse dos terrenos dos aldeamentos tendo em suas mãos o documento que legitimasse serem donos daquele território. Segundo Maria Celestino de Almeida:

Tal solicitação por parte dos índios confirma o que dissemos anteriormente sobre o aprendizado e apropriação de alguns códigos portugueses: os títulos de terra eram os papéis oficiais que iriam lhes garantir a legalidade daquelas terras e desde cedo aprenderam a valorizá-los.[...] Os índios aprenderam a lançar mão dos títulos para dar um embasamento legal às suas reivindicações, conforme os padrões portugueses.⁹⁵⁰

É bem provável que Francisco Gacom tenha procurado todos os meios para garantir a posse das terras do aldeamento. Depois de anos de convivência com a sociedade local, participando ativamente da dinâmica daquela vila, até mesmo ocupando um cargo público como

⁹⁴⁹ GACOM, Franciso Luiz Tigre. **Ofício ao Delegado das Terras Públicas**. 13 de Janeiro de 1862. Guarapuava: AMG: Arquivo Municipal de Guarapuava, caixa 09, documento 14.

⁹⁵⁰ ALMEIDA (a), Op. cit., p. 222.

oficial de justiça, Francisco Gacom sabia que o caminho para garantir a posse definitiva desse território teria que passar pelos trâmites legais da legislação vigente nesse período, cujo embasamento era a Lei de Terras e seu Regulamento.

É interessante observar o teor das palavras usadas no documento entregue, por Francisco Gacom, à diretoria de terras públicas. Depois de relacionar os nomes dos potentados locais que haviam se apossado das terras, reclamou que elas estavam arrendadas para esses indivíduos e que eles não haviam feito o pagamento do arrendamento para ele. Essa informação remete para algumas situações, como o fato de que ele tinha controle sobre os rendimentos das terras arrendadas. Os potentados locais, ao declararem ser os primeiros ocupantes dessas terras, “Posse Primária”, davam um passo importante para conseguir o seu título definitivo, se cumpridas todas as etapas previstas no regulamento.

Outra questão interessante diz respeito ao modo como ele reagiu ao disparate desses potentados locais, ao procurar a Repartição de Terras Públicas do Paraná para reclamar seus direitos perante a autoridade constituída, a fim de resolver essas questões na província. Ao final desse documento, Francisco Gacom afirma ser membro dos “índios coroados” de Guarapuava, rompendo, desse modo, o estereótipo forjado nos documentos da época, de que eram “índios civilizados”. Essa questão remete ao conceito de identidade, de Tomaz Tadeu da Silva:

Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder: “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.⁹⁵¹

Essa separação entre ‘nós’ e ‘eles’ aparece, explicitamente, no ateste dado pelos dois funcionários da repartição de terras, ao manifestarem sua insatisfação disfarçada, quando constataram um “índio” usando da escrita para reclamar seus direitos, o que, para muitos indivíduos da época era algo incomum: “Nós abaixo assinados, certificamos que presenciamos o facto curioso de se acharem dous índios coroados hum ditando e o outro escrevendo a representação retro. Antônio Sá Rodrigues e José Sollares Hegral”.⁹⁵²

Francisco Gacom estabelecia, nesse contexto, uma posição como representante dos Kaingang, assumindo sua identidade indígena, além de preservar desse modo, um espaço de

⁹⁵¹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 82.

⁹⁵² GACOM, Op. cit., p. 2.

negociação como forma de garantir o domínio sobre terras do aldeamento. Para garantir os territórios como domínio dos indígenas, bastava que o responsável, nesse caso, o diretor geral dos índios do Paraná, declarasse que o território do antigo aldeamento de Atalaia era dos Kaingang residentes na vila de Guarapuava, conforme o art. 94, do Regulamento.⁹⁵³

Embora os Kaingang aldeados tenham vivido um processo de territorialização,⁹⁵⁴ conforme aceção de João Pacheco de Oliveira cuja dimensão desse conceito remete ao fato de que esses indígenas passaram a viver num espaço diferente ao seu habitat natural, assumindo as normas políticas-administrativas da época os remanescentes do aldeamento de Atalaia não tinham abandonando no todo suas características culturais. Eles passaram por um processo de transformação, de recriação de identidades, em consequência da convivência com a sociedade local.

Toda sua experiência junto à sociedade local, convivendo com outras pessoas de origens diversas, contribuiu para que Francisco Gacom ampliasse sua compreensão sobre as estratégias de luta na retomada das terras do aldeamento. Ao acumular perdas sociais e econômicas, perdendo o controle sobre os rendimentos que os terrenos do aldeamento lhe proporcionavam, Francisco Gacom assume uma postura de liderança, ocorre uma recriação da identidade indígena, articulando suas estratégias com outras pessoas mais próximas, membros de sua família e com outras lideranças residentes em diferentes lugares.

Entretanto, o mais intrigante do ofício entregue à Repartição das Terras Públicas não era o fato de que as terras do aldeamento estavam de posse dos potentados locais de Guarapuava. O que gerou um certo desconforto entre as autoridades provinciais foi o relato de que um dos “invasores” dessas terras era o brigadeiro Rocha Loures.

Das pessoas denunciadas, em 1862, identificamos que esses homens tinham declarado suas posses ao padre Braga de Araújo. Diante dessas informações, selecionamos as propriedades que estavam próximas ou nas terras dos aldeamentos reclamadas pelos Kaingang, conforme a tabela abaixo:

Tabela 44: “Propriedades” dos denunciados no ofício de 1862

Data declaração	Nome	Propriedade
06/05/1856	Francisco Ferreira da Rocha Loures	Campos e terras lavradas, fazenda Trindade, 3 léguas de comprimento e 1 légua de largura – posse primária

⁹⁵³ CUNHA (a), Op. cit., p. 223.

⁹⁵⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=iso Acesso em 12 de abril de 2019.

19/05/1856	Francisco Manoel de Assis França	Campos e matos, localidade Aldeia, possui chácara, 3 alqueires – posse primária
04/09/1856	Domingos Moreira Gamalier	Campos de Criar, além do rio Coutinho, extensão ½ de comprimento por ¼ de largura
14/05/1856	Antônio Moreira	Campos de Criar, ¼ de légua, além do rio Coutinho, ¼ légua no Xarquinho – Herança
	Joaquim Machado	Não fez declaração
12/05/1856	Cypriano José de Campos	Campos de criar com matos e capoeiras, ¼ de légua de comprimento e ½ largura, Passo dos Potros – Herança

Fonte: DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 133/188/50/154/147

Dessas declarações, relacionadas na tabela acima, a posse do brigadeiro Rocha Loures era mais extensa, com uma área correspondente a 26.136 hectares de campos e terras lavradas. A sede dessa fazenda ficava exatamente onde a real expedição construiu seus alojamentos, em 1810, sendo que, depois, se tornou também, o centro do aldeamento de Atalaia. Retomando o debate, realizado no início deste capítulo, quando o Juiz de Paz, Antônio de Sá Camargo, comunicou às autoridades de São Paulo a invasão das terras dos indígenas aldeados, está se referindo diretamente ao brigadeiro Rocha Loures, que, naquela época, era um dos maiores estancieiros e negociantes de animais de Guarapuava.

Com essa denúncia, as relações de amizade entre os dois não duraram muito tempo e quando um assumia funções relacionadas aos Kaingang de Guarapuava, o outro renunciava. Esse fato ocorreu quando o brigadeiro Rocha Loures foi nomeado diretor geral dos índios do Paraná, imediatamente, Antônio de Sá Camargo, nomeado diretor dos índios de Guarapuava pelo primeiro diretor geral da província, Manoel Ignácio do Canto e Silva, um rico potentado local de Castro, pede demissão do cargo em setembro de 1855.⁹⁵⁵

O vice-presidente da província, Teófilo Vitório Ribeiro de Rezende, ao assumir a presidência por alguns meses, solicitou ao brigadeiro Rocha Loures um relatório minucioso sobre a situação dos “índios” de Guarapuava e Palmas, para depois, com base nesse documento, tomar providências e acalmar os fazendeiros daquela região.⁹⁵⁶ O diretor geral cumpriu rigorosamente o pedido feito por seu superior, mas o documento em si, só veio à tona alguns anos depois, quando a província tinha outro presidente, exatamente no contexto em que Francisco Gacom relatou a invasão das terras do aldeamento em 1862. No relatório, o brigadeiro

⁹⁵⁵ ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. **Governo da Província**. 31 de outubro de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 31, p. 1.

⁹⁵⁶ REZENDE, Teófilo Vitório Ribeiro de. **Governo da Província**. 22 de agosto de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 21, p. 2.

Rocha Loures fez o seguinte relato:

A morte de Gacom até hoje é sentida por todos aquelles que o conheceram. Com este acontecimento e outros que sobreviveram com a falta deste índio proeminente, os que lhe sucederam principiaram a deixar o aldeamento, até que em 1828, foram todos para os campos de Palmas, ainda incultos, passando ao depois para a província do Rio Grande do Sul, onde unidos com as tribus dos de sua nação, que allí habitavam, deram maior incremento as hostilidades contra os habitantes e viajantes que da província de S. Paulo iam comprar animaes naquella província, em cujas correrias fizeram muitos saques e muitas mortes. Com o povoamento de Palmas em 1840, allí se apresentaram e conservaram no estado em que já fiz ver a V. Exa. Tal foi o fim do antigo aldeamento de Atalaia. Tendo sido concedido em 1818 ou 1819 a este aldeamento os campos de criar que lhe ficavam adjacentes, foram juntamente com eles abandonados desde 1828. Em consequência do que, anno depois, algumas pessoas em número de dez se apossaram dos mesmo campos, e vivem habitualmente criando e cultivando-os, e parte já em poder de 4º possuidor.⁹⁵⁷

O brigadeiro Rocha Loures buscava, por meio de seu relatório, deslegitimar a luta política dos Kaingang de Guarapuava pela retomada e posse definitiva dos terrenos pertencentes ao antigo aldeamento de Atalaia, alegando que haviam abandonando tais territórios em 1828. Entretanto, sabemos, por meio das análises realizadas aqui, na tese, que boa parte dos Kaingang permaneceram em Guarapuava e que, alguns grupos se deslocaram de fato para os campos de Palmas, sob o comando do cacique Viri, outros acompanharam Vitorino Facxó Condá em suas incursões pelo aldeamento de Nonoay, no Rio Grande do Sul.

Na verdade, o brigadeiro Rocha Loures tinha intenções concretas de que, com essa afirmação, garantiria que as terras do aldeamento de Atalaia permanecessem com seus atuais “invasores”, inclusive ele próprio. De qualquer maneira, as funções que ele exercia não tinham efeitos concretos sobre os indígenas de Guarapuava. Naquele ano, como parte importante da prestação de contas de sua administração, o presidente provincial Nogueira dizia em seu relatório que:

Por melhores que sejam os desejos do director em prol da catechese e civilização dos índios, nada pode conseguir, e nem desempenhar os deveres que lhe incumbe o decreto de 24 de julho de 1845, residindo como reside em Guarapuava, extrema da província em considerável distância da capital e dos aldeamentos. Assim correm à sua revelia os negócios dos índios. Trato de mudar este estado de cousas, que não deve continuar.⁹⁵⁸

O brigadeiro Rocha Loures ao afirmar em seu relatório que os Kaingang não estavam

⁹⁵⁷ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Relatório ao presidente da província. In: NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba: p. 85.

⁹⁵⁸ NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba: p. 79.

mais em Guarapuava, materializava um dos conceitos mais recorrentes na teoria da análise de discurso, de orientação francesa, sobre os povos indígenas, o conceito de “apagamento”, desenvolvido por Eni Puccinelli Orlandi. Segundo essa pesquisadora:

[...] tratar o índio como igual já é em si apagar a diferença que ele tem e que é o cerne de suas relações. A mera aplicação do discurso liberal já é um mecanismo de apagamento. Essa fala sustenta-se na relação de dominação do branco: é porque considera o índio como igual que pode desqualificá-lo, ou seja, esse discurso traz o índio para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco, e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são suas.⁹⁵⁹

O brigadeiro Rocha Loures afirmava em seu relatório que na vila de Guarapuava, não existiam mais indígenas junto à sociedade local e que esse abandono das terras do aldeamento havia ocorrido quando o padre Chagas Lima ainda estava na freguesia, em 1828. A postura adotada pelo diretor geral dos índios na elaboração desse documento foi “apagar” a presença dos Kaingang. O brigadeiro, como responsável pelas questões indígenas da província, sabia que, diante das leis em vigência, deveria prestar constas sobre o destino destas terras para seus superiores.

Sobre esse assunto, acreditamos que a apresentação da declaração das terras dos Kaingang de Guarapuava, feita pelo brigadeiro Rocha Loures, pode ter sido um dos motivos para que Francisco Gacom buscasse os meios legais para reaver as terras do aldeamento de Atalaia. Em conformidade ao Regulamento das Missões, no seu art. 94: “As declarações para o registro das terras possuídas por [...] Índios, [...]serão feitas por Directores ou encarregados da administração de seus bens e terras.”⁹⁶⁰

Nesses termos, o brigadeiro Rocha Loures cumpriu rigorosamente as determinações ao declarar as propriedades pertencentes aos Kaingang de Guarapuava, no dia 29 de maio de 1856, conforme a tabela abaixo:

Tabela 45: Propriedades “indígenas” declaradas em 1856

Declaração	Lugar/extensão	Limites
1.	Covó- 12 alqueires de capoeiras	Leste-Miguel Ferreira. Norte-Francisco José dos Santos. Sul-catanduvras que vão para o Rio das Pedras. Oeste.Pedro Manoel da Costa e José João Cortes.

⁹⁵⁹ ORLANDI (b), Op. cit., p. 68.

⁹⁶⁰ CUNHA (a), Op. cit. p. 223.

2.	Porcos- 4 alqueires de capoeira	Leste-Mariano de Tal. Oeste-Francisco Manoel Assis França. Norte-matos do rocio da Vila. Sul-terrenos nacionais.
3.	Rocio da vila	Ao sul destas, existem casas e moradas com quintais onde residem os índios.

Fonte: DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 236

Nesse documento, o brigadeiro Rocha Loures faz referência ao seu cargo, no propósito de legitimar tal declaração. Além disso, ao preencher o campo “dos proprietários”, ele descreve a palavra “Índios”. Afirmar que esses terrenos eram destinados aos Kaingang por “posse primária”, um termo muito utilizado pelos povoadores para camuflar a prática bastante comum naquele período para quem ocupava as terras devolutas, mas que, também, passou a ser usado para quem invadia as terras dos aldeamentos, as devolutas até mesmo de pequenos possuidores.

De todo modo, com essa declaração, o brigadeiro Rocha Loures, “garantia “o direito dos Kaingang aldeados para essas pequenas porções de terras, com medidas muito pequenas se comparado a área do aldeamento, retirando qualquer possibilidade de reclamação deles pela posse das terras de Atalaia. Obviamente, essa tentativa do diretor geral dos índios teve um efeito contrário quando os Kaingang, capitaneados por Francisco Gacom, manifestaram por escrito a “invasão” de suas terras pelos potentados locais.

No mesmo dia da entrega desse documento, o brigadeiro Rocha Loures também entregou outra declaração perante o padre Braga de Araújo, na qual ele afirmava ser proprietário de uma porção de terrenos, em Palmas:

[...] declaro que na paróquia da freguesia de Palmas, termo da vila de Guarapuava, possuo no lugar denominado de Chapecozinho, uma porção de faxinais e terras lavradas, por compra que fiz na extensão de uma légua e meia em quadra, mais ou menos, cujos terrenos confinam com Joaquim Manoel de Oliveira Ribas e com os nacionais.⁹⁶¹

O curioso desse documento é o fato de que ele adquire uma terra bem distante da freguesia de Palmas, cuja divisa desses terrenos é com os “nacionais”, terras ocupadas pelos Kaingang. Além disso, tal área tinha em torno de 9.801 hectares. Interessante observar que os negócios do brigadeiro não se restringiam apenas a Guarapuava e Palmas, mas, em conjunto com outros potentados locais ocupavam uma área territorial nas margens do rio Ivaí. Essa região

⁹⁶¹ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha Loures. **Declaração de terras**. Paróquia e freguesia de Palmas, 26 de maio de 1856, f. 28v e 29. APP – Arquivo Público do Paraná.

despertava o interesse de outros potentados locais, mas também do governo imperial, que buscava estabelecer uma comunicação mais rápida com a província do Mato Grosso, explorando o fluxo do rio Ivaí. Tal fato comprovado pelo regulamento das colônias indígenas do Paraná e Mato Grosso, aprovado em 1857.⁹⁶²

No dia 19 de maio de 1856, compareceram perante o padre Braga de Araújo três potentados locais de Guarapuava, sendo que se declararam proprietários de uma porção de terras nas margens do rio Ivaí, distante da vila 12 léguas. Afirmaram que haviam feito uma sociedade há mais 5 anos e que essa área tinha 2 léguas de extensão (17.424 hectares) de terrenos próprios para lavoura, com os seguintes limites:

Confina além e aquém do Rio Ivaí. Norte-Colônia Thereza. Sul-além do rio com os terrenos de Francisco de Paula Teixeira e “aquém do rio com o ribeirão Bel...(?), entrando pelo rio” de São Francisco até as ilhas do mesmo, tem, “do lado esquerdo do rio Ivahy”, meia légua de fundo a Oeste e a direita do mesmo rio, meia légua de fundo ao Leste.⁹⁶³

Essa sociedade era composta por Agostinho José Almeida Queiroz (Delegado de Polícia), Manoel Baptista Bello (Fazendeiro), Francisco José de Bittencourt (degradado), Antônio de Sá Camargo (Fazendeiro e Diretor dos índios de Guarapuava), Francisco Ferreira da Rocha Loures (Fazendeiro e Diretor Geral dos Índios) e Francisco José dos Santos. Sobre este último, não encontramos informações que pudessem nos dizer qual era sua atividade econômica, mas sabemos que residia no 1º Quarteirão da vila, em 1842.⁹⁶⁴

De todo modo, com a “obrigatoriedade” da apresentação dessas declarações, pudemos conhecer de que maneira os potentados locais iam ampliando suas fazendas sobre áreas que eram de ocupação dos Kaingang. Isso desencadeou uma série de conflitos agrários entre eles e a sociedade local, que estava preocupada em defender suas “posses primárias”. Os fazendeiros, acima referenciados, além de estarem muito próximos do universo indígena, também buscavam meios de garantir a posse desses terrenos para si, declarando que eram seus primeiros povoadores. Quando esses interesses convergiam para um mesmo propósito, organizavam-se em sociedade para apoderar-se de extensos territórios, que mais tarde seriam divididos.

É imperativo esclarecer que essa exigência do Regulamento da Lei de Terras, de 1854, não garantia a posse definitiva das propriedades declaradas. Todavia, era o primeiro passo para que chegasse a obter o título definitivo. Sendo assim, as declarações tinham um caráter mais

⁹⁶² CUNHA (a), Op. cit., p. 241.

⁹⁶³ DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 186.

⁹⁶⁴ ARAÚJO (a), Op. cit., nº15.

informativo do que propriamente jurídico.⁹⁶⁵ Pode ser que essa abertura na lei, de que não se tratava de uma regularização fundiária imediata com a apresentação desse documento, tenha sido um argumento convincente para que Francisco Gacom buscase, junto às autoridades provinciais, apoio para que as terras do aldeamento, ocupadas pelos potentados locais de Guarapuava, pudessem ser reincorporadas aos cuidados dos indígenas.

Devemos reconhecer que, ao optarmos, metodologicamente, por uma nova história indígena com um viés histórico-social, colocando-os como sujeitos ativos, recriando identidades e utilizando-se de elementos da sociedade nacional para garantir seus direitos, temos clareza de que para além da apropriação da legislação como um dispositivo possível de luta pelos seus direitos, esses grupos indígenas também se apropriavam do vocabulário da época de acordo com seus interesses e necessidades.⁹⁶⁶

Nesse sentido, passamos a analisar o último tópico da tese, em que esses elementos culturais da estratégia indígena, de se apropriar da linguagem da época com as brechas que as leis permitiam, estarão mais evidentes nas ações dos Kaingang em Guarapuava, disputando, no âmbito local e regional, civil e jurídico, os terrenos que pertenciam ao aldeamento de Atalaia.

Para tanto, Francisco Gacom, ao interagir com várias pessoas de estratos sociais diversos, buscou, por meio da legislação da época, retomar as terras do aldeamento, pressionando as autoridades locais a se manifestarem perante a justiça, denunciando que ele, acompanhado de outras pessoas, haviam “invadido” essas propriedades. A estratégia de Francisco Gacom é muito clara: chamar a atenção das autoridades imperiais sobre o destino das terras que haviam sido reservadas para os Kaingang.

A primeira tentativa que ele havia feito, em 1862, não prosperou! Mesmo que ele tenha buscado dialogar diretamente com o setor responsável pela organização fundiária da província, sua petição não passou de “letra morta”. Era imprescindível outra estratégia para chamar a atenção das autoridades provinciais sobre a situação dos Kaingang de Guarapuava e o problema das terras do aldeamento.

4.4 A ocupação anunciada: estratégias políticas de Francisco Gacom

Ao longo dos anos, participando da dinâmica social dos moradores da vila de

⁹⁶⁵ SILVA, Op. cit., p. 173.

⁹⁶⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios, Moradores e Câmaras municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX). *Mundo Agrário* (La Plata), v. 13, n° 25, 2012, p. 5.

Guarapuava, Francisco Gacom e demais famílias indígenas, que permaneciam nesse espaço, tinham apreendido como as autoridades locais protegiam suas propriedades, amparando-se na lei. Com a obrigatoriedade de apresentarem suas declarações ao vigário, esses potentados locais buscavam legitimar suas posses primárias. Era a oportunidade para afirmar seu senhorio sobre terras que eram devolutas ou sobre territórios de antigos aldeamentos. Esse parece ser o caso para os moradores da vila de Guarapuava.

Em 1862, quando Francisco Gacom comparece à capital da província para reclamar a usurpação das terras do aldeamento para o diretor das terras públicas, ele se apresenta como representante dos “índios coroados” de Guarapuava, evidenciando sua identidade indígena não apenas como uma demanda individual, mas coletiva. Tratava-se, antes de tudo, de uma estratégia de luta e resistência pela posse dos seus territórios tradicionais, atrelada à permanência e transformações em seu modo de vida após alguns anos convivendo com a sociedade nacional, de forma a apropriar-se do “papel”, do documento, como um dispositivo de luta aos moldes da sociedade nacional.

Era o momento de se apropriarem de elementos do imaginário da sociedade não indígena, apresentando-se como uma liderança dos Kaingang de Guarapuava. Os eventos de resistência, analisados até aqui, demonstram que os Kaingang haviam se apropriado da categoria índio para reivindicar seus direitos de interesse da coletividade.⁹⁶⁷

O fato de que estavam convivendo e participando da dinâmica sociocultural junto aos moradores da vila de Guarapuava não significou abandono total da sua identidade indígena. Ao contrário, participar ativamente desses eventos significou, entre tantas possibilidades a ampliação das formas de resistência que poderiam ser acionadas e manipuladas, conforme o momento histórico e de acordo com suas necessidades.

A resistência, empreendida pelos Kaingang que habitavam os campos das Laranjeiras, representava, para os indígenas residentes na vila de Guarapuava, uma estratégia interessante, já que eles permaneciam irredutíveis e implacáveis com os fazendeiros naquela região. Francisco Gacom se apropria dessa estratégia, ao fortalecer suas alianças com outros grupos indígenas de outros aldeamentos, em vigência na província. Os eventos que estavam acontecendo em Guarapuava e em Laranjeiras circulavam por outras regiões, trocavam informações sobre as estratégias de luta e resistência, como forma de garantir seus direitos sobre as terras que ocupavam.

Os camaristas de Guarapuava reuniram-se diversas vezes em sessões extraordinárias

⁹⁶⁷ TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. São Paulo, 1995. (Tese Doutorado em Antropologia Social) Unicamp, p. 11.

para deliberar sobre o que fazer para inibir as incursões dos indígenas nas fazendas da região e para solicitar reforço policial das autoridades provinciais. Um conjunto de estratégias indígenas incomodava esses potentados locais, desde um enfrentamento nas propriedades da região até a disputa nas repartições públicas quando Francisco Gacom expõe a usurpação das terras do aldeamento para um público mais amplo, as autoridades provinciais.

Com o fracasso na execução do aldeamento do Chagú, extinto em 1861, as atenções se voltam para Guarapuava, ameaçada de ser invadida por um grupo de indígenas reunidos nos campos próximos à vila. Um ano após Francisco Gacom deixar sua insatisfação quanto à ocupação das terras do aldeamento, na repartição de terras públicas, é bem provável que, em seu retorno, ele tenha buscado fortalecer algumas alianças com os Kaingang dos campos gerais, pois, em outra correspondência encaminhada para a província, os camaristas responsabilizavam as mortes praticados nas fazendas da região aos “índios do Jatahy, aqueles mesmos que tendo recebido os brindes do Exmo. Governo da Província vierão depois perpetrar semelhantes atentados[...]”.⁹⁶⁸

De todo modo, com a morte de 11 pessoas da família Amaral, os fazendeiros residentes em Guarapuava deslocaram-se rapidamente para suas propriedades, na intenção de defender suas benfeitorias, objetos, ferramentas, escravos e familiares de um possível ataque desses indígenas. Segundo um ofício encaminhado às autoridades provinciais pela câmara de Guarapuava, no mês de julho de 1863, não houve meios de reunir seus vereadores para a sessão ordinária, já que boa parte deles estava protegendo suas propriedades:

[...] não foi possível a mesma câmara empreender esse rigoroso dever em consequência de que parte dos moradores compõe ter se retirado para as suas fazendas afins de garantir a segurança da vida de suas famílias ameaçadas pelos índios, e por este motivo deixa esta Câmara de funcionar em suas sessões ordinárias[...]Exmo Senhor leva as mãos de V. Excia em suplica dos habitantes deste município, em a qual aterrorizados pelas últimas ocorrência reclamão do governo de V. Excia as mais energicas providencias a prol da segurança de sua vida e interesses ameaçados pelos índios.⁹⁶⁹

No final daquele ano, em nova correspondência encaminhada à província, as autoridades locais de Guarapuava reforçaram a necessidade da criação de um aldeamento junto com uma colônia militar, insistindo que fosse nos campos do Chagú, local onde, durante alguns anos,

⁹⁶⁸ VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 156**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 08 de outubro de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1, p. 111v.

⁹⁶⁹ VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 154**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 11 de agosto de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1, p. 110.

havia fracassado o projeto do brigadeiro Rocha Loures. Entretanto, a proposta do delegado da repartição de terras públicas, Cândido Rodrigues Soares de Meirelles, era a de que esse novo projeto fosse executado no sentido oposto àquele do aldeamento, nos territórios a leste da vila de Guarapuava, exatamente no caminho onde os Kaingang de Jatahy se alojavam, quando vinham para a região:

[...] o delegado da repartição das terras não concorda que seja o Chagú o ponto mais conveniente para este estabelecimento indicando ele para isso algum lugar a leste desta vila, pensando ele que para este ramo que costumão vir os índios agressores, mas esta Câmara atribui este pensamento do delegado ao estar mal informado[...].⁹⁷⁰

Os camaristas fazendeiros não cederam tão facilmente às imposições de Meirelles e insistiam que ele deveria respeitar as decisões locais, tendo em vista que eles é que sofriam com as ameaças constantes dos Kaingang. Ainda nesse documento, identificamos um desacordo entre essas autoridades sobre a permanência de um destacamento armado, preparado para defender os habitantes da vila e disponível para percorrerem as fazendas da região, caso fosse requisitado. Entretanto, Meirelles afirmava que essas medidas eram paliativas e que, portanto, a criação e manutenção dessa guarda apenas onerava os cofres públicos. Dizia também que se essas incursões cessariam com o retorno dos Kaingang para os aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara:

O mesmo funcionário afirma que as correrias dos índios estão asseçar isto por participação feita a V. Excia. de que o índios aldeados de São Gerônimo e em São Pedro de Alcântara os que estavam a tantos meses ausentes deste aldeamento estão a chegar se já lá não chegarão, mas esta câmara entende que isto nada prova que deixe por esse facto de continuarem as ostilidades primeiro para os índios indômitos que vagão no immenço terreno compreendido entre os rios Paraná, Iguassu e Paranapanema[...].⁹⁷¹

Os camaristas tinham plena convicção de que as ameaças dos indígenas em Guarapuava não eram apenas dos Kaingang dos dois aldeamentos do Tibagi. Eles faziam parte, nesses empreendimentos, acompanhados de outros indígenas, contrários à presença de intrusos em seus territórios. O fato de que eles estavam próximos à vila de Guarapuava demonstra a mobilidade desses grupos e o fortalecimento de alianças em contextos diversos. Nesse período, existiam dois objetivos bem claros dos Kaingang: retomar as terras do aldeamento de Atalaia e

⁹⁷⁰ VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 171**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 12 de dezembro de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1, p. 114.

⁹⁷¹ Idem, p. 115.

barrar a ocupação dos campos do Chagú.

Enquanto as autoridades locais dialogavam com as provinciais, com a finalidade de criar um novo aldeamento, os Kaingang permaneciam irredutíveis no seu propósito evidente de atacar os moradores da vila de Guarapuava e retomar as terras que haviam sido ocupadas pelos povoadores. Na sua maioria, eram homens que ocupavam cargos públicos, tinham fazendas de criação e invernagem de animais e, ainda, eram responsáveis pela segurança e pela ordem, conforme os preceitos da lei.

Em 1865, o presidente da província do Paraná, André de Augusto de Pádua Fleury, informou aos membros da assembleia legislativa, no segundo semestre daquele ano, que havia recebido um ofício do juiz de direito e do delegado de polícia de Guarapuava solicitando providências para inibir um novo ataque dos Kaingang aos moradores da vila:

[...] o juiz de direito da comarca e o delegado de polícia de Guarapuava que receivam uma invasão de 300 índios, abrigados, segundo suppunham, no Covó, logar próximo à villa, fiz destacar allí o alferes Eustáquio Joaquim Reyna, com 40 praças da companhia de cavallaria, para defender os habitantes e restabelecer a seguridade e confiança pública. Felizmente, não passaram de alguns receios, que hoje se acham completamente dissipados.⁹⁷²

A vila de Guarapuava ficava exatamente no centro de uma triangulação onde grupos locais se moviam por uma extensa área, buscando alianças e fortalecendo suas redes de relacionamento, com objetivos claros de barrar a expansão de povoadores em seus territórios tradicionais. Essa localidade de Covó, de acordo com a declaração de posse efetuada pelo brigadeiro Rocha Loures, ficava ao sul da vila e pertencia aos “índios” de Guarapuava conforme apontamos na tabela 44. Embora todo esse movimento tenha sido em vão para as autoridades constituídas em Guarapuava, os Kaingang estavam se organizando estrategicamente, percorrendo longos caminhos, partindo dos aldeamentos do Tibagi - sentido leste, Covó – sentido sul, e Chagú – sentido oeste.

Em 1873, os Kaingang voltaram a ameaçar a “tranquilidade” dos moradores da Vila, e o presidente da câmara de Guarapuava, preocupado com a chegada de vários grupos indígenas que se estabeleciam ao norte da vila, nos terrenos do antigo aldeamento- comunica o presidente da província por meio de um ofício, que a população está amedrontada com a possibilidade de que sejam atacados. Muitos fazendeiros abandonaram suas casas no rocío e foram proteger suas propriedades, deixando a população menos abastada vulnerável. Assim, o presidente da câmara,

⁹⁷² FLEURY, André Augusto de Pádua. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 04 de junho de 1865.

José de Freitas Saldanha, se expressou:

Ilmo. Exmo Senhor. A Câmara Municipal desta cidade reunida em sessão extraordinária vem expor a V. Excia que se achão nas matas próximas aos campos deste município ao norte cerca de 500 índios dos aldeados do Jatahy e S. Geronimo que vierão com o único fim de apossarem-se dos campos de diversas fazendas deste districto. Este índios Exmo. Senhor são capitaneados por dois índios manços deste discripto que conhecem a fundo de todo o município. Presumimos que eles não podendo realizar o fim que temem muito, tentarão todos os meios para fazer mal aos moradores das proximidades dos sertões e mesmo poderão tentar algum assalto na praça. Assim visamos Exmo. Senhor que 200 índios com as armas de que despõem assaltando a povoação, no estado em que se acha com deslocamento algum alme de 3 a 4 praças no quartel sem munição de qualidade alguma ficão senhores da praça assassinando seus habitantes. Esta cidade é de pouco pessoal sem de grande parte dos proprietários residentes em suas fazendas que distão léguas umas das outras, conservando suas casas sempre fechadas. Fosse também boato que de Palmas já veio o cacique dos índios ali aldeados ajuntar-se com os 2 índios manços que já referimos e que vem apoz ele 100 ou 200 índios, com o mesmo fim que os outros.⁹⁷³

Desse fato, podemos tirar algumas conclusões interessantes sobre a dinâmica social naquele contexto de enfrentamento entre a população local e os grupos indígenas. A primeira questão a ser dita é sobre a fuga dos fazendeiros para suas fazendas, o que nos mostra uma situação de medo de que essas propriedades fossem ocupadas pelos Kaingang, deixando suas casas vazias e com uma população rarefeita na vila. Esses potentados não estavam preocupados com a invasão do povoado e das perdas que poderiam ter com esse ataque. O que mais os amedrontava era a possibilidade de perder suas propriedades, grandes extensões de terras, para os indígenas.

Desse ofício, assinado pelo presidente da câmara municipal, confirmamos nossa hipótese de que Francisco Gacom, mesmo tendo convivido com a sociedade local, por longos anos, não havia abandonado sua identidade indígena antes tinha se apropriado desses códigos culturais como uma estratégia de sobrevivência em um ambiente que era novo na sua organização social. Mais do que isso, temos convicção de que ele tinha contatos com outros chefes indígenas, em diferentes regiões, conforme apontamos no capítulo 1, “índios” que tinham passado por várias categorias, como aldeados, agregados, do sertão, em circulação e, por fim, articulavam-se em todas essas esferas sociais.

Ademais, é imperativo destacar nesse documento que o controle sobre os Kaingang, que estavam próximos ao rocio da vila, estava sob o comando de dois “índios mansos”, o que nos

⁹⁷³ SALDANHA, José de Freitas. **Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná Doutor Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Guarapuava: 05 de agosto de 1873, ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro Registro de Ofícios nº 2, p. 21.

leva a pensar que um deles se tratava de Francisco Gacom, pelo histórico de eventos em que ele foi protagonista, em defesa da posse dos terrenos do aldeamento.

Francisco Gacom não usou da violência para reclamar a posse das terras de Atalaia. Em nenhum momento, encontramos na documentação alguma informação que demonstre que os Kaingang, residentes na vila, tenham usado desse subterfúgio para alcançar seus objetivos. Antes, buscavam os meios legais, junto às autoridades locais e provinciais, a respeito do direito que tinham sobre as terras do antigo aldeamento, como temos demonstrado até aqui. De todo modo, ocorre uma mudança nas estratégias de luta e resistência dos Kaingang, com a diminuição das incursões às fazendas da região, bem como assumindo uma postura mais diplomática, se assim podemos dizer, ao buscar a justiça para garantir as terras que, historicamente, lhes pertenciam. Sobre esse assunto, somos signatários da assertiva de Lúcio Tadeu Mota e Éder da Silva Novak, quando eles afirmam que os:

[...] Kaingang estavam pressionando as autoridades provinciais pela retomada de sua Sesmaria em Guarapuava, na primeira metade da década de 1870, também nela começamos a perceber uma mudança na sua forma de agir. Por toda a província apareceram indícios dessa nova forma de luta. Não era mais somente o ataque contra as fazendas e viajantes, e também não eram apenas as exigências por mais recursos nos aldeamentos oficiais, agora percebemos a luta pela demarcação de suas terras.⁹⁷⁴

Em 1877, o juiz municipal de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, por intermédio de uma correspondência, solicitou ao presidente da província o envio de guardas como medida de proteção aos moradores da vila de Guarapuava. Nesse documento, o juiz informava o estado de tensão vivido pela população amedrontada com a reunião de vários indígenas nos arredores da vila e nos campos de Atalaia. A notícia que circulava entre os moradores era a de que essas pessoas se afirmavam como “senhores” e legítimos proprietários dos ditos campos. Segundo informações contidas nessa correspondência, havia mais de 150 “índios mansos”, circulando por essas localidades.⁹⁷⁵

Em outubro daquele ano, quem se manifestou sobre esse momento tenso em Guarapuava foram os membros da câmara municipal, reforçando o pedido realizado alguns meses antes pelo Juiz Municipal. Os camaristas solicitaram providências das autoridades provinciais para dispensar o grande número de indígenas e não indígenas que estavam ameaçando a vida das pessoas e de suas propriedades. No documento, eles afirmaram que esse movimento não era apenas de indígenas, mas havia:

⁹⁷⁴ MOTA; NOVAK, Op. Cit., p. 70.

⁹⁷⁵ LARANJEIRA, Ernesto Dias. **Pedido de Reforço Policial**. Guarapuava: Arquivo Municipal de Guarapuava, caixa 15, documento 13, 1877.

[...] diversos caboclos casados com índias mansas e alguns índios [...]acha-se fazendo ranchos e roças nos campos de propriedade de Manoel Xavier Pedroso, residente no Rio Grande do Sul, e esperão os 200 índios do Campo Mourão e Jatahy que há pouco estiverão nesta cidade e mais alguns que vieram de Palmas e outros pontos p^a ahy morarem, dizendo ele q. esses campos lhes pertencem e que dahy so sahirão a força. Calculo que estes índios e caboclos poderão reunir-se para mais de 300 pessoas, entre grandes e pequenos.⁹⁷⁶

Os Kaingang, reunidos na propriedade de Manoel Xavier Pedroso, formavam uma grande coalisão de chefes e guerreiros vindos de várias partes da província para reaver as terras do aldeamento de Atalaia. Juntaram-se ao grupo algumas pessoas que tinham algum vínculo com os Kaingang, principalmente de homens livres, que haviam contraído matrimônio com as mulheres indígenas. Além das estratégias de alianças, eles tinham arranjos de parentesco e compadrio, conforme já apontamos no capítulo anterior.

Os conflitos e mortes, desencadeados ao longo do século XIX, bem como as solicitações pelos meios legais, pedindo que essas terras retornassem para seus domínios, não foram suficientes para reavê-las. Sob a liderança de Francisco Gacom, eles colocam em execução um projeto mais audacioso, ao ocuparem as terras do antigo aldeamento de Atalaia, território muito mais amplo que a propriedade de Xavier Pedroso.

No dia 09 de novembro de 1877, um grupo de potentados locais compareceu até a delegacia de polícia para denunciar perante a autoridade competente, que suas propriedades haviam sido “invadidas” por um grupo de pessoas que há tempos estavam se reunindo na região:

Dizem Candido Alves da Rocha Loures, Manoel Moreira dos Santos, Antônio Rodrigues Fernandes, na qualidade de zelador dos campos e matos de Manoel Xavier Pedroso, Manoel Baptista Bello, Domingos Ignácio de Araújo Pimpão, Benedicto Mendes de Ramos, José Antônio de Almeida França, Manoel Pereira do Valle, Generozo de Bastos Coimbra, Cypriano José de Campos, Joaquim de Souza Barboza Sobrinho, Ridaulino José de Oliveira e Dona Laura Rosa de França Loure, moradores neste districto, que são eles senhores e legítimos possuidores de uns campos com seus competentes matos, entre os rios Coutinho e Maracujá onde os suplicantes tem pelo incontestável direito de possessões, por títulos legais suas propriedades e fazendas pastorais e de agricultura com moradia habitual a mais de quarenta e cinco anos sem contestações ou perturbação alguma em seu domínio e senhorio.⁹⁷⁷

Novamente, os “proprietários” reforçavam o argumento de que haviam adquirido essas terras há mais de 45 anos e que, desde então, ninguém tinha se manifestado sobre o direito que

⁹⁷⁶ PARANÁ, Arquivo Público do Paraná. **Ofício**. Curitiba, 12 de outubro de 1877. Documento manuscrito. Apud: MOTA; NOVAK, Op. cit. p. 72.

⁹⁷⁷ **SUMÁRIO CRIMINAL CONTRA FRANCISCO LUIZ TIGRE GACOM**. Guarapuava: 09 de novembro de 1877. Arquivo Histórico da Unicentro, Processo nº 877.2.159, caixa 5, 60 p.

tinham sobre suas propriedades. Argumento um tanto quanto frágil, em razão de que em 1850, os indígenas, residentes na vila de Guarapuava, sob influência de Joaquim Bernardes, tinham incomodado os moradores com a promessa de que iriam retomar essas terras. Como essa intenção não se concretizou, pouco mais de 10 anos depois, Francisco Gacom viajou até a capital da província para reclamar os abusos cometidos por alguns potentados locais, na mesma ocasião, pedia que as terras voltassem para o domínio dos Kaingang, levando em consideração que essas solicitações surgiram a partir das demandas indígenas.

Sabemos, outrossim, que, nos anos seguintes à transferência dos Kaingang aldeados para mais próximos da freguesia, as terras do aldeamento foram arrendadas pelo capitão Antônio da Rocha Loures para alguns potentados locais e, posteriormente, denunciadas pelo Juiz de Paz, em 1839, visto que esses arrendatários se diziam possuidores desses terrenos, conforme já apontamos aqui na tese.

Entretanto, com o conflito de 1850, tendo em vista a carta de 1862, de Francisco Gacom, e com o processo criminal de 1877, conseguimos identificar os possuidores das terras, que pertenciam, por sesmaria, aos indígenas do aldeamento de Atalaia, independentemente do fato de que essas pessoas terem adquirido tais terras por posse primária, compra ou herança. Obviamente, ao longo de nossa pesquisa uma questão sempre nos incomodou sobre quem seriam esses primeiros arrendatários das terras do aldeamento.

Com a instalação do sumário criminal, identificamos 13 pessoas que se diziam prejudicadas pela “invasão” de suas propriedades pelos indígenas. Entretanto, estamos falando de um contexto de ocupação há mais de 45 anos. Muitos haviam adquirido sua propriedade de antigos moradores, por compra de maneira que, portanto, tinham de alguma forma, um documento atestando serem seus legítimos proprietários. Outras tinham recebido por herança de seus falecidos pais. Obviamente, essas informações só foram possíveis de ser identificadas com o registro do vigário, ou seja, com base nas declarações de terra entregues ao padre Braga de Araújo.

Um dos reclamantes era Cândido Alves da Rocha Loures, filho de Francisco Antônio da Rocha Loures e Gertrudes Maria da Assumpção. Cândido Alves não declarou suas posses ao vigário, em 1856, provavelmente, porque ele ainda não tinha recebido sua herança. No rol de paroquianos, de 1863, Cândido consta residindo junto com sua família no quarteirão do Pinhão.⁹⁷⁸ Entretanto, ao pesquisar as declarações de terra, identificamos que seu pai tinha uma légua em quadra na fazenda São João, propriedade que pertencia ao padre Chagas Lima, junto

⁹⁷⁸ ARAÚJO (c), Op. cit. n° 705.

às terras do aldeamento de Atalaia. Segundo as informações desse documento, os antigos proprietários eram os herdeiros do capitão Antônio da Rocha Loures;⁹⁷⁹ uma parte de Manoel Joaquim de Oliveira e outra parte era herança de seu sogro, João Carvalho de Assumpção.⁹⁸⁰

Embora ele se apresentasse como um dos proprietários das terras “invadidas” pelos indígenas, Cândido Alves havia se casado com Zeferina Augusta de França Loures, filha do brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures e de Laura Rosa de França Loures, no dia 16 de julho de 1872.⁹⁸¹ Nesse caso, ele poderia se apresentar como um dos prejudicados pela herança dos seus pais e de sua sogra, Laura, viúva pelo falecimento do brigadeiro Rocha Loures, em 1872. Ela também foi uma das pessoas que se apresentou perante a justiça para reaver a posse de suas propriedades. Já apresentamos aqui que eles eram proprietários da fazenda Trindade, localizada exatamente na sede da sesmaria, dada aos Kaingang, em 1818, com a extensão de 3 léguas de comprimento por 1 légua de largura, uma área correspondente a 13.068 hectares.⁹⁸²

Para alguns desses reclamantes, não foi possível identificar algum documento que pudesse nos informar se haviam adquirido por compra, herança ou posse nesses territórios. Entretanto, alguns dados anteriores ajudam a esclarecer suas origens e seu poder econômico. Esse é o caso para Manuel Pereira do Valle. Ele não declarou suas posses ao vigário da paróquia em 1856, mas foi relacionado como morador no quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras, casado com Maria da Silva, com dois filhos: Manoel com 10 anos, e Laurindo, com 4. Para ajudá-lo nas suas atividades diárias, Manuel tinha 7 escravos.⁹⁸³ É possível que ele tenha vendido sua propriedade com medo de algum ataque dos Kaingang residentes no Chagú, e comprado terras na região onde os indígenas aldeados exigiam que fossem devolvidas para seu senhorio.

Situação semelhante deve ter ocorrido com Benedito Mendes Ramos, morador no mesmo quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras, em 1863. Ele era casado com Maria Magdalena de Souza, tinha 9 filhos e 5 escravos.⁹⁸⁴ Também não declarou suas posses ao vigário. Ao que parece, alguns reclamantes adquiriram suas terras após a obrigatoriedade da entrega da declaração de suas posses ou não quiseram entregar esse documento no prazo estipulado. Não sabemos quais os motivos para tal, mas Manoel Xavier Pedroso, residente no Rio Grande do Sul, José Antônio de Almeida França e Generozo de Bastos Coimbra não constam nos documentos analisados, aqui na tese, como moradores naquela região. Seus nomes aparecem

⁹⁷⁹ O capitão Antônio da Rocha Loures faleceu com 69 anos de idade, no dia 20 de fevereiro de 1849, na vila de Guarapuava. TEIXEIRA, Op. cit. p. 39.

⁹⁸⁰ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 151.

⁹⁸¹ TEIXEIRA, Op. cit. p. 136.

⁹⁸² DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 131.

⁹⁸³ ARAÚJO (c), Op. cit. n° 612.

⁹⁸⁴ Idem, n° 597.

apenas no sumário criminal.

Já para Joaquim de Souza Barboza Sobrinho, encontramos uma informação que remete ao território próximo às terras reclamadas pelos Kaingang, na declaração de terras de José Francisco de Oliveira. Este declarou, no dia 16 de maio de 1856, 5 propriedades. A primeira delas estava localizada no Xarquinho, região entre a vila de Guarapuava e o local de conflito sobre as terras de Atalaia; a segunda posse é na região da Invernadinha; a terceira declaração é exatamente nos campos de Sepultura, cujos confrontantes são Manoel Moreira dos Santos, Antônio Moreira e Francisco Manoel de Assis França; a quarta declaração se refere a um pedaço de terra na região de Mato Dentro, caminho para a colônia Tereza Cristina, a qual ele divide com Antônio Barboza, pai de Joaquim de Souza Barboza Sobrinho.⁹⁸⁵ Ou seja, ele não declarou suas posses, mas aparece como proprietário de terras no caminho que passava pelas terras do aldeamento de Atalaia.

Domingos Ignácio de Araújo Pimpão era um dos proprietários das terras que pertenciam à fazenda São João, sesmaria do padre Chagas Lima. Conforme consta em uma declaração de terras, entregue no dia 15 de novembro de 1855, por Manoel Marcondes de Sá, o proprietário anterior desse terreno era Domingos Ignácio de Araújo, que havia comprado dos herdeiros do padre Chagas Lima.⁹⁸⁶ Embora não tenhamos encontrado algum documento sobre Araújo Pimpão, sabemos que seu pai tinha terras naquela região, pela declaração de Marcondes de Sá. Situação semelhante ocorreu com outra declaração, de Hermenegildo Alves de Araújo, em que ele cita, como confrontante de uma fazenda sua, os herdeiros do capitão Domingos Ignácio de Araújo.⁹⁸⁷ Essa informação remete, conseqüentemente, ao fato de que Pimpão havia herdado parte das terras de seu pai, naquela região.

Outro reclamante, Manoel Baptista Bello, tinha uma propriedade no lugar denominado de Igrejinha, em sociedade com Bernardino José de Lacerda. Seus limites passavam pelas terras de Sepultura.⁹⁸⁸ Baptista Bello, também era um dos sócios na ocupação das terras às margens do rio Ivaí, conforme já apresentamos aqui na tese.

Dessas pessoas que foram relacionadas até aqui, a trajetória de Ridaulino José de Oliveira é bastante atípica. Não encontramos nas declarações de terra alguma informação que remetesse às suas posses. Entretanto, Ridaulino era casado com Laurentina, filha de Rufina Maria Crespa, indígena criada na casa do major Francisco Manoel de Assis França. Quando de

⁹⁸⁵ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 172.

⁹⁸⁶ Idem, p. 60.

⁹⁸⁷ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 84.

⁹⁸⁸ Idem, p. 214.

seu falecimento, o major França deixou para Laurentina a quantia de 300\$000 em seu testamento.⁹⁸⁹ Pode ser que Ridaulino trabalhasse nas propriedades do Major e estivesse como responsável quando os Kaingang decidem ocupar as terras do aldeamento, local onde ele tinha declarado possuir terras.

Assim como outros potentados locais, relacionados no sumário criminal, Cypriano José de Campos⁹⁹⁰ também já tinha sido acusado de cometer violência e de se apossar das terras do aldeamento de Atalaia, em 1862, quando Francisco Gacom submete suas queixas ao delegado da repartição das terras públicas. Na sua declaração, entregue no dia 12 de maio de 1856, Cypriano apresentou três documentos, sendo que dois deles evidenciam locais no espaço de conflito. A primeira delas, sem mencionar sua forma de aquisição, apenas diz que os antigos proprietários eram Manoel José Moreira e Úrsula Maria de Jesus, um campo de criar com matos e capoeiras no lugar denominado Passo dos Potros, com a extensão de $\frac{1}{4}$ de légua de comprimento e meio quarto de largura; a segunda declaração afirmou que havia adquirido por herança e compra de Pedro Moreira Rubilar uma área de 1 légua de comprimento por $\frac{1}{4}$ de largura. Seus limites eram, ao norte, com Hermenegildo Mendes de Araújo, “por um termo de combinação”, e pelo rio Maracujá. Sul, com Manoel Moreira dos Santos, a leste, com Maria Natividade e Francisco Ferreira da Rocha Loures, até a cabeceira do rio Coutinho.⁹⁹¹

Por fim, Manoel Moreira do Santos, novamente, é citado como um dos proprietários que manifestavam descontentamento por presenciar suas terras sendo “invadidas” pelos Kaingang, em 1877. Apenas para complementar as informações sobre sua trajetória em Guarapuava e as posses que ele adquiriu, acrescentamos que ele era filho de Manoel José Moreira povoador que chegou à região por volta de 1840. A primeira informação a seu respeito vem de um negócio realizado entre ele e o padre Ponciano José de Araújo, no dia 14 de setembro de 1843, quando o padre vende sua fazenda localizada no lugar Palmeirinha, por 2:450\$000. O padre havia adquirido essa propriedade por posse mansa e pacífica há mais de 6 anos.⁹⁹² Orientando-se por essa informação, o padre Ponciano tomou posse dessa terra lá pelos idos de 1837, exatamente no contexto de arrendamento das terras do aldeamento de Atalaia pelo capitão Rocha Loures, depois denunciadas pelo Juiz de Paz, em 1839.

A trajetória do padre Ponciano José de Araújo é bastante interessante e, de algum modo,

⁹⁸⁹ TEIXEIRA, Op. cit., p. 13.

⁹⁹⁰ Cypriano José de Campos e sua esposa Izabel Moreira de Jesus compareceram uma única vez para serem padrinhos de batismo de Ana, no dia 17 de dezembro de 1854, filha de Felix da Silva com Simphorza Maria Índia. ARAÚJO (f), Op. cit. f. 153v.

⁹⁹¹ DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 148.

⁹⁹² TEIXEIRA, Op. cit., p. 181.

se liga aos conflitos nas terras que eram do aldeamento de Atalaia. Ele chegou à freguesia de Guarapuava, quando o padre Chagas Lima deixa suas atividades pastorais em razão da avançada idade e moléstias. Ao pesquisarmos no livro de batismo, identificamos que ele iniciou suas atividades religiosas em 1832. Ao longo de sua permanência como religioso e responsável pela administração de sacramentos, ele realizou apenas seis batizados entre os Kaingang.

Ponciano nasceu na localidade de Tamanduá, na vila de Palmeira, Paraná, no dia 2 de fevereiro de 1800. Ponciano foi exposto e adotado pelo capitão Manoel Elias de Araújo e sua esposa, Clara Madalena dos Santos.⁹⁹³ Provavelmente, sua vinda até Guarapuava tenha sido a somatório de duas situações: a primeira para ocupar o cargo de padre daquela freguesia, em substituição às atividades exercidas pelo padre Chagas Lima; e a segunda, para cuidar dos negócios do pai, visto que o capitão Manoel Elias havia sido contemplado com uma sesmaria na região do Candoy, por ter colaborado com a expedição, em 1810. Ao que parece, logo que o padre Ponciano chegou à freguesia, a atividade que mais lhe tomou tempo foram os negócios de seu pai, transformando-a em uma área produtiva, com a contribuição dos escravos que ficavam na fazenda.

Na lista de habitantes de 1835, Ponciano José de Araújo declarou, ao capitão Rocha Loures, que tinha 35 anos de idade, um prédio rústico em sua fazenda, plantou 120 alqueires de milho e 12 de feijão. Disse, também, que tinha 20 cavalos, 32 vacas, 3 carneiros, 3 porcos e 12 mulas. Levando em consideração o conjunto da população e sua produção, Ponciano era um dos mais afortunados, podendo ocupar cargos públicos pelo sucesso alcançado em seus negócios.⁹⁹⁴ Entretanto, essa produção não era apenas na fazenda de seu pai, mas parte de seu acúmulo econômico vinha da terra ocupada por ele na localidade de Palmeirinha, dentro do território da sesmaria do aldeamento.

Em 1842, quando da elaboração do rol de paroquianos pelo padre Braga de Araújo, Ponciano consta como casado, mas sem a descrição de quem era sua mulher, residentes no quarteirão da Sepultura. Tem, em sua fazenda 3 escravos e 4 agregados, a saber: Manuel Antônio Villa Nova, que havia sido diretor dos índios, quando o aldeamento estava em atividade; Pedro Alexandrino, com 18 anos de idade, João de Abreu, com 16, e Cândido, com 8 anos.⁹⁹⁵

Entre essa lista até a elaboração do rol de 1853, Ponciano vende essa propriedade a Manoel José Moreira, conforme já relatamos. Nessa lista, ele vai aparecer na fazenda que herdou de seu pai, na localidade de Candoy, com idade de 53 anos. Em tal propriedade, ele

⁹⁹³ Idem, p. 28.

⁹⁹⁴ LISTA DE HABITANTES DE 1835, Op. cit.

⁹⁹⁵ ARAÚJO (a), Op. cit., n° 305.

conta com 6 escravos e 3 agregados. Permanecem com ele, Manuel Antônio Villa Nova, Domingos Machado e Mariano.⁹⁹⁶ Ponciano faleceu com 54 anos de idade.

No dia 4 de agosto de 1852, Ponciano fez seu testamento deixando como seus herdeiros Pedro Alexandrino de Araújo, João de Abreu de Araújo e Cândido José de Almeida Araújo. De acordo com Benjamin Teixeira, os três eram seus filhos.⁹⁹⁷ Diante dessa informação, partimos em busca de outras que pudessem confirmar tal argumento. Como Ponciano era um homem de posses, iniciamos nossa pesquisa nas declarações de terras entregue naquele ano.

No dia 04 de novembro de 1855, compareceu perante o vigário Pedro Alexandrino de Araújo para declarar a fazenda que havia herdado junto com seus dois irmãos, do finado Padre Ponciano José de Araújo que também havia recebido como herança, de seu pai adotivo, o capitão Manoel Elias de Araújo. Essa fazenda tinha 2 léguas de comprimento por 1 e ¼ de légua de fundo, no quarteirão do Candoy, com uma área próxima aos 10.890 hectares.⁹⁹⁸ No ano seguinte, precisamente no dia 19 de maio de 1856, foi a vez de João de Abreu Araújo apresentar outra propriedade que haviam recebido como herança do padre Ponciano, provavelmente, após a abertura de seu testamento, em 04 de agosto de 1856.⁹⁹⁹ Nessa declaração, João de Abreu citou seus dois irmãos como herdeiros dessa propriedade localizada no lugar denominado de Guavirova, terras de lavoura, matos e catanduas. Infelizmente, não declarou sua extensão.¹⁰⁰⁰

Embora Ponciano José de Araújo tivesse deixado de exercer as atividades de padre, responsável pela administração de sacramentos e exemplo de retidão para seus fiéis, ele não havia solicitado dispensa de celibato para poder casar-se, conforme mandava o ritual da Igreja Romana. Isso, de algum modo, lhe causava um certo desconforto perante a sociedade local. Ao pesquisarmos os nomes de seus filhos, na lista de qualificação de votantes de 1880, identificamos que, na relação, estavam os nomes de Pedro Alexandrino de Araújo, João de Abreu Araújo e de Cândido José Almeida de Araújo.

Nesse documento, conforme o costume da época, era obrigatório citar o nome do pai daquele que estava apto a votar e até se candidatar para algum cargo público. Para nossa surpresa, o nome do padre Ponciano não foi citado, e sim, o nome da mãe de dois de seus filhos. Pedro Alexandrino de Araújo é citado com 56 anos de idade, casado, fazendeiro na localidade de Candoy, com uma renda anual de 2.000\$000, e filho de Alexandrino Marfalia Rosa.¹⁰⁰¹ É

⁹⁹⁶ ARAÚJO (b), Op. cit., nº454.

⁹⁹⁷ TEIXEIRA, Op. cit. p. 150.

⁹⁹⁸ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 59.

⁹⁹⁹ TEIXEIRA, Op. cit., p. 150.

¹⁰⁰⁰ DALLA VECCHIA, Op. cit. p. 184.

¹⁰⁰¹ ARAÚJO (g), Op. cit., nº 465.

bem provável que o padre Ponciano tenha adotado Pedro Alexandrino como seu filho e indicado como um dos seus herdeiros.

Já João de Abreu Araújo e Cândido José Almeida de Araújo, ambos casados e vivendo de seus negócios, também no quarteirão do Candoy, com uma renda igual de 1.000\$000, são relacionados como sendo filhos de Maria Rita Bernardina de Almeida. A partir dessa informação, passamos a pesquisar nas listas dos habitantes de Guarapuava, algo que pudesse esclarecer se de fato Maria Rita era concubina do padre Ponciano. Ela aparece no rol de paroquianos, de 1842, viúva, com 38 anos de idade, com uma filha de um ano, de nome Maria, e uma escrava chamada de Angélica, residente no quarteirão da Sepultura, próximo da fazenda de Ponciano.¹⁰⁰² Na lista seguinte, de 1853, Maria Rita aparece com domicílio no 1º quarteirão da vila, com 53 anos de idade, viúva, com sua escrava Angélica e com seu filho Cândido José Almeida de Araújo, de 19 anos.¹⁰⁰³ Em 1863, Maria Rita continua residindo no 1º quarteirão da vila, agora com mais dois escravos, além de Angélica, Bento e Francisca.¹⁰⁰⁴ Os indícios apontam que Maria Rita e o padre Ponciano José de Araújo tinham uma relação bastante próxima, senão de amantes, de uma cumplicidade exacerbada a ponto de deixar sua fortuna para seus filhos.

De todo modo, fizemos a opção de reconstruir a trajetória do padre Ponciano José de Araújo, por acreditarmos, com base no conjunto de informações de diversas fontes de pesquisa, que ele era um dos arrendatários das terras do aldeamento, descritas pelo capitão da Rocha Loures, em 1834, e que, depois, as vendeu a Manoel José Moreira, dizendo que tinha ocupado, por posse primária, as terras do aldeamento de Atalaia. Argumento que se soma à presença, nos censos produzidos nos anos subsequentes, do antigo diretor dos índios Manuel Antônio da Villa Nova, como agregado de sua propriedade. Ele quem gerenciava todas as atividades de produção da quais o padre Ponciano tinha autorização para explorar recursos.

De fato, o argumento usado pelos reclamantes na denúncia do sumário criminal, de que as terras do aldeamento de Atalaia já haviam passado pelas mãos de várias pessoas, é verdadeiro. Entretanto, se atentarmos para a trajetória do padre Ponciano, também é identificável a raiz dos conflitos pela sua posse, reclamada pelos Kaingang aos anos que antecederam a “invasão” de 1877. Embora os reclamantes se apresentassem como legítimos proprietários dessas terras, pela sequência de eventos que marcaram a posse para diversos potentados locais de Guarapuava, retratados ao longo da tese, reforça-se sua afirmação, com a declaração dessas terras. Sabemos,

¹⁰⁰² ARAÚJO (a), Op. cit., n°65.

¹⁰⁰³ ARAÚJO (b), Op. cit., n° 50.

¹⁰⁰⁴ ARAÚJO (c), Op. cit. n° 62.

outrossim, que os Kaingang tinham um documento, o título de sesmaria, que antecedia à invasão das terras do aldeamento de Atalaia pelos potentados locais, além de toda uma legislação do período colonial, que reconhecia o direito de indigenato.

De todo modo, com a apresentação do sumário criminal ao juiz Municipal, uma série de procedimentos foram adotados para verificar os danos causados pelos “invasores”, como exames de corpo e delito, a convocação de testemunhas para apresentarem a sua versão dos fatos acontecidos, bem como o interrogatório ao responsável por essa “invasão” de propriedades, Francisco Luiz Tigre Gacom. De acordo com a apresentação dos argumentos do delegado de polícia, estavam reunidos nos campos adjacentes ao de Atalaia, além dos “índios civilizados”, residentes em Guarapuava, outros recém-chegados do aldeamento de Jatahy e São Jerônimo, sendo que eram comandados por Francisco Gacom.

Na abertura do sumário criminal, o delegado de polícia, Ildfonso José Gonçalves, fez a seguinte descrição sobre as intenções do grupo ao ocuparem as fazendas da região, acusando-os de praticarem arrombamentos e fazendo queimadas nos campos para o plantio de cereais:

[...] absolutamente com o maior escândalo estão eles danificando aquelas propriedades com ameaças aos seus proprietários e com o público intento de arbitrariamente assenhoarem-se de tais campos com a circunstância de não terem para isso poder, nem direito algum. No entanto estão eles reunidos construindo nos mesmos campos, ranchos de madeira e roças nos respectivos capões de matos, e ainda procedendo outros atos mais graves de violência nessas propriedades pelo fato de queimas dos campos e de arrombamentos de ranchos e cercas das invernadas que se acham fechadas pelos suplicantes.¹⁰⁰⁵

Além disso, o delegado buscava, nas primeiras páginas do processo, desqualificar os “invasores”, apresentando argumentos negativos que afirmavam o fato de os indígenas não terem direito de posse sobre essas propriedades, pois praticavam “violência” nas fazendas, ao danificarem as cercas e arrombamentos nas benfeitorias. Para ele, tratava-se de um ato criminoso que deveria ser reprovado e aplicado às penalidades da lei, para inibir seu prosseguimento.

É importante dizer que os fazendeiros relataram que os invasores, que haviam ocupado suas terras, não eram apenas os indígenas, mas que outras pessoas se aproveitaram da situação e se juntaram às ações coordenadas por Francisco Gacom. No sumário criminal, identificamos os seguintes nomes: Melchior de Paula Ribas, Ancelmo Dias de Moraes, Valeriano Victor de Souza, João Silvestri Ribas, Joaquim Manoel de Oliveira, Joaquim Silvestri Ribas, Antônio

¹⁰⁰⁵ SUMÁRIO CRIMINAL, Op. cit., 7.

Manuel Passareta, Porfírio de tal, Manoel Cirino Monteiro, Américo de Tal e Manoel Nicaya.¹⁰⁰⁶

Buscando informações sobre esses indivíduos, identificamos que parte deles tinha algum vínculo com os Kaingang, residentes na vila de Guarapuava, na condição de filhos ou de esposos de algumas mulheres indígenas. Já sinalizamos, ao longo da tese, especialmente no capítulo 4, que, na vila de Guarapuava, houve um conjunto de uniões matrimoniais entre diferentes grupos sociais. Do mesmo modo que fizemos com os fazendeiros reclamantes no processo, construindo suas trajetórias e identificando suas origens e posses, pesquisamos também qual origem dos outros acusados de “invadirem” as terras do antigo aldeamento de Atalaia, junto com Francisco Gacom. Após efetuarmos o cruzamento de informações de várias fontes documentais, já analisadas aqui na tese, para alguns personagens, listados no processo, não tivemos segurança em afirmar que se tratava da mesma pessoa envolvida no sumário criminal. É bem provável que essas pessoas não residissem na vila de Guarapuava e, se residiam, não constavam nas listas de habitantes e rol de paroquianos.

De qualquer modo, essa suposta ausência de informação, a respeito dos membros daquela ocupação, não soa negativa em nossa compreensão. Antes, confirma que elas faziam parte da rede de relações de Francisco Gacom por outras regiões. Esse parece ser o caso para Antônio Passareta, Joaquim Manoel de Oliveira, Ancelmo Dias de Moraes.

Depois de pesquisar em todas as fontes analisadas, aqui na tese, foi no rol de paroquianos, de 1863, em que mais encontramos informações sobre as pessoas envolvidas naquele movimento de ocupação nas propriedades dos fazendeiros. Alguns deles viviam muito próximos. Essa assertiva pode ser atribuída para Valeriano Victor de Souza, residente no quarteirão do Charquinho, localidade que ficava entre a vila de Guarapuava e os campos de Atalaia. Valeriano era filho de Reginalda Maria do Pilar, “índia”. Nessa época, ele tinha 12 anos.¹⁰⁰⁷

Outro personagem desse evento foi Melchior de Paula Ribas. Segundo nossa pesquisa, em 1863, ele era escravo de Benjamin Pereira de Oliveira. Tinha, na época, 43 anos de idade e era casado com Rita índia, de 49 anos, citada nesse documento como agregada de Benjamim.¹⁰⁰⁸ No mesmo rol, identificamos o domicílio de Américo José Pereira, também relacionado no sumário criminal como “Américo de tal”, com 38 anos de idade, “índio”, casado com Maria Francisca, de 52 anos, com dois filhos: Albino, de 14 anos, e Francisco, com 12, residindo no

¹⁰⁰⁶ Idem.

¹⁰⁰⁷ ARAÚJO (c), Op. cit., n° 441.

¹⁰⁰⁸ Idem, n° 96.

6º quarteirão do Vassoural, região localizada ao sul da vila.¹⁰⁰⁹

Vale a pena acrescentar que essas famílias residiam em localidades próximas à vila, sugerindo que eles viviam afastados da dinâmica social proporcionada pelo convívio diário com os moradores da vila. Provavelmente, trabalhavam nas fazendas próximas ao seu domicílio, senão, dentro dessas propriedades, a título de agregado, embora a documentação os coloque como uma residência separada dessa categoria social.

Os outros dois “invasores” faziam parte da rede de parentesco de Francisco Gacom, na qualidade de seus genros; João Silvestri Ribas, casado com Izabel Pereira Luiza, e Porfírio Monteiro, casado com Marinha Francisca Luiza. Para finalizar o rol de acusados daquele empreendimento, o delegado de polícia registrou o nome de Manoel Cirino Monteiro, irmão de João Silvestri Ribas, cujo sobrenome herdou de sua mãe, Maria Joaquina Monteiro. Importante nesse aspecto esclarecer que eles não tinham parentesco com Porfírio Monteiro, embora adotassem o mesmo sobrenome. Porfírio tinha sido exposto na casa de Joaquim João Monteiro.¹⁰¹⁰

O último personagem, membro desse grupo, era Manoel Nicahya, filho de Manoel Benedito Jordão e Ana Nicahya. Manoel Jordão era escravo de Francisco Aires de Araújo e, depois, foi vendido para Maria Rita Prestes.¹⁰¹¹ Não encontramos informações de quando Manoel Jordão conquistou sua liberdade, mas sabemos que Manoel e Ana Nicahya tiveram, ao longo de sua união matrimonial, 9 filhos. Mesmo carregando o estigma de ser um ex-escravo casado com uma indígena, Manoel Benedito obteve um pequeno acúmulo de bens em Guarapuava, quando ele declarou, em 18 de abril de 1856, que havia recebido, por doação de Maria Rita Prestes, sua última “proprietária”, uma porção de campos de criar na localidade de Jaguatirica, com uma extensão de 2/4 de léguas de comprimento por 1/2 de largura. Uma área correspondente a 1.089 hectares. No mesmo documento, declarou possuir, em parceria com seu genro, Manoel Teixeira dos Passos, outra propriedade de capoeiras “próprias para cultivo de milho”, com uma extensão de 1 légua de comprimento por 1/2 de largura, ou seja, 2.178 hectares.¹⁰¹²

No rol de parauquianos, de 1863, Manoel Nicahya aparece residindo junto com sua mãe, Ana Nicahya, viúva, no 7º Quarteirão de três capões e de Atalaya.¹⁰¹³ Ao que parece, eles residiam na propriedade que seu pai, Manoel Jordão, havia recebido por doação de Maria Rita

¹⁰⁰⁹ Idem, nº 449.

¹⁰¹⁰ ARAÚJO (e), Op. cit., f. 125.

¹⁰¹¹ ARAÚJO (f), Op. cit., f. 82. Essa informação consta no registro de batismo de Maxiliana, em que o padre fez a observação de que ele era escravo de Francisco Aires de Araújo. Em 1844, quando do batizado de Jordão, ele consta como escravo de Maria Rita Prestes.

¹⁰¹² DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 103.

¹⁰¹³ ARAÚJO (c), Op. cit. nº 551.

Prestes, viúva de Benedito Aires de Araújo. Segundo informações contidas na declaração, essa fazenda, de nome Mandinga, era resultado de uma carta de sesmaria, entregue a Benedito, no início da ocupação e povoamento dos campos de Guarapuava.¹⁰¹⁴

Embora Manoel Nicahya fosse herdeiro das duas propriedades de seu falecido pai, Manoel Benedito Jordão, ele aproveitou o momento de ocupação nas terras do antigo aldeamento para obter algum ganho, como um pedaço de terra para se estabelecer, levando em consideração, também, que Manoel Nicahya era filho de Ana Nicahya, Kaingang. É bem possível que sua rede de amizade estivesse mais voltada para os indígenas residentes em Guarapuava, naquele momento, do que com o restante de sua família. De outra forma, a sua identidade indígena falava mais alto.

Ainda que todos esses nomes fossem citados no sumário criminal, apenas para Francisco Gacom foi expedido um mandado de prisão, ao ser indiciado como o responsável por toda essa movimentação e ocupação das terras dos potentados locais. Aos 12 de novembro de 1877, o delegado de polícia determinou que: “[...] prenda e conserve na prisão da dita cadeia, o reo Francisco Tigre índio civilizado morador neste distrito, de idade de cinquenta anos, mais ou menos, por estar incurso como autor e um dos cabeças de crime de danos e arrombamentos.”¹⁰¹⁵

Dois dias após sua prisão, o mesmo delegado de polícia nomeou como curador de Francisco Gacom o empregado público Antônio Alves Guimarães para que o defendesse, perante as acusações indiciadas pela justiça local.¹⁰¹⁶ Após cumpridas as prerrogativas da justiça, com o levantamento dos danos causados às propriedades estabelecidas dentro do território do aldeamento de Atalaia, da prisão de Francisco Gacom e da nomeação de seu defensor perante seu julgamento, o delegado passou a interrogá-lo no mesmo dia:

[...] Francisco Luiz Tigre Gacom índio, debaixo de prisão, porém em liberdade, livre de qualquer constrangimento, vindo acompanhado de seu curador capitão Antônio Alvez Guimarães também presente o mesmo delegado fiz ao reo as perguntas seguintes: Qual seu nome, respondeu chamar-se Francisco Luiz Tigre Gacom. Qual sua idade? Respondeu ter cinquenta e um anos mais ou menos, qual seu estado? Respondeu ser casado; qual a sua profissão? Respondeu ser Lavrador, qual sua nacionalidade, respondeu ser brasileiro; qual o seu lugar de nascimento, respondeu ser natural deste distrito nascido no lugar denominado Atalaia, perguntado se sabe ler e escrever, respondeu que sabia, e como nada mais respondeu nem lhe foi perguntado, mandou o delegado lavar o presente auto de qualificação.¹⁰¹⁷

Desse interrogatório, tiramos algumas conclusões bem interessantes sobre as certezas

¹⁰¹⁴ DALLA VECCHIA, Op. cit., p. 99.

¹⁰¹⁵ SUMÁRIO CRIMINAL, Op. cit., p. 10.

¹⁰¹⁶ Idem, p. 11.

¹⁰¹⁷ Idem, p. 14.

que Francisco Gacom tinha a respeito de suas ambições. Primeiro, a ambiguidade dos trâmites judiciais de manter um indígena preso, sob acusações de invasão de propriedade, sendo que eram os legítimos herdeiros, e de que aquela ação não lhe tirava o direito de manifestar sua opinião e reclamações “livre de qualquer constrangimento”. Em outro trecho de seu interrogatório inicial, ao ser questionado sobre sua nacionalidade, Francisco Gacom afirmou ser brasileiro, o que remete, sobremaneira, ser julgado conforme as leis que eram extensivas a todos os brasileiros, sem exceção.

No entanto, ao ser perguntado onde era seu local de nascimento, ele responde que foi em Atalaia. Ao reforçar seu argumento de que esse era o território do aldeamento criado para abrigar os Kaingang da região, justificava sua luta pela sua retomada, afirmando-se como um dos legítimos herdeiros daquelas terras coletivas. Sobre esse aspecto, Guilherme Boccara afirma que essas polêmicas, sobre as classificações étnicas, podem ser vistas como caminhos para disputas políticas e sociais.¹⁰¹⁸

É imperativo mencionar que a legislação indigenista do período, o Regulamento das Missões, a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento, garantiam aos indígenas o direito pelas terras coletivas dos aldeamentos até que não tivessem atingido seu estado de “civilização”. Nesse caso, quando indagado pela justiça sobre sua naturalidade, estrategicamente, Francisco Gacom determina suas raízes familiares no aldeamento de Atalaia, reforçando sua identidade indígena, de modo a continuar resistindo e insistindo na posse dessas terras.

Nos dois meses transcorridos do processo, nos interrogatórios feitos às testemunhas, uma situação parece reproduzir a mesma fala: todos se expressam na forma de “ouviu dizer” que foram os acusados autores dos fatos ocorridos no Atalaia, de invasões, arrombamentos, destruição e uma suposta violência contra os moradores. No interrogatório realizado a João Telles de Andrade, fica evidente essa questão:

[...] ouvio falar que estes homens tinham feito uma roça nos mattos, mais que uma roçada e derrubada sobre os ranchos que ele viu pessoalmente, viu mais essa testemunha que vio no rincão do campo da cruz contíguo ao da canoa uma porção de cerca e porteira derrubado com machado mais que não sabe de ciência que isso fosse feito pelos ditos delinquentes, porem que pela via publica se fala que tais danos foram feitos pelos ditos delinquentes, disse mais, que viu esses danos tão somente nesse lugar não sabendo de outros danos desta natureza em outras partes indicadas por não ter chegado nelas, disse mais essa testemunha que não presenciou a queima dos referidos campos, mais que tais queima segundo todos dizem foram feitos pelos referidos delinquentes, disse mais que soube que alguns índios que ali se achavão se dirigindo para a fazenda do capitão Joaquim Aires de Araújo já que passarão armados pela fazenda de Benedito Mendes de

¹⁰¹⁸ BOCCARA, Guilaume. Mundos Nuevos em las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificacón Y Mestizaje em Tiempos de Globalización. **Mundo Nuevo, Nuevos Mundos**, 2000. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/426>.

Ramos, disse mais que ouviu diversas pessoas que o intento dos mesmos delinquentes era se senhoriar-se do supra citado campo e matto, disse mais que fazia mais ou menos um mês que os ditos delinquentes se achavam naqueles campos e Mattos.¹⁰¹⁹

Outra testemunha interessante do processo crime é do Alferes Domingos Moreira Gamalier, convocado para testemunhar contra os invasores, que declarou ser proprietário de uma porção de terras no lugar denominado de Sepultura, próximo à região conflituosa. De acordo com suas declarações, ele chegou a se encontrar com Francisco Luiz Tigre Gacom nos campos de Atalaia:

[...] são senhores e possuidores deles e perguntando ele testemunha se podiam deixar la uns animais seus, respondeu-lhe o indiciado Francisco Luiz Tigre que só se fosse alugado, dizendo-lhe na mesma ocasião em outro possui roças nos matos pertencentes aos mesmos campos.¹⁰²⁰

O depoimento do alferes Gamalier é indicativo de que os Kaingang, sob liderança de Francisco Gacom, há tempos, estavam estabelecidos nesses campos. Ao ser questionado sobre a possibilidade de alugar o campo para invernar os animais, Francisco responde positivamente, desde que fosse pago pelo seu arrendamento. Devemos considerar a hipótese de que Francisco conhecia as normas e orientações do Regulamento das Missões, que ensejaram à prática de arrendamentos e aforamentos dentro dos aldeamentos.¹⁰²¹ No interrogatório feito a ele, das acusações a que estava respondendo, ele confessa apenas a queima de matos e o feitio de roças nos campos de Atalaia; quanto à acusação de apoderar-se das terras, diz que algumas pessoas haviam afirmado que eram suas. Acompanhem suas palavras:

[...]o reo e outros delinquentes, respondeu ele reo que foi com os outros o “curador” arramchar-se naqueles campos por pronunciarem que eram seus em consequência de dar-se o facto na ocasião que este, ele reo em Curitiba, de algumas pessoas lhe dizerem que para isso tinham direito que como essas pessoas não sabiam dos documentos dos índios que procurariam e depois mandariam a ele reo e que iludido nesta esperança foi que deliberou com seus companheiros arramchar-se nos ditos campos onde estiveram e fizessem roças, queima de campos, mais que os arrombamentos de cerca e porteiras não foram feitas por ele reo, e que não sabe se os mesmos arrombamentos foram feitos pelos seus companheiros. Perguntado se ainda persistia no intento de se assenhorear daqueles campos e matos respondeu que não por que reconhece agora que andava iludido sobre tais terrenos julgando que tinha direito sobre eles em virtude do que lhe disseram em Curitiba.¹⁰²²

Segundo suas informações, o que o motivou para invadir os ditos campos foram algumas

¹⁰¹⁹ SUMÁRIO CRIMINAL, Op. cit., p. 15.

¹⁰²⁰ Idem, p. 27.

¹⁰²¹ CUNHA (a), Op. cit., p.221.

¹⁰²² SUMÁRIO CRIMINAL, Op. cit., p. 15.

peças da capital provincial que haviam lhe dito que essas terras lhe pertenciam. No entanto, sabemos que Francisco Gacom esteve em Curitiba, em 1862, exigindo da diretoria das terras públicas que as terras do aldeamento de Atalaia fossem reintegradas ao patrimônio dos Kaingang de Guarapuava. Nesse mesmo documento, conforme já analisamos, vários potentados locais estavam ali a título de arrendatários, de maneira que, há tempos, não pagavam a Francisco Gacom os seus devidos arrendamentos. Sobre esse aspecto, Vânia Losada e Maria Celestino de Almeida afirmam que “as lutas nessa época se faziam principalmente pela manutenção do patrimônio, ao qual tinham direito como grupo: as terras e os rendimentos das aldeias.”¹⁰²³

Nessa ocasião, Francisco Gacom foi orientado a retornar para Guarapuava, já que, em breve, seriam enviados alguns documentos para comprovar que eles tinham direito sobre tais terras. Em outro trecho do seu interrogatório, ele revela uma das pessoas: “respondeo que não se recordava quem eram essas pessoas mais que uma delas quando ele reo se dirigiu desta cidade para Curitiba foi o Juiz Comissário Candido Rodrigues de Souza de Meireles”¹⁰²⁴ Este, buscando formas de resolver a questão sobre as terras do aldeamento de Atalaia, informou a Francisco Gacom que iria atrás dos documentos e que enviaria para ele em Guarapuava. Entretanto, situação semelhante havia acontecido em 1850, quando o diretor geral dos índios, de São Paulo, solicitou ao advogado das questões indígenas que não havia encontrado qualquer documento que pudesse comprovar que as terras exigidas pelos Kaingang de Guarapuava eram suas.

Mesmo desistindo das suas intenções iniciais, Francisco Gacom reconheceu-se no seu interrogatório culpado de alguns crimes. O procurador dos reclamantes, Domingos Ignácio de Araújo Pimpão, solicitou a condenação do réu: “[...] incursos na máxima das penas da 2ª parte do código Criminal do Art. 266, por concorrerem aos agravantes do art. 16 parágrafo 1º, 8º, 13º, 17º do mesmo código.”¹⁰²⁵

Conforme o Código Criminal de 1830, no seu art. 266, Francisco Gacom foi acusado de “destruir ou danificar uma coisa alheia de qualquer valor”. Já sobre os agravantes, previstos no mesmo código, conforme o art. 16, § 1º “ter o delinquente cometido crime de noite ou em lugar ermo”, seguido do 8º “Dar-se no delinquente a premeditação, isto é, desígnio formado antes da acção de offender individuo certo, ou incerto”, do § 13º “Ter havido arrombamento para a perpetração do crime” e, por fim, no § 17, “Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos

¹⁰²³MOREIRA, Op. cit., p. 11.

¹⁰²⁴ Idem, p. 21.

¹⁰²⁵ Idem, p. 18.

para o fim de commetter-se o crime.”¹⁰²⁶

As penalidades aplicadas a Francisco Gacom não eram das mais severas, mas, levadas à pena máxima, poderia ficar quatro anos prestando serviços. No entanto, antes da execução da pena, o procurador dos reclamantes, Domingos Ignácio de Araújo Pimpão, protocolou junto à promotoria pública o seguinte pedido:

Diz Domingos Ignácio de Araújo Pimpão que Francisco Luiz Tigre Gacom sendo réu aos autos em que ele peticionário e outros e fundado na ignorância de que é dotado o dito réu. Vem por meio desta, representar a V. Sra. Que ele peticionário desiste da execução das penas em que ele incorra por tanto, pede a V. Sra. Por seu respectivo despacho, seja esta unida aos autos tomada por Termo. Guarapuava, 17/12/1877.¹⁰²⁷

Naquele momento, o procurador dos reclamantes, Araújo Pimpão, solicitara a justiça local a desistência acusatória contra Francisco Gacom, logo após o Juiz Antônio José da Piedade ter condenado pelos prejuízos causados às benfeitorias e propriedades dos moradores dos campos de Atalaia. Não conseguimos apurar quais foram os motivos para que os treze potentados locais desistissem do processo criminal contra Francisco Gacom, no momento em que iniciaria o cumprimento de sua pena.

Durante os dois meses transcorridos do sumário criminal, encontramos algumas incoerências quanto ao conflito sobre o direito de propriedade no que tange às terras do aldeamento de Atalaia. O processo em si não tem como objeto as terras do aldeamento, e sim, trata-se de verificar os danos e prejuízos nessas propriedades, causados pelos indígenas e não indígenas. No processo, não encontramos qualquer indicativo de que os potentados locais deveriam apresentar seus documentos comprobatórios de que eles eram de fato os legítimos proprietários dessas fazendas, localizadas nos limites do antigo aldeamento de Atalaia.

Embora esses fazendeiros tivessem declarado suas propriedades, em 1855/1856, cumprindo assim com as determinações do Regulamento de 1854, isso não lhes dava o título definitivo das suas propriedades. Qualquer contestação sobre a ocupação dessas terras poderia resultar em um longo processo judicial para determinar quem de fato seria o seu proprietário. O curador/defensor de Francisco Gacom nesse processo deveria ter solicitado ao Juiz Municipal para que os “reclamantes” apresentassem provas de que as terras eram suas, como em qualquer processo legal de contestação sobre o direito de propriedade. Em uma situação análoga ao ocorrido em Guarapuava, embora se tratasse de uma disputa entre um agregado e um barão, na

¹⁰²⁶ **CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL.** Lei de 16 de dezembro de 1830. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acessado em 16/05/2019.

¹⁰²⁷ Idem, p. 26.

província do Rio de Janeiro, Marcia Motta sinalizou, em sua análise, que o agregado, firme em seu propósito e orientado por seu defensor perante a justiça, exigiu que o potentado local apresentasse o título confirmando que essas terras eram de sua posse.¹⁰²⁸ Diante do processo legal, esse era o dispositivo mais convincente para resolver a questão, sendo que Antônio Alves Guimarães não recorreu a isso para auxiliar Francisco Gacom.

Em Guarapuava, a disputa pelas terras do aldeamento de Atalaia foi o único caso envolvendo os potentados locais com uma população “abaixo” de sua condição social. Não encontramos documentos em que ocorreram brigas judiciais por terras entre os fazendeiros e os pobres livres. Apenas uma disputa, envolvendo dois potentados locais, no quarteirão do Pinhão, em 1861.¹⁰²⁹

Identificamos, em nossas análises, que não havia disputas territoriais entre os potentados locais com os pobres livres, residentes em Guarapuava - pelo menos isso não está documentado -, por duas razões: a primeira, estava relacionada às atividades econômicas, desenvolvidas por essas pessoas na produção de alimentos para suprir as demandas da vila e dos viajantes que passavam com suas tropas rumo a Sorocaba. Grande parte desses condutores de tropa permanecia alguns dias nos campos de inverno, em Guarapuava, necessitando se abastecer de alimentos para depois seguir viagem. Portanto, não era interessante para os fazendeiros criar atritos com esses núcleos familiares que cumpriam um papel social fundamental em seus negócios.

O segundo motivo, pelo qual não havia conflitos entre esses grupos, poderia estar relacionado ao projeto desses potentados locais de expandir seus domínios territoriais em lugares que eram habitados pelos indígenas, áreas com grande potencial econômico, como demonstramos ao longo da tese.

Alguns meses após a “invasão” dos campos de Atalaia e a finalização do sumário criminal, em que os potentados locais desistiram da execução da pena aplicada a Francisco Gacom, por invasão de propriedade e danos causados, a câmara municipal de Guarapuava, em ofício, solicitava ao presidente provincial ajuda para as necessidades mais urgentes daquele município. Essa ajuda era para resolver a situação dos “índios semicivilizados” que permanecem na vila, causando grande temor aos seus moradores. Após uma breve reconstrução histórica dos primeiros anos do trabalho pastoral do padre Chagas Lima e seu empenho em trazê-los para a civilização, por meio da catequese, os camaristas enalteciam esse passado,

¹⁰²⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2008, cap. 6.

¹⁰²⁹ LEITE, Op. cit., p. 219-220.

afirmando que, em consequência dessas ações, a população indígena de Guarapuava não causava transtornos à vila, quando eram comandados pelos caciques Vitorino Condá Faxó, Viri e Aleixo.¹⁰³⁰

Nesse documento, é explícita a forma como eles desclassificam a atuação política de Francisco Gacom em detrimento de um passado não tão distante, quando outros caciques tinham influência sobre os Kaingang, residentes na vila, mas também, sob outros grupos que permaneciam distantes, mesmo que essa distância fosse em razão dos conflitos que entre eles praticavam. Um dado interessante desse ofício é a descrição de que outro cacique, Aleixo¹⁰³¹, mantinha esses indígenas calmos sobre as terras do aldeamento, havendo uma certa tranquilidade para as autoridades locais, o que demonstra, mais uma vez, a “insignificância” das ações de Francisco Gacom ao acusá-lo, desqualificá-lo, afirmando que ele fazia parte de um grupo de “índios incapazes de commandar e insensatos izigentes aliciosos do cargo de cacique”.¹⁰³²

Mais à frente do relatório, os camaristas afirmam que os Kaingang continuam exigindo as terras do aldeamento de Atalaia, “o sonho dourado é a posse dos campos de Atalaia”. Obviamente, a ação coordenada por Francisco Gacom, nos meses anteriores, não surtiu tanto efeito como ele imaginava ao “invadir” os campos, em novembro de 1877. Novamente, ele busca outros meios legais para a posse desses campos:

[...] eles mesmo reconhecem as necessidades de serem aldeados e de haver aqui um director que os governe, existe em mão de uma pessoa rezidente nesta cidade um abaixo assignado dos índios a que pede elles um director, que sejam aldeados, uma escola para seus filhos, um official ferreiro e comprometem-se em chamar para o novo aldeamento dos índios que vagam nas florestas vizinhas.¹⁰³³

Algumas lições podemos tirar desse trecho. A primeira refere-se ao aspecto político, operando nas demandas apresentadas pelos Kaingang, ao solicitarem que uma pessoa não indígena fosse nomeada para administrar o aldeamento. Essa era uma estratégia interessante de convencimento da importância de retomar o projeto de um aldeamento em Guarapuava. Os Kaingang, além da posse do território de Atalaia, exigiam que a província destinasse algumas pessoas para trabalhar nesse aldeamento, em conformidade aos aldeamentos imperiais, em

¹⁰³⁰ OFÍCIO. **Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses**. Guarapuava: 23 de maio de 1878, ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro Registro de Ofícios nº 2, p. 85.

¹⁰³¹ Trata-se de Aleixo Caimbry, casado com Alexandrina, filha de Rufina Maria Ninguaxó, portanto, genro de Francisco Gacom.

¹⁰³² OFÍCIO, Op. cit., p. 86

¹⁰³³ Idem, p. 87.

atividade na região dos campos gerais.

O outro aspecto relevante é a comunicação e conhecimento que eles tinham do que ocorria nos outros aldeamentos e todo o investimento que a diretoria dos índios demandava para sua manutenção. Por fim, os camaristas registram que, entre os Kaingang, estão recolhendo assinaturas para encaminhar às autoridades competentes a legitimidade de suas demandas. Ficamos sem saber quais eram as pessoas que assinaram tal documento.

O fato é que os indígenas recorrem à elaboração de documentos, assumindo uma postura da sociedade da época. O papel passou a fazer parte das lutas políticas dos Kaingang, num contexto em que um número considerável da população sequer sabia escrever seu próprio nome. Tal situação é verificada nos documentos analisados, nos quais boa parte da população precisava de uma pessoa para “assinar a rogo de “tal declarante””.

Para finalizar esse ofício, os camaristas indicavam a localidade de Marrecas como o local mais apropriado para criar um aldeamento aos Kaingang. Para eles, a “localidade mais apta para formar a colônia indígena é um terreno composto de faxinais e terras de lavoura em boas condições situado apenas a 6 léguas distante da cidade de Guarapuava.”¹⁰³⁴ De forma a se colocar como interessados na resolução do problema indígena, essas autoridades locais afirmavam que não existiam mais terras devolutas próximas à vila para instalação de um aldeamento, o que, de acordo com eles, “seria melhor”. Ora, o que se pretende, na verdade, é distanciá-los cada vez mais, inibindo a ameaça de conflitos com a população local.

Logo após o evento de 1877, Francisco Gacom inicia uma disputa por essas terras no campo diplomático, exigindo das autoridades locais e provinciais uma solução para o esbulho que haviam sofrido com as terras do aldeamento de Atalaia. De acordo com Mota e Novak, em 1878, o juiz Municipal de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeiras, recebeu um grupo de indígenas para ouvir suas demandas, objetivando resolver essa questão e estabelecer um aldeamento para acalmar suas ambições pelas terras de Atalaia. Nesse encontro, o Juiz informou aos Kaingang que o presidente provincial havia autorizado a medição de uma área próxima a Guarapuava.¹⁰³⁵

Entretanto, o grupo, comandado por Francisco Gacom, estava irredutível no propósito de reaver os campos de Atalaia e Sepultura. Em 1879, o presidente da província, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, informou aos membros da assembleia legislativa que os “índios de Guarapuava” continuavam suas ameaças contra os habitantes daquela localidade, exigindo que os fazendeiros, residentes nos territórios do aldeamento, devolvessem a posse para os

¹⁰³⁴ Idem.

¹⁰³⁵ MOTA; NOVAK, Op. cit., p. 74.

Kaingang.¹⁰³⁶ No mesmo documento, Menezes relatou que havia sido autorizado pelo governo imperial a medição de um terreno, das terras devolutas, para reunir e acalmar os ânimos dos indígenas. Além disso, determinou que haveria a necessidade de pagar uma gratificação mensal para os caciques, como forma de persuadi-los a aceitar esse projeto.

No mês de outubro, o presidente provincial nomeou como diretor dos índios de Guarapuava o Juiz Comissário, Luiz Daniel Cleve, conforme os termos do Regulamento das Missões de 1845. Segundo essa autoridade, Cleve tinha um grande conhecimento do modo de vida dos indígenas e dos terrenos apropriados para a fundação de um aldeamento. No relatório provincial de 1880, sob a presidência de Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, este informou, em relatório, que o diretor Cleve, já como responsável pelos assuntos indígenas daquela localidade, havia realizado um levantamento do número aproximado de 2.000 indígenas, sendo que estavam subordinados aos principais caciques, “Bandeira, Paulino e Francisco Tigre.”¹⁰³⁷

O reconhecimento de que Francisco Gacom era uma chefia de prestígio entre seus pares, com um número considerável de indígenas que o acompanhavam, resultou na sua nomeação como cacique dos índios aldeados de Guarapuava, conforme indicação do diretor Cleve, em fevereiro de 1880.¹⁰³⁸ Com o reconhecimento, por parte das autoridades provinciais, de que Francisco Gacom era um personagem importante na luta pela retomada das terras de Atalaia e Sepultura, ele também aproveitou esse momento para ampliar seu espaço político em defesa dos interesses dos Kaingang de Guarapuava.

Naquele ano, após sua confirmação como cacique, Francisco Gacom, acompanhado de mais dois indígenas, de nome Paulino Datahy e Joaquim Leheren, se deslocaram até a capital da província, a fim de resolver a questão das terras do aldeamento. Nessa viagem, receberam alguns objetos, totalizando uma despesa de 42\$600 como presentes.¹⁰³⁹

Como desdobramento dessa viagem até Curitiba, Francisco Gacom submete, no campo diplomático, uma solicitação ao Imperador Dom Pedro II, pedindo que as terras do aldeamento de Atalaia sejam reincorporadas ao patrimônio dos Kaingang de Guarapuava. Não se tratava mais de uma disputa entre os Kaingang com as autoridades regionais; Francisco Gacom informava o problema do esbulho dos territórios tradicionais diretamente ao chefe máximo da

¹⁰³⁶ MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 31 de março de 1879**. Curitiba/Pr, p. 77.

¹⁰³⁷ DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 16 de fevereiro de 1880**. Curitiba/Pr, p. 42.

¹⁰³⁸ DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 21 de fevereiro de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2025, p. 2.

¹⁰³⁹ DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 07 de abril de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2037, p. 2.

nação. Vejamos o teor das suas demandas:

Francisco Luiz Tigre, capitão cacique do toldo de índios catechizados denominado Atalaia, do município de Guarapuava, por si por seus comandados dirige-se submissamente a presença de V. M. Imperial, para reclamar pela posse a que tem direito de uma sesmaria de campo, cujo limite é o seguinte: ao norte pela costa do sertão e pelo ribeirão Bracujá (Maracujá) até a sua foz no rio Lageado Grande ao sul pela barra acima dos rios Coutinho e Lageado Grande a leste pelo Coutinho e a oeste pelo rio Lageado Grande, - campo este que foi doado ao referido toldo por El Rei D. João VI em 10 de setembro de 1818. Logo depois o director dos índios Padre Chagas teve ordem do Governo Real para aldear os índios nesse campo, o que fez viesse no mesmo ano fundando uma povoação que denominou Atalaia, da qual ainda hoje existem vestígios apesar de ser em 1825 assaltada pelos índios coroados de cujo combate poucas pessoas pertencentes ao toldo de que faz parte o supplicante escaparam incendiando esses índios ferozes toda a povoação que ficou reduzida a cinzas depois de haverem assassinados quase toda a população escapando entre poucos, o director Padre Chagas e o supplicante que apenas contava com quatro anos de idade. Receiando ser de novo acometido pelos celerados inimigos, o director passou-se com essas poucas pessoas a residir na freguezia de Guarapuava, onde suppunha estar isento de outra agressão. Arrendou o campo que occuparam a pessoas estranhas em 1834 e retirando-se para a cidade de S. Paulo, poucos annos depois aí faleceu, sendo nomeado para substituí-lo o capitão Antônio da Rocha Loures[...] apossou-se iniquamente de uma grande parte, arrendando o restante a diversas pessoas que o mesmo modo mais tarde se foram apossando[...] Desde então tem o supplicante, sem proveito algum recorrido desde as autoridades locais até ao Governo da Província em diversas epochas e nada até hoje foi decidido, assim Augusto Senhor dos pobres filhos das brasileiras florestas pressurosos acudirão ao chamado dos missionários da civilização para abraça-la e viverem felizes a sobra das liberrimas instituições do nosso rico país, sentem profundo pezar ao ver alguns cidadãos quererem extorquir-lhes uma propriedade, legitimamente adquirida. Confiados, pois, no magnanismo sentimento patriótico e justiceiro que caracteriza a Vossa Majestade Imperial e o torna admirado das nações do Mundo Civilizado, o supplicante, por si e por seus companheiros, tem consciência de que V. M. Imperial os atenderá, fazendo-lhes inteira justiça. E. R. M, Curitiba, 22 de maio de 1880. Francisco Luiz Tigre Gacom.¹⁰⁴⁰

Ao se dirigir à sua majestade Imperial, Francisco Gacom tenta convencê-lo, retomando aspectos históricos, desde a fundação do aldeamento de Atalaia, sua decadência e invasão de suas terras pelo capitão Rocha Loures e outros potentados locais. Muito mais que apenas lembrar fatos, Gacom retomava um tema bastante polêmico sobre a política indigenista da época, ao mencionar que os Kaingang haviam aderido ao sistema da catequese e civilização, tinham aceitado as regras do jogo, assumindo o aldeamento como espaço de convivência e conversão.

Ademais, Francisco Gacom reforçava em suas palavras a manipulação de suas identidades, ora buscando argumentos da sociedade nacional, ora se aproximando das características culturais, assumindo seu papel como cacique dos Kaingang de Guarapuava. Essa

¹⁰⁴⁰ GACOM, Francisco Luiz Tigre. **Correspondência do cacique Francisco Luiz Tigre Gacom ao Imperador do Brasil D. Pedro II.** Curitiba, 22 de maio de 1880. APP-Arquivo Público do Paraná, caixa 026.1, documento 19.

era uma das principais estratégias dos indígenas, ao lutarem pela garantia e permanência dos seus direitos, adquiridos pela própria legislação da época. Embora alguns estudos não tenham reconhecido o protagonismo indígena¹⁰⁴¹, essas ações demonstram a amplitude de seus entendimentos sobre os caminhos diplomáticos na defesa de seus direitos.

Além de comunicar ao Imperador a usurpação das terras do aldeamento de Atalaia, pelos potentados locais de Guarapuava, Francisco Gacom reclamava que as autoridades locais e provinciais nada faziam para resolver essa questão; eram incapazes de solucionar um problema que se arrastava há anos, desde os tempos que o aldeamento pertencia à província de São Paulo. De todo modo, essa correspondência chegou até o Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, o qual, não sabendo como proceder, oficiou à presidência da província, pedindo mais informações sobre a demanda apresentada pelo Kaingang.¹⁰⁴² Por sua vez, o presidente provincial encaminhou tal solicitação à câmara municipal de Guarapuava em ofício, pedindo mais informações sobre essa demanda indígena pelas terras do aldeamento:

Afim de ser circunsntanciadamente informado, transmitto à Câmara Municipal da cidade de Guarapuava, a inclusa cópia do requerimento que a S. M. o Imperador dirige o cacique Francisco Luiz Tigre Gacom, allegando direitos que tem à posse dos campos da Atalaia.¹⁰⁴³

As autoridades locais, ao tomaram conhecimento de que Francisco Gacom havia recorrido ao espírito humanitário de sua majestade, o Imperador, exigindo que os fazendeiros devolvessem as terras do aldeamento, reuniram-se imediatamente para elaborar um documento, esclarecendo os pontos dos quais restavam dúvidas quanto às informações prestadas pelo cacique em seu requerimento.

No dia 28 de setembro de 1880, a câmara municipal de Guarapuava, por meio de sua presidência, elaborou um documento, esclarecendo os principais pontos do requerimento apresentado pelo cacique. Provavelmente, inconformados com tal disparate de Francisco

¹⁰⁴¹ Um exemplo desse tipo de interpretação vem de uma dissertação de mestrado sobre os Kaingang de Guarapuava, em que a autora afirma que Francisco Gacom havia adotado essa forma de luta política com “os brancos, a persuassão e negociação, métodos utilizados pelos fazendeiros e adotado por ele para defender a posse dos Campos de Atalaia. In: SANTOS, Zelo Martins. **Os campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná** (1854/1889). Guarapuava/Pr; Assis/SP: 1999, (Dissertação de Mestrado), UNESP/Assis-UNICENTRO/Pr, p. 161.

¹⁰⁴² “Não sendo sufficientes as informações prestadas sobre o requerimento em que o cacique Francisco Luiz Tigre Gacom alega dirietos à posse dos campos de Atalaia, e transmitidas com o officio d’essa presidência, datado de junho último, devolvo a V. Ex. os respectivos papéis a fim de coligir e remeter a esta Secretaria de Estado esclarecimentos circunstanciados e completos. Deus guarde a V. Ex. In: Ministério dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas ao Presidente da Província João José Pedrosa. 20 de setembro de 1880. APP – Arquivo Público do Paraná, volume 285, documento 095.

¹⁰⁴³ PEDROSA, João José. **Ofício à Câmara Municipal de Guarapuava**. Curitiba: 21 de agosto de 1880. APP-Arquivo Público do Paraná, caixa 26, documento 18.

Gacom, ao recorrer ao Imperador para devolver as terras do aldeamento para os Kaingang, os camaristas, indignados, respondem da seguinte maneira:

Francisco Luiz Tigre não tem índios aldeados e cathequisados como allega, tem sua residencia no rocio desta cidade e a dois annos mais ou menos juntou filhas, netos e genros estes brasileiros e entendendo que era dono do campo de Atalaia, abandonarão suas casas e estão estabelecidos no campo denominado rincão da Atalaia. Este índio foi criado e educado pelos povoadores desta comarca e nunca teve commando conforme diz.¹⁰⁴⁴

De arrancada, os camaristas desqualificavam as atitudes e a solicitação de Francisco Gacom, afirmando que ele não tinha comando sobre outros indígenas e que os poucos que o acompanhavam eram membros de seu núcleo familiar. De fato, parte das pessoas que estavam envolvidas na ocupação das terras do aldeamento tinham laços de parentesco com o cacique, mas isso não significa que eles não viviam os modos de ser Kaingang. Outra informação discordante, apresentada pelos vereadores, foi sobre os números reais da presença indígena para aquele ano em Guarapuava e seus arredores. Afirmavam que Francisco Gacom não tinha “índios” aldeados. Ora, alguns meses antes, quando foi nomeado cacique dos índios de Guarapuava, o diretor dos índios, Luiz Daniel Cleve, dizia que a população indígena se aproximava de dois mil indivíduos.

Tratava-se, inicialmente, de desqualificar os argumentos utilizados por Francisco Gacom no pedido realizado ao Imperador. Portanto, buscava-se apresentar informações insignificantes, de modo a proteger o direito de propriedade dos fazendeiros que tinham suas posses nos terrenos do aldeamento. Ao tratarem sobre o assunto do arrendamento dessas terras, a câmara manifestou desconhecer se de fato essas terras tinham sido arrendadas pelo capitão Rocha Loures, em 1834, entre eles, o padre Ponciano José de Araújo, Manoel Moreira dos Santos e Francisco Ferreira da Rocha Loures.¹⁰⁴⁵ Não só se apossaram naquele momento das terras do aldeamento, como ainda permaneciam como seus proprietários atuais, com exceção do padre Ponciano, falecido em 1854, conforme apresentamos neste capítulo. Entretanto, a câmara argumentava que “não há disto prova alguma”. Ou seja, não há documento que prove que esses campos tinham sido invadidos pelos potentados locais, pelo dispositivo “legal”, na política indígena de arrendamentos.¹⁰⁴⁶

¹⁰⁴⁴ **OFÍCIO.** Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná João José Pedroso. Guarapuava, 28 de setembro de 1880. AMG-Arquivo Municipal de Guarapuava, Livro de Ofícios nº 2, p. 93.

¹⁰⁴⁵ Idem, p. 93.

¹⁰⁴⁶ Idem.

Os camaristas recorriam ao regulamento da Lei de Terras para assegurar o direito de posse sobre esses terrenos, ao citarem no documento que, anos antes, o cacique Vitorino Faxó Condá havia percorrido o mesmo caminho de Francisco Gacom; o Ministério da Agricultura havia dado parecer favorável aos fazendeiros por se acharem entre os 2º e 3º possuidores e “muitos já inventariados”.

De outro modo, esses proprietários se agarravam à lei, afirmando que haviam ocupado terras devolutas e que tinham adquirido o direito de propriedade pelo princípio da lei “posse mansa e pacífica”.¹⁰⁴⁷ Na verdade, o que se percebe nessa disputa, sobre o direito de propriedade, é uma sobreposição de direitos¹⁰⁴⁸ de uma mesma terra, conforme temos analisado desde a carta de sesmaria do “índios de Guarapuava”, passando pela Lei de Terras de 1850, seu Regulamento de 1854 e da Lei 1.114, de 27 de setembro de 1860, em que as terras passariam por um processo de desamortização, para, em seguida, individualizá-las ou privatizá-las, por meio de vendas, parcelamentos ou aforamentos.¹⁰⁴⁹

Embora essa prática tenha sido gestada no Antigo Regime, ela ainda influenciava o direito de propriedade no Brasil, dificultando de forma calamitosa, o direito de domínio da terra para os indígenas. De acordo com Maria Celestino e Vânia Moreira, essa situação se agravou com a possibilidade de arrendamento dessas terras para os potentados da época e com a criação de vilas nos aldeamentos, incentivada pelo diretório dos índios de 1757.¹⁰⁵⁰

De qualquer modo, o encaminhamento dado pelo Ministério da Agricultura de obter mais informações a respeito dos Kaingang de Guarapuava, devolvendo à província e depois para a câmara de vereadores, remete a uma decisão local sobre o grau de indianidade que eles representavam ter. O ateste de que se tratava de “índios puros” tinha que ser aplicado pelos vereadores, demonstrando o seu grau de “civilização”. Evidentemente, esses indígenas “ressocializados” carregavam o estigma de que eram mestiços, remanescentes, índios civilizados, misturados à massa da civilização e, portanto, não tinham o direito sobre territórios que a legislação garantia. Para adquirir tal direito, esses “indivíduos e comunidades deveriam viver isolados em regiões ainda não colonizadas ou apresentar sinais diacríticos contundentes.”¹⁰⁵¹

A presidência da província em 1879, convencida que o governo não podia mais haver

¹⁰⁴⁷ Idem.

¹⁰⁴⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 69.

¹⁰⁴⁹ ALMEIDA; MOREIRA, Op. cit. p. 20.

¹⁰⁵⁰ ALMEIDA; MOREIRA. Op. cit. p. 16-17.

¹⁰⁵¹ Idem, p. 21.

aquelles campos fora fundar um aldeamento ordenou ao juis commissário desta, que medisse e demarca-se nas proximidades dos rios Marreca e S. Francisco terras necessárias para este indios e os mais que quisessem sujeitar-se a serem aldeados, o que foi feito sendo a medição aprovada pelo governo da província e deo director comesso ao aldeamento não se sujeitando o indio Tigre a ser aldeado. Esta Câmara assim informando circunstanciadamente e os pontos principaes do requerimento de Francisco Luiz Tigre, diz mais que estes índios e os brasileiros casados com mulheres de raça indígena, não podem ser considerados catequisados e aldeados visto que forão já criados e educados pelo nosso costume e religião e tem cido sempre considerados com brasileiros, tendo elles individuos qualificando votantes e todos em número de 10 a 12 tem casa de morada no rocio desta cidade. Será uma calamidade se o governo considerar como não tendo perdido o direito desses campos por que com essa desizão os indios invadirão aquelles terrenos e poderá ser o resultado de muitas mortes, visto que os proprietários não se quereão sujeitarem a perder as quantias pelas quaes comprarão as partes que possuem.¹⁰⁵²

Ao final do officio elaborado pelos camaristas, eles expuseram alguns argumentos um tanto quanto contraditórios ao descreverem que esses indígenas, capitaneados por Francisco Gacom, não podem ser catequizados e aldeados, pois eles já foram no passado. A ideia principal dessa frase remete à descaracterização de que esse grupo, convivendo anos juntos à população local, não tinha mais laços culturais que o ligasse ao seu modo de vida tradicional e que, portanto, havia perdido o direito de reclamar o território de Atalaia. Ora, conforme apontamos na documentação, a mesma câmara informa que a província tinha demarcado um terreno para aldear os Kaingang de Guarapuava e que Francisco Gacom tinha negado a transferência de sua família e outros que o acompanhavam para o novo espaço. Percebe-se, nesse sentido, que os camaristas, em grande parte fazendeiros, não queriam entregar as terras do aldeamento de Atalaia, e sim, transferir os indígenas da região para um local mais distante da sociedade local.

Mesmo com todo o empenho do cacique Francisco Gacom, buscando os meios legais para a retomada da terra do aldeamento, até mesmo recorrendo ao Imperador para que se sensibilizasse sobre a violência física e simbólica que haviam sofrido, com a invasão de suas terras pelos potentados locais de Guarapuava, em 9 de novembro de 1880, a província encaminhou ao diretor dos índios, Luiz Daniel Cleve, o título definitivo das terras demarcadas para o aldeamento de Marrecas. Para Mota e Novak, essa data marca definitivamente o processo de desterritorialização dos Kaingang dos campos de Guarapuava.¹⁰⁵³

Sem uma resposta sobre o requerimento apresentado ao Imperador, Francisco Gacom e os demais indígenas que o acompanhavam começaram, aos poucos, a migrar para o aldeamento de Marrecas, deixando para traz sua residência no 1º quarteirão da vila, cujo destino não

¹⁰⁵² **OFÍCIO.** Officio encaminhado ao presidente da Província do Paraná João José Pedroso. Guarapuava, 28 de setembro de 1880. AMG-Arquivo Municipal de Guarapuava, Livro de Officios nº 2, p. 94

¹⁰⁵³ MOTA; NOVAK, Op. cit., p. 84.

sabemos. Tudo indica que o diretor dos índios, Luiz Daniel Cleve, fez cumprir os anseios dos fazendeiros de Guarapuava, não somando esforços às demandas dos Kaingang de Guarapuava para retomar as terras do antigo aldeamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas iniciais deste estudo apresentamos alguns fatos que marcaram o imaginário social da população de Guarapuava, em 2010, quando aconteceram as comemorações dos duzentos anos de sua ocupação e povoamento, explorando alguns aspectos históricos que remetiam às formas de interação dos Kaingang ao longo de dois séculos entre eles e a sociedade nacional. Em meio aos atos festivos recaí sobre os indígenas uma imagem comum na historiografia até pouco tempo, de que eles haviam aceitado passivamente os preceitos do catolicismo e da civilização trazidos pelos colonizadores, sem qualquer sinal de resistência.

Nesse sentido, pretendeu-se com essa tese construir uma outra história sobre os Kaingang da região com enfoque para dois grandes temas, o protagonismo histórico desse grupo através da trajetória política de Francisco Luiz Tigre Gacom, e sobre o direito de posse das terras do aldeamento de Atalaia criado para abrigar os Kaingang de Guarapuava.

Nesse sentido, a pesquisa contou com vários aportes teóricos e conceituais, mas os apontamentos desenvolvidos por Bruno Latour sobre a teoria “Ator/rede”, foi um recurso conceitual interessante na medida em que avançávamos em nossas análises sobre o protagonismo indígena. Para esse autor, o termo usado “ator” não está restrito apenas ao indivíduo em interação com outras pessoas e grupos, mas tudo o que produz efeito na vida do sujeito pesquisado. Nesse caso, a trajetória de Francisco Gacom se conecta aos conceitos defendidos por Latour, pois além de suas ações individuais somam-se aos processos históricos vividos por ele como as aproximações e distanciamentos com instituições e sistemas da política indigenista, a questão das terras do aldeamento e as próprias relações sociais com outros grupos, sendo indígenas ou com a população local

Em nosso estudo o fio condutor dessa orientação conceitual se conecta sobre o território indígena, tanto fisicamente quanto simbolicamente. O território como elemento aglutinador do modo de ser Kaingang, foi o objeto que envolveu uma disputa pelo seu direito de posse de vários segmentos sociais por um longo período histórico, desde quando eles foram transferidos para próximo da freguesia, em 1825, até o seu deslocamento para próximo do rio Ivaí, na localidade de Marrecas, em 1879. De todo modo, conforme íamos construindo os atores dessa ampla rede de relações tecidas em Guarapuava, fomos identificando aqueles personagens que se conectam aos Kaingang e as terras para eles destinadas, dando historicidade às ações indígenas ao longo do tempo.

No decorrer dos capítulos da tese, tivemos a oportunidade de conhecer outras facetas da história dos Kaingang inseridos ao modo de vida da população nacional. Por meio dos

documentos eclesiásticos, os registros de batismo e matrimônio, conhecemos as estratégias políticas de vários indígenas escolhendo pessoas, num primeiro momento, com um certo grau de importância naquele contexto de consolidação do povoamento para apadrinhar seus filhos. O fato de escolherem padrinhos com certo prestígio social e com acúmulos econômicos consideráveis, demonstraram que os Kaingang sabiam da importância de estreitar esses laços de solidariedade sociais e tinham consciência das suas ações e estratégias em diferentes contextos históricos.

Em outra fase, de consolidação e permanência de algumas famílias indígenas junto à população nacional, ocorreram transformações nesses processos em que indígenas, degredados, pobre livres e escravos são incorporados ao círculo de padrinhos dos Kaingang. Ou seja, há um fortalecimento dessas solidariedades sociais nas camadas mais inferiores da população residente naquela região.

Foi por meio desses registros sacramentais que construímos algumas trajetórias individuais buscando entender como os Kaingang inseriram-se no modo de vida da sociedade nacional. A elaboração de algumas genealogias nos permitiram conhecer como as relações sociais aconteciam para algumas chefias indígenas importantes daquele período, onde identificamos alguns aspectos ‘familiares’ das trajetórias dos caciques Vitorino Facxó Condá, de Viri e de Francisco Gacom. Sobre esses indivíduos, vale a pena acrescentar que no momento em que o recenseador anotava a presença deles na povoação colocava o chefe indígena como o primeiro nessa lista, fato esse comprovado pelas nossas análises em diferentes documentos.

Nesse sentido, a dinâmica social em Guarapuava não ficou restrita à construção da trajetória de chefias indígenas, mas buscamos apresentar outros personagens que marcaram o cotidiano naquele contexto. Esse é o caso para Vicência Jangjá, cuja trajetória de vida nos mostrou uma estratégia de sobrevivência interessante das mulheres indígenas naquele contexto. Caso similar podemos dizer das mulheres indígenas que contraíram matrimônio com os degredados enviados para cumprir sua pena no “presídio” de Guarapuava. Mesmo que eles carregassem o estigma de seus crimes, alguns cumprindo por um tempo determinado sua pena e outros o degredo perpétuo, esses homens foram reinseridos na sociedade local por meio do casamento com essas mulheres, tiveram filhos e conforme apontamos em algumas genealogias, tiveram uma pequena ascensão social com a posse de terras no final de suas vidas.

Em que pese reforçar, a etno-história com o auxílio da micro-história e sua orientação para reduzir o objeto de pesquisa para um contexto mais específico, foram fundamentais para conhecermos uma das histórias de luta e resistência dos Kaingang em meio ao projeto de povoamento encabeçado pelas autoridades imperiais. A documentação que analisamos,

especialmente, os registros de eventos vitais nos permitiram conhecer um pouco da trajetória deles em interação com a sociedade nacional. Nesse caso, não estamos mais apenas fazendo referência à um grupo indígena, mas sim, analisando fatos e momentos em que pessoas se articularam e traçaram estratégias de sobrevivência e de luta em defesa de seu modo de vida.

Somam-se a isso, que as informações contidas nestes registros sacramentais nos permitiram conhecer dados populacionais nunca explorados por outras pesquisas, como seus nomes indígenas, idade, nomes dos pais, onde residiam, em quais condições eles eram batizados, em alguns casos características culturais ficaram registradas em seu sacramento. Enfim, dados que demonstram o ineditismo dessas fontes que constituíram grande parte do arcabouço documental na elaboração desta tese.

Embora tenhamos priorizado alguns personagens que estiveram diretamente envolvidos com as lutas e disputas jurídicas pelo direito de posse das terras do aldeamento de Atalaia, sempre que o debate exigia aprofundamos algumas trajetórias de vida, demonstrando dessa forma que o princípio da sua organização social, divididos em metades opostas e complementares era uma prática exercida pelos Kaingang nesse período. A trajetória de Francisco Gacom e de sua esposa Rufina Ninguaxó, demonstraram que essa união matrimonial respeitava as regras de casamento com a metade oposta, ou seja, um casamento preferencial entre primos cruzados.

Por outro lado, essa lógica organizacional dos Kaingang não ficou restrita aos casamentos entre metades opostas, mas ela também foi perceptível entre eles no momento em que os indígenas eram escolhidos para apadrinhar crianças, filhos de outros subgrupos demonstrando com isso que essas interações sociais também se materializa por meio do compadrio adotado ao seu modo de vida, via catolicismo, como uma estratégia política de aproximação entre os subgrupos.

Além dessas questões ligadas às relações sociais, a reconstrução de vários acontecimentos históricos desde a chegada dos povoadores em 1810 até 1879, quando eles deixam de residir junto à vila de Guarapuava nos permitiram conhecer com mais elementos um processo histórico de lutas dos Kaingang pela posse das terras do aldeamento de Atalaia. Mesmo que as autoridades locais tivessem buscado formas de anular a presença indígena como herdeiros dos primeiros habitantes desse espaço e que, portanto, não tinham mais direito sobre esses territórios, Francisco Gacom buscou formas de mostrar para as autoridades locais e regionais que o direito sobre essas terras eram legítimas e estavam embasadas pela própria política indigenista do século XIX, em que pese esclarecer, pelo Regulamento das Missões e a Lei de Terras.

Francisco Gacom, embora tenha sido em alguns momentos silenciado pela documentação da época, consideramos sua atuação política nessa região como indicativo de umas das principais lideranças indígenas do período, ocupando posições sociais “atípicas” para aquele contexto de usurpação dos territórios tradicionais dos Kaingang ao ser nomeado oficial de justiça pelas autoridades locais. Mesmo que essa participação tenha sido curta, não encontramos mais informações até os dias atuais de que um Kaingang tenha ocupado essa função na administração judiciária na região sul.

O fato é que ao participar ativamente da dinâmica social da vila de Guarapuava convivendo com vários segmentos sociais, com atividades econômicas diversas, desde um simples ofício de jornalista até com negociantes, estancieiros e representantes da justiça, Francisco Gacom fortaleceu suas estratégias de negociação e luta pelos direitos indígenas pela posse das terras que haviam sido destinadas para os Kaingang de Guarapuava por sesmaria.

A forma como ele operacionalizou suas estratégias demonstrou o jogo de interesses assumindo em algumas situações sua identidade indígena e em outras como membro da sociedade nacional. Neste último caso, as autoridades locais aproveitavam para negar sua matriz indígena afirmando que ele estava “misturado à massa da civilização” e que, portanto, seus direitos originários sobre as terras não mais existiam. Ao assumir os códigos culturais da sociedade nacional percorrendo os caminhos legais da administração da justiça, Francisco Gacom recorreu à todas as instâncias possíveis para reaver esse território chegando até mesmo enviar uma carta ao imperador do Brasil, Dom Pedro II.

Enquanto Francisco Gacom acompanhado de seus familiares e outros indígenas lutavam pela retomada da terra do aldeamento de Atalaia, os Kaingang residentes nos campos das Laranjeiras e do Chagú continuavam resistindo a presença da sociedade nacional atacando as fazendas próximas para afastá-los da ocupação dos seus territórios tradicionais. Embora não tenhamos encontrado na documentação analisada quem eram as principais lideranças desse subgrupo, sabemos outrossim, que se tratava dos Kaingang mais resistentes à presença dos povoadores da vila de Guarapuava, que nesse momento não estão mais empenhados em manter boas relações com a população indígena, mas suas atenções estão voltadas para a expansão territorial sobre esses territórios.

De todo modo, a documentação produzida sobre esses acontecimentos nos permitiu aprofundar alguns temas como a cosmologia Kaingang, a preservação do espaço floresta virgem como elemento fundamental da sua religiosidade tradicional. Mesmo que parte da população Kaingang da província do Paraná já tivesse conhecimento do sistema de aldeamentos em outras regiões, os indígenas que pertenciam ao subgrupo residente à oeste da vila de Guarapuava não

mediam esforços para preservar seus espaços territoriais e todos os elementos naturais e cosmológicos do seu modo de vida. Esses elementos naturais foram registrados minuciosamente pelo padre Braga de Araújo, onde também descreveu a autodenominação Kaingang, em 1857, contribuindo dessa forma para um revisionismo sobre a história dos Kaingang na região sul.

Embora os objetivos do padre Braga de Araújo fossem outros, como incentivar e legitimar a presença dos fazendeiros guarapuavanos nos campos das Laranjeiras. A escrita em detalhes dos recursos naturais existentes na região, nos proporcionam um entendimento maior sobre a cosmologia Kaingang. Além de contribuir para estudos mais recentes sobre a relação homem/natureza no período analisado, essa descrição é um importante documento para outras áreas do conhecimento que dialogam com a temática indígena.

Se para os potentados locais, sedentos por posses e aumento de seu poder político e econômico na região, tratava-se de dominar uma região rica em recursos naturais e lucrar com sua exploração, de outro lado, para os Kaingang residentes nesse território, tratava-se de preservar não apenas seu local de moradia, mas os elementos que compõem o modo de ser.

Somados a essa questão essencial para a sua cosmologia, o documento escrito pelo padre Braga de Araújo, é indicativo de que os Kaingang já se autodenominavam “Caingang”. A segurança na escrita desse termo nos leva a pensar que eles se reconheciam nessa nomenclatura enquanto grupo, marcando sua diferença e identidade perante a sociedade nacional.

Outro aspecto interessante que a pesquisa demonstrou foi a atuação dos padres que trabalharam com os Kaingang em Guarapuava. Embora, existam algumas críticas em relação ao padre Chagas Lima e a forma como tratava alguns indígenas, especialmente, os polígamos, ele foi um dos personagens do período que mais deixou informações sobre os Kaingang. Por diversas vezes, o padre Chagas Lima saiu em defesa da população indígena e por sua influência política junto às autoridades imperiais conseguiu a carta de Sesmaria, a primeira terra destinada para a constituição de um aldeamento, ainda sob os cuidados da província de São Paulo: o aldeamento de Atalaia.

Embora nessa primeira fase de aproximação e convivência entre os Kaingang e os povoadores tenha sido bastante cautelosa, por conta do trabalho desenvolvido pelo padre Chagas Lima, logo que este deixou a freguesia, os outros padres que o substituíram não tinham o mesmo compromisso e fervor missionário com a população indígena deixando lacunas nos registros sacramentais. Sobre esse aspecto, podemos citar como o exemplo o pouco tempo em que o padre Ponciano Araújo trabalhou como o sacerdote na região, abandonando seu trabalho religioso e dedicando-se a desenvolver, proteger e invadir terras na região conforme

demonstramos na tese.

Ao assumir como pároco encomendado da freguesia de Guarapuava, padre Braga de Araújo dedicou-se muito mais as atividades políticas da região, do que propriamente nas funções religiosas que sua recaiam sob sua responsabilidade, tanto com à sociedade nacional, quanto com os Kaingang. O baixo número de registros sacramentais no período em que ele atuou como responsável pela catequese indígena, demonstra seu desinteresse em aproximá-los dos demais indígenas catequizados e residentes na vila de Guarapuava.

É imperativo destacar que as terras do aldeamento foram invadidas por um grupo de potentados locais, logo que os Kaingang passaram a residir mais próximo da freguesia, em decorrência do ataque e destruição das construções do aldeamento por uma facção inimiga dos aldeados, em 1825. Essa invasão dos territórios que compunham a Sesmaria dos “índios”, pois era uma área produtiva e bem localizada, com uma boa visibilidade se acaso avistassem alguma ameaça preeminente. Esse lugar foi onde os povoadores se fixaram em 1810.

O capitão Antonio da Rocha Loures, responsável pela administração local dos bens do aldeamento, inclusive do território, não se preocupou em proteger essa área, autorizando que potentados locais explorasse essas terras sob o título de arrendamento. Fato esse denunciado pelo juiz de paz, em 1839. Mais tarde, os primeiros invasores irão vender essas terras e outros permanecerão nesse espaço declarando, conforme o Regulamento de 1854, como legítimos proprietários desses territórios afirmando que haviam às adquirido por “posse mansa e pacífica”, “por cultura que fiz”, “primeiro ocupante”. Termos e expressões usados para justificar a invasão de terras, nesse caso, para o território do aldeamento de Atalaia.

A luta pela retomada desse território por Francisco Gacom dá sequência às outras etapas de disputa pela posse dessas terras por outras pessoas que tinham proximidade com os aldeados. Por isso, reconhecemos Francisco Gacom como uma chefia atenta aos problemas de usurpação das terras dos aldeamentos de Atalaia. Seu protagonismo é deveras um caso excepcional que precisa fazer parte da história dos Kaingang na região Sul.

Outro aspecto relevante que a pesquisa demonstrou foi o protagonismo histórico dos Kaingang em defesa dos seus direitos coletivos sobre os territórios tradicionais. Os caminhos percorridos por Francisco Gacom apresentando-se como representante dos Kaingang de Guarapuava nos sistemas administrativos da província e do império demonstraram o quanto esses indivíduos e grupos compreendem e interpretam os eventos ao seu modo e de acordo com seus próprios termos.

Mas não foi apenas na luta pela terra que a estratégia dos Kaingang apareceu mais concretamente nos documentos analisados. As relações tecidas com o compadrio foram

fundamentais para que eles ampliassem suas redes de relacionamento para outros segmentos sociais como os degredados, escravos, libertos e pobres livres. Essas interações sociais se davam em meio ao processo de invasão das suas terras pelos potentados locais e na convivência diária em atividades essenciais para sua sobrevivência física e cultural em lugares próximos ao rocio da vila de Guarapuava. Essa convivência resultava em trocas e fortalecimento de alianças mediadas pelo compadrio, mas também, com as uniões matrimoniais entre esses grupos e a população indígena. Como resultado desse processo de “mistura”, eles se agruparam em defesa e retomada das terras de Atalaia.

Para além das questões já expostas ao longo do texto sobre o protagonismo indígena, convém lembrar que esse passado de luta e resistência por parte dos Kaingang resultaram em algumas garantias que perpassam o século XIX até os dias atuais, como a demarcação da terra indígena de Marrecas ao norte de Guarapuava, ocorrido em 1879, e nos primeiros anos do século XX, na demarcação da terra indígena Rio das Cobras, a oeste deste mesmo município. Território este que compreendia no século XIX os campos das Laranjeiras e do Chagú.

Por fim, é imperativo acrescentar que a história do povo Kaingang e dos demais grupos indígenas que existiam e existem no Brasil foram marcados por conflitos e acordos em defesa de sua cultura, de seus territórios tradicionais, de seu modo de vida desde o momento em que os portugueses desembarcaram no litoral brasileiro. A história dos Kaingang de Guarapuava no século XIX, é mais um capítulo da trajetória de luta e sobrevivência desses povos que resistem bravamente às políticas indigenistas criadas para na sua maioria retirar direitos do que para lhes garantir uma aparente autonomia. Alguns subgrupos retalhavam a presença de povoadores promovendo alguns conflitos em suas propriedades e, outros, conforme demonstramos aqui na tese, usavam as garantias presentes nos documentos do período como uma estratégia de luta.

A trajetória de Francisco Gacom em Guarapuava é demonstrativa dessa estratégia ao assumir funções na administração da ordem em Guarapuava por um curto período de tempo e depois explorando os meandros da política indigenista do século XIX, para lhes garantir o direito sobre o território do aldeamento de Atalaia. Embora ele não tenha conseguido reaver essas terras sua luta política não foi em vão e como resultado a província do Paraná demarcou outro espaço distante da vila de Guarapuava, afastando cada vez mais os Kaingang da convivência com a sociedade nacional.

Entretanto, vale ressaltar que sempre houve na história do povo Kaingang chefias indígenas lutando pelos seus direitos. A trajetória de Francisco Gacom analisada aqui na tese é mais um capítulo da longa jornada de lutas deste grupo étnico pela posse e garantia de territórios para sua sobrevivência física e cultural.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

ARAÚJO (a), Antônio Braga de. **Rol dos Parochianos da Freguesia de Belém de Guarapuava, durante o Parochiato do P. Antônio Braga de Araújo, 1842.** Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1842.

ARAÚJO (b), Antônio Braga de. **Rol de habitantes da Paróchia de Guarapuava, que se desobrigarão pela Quaresma de 1853.** Arquivo Arquivo Benjamim Teixeira: Guarapuava, 1853.

ARAÚJO (c), Antônio Braga de. **Rol de Parochianos de Guarapuava, 1863.** Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém: Guarapuava, 1863.

ARAÚJO (d), Antônio Braga de. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuava. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava., f. 189.

ARAÚJO (e). Antônio Braga de. **Livro de Assentos de Casamento n. 1.** Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava., f. 29.

ARAÚJO (f), Antônio Braga de. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava., f. 92.

ARAÚJO (g), Antônio Braga de. **Lista de Qualificação de Votantes de 1880.** Arquivo Público do Paraná. 1880., f. 8.

ARAÚJO (h), Antônio Braga de. **Relatório enviado ao presidente de província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhaes.** Curitiba: 21 de março de 1857. APP-Arquivo Público do Paraná. BR/PR/APPR/PB001/ GPR/ CAE/3.88., 5 páginas.

ARAÚJO, Elias. **Relação do dessastoso sucesso acontecido na Freguesia de Belém de Guarapuava entre os índios Aldeados e Barbaros na noite de 8 de outubro de 1827.** AESP, Caixa 192, Ordem 987.

ARAÚJO, José Antônio de Camargo. **Livro de Batismo 1A.** Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas. (1843-1879).

ARAÚJO, Ponciano José de. **Carta a Câmara Municipal de Castro.** Local: Guarapuava, Data: 09 de dezembro de 1833. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 193, Ordem: 988, Documento: 73B.

ARAÚJO, Ponciano José de. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

ARAÚJO. Francisco Aires de. **Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, 23 de março de 1840.** In: BORBA, Oney Barbosa Dados transcritos do original da Câmara de Castro. RHGB. Curitiba: vol. XXXIV, 1977.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Local: Guarapuava, 23 de março de 1855. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Atas nº 1, 08/04/1853-17/07/1861.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Posse da Câmara Municipal em 9 de abril de 1853. Livro Nº 1.

AUTO DE FUNDAÇÃO DA FREGUESIA NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA (cópia). Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819.

BITTENCOURT, Francisco José Correa. **Livro de Assentos de Casamento n. 1.** Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava., f. 124.

CAMARGO (a), Antônio de Sá. **Ofício ao Exmo Sr. Presidente Provincial.** Local: Guarapuava, 12 de janeiro de 1839. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa 192, Ordem 987.

CAMARGO (b), Antônio de Sá. **Carta ao presidente da província de São Paulo.** Local: Guarapuava, 02 de abril de 1848. AESP - Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 230, Ordem 1025, Documento: 7.

CAMARGO (c), Antônio de Sá. **Ofício encaminhado ao presidente da província de São Paulo:** Local: Guarapuava, 10 de julho de 1848. AESP- Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa 230, Ordem: 1025, Documento 12.

CARDOSO, José Francisco. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de março de 1860.** Curitiba/Pr.

CARTA RÉGIA – 01/04/1809 – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território. In: CUNHA (a), Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX.** São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CARTA RÉGIA – 05/11/1808 – Sobre os Índios botocudos, cultura e povoação dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava. In: CUNHA (a), Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX.** São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CARTA RÉGIA – 12/05/1798. In: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Legislação Indigenista Colonial:** Inventário e Índice. Campinas, 1990. (Dissertação de Mestrado) PPGCS-Unicamp.

CASTRO, Manoel José Cabeza. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 2:** desde 23 de janeiro de 1820 até 10 de agosto de 1857, f. 33v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, f. 29v.

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acessado em 16/05/2019.

CUNHA (a), Manuela Carneiro da (org.) **Legislação indigenista no século XIX.** São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DALLA VECCHIA, Zilma Haick. **Registro do Vigário:** da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2017.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 07 de abril de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2037.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 21 de fevereiro de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2025.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 16 de fevereiro de 1880**. Curitiba/Pr.

DOCUMENTOS AVULSOS. Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava: Guarapuava. Cx. 02, doc. 30 f.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. Ofícios, Bandos e Portarias dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo (1817-1819). São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 88, 1963, p. 106.

FERREIRA, Hermógenes Carneiro Lobo. **Ofício ao Presidente da Província de São Paulo Manoel Machado Nunes**. 02 de abril de 1840. AESP - Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Documento 44, Ordem 1025.

FLEURY, André Augusto de Pádua. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 04 de junho de 1865.

FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. **Carta**. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Etnográfico Paranaense, v. 5, ano 1981, fascículos 3-4.

FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcelos**. Local: Guarapuava, 9 de fevereiro de 1854. APP-Arquivo Público do Paraná, 1854, v. 2.

GACOM, Francisco Luiz Tigre. **Correspondência do cacique Franciso Luiz Tigre Gacom ao Imperador do Brasil D. Pedro II**. Curitiba, 22 de maio de 1880. APP-Arquivo Público do Paraná, caixa 026.1, documento 19.

GACOM, Franciso Luiz Tigre. **Ofício ao Delegado das Terras Públicas**. 13 de Janeiro de 1862. Guarapuava: AMG: Arquivo Municipal de Guarapuava, caixa 09, documento 14.

GUIMARÃES, José da Silva. **Requerimento** á Junta da Real Expedição na qual pede, se lhe arbitre hum emprego para se estabelecer nos campos de Guarapuava, persebendo a pensão mensal que a mesma junta achar justa. São Paulo, 27/02/1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional –NA.

INSTRUÇÕES 09/07/1815. Instruções da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ao Comandante interino da mesma Real Expedição – 09/07/1815. CUNHA (a), Manuela Carneiro da (org.) **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

LARANJEIRA, Ernesto Dias. **Pedido de Reforço Policial**. Guarapuava: Arquivo Municipal de Guarapuava, caixa 15, documento 13, 1877.

LEI nº 14, de 21 de março de 1849. MOTTA, Vicente Pires. In: <https://www.al.sp.gov.br/norma/139735>. Acessado em 01/05/2019.

LIMA (a), Francisco das Chagas. **Livro de Assentos de Batismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1**: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMA (b), Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, Ana Luisa Fayet (Org). **Documentação sobre os povos indígenas: séculos XVIII e XIX**. Curitiba: Editora Aos quatros ventos, Série Monumenta, v. 3, nº 9, 2000.

LIMA (c), Francisco das Chagas. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuava. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880**. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMA (d), Francisco das Chagas. Estado Actual da Conquista de Guarapuava-1821. In: FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943.

LIMA (e), Francisco das Chagas Lima. **Livro de Assentos de Casamento nº 1**. Desde 16 de novembro de 1809 até 23 de outubro de 1869. Arquivo da Paróquia e Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMA (f), Francisco das Chagas. **Correspondencia ao Ilmo Sr. Presidente da Provincia Lucas Antônio Monteiro de Barros**. 20/05/1825. AESP -Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa 192, Ordem 987.

LIMA (g), Francisco das Chagas. **Correspondência ao Ilmo. e Exmo. Snr. Lucas Antônio Monteiro de Barros, em 08/01/1826**. AESP - Arquivos do Estado de São Paulo, Caixa 192, Ordem 987.

LIMA (h), Francisco das Chagas. **Ofício**. Enviado ao Ilmo. Exmo Sr. Lucas Antônio Monteiro de Barros. 08/04/1826. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Caixa- 192, Ordem- 987.

LISTAS DE HABITANTES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA, 1828 e 1835. Cópias microfilmadas pertencentes ao CEDOPE-DEHIS. Curitiba, UFPR.

LOURES (b), Antônio da Rocha. **Correspondência a Câmara Municipal de Castro**. Guarapuava: 19/09/1831. AESP – Arquivos do Estado de São Paulo, Caixa 192, Ordem 987.

LOURES (c), Antônio da Rocha. **Correspondência**: Freguesia Nossa Senhora de Belem. 27/10/1828. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853):AESP – Arquivo do Estado do São Paulo, Ordem 987, Cx-192, Documento 92.

LOURES (d), Antônio da Rocha. **Relação de índios que se achão existentes no aldeamento e em caza de particulares na Freguesia de Nossa Senhora de Bellem nos Campos de Guarapuava aos 26 de novembro de 1840**. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), AESP- Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 1025.

LOURES (e), Antônio Rocha. **Ofício**. 06/09/1827. AESP, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), AESP - Arquivos do Estado de São Paulo, Ordem 987, Caixa-192.

LOURES (f), Antônio da Rocha. **Relação dos Índios que se achão existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava aos 19 de outubro de 1830**. AESP - Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853) Ordem 1025, Caixa 230, Documento -8A, 1830.

LOURES (g), Antônio da Rocha. **Relatório enviado ao Presidente da Província de São Paulo**. 18 de fevereiro de 1834. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 193, Ordem 0988.

LOURES (h), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da província de São Paulo**. 16 de julho de 1831. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853): Caixa 192, Ordem 987.

LOURES (i), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da Província de São Paulo**. 15 de março de 1824. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem 1025.

LOURES (j), Antônio da Rocha. **Ofício ao presidente da Província de São Paulo**. 24 de janeiro de 1830. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem 1025.

LOURES (k), Antônio da Rocha. **Requerimento para Ilustríssimo Senhor Presidente e membros da Câmara Municipal**. 2 de abril de 1833. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 193, ordem 988.

LOURES (l), Antônio da Rocha. **Correspondência ao Ilmo Sr. Presidente da Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar**. 7 de setembro de 1833. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, ordem 1025.

LOURES (m), Antônio da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo**. 11 de maio de 1835. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 193, ordem 988.

LOURES (n), Antônio da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo**. 8 de maio de 1836. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 193, ordem 988.

LOURES, Antônio da Rocha Loures. **Correspondência às autoridades do governo da província de São Paulo em 15 de março de 1824**. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem 1025.

LOURES, Antônio da Rocha Loures. **Relação dos empregados, povoadores, índios e degredados nesta povoação de Guarapuava, janeiro de 1833**. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, ordem 1025, documento 18.

LOURES, Antônio da Rocha. **Carta ao governo da Província de São Paulo**, 15 de março de 1824. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853) caixa 192, ordem 987.

LOURES, Antônio da Rocha. **Lista dos empregados nesta expedição de Guarapuava e povoadores existindo nesta povoação aos 30 de março de 1832**. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, ordem 1025, documento 7.

LOURES, Antônio da Rocha. **Mappa da Força do Destacamento de Guarapuava, outubro de 1834**. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem, 1025.

LOURES, Antônio da Rocha. **Ofício** ao Ilmo. Exmo. Sr. Vice Presidente Luiz Antônio Neves de Carvalho. 06/11/1827. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 192, Ordem 987.

LOURES, Antônio da Rocha. **Ofício**. Presidente da Província de São Paulo. 26 de outubro de 1830. AESP- Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem 1025.

LOURES, Antônio da Rocha. **Relação de “índios” do aldeamento de Atalaia-1831**. Arquivo Benjamim Teixeira, Guarapuava.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha (et al). **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva**. Local: Guarapuava, 20 de maio de 1853. AESP, - Arquivos do Estado de São Paulo, Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha Loures. **Declaração de terras**. Paróquia e freguesia de Palmas, 26 de maio de 1856, f. 28v e 29. APP – Arquivo Público do Paraná.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Instruções para a criação do aldeamento do Chagú**. Diretoria Geral dos Índios na Villa de Guarapuava, 4 de março de 1858. APP- Arquivo Público do Paraná, PB 001, DGI 230.57, 5 páginas.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: 8 de agosto de 1855, nº 7, v.11.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. **Ofício**. Ao presidente da Província. 23/11/1861, v. 19, p. 153, 1861, Arquivo Público do Paraná - APP.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Relatório ao presidente da província. In: NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba/Pr.

NOGUEIRA, Antônio Barbosa Gomes. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba/Pr.

OFÍCIO 06-11-1848 – **Ofício do Padre Bernardo Pares ao Presidente João Capistrano de Miranda Castro**. In: NONNENMACHER, Marisa Schneider. Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX. Porto Alegre/RS: Edipucrs, 2000.

OFÍCIO. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas ao Presidente da Província João José Pedrosa. 20 de setembro de 1880. APP – Arquivo Público do Paraná, volume 285, documento 095.

OFÍCIO. Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses. Guarapuava: 23 de maio de 1878, ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro Registro de Ofícios nº 2.

OFÍCIO. Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná João José Pedrosa. Guarapuava, 28 de setembro de 1880. AMG-Arquivo Municipal de Guarapuava, Livro de Ofícios nº 2.

OFÍCIO. Ofício enviado ao Presidente da Província do Paraná Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Guarapuava: 06/07/1889. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava (ACMG).

OLIVEIRA, Joaquim José Machado de. **Ofício encaminhado ao subdelegado de polícia de Guarapuava Antônio de Sá Camargo.** Local: São Paulo, 12 de agosto de 1848. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 15.

ORDEM. Ordem ao commandante da Expedição para que faça reunir os generos, que se achão repartidos pelos diferentes armazens, a hum só, que deverá ser na nova Povoação, e em que mais ordens, que a nova povoação se estabeleça muy proximo a este; e em que mais escuza ao pratico Sebastiao Cordeiro da Silva nomeado em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle. São Paulo 30 de Agosto 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Indios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional-AN.

PACHECO, Joaquim Gonçalves. **Livro de Batismo 1 A.** Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1879).

PEDROSA, João José. **Ofício à Câmara Municipal de Guarapuava.** Curitiba: 21 de agosto de 1880. APP-Arquivo Público do Paraná, caixa 26, documento 18.

PIMENTA (a), Francisco Xavier. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

PORTARIA 11/04/1812. Portaria pela qual se manda ao Coronel Antônio Francisco de Aguiar, pagar a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de 38 \$ 400 réis importância de três índios que vendeo para Línguas da Real Expedição Mor. São Paulo 11 de abril 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional –NA.

PRESTES, Francisco de Paula. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1:** desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava., f. 76.

PRESTES, Francisco de Paula. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuava. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880.** Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

QUEIROZ, Agostinho José de Almeida. **Ofício 25 de junho de 1855**. Delegacia de Guarapuava: Mandatos Avulsos, 1855-1861. AMG - Arquivo Municipal de Guarapuava – Unicentro.

RENDON, José Arouche de Toledo. **Guarapuava** (1812) DIHCSP. Diversos (1766-1816). São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904, Vol, 15.

RENDON, José Arouche de Toledo. **Memória sobre as aldeias e índios da Província e São Paulo**, segundo as observações feitas no ano de 1798: opinião do autor sobre sua civilização. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v.4, 1842.

RENDON, José Arouche de Toledo. **Plano que se propõem o melhoramento da sorte dos índios, reduzindo-se a freguesias as suas aldeias, e extinguindo-se este nome, e esta antiga separação em que tem vivido a mais de dois séculos (1802)**. In: Documentos Interessantes para a História de São Paulo (DIHCSP). São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

REPERTÓRIO DE SESMARIAS: Concedidas pelos capitães Gerais da Capitania de São Paulo, desde 1721 até 1821. Secretaria da Educação e Saúde pública. Org. pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: Typ. do Globo, 1944, Livro 40, folha 92.

REZENDE (a), Teófilo Vitório Ribeiro de. **Governo da Província**. 09 de maio de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, nº 6, Suplemento.

REZENDE (b), Teófilo Vitório Ribeiro de. **Governo da Província**. 20 de junho de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 12.

REZENDE (c), Teófilo Vitório Ribeiro de. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 06 de setembro de 1854**. Curitiba/Pr.: p.29.

REZENDE (d), Teófilo Vitório Ribeiro de. **Governo da Província**. 11 de julho de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 15.

REZENDE, Teófilo Vitório Ribeiro de. **Governo da Província**. 22 de agosto de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 21.

REZENDE, Theofilo Ribeiro de. **Disputa de Terras entre Manuel Moreira dos Santos Junior e Joaquim Bernardes Bugreiro e Índios**. São Paulo: 03 de abril de 1850. AESP – Arquivo Estadual de São Paulo, Código 2454, caixa 19, ordem 18500312.

RIBAS, Lourenço Marcondes. **Ofício encaminhado ao Diretor Chefe de Polícia Interino desta Província**. Castro: 12 de março de 1850. AESP –Arquivo Estadual de São Paulo, Código 2454, caixa 19, ordem 18500312.

RIBEIRO, José Cesario de Miranda. **Lei orçamentaria nº 40**, de 18 de março de 1836. In: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-40-18.03.1836.html> . Acessado em 01/05/2019.

ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. **Governo da Província**. 28 de novembro de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 35.

ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. **Governo da Província**. 31 de outubro de 1855. In: O DEZENOVE, de Dezembro. Curitiba, Ano II, nº 31.

SÁ, Manoel Marcondes de. **Ofício ao presidente da província de São Paulo**: Local: Guarapuava, 08 de agosto de 1849. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32.

SALDANHA, José de Freitas. **Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná Doutor Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Guarapuava: 05 de agosto de 1873, ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro Registro de Ofícios nº 2.

SCHERER, Pedro Aloys. **Ofício dirigido ao brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios da Província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: nº 8, v. 13, p. 11-12, 1983.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 21 de maio de 1864**. Curitiba/Pr.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. **Collecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

STUMBO, José. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuaba. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880**. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, Livro 3., f. 87v.

SUMÁRIO CRIMINAL CONTRA FRANCISCO LUIZ TIGRE GACOM. Guarapuava: 09 de novembro de 1877. Arquivo Histórico da Unicentro, Processo nº 877.

VALLE, Manoel Soares. **Planta do terreno descoberto de Guarapuaba**. Mapa do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. 1811.

VASCONCELLOS (a), Zacarias de Góes e. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba/Pr.

VASCONCELLOS (b), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 22 de julho de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 17.

VASCONCELLOS (c), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 07 de fevereiro de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 46.

VASCONCELLOS (c), Zacarias de Góes e. **Governo da Província**. 09 de setembro de 1854. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, nº 24.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembléia Legislativa**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 15/07/1854.

VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 154**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 11 de agosto de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1.

VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 156**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 08 de outubro de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1.

VIRMOND JUNIOR, Frederico Guilherme. **Ofício nº 171**. Ilmo. E Exmo. Senhor Presidente da Província do Paraná. Guarapuava: 12 de dezembro de 1863, ACMG-Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro de Registro de Ofícios nº 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA (a), Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA (b), Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2017.

ALMEIDA (c), Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 2, 2012.

ALMEIDA (d), Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALMEIDA (e), Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora. Fundação Getúlio Vargas, GV, 2010.

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense**: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçepó. Tese (Doutorado em História). Florianópolis/SC: PPGH/UFSC, 2015.

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena Xaçepó-SC**. Florianópolis, 1998, (Dissertação de Mestrado), PPGAS/UFSC.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios, Moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX). **Mundo Agrário** (La Plata), v. 13, nº 25, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e Evasão**: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). (Tese de Doutorado). São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 1998.

AMOROSO, Marta Rosa. **Guerra e mercadorias**: os Kaingang nas cenas da “Conquista de Guarapuava”. In: AMOROSO, Marta Rosa et all. (Orgs). **Do Contato ao Confronto**. A conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

AZEVEDO, Marta Maria. Os registros de batismo e casamentos como fontes de informações para os estudos indígenas. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Editora Nacional/Editora Brasileira, 1979.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STEIFFENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. (Trad.) Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BECKER, Ítala. **Estudos sobre abastecimento indígena**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Publicações avulsas, nº 2, 1975.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial**: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: AMOROSO, Marta Rosa (et al). **Do Contato ao Confronto**: A Conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos em las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje em Tiempos de Globalización. **Mundo Nuevo, Nuevos Mundos**, 2000. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/426>.

BORBA, Telêmaco. **Atualidade indígena**. Curitiba: Instituto Memória, 2009(1908).

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Estado e População: o século XVIII em questão. In: **Revista Portuguesa de história**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Econômica e Social, Coimbra, 1999.

CÂMARA, Marcos. **Cidades e Vilas da Escravidão**: espaço dos excluídos. (Tese de Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 1995.

CASTELO, Antônio Emilio. **História de Corrientes**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro. Etno-história e História Indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História** (São Paulo) v. 30, n. 1, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas**. Índios, Posseiros e Fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). (Tese de Doutorado), São Paulo: FFLCH/História/USP, 1997.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes do Guayrá**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

COSTA, Alessandra Castilhos Ferreira; SIMÕES, José da Silva. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: IN: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

COSTA, Emilia Viotti. **Da monarquia a República**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado**. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1, 1994.

COSTA, Iraci Del Nero; GUTIERREZ, Horácio. **Paraná: Mapas de Habitantes 1798-1830**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.

COTTA, Francis Albert. **Subsídios para o Entendimento do Arcabouço Formal da Legislação Portuguesa no século XVIII**. Texto de Apoio: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/subsidiosparaentendimentodoarcaboucoformaldalegislaoportuguesa.pdf>. Acessado em 02/04/2019.

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Carta a Dom Fernando de Portugal. Apud: LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. (trad.) Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA (b), Manuela Carneiro. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

CUNHA (c), Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Por uma história indígena e do indigenismo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Mabilde e seus "Apontamentos" sobre os coroados selvagens: tentando separar informações de mistificação e preconceitos. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Grupo de trabalho: Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagem, mapas, censos e iconografia.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 07 de abril de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2037.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Governo da Província**. 21 de fevereiro de 1880. In: O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba, Ano XXVII, nº 2025.

DANTAS FILHO, Manoel Pinto de Souza. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 16 de fevereiro de 1880**. Curitiba/Pr.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891**. Campinas/SP: (Tese de Doutorado) IFCH-PPGH, 2017.

DURAN, N. **Carta Ânua do Padre Nicolau Duran ao descrever o estado das reduções da Província do Paraguai**, durante os anos de 1626 e 1627. Na Parte que diz respeito às Reduções do Guairá, Córdoba, 12 de novembro de 1628.

DURAT, Cristiano Augusto. **Os processos incorporativos do indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do catolicismo**. (Dissertação de Mestrado). PPGHIS-UPF, Passo Fundo/RS: 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**. Os povos indígenas do Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FERNANDES (b), Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná**. Florianópolis: 1998 (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFSC.

FERNANDES (c), Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. São Paulo: 2003, (Tese de Doutorado), PPGAS-USP.

FERNANDES (d), Ricardo Cid. Uma contribuição da Antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000.

FERNANDES(a), Ricardo Cid. **Laudo Antropológico**. Impactos da Usina Quebra-Queixo sobre a terra indígena de Chapecó. Florianópolis: 2001.

FERREIRA, Maria Thereza Correa da Rocha. **Os aldeamentos Indígenas Paulistas no fim do período colonial**. (Dissertação de Mestrado), Departamento de História, FFLCH/USP, 1990.

FLEURY, André Augusto de Pádua. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 04 de junho de 1865.

FORTES, Pedro Henrique Ribas. **Entre a política indígena e a política indigenista: um estudo sobre as relações políticas entre os índios e não índios em Curitiba no século XIX**. (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFPR, 2014.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional**. (Tese de doutorado), 2013, PPGH-PUCRS.

FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava/Pr: Unicentro, 2007.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943.

FREIRE, Leticia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: **Comum**, vol. 11, n. 26, 2006, janeiro/junho.

GEBRAN, Philomena; LIMA, Carlos Alberto Medeiros; SEDA, Paulo; MOURA, Ana Maria da Silva (org.). **Desigualdades**. Rio de Janeiro: LESC, 2003.

GINZBURG, C. As vozes do outro – Uma revolta indígena nas ilhas Marianas. In: **Relações de força: história, retórica, prova**. BATISTA NETO, J. (Trad) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLIN, Tau. **A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2002. REICHEL, Heloisa Jochims; Gutfreind, Ieda. **Fronteiras e guerra no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

GUDEMAN, STEPHEN. "Spiritual Relationship and Selecting Godparent". In: **Man, New Series** vol. 10. (2). Jun. 1975. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HAMEISTER, Marta Daisson. O Uso dos registros de batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. **Anais: Porto Alegre: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011.

HEMMING, John. **Amazon Frontier: the defeat of the Brazilian Indians**. London: Macmillan London, 1987.

KAINGANG, Insituto Sócio Ambiental (ISA). <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acessado em 15/05/2017.

KARASCH, Mary. "Interethnic Conflict and Resistance on the Brazilian Frontier of Goiás, 1750-1890". In: GUY, Donna; SHERIDAN, Thomas(eds). **Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish Empire**. Tucson, AZ: University Of Arizona Press, 1998.

KARASCH, Mary. Índios aldeados: um perfil demográfico da capitania de Goiás 1755-1835. **Revista Habitus**. Goiânia: vol 15, nº 1, jan./jun. 2017.

KOK, Maria da Glória Porto. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Pesquisas/Instituto Anchietao de Pesquisas. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2007.

LEITE, Rosangela Ferreira. **Nos limites da colonização**: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878). São Paulo: (Tese de Doutorado) USP, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre la microhistoria. In: **Formas de hacer historia**. Madri: Alianza Editorial, 1993.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1996.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Índios de Palmas expostos em Campo Largo: preação, resgate e os ecos da lógica o tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840) In: **Colóquios**. V.1 n.1, novembro/2007.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul/dez. 2015.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

MABILDE, Pierre. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroado dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. IBRSA/INL. São Paulo, 1983.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

MACHADO, Brasil Pinheiro Machado. Formação histórica. Povoamento dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná-Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais**. In: II Simpósio dos Professores Universitários de História. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse de história regional do Paraná. **História**: Questões e Debates. Curitiba, p. 177-205, jul-dez, 1987.

MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição**: Índios e Terras no Império do Brasil. (Dissertação de Mestrado). Niterói/RJ, PPGHS-UFF, 2006.

MACHADO, Marina. Leis para terras de uma fronteira étnica: a questão indígena no império brasileiro. In: **Campos em Disputa**: História Agrária e Companhia. Org. GUIMARÃES, Elione.; MOTTA, Márcia; São Paulo: Annablume, Núcleo de Referência Agrária, 2007.

MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. **Condá e Viri**: Chefias indígenas em Palmas-Pr, década de 1840. Curitiba:(Dissertação de Mestrado) PGHIS-UFPR, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. In: **Revista Varia história**, nº31, janeiro de 2004.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Isabel Missagia. **Civilização e Revolta**: Povos botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. (Tese de Doutorado) UNICAMP: 2002.

MAYBURY-LEWIS, David. Prefácio. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.) - **O Índio Perante o Direito**. Ensaios. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos**: O exercício do poder e os interesses mercantis na capitania /província de São Paulo (1765-1822). São Paulo: 2010, (Tese de doutoramento) PPGHS-USP. São Paulo: 2010

MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 31 de março de 1879**. Curitiba/Pr.

MÉTRAUX, Alfred. **The Caingang**. In: "Handbook of South American Indians". Washington, J. Steward, Ed., 1946, vol. 1, part 3, pp. 445-475. Essa versão foi traduzida por Jacó Cesar Piccoli em 1979 e publicado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio – PR.

MONTEIRO (a), John Manuel. Vida e morte do índio: São Paulo Colonial. IN: MONTEIRO, John Manuel, et al. **Índios no Estado de São Paulo**: Resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

MONTEIRO (b), John Manuel. **Tupis, tapuias e a história de São Paulo**. Revisitando a velha questão guaianá. In: Novos Estudos CEBRAP. Nº 34. São Paulo, novembro de 1992.

MONTEIRO (c), John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO (d), John Manuel. **Tupis, tapuias e os historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acessado em junho de 2009.

MOREIRA, Vânia Maria Losada MOREIRA. "Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850". In: **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, São Paulo, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A conquista do trabalho indígena: fé, razão e ciência no mundo colonial. IN: FORTES, Alexandre (et al). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MOREL, Marco. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudo durante o Primeiro Reinado. Dimensões. In: **Revista de História da UFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 14, 2002.

MOTA (a), Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá/Pr: Eduem, 2009.

MOTA (b), Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jês Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, nº 27, São Paulo: 2016.

MOTA (c), Lúcio Tadeu. **Etno-história**: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 5-16, julho-dezembro, 2014.

MOTA (d), Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wāsí**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000.

MOTA (e), Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí**: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Posseiros nos oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850) In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo Zarth Afonso (Org.) **Formas de Resistência Camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1. Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NETTO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava/Pr: Unicentro, 2007.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e Indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul**: século XIX. Porto Alegre/RS: Edipucrs, 2000.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; SCHÜLTZ, Kerollainy Rosa. Potencialidades na História Indígena para a Interdisciplinaridade: diálogos entre história e antropologia. Rio de Janeiro, vol 2, nº 2, junho de 2019. **Revista Digital Formação em Diálogo**. Dossiê Interdisciplinaridades: perspectivas e experiências para o ensino na Educação Básica. In: <https://revistadigitalformacaoemdialogo.blogspot.com/> . Acessado em 01 de julho de 2019.

NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Vol. 34, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 de abril de 2019.

OPPITZ, Gabriela; REIS, Lucas Bond. Agência indígena no Brasil Império: problematizando a atuação dos líderes indígenas Condá e Virí em meados do século XIX. In: BRINGMANN, Sandor Fernando; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini (Org.) **Etnohistória, história indígena e educação: contribuição ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

ORLANDI (c), Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Editora da Unicamp, 2008.

PACHECO, Joaquim Gonçalves. **Livro de Batismo 1 A**. Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1879).

PAIVA, Adriano Toledo. **Os domínios dos Índios: catequese e conquista nos sertões do Rio Pomba (1767-1813)**. (Dissertação de Mestrado) UFMG-PPGHIS, 2009.

PALEOECOLOGIA DAS PAISAGENS JÊ. Disponível em <http://jelandscapes.exeter.ac.uk/>

PEDROSA, João José. **Ofício à Câmara Municipal de Guarapuava**. Curitiba: 21 de agosto de 1880. APP-Arquivo Público do Paraná, caixa 26, documento 18.

PERRONE MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos. Os Princípios da Legislação Indigenista no Período Colonial (Séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **O Barão de Iguape: Um empresário na Época da independência**. São Paulo/Brasília: Editora Nacional/INL, 1976.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Editora Corpo e Alma do Brasil/Difusão Europeia do Livro, 1968.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. Bauru/SP: Edusc, 2003.

PONTAROLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: História dos “povoadores pobres” em Guarapuava (Século XIX)**. PPGH/UNIOESTE. (Tese de doutorado), 2019.

PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: PPGH/UFPR, 2012.

RAMOS, Alcida. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. V.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do Social. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

RITTER, Marina Lourdes de. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1978.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Micro-história italiana**: modo de uso. (Trad) MALERBA, Jurandir. Londrina: EDUEL, 2012.

ROJAS, José Luiz. **La Etnohistoria de América**. Los indígenas, protagonistas de sua história. Buenos Aires: SB, 2008.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. **Os Kujà São Diferentes**: Um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS (Tese de Doutorado), 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Comarca de Curitiba** (1820). São Paulo: Editora Nacional, 1964.

SALDANHA, José de Freitas. **Ofício encaminhado ao presidente da Província do Paraná Doutor Frederico José Cardoso de Araújo Abranches**. Guarapuava: 05 de agosto de 1873, ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Livro Registro de Ofícios nº 2.

SAMARA, Eni Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do Governador e Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme às Ordens de Sua Majestade. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: volume 76, 1962.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Viver em aldeamentos: encontros e confrontos nas povoações da Amazônia portuguesa, século XVIII. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.) **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.). **O Índio Perante o Direito**: Ensaios. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

SANTOS, Silvio Coelho dos. SANTOS, Silvio Coelho dos (Org). Apresentação. **Sociedades indígenas e o direito**: uma questão de direitos humanos. Florianópolis: UFSC, 1985.

SANTOS, Zeloí Martins. **Os campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná** (1854/1889). Guarapuava/Pr; Assis/SP: 1999, (Dissertação de Mestrado), UNESP/Assis-UNICENTRO/Pr.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**: discursos ocultos. México: Ediciones Era, Colecion Problemas de México, 2004.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Terras e territórios indígenas do Brasil**. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979, nº 12.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: AMOROSO, Marta Rosa; (et all). **Do Contato ao Confronto**: A Conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Expomus, 2003.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. **Colleção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

SIMÕES, José da Silva; COSTA, Alessandra Castilho Ferreira da. As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. IN: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 462-463. Para uma rápida consulta sobre essas medidas poderá conferir nesse endereço eletrônico: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/uploads/assets/file/Pesos%20e%20Medidas%20-%20s%C3%A9culos%20XVIII%20e%20in%C3%ADcio%20XIX.pdf>. Acessado em 14/03/2018.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. **Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação**: Palmas/Pr (1850-1888). Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) PPGH-USFC, 2010.

SOUZA, Almir Antônio. **Armas, pólvora e chumbo**. A expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado em História). Florianópolis/SC: PPGH/UFSC, 2012.

SOUZA, Almir Antônio. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro: Conflito e cativeiro indígena nos caminhos do Sul (1820-1832). **Revista História Social**, nº 25, segundo semestre de 2013.

SPIX, Johann B.; MARTIUS, Karl Friedrich Von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Vol I. Belo Horizonte/São Paulo: Editora USP, 1981.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígenas na formação do Estado Nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). (Dissertação de Mestrado) PPGH-USP, 2006.

STERN, Steve J. The Age of Andean Insurrection, 1742-1782: A Reappraisal. In: STERN, Steve J. **Resistance, Rebellion, and Consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th**. The University of Wisconsin Press, 1987.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: O mercado de Animais de Carga no Centro-sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. (Dissertação de Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

TEIXEIRA, Benjamin Cardoso. **Efemérides Guarapuavanas**. Guarapuava, [s.n], 2002.

TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Terceiro Planalto**. Guarapuava: [s. n.], 2000.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. São Paulo, 1995. (Tese Doutorado em Antropologia Social) Unicamp.

TOMMASINO, Kimiye. **Kikikoi**: ritual dos Kaingang na área indígena Xaçecó/SC. Registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos. Londrina: Midiograf, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Editora UEL, 2000.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Prospects. **Ethnohistory**, v. 29, n. 1, p. 1-19, winter, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/481006>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

TURNER, Terence. The Gê and Bororo societies as dialectal systems. A general model. In: **Dialectal Societies**: The Gê and Bororo of Central Brazil. Harvard University Press. Cambridge Massachussets, 1979.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VEIGA, Juracilda. A retomada da festa do Kikikoi no PI Xaçecó e a relação desse ritual com os mitos Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000.

VEIGA, Juracilda. Aspectos da Organização Social entre os Kaingang do Xaçecó (SC). In: LEITE, AG. **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas/SP: Editora Curt Nimuendaju, 2006.

VEIGA, Juracilda. Nome, pintura e descendência entre os Kaingang de Xapecó. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000.

VIDE, Sebastião Melo da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O mármore e a murta**: sobre a inconstância da alma selvagem. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v.35, p. 21-74, 1992.

VOEGELIN, Ermine W. An Ethnohistorian's View point. **Ethnohistory**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 166-171, nov. 1954.

VOEGELIN, Erminie W. A Note from the Chairman. **Ethnohistory**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-3, apr.1954.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002.

WELTFISH, Gene. The Question of Ethnic Identity, an Ethnohistorical Approach. **Ethnohistory**, v. 6, 1959.

WIESEMANN, Ursula. **Os dialetos da Língua Kaingang e Xoklêng**. Arquivos de Anatomia e Antropologia. Rio de Janeiro: 1978, Vol III – Ano III, p. 199. Disponível na Biblioteca Curt Nimuendajú: <http://biblio.etnolinguistica.org>